

Gustavo K. Rolim (org.)

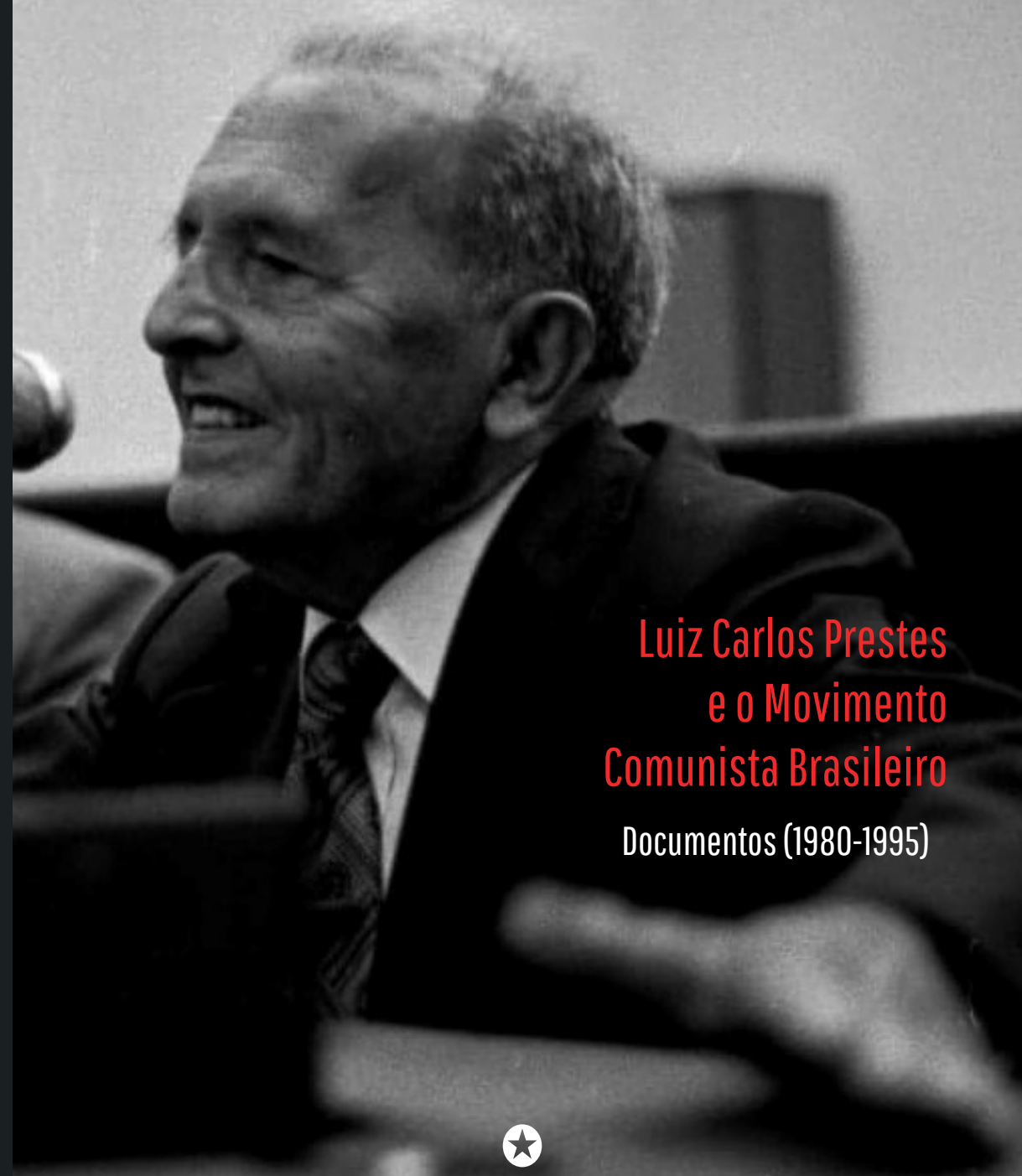
Herança, Esperança e Comunismo



LUTAS ANTICAPITAL

Gustavo Koszeniewski Rolim (org.)

Herança, Esperança e Comunismo



Luiz Carlos Prestes
e o Movimento
Comunista Brasileiro
Documentos (1980-1995)

Este livro é uma coletânea de documentos de caráter político-partidário e demais textos de semelhante tonalidade, cujo ponto de partida é a ruptura de Luiz Carlos Prestes (1898-1990) com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1980. Em seus dez últimos anos de vida, Prestes dedicar-se-ia a esclarecer suas posições, delineadas em exílio desde meados dos anos 1970, em intenso conflito com o restante do Comitê Central do PCB. Deste acúmulo, esforço e embate, nasceram posições teóricas e organizacionais, como a emblemática “Carta aos Comunistas”, de 1980 e o texto de Anita Prestes “A que herança devem os comunistas renunciar”, do mesmo ano. A partir de sua ruptura, estabeleceu-se intenso movimento entre seus correligionários: diversos militantes e núcleos de base, além de personalidades de destaque dentre o movimento comunista, como Gregório Bezerra e Maria Aragão lançaram-se a tarefa de disputar o PCB, retomá-lo e, posteriormente, lançar as bases para uma nova organização comunista revolucionária. Os documentos aqui trazidos e publicados referem-se justamente a este movimento de tentativa de renovação do movimento comunista brasileiro, abarcando publicações como o Ecos à Carta de Prestes, o Voz Operária e o Jornal Avançando.

Gustavo Koszeniewski Rolim é professor e historiador, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possuindo mestrado pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, é doutorando pela UFRGS dedicando-se a pesquisa das lutas de libertação nacional na Guiné Bissau e Cabo Verde.

Chega em boa hora a coletânea de textos sobre Luiz Carlos Prestes, produzidos durante os anos 1980, que foi organizada pelo competente historiador Gustavo Rolim. Este é um trabalho necessário de ser visitado por diversos motivos, mas gostaria de destacar um deles: oferece uma perspectiva mais diversa sobre a história da esquerda brasileira em um momento decisivo de seu devir.

Cristalizou-se ao longo do tempo uma interpretação que tendeu a apagar ou matizar uma série de debates ocorridos durante o período da redemocratização. A história das alternativas comunistas aparece nesse processo como destinadas a fracassar por serem monolíticas ou porque deviam ser superadas necessariamente por uma esquerda mais moderna.

Uma breve olhada nos textos compilados mostra que existiam debates muito ricos entre os militantes comunistas pelas concepções de partido, de transição política e de revolução social, o que ajuda a combater ideias pré-concebidas e faz compreender melhor as alternativas colocadas para todo campo progressista naquele momento.

Além disso, as polêmicas jogam luz sobre as alternativas políticas colocadas no momento de construção da Nova República. Talvez, revisitando alguns destes debates, consigamos jogar luz para os desafios que nos atingem no momento de crise deste modelo político.

FREDERICO DUARTE BARTZ

Doutor em História pela UFRGS e Técnico em Assuntos Educacionais pela mesma instituição

Herança, Esperança e Comunismo

**Luiz Carlos Prestes e o Movimento Comunista
Brasileiro – Documentos (1980-1995)**

GUSTAVO KOSZENIEWSKI ROLIM

GUSTAVO KOSZENIEWSKI ROLIM

Herança, Esperança e Comunismo

**Luiz Carlos Prestes e o Movimento Comunista
Brasileiro – Documentos (1980-1995)**

1ª edição

LUTAS ANTICAPITAL

Marília - 2020

Editadora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos, Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Mauricio Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Imagem da capa: Visita de Prestes à UFSC em 1983.

Impressão: Renovagraf

H531 Rolim, Gustavo Koszeniewski.
Herança, esperança e comunismo: Luiz Carlos Prestes e o movimento comunista brasileiro – documentos (1980-1995) / Gustavo Rolim (Org.). – Marília: Lutas Anticapital, 2020.
p. 472

ISBN 978-85-53104-43-7

1. Prestes, Luiz Carlos – 1898-1990. 2. Comunismo. 3. Partido Comunista – História - Brasil. 4. Biografia. I. Rolim, Gustavo K.

CDD 923.281

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: janeiro 2020

1ª reimpressão: julho 2020

Editadora Lutas anticapital

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

Prefácio	
<i>Lincoln Secco</i>	11
Introdução	
<i>Gustavo Koszeniewski Rolim</i>	13
Carta aos Comunistas (1980)	
<i>Luiz Carlos Prestes</i>	35
A que herança devem os comunistas renunciar? (1980)	
<i>Anita Leocádia Prestes</i>	51
<hr/>	
<i>Ecoss à Carta de Prestes</i>	83
Nº 1 / Abril / 1980	
Nº 2 / Maio / 1980	
Nº 3 / Junho / 1980	
<hr/>	
<hr/>	
<i>Voz Operária</i>	119
Nº 162 – Outubro/1980	
Nº 165 – Janeiro/1981	
Nº 166 – Fevereiro/1981	
Nº 167 – Março/1981	
Nº 168 – Abril/1981	
Nº 174 – Outubro/Novembro/1981	
Nº 182 – Julho/1982	
Nº 183 – Agosto/1982	
Nº 184 – Setembro/1982	
Nº 185 – Outubro/1982	
Nº 186 – Novembro/1982	
<hr/>	

Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário (1981)	
<i>Luiz Carlos Prestes</i>	317
Proposta para discussão de um programa de soluções de emergência – contra a fome a carestia e o desemprego (1982)	
<i>Luiz Carlos Prestes</i>	325
<hr/>	
Jornal Avançando	345
1983	
1984	
Boletim: Avançar na Luta – uma contribuição para o 16º Congresso na UCE (1985)	
<hr/>	
Discurso em Havana na conferência da dívida externa (1985)	
<i>Luiz Carlos Prestes</i>	403
Um “poder” acima dos outros (1988)	
<i>Luiz Carlos Prestes</i>	409
Comunistas que se alinham com as posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes: A Herança e a Esperança (1995)	
.....	417
O Herói sem Mito (1990)	
<i>Florestan Fernandes</i>	455
Luiz Carlos Prestes, esperança e revolução (1995)	
<i>Florestan Fernandes</i>	457
A importância de Luiz Carlos Prestes para a Revolução Brasileira hoje	
<i>Anita Leocádia Prestes</i>	461

*Sou Voz Operária do Tatuapé
Canto enquanto enfrento o batente co'a mão
Trabalho no ritmo de um bom Chamamé
Meu pouco salário faz minha ilusão*

*Sou voz operária do Tatuapé
Vivo como posso a me deixa o patrão
E enquanto respira dessa chaminé
Meu povo se vira e não vê solução*

*No teatro da vergonha
aonde a verdade não se diz
Tem quem representa a massa,
quem ri da desgraça
E quem banca o infeliz*

*Tem até burguês que sonha
que entra em cena e engana a atriz
Tem quem sustenta a trapaça
e depois que fracassa
amordaça o país*

*Tem quem sustenta a trapaça
e. depois que fracassa,
Amordaça o país.*

*Já meu drama é o da cegonha...
quase morre o meu guri...
Sobra pr'o Leste a fumaça
e a peste ameaça
O ar do Piqueri*

*Pior que a matança medonha
é o desemprego pra engolir...
Seja no peito ou na raça,
esse teatro devasso
Alguém tem que proibir...*

*Seja no palco ou na praça
Essas peças sem graça
vão ter que sair.*

Sou voz operária...

Prefácio

Luiz Carlos Prestes em Três Tempos Históricos

Lincoln Secco

Poucas personalidades no Brasil têm a grandeza política e moral de Luiz Carlos Prestes. Nele confluem diferentes camadas históricas numa síntese única. Como Julio Mella ele foi um jovem inconformista dos anos 1920. Como Togliatti e Dimitrov, foi um dos símbolos da Revolução Mundial nos anos 1930. Como Dolores Ibárruri, que depois de ser La Pasionaria sobreviveu longos anos ao seu próprio tempo, ele foi muito além do Cavaleiro da Esperança.

A partir da Revolução Paulista de 1924, o “primeiro” Prestes levantou a guarnição gaúcha em Santo Ângelo e liderou a maior marcha militar da história brasileira. O radicalismo moral dos tenentes eclodiu em todo o Brasil: no Amazonas, em Sergipe, Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul; mas foi somente Prestes quem aceitou todas as consequências dos seus atos e levou a rebeldia até o fim e até o fundo. Percorreu o país e foi essa leitura prática do território e da população miserável do Brasil que lhe infundiu a necessidade de buscar novas explicações teóricas; de vincular a exitosa tática da guerra de movimento a uma estratégia política para a Revolução Brasileira.

“General” invicto, o capitão da Coluna Prestes-Miguel Costa suscitava a admiração e a inveja dos pares de farda e recebia as negações das oligarquias dissidentes da Velha República. Ao recusar conter a Revolução nos limites do compromisso oligárquico-burguês, o líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do levante comunista de 1935 tornou-se imperdoável para as classes dominantes e suas forças armadas.

A partir dos anos 1930 Prestes incorporou novo tempo histórico e nova dimensão espacial. Ele se tornou o homem de partido, chefe incontestado dos comunistas brasileiros e com

enorme influência em todos os Partidos Comunistas latino americanos.

O “primeiro” e o “segundo” Prestes sofrem nova derrota em 1964. A estratégia da Revolução Nacional e Democrática do povo em aliança à burguesia nacional naufragou no apoio incontestado das classes dominantes à Ditadura de 1964. Depois disso ele já era um sobrevivente de um outro tempo. Prestes continuou nominalmente à frente do PCB, mas estava em gestação o terceiro e “último Prestes” em luta surda dentro da direção do partido e, de certa forma, em acerto de contas com sua própria consciência.

Ele estudou novamente a História do Brasil, aproximou-se das ideias de Florestan Fernandes e criticou a transformação do PCB em cauda política de partidos burgueses. Nos meus dezessete anos pude ver Prestes na Universidade de São Paulo algumas vezes. E era impossível não se tornar “prestista” qualquer que fosse o seu partido.

Prestes revia àquela altura a natureza da Revolução brasileira e emergia de novo com a juventude, buscava compreender suas novas demandas, apoiava as frações mais radicais das camadas médias e reafirmava a hegemonia do proletariado no processo de democratização que o país exigia.

Ele rejeitou o mito que o reduzia a uma figura sem partido e sem ideologia e se reinventou juntamente com o radicalismo da nova classe operária. Operou, assim, uma rotação política inusual num homem de sua idade e soldou seu destino uma vez mais a lutas incertas, porém justas. Porque o que importou sempre em sua trajetória é que, entre erros e acertos, ela se subordinou ao dever moral da Revolução.

Essa é a herança; essa é a esperança que ele nos deixou. É o que o belo livro organizado por Gustavo Rolim nos revela.

Introdução

Resgatando a ótica comunista

Gustavo Rolim

Parecia que, depois de 1964 e de 1968, as esquerdas aprenderiam as lições dos fatos e que haveria um esforço mais maduro na linha da recuperação da ótica comunista, que já foi mais explorada e recomendada no século passado por Marx e Engels. No entanto, não é isso que acontece. A tragédia não se repete como comédia: a comédia continua... Voltamos a erros mais ou menos antigos e mais ou menos recentes. Nas extremas e no centro da esquerda a comida requentada está sendo servida como prato novo e recém-preparado!

Florestan Fernandes,

Poder e Contrapoder na América Latina

Este livro é uma coletânea de documentos de caráter político-partidário e demais textos de semelhante tonalidade, cujo ponto de partida é a ruptura de Luiz Carlos Prestes (1898-1990) com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1980. Em seus dez últimos anos de vida, Prestes dedicar-se-ia a esclarecer suas posições, suas percepções das tarefas necessárias e seu caminho da revolução brasileira, delineada em exílio desde meados dos anos 1970, em intenso conflito com o restante do Comitê Central do PCB. Deste acúmulo, esforço e embate, nasceram posições teóricas e organizacionais, como a emblemática *Carta aos Comunistas*, de 1980 e o texto de Anita Prestes *A que herança devem os comunistas renunciar*, do mesmo ano – documentos que abrem esta coletânea.

A partir de sua ruptura, estabeleceu-se intenso movimento entre seus correligionários: diversos militantes e núcleos de base, além de personalidades de destaque dentre o movimento comunista a nível nacional ou regional, como Gregório Bezerra, Maria Aragão e Manoel Alves Ribeiro, o “Seu Mimo”, lançaram-se a tarefa de disputar o PCB, retomá-lo e, posteriormente, lançar as bases para uma nova organização comunista revolucionária. Prestes seguiu divulgando suas

opiniões, procurando estabelecer táticas e estratégias para o movimento operário que ressurgia com força no Brasil do início dos anos 1980. Os documentos aqui trazidos e publicados procuram dar panorama justamente ao desenvolvimento do pensamento de Prestes assim como do acúmulo teórico e prático do movimento comunista nascido a seu entorno. A tentativa de dar caráter comunista e revolucionário às lutas contra os últimos momentos de nossa Ditadura Civil-Militar (1964-1985) é a origem das divergências e rupturas e a intenção final de Prestes e demais comunistas, com suas publicações que trazemos conjuntamente, o *Ecos a Carta de Prestes*, o *Voz Operária* e o *Jornal Avançando*.

Quando Luiz Carlos Prestes morre, em março de 1990, havia deixado de legado uma intensa reivindicação por parte de expressivas camadas da classe trabalhadora, além de uma história de quase setenta anos de vida pública. As primeiras reflexões mais densas sobre a vida de Prestes são escritas ainda nos primeiros anos daquela década. O sociólogo Florestan Fernandes discorre sobre sua trajetória de tenentista a comunista, avaliando positivamente sua contribuição para a revolução brasileira em dois textos sintéticos, porém de profundo significado. Os comunistas que se alinhavam a Prestes também realizam seu balanço, procurando concatenar, em *A herança e a esperança*, de 1994, os acúmulos das lutas de até então. Nossa publicação determina este como o ponto de fechamento da cronologia que nos propomos a documentar. Não por entendermos que nenhum tipo de reivindicação ou acolhimento do legado de Prestes tenha ocorrido desde então: apenas por considerarmos que, posteriormente a estes textos, e com as dificuldades da nascente ordem trazida pela contrarrevolução mundial a partir de 1992, um outro momento histórico se coloca a frente dos comunistas brasileiros. E, seja o legado de Prestes ainda mais necessário ou sua reivindicação ainda mais candente, ela agora deverá se dar a partir de nossa dura e diferente realidade perante a qual o próprio a encarou. Para fechar nossa publicação, trazemos ainda um texto inédito de Anita Prestes tratando sobre o legado revolucionário e a

atualidade de Luiz Carlos Prestes para a revolução brasileira hoje.

Escolhemos o trecho de Florestan Fernandes, acima, para abrir esta coletânea de documentos por dois motivos. A data de sua escrita, que muito bem coincide com o início de nosso trajeto aqui, e o tema geral em que se concentrava seu autor naquele momento. Ao editar o livro *Poder e contrapoder na América Latina*, em 1981, Florestan Fernandes deixa claro o objetivo da publicação: estudar e delimitar o problema do poder, no Brasil e no continente (Fernandes, 2015). Suas palavras acima, então, entram em consonância com grandes questões que estarão delimitadas nos documentos de Luiz Carlos Prestes e os comunistas a ele alinhados, basicamente no mesmo período: a questão do poder, da autocrítica e a centralidade da estratégia de fundo, o horizonte comunista, tomam as páginas a seguir.

Qualquer historiador, sociólogo ou demais cientista social sabe muito bem o quão infrutífero seria trocar as datas citadas por Florestan acima, na tentativa de transportar mecanicamente seu escrito para algum momento passado e/ou o presente brasileiro. Entretanto, existe uma situação atual peculiar, onde cada retrocesso que a classe trabalhadora sofre nos remete a um diferente passado, mais ou menos recente. A recuperação da *ótica comunista* é, também, resgatar a tradicional esperança que a classe trabalhadora tem de dias melhores. A necessidade de uma profunda crítica desde a base do que seria a interpretação da formação social brasileira e da morfologia de nossa classe trabalhadora, alinhada ao que seriam as táticas e a estratégia da reconstrução de um movimento dos trabalhadores, em todas as suas vertentes, desde os democratas mais radicalizados até os socialistas e comunistas, segue mais candente do que muitos querem, ou podem admitir¹. Isto nos leva ao segundo motivo para trazermos esta citação:

1 Recente esforço acadêmico, neste sentido, se dá pelo historiador Marcelo Badaró Mattos, no livro *A classe trabalhadora, de Marx ao nosso tempo* (2019). Também Ricardo Antunes, em vertente semelhante em *Os Sentidos do Trabalho* (2015). Na perspectiva de traçar o que corretamente foi denominado de “caminhos”, está o recente livro organizado por Luiz Bernardo Pericás, *Caminhos da Revolução Brasileira* (2019).

compreender que necessitamos retornar ao espírito crítico e a uma ossatura de teoria e prática mais bem alinhada.

Em uma coletânea como esta, cujos documentos aludem aos temas pontuados acima, é necessário apresentar uma visão mais geral de Luiz Carlos Prestes. Fazemos este movimento não apenas porque Prestes é figura-chave dos acontecimentos e documentos que apresentaremos, mas porque existe a necessidade de compreendê-lo enquanto um indivíduo de caráter paradigmático da história brasileira do século XX. Ainda mais: da história do embate entre as forças progressistas e conservadoras, revolucionárias e contrarrevolucionárias do século passado em nosso país. Originalmente em 1987, mas publicado apenas em 1994, Florestan Fernandes nos apresenta esta questão:

A vida de Luiz Carlos Prestes atravessa a história do Brasil e marca, dramaticamente, os limites da atividade libertadora, nacionalista e revolucionária. Tornou-se herói antes de afirmar-se como símbolo das possibilidades frustradas e foi a sua lenda que levou os comunistas até ele [...] Inicia-se assim, uma carreira política ímpar. Luiz Carlos Prestes não foi do comunismo à revolução. Saltou da revolução ao comunismo. O que quer dizer que seu ardor revolucionário inquebrantável possuía raízes no solo histórico do nosso país e da América Latina. Ele nasce e se alimenta da recusa firme e decidida de uma ordem de privilégios, de iniquidades e de formas extremas de exploração e opressão, que são repelidas com intransigência [...] À sedução do poder, ele preferiu a luta tenaz e incerta pela criação de uma nova sociedade. É preciso que se reflita sobre isso, hoje e agora [...] É o caminho de todos os grandes revolucionários da América Latina. *A recusa da sociedade existente, da ordem de iniquidades e do mandão como lobo de outros homens.* (Fernandes, 1995, pp. 134-135).

Tal profundidade de análise é pouquíssimo aproveitada – seja pela historiografia brasileira, seja pelos atuais movimentos políticos que reivindicam o espectro “à esquerda”. De fato, se fossemos levar as palavras de Florestan ainda mais adiante,

chegaríamos à mesma conclusão de Anita Leocádia Prestes, que soube muito bem em seus estudos condensar as contribuições políticas de seu pai, como veremos:

Da mesma maneira que Fidel Castro e os revolucionários cubanos ao lutarem pela emancipação do seu povo se apoiaram na herança de José Martí, a revolução brasileira não poderá avançar sem resgatar o legado de Luiz Carlos Prestes (Prestes, 2015, p. 541).

Estas duas citações encontram-se para nós, neste momento, quase como postulados. Entretanto, há de se salientar que os estudos sobre o marxismo de Prestes, seu salto da “revolução ao comunismo” seu impacto e influência nos setenta anos de vida pública no movimento comunista brasileiro e internacional não cabem neste livro. Tais questões demandariam ainda muita pesquisa de historiadores e historiadoras. Os tópicos apresentados nestes primeiros parágrafos, quais sejam, as críticas e autocríticas, o tema do poder e o horizonte estratégico geral, estes sim são o assunto de nossos documentos, acompanhando todas as linhas escritas, transcritas e agora impressas.

É esta a pretensão desta coletânea: oportunizar aos estudantes e pesquisadores o acesso a documentos que servem como fonte primária para as discussões pertinentes ao movimento comunista brasileiro a partir de 1980. Procuramos propor esta publicação como uma leitura inicial (motivo pelo qual citamos o máximo de obras nesta introdução) para futuras reflexões, além disso, queremos deixar o convite para os historiadores e historiadoras dispender um tempo maior nas formulações marxistas sobre a Nova República – de preferência não apenas de forma contemplativa. Esta interpretação a que referimos, ou, nas palavras de Florestan, a *recuperação da ótica comunista*, foi demasiadamente preterida durante o maior período democrático que vivemos de nossa fase republicana. Resgatar o que nosso país gerou de pensamento crítico é dever de qualquer pensador e lutador honesto e comprometido com as necessárias mudanças em nosso país.

Sobre os textos que integram a coletânea

Os documentos aqui reunidos referem-se a diversos textos, de Prestes e do movimento comunista surgido em seu entorno, como veremos adiante. Todos eles provêm, entretanto, de um marco. Referimo-nos a *Carta aos Comunistas*, de Luiz Carlos Prestes, de Março de 1980. Tal documento inicia as discussões acerca do caráter do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de então. Nos próximos dez anos, Prestes teria incansável atuação buscando criar as condições objetivas para a fundação de um partido revolucionário no Brasil. Neste sentido, outros textos seus aqui reunidos trazem importantes reflexões na elaboração tática e estratégica, como *Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário* (1981) e *Proposta para discussão de um programa de soluções de emergência – contra a fome a carestia e o desemprego* (1982). Também encontram-se nesta publicação o importante pronunciamento *Discurso em Havana na conferência da dívida externa* (1985), além de uma de suas preocupações, possivelmente a que foi não apreendida de modo suficiente, em referência a permanência da tutela militar em nossa Constituição, *Um “poder” acima dos outros* (1988). Além destes, alguns pequenos textos de sua autoria se encontram dentro dos *Ecos a Carta de Prestes* e do *Voz Operária*, com posições pontuais sobre algum tema, como por exemplo o apelo ao resgate de sequestrados da Operação Condor (*Voz Operária*, Outubro/1980), ou uma resposta política ao Partido dos Trabalhadores (*Voz Operária*, Outubro/Novembro/1981).

De sua filha, Anita Leocádia Prestes, professora de história na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), reproduzimos o texto *A que herança devem os comunistas renunciar*, de 1981. Este texto, junto com a *Carta*, realiza uma profunda crítica e autocrítica sobre a visão teórico-estratégica da revolução brasileira no momento da ruptura, marcando a saída de ambos do Partido, assim como de outros quadros históricos, militantes e diversos organismos de base do PCB.

Um mês após a publicação da *Carta aos Comunistas*, temos o início da produção de um importante documento, cujo

nome já anuncia sua função: *Ecos a Carta de Prestes*. Periódico de dimensões e publicação reduzida, de função destinada a explicar e escrutinar as divergências entre os dirigentes do Partido, tendo como referência, claro, a *Carta*. Em setembro, ainda de 1980, o grupo de comunistas alinhados a Prestes se entrega a tarefa de publicar o *Voz Operária*, em oposição ao então jornal do PCB, *Voz da Unidade*, resgatando o antigo nome do órgão impresso dos comunistas. Do primeiro periódico, encontram-se neste livro três, dos quatro números existentes, aos quais tivemos acesso graças ao Arquivo Edgar Leuenroth (AEL). Do segundo, publicamos os números que também se encontram no AEL², além de uma edição existente no sítio do Instituto Luiz Carlos Prestes (a de número 174), cedido gentilmente por sua presidenta, Anita Prestes.

O último texto assinado pelos “comunistas que se alinhavam as posições de Luiz Carlos Prestes” é intitulado de *A Herança e a Esperança* (1995). O texto, significativamente mais denso, diferindo dos citados acima, que possuem caráter de jornal e panfleto, procura realizar um balanço político destes dez anos de volta de Luiz Carlos Prestes ao Brasil e as tentativas de organização de um partido revolucionário, buscando aliar este saldo organizativo aos novos anos de neoliberalismo no nosso país³.

Igualmente parte deste *corpus* documental provindo do movimento alinhado a Luiz Carlos Prestes, temos o *Jornal Avançando*, da tendência estudantil Juventude Avançando, organização juvenil criada ainda nos anos 1980 que buscava tanto a disputa de diretórios centrais dos estudantes, como os congressos da União Nacional dos Estudantes (a UNE).

Optamos por reproduzir, igualmente, dois textos de Florestan Fernandes sobre Luiz Carlos Prestes. O primeiro, intitulado *Luiz Carlos Prestes, esperança e revolução*, provindo

2 Vale lembrar que não apenas o Arquivo não possui a completude dos textos do *Voz Operária*, como boletins regionais e/ou especiais para congressos da CUT ou congressos similares de trabalhadores também foram produzidos. Uma pesquisa de fôlego para recuperar e mesmo arquivar corretamente todo este *corpus* ainda está por ser feita pelos historiadores e historiadoras do Brasil.

3 Sobre a desertificação neoliberal e a difícil conjuntura dos anos 1990 para os trabalhadores, ver os livros de Ricardo Antunes: *O Continente do Labor* (2013) e *A Desertificação neoliberal* (2005).

de uma publicação sindical, citado acima, originalmente de 1987, já conheceu reproduções pela editora Ática, em 1995 e pela Expressão Popular em 2015. O segundo, *O Herói sem Mito*, de 1990, foi escrito por Florestan na ocasião da morte de Prestes. A inclusão dos textos de Florestan dentre documentos políticos e jornais de caráter partidário se dá pela importância nós atribuímos à sua interpretação histórica e sociológica das posições de Prestes. Também pela trajetória do sociólogo paulista cujas posições por vezes convergiram com as de Prestes em um importante momento da conjuntura brasileira, da qual Florestan não foi mero espectador acadêmico. Finalmente, há de se referenciar sua influência, tanto em Prestes, em seus últimos anos de vida (Prestes, 2012, 2015), quanto nos jovens organizados na Juventude Avançando, conforme demonstraremos a seguir, partindo da interpretação dos textos de seu jornal.

A reunião destes documentos, basilares dessa nova postura do movimento comunista à época, nos parece ser o primeiro passo, essencial, para qualquer “História do Movimento Comunista Brasileiro” a partir de 1980 – motivo pelo qual optamos por dispô-los em ordem cronológica, o que também possibilita perceber o desdobrar da vida política brasileira através deles. Não que refletissem perfeitamente as ações de indivíduos, ou que as palavras escritas fossem, posteriormente, cristalizadas em ação, perfeitamente alinhada ao pensamento do novo paradigma tático-estratégico esboçado por Prestes no exterior e apresentado aos militantes no Brasil. Para isto, é necessário mais pesquisas, de aspecto nacional e regional, centradas, entre outras, na atuação dos indivíduos⁴. Entretanto, os documentos possuem carga representativa de elaboração e

4 O livro de Lincoln Secco, *A Batalha dos Livros* (2017), nos dá um parâmetro de um importantíssimo aspecto da formação da esquerda brasileira nos últimos cem anos, os aparatos intelectuais utilizados: “editoras, livrarias, bibliotecas, escolas de quadros, jornais, revistas, livros, aulas, reuniões, comícios, etc”. Visto que nossa publicação trata-se de um dossiê de documentos, vale lembrar que jornais e demais publicações não brotam do nada: possuem larga história anterior de empenho humano e angústia terrena na sua elaboração, organização, impressão (clandestina) e distribuição (também clandestina)... questões todas igualmente pertinentes ao nosso objeto, constituindo mais uma oportunidade de pesquisa.

esforço militante. Desta forma, este livro é uma primeira tentativa (ainda incompleta) de reunião destes documentos, que podem fomentar em jovens estudantes a vontade de estudar e compreender o movimento comunista entre os anos de 1980 a 1990, e a centralidade ideológica ímpar de Luiz Carlos Prestes neste processo.

Historiografia e interpretação

A ruptura de Luiz Carlos Prestes com o PCB encontra pouco eco na historiografia brasileira. Edgar Carone talvez tenha sido o primeiro a dedicar-lhe atenção, ao incluir, ainda nos anos 1980, ambos os documentos de Prestes, a *Carta aos Comunistas*⁵ e a *Proposta para a discussão de um programa de soluções de emergência contra a fome a carestia e o desemprego*, dentre outros textos do mesmo período sobre as idas e vindas do movimento comunista e do PCB, no terceiro volume de sua obra dedicada ao Partido Comunista, *O PCB (1964 a 1982)*. Também ao historiador paulistano Prestes cedeu longa entrevista, em 1982, publicada na Revista Novos Rumos, em 2000 (Carone, 2000). Entrevistas que seguiram durante esta década, seja de caráter de depoimento histórico, como as utilizadas por Anita Prestes (2012, 2015) e Marly de Almeida Gomes Vianna (2011), seja as que acabaram gerando livros à parte, como *Prestes: Lutas e autocríticas* (1982), de Dênis de Moraes e Francisco Vianna e *Prestes Hoje* (1983), coletânea de entrevistas e textos, organizada pela editora Codecri⁶. Nestas entrevistas, aprofundam-se o caráter autocrítico e a reflexão sobre a conjuntura brasileira no que tange as tarefas necessárias para o movimento dos trabalhadores, em especial o comunista⁷.

5 A *Carta* também foi publicada separadamente, pela Editora Alfa-Ômega, em 1980. Utilizamos ambos para a edição aqui apresentada. A edição referida de 1980 apresentava também um texto de Graciliano Ramos e outro de Aldo Lins e Silva, ambos sobre o autor da *Carta*.

6 Em que pese as posteriores críticas feitas por Luiz Carlos Prestes ao livro de Dênis de Moraes e Francisco Vianna (Prestes, 2012), devido a sua organização e apresentação das ideias do entrevistado.

7 Deve-se também prestar atenção às entrevistas cedidas a programas de televisão, destacando-se, por exemplo, a sua entrevista no programa *Roda Viva* (1986). A grande maioria destas entrevistas encontram-se no *youtube*, mas também é possível encontrar na internet suas transcrições, como no sítio do

Desde então, ainda poucos trabalhos foram lançados sobre este período. Anita Prestes oferece uma série de publicações em que resgata o pensamento de seu pai e sua atuação nos movimentos tenentista e comunista, partindo de sua tese de doutorado “A coluna Prestes”, de 1989, publicada em 1997, seguindo-se de diversos trabalhos, sobre o tenentismo, os movimentos antifascistas de 1935, a “Campanha Prestes”, e, finalmente, os volumes que dissertam também sobre os últimos anos da vida de Prestes. Referimo-nos a *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)* de 2012, até seu mais completo estudo, a biografia *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*, publicada em 2015. Nestes dois últimos, encontra-se bem delineado a intenção de Prestes de perseguir uma concepção estratégica revolucionária para o Partido Comunista e, a partir de sua ruptura, a disputa para criar as condições objetivas para o surgimento de um partido efetivamente revolucionário.

A tese de doutorado de José Milton Pinheiro de Souza (2014) vem para completar uma importante lacuna na historiografia brasileira: a das elaborações tático-estratégicas do PCB em seus anos de exílio, levando em conta a percepção de Prestes e sua ruptura com o Comitê Central. Entretanto, nenhum dos documentos que trazemos nesta coletânea é citado em sua tese, o que teria enriquecido em muito sua análise.

Temos ainda um artigo isolado em sua temática na Revista Perseu, “Uma rede prestista: Os diversos fios dos ‘filhos’ da *Carta aos Comunistas* no PDT”, de Izabel Cristina Costa, que tem o mérito de tentar apreender a cronologia e as ações do movimento comunista alinhado à Prestes, trazendo entrevistas de antigos militantes da Juventude Avançando e demonstrando suas atuações no movimento estudantil. O problema de seu trabalho reside no foco demasiadamente centrado no Partido Democrático Trabalhista (PDT), e na concepção de uma rede “afetiva”, que ligava os militantes – afirmação esta feita após o depoimento de poucos militantes e que acaba diminuindo a forte

marxists.org: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/index.htm>. Há de se registrar também uma interessante participação de Prestes no documentário *Abolição* (1988), de Zózimo Bulbul.

disputa política e ideológica dentro e fora do PCB e a vida clandestina que muitos militantes levaram durante toda a “abertura”.

Desta breve listagem, vemos que dois elementos se coadunam: que a documentação primária aqui publicada ainda necessita de pesquisa e atenção da nossa historiografia; e que, tendo esta documentação em vista, o caráter de disputa político-ideológica que marcou o eferescente momento político brasileiro pós-1979 não pode ser compreendido em sua totalidade sem abordar as posições de Luiz Carlos Prestes e os comunistas a ele alinhados.

Isso sem levarmos em conta, neste primeiro momento, as formas regionais completamente diversas que influenciaram os “comunistas que se alinhavam...”. Pouco, ou quase nada sabemos sobre a militância e a construção de diversas correntes, organizações e núcleos de comunistas⁸ que se guiavam a partir das posições de Luiz Carlos Prestes – principalmente após a sua morte, visto que muito das atividades destes comunistas podem ser acompanhados através da documentação que aqui publicamos. As tentativas de reuniões de grupos, de Eloy Martins à família Pinheiro-Machado e o Instituto Olga Benário no Rio Grande do Sul; o grupo organizado por Manoel Alves Ribeiro, o “Seu Mimo” em Santa Catarina; os núcleos que se reuniram ao entorno do próprio Prestes, estudantis e nos sindicatos da capital carioca; os grupos organizados por Gregório Bezerra (que deram origem a algumas organizações distintas e mesmo partidárias); a atuação de Maria Aragão no Maranhão⁹; e, claro, a trajetória dos diversos núcleos rompidos com o PCB mencionados pela documentação apresentada neste livro. Esta rede, tortuosa e diversa, num país continental como o nosso, de fato ainda necessita de historiadores e historiadoras

8 Que, não raro, publicavam jornais, atuavam em centrais de estudantes e trabalhadores, ou mesmo possuíam algum nível de envolvimento com legendas partidárias, lançando e elegendo candidatos nas principais cidades brasileiras. Os documentos presentes aqui abordam algumas destas ações.

9 Sobre esta última, temos recentemente a publicação de suas memórias, em que a trajetória e também seu envolvimento com a ruptura de Prestes com o PCB tomam forma (Neto, 2015).

que se dediquem a desvelar os pensamentos e as atuações daqueles homens e mulheres.

Há também de se compreender estas diferenças regionais tentando realizar um apanhado deste momento do movimento comunista brasileiro em suas diversas expressões, tarefa que demandará mais pesquisas locais nas regiões de nosso país. O trabalho seguinte exigirá um extenso mapeamento e genealogia destas pessoas e demais organizações que surgiram após a morte de Prestes. Muitos ingressaram em outras organizações, no PDT, no PT, voltaram ao PCB após a refundação do partido no final dos anos 1990, acabaram por criar coletivos e partidos, etc.

As respostas que podem surgir destas pesquisas, levando em consideração formulações que acabaram por não ser hegemônicas dentre a esquerda brasileira, a partir deste contexto de formação da “Nova República” e as contemporâneas alternativas que visavam a ruptura socialista, podem ser imprescindíveis para nosso futuro. Não se pode renegar a reflexão histórica e política de diversos lutadores de nosso povo sem descartar também os horizontes levantados por estes mesmos indivíduos históricos. E a *ótica comunista* de Luiz Carlos Prestes e seus camaradas se insere neste plano.

Como interpretar, preliminarmente tais documentos? O impacto da saída de Prestes do partido que o próprio construiu por, até então 45 anos, cria uma situação ímpar no país entre os comunistas. Do período da publicação de sua *Carta*, até sua morte, tempo de praticamente dez anos, começa-se a estabelecer pelo Brasil uma rede de militantes comunistas que decidem reunir-se para, em um primeiro momento, retomar o PCB, procurar dar coesão a suas ações individuais ou mesmo reunirem-se a parte do Partido. A única coesão possível, dentro de tal cenário, é a ideológica, iniciando com a *Carta aos Comunistas*. Justamente, já em Abril de 1980, temos a primeira publicação do *Ecos a Carta de Prestes*, que teria quatro números, publicada até Julho de 1980. Em Setembro, estas mesmas pessoas se entregavam à tarefa de publicar o *Voz Operária*, resgatando o célebre nome do periódico do Partido Comunista – agora assinado como “Órgão central do Partido

Comunista Brasileiro: Dos Comunistas que se alinham às posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes”. Tal publicação iria continuar até 1983 (Prestes, 2012, p. 247).

Estes documentos versavam principalmente sobre a defesa das posições políticas de Prestes, mas, mais que isso, elaboravam, inicialmente, uma linha geral de “salvamento do PCB”, demonstrando os principais comitês estaduais que se alinhavam ao ex-secretário geral do Partido Comunista (em um primeiro momento os do Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Ceará e Sergipe). Procuravam conjuntamente estabelecer as principais linhas de ação condizentes com as necessidades do andar da luta de classes no país: a centralidade da derrota da ditadura, contra qualquer tipo de conciliação, a construção de uma Central Única dos Trabalhadores e o apoio ao Novo Sindicalismo, ao invés do apoio ao “peleguismo” da época (Prestes, 2012, pp. 247-257).

Os *Jornal Avançando* por outro lado, foram produzidos por jovens na época em idade universitária, sendo, via de regra, membros do Partido Comunista, ou fazendo parte de sua zona de influência. Com o retorno ao Brasil de muitos líderes políticos, a partir de 1979, como Prestes e Gregório Bezerra, e com a publicação da *Carta*, decidem igualmente aderir à visão dos “comunistas que se alinhavam...” e a construção das condições objetivas do partido revolucionário. Desta forma, diferentemente dos primeiros momentos do *Ecos* e do *Voz Operária*, o *Jornal Avançando* não trata do “resgate” do PCB. Seus textos procuram aglutinar as forças estudantis ao apoio das greves gerais, dos CONCLAT, do apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), etc. Fortemente influenciados pela visão de Prestes e de Florestan Fernandes, o *Jornal Avançando* chama a juventude universitária a tomar lado nas distensões e disputas da classe trabalhadora, aliando suas tarefas imediatas do movimento estudantil ao movimento operário em geral. Não se discutia apenas a questão concreta do Movimento Estudantil e do futuro da UNE: cada linha, cada parágrafo dos escritos estava completamente centrado na discussão da revolução. A tentativa de maturar uma visão teórico-estratégica da revolução socialista brasileira e a

influência de Florestan Fernandes são marcas dos documentos. Esta intenção, de firmar-se tão contundentemente na discussão tático-estratégica possui um motivo específico (compartilhado pelo conteúdo do *Voz Operária* e do *Ecos*): estes jovens homens e mulheres estavam determinados a não repetir os erros passados e presentes. Por todos os lados, na maioria das correntes de esquerda, marxistas e comunistas, imperava a abnegada capitulação ao discurso dos militares da abertura lenta gradual e segura. O caráter conservador que se impunha na transição da ditadura para a democracia no Brasil é tema onipresente nos *Jornal Avançando*¹⁰.

O *Ecos à Carta de Prestes* e as primeiras edições do *Voz Operária* devem ser encarados como uma tentativa empenhada na disputa do partido e das direções políticas das táticas e estratégias adotadas então pelo PCB. Diferentemente de abordar apenas as discussões dos comitês centrais, os documentos que trazemos mostram uma série de organizações de base e militantes ligados diretamente às lutas contra o fim da ditadura que se acirravam, reagindo a diversas situações impostas pela troca de direção que o Partido havia sofrido e procurando encaminhar um sentido para os movimentos que surgiam com força no final dos anos 1970. Após estes primeiros anos, vemos uma intensificação nas matérias do *Voz Operária*, procurando estabelecer as políticas e as táticas gerais a serem adotadas pelo movimento dos trabalhadores, a disputa de sindicatos e instâncias representativas dos trabalhadores, além de uma preocupação internacionalista ressaltada, replicando notícias do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), de Cuba e aliando-se às lutas latino-americanas (em especial do Paraguai, Nicarágua e El Salvador). Semelhante caminho toma o *Jornal Avançando*, como mencionamos acima.

10 Remetemos novamente a obra de Florestan Fernandes. Primeiramente, a *Que tipo de República?* (1986) e *Nova República?* (1986b). No primeiro, reunião de seus artigos na Folha de São Paulo, é possível perceber em textos político contundentes os caminhos possíveis e as derrotas quase que em tempo real. O segundo livro nos traz uma análise mais centrada e sociológica, refletindo sobre as reais permanências autoritárias de pressão de classe e econômica sobre os trabalhadores na tão propalada “Nova” República. Em *A Constituição Inacabada* (1989), novamente em artigos, vemos de forma crescente os problemas na criação da nossa Constituição de 1988.

A evolução do pensamento de Luiz Carlos Prestes nestes últimos dez anos de vida impressiona pela sobriedade, autocrítica e análise de conjuntura. Se Luiz Bernardo Pericás (2019), na introdução de sua coletânea, determinou os anos 1980 como um refluxo, ou esfriamento, nas reflexões sobre a “revolução brasileira”, havendo apenas esforços pontuais, como o já citado *O que é revolução*, de Florestan Fernandes, vemos Prestes nadando mais uma vez em correnteza contrária, estabelecendo fortemente sua nova perspectiva acerca das possibilidades revolucionárias e, principalmente, da construção da organização que a levaria a cabo.

Já em princípios dos anos 1970, em exílio, Prestes dedicaria boa parte de seu tempo ao estudo, de clássicos do marxismo e de textos de Florestan Fernandes. Suas primeiras reflexões a partir deste contexto referem-se a dois interessantes textos recentemente publicados, *Aspectos na luta contra o subjetivismo no 49º aniversário do PCB* e *Como cheguei ao comunismo*, de 1971 e 1973, respectivamente (Prestes, 2019b). Enquanto no primeiro texto encontra-se já delineado importantes postulados, como a necessária crítica a cópia de modelos revolucionários de outros países para simples aplicação na realidade brasileira (tema novamente abordado, de outra maneira, na *Carta aos Comunistas*), no segundo texto vemos algumas reflexões de caráter autobiográfico, em que o então secretário geral do PCB analisa os pontos que o fizeram adotar a ideologia comunista (Prestes, 2015, pp. 449-453 e Prestes, 2019b). A intensa disputa que se dá a partir da reorganização do CC do PCB no exílio forçam Prestes a realizar cada vez mais intenso debate sobre as resoluções a ser tomadas pelo Partido.

Culminando então com os primeiros postulados colocados pela *Carta aos Comunistas*: a disciplinada conduta na busca pelas condições objetivas de um partido revolucionário, alinhado sempre à leitura correta da realidade que se pretendia transformar. As interpretações errôneas sobre a evolução socioeconômica do Brasil, sem atentar para seu caráter de capitalismo dependente, subjugado pelo imperialismo, pelos monopólios e pelo latifúndio, não poderiam gerar a estratégia correta para a revolução brasileira – quanto menos táticas

acertadas. E, na busca pelo partido revolucionário, Prestes era categórico:

Não se pode separar a elaboração de uma estratégia revolucionária da estratégia de construção de uma organização revolucionária. Ambas se condicionam reciprocamente. A estratégia revolucionária é a condição da eficiência da organização, e a organização é a condição da formulação de uma estratégia correta (Prestes, 1980).

A visão estratégica geral, as necessárias autocríticas e a visão tática de aglutinação do povo em suas lutas imediatas seguem nos dois textos seguintes, *Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário* (1981), onde apresenta um denso balanço das estratégias e visões acerca de nosso país dos últimos quarenta anos; e no *Proposta para discussão de um programa de soluções de emergência – contra a fome a carestia e o desemprego* (1982), onde Prestes pontua os problemas mais sentidos pela população e sobre como uma organização deveria lutar pela melhoria nas condições de vida. Este, afinal, único modo de uma teoria revolucionária de fato se provar e se estabelecer como alternativa para as massas: lutando e conquistando direitos.

O momento vivido pelo Brasil após a implementação da Ditadura Militar e sua intensificação de caráter fascista¹¹, necessitava de uma organização que estivesse à altura das tarefas então dispostas, para realizar a “revolução democrática”, tão enfatizada por Florestan Fernandes (2018), que poderia abrir caminho para outro tipo de desenvolvimento das lutas do povo brasileiro. Entretanto, mesmo com diversas oportunidades se abrindo à classe trabalhadora, como os últimos capítulos de Octávio Ianni tão otimistamente apontavam na destruição da “ditadura do capital” (Ianni, 2019), muitas batalhas foram perdidas. A forte postura de Prestes frente à Constituinte e à

11 Para uma leitura sobre o Golpe de 1964, segue candente o clássico de René Dreifuss (1987). Sobre a fascistização da Ditadura Militar, ver: *Poder e contrapoder na América Latina* (2015), de Florestan Fernandes e “Três Regimes Autoritários Na História Do Brasil Republicano: o Estado Novo (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) e o Regime Atual (a partir do golpe de 2016)” (2019) de Anita Prestes.

Constituição de 1988 também chama atenção. Apenas dois anos antes de sua morte, Prestes reforçava sua convicção em uma das suas opiniões menos incorporadas pela historiografia e movimentos sociais brasileiros: a tutela militar vigente desde o início da “Nova República” (Prestes, 2018). Tal assunto ressurge e ganha significação ainda mais retumbante nos dias atuais, principalmente desde o Golpe de Estado de 2016 – e talvez seja aqui onde reside a aludida *ótica comunista*, para compreender os movimentos do capital, as tarefas imediatas e as formas de se alcançar algum tipo de vitória.

Sobre a edição dos textos

Foram necessárias algumas mudanças e escolhas na edição dos documentos. A grande maioria deles foi publicada em jornais que buscavam certa circulação, mais ou menos restrita, dada a conjuntura de repressão e censura, e mesmo devido ao público alvo e o trabalho político de base. Por vezes, os textos lançam mão de artifícios para pontuar ou prender a atenção do leitor, como frases inteiras em negrito, caixa alta, itálico ou sublinhado. Em outros momentos, diversos neologismos. Procuramos manter estas características por fidelidade à forma, além do mais importante: dar ao leitor a possibilidade de perceber o que se escolhia enfatizar. Entretanto, também procuramos deixar os textos o mais “corrido” possível, para serem impressos e facilitar a leitura. Desta forma, perde-se as paginações originais e, por vezes, as diversas exortações em caixas e frases soltas ao pé das páginas como “organize-se”, “leia, discuta”, “mande sua opinião ao Voz Operária e a Prestes”, etc. Ocorria, ocasionalmente, um texto ter sua continuação em uma página diferente na ordem original, e, nesta publicação, juntamos as partes. Valorizamos sempre o conteúdo. Nos textos mais densos, com citações e notas de rodapé, também mantivemos a originalidade, ocasionando em diversas formas de citação. A única mudança na escrita se deve à atualização da norma gramatical corrente – com exceção dos já referidos neologismos. As notas de rodapé são sempre as originais, exceto quando acompanhadas de [N. do E.], isto é, “nota do editor”.

Comentários finais

Neste texto, nos limitamos a apresentar os documentos, as possibilidades de estudo e os principais temas que giram entorno do *corpus* documental aqui reunido. Mesmo assim, já inicialmente, é importante frisar o papel que os historiadores e historiadoras devem adotar frente ao nosso passado. Por se tratar de documentos que versam diretamente sobre o fim da ditadura militar, não podemos aqui reforçar o que foi chamado, corretamente, de “revisonismo” (Melo, 2014), corrente histórica que trouxe para suas análises argumentos do próprio regime ditatorial e que busca, até mesmo, culpar as vítimas ou os lutadores sociais por terem feito aquilo que as tarefas históricas deles exigiram. Esperamos que este trabalho contribua na posterior interpretação e pesquisa por parte de historiadores e historiadoras a vencer, um por um, os desafios que a pesquisa e a realidade brasileira nos impõem.

Bibliografia e Fontes

Documentos

Comunistas que se alinham com as posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes. A Herança e a Esperança – 1995.

Ecos à Carta de Prestes. Nº 1 / Abril / 1980.

_____. Nº 2 / Maio / 1980.

_____. Nº 3 / Junho / 1980.

Jornal Avançando. 1983.

_____. 1984

_____. Avançar na Luta – uma contribuição para o 16º Congresso na UCE. 1985.

Prestes, Anita. A que herança devem os comunistas renunciar? (1980)

Prestes, L. C. Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário (1981).

_____. Proposta para discussão de um programa de soluções de emergência – contra a fome a carestia e o desemprego (1982).

- _____. Discurso em Havana na conferência da divina externa (1985).
- _____. Um “poder” acima dos outros (1988).
- Voz Operária. Nº 162 – Outubro/1980.
- _____. Nº 165 – Janeiro/1981.
- _____. Nº 166 – Fevereiro/1981.
- _____. Nº 167 – Março/1981.
- _____. Nº 168 – Abril/1981.
- _____. Nº 174 – Outubro/Novembro/1981.
- _____. Nº 182 – Julho/1982.
- _____. Nº 183 – Agosto/1982.
- _____. Nº 184 – Setembro/1982.
- _____. Nº 185 – Outubro/1982.
- _____. Nº 186 – Novembro/1982.

Bibliografia Geral

- ANTUNES, Ricardo. *A Desertificação Neoliberal (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, Editora Autores Associados, 2005.
- _____. *O Continente do Labor*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- _____. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2015.
- BADARÓ, Marcelo. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1964 a 1982)*. Volume 3. São Paulo, Difel, 1982.
- _____. “Entrevista Luís Carlos Prestes”. **Novos Rumos**. Marília, n. 33, p. 2-40, 2000.
- COSTA, Izabel Cristina G. “Uma rede prestista: Os diversos fios dos ‘filhos’ da *Carta aos Comunistas* no PDT”. **Perseu**. Rio de Janeiro, n. 9, p.145-172, mai. 2013.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- _____. *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1986b.
- _____. *A Constituição inacabada*. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.
- _____. *O Herói sem mito*. 1990. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/prestes/05.htm>

_____. “Luís Carlos Prestes: esperança e revolução”. In: *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo, Ática, 1995.

_____. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

_____. *O que é revolução*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

MELO, Demian Bezerra (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Consequência, 2014.

MORAES, Dênis de e VIANNA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1985.

NETO, Euclides Moreira. *Maria por Maria, ou: a saga da besta-fera nos porões do cárcere e da ditadura* (Depoimento autobiográfico da médica e da militante comunista Maria José Aragão). São Luís, Engenho, 2015.

PACHECO, Maria Abília de Andrade. Taiguara: a volta do pássaro ameríndio (1980-1996). 2013. 317 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PERICÁS, Luiz Bernardo. (org). *Caminhos da Revolução Brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2019.

PRESTES, Anita Leocádia. “A que herança devem os comunistas renunciar?” *Oitenta*. Porto Alegre, LP&M, n. 4, 1980.

_____. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

_____. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo, Boitempo, 2015.

_____. *Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da gestapo*. São Paulo, Boitempo, 2017.

_____. “Luiz Carlos Prestes, a Constituinte e a Constituição de 1988”. **Revista Virtual En_Fil – Encontros com a Filosofia**, v. 9, p. 1-14, 2018.

_____. “Três Regimes Autoritários Na História Do Brasil Republicano: o Estado Novo (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) e o Regime Atual (a partir do golpe de 2016)”. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 108-129, 2019.

- _____. *Textos resgatados do esquecimento*. Marília, Lutas Anticapital, 2019b.
- PRESTES, Luiz Carlos. *Carta aos comunistas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
- _____. *Prestes Hoje*. Rio de Janeiro, Codecri, 1983.
- _____. “Aspectos da luta contra o subjetivismo no 49º aniversário do PCB”. In: PRESTES, Anita Leocádia. *Textos resgatados do esquecimento*. Marília, Lutas Anticapital, 2019.
- _____. “Como cheguei ao comunismo”. In: PRESTES, Anita Leocádia. *Textos resgatados do esquecimento*. Marília, Lutas Anticapital, 2019.
- SECCO, Lincoln. *A Batalha dos Livros*. Cotia, Ateliê Editorial, 2017.
- SOUZA, José Milton Pinheiro de. *O PCB e a ruptura da tradição: dos impasses das formulações do exílio ao exílio da política no Brasil (1971-1991)*. 2014. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

Carta aos Comunistas (1980)

Luiz Carlos Prestes

Rio de Janeiro, março de 1980

Companheiros e amigos!

De regresso ao Brasil, pude nos meses já decorridos, entrar em contato direto com a realidade nacional e melhor avaliar os graves problemas que enfrenta o PCB, o que me leva ao dever de dirigir-me a todos os comunistas, a fim de levantar algumas questões que, em minha opinião, tornaram-se candentes para todos os que, em nosso País, de uma ou de outra forma, interessam-se pela vitória do socialismo em nossa Terra. E é baseado no meu passado de lutas e de reconhecida dedicação à causa revolucionária e ao PCB, que me sinto com a autoridade moral para dizer-lhes o que penso da situação que atravessamos.

Sinto-me no dever de alertar os companheiros e amigos para o real significado da vasta campanha anticomunista que vem sendo promovida nas páginas da imprensa burguesa. Campanha esta visivelmente orquestrada pelo regime ditatorial, visando a desmoralização, a divisão e o aniquilamento do PCB. Fica cada vez mais evidente que, através de intrigas e calúnias, o inimigo de classe – após nos ter desferido violentos golpes nos últimos anos – pretende agora minar o PCB a partir de dentro, transformando-o num dócil instrumento dos planos de legitimação do regime. Este é o motivo pelo qual as páginas da grande imprensa foram colocadas à disposição de alguns dirigentes do PCB, enquanto em relação a outros o que se verifica é o boicote e a tergiversação de suas opiniões. Basta lembrar a matéria publicada no Jornal do Brasil de 3 de fevereiro último, quando esse jornal falseia a verdade ao dizer que me recusei a manifestar minha opinião e, ao mesmo tempo, serve de veículo a uma série de calúnias e acusações que lhe teriam sido fornecidas por algum dirigente que não teve a coragem de se identificar.

Seria de estranhar, se não estivesse claro o objetivo deliberado de liquidação do PCB, a preocupação, revelada insistentemente, pela imprensa burguesa com a democracia interna e a disciplina em nossas fileiras. Os repetidos editoriais e comentários que vem sendo publicados ultimamente a esse respeito são sintomáticos. Demonstram o propósito do regime de desarticular as forças de oposição e, em particular, os comunistas para melhor pôr em prática a estratégia de realizar mudanças em sua estrutura política visando preservar os interesses dos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros que representa.

Diante de tal situação não posso calar por mais tempo. Tornou-se evidente que o PCB não está exercendo um papel de vanguarda e atravessa uma séria crise já flagrante e de conhecimento público, que está sendo habilmente aproveitada pela reação no sentido de tentar transformá-lo num partido reformista, desprovido do seu caráter revolucionário e dócil aos objetivos do regime ditatorial.

Devo destacar que, não obstante o heroísmo e abnegação dos militantes comunistas que sacrificaram suas vidas e dos demais que contribuíram ativamente na luta contra a ditadura e para as conquistas já alcançadas por nosso povo, e pelas causas justas por que tem combatido o PCB em sua longa existência, é necessário, agora, mais do que nunca, ter a coragem política de reconhecer que a orientação política do PCB está superada e não corresponde à realidade do movimento operário e popular do momento que hoje atravessamos. Estamos atrasados no que diz respeito à análise da realidade brasileira e não temos respostas para os novos e complexos problemas que nos são agora apresentados pela própria vida, o que vem sendo refletido na passividade, falta de iniciativa e, inclusive, ausência dos comunistas na vida política nacional de hoje.

A crise que atravessa o PCB expressa-se também na falência de sua direção que, entre outras graves deficiências, não foi capaz de preparar os comunistas para enfrentar os anos negros do fascismo, facilitando à reação obter êxito em seu propósito de atingir profundamente as fileiras do PCB, desarticulando-o em grande parte. Não foi a direção do PCB

capaz nem ao menos de cumprir o preceito elementar de separar com o necessário rigor a atividade legal da ilegal. Inúmeros companheiros tombaram nas mãos da reação em consequência da incapacidade da direção, que não tomou as providências necessárias para evitar o rude golpe que atingiu nossas fileiras nos anos de 1974 e 1975.

Ao mesmo tempo, graves acontecimentos tiveram lugar na direção do PCB, que, devido à situação de clandestinidade em que nos encontramos, estou impossibilitado de revelar de público. Tais circunstâncias estão sendo utilizadas pela atual direção do PCB para desencadear uma onda de boatos e calúnias e para, numa tentativa desesperada de se manter no poder e conservar o status-quo, ocultar a verdade da maioria dos companheiros. Assim, vem sendo levantada a bandeira da unidade do PCB para na realidade encobrir uma atividade divisionista e de simples acobertamento de graves fatos ocorridos na direção. Na verdade, uma real unidade em torno de objetivos politicamente claros e definidos inexiste há muito tempo.

Nessas condições, sinto-me no dever de alertar os comunistas para a real situação da atual direção do PCB: uma direção que não funciona como tal e não é capaz de exercer o papel para o qual foi eleita, um Comitê Central em que não é exercido o princípio da direção coletiva – caracterizado pela planificação e o controle das resoluções tomadas pela maioria — , no qual reina a indisciplina e a confusão, em que cada dirigente se julga no direito de fazer o que entende. Na prática, inexiste uma direção do PCB. A situação chegou a tal ponto que fatos e assuntos reservados, que eram de conhecimento exclusivo dos membros do CC, estão sendo revelados à polícia por intermédio das páginas da imprensa burguesa, causando a justa indignação da grande maioria de nossos companheiros e amigos.

Sem me propor, nesta carta, a analisar as causas profundas que determinaram a situação a que chegou o movimento comunista em nossa Terra, considero, no entanto, necessário tornar claros os meus pontos de vista sobre algumas questões fundamentais, de forma que os companheiros e amigos possam julgar sobre sua justiça. Ao mesmo tempo, quero deixar

claro que não me eximo de minha parcela de responsabilidade e me considero o principal responsável pelos erros e deformações existentes no PCB. Minha atitude não é de fugir à necessária autocrítica – em palavras e na prática —, mas, ao contrário, de tomar a iniciativa de torná-la pública, procurando, assim, contribuir para o avanço da luta pelos ideais socialistas em nosso País e para a reorganização do movimento comunista do Partido Comunista.

Numa atitude diametralmente oposta, a atual direção do PCB – apesar dos graves acontecimentos ocorridos nos últimos anos – nega-se a uma séria e profunda autocrítica. Quando muito, satisfaz-se com a realização de repetidas e já desmoralizadas autocríticas formais, que, entretanto, nunca se tornam uma realidade palpável. Assim, nega-se a direção atual a reconhecer que a situação do País sofreu grandes transformações, tornando necessária uma ampla discussão democrática de todos os problemas, incluindo as resoluções do último Congresso do PCB. Recusa-se a analisar com espírito crítico se são de todo acertadas as resoluções desse Congresso e pretende ainda agora apresentá-las como um dogma indiscutível para, com base nelas, exigir uma suposta unidade partidária, que lhe permita encobrir e conservar por mais algum tempo a atual situação do Partido e de sua direção.

Na verdade, a justa preocupação da maioria dos comunistas com a unidade do PCB vem sendo utilizada pela atual direção como um biombo para tentar ocultar a falta de princípios reinante nessa direção, o apego aos cargos e postos, o oportunismo dos que mudam de posição política para atender a interesses pessoais, a tradicional conciliação em torno de formulações genéricas que nada definem e que visam apenas a manutenção do status-quo, deixando, ao mesmo tempo, as mãos livres para que cada dirigente faça o que bem entenda. Citarei apenas um exemplo: o mesmo Comitê Central que em outubro de 1978 aprovava e distribuía ao Partido um documento político, contra o qual votaram apenas dois membros da direção, poucos meses depois, no começo de 1979, se propunha a aprovar um novo documento com orientação política oposta ao primeiro, sem antes ter feito um balanço da aplicação

e dos resultados obtidos com a política apresentada em outubro de 78. O meu repúdio, na qualidade de Secretário Geral do PCB, a tal tipo de procedimento levou a que a maioria do CC, revelando mais uma vez sua verdadeira face oportunista e total falta de princípios, recuasse e se chegasse à aprovação de um documento de conciliação, anódino e inexpressivo, em maio do ano passado.

O oportunismo, o carreirismo e compadrismo, a falta de uma justa política de quadros, a falta de princípios e a total ausência de democracia interna no funcionamento da direção, os métodos errados de condução da luta interna, que é transformada em encarniçada luta pessoal, em que as intrigas e calúnias passam a ser prática corrente da vida partidária adquiriram tais proporções, que me obrigam a denunciar tal situação a todos os comunistas. Não posso admitir que meu nome continue a ser usado para dar cobertura a uma falsa unidade, há muito inexistente. Reconhecendo que sou o principal responsável pela atual situação a que chegaram o PCB e sua direção, assumo a responsabilidade de denunciá-la a todos os companheiros, apelando para que tomem os destinos do movimento comunista em suas mãos.

Quero lembrar ainda que, para cumprir o papel revolucionário de dirigir a classe operária e as massas trabalhadoras rumo ao socialismo, é necessário um partido revolucionário que baseado na luta pela aplicação de uma orientação política correta conquiste o lugar de vanguarda reconhecida da classe operária. Um partido operário pela sua composição e pela sua ideologia, em que a democracia interna, a direção coletiva e a unidade ideológica, política e orgânica seja uma realidade construída na luta. Somos obrigados a reconhecer que este não é o caso do PCB. Por isso mesmo, tornou-se imperioso para todos os comunistas tomar consciência da real situação existente e começar a reagir, formulando novos métodos de vida partidária realmente democráticos e efetivamente adequados às tarefas que a luta revolucionária coloca diante de nós; é necessário reagir às arbitrariedades e deformações que já atingem proporções alarmantes e dar início a um processo de discussão realmente

democrático, que venha tornar possível a eleição, em todos os níveis partidários, de direções que realmente sejam a expressão democrática da vontade da maioria dos comunistas. É necessário lutar por um outro tipo de direção, inteiramente diferente da atual, com gente nova, com comunistas que efetivamente possuam as qualidades morais indispensáveis aos dirigentes de um partido revolucionário. Não é mais admissível a perpetuação da atual direção que está levando o PCB à falência em todos os terrenos.

A convocação do VII Congresso do PCB, dentro dessa perspectiva, deve ser transformada no início de um processo de ampla discussão, por parte de todos os comunistas, não só das linhas gerais de nossa política, como de uma série de aspectos da atividade da direção. Esta é a oportunidade de cobrar da direção tudo que aconteceu nos últimos anos: a falta de preparação para enfrentar a repressão fascista e o conseqüente desmantelamento de todo o aparelho partidário; as prisões e os desaparecimentos de tantos companheiros e amigos; a ausência de democracia interna, o arbítrio, a falta de planejamento e controle das tarefas decididas; o comportamento dos dirigentes diante do inimigo de classe; a execução prática do chamado "desafio histórico" aprovado no VI Congresso e a falta de empenho em organizar o partido na classe operária; a atividade política da direção nas diferentes frentes de trabalho; a orientação política seguida na *Voz Operária*; e muitos outros aspectos do trabalho de direção.

Considero imprescindível destacar que o VII Congresso só cumprirá um papel realmente renovador, tanto no que diz respeito à elaboração de uma orientação política correta e adequada às novas condições existentes no País e verdadeiramente representativa da vontade da maioria dos comunistas, como no que concerne à eleição de um novo tipo de direção à altura dessa nova orientação, se os debates preparatórios e todos os procedimentos de sua realização forem realmente democráticos. Não posso admitir, nem concordar com a volta ao "arrudismo", à utilização de métodos discricionários e autoritários na condução da luta interna, à manipulação dos debates, à rotulação das pessoas com as mais variadas etiquetas

do tipo "esquerdista", "eurocomunista", "ortodoxo", "duro", etc. Não é admissível que se continue a usar de expedientes, como a nomeação de delegados a conferências partidárias, para as quais deveriam ser democraticamente eleitos pelas organizações a que pertencem.

A democracia no processo de realização do VII Congresso precisa ser defendida com empenho por todos os comunistas. É necessário que todos – e em particular os dirigentes – falem abertamente o que pensam; devemos repudiar o comportamento dos que calam de público para falarem pelas costas ou transmitirem informações sigilosas à imprensa burguesa sem ter sequer a coragem de se identificar.

Quero ainda dizer que tenho conhecimento do quanto estou sendo caluniado e atacado pelas costas. Isso é mais uma prova dos métodos falsos a que me referi acima. Devo deixar claro que, não obstante ser o primeiro a achar que, inclusive pela minha idade já avançada, deveria deixar a direção do PCB, só poderei concordar com a minha substituição num Congresso realmente democrático. Não aceitarei meu afastamento decidido por algum tipo de Congresso-farsa, manipulado e antidemocrático, em que os próprios destinos do PCB e de nossa causa revolucionária corram perigo.

Sei que poderei vir a ser derrotado no Congresso; o importante, entretanto, é que este seja realmente democrático e verdadeiramente representativo da maioria dos comunistas. E para isso é necessário que sejam criadas as devidas condições, pois na situação atual, de virtual desmantelamento do PCB pela reação, de permanência da Lei de Segurança Nacional e de séria crise interna, são praticamente impossíveis um debate e uma participação realmente democráticos num Congresso realizado na clandestinidade. Temos que reconhecer que, nessas condições, o VII Congresso seria uma farsa, inaceitável para a grande maioria dos comunistas. Trata-se, portanto, de prioritariamente dar início a uma ampla campanha pela legalização do PCB, desmascarando o anticomunismo daqueles que a pretexto de defender uma suposta democracia pugnam pela manutenção dos odiosos preceitos da Lei de Segurança Nacional que proíbem a reorganização do Partido Comunista. É

preciso esclarecer as amplas massas de nosso povo, mostrando-lhes que o PCB sempre esteve nas primeiras fileiras de todas as lutas democráticas em nosso País e sempre foi a principal vítima da repressão e do fascismo.

É necessário deixar claro que a legalização do PCB terá que ser uma conquista do movimento de massas e de todas as forças realmente democráticas em nosso País. Os trâmites legais junto ao Tribunal Superior Eleitoral estarão fadados ao fracasso, se a legalidade do PCB não se transformar numa exigência das massas, que, nas ruas, imponham sua vontade, como o fizeram em 45. A ditadura jamais nos concederá a legalidade sem luta; o que ela tenta, neste momento, é, aproveitando-se da crise interna do PCB, forçá-lo a um acordo. Acordo este que significaria um compromisso com a ditadura, incompatível com o caráter revolucionário e internacionalista do PCB, compromisso que colocaria o Partido a reboque da burguesia e a serviço da ditadura e inaceitável, portanto, à classe operária e a todos os verdadeiros revolucionários.

Empenhar-se numa intensa campanha pela legalização do PCB e pela conseqüente realização do VII Congresso na legalidade não deve, entretanto, servir de obstáculo ao início do debate preparatório para o Congresso, que poderá ir-se ampliando com o desenvolvimento da própria campanha pelo registro legal do PCB. A luta pela nossa legalidade é inseparável do empenho para que a democracia interna venha a ser uma realidade. Devemos ter claro que num país como o nosso, com a complexidade dos problemas que temos pela frente, é necessário um Partido Comunista de massas, o que só poderá se transformar em realidade se vier a ser um partido verdadeiramente democrático, não apenas em seu empenho na luta pela democracia em nossa Terra, como também em todos os aspectos de seu funcionamento.

A gravidade da crise que atravessa o PCB, a flagrante ausência de democracia interna e as profundas deformações no terreno da organização não estão dissociadas dos erros e desvios em nossa orientação política. Não se pode separar a elaboração de uma estratégia revolucionária da estratégia de construção de uma organização revolucionária. Ambas se condicionam

reciprocamente. A estratégia revolucionária é a condição da eficiência da organização, e a organização é a condição da formulação de uma estratégia correta.

Sem pretender, nesta carta, uma análise aprofundada dos erros a meu ver cometidos na elaboração de nossa orientação política em diferentes períodos da história do PCB – tarefa que me proponho a realizar posteriormente —, quero apenas me referir a algumas questões que me parecem de maior atualidade e urgência, deixando clara minha posição.

Assim, considero importante destacar que, apesar do total arbítrio e do autoritarismo dominantes no País a partir do golpe reacionário de 1964, os governos que se sucederam em 16 anos não resolveram nem um só dos problemas fundamentais da Nação. Ao contrário, foram todos agravados. Aumentou a miséria dos trabalhadores, agravaram-se as desigualdades sociais, cresceu consideravelmente a dependência do País ao imperialismo, tornou-se mais crítica a situação do campo com as transformações capitalistas ocorridas na agricultura e as modificações introduzidas no sistema latifundiário que levaram, entre outras consequências, à proliferação do minifúndio e dos chamados "bóias-frias". Simultaneamente, cresceu vertiginosamente a criminalidade e a violência nas grandes cidades, agravaram-se problemas antigos como o do menor abandonado, do desemprego, a falta de assistência médica, o analfabetismo e a prostituição de menores. Isto comprova, mais uma vez, que o desenvolvimento capitalista não é capaz de resolver os problemas do povo e nem sequer de amenizá-los.

A solução desses e demais problemas fundamentais exige transformações sociais profundas, que só poderão ser iniciadas por um poder que efetivamente represente as forças sociais interessadas na liquidação do domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros e na limitação da propriedade da terra, com o fim do latifúndio. E é por isso que a luta atual pela derrota da ditadura e a conquista das liberdades democráticas é inseparável da luta por esse tipo de poder que, pelo seu próprio caráter, representará um passo considerável no caminho da revolução socialista no Brasil.

Vejo a luta pela democracia em nossa Terra como parte integrante da luta pelo socialismo. É no processo de mobilização pela conquista de objetivos democráticos parciais, incluindo as reivindicações não apenas políticas, mas também econômicas e sociais, que as massas tomam consciência dos limites do capitalismo e da necessidade de avançar para formas cada vez mais desenvolvidas de democracia, inclusive para a realização da revolução socialista.

É de acentuar que no Brasil sempre dominaram regimes políticos autoritários. Mesmo nos melhores períodos de vigência da Constituição de 1946, as liberdades sempre foram muito limitadas e, principalmente, os trabalhadores nunca tiveram seus direitos mais elementares respeitados e reconhecidos. Tivemos sempre democracia para as elites, enquanto, para as grandes massas de nosso povo, o que sempre existiu foram a violência policial, tanto dos chefes políticos e caciques do interior, como das autoridades nas grandes cidades, e o total desrespeito pela pessoa humana e pelos direitos do cidadão.

Justamente por isso, nós comunistas, ao lutarmos agora pela derrota da ditadura, devemos fazê-lo esclarecendo as massas e dirigindo-as rumo à conquista de um regime efetivamente democrático. Lutamos agora por um regime em que sejam assegurados os direitos políticos, econômicos e sociais dos trabalhadores. A derrota da ditadura deve levar a um regime em que os trabalhadores tenham o direito de participarem ativamente na solução de todos os problemas da Nação; que assegure o desmantelamento do atual aparelho repressivo, que dê fim ao velho "hábito" das torturas, inclusive para os presos comuns; que garanta o voto livre, universal e direto para todos os cidadãos, incluindo os analfabetos e militares dele ainda privados; que assegure o direito ao trabalho, à educação e saúde, férias remuneradas e aposentadoria para todos os trabalhadores; em que sejam respeitados todos os direitos dos trabalhadores, destacando-se a total independência do movimento sindical do Estado, dos patrões e dos partidos políticos.

Certamente, as características do regime democrático a ser instaurado no País com o fim da ditadura dependerão

fundamentalmente do nível de unidade, organização e consciência alcançado pelo movimento operário e popular. Cabe aos comunistas empenhar-se no esforço de mobilização da classe operária e demais setores populares para alcançar formas cada vez mais avançadas de democracia e, nesse processo, chegar à conquista do poder pelo bloco de forças sociais e políticas interessadas em realizar as profundas transformações a que me referi acima, e que deverão constituir os primeiros passos rumo ao socialismo, e, portanto, à mais avançada democracia que a humanidade já conhece – a democracia socialista.

Nós, comunistas, não podemos abdicar de nossa condição de lutadores pelo socialismo, restringindo-nos à suposta "democracia" que nos querem impingir agora os governantes, nem às conquistas muito limitadas alcançadas pela atual "abertura", que na prática exclui as grandes massas populares. Não podemos concordar com uma situação que assegure liberdades apenas para as elites, em que a grande maioria da sociedade continua na miséria e sem a garantia dos mais elementares direitos humanos.

Um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores. Ao contrário, para os comunistas, a luta pelas liberdades políticas é inseparável da luta pelas reivindicações econômicas e sociais das massas trabalhadoras. E no Brasil atual, a classe operária está dando provas, cada vez mais evidentes, de que não está mais disposta a aceitar a "democracia" que sempre lhe foi imposta pelas elites e pelas classes dominantes. Os trabalhadores estão passando a exigir sua participação efetiva em um novo regime democrático a ser construído com o fim da ditadura, o que significa que lutarão por uma democracia em que tenham não apenas o direito de eleger representantes ao parlamento, mas lhes sejam assegurados melhores salários e condições mais dignas de vida, em que seus direitos sejam uma realidade e não apenas uma

ficção. E o dever dos comunistas é dirigir essas lutas dos trabalhadores, contribuindo para sua unidade, organização e conscientização, mostrando-lhes que é necessário caminhar para o socialismo, única forma de assegurar sua real emancipação.

Simultaneamente, apresenta-se a questão da aliança dos comunistas com outras forças sociais e políticas. No momento atual, o objetivo mais importante a ser alcançado é a derrota da ditadura e, para isto, a conseqüente conquista de reivindicações políticas que ampliem cada vez mais a brecha já aberta no regime e levem ao estabelecimento de uma democracia no País. Não devemos, portanto, poupar esforços no sentido de aglutinar as mais amplas forças sociais e políticas, mesmo aquelas mais vacilantes e que sabemos que nos abandonarão em etapas ulteriores da luta. Seria, no entanto, abdicar de nosso papel revolucionário tratarmos apenas dos entendimentos "por cima", com os dirigentes dos diversos partidos políticos ou correntes de opinião, com as personalidades políticas, esquecendo-nos que para os comunistas o fundamental é a organização, a unificação e a luta permanente pela elevação do nível político da classe operária e das massas populares. Só assim contribuiremos para fortalecer o movimento popular e a frente oposicionista de luta contra a ditadura, compelindo seus setores liberais burgueses mais vacilantes e se definirem com mais clareza, e contribuindo, também, fundamentalmente, para que os trabalhadores venham a ser a força dirigente do conjunto das forças heterogêneas unificadas em ampla frente única.

Só assim agindo, realizarão os comunistas uma política capaz de impulsionar o movimento de massas, uma política que não pode ser a de ficar a reboque dos aliados burgueses, mas, ao contrário, a de não poupar esforços para que as massas assumam a liderança do processo de luta contra a ditadura e pela conquista da democracia, assim como de sua ampliação e aprofundamento continuado.

Não podemos, pois, compactuar com aqueles que defendem "evitar tensões", freando a luta dos trabalhadores em nome de salvaguardar supostas alianças com setores da burguesia. Ao contrário, sem cair em aventuras, é hoje, mais do

que nunca, necessário contribuir para transformar as lutas de diferentes setores de nosso povo em um poderoso movimento popular, bem como é dever dos comunistas tomar a iniciativa da luta pelas reivindicações econômicas e políticas dos trabalhadores, visando sempre alcançar a derrota da ditadura e a conquista de uma democracia em que os trabalhadores comecem a impor sua vontade.

Com base na argumentação acima desenvolvida, não se pode deixar de chegar à conclusão lógica de que é totalmente infundada a contraposição, que vem sendo a mim atribuída, entre uma suposta "frente de esquerda" e uma "frente democrática" ou de oposição. Jamais coloquei o problema dessa maneira, o que não passa de mais uma deturpação do meu pensamento, útil àqueles que precisam tergiversar minhas idéias para poder combatê-las. Penso que, para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de "esquerda" – quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo – no trabalho decisivo de organização das massas "de baixo para cima"; que elas se aglutinem, sem excluir também entendimentos entre seus dirigentes, com base numa plataforma de unidade de ação, e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática. Esta é a perspectiva revolucionária de encaminhamento da luta contra a ditadura, a que mais interessa à classe operária e a todos os trabalhadores. Será a constituição em nosso País, pela primeira vez, da unidade de diversas forças que lutam pelo socialismo. Colocam-se contra essa possibilidade os que preferem ficar a reboque da burguesia e que buscam, com isto, mais uma vez, chegar em nosso País a uma democracia para as elites, da qual não participariam os trabalhadores.

Quando me referi à necessidade das diferentes forças de "esquerda" caminharem juntas, tenho em vista a nova situação que vem se formando no País. Estamos vivendo um período, quando a reanimação do movimento operário e popular vem revelando, por um lado, que todas as forças de "esquerda", incluindo o PCB, tem cometido graves erros, tanto de avaliação

da situação nacional, como de encaminhamento das soluções necessárias e possíveis e, conseqüentemente, de atuação. E, por outro lado, a necessidade de formação de uma liderança efetiva, capaz de dirigir as lutas de massas dentro de uma perspectiva revolucionária correta e adequada à situação brasileira. Está, portanto, na ordem do dia a questão da unidade de todos que se propõem a lutar efetivamente por uma perspectiva socialista para o Brasil.

No que diz respeito ao PCB, sou de opinião de que, tendo sido correto combater os desvios "esquerdistas" e "golpistas", após o golpe de 1964, caímos do outro lado, em posições próximas do reboquismo e da passividade. Devemos reconhecer, inclusive, que o PCB não teve a capacidade de apresentar uma alternativa (principalmente uma estratégia) correta de luta contra a ditadura, contribuindo, assim, para que muitos revolucionários honestos, particularmente os jovens que não queriam-se conformar com o arbítrio instaurado no País, enveredassem pelo caminho de ações individuais ou desligadas das massas e que só poderiam conduzir a sucessivas derrotas.

É importante ainda chamar a atenção dos comunistas para o fato de nas fileiras do PCB ter-se convertido a luta justa contra os desvios "esquerdistas" e "golpistas" numa obsessão quase cega, que nos tem levado frequentemente a identificar qualquer atitude ou posição combativa pelas causas justas dos trabalhadores com um suposto "esquerdismo" ou "golpismo".

Tudo isso torna imprescindível que se inicie entre os comunistas, tanto dentro, como fora do PCB, um amplo processo de análise autocrítica das posições das diferentes forças de "esquerda" e, em particular, do PCB. É necessário rever com espírito autocrítico a orientação política que mantivemos em diferentes períodos históricos e em especial, as resoluções aprovadas no VI Congresso e nos anos que se seguiram. Devemos examinar a que resultados concretos fomos levados pela aplicação de tais resoluções e fazer um esforço coletivo que conduza à elaboração de soluções adequadas à situação do Brasil de hoje, partindo do princípio de que nosso objetivo final, enquanto comunistas, só pode ser um: a construção da sociedade socialista e do comunismo em nossa Terra. E para

isso, é imprescindível que todos aqueles que queiram contribuir para a vitória desses objetivos unam suas forças e procurem chegar a um programa comum, sem cair nem na cópia de modelos estrangeiros, nem na negação das leis gerais do desenvolvimento social.

Quando me referi à necessidade de formular o programa dos comunistas, tenho em vista chegarmos, através de um processo de discussão efetivamente livre, à elaboração do caminho para o socialismo nas condições brasileiras e à sua aprovação de forma democrática.

Como já tive ocasião de assinalar, a própria prática social vem mostrando o quanto as forças de "esquerda" estão atrasadas na realização desse objetivo. Não pretendo apresentar nesta carta uma proposta de programa. Sou de opinião que essa tarefa só poderá ser realizada com a colaboração de todos que, em nosso País, estão empenhados na luta pelo socialismo, comunistas ou não, membros do PCB, de outras organizações de "esquerda" ou "independentes".

Penso que o eixo central desse programa deve ser tal que apresente, com a necessária clareza, qual o processo que, nas condições de nosso País, poderá e deverá ligar a luta atual pela derrota definitiva da ditadura e a conquista de um regime democrático com a luta pelo socialismo no Brasil.

Trata-se, portanto, de se enfrentar e dar solução a um conjunto de questões teóricas e práticas de grande complexidade. Questões que só poderão ser elaboradas através do estudo aprofundado das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que se vêm processando em nosso País, bem como das novas condições em que se encontra o mundo na atualidade.

Penso que, na elaboração do programa é necessário partir de algumas ideias básicas que pretendo desenvolver posteriormente, para os debates do VII Congresso. Em primeiro lugar, partir do pressuposto de que cabe aos comunistas, desde já, organizar e unir as massas trabalhadoras na luta pelas reivindicações econômicas e políticas que se apresentam no próprio processo de luta contra a ditadura. É partindo dessas lutas, da atividade cotidiana junto aos mais diferentes setores

populares, principalmente junto à classe operária, que poderemos avançar no sentido do esclarecimento das massas para que cheguem à compreensão da necessidade das transformações radicais de cunho antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário. É necessário mostrar aos trabalhadores que os grandes problemas que afetam a vida de nosso povo só poderão ser solucionados com a liquidação do poder dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio, e que isto só será conseguido com a formação de um bloco de forças antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias, capaz de assumir o poder e de dar início a essas transformações. Poder que, pelo seu próprio caráter, significará um passo decisivo rumo ao socialismo. E para que esse processo tenha êxito, é indispensável que a classe operária – a única consequentemente revolucionária – seja capaz de exercer o papel dirigente do referido bloco de forças. Mas este papel dirigente só se conquista na luta. O dever dos comunistas é exatamente o de contribuir para que esse objetivo seja alcançado.

Companheiros e amigos!

Esta carta constitui como que a reafirmação da confiança que tenho nos comunistas e na classe operária, na sua capacidade de reflexão sobre a grave situação que atravessa o PCB. Chegou o momento em que é indispensável que os comunistas rompam com a passividade e tomem os destinos do PCB em suas mãos, rebelando-se contra as arbitrariedades e os métodos mandonistas de direção, e tratando de eleger, em todos os níveis partidários, direções que realmente sejam a expressão democrática da maioria dos comunistas. Penso ter evidenciado o quanto tem de excepcional a situação que me levou a formular este apelo a todos os comunistas para iniciar um processo de mudanças radicais que deverá ser coroado com a discussão e aprovação democráticas de uma orientação verdadeiramente revolucionária e a eleição também democrática de um novo tipo de direção à altura desta nova orientação.

A que herança devem os Comunistas renunciar? (1980)

Anita Leocádia Prestes

Ao nível da atividade político-partidária, o que a prática tem demonstrado é que a democracia permaneceu ausente da vida interna do Partido Comunista Brasileiro.

Indiscutivelmente, vivemos um momento privilegiado. Após longos momentos de terror fascista, de repressão policial e de total cerceamento de qualquer debate democrático, criaram-se condições favoráveis – sob a pressão do movimento democrático e de oposição à ditadura – para que os comunistas e todos aqueles que se interessam pelos destinos do socialismo em nossa pátria iniciem um processo fecundo de discussão e questionamento da orientação política das “esquerdas”, em geral, e do Partido Comunista Brasileiro, em particular.

Nesse sentido, constitui um a valiosa contribuição ao debate a publicação recente do livro intitulado *PCB, vinte anos de política, 1958-1979 (Documentos)*¹, contendo alguns dos principais documentos do PCB elaborados nos últimos vinte anos. Contudo, é indispensável que essa iniciativa se estenda aos documentos anteriores desse partido, cuja história, como é sabida, tem início no ano de 1922, uma vez que o desconhecimento do seu passado tem sido uma das causas principais e terreno fértil para que floresçam análises superficiais e interpretações falsas e manipuladas da política do PCB em diferentes períodos.

Assim, no momento, encontram certa ressonância as tentativas insistentes de erigir em dogma, ou em verdade inquestionável, a atual linha política do PCB, expressa em alguns de seus principais documentos do período 1958-1979. Isso é evidenciado, por exemplo, em matéria publicada no

¹ *PCB: vinte anos de política, 1958-1979 (Documentos)*, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1980.

semanário *Voz da Unidade*², assinada por David Capistrano Filho, onde os documentos citados são considerados um “verdadeiro patrimônio dos comunistas brasileiros” e a “Declaração de Março de 1958” a “manifestação através da qual a direção central do PCB iniciou sua longa caminhada em direção a uma ampla política de massas, inserida ativamente na realidade concreta do país”.

Outros autores, como Marco Aurélio Nogueira, no prefácio ao livro supracitado, afirmam que a “Declaração de Março de 1958” representa “o início de uma nova fase na vida do Partido”³, e o escritor Leandro Konder refere-se a esse documento como uma “autocrítica profunda”⁴. Diante de tais colocações, feitas com o empenho evidente de tentar justificar e defender uma determinada orientação política, cabe arguir se não estariam seus autores contribuindo para uma visão manipulada e, portanto, falsa dos fatos e da realidade.

Ao mesmo tempo, temos que concordar com Leandro Konder, quando este, no artigo intitulado “PCB, democracia e eurocomunismo”⁵, rejeita a identificação, que vem sendo feita por alguns, de certas posições políticas da atual direção do PCB com as teses do chamado “eurocomunismo”. Certamente, não estamos diante de um desvio “eurocomunista” no PCB. Como diz L. Konder, “existe toda uma história muito significativa de aprofundamento da reflexão em torno da democracia, no interior mesmo do PCB e anterior ao ‘eurocomunismo’”⁶. Entretanto, o autor – defensor confesso da atual linha política do PCB – procura apresentar suas principais teses como fruto de uma ruptura com o passado desse partido, que teria ocorrido com a aprovação da “Declaração de Março de 1958”. Contudo, os argumentos expostos tanto em seu artigo, como no livro *A democracia e os comunistas no Brasil*⁷, não levam à comprovação

2 David Capistrano Filho, “Vinte anos de PCB”, in *Voz da Unidade*, n°3, 17/14 a 23/04 de 1980, p.15.

3 *PCB: vinte anos de política, op. Cit.*, p.9.

4 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas no Brasil*, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1980, p.104; Leandro Konder, “PCB, democracia e eurocomunismo”, in *Oitenta*, n°2, L&PM Editores, Porto Alegre, janeiro/ 1980, p.91.

5 *Idem, ibidem*.

6 *Idem, ibidem*, p.90.

7 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas no Brasil, op. cit.*

dessa opinião, ficando, lamentavelmente, na superficialidade dos fatos.

No nosso entender, uma análise séria da política atual do PCB e das mudanças reais ocorridas em 1958 exige o estudo aprofundado de toda história desse partido, de seus principais documentos desde sua fundação em 1922 e da sua atividade prática. Sem dúvida, a história do PCB ainda está por ser escrita. Mas existem – e poderiam ser publicados – seus principais documentos, que podem e devem ser analisados antes de se chegar a conclusões apressadas e dirigidas num sentido político definido: tentar transformar a atual orientação política do PCB – aprovada em seus 5º e 6º Congressos – em dogma inatacável, que não caberia questionar, nem revisar. Estaríamos diante de um patrimônio, que, no máximo, poderia ser aperfeiçoado, jamais revisto ou rejeitado.

Preferimos seguir outro caminho: tentar descobrir as principais concepções que estiveram presentes nos documentos dos períodos fundamentais da vida do PCB e verificar sua correção. Isso nos permitirá responder à pergunta que nos colocamos: a que herança devemos renunciar para poder avançar rumo aos nossos objetivos socialistas? O que houve na história do PCB de fundamentalmente errado, que precisa ser rejeitado e corrigido, como condição para sair da crise atual apontada na “Carta aos Comunistas”⁸ de Luiz Carlos Prestes?

O dogmatismo – Desde sua Fundação, o PCB estaria marcado pelas condições históricas do país, dentre as quais merece destaque o atraso econômico, social, político e cultural. O débil conhecimento do marxismo, assim como o da realidade brasileira, que o partido se propunha a transformar, teria que conduzir seus dirigentes à cópia de modelos e esquemas elaborados em outros países e para situações diferentes. Era o início de toda uma tradição de acentuado dogmatismo na elaboração da política do PCB. Como diria mais tarde Astrojildo Pereira: “Teoria revolucionária significativa, para nós, aplicar – mecanicamente, livrescamente – a linha política e a experiência revolucionária de outros povos”⁹.

8 Luiz Carlos Prestes, *Carta aos Comunistas*, Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1980.

9 Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, Ed. Vitória, Rio de Janeiro, 1962, p.140

Se no 1º Congresso do PCB não foi aprovada nenhuma resolução sobre a situação nacional, nenhuma análise sobre o Brasil, em seu 2º Congresso, realizado em 1925, as teses sobre a situação política nacional baseavam-se na concepção “agrarismo-industrialismo”, formulada inicialmente no livro de Otávio Brandão *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil*, escrito em 1924.¹⁰ Esta “primeira tentativa feita no Brasil de análise marxista da situação nacional”, nas palavras de Astrojildo Pereira¹¹, era também um exemplo de aplicação dogmática e mecânica do pensamento de Lênin, de suas ideias expostas no *Imperialismo, fase superior do capitalismo*¹². Assim, “a luta entre o capitalismo agrário e semifeudal e o capitalismo industrial moderno” constituía “a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República”¹³. O imperialismo inglês apoiava o agrarismo, e o imperialismo americano o industrialismo¹⁴. Como consequência, a política dos comunistas preconizava “a terceira revolta e a frente única do proletariado, da pequena burguesia urbana e da grande burguesia industrial, contra o imperialismo e o governo dos grandes proprietários rurais feudais”¹⁵.

Essas teses, que hoje se parecem extremamente esdrúxulas, refletia o dogmatismo, que viria a imperar em toda história do PCB, sua acentuada tendência a copiar modelos estrangeiros, a enquadrar a realidade nacional dentro de esquemas importados.

Essa tendência torna-se mais evidente nas resoluções do 3º Congresso do PCB, realizado nos últimos dias de 1928 e primeiros dias de 1929. Em suas teses políticas dizia-se que a

10 Otávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil*, 1926, citado por John W. Foster Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1977, p.222.

11 Astrojildo Pereira, “Pensadores, críticos e ensaístas”, em Rubens Borba de Moraes e William Berrien, eds., *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, p.656, citado por John W. Foster Dulles, *op. cit.*, pp. 222 e 248.

12 Ver John W. Foster Dulles, *op. cit.*, p.222; e Otávio Brandão, *Combates e batalhas: memórias*, t. I. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, p. 289.

13 Astrojildo Pereira, *op. cit.*, p. 66.

14 *Idem, ibidem*, p.68.

15 Otávio Brandão, *op. cit.*, pp. 297-298.

economia brasileira “pertence ao tipo de economia agrária, semifeudal, semicolonial”¹⁶. E nas resoluções sublinhava-se que “a situação política e socioeconômica do Brasil é determinada pelos seguintes fatores principais: 1) a dominação imperialista; 2) a economia agrária; 3) o problema da terra; 4) a revolução democrático-burguesa”. Por isso, a primeira etapa da revolução deveria levar à “solução do problema agrário através do confisco da propriedade latifundiária, da liquidação das sobrevivências semifeudais e da emancipação da dependência imperialista”¹⁷.

Quanto “à pressão exercida pelo imperialismo sobre a política interna”, afirmava-se: “Seculares eram as ligações de dependência da burguesia agrária e conservadora do Brasil em relação ao imperialismo britânico; daí que o imperialismo norte-americano, como primeira etapa em seu plano de penetração, tenha procurado apoiar-se na burguesia industrial, pretensamente liberal, mais jovem, mais ambiciosa, mais ousada. O agravamento dessa dupla e contraditória pressão externa não podia deixar de acentuar, como acentuou, como acentua cada vez mais, os antagonismos das forças sociais internas, aumentando a exploração e a opressão das massas laboriosas em geral. Tal a causa primordial dos descontentamentos populares acumulados nestes últimos anos e que explodiram nas revoltas de 5 de julho”¹⁸.

A partir de semelhante esquematismo chegava-se à formulação da “teoria da terceira revolta”; uma “terceira explosão revolucionária” que seria a continuação mais ampla e radical dos movimentos de 22 e 24. A esta perspectiva devia ajustar-se a posição do PCB: “Toda a tática do Partido Comunista deve, portanto, subordinar-se a esta etapa estratégica de mobilização das massas em vista do movimento que se prevê. O Partido Comunista deverá colocar-se à frente das massas, a fim de conquistar, por etapas sucessivas, não só a

16 Astrojildo Pereira, *op. cit.*, p.116.

17 “La Correspondencia Sudamericana”, 1929, N° 8, p. 24, citado por B. I. Koval, *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*, Ed. Nauka, Moscou, 1968, pp. 183-184 (edição em russo).

18 Astrojildo Pereira, *op. cit.*, p. 118.

direção da fração proletária, mas a hegemonia de todo o movimento”¹⁹.

Quando nos referimos ao dogmatismo, temos em vista a aplicação à realidade brasileira dos esquemas elaborados pela Internacional Comunista, particularmente as resoluções do VI Congresso da IC, realizado em 1928. Suas teses sobre os países coloniais e semicoloniais, entre os quais são incluídas as nações latino-americanas, passam a orientar a atividade do PCB. Ao consultar-se as “Teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias” do VI Congresso da IC, verifica-se a semelhança de suas análises com as apresentadas nos documentos do 3º Congresso do PCB e, posteriormente, em outras resoluções deste partido. Nas “Teses” dizia-se, por exemplo: “Na América Latina os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive lá onde este movimento ainda esteja sob a direção da pequena burguesia”. Para isso, os partidos comunistas não devem se subordinar, em nenhuma hipótese, a seus aliados temporários. Ao mesmo tempo que os partidos comunistas lutam pela hegemonia no movimento revolucionário, devem esforçar-se em primeiro lugar pela independência política e organizativa de seu partido e trabalhar para que o Partido Comunista se converta no partido dirigente do proletariado”²⁰.

Da mesma forma, é interessante destacar algumas das principais colocações do “Projeto de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina”, datado de 1930: “A América Latina é, no seu conjunto, um dos mais importantes campos de batalha do imperialismo ianque e do imperialismo britânico. Muito rapidamente, o primeiro conquista a hegemonia e faz da América Latina um vasto domínio colonial. O caráter semicolonial dos países da América Latina, apesar de sua independência política formal mais ou menos grande, é, por conseguinte, evidente” (...) “A classe dominante em quase todos

19 *Idem, ibidem*, p. 119.

20 “Tesis sobre el movimiento revolucionario en las colônias y semicolônias” in *VI Congreso de la Internacional Comunista, primeira parte (tesis, manifestos y resoluciones)*, Ed. Cuadernos de Pasado y Presente, 66, México, 1977, p. 238.

os países da América Latina, qualquer que seja a forma política do poder é” (...) “a classe dos grandes proprietários de terras, a serviço e em estreita ligação com o imperialismo britânico ou norte-americano” ... “Em alguns países onde se desenvolveu uma burguesia nacional industrial independente da classe dos grandes proprietários de terras (Chile, Argentina, Brasil), esta classe não é, absolutamente, independente do imperialismo. Sua luta contra os grandes proprietários de terras é sempre a expressão do imperialismo ianque contra o imperialismo britânico”. (...) “Pelas condições históricas nas quais se desenvolve, por seu conteúdo de classe e por seus fins, o movimento revolucionário da América Latina pode, portanto, ser caracterizado, em geral, como um tipo democrático-burguês nos países semicoloniais onde dominam o problema agrário e o problema anti-imperialista”. (...) “Na fase democrático-burguesa do movimento revolucionário da América Latina, o momento mais importante, o momento decisivo para a realização das tarefas da revolução democrático-burguesa em si mesma, e para sua ulterior transformação em revolução proletária é, portanto, o momento em que, no movimento de massas, a hegemonia passa das mãos da pequena burguesia para as mãos do proletariado e do seu partido comunista”²¹.

No que concerne ao Brasil, é ilustrativo consultar a “Resolução-Comentário do Secretariado da IC para a América Latina” de janeiro de 1930, aceita pelo Comitê Central do PCB, que incorporou suas teses principais à “Resolução do Bureau Político do PCB” de 1932. Dizia-se nesse documento: “As próprias características da crise brasileira demonstram que os problemas mais agudos, os mais sentidos pelas massas trabalhadoras são: 1) feudalismo e exploração colonial que a ele se liga; 2) os que provêm do caráter semicolonial do país, de sua exploração pelo imperialismo, da luta que eles travam para adquirir-lhe o monopólio; 3) os que nascem da ditadura política dos grandes proprietários de terras de café, da repressão crescente do governo contra as massas trabalhadoras, etc.

Os fins da revolução brasileira serão, pois, desde o início, orientados para a abolição da grande propriedade de terra

21 Edgard Carone, *A Segunda República (1930-1934)*, Ed. Difel, São Paulo, 1978.

feudal, para a libertação do país do imperialismo, para a criação de uma larga democracia de massas trabalhadoras. A luta anticapitalista só se desenvolverá no curso da luta contra o feudalismo e o imperialismo, quando aparecer claramente às massas trabalhadoras que os capitalistas brasileiros defendem os grandes proprietários de terras e o imperialismo, aos quais estão ligados por milhares de laços econômicos, políticos e sociais.

Deduz-se, pois, que o Brasil está diante de uma revolução de tipo democrático-burguês, ao qual se prende o caráter especial, fortemente anti-imperialista e rapidamente anticapitalista”²².

O profundo desconhecimento da realidade latino-americana e das particularidades do capitalismo no Brasil leva o PCB à aceitação passiva das teses da IC, que, por sua vez, estavam impregnadas de dogmatismos e esquematismos.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que nas teses da IC sobre a América Latina adiantavam-se análises e conclusões que haviam sido elaboradas tendo em vista os países asiáticos e africanos. Ocorria, portanto, uma abstração essencial relativa ao nível de desenvolvimento capitalista já atingido naquela época por diversas nações latino-americanas. A América Latina era classificada em sua totalidade como semicolonial; quando muito, o Brasil e a Argentina eram considerados “países dependentes com germes de indústrias e, às vezes, com desenvolvimento industrial considerável”²³. Como assinala em seu livro *Política e trabalho no Brasil*, Paulo Sérgio Pinheiro, “ressalta-se o peso do feudalismo, mas não se consegue perceber as exigências às quais se submete o capitalismo, obrigado a preservar em alguns setores um sistema de relações de produção aparentemente ‘não capitalista’ capaz de assegurar uma exploração extensiva da mão-de-obra. Em outras palavras, há dificuldade em perceber a dominação do modo de produção capitalista na formação social latino-americana soba confi-

22 Edgard Carone, *A Segunda República (1930-1934)*, Ed. Difel, São Paulo, 1978, pp. 332-346.

23 Ver “Programa de la Internacional Comunista” in *VI Congresso de la Internacional Comunista*, op. cit., p. 287

guração das características específicas ali assumidas: a utilização de indicadores calcados nas análises das formações sociais europeias levará a concluir pela dominação do feudalismo, do pré-capitalismo, de situações semicoloniais”²⁴.

Em segundo lugar, as análises da IC referentes à América Latina partem de um esquema simplista, em que os acontecimentos nesses países são sempre interpretados como um reflexo direto das contradições existentes entre os imperialismos inglês e americano, contradições estas que, sem dúvida, tinham uma importância determinada, que era, entretanto, absolutizada nas interpretações da IC (na época voltada para a luta contra o perigo de guerra mundial proveniente do acirramento das contradições inter-imperialistas). O trecho seguinte, publicado na “Correspondência Internacional”, reflete claramente essa visão: “Torna-se claro que a derrubada de Washington Luís, a aniquilação da hegemonia dos paulistas, representa objetivamente o reforço das posições dos Estados Unidos e um enfraquecimento daquelas da Inglaterra”²⁵.

Em terceiro lugar, as teses da IC partiam de uma assimilação dogmática e mecânica das concepções leninistas sobre a Rússia czarista e o caráter da revolução neste país. A “análise concreta da situação concreta” levou Lênin a afirmar que a monarquia russa era o esteio dos latifundiários feudais, da velha burocracia e do generalato²⁶ e, portanto, um entrave para o “desenvolvimento vasto e rápido, europeu e não-asiático, do capitalismo”²⁷. Lênin dizia que “em países tais como a Rússia, a classe operária sofre menos em consequência do capitalismo do que pela insuficiência de desenvolvimento desse último”. Por isso, a classe operária está *absolutamente interessada* no mais vasto, mais livre, mais rápido desenvolvimento do capitalismo. É

24 Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e trabalho no Brasil*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, p. 156.

25 J. Majorski, “La guerra civile au Brésil et la crise économique mondiale”, in *Correspondance Internationale*, n° 95, 1930, pp. 1223-1224, citado por Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e trabalho no Brasil*, *op. cit.*, p. 166.

26 Ver V. I. Lênin, “Cartas desde lejos”, In *Obras Escogidas*, t. 2, Ed. Progresso, Moscú, 1975, p. 25.

27 V. I. Lênin, *Duas táticas da social democracia na revolução democrática*, Ed. Calvino Limitada, Rio de Janeiro, 1945, p. 73.

indubitavelmente *benéfica* para classe operária a eliminação de todas as velhas reminiscências que entorpecem o desenvolvimento amplo, livre e rápido do capitalismo. A revolução burguesa é, exatamente, a revolução que mais decididamente varre os restos do que é antiquado, as reminiscências do feudalismo (as quais pertencem não só à autocracia, mas também à monarquia) e garante, de modo mais completo, o desenvolvimento mais amplo, mais livre, mais rápido do capitalismo”²⁸.

Ao mesmo tempo, Lênin mostrava que nas condições da Rússia do início do século XX, na época do imperialismo, a burguesia só era a favor da revolução de uma “forma inconsequente, interesseira e covarde”²⁹. E a única classe capaz de levar a revolução burguesa até o fim era o proletariado em aliança com os camponeses. Essa é a razão do caráter *democrático-burguês* da revolução e da necessidade do proletariado alcançar a hegemonia no processo revolucionário para assegurar seu prosseguimento rumo à revolução socialista.

As tendências dogmáticas tanto na IC, como no PCB, conduziram à uma transposição mecânica das ideias de Lênin para uma realidade completamente distinta, como a da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular. Em vez de partir-se do estudo do processo real do desenvolvimento capitalista nesses países, passava-se a identificar a situação no campo com um suposto feudalismo, que, juntamente com o imperialismo, desempenham o papel de entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Enquanto o capitalismo encontrava novas formas de desenvolver-se nas condições nas condições de dependência do imperialismo e de manutenção de determinados tipos de relações de produção não-capitalistas, considerava-se que nas semicolônias era necessário realizar a revolução agrária e anti-imperialista – que seria a forma concreta da revolução democrático-burguesa, sob a hegemonia da classe operária – para assegurar o desenvolvimento capitalista livre e independente nesses países.

28 *Idem, ibidem*, pp. 75-76.

29 *Idem, ibidem*, p. 152.

Tratava-se, portanto, de uma falsa visão estratégica da revolução, uma vez que não resultava da análise concreta das contradições reais presentes na formação social brasileira ou de outros países latino-americanos. O desconhecimento das particularidades do desenvolvimento capitalista em países dependentes como o Brasil, onde a dominação imperialista não só representava um entrave ao capitalismo, como propiciava seu *desenvolvimento dependente*, conservando e utilizando para isso estruturas anteriores de tipo pré-capitalista – nesse sentido hoje há toda uma série de estudos de diversos autores, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, dedicados à análise das características do capitalismo dependente³⁰ – levava à separação mecânica entre a luta anti-imperialista e a luta anticapitalista. Pretendia-se realizar uma revolução de libertação nacional – a etapa democrático-burguesa –, em que fossem liquidados os restos feudais e a dominação imperialista e, assim, criadas as condições para um desenvolvimento capitalista autônomo. Deixava-se de perceber que este esquema era impraticável e que a luta anti-imperialista tinha um conteúdo marcadamente anticapitalista, uma vez que o *capitalismo possível* em países como o Brasil é o capitalismo dependente e associado aos monopólios estrangeiros. Liquidar a dominação imperialista significa, portanto, dar um golpe de morte no capitalismo; jamais contribuir para seu desenvolvimento, ainda por cima autônomo.

Essa visão estratégica errônea tem um *conteúdo de direita* na medida que se propõe um objetivo já ultrapassado pelo próprio processo de desenvolvimento histórico no Brasil: desenvolver o capitalismo. (Na Rússia czarista e feudal, realizar a revolução burguesa para desenvolver o capitalismo era uma

30 Ver, por exemplo: Florestan Fernandes, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975; Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil (Ensaio de interpretação sociológica)*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975; Florestan Fernandes, *Círculo fechado*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1975; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina (ensaio de interpretação sociológica)*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975; Fernando Henrique Cardoso, *O modelo político brasileiro*, Ed. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1972; Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e democratização*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975; Francisco de Oliveira, *A economia da dependência imperfeita*, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1977.

tarefa progressista, como Lênin soube mostrar.) No Brasil, a revolução burguesa possível nas condições históricas desse país deu-se num processo distinto das revoluções burguesas nos países desenvolvidos, como bem revela o sociólogo Florestan Fernandes³¹. A tarefa do Partido Comunista consiste, portanto, em encontrar o caminho para a revolução socialista, partindo das particularidades concretas do capitalismo dependente que se formou nesse país. Não se trata de romper com a dependência para desenvolver o capitalismo, mas de, rompendo com a dependência, golpear o capitalismo e avançar rumo à revolução socialista.

Uma concepção estratégica falsa e de direita teria de conduzir na prática a uma política de conciliação de classes, de subestimação do trabalho junto às grandes concentrações operárias e de debilitamento orgânico do PCB. Uma estratégia errônea teria de acarretar táticas também errôneas e equivocadas de vacilação e de atitudes contraditórias. Na medida em que faltava uma análise concreta da burguesia brasileira, dos seus diversos setores e de suas diferentes posições políticas, apelava-se para os esquemas em que uma suposta burguesia nacional – categoria importada de modelos elaborados para outros países – ora era considerada a serviço do imperialismo, ora uma força até mesmo revolucionária. Uma correta política de alianças teria que ser fruto da compreensão exata do capitalismo dependente, de suas contradições, da real estrutura de classes da sociedade brasileira, do seu sistema político.

Somente uma estratégia correta, derivada da análise concreta do capitalismo dependente que vinha se desenvolvendo no Brasil, poderia assegurar a formulação de objetivos táticos que efetivamente contribuíssem para a acumulação de forças necessárias à formação do bloco de forças sociais e políticas – sob direção da classe operária – capaz de empreender o caminho da revolução socialista.

A continuidade da mesma concepção estratégica de direita – Essa mesma concepção estratégica da revolução no Brasil é mantida nos documentos posteriores do PCB, não

31 Ver Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, op. cit., pp. 203-221.

obstante todas as viradas táticas que são efetuadas. Assim, se em 1930 os diferentes setores da burguesia eram considerados simples instrumentos dos imperialismos inglês ou americano, em 1935 o PCB luta por uma ampla frente única da qual devem participar setores burgueses – “a parte de burguesia nacional não vendida ao imperialismo”³². A estratégia, entretanto, continua a mesma. O PCB se empenha na criação e direção da Aliança Nacional Libertadora, cujo programa é “anti-imperialista, antifeudal e antifascista”³³. O Manifesto de 5 de julho de 1935 levantava o problema da “luta pela libertação nacional do Brasil”³⁴ e diz que o “governo popular revolucionário” que era proposto seria “um governo do povo contra o imperialismo e o feudalismo”³⁵. Deixava implícita a necessidade de desenvolver o capitalismo e de que este pudesse vir a ser autônomo: “A distribuição das terras dos grandes latifundiários aumentará a atividade do comércio interno e abrirá caminho a uma mais rápida industrialização do país, independentemente de qualquer controle imperialista”³⁶.

É interessante observar como uma estratégia de direita – uma revolução de libertação nacional que abrisse possibilidades para o desenvolvimento capitalista – permitia a formulação de uma tática esquerdista no programa da Aliança Nacional Libertadora. Assim, dizia-se no “Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário”: “Nas condições atuais do Brasil, frente à ameaça do mais terrível fascismo, frente à completa colonização do nosso país pelo imperialismo, ao qual vai ele sendo vendido cinicamente pelo governo de traição nacional de Getúlio e de seus mais fiéis lacaios nos estados, o que nós, da ANL, proclamamos é a necessidade de um governo surgido realmente do povo em armas, compreendendo como um povo a totalidade da população de um país, com exclusão somente dos agentes imperialistas e da minoria insignificante que os segue”. (...) “No Governo Popular deverão estar representadas todas as

32 Ver o “Manifesto de 5.7.1935”, publicado em *A Platéia*, 6.7.1935 e citado por Edgard Carone, *A Segunda República (1930-1937)*, *op. cit.*, p. 433.

33 *Idem*, p. 437.

34 *Idem*, p. 438.

35 *Idem*, p. 439.

36 *Idem*, p. 439.

camadas sociais, inclusive a burguesia nacional, pelos seus elementos realmente anti-imperialistas e antifascistas. O Governo Popular, governo surgido do povo em armas, não será um governo somente de operários e camponeses, será um governo da ampla frente única de todos os brasileiros anti-imperialistas”. (...) “O Governo Popular Nacional Revolucionário não significa a liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sobre seu controle as fábricas e empresas nacionais. O referido governo, dando início no Brasil ao desenvolvimento livre das forças de produção, não pretende a socialização da produção industrial e agrícola porque nas condições atuais do Brasil só será possível, com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão, dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças de produção do país”.³⁷

Após a derrota da insurreição armada de novembro de 1935, o PCB atravessa anos de grandes dificuldades e, em 1940, sua direção central é toda presa. O Partido é desarticulado pela repressão policial, e somente em 1943 é reorganizada a direção e eleito Luiz Carlos Prestes secretário-geral, embora se encontrasse preso desde 1936. Isso ocorre na Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943, quando também é traçada uma nova orientação política. É adotada a tese da união nacional em torno do governo para derrotar o nazifascismo. Partia-se de uma análise em que era privilegiada a situação internacional, subordinando-se toda a política dos comunistas à derrota do nazismo. Dizia-se, por exemplo: “Estamos em guerra contra o nazismo. Esta guerra é para nós questão de vida ou morte, é sem exagero uma guerra pela independência nacional. O essencial, portanto, é vencer a guerra. Para isto, precisamos no país da mais forte e ampla unidade nacional. Esta unidade, praticamente, pode e deve ser alcançada em torno do governo constituído, o que aí temos, e que, apesar de todos os seus erros e defeitos, já deu incontestavelmente grandes passos ao lado das

37 “Programa do Governo Nacional Revolucionário”, in Hélio Silva, 1935 – *A revolta vermelha, O ciclo de Vargas*, volume VIII, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1969, pp. 443-450.

Nações Unidas...”³⁸. E ainda: “Somos no momento radicalmente contra qualquer luta contra o governo constituído e estamos certos de que é esta também a opinião da maioria esmagadora da nação. Apoiar o governo para ganhar a guerra é o que todos desejamos...”³⁹.

Como era reconhecido, em 1945, pela própria direção do PCB, a orientação aprovada na Conferência da Mantiqueira não soube mostrar que “a luta pela guerra era inseparável da luta pela democracia no país”⁴⁰. Na realidade, toda a concepção da unidade nacional estava estreitamente ligada à visão estratégica da luta pelo desenvolvimento do capitalismo na democracia, que seria assegurada com a vitória mundial sobre o nazifascismo. Alimentavam-se ilusões profundas quanto às possibilidades reais do imperialismo com o fim da guerra: “Liquidando o nazismo, não haverá nenhuma outra grande nação imperialista (altamente industrializada) para sustentar contra a vontade dos povos qualquer ditador. Nenhum neofascismo será, portanto, possível”⁴¹.

A ideia da unidade nacional e da ligação com a visão estratégica da revolução democrático-burguesa, uma visão notadamente de direita, era apresentada da seguinte maneira: “...Se a democracia for reestabelecida durante a guerra, a união nacional em torno do governo permitirá uma transição dentro da lei e dar ordem até a constitucionalização definitiva do país. Com a derrota do nazismo o governo de guerra e de união nacional será então para o povo um governo vitorioso, contando com o apoio espontâneo e livre das grandes massas trabalhadoras que na defesa de suas conquistas democráticas serão as mais interessadas em sustentá-lo para que se faça em ordem a reconstitucionalização do país. Depois da terrível e longa noite fascista e de tantos anos de guerra, de dor e de miséria, os povos querem paz e ao proletariado mais adiantado e consciente, aos

38 Luiz Carlos Prestes, *Problemas atuais da democracia*, Ed. Vitória Ltda., Rio de Janeiro, s./d., p. 46.

39 *Idem, ibidem*, p. 56.

40 “Os comunistas na luta pela democracia” (Informe Político apresentado em nome da Comissão Executiva do Pleno do Comitê Nacional do PCB, em agosto de 1945, “Pleno da Vitória”), in L. C. Prestes, *Problemas atuais...*, *op. cit.*, p. 137.

41 *Idem, ibidem*, p. 66.

comunistas, numa palavra, o que convém é a consolidação definitiva das conquistas democráticas sob um regime republicano, progressista e popular.

Ora, uma tal república, para que possa ser instruída sem maiores choques e lutas, dentro da ordem e da lei, não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as classes sociais, democráticas e progressistas, desde o proletariado até a grande burguesia nacional, com a só exceção de seus elementos mais reacionários, numericamente insignificante...

Que essa seja, no caso particular do Brasil, a única perspectiva justa para um marxista parece não poder haver nenhuma dúvida, pois é evidente que entre nós faltam para uma revolução socialista não só as mais elementares condições subjetivas como as imprescindíveis condições objetivas. Aliás, os comunistas do Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa, como é fácil verificar pelos seus documentos mais autorizados...

Além disso, objetivamente, num país industrialmente atrasado como o nosso a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva.

O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido possível do capitalismo no país. Na situação atual do Brasil, podemos afirmar com Lênin que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo. Está nisso a base material, objetiva, de uma ação democrática unificada, perfeitamente possível nas condições brasileiras do mundo de após-guerra, do proletariado com a burguesia progressista⁴².

Se analisarmos diversos documentos do PCB no período de sua legalidade (de 1945 a 1947), verificamos a continuidade dessas mesmas concepções estratégicas e de toda uma política

42 *Idem, ibidem*, pp. 70-71.

marcadamente de direita, em que propunha a união nacional de todas as classes para assegurar “dentro da ordem e da tranquilidade” a “livre e rápida expansão do capitalismo no país”⁴³. Semelhante concepção do processo revolucionário no Brasil fazia com que o PCB passasse a ser encarado não mais como o partido da classe operária, mas como um partido anti-imperialista e de todo o povo⁴⁴, que desenvolvia uma política de colaboração de classes – “não poupando esforços para encontrar sempre a solução harmônica e pacífica de todas as divergências e contradições de classe que porventura nos possam separar e dividir”⁴⁵ –, e que propunha aos operários “apertar a barriga e passar fome” para garantir a continuidade do processo democrático⁴⁶.

As ilusões parlamentaristas eram outro aspecto de toda essa visão do desenvolvimento capitalista na democracia. Assim, dizia-se: “Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas. Será possível então legislar sobre a propriedade da terra, em particular dos latifúndios abandonados nas proximidades dos grandes centros de consumo e de vias de comunicação já existentes, colocando seus donos ante o dilema inexorável de explorá-los por métodos modernos ou de entrega-los ao Estado para que sejam suas terras distribuídas gratuitamente à massa camponesa sem terra que nelas queira viver, trabalhar e produzir para o mercado interno em expansão e cada vez mais livre, do que tanto necessita nossa indústria. Num parlamento democrático será possível legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário, contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país”⁴⁷.

Com o avanço da “guerra fria”, o PCB é colocado fora da lei em maio de 1947. Sua política anterior voltada no sentido de garantir a “ordem e a tranquilidade” havia levado à

43 *Idem, ibidem*, p. 111.

44 *Idem, ibidem*, p. 83.

45 *Idem, ibidem*, p. 81.

46 *Idem, ibidem*, p. 177.

47 *Idem, ibidem*, pp. 86-87.

desmobilização das massas e ao desencanto da classe operária com o Partido. O fechamento do PCB não provoca nenhuma reação importante das massas e a própria direção é surpreendida pelos acontecimentos. O passo seguinte do governo Dutra é propor a extinção dos mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB. No mesmo dia, 16 de maio de 1947, tem lugar uma virada brusca na tática do PCB, que passa a exigir a renúncia imediata de Dutra, como única forma de restabelecer “a ordem e a democracia”, “violadas pelo governo”⁴⁸. Como assinala o sociólogo Ricardo Maranhão, “o Partido, sem mudar a concepção estratégica do processo político brasileiro, elaborada na conjuntura anterior, passou a tomar atitudes taticamente radicais, mas sua ação se limitava ao universo das instituições parlamentares, sem mobilizar efetivamente seu potencial de apoio de massa”⁴⁹.

O Manifesto de Janeiro de 1948 representa uma “guinada à esquerda” na orientação tática do PCB. O governo de Dutra passa ser considerado de “traição nacional” e “a serviço do imperialismo norte-americano”⁵⁰. É lançada a palavra-de-ordem de “derrubada do atual governo de traição nacional, pela instauração no país de um governo popular, democrático e progressista, único capaz de salvar o país da miséria, do aniquilamento, da perda total de sua soberania”⁵¹.

A autocrítica realizada pela direção do PCB em 1948 é extremamente elucidativa daquilo que estamos procurando mostrar: a continuidade da mesma concepção estratégica de direita, não obstante as inúmeras guinadas táticas à “esquerda” e à direita. Trata-se de uma violenta autocrítica das posições táticas do Partido no período anterior, em que se reconhece uma “tendência direitista... que ... se caracteriza ... pela sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a ‘burguesia-progressista’, assim como pela pouca atenção dada às lutas dos

48 “Hoje”, 17/5/1947, citado por Ricardo Maranhão, *Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950)*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979, p. 89.

49 Ricardo Maranhão, *op. cit.*, p. 89.

50 Luiz Carlos Prestes, “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista”, brochura, p. 4.

51 *Idem, ibidem*, p. 33.

trabalhadores rurais contra o latifúndio, que significa a subestimação na prática da massa camponesa como principal aliado do proletariado”⁵².

Dizia-se ainda: “Evitamos, de fato, falar sobre nossos objetivos estratégicos ou, mesmo quando a eles nos referíamos, ... não éramos suficientemente consequentes para atacar a reação e manter uma atitude firme de oposição ao governo Dutra, mero instrumento da reação e do imperialismo norte-americano. E por isso não fomos também capazes de desmascarar a composição de classe tremendamente reacionária da Assembleia Constituinte que não quis abolir a Carta de 1937 e, alimentando nas massas ilusões a seu respeito, não soubemos também demonstrar com o vigor necessário o cunho retrógrado da nova Carta Constitucional de 18 de setembro”⁵³. E reconhecia-se que “caímos no exagero de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneo uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado”⁵⁴.

Fazia-se também uma autocritica da exigência lançada um ano antes da “renúncia de Dutra”, caracterizando-a como “a influência de ideologia estranha ao proletariado, de tendências pequeno-burguesas ‘tenentistas’ que se manifestam então no Partido, mesmo em sua direção”⁵⁵. Entretanto, apesar de condenar-se a “preocupação de ordem e tranquilidade, as grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares ou dentro dos estreitos limites da democracia burguesa”⁵⁶, em nenhum momento era questionada nem a análise da realidade brasileira, nem a estratégia do PCB. O Brasil continuava a ser “um país atrasado, semifeudal e semicolonial”⁵⁷ cuja estrutura econômica “constitui obstáculo principal ao progresso nacional”, e “é contra isto que precisamos lutar levantando com coragem e audácia a solução dos problemas fundamentais da revolução agrária e anti-imperialista em nossa pátria. Este é o nosso

52 *Idem, ibidem*, p. 25.

53 *Idem, ibidem*, p. 25.

54 *Idem, ibidem*, p. 27.

55 *Idem, ibidem*, p. 28.

56 *Idem, ibidem*, p. 26.

57 *Idem, ibidem*, p. 26.

objetivo estratégico”⁵⁸. Continuava-se a ver na “industrialização” o caminho para a emancipação nacional⁵⁹.

No Informe Político da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do PCB, de maio de 1949, é definido claramente o caráter da revolução como “democrático-burguês”: trata-se de “remover as causas profundas do atraso e da reação política, afastar os obstáculos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas no país. Isto implica na luta conseqüente contra os restos feudais e todas as formas pré-capitalistas de exploração, quer dizer, na revolução agrária de um lado; e de outro, na luta contra o imperialismo estrangeiro, norte-americano em particular nos dias de hoje, e pela independência nacional. No imperialismo e no feudalismo, particularmente no primeiro, estão os inimigos mortais de nosso povo. Mas essa revolução agrária e anti-imperialista, revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social, a realizar-se em plena época da revolução proletária e da construção do socialismo numa boa parte do mundo, só pode ser realizada sob a direção do proletariado”⁶⁰.

Para a realização da revolução democrático-burguesa era proposta a criação de uma “ampla frente democrática e de libertação nacional”, que “sob a direção do proletariado, poderá quebrar a reação, substituir a atual ditadura feudal-burguesa por um governo democrático, popular e progressista, capaz de iniciar a solução dos problemas da revolução agrária e anti-imperialista, reconquistar a independência nacional e de deslocar o Brasil do campo do imperialismo e da reação para o campo do progresso e da democracia”⁶¹. O Partido era caracterizado como “o único partido político realmente anti-imperialista”⁶², deixando claro que para a aplicação de uma estratégia anti-imperialista era coerente a visão de um partido que tivesse esse caráter policlassista. Era ainda evidente a profunda ilusão de classe de supor viável um desenvolvimento

58 *Idem, ibidem*, p. 32.

59 *Idem, ibidem*, p. 36.

60 “Informe Político” da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do PCB apresentado por Luiz Carlos Prestes, em maio de 1949, brochura, 1949, p. 76

61 *Idem, ibidem*, p. 5.

62 *Idem, ibidem*, p. 5.

capitalista autônomo do imperialismo, que permitisse, inclusive, deslocar o Brasil do campo do imperialismo para o “campo do progresso e da democracia”.

A 1º de agosto de 1950 é lançado, em nome do Comitê Nacional do PCB, o famoso “Manifesto de Agosto”. Tratava-se da continuação das mesmas teses expostas em 48 e 49: a “Frente Democrática de Libertação Nacional” para “libertar o país do jugo imperialista e pôr abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalista, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular”⁶³. A estratégia continuava a mesma: a revolução de libertação nacional para “impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional”, ou seja, para assegurar o desenvolvimento livre e independente do capitalismo. O suposto “esquerdismo” se resumia à tática e ao palavreado, este sim extremamente radical. Tática essa que, entretanto, não conseguia ser posta em prática pelo próprio fato de não ser decorrência de uma política alicerçada na análise concreta do país. A tática passava por guinadas bruscas ao sabor dos acontecimentos, que, na maior parte das vezes, constituíam surpresa para os comunistas, incapazes de prevê-los. Não se tratava, portanto, como diz L. Konder em seu livro⁶⁴, de um acentuado “esquerdismo” na linha política do PCB a partir de 1948; só uma análise superficial pode levar a tal conclusão. A estratégia de direita permanecia com todas suas consequências desastrosas, dentre as quais a mais importante consistia exatamente na incapacidade de formular uma orientação tática que correspondesse à real correlação de forças sociais e políticas e permitisse o avanço rumo a objetivos políticos corretos, que só poderiam ser decorrência de uma justa análise das particularidades do capitalismo dependente que se desenvolvia no Brasil.

Em 1954, realizou-se o 4º Congresso do PCB, em que foi aprovado o Programa do Partido. Eram reafirmadas, no fundamental, as mesmas teses do “Manifesto de Agosto”. Assim, no Informe do Balanço do Comitê Central do PCB ao 4º

63 Manifesto de Agosto de 1950, brochura, Rio, 1950, p. 19.

64 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, op. cit., p. 73.

Congresso do Partido, dizia-se: “A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária, anti-feudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrocar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas. Libertando o Brasil do jogo dos imperialistas norte-americanos e dos restos feudais, desloca, simultaneamente, o país do campo da guerra e do imperialismo para o campo da paz, da democracia e do socialismo. O Programa do Partido reflete essa justa caracterização da revolução brasileira em sua atual etapa”⁶⁵.

Destaca-se ainda: “No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional. Essa posição é acertada, decorre de uma justa compreensão do caráter da revolução brasileira em sua primeira etapa, quando as necessidades já maduras do desenvolvimento da sociedade brasileira, que exigem solução imediata, são exclusivamente as de caráter anti-imperialista e antifeudal. A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais”⁶⁶.

A “Declaração de Março de 1958” resultou de uma grave convulsão interna, que teve lugar no PCB após as denúncias contra o “culto da personalidade” feitas no XX Congresso do PCUS. Como não poderia deixar de ser, no decorrer de longos anos de uma visão estratégica falsa, sérias deformações haviam se acumulado no funcionamento interno do PCB. Sem uma estratégia correta, não era possível ter uma política de organização justa. O Partido Comunista é o instrumento de transformação da sociedade capitalista em socialista, e uma política voltada fundamentalmente para o desenvolvimento do capitalismo teria que resultar numa concepção deformada do Partido Comunista, de seus objetivos e métodos de funcio-

65 “Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do PCB”, in *Problemas, Dezembro/1954 a Fevereiro/1955*, n° 64, p. 65

66 *Idem*, p. 61.

namento. O esmagamento da democracia interna passará a ser uma constante na vida interna do PCB. Este aspecto, aliado ao afastamento cada vez mais flagrante da orientação política do Partido das condições nacionais e ao abalo provocado no movimento comunista internacional com as revelações feitas no XX Congresso do PCUS, fez com que explodisse a crise que vinha se desenvolvendo no PCB.

Afinal, em 1958, a direção e o Partido se reunificaram em torno da “Declaração de Março”, que passou a ser considerada uma nova etapa na vida do PCB. Cabe analisar a validade de tal afirmação à qual nos referíamos no início deste artigo. Uma nova autocrítica é feita, onde, diferentemente da autocrítica de 1948, são criticados os erros de “esquerda”⁶⁷. Dizia-se que “a essência de nossos erros políticos, cujas raízes mergulham no subjetivismo, consiste... numa compreensão ‘esquerdista’ do processo revolucionário”⁶⁸. Entretanto, novamente a autocrítica estava voltada apenas para a tática, deixando a concepção estratégica intocada.

Assim, na “Declaração de Março” continuava-se a fazer uma separação mecânica entre luta contra o imperialismo e o latifúndio, de um lado, e o capitalismo, de outro. Dizia-se existir na sociedade brasileira duas contradições fundamentais: “A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais”⁶⁹. A seguir assinalava-se que “a sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classe entres operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições de nosso país, o desenvolvimento capitalista

67 Ver artigo de Luiz Carlos Prestes, “São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política”, in *PCB: vinte anos de política*, op. cit., pp. 29-36.

68 *Idem*, p. 34.

69 “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958”, in *PCB: vinte anos de vida política*, op. cit., p. 13.

corresponde aos interesses do proletariado e de todo o nosso povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”⁷⁰.

Permanece, portanto, a fidelidade à tese da necessidade de realizar a revolução anti-imperialista e antifeudal para desenvolver o capitalismo no Brasil. Como falar, nessas condições, numa “autocrítica profunda” ou nova etapa na vida do PCB? Sem dúvida, algumas mudanças tiveram lugar na tática, que passou a ser a luta por um governo nacionalista e democrático, na visão de um possível “caminho pacífico – tese proveniente do XX Congresso do PCUS –, numa maior preocupação com o movimento de massas em geral e com o movimento nacionalista então em desenvolvimento, em particular. Ocorria também uma certa liberalização no Partido, fruto da explosão de descontentamento com o mandonismo imperante do período anterior.

Entretanto, não seria correto afirmar que a com a “Declaração de Março”, o “PCB iniciou sua longa caminhada em direção a uma ampla política de massas”⁷¹, pois, em primeiro lugar, se estaria negando todo o passado de lutas do PCB, negando páginas de sua história, como a formação de uma ampla frente única em 1935 – a Aliança Nacional Libertadora –, e, em segundo lugar, seria exagerar os êxitos reais que o Partido obteve no período pós-1958, esquecendo a grave derrota de 1964 – testemunho que sua ligação com as massas era na verdade muito débil. Debilidade esta que provinha de muitos anos de erros acumulados, de uma visão estratégica da revolução falsa e de direita, de orientações táticas imediatistas e desligadas de uma visão política geral.

Ao mesmo tempo, seria falso dizer que com a “Declaração de Março” e, posteriormente, com o 5º e 6º Congressos do PCB, teria sido superada a ausência de democracia interna e corrigidos os métodos mandonistas e autoritários, como nos quer fazer crer L. Konder em seu livro citado⁷². Como é sabido,

70 *Idem*, p. 13.

71 Ver David Capistrano Filho, *Vinte anos de PCB*, op. cit.

72 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, op. cit., pp. 116-117.

no 6º Congresso, realizado em 1967, da mesma maneira que no 4º, o que prevaleceu não foi a opinião da maioria dos militantes; ao contrário, diversas organizações que discordaram da orientação defendida pelo CC foram dissolvidas e impedidas de se fazerem representar na plenária do Congresso. Na verdade, continuaram os mesmos métodos, talvez um tanto liberalizados, de imposição de opiniões e ausência de debate democrático, como é mostrado agora por Luiz Carlos Prestes em sua “Carta aos Comunistas”.

Quanto ao problema da democracia, segundo os defensores da atual linha política do PCB, a partir da “Declaração de Março” passou a prevalecer “uma tendência que reconhecia a necessidade de uma reflexão nova em torno da ‘questão democrática’ – tanto ao nível da atividade político-partidária como ao nível da sociedade em geral”⁷³. Ao nível da atividade político-partidária, o que a prática tem mostrado é que a democracia interna permaneceu ausente na vida do PCB (ver a “Carta aos Comunistas” de L. C. Prestes). Ao nível da sociedade, o “reconhecimento de que havia um processo objetivamente favorável à luta pela democracia vinculada ao próprio desenvolvimento capitalista”⁷⁴, não constituía novidade no acervo das concepções imperantes na direção do PCB. Como vimos no decorrer da análise das principais teses sobre o processo revolucionário no Brasil, que se sedimentam no curso de toda a história do PCB, a visão da democracia sempre esteve associada à necessidade de desenvolver o capitalismo, à industrialização capitalista do país.

Assim, o imperialismo e o latifúndio sempre foram encarados como fatores que entravam o desenvolvimento capitalista livre e independente e o que seria seu reflexo natural na vida política – o processo de democratização. Segundo essa visão, a revolução democrático-burguesa (agrária e anti-imperialista ou, mais recentemente, nacional e democrática) teria como tarefa principal remover esses entraves e assegurar o desenvolvimento capitalista na democracia. Os períodos de maior autoritarismo e repressão não passariam de percalços no

73 *Idem, ibidem*, p. 104.

74 *Idem, ibidem*, p. 104.

processo de democratização inerente ao desenvolvimento capitalista em curso, apesar da permanência do imperialismo e do latifúndio.

Sem dúvida, essas teses são reafirmadas na “Declaração de Março” – e não constituem, portanto, uma “reflexão nova” – quando se diz: “A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente”⁷⁵. E, mais adiante, afirma-se: “É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento independente e o processo de democratização da vida política do país”⁷⁶.

Como já tivemos oportunidade de assinalar, esse conjunto de concepções provém do desconhecimento das particularidades do *capitalismo dependente* num país como o Brasil e da aplicação dogmática e mecânica de esquemas elaborados para realidades distintas. O desenvolvimento capitalista nas condições de dependência e associação crescente com as multinacionais levaria a que o capitalismo no Brasil adquirisse características cada vez mais acentuadas de *capitalismo monopolista* com todas as suas implicações, incluindo a tendência à reação e ao autoritarismo. O que viria a predominar, como tendência, e isso ficou mais claro a partir do golpe de 1964, era o processo de limitação crescente das liberdades e não o de democratização. Realmente, a democracia – sempre muito limitada no Brasil – não passou de momentos de nossa história, quando as massas, frequentemente dentro de um contexto internacional favorável, como em 1945, a conquistaram através de grandes lutas. Nunca foi uma consequência natural

75 “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958”, *op. cit.*, p. 8.

76 *Idem*, p. 9.

do desenvolvimento capitalista, retardatário de dependente, selvagem e difícil.

O sociólogo Florestan Fernandes demonstra de maneira fundamentada (ver suas obras, principalmente *A revolução burguesa no Brasil*) as consequências antidemocráticas e autoritárias do tipo de desenvolvimento capitalista dependente que vem se dando no Brasil. Assim, ao examinar as características da revolução burguesa nos países capitalistas dependentes, assinala: “Aí, a revolução burguesa combina – e nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer possibilidade de ‘repetição histórica’ ou de ‘desencadeamento automático’ dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre o desenvolvimento capitalista e autocracia”⁷⁷. E acrescenta: “O capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político. E, ao contrário do que se supõe e ainda se supõe em muitos círculos intelectuais é falso que as burguesias e os governos das nações capitalistas hegemônicas tenham qualquer interesse em inibir ou perturbar tal fluxo do elemento político, pelo enfraquecimento provocado das burguesias dependentes ou por outros meios. Se fizessem isso, estariam fomentando a formação de burguesias de espírito nacionalista revolucionário (dentro do capitalismo privado) ... Estariam, portanto, trabalhando *contra* seus interesses mais diretos, que consistem na continuidade do desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido”⁷⁸.

As mesmas concepções, a que nos referimos acima, sobre as possibilidades de um desenvolvimento capitalista independente e democrático, fruto de uma revolução nacional e

77 Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, op. cit., p. 292.

78 *Idem*, *ibidem*, p. 293.

democrática, sob e a hegemonia da classe operária, mas com a participação da chamada burguesia nacional, foram reafirmadas nas Resoluções do 5º e do 6º Congressos do PCB, assim como nos documentos posteriores do seu Comitê Central. O golpe de 1964 foi interpretado como um acidente no processo de democratização, que vinha se desenvolvendo desde 1930 com a industrialização capitalista. Tratar-se-ia, portanto, de derrotar a ditadura para voltar ao leito normal do desenvolvimento capitalista democrático. Está é a concepção que continua a imperar e é veiculada pelo semanário *Voz da Unidade*, que se apresenta como porta-voz do Comitê Central do PCB.

E se em algum momento é possível aceitar a tese do “início de uma nova fase da vida do Partido” a partir de 1958, seria exclusivamente no de que nesse momento teve início uma longa caminhada para posições cada vez mais de direita, em que alguns lances “esquerdistas”, principalmente às vésperas do golpe de 1964, não passaram de fatos esporádicos, de exceção que só vem confirmar a regra: uma tática reboquista em relação à burguesia, tendo como pano de fundo a manutenção da mesma estratégia direitista.

Ultimamente tornou-se moda a chamada “questão democrática”. Leandro Konder escreve a respeito, criticando a Resolução Política do 5º Congresso do PCB: “A democracia, na sociedade brasileira, ainda era concebida estreitamente como uma ‘etapa’ que precisava ser atravessada, mas deveria ser superada mais tarde que, por representar um modo de produção correspondente aos interesses da maioria da população (a massa trabalhadora), poderia estar dispensado de ser *formalmente* democrático. Essa limitação ‘etapista’ mostrava que a democracia ainda não era encarda em todas as suas implicações: ainda não se reconhecia aquilo que, nas conquistas democráticas realizadas sob o capitalismo e dentro dos limites liberais, precisa ser *preservado* e elevado a nível superior”⁷⁹. A esta visão de democracia, L. Konder contrapõe a concepção de Armênio Guedes, exposta na revista *Novos Tempos*⁸⁰, segundo a

79 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, *op. cit.*, p. 109.

80 Armênio Guedes, “Algumas ideias sobre a Frente Única no Brasil”, in *Novos Tempos*, nº 1, 1957.

qual “a democracia, ao avançar, forçaria o governo a encarar a questão das transformações revolucionárias, socialistas. Não havia, pois, uma muralha entre a ‘questão democrática’ e a ‘questão socialista’; a primeira penetrava a segunda”⁸¹.

A crítica de L. Konder à Resolução Política do 5º Congresso se situa à direita das concepções expostas nessa resolução; para o autor, as ideias de Armênio Guedes estão mais próximas da tese da “democracia como valor universal” de Carlos Nelson Coutinho, à qual empresta total solidariedade logo no início de seu livro⁸². Em outras palavras, L. Konder revela-se adepto da democracia burguesa – este, sem dúvida, é o conteúdo real da “democracia como valor universal”⁸³ – e gostaria de estendê-la à sociedade socialista. Esta a grande contribuição teórica que é atribuída a A. Guedes no trecho citado: a democracia burguesa imperando no regime socialista. É nessa direção que L. Konder espera que sejam superados os “elementos de ambiguidade” ainda existentes, segundo ele, na linha política do PCB⁸⁴. Trata-se, portanto, de uma crítica de direita, orientada no sentido de que nos próximos documentos do PCB se venha a adotar a tese da “democracia como valor universal” e se chegue à negação do salto revolucionário que deve representar a passagem do capitalismo ao socialismo, ou seja, da democracia burguesa à democracia socialista.

Se o conjunto de ideias sobre a revolução brasileira, presente nos documentos do PCB, tem como eixo central a falsa concepção de uma revolução de caráter democrático-burguês no Brasil, que permita o desenvolvimento capitalista independente e democrático e, teoricamente, numa segunda etapa, a revolução socialista; as concepções apresentadas por L. Konder, C. N. Coutinho e outros adeptos de suas teses vão mais adiante: é a democracia burguesa “penetrando” no socialismo, ou seja, a tese do “socialismo democrático”⁸⁵. Eis a mais nova contribuição

81 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, *op. cit.*, pp. 101-102.

82 Ver Carlos Nelson Coutinho, “A Democracia como valor universal”, in *Encontros com a Civilização Brasileira*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, n° 9, pp. 33-47; e Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, *op. cit.*, pp. 8-9.

83 Carlos Nelson Coutinho, “A Democracia como valor universal”, *op. cit.*

84 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, *op. cit.*, p. 106.

85 Ver entrevista de Armênio Guedes, in *Jornal do Brasil*, 28/10/1979.

“teórica” dos que chegaram à negação do socialismo, mas evitam dizê-lo com todas as letras.

Conclusões – Voltando às questões que colocamos no início deste artigo, pensamos que a argumentação apresentada nos permite chegar a algumas conclusões fundamentais.

A atual linha política do PCB, no que se refere às suas principais concepções estratégicas, não constitui uma ruptura com o passado deste partido. Pelo contrário, representa a continuidade de uma mesma concepção estratégica de direita, cujas origens remontam ao final da década de 1920.

A causa principal do surgimento e da permanência dessa concepção da revolução brasileira consiste no dogmatismo, que marcou toda a elaboração política do PCB desde seus primeiros anos após sua fundação. A cópia mecânica e dogmática de modelos e esquemas elaborados para outras realidades, distintas da brasileira, resultou do débil conhecimento do marxismo e, principalmente, da realidade nacional, que o partido se propõe a transformar.

Se antes, nos primeiros decênios da existência do PCB, poderia ser compreensível esse desconhecimento da realidade brasileira, hoje ele não se justifica mais. E uma das principais razões para isso reside no fato de atualmente já existir, em nosso país, uma importante produção cultural própria, onde se destacam diversos trabalhos de análise e de interpretação da realidade econômica, social, política e cultural. A alguns desses trabalhos tivemos oportunidade de fazer referência neste artigo.

Assim, insistir, nos dias de hoje, na concepção de uma revolução nacional e democrática, que remova os obstáculos ao desenvolvimento capitalista independente e democrático constitui na verdade um anacronismo. Realmente, já existe toda uma elaboração teórica sobre a *dependência* e o *capitalismo dependente* em países com o Brasil, que deve servir de base a uma interpretação correta e moderna da realidade brasileira e uma proposta estratégica que corresponda a essa análise.

Ao mesmo tempo, assinalamos a existência de uma crítica de direita à chamada “questão democrática” na linha política do PCB, que propõe a visão da “democracia como valor universal”, que, na prática, significa a negação do socialismo.

O entendimento dos erros cometidos pelo PCB em sua história está ligado à compreensão das principais concepções falsas que, indubitavelmente, constituem sua causa determinante. As concepções, a que nos referimos no desenrolar deste artigo, constituem precisamente a herança à qual o PCB deve renunciar para poder avançar rumo aos objetivos da revolução socialista.

Entretanto, não basta renunciar a uma determinada herança, que mostrou na prática ter falhado como perspectiva de um partido revolucionário. É necessário formular uma nova estratégia, que seja decorrente das reais contradições do capitalismo monopolista dependente que hoje se desenvolve no Brasil e que tenha condições de mobilizar a classe operária e as grandes massas trabalhadoras para a luta pelo socialismo. A concepção de luta por um poder das forças anti-monopolistas, que representa um passo decisivo rumo ao socialismo – exposta na “Carta aos Comunistas” de Luiz Carlos Prestes – constitui, ao nosso ver, uma contribuição importante para a elaboração da estratégia dos comunistas no Brasil de hoje.

Ecos à Carta de Prestes
(1980)

OS COMUNISTAS DE SP SE POSICIONAM AO LADO DE PRESTES

Certamente, não é casual que justamente no grande centro operário do país, no momento em que importantes lutas grevistas se desenvolvem e poucos dias após o lançamento da “Carta aos Comunistas” de Luiz Carlos Prestes, surja a Comissão Estadual de SP em Defesa do PCB. Logo no início do documento intitulado “Apoio à greve dos metalúrgicos do ABCD e outras cidades do interior”, lançado nas ruas por essa Comissão, diz-se: “proclamamos a mais irrestrita solidariedade e apoio à greve que vem sendo sustentada pelos metalúrgicos do ABC e demais cidades do interior do Estado.”

O apoio à greve dos metalúrgicos e a mobilização de forças em sua solidariedade distingue os verdadeiros comunistas, aqueles que se posicionam ao lado de Prestes e da defesa das tradições de luta do PCB, aqueles que, como diz o documento citado, estão preocupados com a “recuperação da perspectiva do proletariado, que anda sendo diluída e malbaratada, sob a alegação direitista de que não é conveniente “aguçar tensões”.”

O exemplo dos comunistas de SP já está sendo seguido pelos companheiros de outros estados. Todos aqueles que veem “a classe operária e as massas trabalhadoras em geral como o eixo fundamental em torno do qual devem se alinhar todos os verdadeiros democratas em busca de derrocada da ditadura”, visando “o único e verdadeiro caminho que, no Brasil, conduzirá à construção de uma forma concreta de democracia”, estão se posicionando ao lado de Prestes e da orientação exposta em sua “Carta aos Comunistas”.

Não existe, portanto, como andam espalhando alguns elementos da direção do PCB, contradição entre supostos “prestistas” e os comunistas. No momento, em nosso país, os comunistas estão com a classe operária em suas lutas, esta é a posição de Prestes, em oposição ao Comitê Central direitista. E,

por isso, os comunistas estão unidos em torno de seu líder máximo – LUIZ CARLOS PRESTES.

OUTRAS MANIFESTAÇÕES DE APOIO À CARTA DE PRESTES

Além dos comunistas de SP, já se manifestaram ao lado de Prestes os comitês estaduais do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Ceará e Sergipe. Da mesma forma, diversas organizações de base e comitês intermediários vem hipotecando duas solidariedade à orientação exposta na “Carta aos Comunistas”, como é o caso de bases de operários, médicos e intelectuais do Rio de Janeiro.

O documento aprovado por uma desses organizações diz: “Não reconhecemos autenticidade na denominada “direção do Partido” e somos partidários firmes da dissolução do CC e da formação de um organismo que possa dirigir o PCB, dentro dos princípios revolucionários e preparar ampla campanha pela revogação da atual Lei de Segurança Nacional e pela legalização do Partido, abrindo com isso perspectivas para que o VII Congresso possa ser realizado democraticamente, com a mais ampla participação dos comunistas brasileiros.”

Iniciativas desse tipo devem se multiplicar. Atendendo ao apelo de Prestes, os comunistas estão “rompendo com a passividade e tomando os destinos do PCB em suas mãos, rebelando-se contra as arbitrariedades e os métodos mandonista de direção, e tratando de eleger, em todos os níveis partidários, direções que realmente sejam a expressão democrática da maioria dos comunistas.”

COMPANHEIRO! Não fique passivo! Contribua para que sua organização discuta a “Carta aos Comunistas” e se pronuncie a seu respeito, eleja e participe ativamente das lutas de massas!

UNIDADE IDEOLÓGICA

“No ponto que atingiram as divergências, só a ampla discussão interna de todas as questões que interessam ao partido, por todos os seus militantes e organizações, nos permitirá reconstruir a unidade ideológica que não pode ser substituída por uma unidade formal que foge à discussão político-ideológica. O formalismo e o cerceamento do debate interno contribuem para o imobilismo e o enfraquecimento do partido. Além disso, não existe neutralidade em questões ideológicas.”

(Documento de uma base do Rio)

AS BASES E A DIREÇÃO

“A subestimação das bases pode identificada em vários acontecimentos e declarações de dirigentes. A questão da legalidade do P. e o surgimento de um jornal legal (a V.U.), entre outros, é um exempli recente. E se essa questão tem gerado certas incompreensões e possibilitado algumas atitudes descabidas (como pensar a legalização fora do movimento de massas), apontamos a causa fundamental na precariedade das discussões com as bases e com outros setores do P.”

(Documento de um Comitê de Zona)

SOLIDARIEDADE REVOLUCIONÁRIA

O Comitê Estadual de Sergipe “resolveu hipotecar solidariedade revolucionária ao companheiro Luiz Carlos Prestes e repudiar a atitude de José Sales pelas declarações prestadas ao Jornal do Brasil de 05.01.80”.

O REVISIONISMO

“A política revisionista consiste em determinar o seu comportamento em função das circunstâncias, em adaptar-se aos acontecimentos do dia, às viragens dos pequenos fatos políticos, em esquecer os interesses fundamentais do Proletariado e os traços essenciais de todo o regime capitalista, de toda a evolução do capitalismo, em sacrificar esses interesses fundamentais em favor de vantagens reais ou supostas do momento.”

E sobre a direção do Partido: “Não constroem o P., não unem, não organizam, não ampliam o trabalho, não aumentam a influência junto às massas proletárias.”

(Documento de uma base operária)

UM CAMARADA EXPLICA POR QUE NÃO FOI À FESTA DA “VOZ DA UNIDADE.

“... A direção, por não ter determinado a realização de uma campanha contra a Lei de Segurança Nacional, e portanto, por entender ser possível legalizar o partido sem revogá-la na prática e sem que se faça preceder de um amplo movimento de massas, quer obter a legalidade do partido dentro do atual regime político constitucional vigente, obedecendo, inclusive, os limites estreitos da legislação eleitoral e partidária em vigor. Como, aliás, prova a proposta, que hoje ela discute e informa, no sentido de se encaminhar o pedido do registro do PCB ao Tribunal Superior Eleitoral, assinado por 101 comunistas conhecidos, conforme manda a lei. Não nos iludamos quando vierem dizer que essa solicitação tem o objetivo apenas de ganhar espaço na imprensa e promover, com isso, o debate sobre a legalidade. Mesmo porque, é uma proposta reformista, porquanto busca implantar o debate de cima para baixo, e não leva em consideração a massa trabalhadora que não se toca a partir de discussões jurídicas, constitucionais, vindas de cima.”

CARTA DE UM COMPANHEIRO!

R. Mendonça, militante de SP, leu o folheto de Otávio Rodrigues – “Contra o Revisionismo” – e escreveu uma carta a respeito, onde diz:

“É lamentável que o camarada O. Rodrigues, pretendendo combater as posições da direção do Partido, p faça de maneira totalmente falsa, caindo no mais triste e anacrônico dogmatismo. Seu trabalho é uma enfadonha enumeração de citações, retiradas do seu contexto histórico, e, portanto, desligadas da vida e da realidade que devemos discutir: a realidade do Brasil de hoje.

O. Rodrigues que defender, mas acaba caindo na sua negação, pois ser marxista significa, antes de tudo, interpretar

corretamente (e para isso é necessário dominar o método marxista de análise) e dar soluções corretas para os problemas da vida real, da sociedade em questão. E a “guerra” de citações não ajuda (inclusive é possível encontrar citações de Lenin para provar posições opostas, pois tudo depende da situação concreta em quem Lenin se posicionou de tal ou qual maneira), ao contrário, leva a atitude de pura escolástica e doutrinário da pior espécie...”

“É uma pena, mas “Contra o Revisionismo” não discute os problemas brasileiros à luz do marxismo. Por isso, em vez de ajudar, atrapalha...”

“Precisamos, como diz Prestes em sua “Carta”, “rever com espírito autocrítico a orientação política que mantivemos em diferentes períodos históricos e, em especial, as resoluções aprovadas no VI Congresso e nos anos que se seguiram. Devemos examinar a que resultados concretos fomos levados pela aplicação de tais resoluções e fazer um esforço coletivo que conduza à elaboração de soluções adequadas à situação do Brasil de hoje.”

Na minha opinião, não se trata de defender a linha do VI Congresso, como diz o autor de “Contra o Revisionismo”, mas de confrontá-la com a realidade. E esse confronto mostra, a meu ver, que a orientação aprovada no Vi já continha os embriões do direitismo aberto que está se evidenciando agora nas posições assumidas pelo Comitê Central.

Precisamos, enfim, discutir os fatos e as posições adotadas concretamente.”

“VOZ DA UNIDADE” FAZ O JOGO DO GOVERNO E DOS PATRÕES

Em atitude oposta à da Comissão Estadual de SP em Defesa do PCB, que se posicionou de maneira irrestrita ao lado da greve dos metalúrgicos (ver matéria da 1ª. página), o jornal “Voz da Unidade”, em seu nº 4, expressando a opinião do direitista CC do PCB, não teve vergonha de jogar nas costas dos líderes operários – que estão enfrentando o ódio da ditadura e dos patrões nas celas do DOPS - a responsabilidade pela situação criada no ABC e em São Paulo:

“...lideranças...que...a partir de uma análise nem sempre correta na avaliação das forças em presença, superestimaram suas possibilidades na condução da greve, criando situações difíceis de serem resolvidas no nível atual do movimento operário.”

E, continuando, o Editorial da “Voz da Unidade” não encontra melhor oportunidade para fazer críticas doutrinárias aos operários e seus líderes combativos:

“...a liderança sindical...nem sempre conseguiu compatibilizar com acerto o impulso vindo de baixo com a luta democrática geral e as possibilidades nacionais do movimento operário

UMA INICIATIVA A SER SEGUIDA

Companheiros do estado do Rio estão distribuindo uma página impressa, intitulada: “COMUNISTA: MANIFESTA TUA POSIÇÃO”, em que se diz:

“É muito importante que os companheiros de base elaborem documentos, explicando por que se posicionam contra o grupo dirigente que está no CC, e em defesa dos princípios revolucionários da classe operária.”

E adiante sugerem que elaborem “um posicionamento claro a respeito da luta interna, abrangendo os seguintes pontos: condenação do grupo dirigente, apoio à carta de Prestes e apoio à proposta de Gregório Bezerra de dissolução do CC e sua substituição por uma Comissão Nacional Provisória”, que “mostrem que esse posicionamento é uma necessidade fruto da realidade social e política do país, particularmente das massas populares. E esta necessidade deve ser demonstrada a partir mesmo do setor onde os companheiros que fazem os documentos atuam.”.

Finalmente, segure-se que as bases sejam consultadas sobre as seguintes questões:

- 1) Qual a opinião sobre a Carta de Prestes
- 2) Qual a opinião sobre a proposta de Gregório Bezerra pedindo a dissolução do CC e a sua substituição por uma Comissão Nacional Provisória?

COMPANHEIRO !

Esta é uma iniciativa a ser seguida !

O PCB atravessa uma situação excepcional. É indispensável que os comunistas rompam com a passividade e tomem os destinos do PCB em suas mãos”!

COMUNISTA!
MANIFESTA TUA POSIÇÃO.

OS ESTATUTOS E A UNIDADE DO PARTIDO

Diante da Carta de Prestes a atual direção do PCB não só não deu nenhuma resposta efetiva aos problemas levantados na Carta, como, a boca pequena, espalha que o companheiro Prestes está rompendo a unidade do Partido infringindo os Estatutos do PCB.

Ora, para os marxistas, sempre vem primeiro os fatos, depois os direitos. Quem faz ao contrário, ameaçando usar as leis, quando se vê ameaça de derrota, é a burguesia e seus representantes. Haja visto agora os acontecimentos em São Paulo: quando os patrões se sentiram ameaçados, apelaram para as leis.

A atual direção do PCB, que há muito tempo não se lembrava dos Estatutos, nem os aplicava (basta dizer que vários dirigentes do CC andaram transmitindo à imprensa burguesa informações sigilosa a respeito do Partido), uma direção, em que, como diz Prestes em sua Carta, “cada dirigente se julga no direito de fazer o que entende”, acha que encontrou nos Estatutos a

tábua de salvação para tentar desviar a discussão dos problemas concretos colocados por Prestes e que estão sendo levantados, também, pelos militantes do Partido.

Na verdade, as regras estatutárias já muito tempo não são cumpridas e a responsabilidade por essa situação cabe à direção, que continua se recusando a fazer autocrítica.

Os Estatutos só são cumpridos quando existe uma unidade efetiva em torno dos princípios do Partido, em torno de uma política verdadeiramente revolucionária. Fora disso, as declarações de fidelidade não passam de frases vazias, destinadas a tentar encobrir a realidade.

No momento atual, a luta pelos princípios e por uma política verdadeiramente revolucionária, ou seja, a luta pela unidade efetiva do Partido é simbolizada pelas posições do camarada Prestes.

CRESCER O NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO QUE SE POSICIONAM AO LADO DE PRESTES

Além dos comunistas de SP, que organizaram a “Comissão Estadual de SP em Defesa do PCB” e dos comitês estaduais do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Ceará e Sergipe – que já havia noticiado no nº 01 de o “ECOS” – novas organizações do Partido vêm se posicionando ao lado do camarada Prestes, como é o caso dos comunistas da Paraíba e de inúmeras bases e organizações intermediárias em diversos estados.

O documento aprovado por uma dessas organizações do Rio, intitulado “EM DEFESA DO SOCIALISMO”, diz:

“Frutos concretos ...da... posição direitista do atual CC são: a tentativa de legalização do PCB sem que seja conquista das massas, abrindo mão dos princípios fundamentais do nosso partido; o lançamento de um jornal (VOZ DA UNIDADE) sem consulta das bases e que no editorial de seu nº4 responsabiliza os líderes do ABC pela manutenção da greve; e, principalmente, o imobilismo em que se encontra o nosso partido, sem que nós, comunistas, tenhamos uma orientação na luta contra a ditadura, qual seja: como lutarmos por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, pelo fim do aparato repressivo, pelo fim da LSN e salvaguardas constitucionais, pela liberdade de organização e, conseqüentemente, legalidade para o PCB, para que possamos eleger uma ANC realmente democrática e representativa de todo o povo brasileiro.

Consideramos as posições ideológicas do atual CC como TRAICÃO, AO NOSSO PARTIDO E A CLASSE OPERÁRIA.”

COMPANHEIROS !

“O PCB atravessa uma situação excepcional. É indispensável que os comunistas rompam com a passividade e TOMEM OS DESTINOS DO PCB EM SUAS MÃOS !

Por uma COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA que assegure a realização realmente democrática do VII Congresso !

A UNIDADE NÃO É A PAZ DOS CEMITÉRIOS

“A nossa posição é, pois, pela verdadeira unidade do Partido... A unidade não é um ser abstrato, mas algo a ser estruturado, e tendo como elemento estruturante a classe operária. Nossa posição é, pois, pela conquista do debate interno, pelo reconhecimento e positividade da luta interna, conforme os princípios marxistas-leninistas. A unidade não é a paz dos cemitérios.”

(Documento de uma base de SP)

COM PRESTES CONTRA O REVISIONISMO

“Às tendências revisionistas desfraldadas por integrantes do CC devemos contrapor os princípios revolucionários do marxismo-leninismo. Lenin afirmava não ser marxista aquele que não considerava a luta de classes até a Ditadura do Proletariado. Essa, nos dias que vivemos continua um divisor de águas entre os revolucionários e os renegados.

A luta pela legalidade do PCB e a perspectiva do VII Congresso estão intimamente vinculadas à defesa do socialismo científico, do mundo socialista, do papel de vanguarda da URSS e das posições revolucionárias do camarada Luiz Carlos Prestes.”

(Documento de um setor do Rio)

COMUNISTAS DE NITERÓI SOLIDÁRIOS COM PRESTES

“A maioria das bases operárias do partido em Niterói está repudiando as posições oportunistas de direita do CC, do CE-RJ e do Cm, ao mesmo tempo em que saúda o esforço crítico e autocrítico desenvolvido pelo camarada Prestes em sua “Carta aos Comunistas.”

Refletindo o que ocorre nas direções superiores, o CM de Niterói luta pela perpetuação de seus membros nos cargos de direção... membros do secretariado do CM, desrespeitando as resoluções das bases operárias, resolveram, por conta própria, nas eleições dos metalúrgicos do município, apoiar os “pelegos” da chapa da situação.

Os militantes de Niterói, cidade onde foi fundado o PCB, conhecem, na prática, o tipo de “unidade” e “disciplina partidária” defendida pela direção...

As bases consideram que ao iniciar o processo crítico e autocrítico, o camarada Prestes assumiu – como lhe compete – a liderança do trabalho de reconstrução do Partido... ... possibilitará a elaboração de uma linha justa, que nos leve a uma democracia para os trabalhadores, como primeiro passo no rumo do socialismo.”

(Trechos da Carta dos comunistas de Niterói)

QUAIS AS PRINCIPAIS DIVERGÊNCIAS ENTRE PRESTES E O ATUAL COMITÊ CENTRAL DO PCB?

Esta pergunta vem sendo feita por muitos companheiros e amigos. Vamos tentar respondê-la sucintamente:

1. Enquanto Prestes se coloca ao lado da classe operária e dá seu apoio irrestrito aos metalúrgicos em greve, enquanto os comunistas que se alinham com Prestes se mobilizam em função de prestar toda solidariedade aos grevistas (ver N° 01 de “ECOS”), o CC e seu jornal a “Voz da Unidade” estão contra a greve. Isso é evidenciado tanto no editorial do n° 4 do referido jornal, como na Nota da CER-SP publicada nesse mesmo número, no artigo de L. W. Vianna publicado no n° 5 e em outras matérias. Como diz um leitor da VU, cuja carta o jornal teve que publicar em seu n° 6, “...a nota do CER propõe o fim da greve

porquanto seu prolongamento põe em risco o conjunto do movimento sindical e a luta democrática do povo...”, e conclui: “os autores destas matérias pouco sentiram o cheiro do suor do macacão, nem apertaram a mão calosa, suja de graxa ou viram o que há na marmita. Os artigos podem ter alimentado a simpatia de algum liberal, mas com certeza merecerá o desagrado dos operários”.

Realmente, é sintomático que, enquanto L. W. Vianna recebia elogios da reacionaríssima revista “VEJA” (14/05/80, pg. 20), que qualificou de “fundados” seus argumentos contra a greve, Luiz Tenório de Lima, membro do CC do PCB, era repudiado por Lula ao ir “aconselhá-lo” a terminar com a greve.

2. Enquanto Prestes considera, como todo marxista-leninista, que a democracia tem sempre um conteúdo de classe determinado e a sua conquista e consolidação dependem, fundamentalmente, das lutas de massas e, particularmente, da classe operária; que é lutando por suas reivindicações – como estão fazendo os metalúrgicos de SP – que se conquista a democracia e se impede um possível “fechamento”; o CC e a VU, como os revisionistas de todos os tempos, “teorizam” a respeito de uma democracia “pura” e acima das classes, cuja existência estaria na dependência de uma política que evite “tensões”.

Em outras palavras, o CC e o seu jornal não querem a mobilização das massas na luta por suas reivindicações específicas e pelas liberdades democráticas, acreditando que assim será possível evitar o pior, ou seja o “fechamento”. Pretendem que, sem luta, evitando “tensões”, poder-se-á chegar a uma democracia, onde haja “consenso” e todos possam reivindicar livremente. Sonhos de uma noite de verão... E o pior é que esta é uma política que interessa à ditadura e a seus planos de legitimação do regime.

Toda experiência, nacional e internacional, revela que não é cruzando os braços e fazendo apelos à moderação que se detém o avanço das forças mais reacionárias. Ao contrário, é a mobilização e a luta das massas – evitando, certamente, aventuras – que pode impedir possíveis retrocessos e assegurar as conquistas democráticas já alcançadas.

3. Enquanto Prestes, como comunista, considera essencial – a partir das lutas de hoje contra a ditadura e pela democracia – acumular forças para que se possa chegar à liquidação do regime capitalista e à revolução socialista; as posições do CC, através das declarações de diversos de seus membros, convergem no sentido de não questionar a dominação capitalista e, ao contrário, contribuir para o seu aperfeiçoamento e manutenção. Isso, certamente, não é dito explicitamente, mas é evidenciado, quando se coloca claramente o objetivo da luta por uma democracia dentro dos marcos do capitalismo, quando NÃO se aponta para uma acumulação de forças coisas e políticas que sejam capazes de – lutando por formas cada vez mais avançadas de democracia – romper com os marcos do capitalismo e iniciar a caminhada para o socialismo.

Ficam, pois, os atuais dirigentes do PCB limitados à defesa da democracia no capitalismo, como qualquer liberal burguês. Entretanto, para os comunistas, é fundamental dirigir as massas rumo a uma democracia em que elas tenham assegurados seus direitos econômicos, sociais e políticos; e, para isso, será necessário ultrapassar o capitalismo.

4. Enquanto Prestes diz claramente que a ditadura ainda está aí e é necessário derrota-la, mobilizando e unindo, para isso, as mais amplas forças antiditatoriais e principalmente, o movimento de massas; o CC do PCB evita referir-se ao regime como a uma ditadura e, o mais importante, alguns dos membros do CC se mostraram favoráveis a apertar a “mão estendida” do general Figueiredo, numa atitude clara de capitulação, diante do regime que nos oprime. Basta lembrar as declarações de José Sales e, em particular de Giocondo Dias¹, o qual, segundo “ISTO É” (10/X/79, pg. 16), “elogiou muito o general Figueiredo: ‘Uma peça importante da abertura, que deve ter reconhecida a sua

1 Giocondo Dias, então secretário geral do Partido Comunista Brasileiro. Ao longo do *Ecos*, seu nome também aparece abreviado: “G. Dias” ou “g. dias”; ou mesmo sem nenhuma de suas letras iniciais maiúsculas. Outros nomes do partido à época, não alinhados com Prestes também recebem o mesmo tratamento [N. do E].

sabedoria de compreender o processo e vive-lo, sem perder o poder' ”.

5. Enquanto Prestes considera que o centro da atividade dos comunistas deve ser o trabalho de massas, junto aos mais amplos setores populares; o CC do PCB e seu jornal, a VU fazem do Parlamento o lugar privilegiado da luta pela democracia. Assim, no nº 1 da VU, (pg. 3), escreve-se longo artigo em que a tônica é a atividade parlamentar, colocando a atividade de massas fora do Parlamento em plano secundário. Configura-se, pois, o típico desvio parlamentarista, para o qual Lenin tanto chamava a atenção, pois considerava que o trabalho no Parlamento só pode desempenhar um papel realmente importante se estiver conjugado e subordinado ao trabalho de massas fora do Parlamento.

6. Enquanto Prestes, na luta contra a ditadura, defende a formação de uma ampla frente democrática e, ao mesmo tempo, a unificação das forças de “esquerda” dentro da frente democrática para, dessa forma, contribuir para a própria consolidação desta última; o CC do PCB, na prática, quer uma frente democrática da qual estejam excluídas as diferentes forças de “esquerda”, na qual continuem mantendo sua hegemonia os setores mais à direita e menos consequentes, na qual os comunistas estejam a reboque da burguesia liberal. O CC do PCB não se mostra interessado, nem empenhado na luta pela conquista da hegemonia na frente democrática pelas forças de “esquerda”, que para isso, como indica Prestes, precisam encontrar o caminho da Unidade. O CC quer unidade apenas com os setores mais atrasados da oposição; basta dizer que na festa da VU, promovida no Rio, no dia 11 de maio, lá estavam o deputado Jorge Moura, que eleito pelo MDB, traiu seus compromissos com os eleitores e se passou para o PP, e, Wellington Moreira Franco – o prefeito de Niterói – também eleito pelo MDB e que ingressou no partido do governo, o PDS. É com a direita, portanto, que o CC quer unidade; é a seu reboque que se situa.

7. Enquanto Prestes considera que “a legalização do PCB terá que ser uma conquista do movimento de massas e de todas as forças realmente democráticas em nosso País”, o CC do PCB revela disposição de aceitar o acordo que lhe vem sendo proposto pela ditadura. Como diz Prestes em sua Carta, “acordo este que significaria um compromisso com a ditadura, incompatível com o caráter revolucionário e internacionalista do PCB, compromisso que colocaria o Partido a reboque da burguesia e a serviço da ditadura e inaceitável, portanto à classe operária e a todos os verdadeiros revolucionários”. Tal disposição ficou evidente, quando, ainda em março, a grande imprensa divulgou declarações de membros do CC informando a respeito do início das tramitações legais junto ao TSE, tendo em vista o registro do PCB, sem, por outro lado, adotar nenhuma medida dirigida no sentido de uma campanha de massas pela legalidade do PCB.

8. Enquanto Prestes mantém uma disposição de firme apoio à URSS e a todo o campo socialista, os membros do atual CC [v]em revelando uma posição cada vez mais clara do que poderia ser chamado de “anti-sovietismo envergonhado”. Assim, Armênio Guedes, em entrevista ao “JB” (28.X.79), dizia, abertamente ser favorável ao “socialismo democrático”, numa clara alusão à tese da reação de que o SOCIALISMO REAL, existente nos países socialistas, não seria democrático. Mais recentemente, A. Guedes, ao embarcar em Paris de regresso ao Brasil, declarava ao “Estado de São Paulo” ser contrário à “intervenção soviética” no Afeganistão. Quanto ao jornal VU, que faz campanha de silêncio em relação aos países socialistas e no momento em que os comunistas do mundo inteiro comemoram o 110º aniversário do nascimento do grande Lenin, publica apenas uma pequena nota alusiva à data, enquanto, dedica uma página inteira do jornal à figura de Sartre.

Sem dúvida os membros do CC, por enquanto, estão praticando apenas o “anti-sovietismo envergonhado”, pois sabem perfeitamente que os militantes do PCB repudiariam violentamente qualquer atitude anti-soviética declarada.

9. Enquanto Prestes estará empenhado – e sua “Carta aos Comunistas” assim o demonstra – em fazer uma autocrítica profunda, tanto da política do PCB, como de seus métodos de organização, o CC não mostra a menor disposição à autocrítica e vem intensificando sua atividade terrorista na condução da luta interna, apelando cada vez mais para os métodos arbitrários e antidemocráticos, fazendo tudo para manter o status-quo e conservar-se no poder. O atual CC se agarra a uma falsa concepção de unidade do Partido, que, como diz Prestes, “vem sendo utilizada ... como um biombo para tentar ocultar a falta de princípios reinante nessa direção, o apego aos cargos e postos, o oportunismo do que mudam de posição política para atender a interesses pessoais, a tradicional conciliação em torno de formulações genéricas que nada definem e que visam apenas a manutenção do status-quo, deixando, ao mesmo tempo, as mãos livres para que cada dirigente faça o que bem entenda”.

O camarada Prestes e os comunistas que com ele se alinham, lutam pela única unidade admissível no Partido Comunista: a unidade em torno dos princípios revolucionários do marxismo-leninismo. E, para isso, é necessário rediscutir à luz do marxismo-leninismo a orientação política do PCB e seus métodos de organização e vida interna seja assegurada. O atual CC já mostrou que não é capaz, nem está disposto a isso. Eis a razão porque os verdadeiros comunistas estão respondendo ao apelo feito por Prestes e “TOMANDO OS DESTINOS DO PCB EM SUAS MÃOS”.

GREGÓRIO BEZERRA NÃO COMPARECEU À FESTA DO “VOZ DA UNIDADE”

Não obstante os insistentes pelos que lhe foram dirigidos, GREGÓRIO BEZERRA, que se encontrava no Rio, NÃO compareceu à festa do VU realizada no dia 11.5.80. Junto com Prestes, foi assistir, nesse mesmo dia, ao espetáculo do balet soviético “BERIOSKA”, que tanto sucesso fez no Brasil. A festa do VU teve um baixo comparecimento e contou com a participação do Wellington Moreira Franco, o prefeito de Niterói, eleito pelo MDB, mas que traíu o eleitorado, passando com armas e bagagens para o partido do governo – o PDS. Essa é a

unidade que defende o VU – a unidade com o governo e seus representantes.

Em repúdio à orientação seguida pelo VU, diversas organizações do Partido e muitos militantes se recusaram a ir à festa. Eis a declaração feita por uma base do Rio.

“Além da falta de democracia interna, questionamos a própria linha que o jornal veicula, assumida como sendo a do CC. Linha esta que fica caracterizada quando aposta no projeto de abertura do regime, sem se lembrar que, se este projeto existe hoje, deve-se, fundamentalmente, às conquistas do movimento democrático como um todo e não a acordos de cúpula. Segue a orientação de que não devemos criar “tensões para não “atrapalhar” o processo democrático. Seus artigos insistem monotonamente na legitimação de análises que subestimam o papel do Movimento popular no processo político brasileiro...

...Embora se auto intitule um jornal democrático, adota uma postura extremamente parcial frente à luta interna do Partido. Sendo o exemplo mais gritante o tratamento jornalístico dado à “Carta aos Comunistas” de L.C. Prestes (citando alguns trechos e “analisando-os”) e à carta-resposta do Comitê Central (publicada na íntegra e com destaque). Sem compromisso com a verdade, distorce o pensamento político do Secretário-Geral para justificar a posição do Comitê Central...

...Finalmente, registramos que nos moldes em que está sendo organizada, a festa expõe, perigosamente, a estrutura clandestina do partido, pois não se respalda num amplo movimento de massas pela legalização do partido. Fica demonstrado mais uma vez que a atual direção deseja um partido dócil e consentido pela burguesia. POR ESSAS RAZÕES, DECIDIMOS NÃO PARTICIPAR DA FESTA QUE SE REALIZARA NO DIA 11 DE MAIO.”.

PRESTES no Ceará

Luiz Carlos Prestes, atendendo a convite de companheiros e amigos do Ceará, compareceu a um comício em praça pública, na praça central de Fortaleza, onde foi aplaudido por cerca de 15 mil pessoas. O comício transcorreu em clima de grande entusiasmo popular e foi precedido de uma colagem

monstro, em toda a cidade de Fortaleza, de cartazes alusivos à visita de Prestes e convocando o povo da capital para comparecer a esse ato público. Trata-se de acontecimento da maior importância, pois é a primeira vez que o “Cavaleiro da Esperança” dala em praça pública após seu regresso ao Brasil, demonstrando que é possível, com a participação das massas, iniciar e dar continuidade a uma ampla campanha pela legalização do PCB.

Sintomaticamente, toda a grande imprensa do país silenciou sobre a visita de Prestes ao Ceará. Tal atitude foi seguida, também pelo jornal do CC direitista, o “Voz da Unidade”.

Companheiro!

ENVIE SUA OPINIÃO E AS DE SEUS
COMPANHEIROS, NÃO SÓ PARA O AS
DIREÇÕES INTERMEDIÁRIAS, COMO TAMBÉM
PARA O CAMARADA

PRESTES

**CRESCER O MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE E APOIO ÀS
POSIÇÕES DE PRESTES**

A atual “administração Giocondo Dias” perdeu os últimos resquícios de legitimidade perante os militantes do PCB ao ter decidido afastar-se do nosso Secretário-geral, o camarada Prestes. (Quem terá transmitido o evento com tal riqueza de detalhes à imprensa burguesa?) Diante desse fato, uma verdadeira onda de solidariedade e apoio às posições de Prestes foi desencadeada; de Norte a Sul e de Leste a Oeste é repudiada a atitude da atual direção (?) e hipotecada solidariedade ao “Cavaleiro da Esperança”.

A imprensa burguesa canta vitória e revela sem querer, as verdadeiras intenções do grupo encabeçado por G. Dias: “Com Giocondo revela-se o partido “como devia ter sido” e que Prestes inibiu, aberto às alianças, aconselhando prudência e união às oposições, admitindo até mesmo uma frente como o governo para barrar um inimigo comum...” (“O Estado de SP”, 24.5.80). E o colunista Carlos Castello Branco, há alguns dias, chamava a atenção para a manobra do Planalto, que, para consolidar a “abertura”, afastou os líderes civis de antes de 64: Arraes, relegado a um papel discreto; Ivete com a sigla do PTB, da qual Brizola se viu privado; Juscelino, Jango e Lacerda, mortos, e, agora, Prestes “destituído”. (JB, 22.5.80).

Enquanto isso, as organizações do Partido (desde as bases até estaduais, como a Comissão Estadual de São Paulo em Defesa do PCB, e os comitês do R. Grande do Sul, Espírito Santo, Ceará, Sergipe e Paraíba) vem se posicionando claramente ao lado de Prestes e contra a atual direção (?) do PCB.

Merece destaque o fato das BASES E ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS estarem em sua maioria esmagadora com as posições do companheiro Prestes. Assim, numa resolução da Comissão de Zona do ABC (SP), diz-se:

“Lida e discutida, a carta do camarada Prestes foi aprovada por unanimidade. Inicialmente manifestamos o nosso repúdio ao comportamento nocivo e liberal da maioria do CC

que, bloqueando organicamente o debate dos problemas internos, manifestou-se nesses mesmos problemas, publicamente, através da imprensa. Ressaltamos ainda a nossa indignação diante da atitude indigna, antidemocrática e mandonista da CER proibindo os militantes do Partido de participarem de um ato público e de reuniões com o camarada Prestes, legítimo e incontestado secretário-geral do nosso Partido. Tal atitude da direção estadual assemelha-se aos métodos censuriais da ditadura, impedindo não só a livre manifestação do pensamento, mas o necessário e proveitoso diálogo das bases do Partido com seu secretário-geral.

Saudamos o nosso secretário-geral e camarada Luiz Carlos Prestes, que, num ato de grande coragem política e de inabalável firmeza de princípios, digna de um verdadeiro dirigente de nosso Partido, através de sua “Carta aos Comunistas”, assumiu uma posição de profunda crítica e autocrítica em relação a sua atuação como dirigente, bem como ao comportamento político e ideológico do CC, rompendo com o mandonismo, o carreirismo, o oportunismo e o liberalismo, criando condições objetivas para que o nosso Partido volte a ser de direito e de fato a vanguarda política e forma superior de organização da classe operária.”

COMPANHEIROS !

“O PCB atravessa uma situação excepcional. É indispensável que os comunistas rompam com a passividade e TOMEM OS DESTINOS DO PCB EM SUAS MÃOS !

Por uma COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA que assegure a realização realmente democrática do VII Congresso !

“TRIBUNA DAS BASES”

O NOVO JORNAL DOS COMUNISTAS DO RIO ESTÁ COM PRESTES

Saiu o primeiro número da “Tribuna das Bases”, iniciativa dos comunistas do Rio que se alinham com as posições do companheiro Prestes. É uma iniciativa importante e que, certamente, contribuirá para o desenvolvimento do debate interno nas fileiras do PCB. É uma iniciativa que deve ser seguida pelos comunistas de outros estados, como, aliás, o estão fazendo os companheiros do Espírito Santo, que vem publicando “A VOZ DOS TRABALHADORES” já em seu N°3.

Em sua “Nota da Tribuna das Bases”, o jornal carioca assinala que “a atual direção oportunista e antioperária revelou mais uma vez, que o autoritarismo e as medidas punitivas e discricionárias são os únicos métodos que conhece... A decisão antidemocrática – por ter contrariado a vontade da maioria do Partido – do atual CC de destituir Prestes da secretaria geral, obedece aos planos desta direção oportunista de marchar abertamente para a conciliação com a ditadura militar e para o anti-sovietismo. É uma decisão que conta com o indignado repúdio da maioria dos comunistas e que aprofunda ainda mais o isolamento da direção junto às bases”.

APOIO À CARTA DE PRESTES DO COMITÊ DOS OPERÁRIOS NAVAIS DE NITERÓI E S. GONÇALO

“...Nós, pertencentes ao Comitê de Base do Pessoal Operários Navais de Niterói e São Gonçalo, declaramos nosso total apoio à Carta e a todos os seus princípios ideológicos, porque vem justamente ao encontro dos nossos interesses e consequentemente de toda a classe operária brasileira...

...Devemos lutar, sim, pela legalização, entretanto, devemos antes, lutarmos numa campanha de massas, pela revogação total das leis de exceção (Lei de Segurança Nacional e outras que ainda existem, por um Assembleia Nacional Constituinte e finalmente por uma anistia total para podermos então pensar na legalização do PC.

Por outro lado, devemos trabalhar com afinco para a preparação do nosso VII Congresso. Daí então discutirmos

democraticamente quem é quem no Partido, quem deve ficar na Direção e quem deve sair.”

AS BASES DE NOVA IGUAÇÚ INSTAURAM O “COMITÊ MUNICIPAL PROVISÓRIO”.

Diante das atitudes de desrespeito por parto do Comitê Municipal de Nova Iguaçu às resoluções das bases desse município do Estado do Rio e tendo o CM provado a sua incompetência política ao longo dos 5 anos de sua permanência “por decisão das OOBB-NI, foi instaurado o Comitê Municipal Provisório de NI, que terá o poder de convocar as conferências de OOBB no prazo menos possível.”

No documento aprovado por essas OOBB, diz-se ainda que “fica impedida de aceitação de qualquer deliberação ou “orientação” dos comitês Estadual e Municipal, inoperantes e absolutamente contra os interesses revolucionários do PCB.”

Na mesma ocasião em que as bases de NI destituíram o antigo CM e escolheram um CM provisório, divulgaram um documento em que assumem posição ao lado de Prestes:

“A constatação da situação geral de nosso Partido, quer seja em NI, quanto a precariedade de nossa participação junto aos movimentos populares, no campo e na classe operária, quer seja nas posições liquidacionistas que o CC de nosso Partido vem assumindo, na sua maioria, na imprensa burguesa, nos mostra a necessidade de uma imediata tomada de posição por parte de toas as OO.BB do P. Esta posição se torna mais relevante quando cerificamos, novamente através da imprensa burguesa a decisão do CC de destituir o Secretário-Geral de nosso P. Luiz Carlos Prestes e da indicação oficial de G.Dias para o cargo, sem que isto fosse sequer produto de um consenso democrático de todo o conjunto orgânico do P., quando sabemos da solidariedade irrestrita das OO.BB. ao documento “Carta aos Comunistas” denunciando a situação de arbitrariedade e irregularidades cometidas por esse mesmo CC, expressas por suas posições direitistas de tornar o PCB social aos desígnios da burguesia”.

OPINIÃO DA O.B.² VLADIMIR HERZOG (RIO DE JANEIRO)

“No último domingo, dia 18 de maio de 1980, a direção nacional do partido desligou da Secretaria-Geral o camarada Luiz Carlos Prestes, A data é importante, porque passará à história da revolução socialista brasileira como o dia em que o atual Comitê Central optou definitivamente pelo aventureirismo de direita e pelo mais revoltante oportunismo.

Esta opção, na verdade, é o ponto máximo de um processo político e ideológico caracterizado pelo abandono, por parte do CC e de alguma direção estaduais, da perspectiva revolucionária na condução das lutas populares e, especialmente, da luta de classes do proletariado. Esta atitude arbitrária e indigna do CC, ao desligar o camarada Prestes, atinge não apenas o Secretário-Geral, mas o conjunto do partido, seus militantes e organizações, que nestes últimos meses vem manifestando o seu repúdio ao direitoismo que se instalou na direção.”

No final de seu documento, os membros dessa base afirmam:

“1. Repudiamos as pretensões da direção de tentar calar pela força a consciência revolucionária no partido, utilizando represálias baseadas numa visão unilateral do estatuto;

2. Não aceitamos o afastamento do camarada Prestes da Secretaria-Geral, sem que haja ampla consulta ao partido;

3. Não aceitamos o desligamento dos companheiros assistentes das nossas organizações, sem que haja uma democrática consulta ao setor;

4. Entendemos que o CC e a direção estadual desviaram-se dos interesses fundamentais do partido e da classe operária, o que nos leva a não mais aceitar a sua orientação, especialmente porque se mostram insensíveis ao pronunciamento das bases, que estão repudiando esta tendência direitista e contra revolucionária;

5. Constatamos que o jornal Voz da Unidade é, na verdade, um instrumento de desunião do partido, a serviço da tendência oportunista do CC que escamoteia o sentido político e

2 i.e. Organização de Base [N. do E.]

o fundamento ideológico da luta interna, o que nos faz não reconhecer este jornal como órgão do PCB;

6. Concluimos que a atual direção não é capaz de desincumbir-se da tarefa de organizar o VII Congresso do PCB, devendo ser substituída por uma COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA eleita pelas bases;

7. Manifestamos nosso apoio irrestrito ao camarada Prestes e aos demais companheiros punidos, todos vítimas de uma direção incapaz;

8. Apoiamos o documento “Carta aos Comunistas”, no qual está colocada a necessidade de revitalizar a democracia interna no partido e de dar as bases o seu legítimo poder de direção coletiva, buscando uma orientação política coerente com a realidade do país, definindo corretamente uma tática e uma estratégia revolucionárias.

O COMITÊ MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO (Estado do Rio) ESTÁ COM PRESTES

Em nota aprovada por este comitê, não só é prestada solidariedade a Prestes, como destacado o papel das bases:

“Entendemos que a direção do Partido deve apoiar-se nas bases, acatando a opinião das mesmas. Sem as bases o Partido será flutuante e incapaz de transformar a sociedade para o socialismo. Perderá a iniciativa histórica, caminhará inevitavelmente a reboque da burguesia e para sua auto-liquidação.”

A PROPÓSITO DO DOCUMENTO “SOBRE A CARTA AOS COMUNISTAS DO COMPANHEIRO L. C. PRESTES”.

Recebemos da companheira V. Santos, do Rio uma carta em que procura analisar o documento que o atual CC aprovou em resposta à Carta de Prestes:

“Em sua “Carta aos Comunistas”, o camarada Prestes teve o grande mérito de não só elucidar as divergências que sustenta com o Comitê Central no terreno da política do Partido, como também apontar para os seríssimos problemas orgânicos que afetam o PCB de alto a baixo. Prestes mostrou muito bem

algo que há muito tempo é sentido por todos nós: a total ausência de democracia interna. Eu diria que ele pôs o dedo na ferida.

...Admiro muito a sua coragem de iniciar um processo crítico e autocrítico sério e que merece, portanto, o maior respeito e atenção de nossa parte...

Lamentavelmente, o comportamento do Comitê Central é totalmente diferente. Vem confirmar o que Prestes disse em sua Carta. O documento “Sobre a Carta aos Comunistas do companheiro L. C. Prestes” revela bem o que é essa direção, a sua total falta de princípios, a sua recusa a fazer autocrítica e assumir a responsabilidade pela situação calamitosa em que se encontra o Partido. Para o CC – e isso fica muito claro com a leitura desse documento – só existe um responsável por todos os problemas do Partido: o companheiro Prestes. Os outros procuram se livrar de qualquer responsabilidade e continuar comodamente ocupando seus cargos. Mas estão enganados. Nós, os militantes das bases, sabemos distinguir entre a seriedade revelada por Prestes e a pusilanimidade daqueles que se agarram de unhas e dentes aos cargos que há muito tempo não deviam mais lhes pertencer...

As bases estão respondendo ao apelo de Prestes e “tomando os destinos do P. em suas mãos”! Não permitiremos que essa direção continue a nos manipular, utilizando os mesmos métodos antidemocráticos que são denunciados pelo companheiro Prestes.’

CARTA DE UM FAMILIAR DE UM COMPANHEIRO DESAPARECIDO

“Queridos companheiros de “Ecos à Carta de Prestes”:

Eu e toda nossa família ficamos muito chocados, quando começaram a chegar os dirigentes do PCB, vindos do exílio, e que procurados pela imprensa, não faziam nenhuma declaração a respeito dos companheiros assassinados pela ditadura. Parecia que estavam dispostos a virar definitivamente uma página trágica de nossa história, que, entretanto, não podemos esquecer. Até porque nós, familiares de um companheiro desaparecido, continuamos lutando pelo esclarecimento de seu

paradeiro e de outros lutadores que estão desaparecidos. Consideramos também que essa luta é importante para que tais fatos trágicos não voltem a se repetir em nossa Pátria.

Diante de tudo isso, ficamos indignados ao ler na imprensa que g. Dias chorou ao se referir aos companheiros desaparecidos. Ele foi dos que haviam esquecido desses companheiros, quando de sua volta ao Brasil. Agora quer parecer humano diante da opinião pública. Quanta hipocrisia! Repudiamos essas lágrimas de crocodilo!

Estamos com Prestes em seu esforço autocrítico.

Rubens e família.

GREGÓRIO BEZERRA

DEMITE-SE DO COMITÊ CENTRAL E APOIA PRESTES

A primeira manifestação de solidariedade recebida por Luiz Carlos Prestes, depois que a “administração g. Dias” se afastou do Secretário-Geral, foi de Gregório Bezerra – uma das figuras mais expressivas do PCB e da história do Brasil neste século – que compareceu à casa do companheiro Prestes para abraça-lo e transmitir-lhe a decisão que havia tomado de demitir-se do CC.

O encontro foi registrado pela reportagem da “Folha de S.P.”, jornal que publicou também as declarações feitas na ocasião por Gregório:

“Esta decisão (o afastamento de Prestes) é o reflexo da divisão ideológica existente hoje no Partido e só será resolvida no VII Congresso, desde que ele seja realizado da forma mais ampla e democrática possível, a única, aliás, capaz de resolver esta questão. Vim aqui trazer a minha solidariedade ao Prestes. Estou com ele.” Disse ainda: “As bases do Partido e seus organismos intermediários saberão enfrentar esse problema com muito sendo de responsabilidade.”

Referindo-se às divergências entre ele e Prestes – de um lado – e o CC – de outro – Gregório afirmou: “É preciso que se deixe claro que só existe socialismo no mundo socialista. Fora dele, há o capitalismo. Nós precisamos, em vez de procurar fazer revisão do marxismo-leninismo, é aplicá-lo corretamente, porque nossos erros são consequência da má aplicação do

marxismo-leninismo. Outra coisa que não posso admitir é o anti-sovietismo. Serei contra esta tendência até o fim da vida.”

Mais tarde, já de volta à sua cidade, Recife, Gregório disse que existe “uma linha muito água de flor de laranja no PCB”, motivo pelo qual pediu seu afastamento: “Afinal, não posso ser conivente com o que está ocorrendo, e continuo solidário com o companheiro Carlos Prestes.”

“RESPOSTA DE PRESTES AO ÚLTIMO SHOW DO CC”

TRAIÇÃO À CLASSE OPERÁRIA

É em consideração ao apelo de números camaradas e amigos, dos quais tenho recebido as mais caridas manifestações de apoio e solidariedade, que faço, nesta oportunidade, a seguinte declaração:

Vejo nas modificações que se deram na direção do Partido Comunista Brasileiro uma clara manobra que confirma o que já foi por mim dito na carta que dirigi aos membros do partido. Trata-se, para o grupo que atualmente dirigi o PCB, de dar mais um passo no caminho da traição à classe operária e aos interesses de nosso povo, de transformar o PCB em dócil instrumento dos planos de legitimação do atual regime. Na verdade, nada mudou na direção do PCB – prossegue a luta sem princípios, que tem por finalidade com a recente substituição de indivíduos na Comissão Executiva do Comitê Central afastar os mais comprometidos, por suas posições públicas, com o antisovietismo e o oportunismo, a fim de poder fazer declarações hipócritas de amor à União Soviética e contrárias ao oportunismo, declarações que logo serão esquecidas, como já reclama o “Jornal do Brasil” em seu editorial de hoje, evidentemente ditado pela ditadura, e no qual afirma ser o passo agora dado apenas a “primeira fase” no caminho da traição do proletariado.

Nestas condições, agora, mais do que nunca, cabe a todos os membros do PCB, aos quais repugnam essas manobras sem princípio, insistir na luta por uma orientação política efetivamente revolucionária e, ao mesmo tempo, compreender que estamos frente à necessidade, cada dia mais inadiável, de eleger outro tipo de direção para o nosso partido,

verdadeiramente representativa da maioria do PCB e capaz de assegurar a fidelidade aos princípios revolucionários do marxismo-leninismo.

Reitero, pois, nesta oportunidade, meu apelo aos comunistas que rompam com a passividade e tomem os destinos do PCB em suas mãos.

Rio, 21 de maio de 1980

Luiz Carlos Prestes

g. dias DETURPA O PENSAMENTO DE PRESTES PARA COMBATÊ-LO

Em entrevista concedida ao semanário “Voz da Unidade” (n.9), g. dias confirma mais uma vez o que Prestes diz em sua Carta: “tergiversa seu pensamento para combatê-lo”.

Assim, escreve g. dias: “Nossa posição difere da do camarada Prestes, que diz defender a frente democrática, mas coloca agora os objetivos finais da etapa, os estratégicos, que implicariam na existência de outra correlação de forças... Os que hoje preconizam uma política radical acham que os objetivos estratégicos da atual etapa devem ser colocados na ordem do dia... É errado se criar um carço (a frente de esquerda) e injetá-lo nessa frente para obrigar os liberais a se definirem. Não somos dono da frente. E somos contra qualquer discriminação. Quem estiver contra a ditadura e a favor da democracia deve estar na frente. Não discriminaremos e não queremos dar força aos que discriminam os comunistas. E seremos discriminados se tentarmos manipular a frente.”

Se compararmos as ideias que g. dias atribui a Prestes, com o que este realmente diz em sua Carta, veremos que a deturpação é flagrante. Prestes afirma que a solução dos problemas fundamentais de nosso povo “exige transformações sociais profundas, que só poderão ser iniciados por um poder que efetivamente represente as forças sociais interessadas na liquidação do domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros e na limitação da propriedade da terra, com o fim do latifúndio. E é por isso que a luta atual pela derrota da ditadura e a conquista das liberdades democráticas é inseparável da luta por esse tipo de poder que, pelo seu próprio caráter representará um

passo considerável no caminho da revolução socialista no Brasil.”

Portanto, Prestes aponta um objetivo estratégico: o poder das forças antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias, e diz que a luta atual pela democracia é inseparável da luta por esse tipo de poder.

Assim, em nenhum momento, Prestes considera que os objetivos estratégicos tenham que ser colocados, hoje, na ordem do dia.

Ao contrário, ele afirma que “as características do regime democrático a ser instaurado no país com o fim da ditadura, dependerão, fundamentalmente, do nível de unidade, organização e consciência alcançado pelo movimento operário e popular.

Ao contrário, ele afirma que “as características do regime democrático a ser instaurado no país com o fim da ditadura, dependerão, fundamentalmente, do nível de unidade, organização e consciência alcançado pelo movimento operário e popular.”

O que realmente distingue Prestes de g. dias e das posições da atual “administração” é que estes últimos fazem a separação mecânica das lutas pela democracia hoje, da luta pelos nossos objetivos estratégicos, o que, na prática, significa o abandono do caminho revolucionário e o ingresso na via reformista.

Prestes nada mais está fazendo do que ser fiel aos ensinamentos de LENIN, quando esta dizia NÃO EXISTIR UMA MURALHA CHINESA ENTRE A LUTA DEMOCRÁTICA E A LUTA PELO SOCIALISMO.

No que concerne à frente democrática, g. dias também deturpa o que Prestes diz em sua Carta: “Não devemos, portanto, poupar esforços no sentido de aglutinar as mais amplas forças sociais e políticas, mesmo aquelas mais vacilantes e que sabemos que nos abandonarão em etapas posteriores da luta. Seria, no entanto, abdicar de nosso papel revolucionário tratarmos apenas dos entendimentos “por cima”, com os dirigentes dos diversos partidos políticos ou correntes de opinião, com as personalidades políticas, esquecendo-nos que para os

comunistas o fundamental é a organização, a unificação e a luta permanente pela elevação do nível político da classe operária e das massas populares. Só assim contribuiremos para fortalecer o movimento popular e a frente oposicionista de luta contra a ditadura, compelindo seus setores liberais burgueses mais vacilantes a se definirem com mais clareza, e contribuindo, também, fundamentalmente, para que os trabalhadores venham a ser a força dirigente do conjunto das forças heterogêneas unificadas em ampla frente única... Para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de “esquerda” – quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo – no trabalho decisivo de organização das massas “de baixo pra cima”; que elas se aglutinem, sem excluir também entendimentos entre seus dirigentes, com base numa plataforma de unidade de ação, e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática.”

O que Prestes, portanto, propõe É A UNIFICAÇÃO DAS FORÇAS DE “ESQUERDA” DENTRO DA FRENTE DEMOCRÁTICA, para dessa forma CONTRIBUIR PARA A PRÓPRIA CONSOLIDAÇÃO DESSA ÚLTIMA.

Isso, evidentemente, não agrada a g. dias e seu grupo, que, na prática, querem uma frente democrática da qual estejam excluídas as diferentes forças de “esquerda”, na qual continuem mantendo sua hegemonia os setores mais à direita e menos consequentes, na qual os comunistas estejam a reboque da burguesia liberal.

A atual “administração” do PCB não se mostra interessada, nem empenhada na luta pela conquista da hegemonia na frente democrática pelas forças de “esquerda” (que representa a classe operária), que, para isso, como indica Prestes, precisam encontrar o caminho da UNIDADE.

Muito pelo contrário, ela quer unidade apenas com os setores mais atrasados da oposição, colocando-se a seu reboque, como fica muito claro em artigo publicado na VU (n.8), onde defende descaradamente as “raízes populares” de Chagas Freitas e se faz abertos elogios a Miro Teixeira, que engajado

“progressivamente o chaguismo, politicamente, na batalha geral da oposição pela democracia.”

Fica, pois, muito claro que a “frente democrática” defendida por g. dias e a atual “administração” é a frente dirigida por Chagas Freitas, onde os comunistas devem ficar bem comportados para assegurarem sua permanência.

Quanto à hegemonia da classe operária, que g. dias diz que “surgirá sem ser imposta”, não passa de uma figura de retórica, e má. Para a sua concretização absolutamente nada é proposto pelo “dirigente do pântano”.

Atenção: Quando já havíamos encerrado esta edição de “Ecos à Carta de Prestes”, chegou-nos a seguinte nota que transcrevemos na íntegra:

NITERÓI ROMPE COM A PASSIVIDADE

Representantes da grande maioria das bases de Niterói cidade onde foi fundado o PCB, em 1922, reuniram-se para debater a tomar posição quanto à luta interna, decidindo por UNANIMIDADE repudiar as posições oportunistas de direita da maioria do CC, hipotecando, outrossim, solidariedade ao camarada Prestes em sua luta por um PCB realmente de vanguarda da classe operária. Ficou também resolvido a não participação das bases na Conferência Extraordinária do CM-Niterói, por ter disso constatado que a mesma está sendo manipulada pelo Secretariado, com o objetivo de manter nos cargos os atuais dirigentes, repudiados por duas posições oportunistas e outras irregularidades. Foi eleita uma COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E DEFESA DO PCB EM NITERÓI.

PRESTES TINHA RAZÃO
O COMITÊ CENTRAL REVELA SUA FALTA DE PRINCÍPIOS

Em sua “Cartas aos Comunistas”, Prestes destaca “a falta de princípios reinante...na...direção, o apego aos cargos e postos, o oportunismo dos que mudam de posição política para atender interesses pessoais, a tradicional conciliação em torno de formulações genéricas que nada definem e que visam apenas a manutenção do status-quo, deixando ao mesmo tempo as mãos livres para que cada dirigente faça o que bem entenda.”

As resoluções aprovadas na última reunião do Comitê Central – publicadas no Nº8 do jornal “Voz da Unidade” e amplamente divulgadas pela grande imprensa – confirmam que Prestes tinha razão.

Nessa reunião, o grupo encabeçado por Giocondo Dias – conhecido com o “pântano” do CC – apossou-se da direção do Partido através de uma golpe de mão, de uma manobra sem princípios, em que não só Prestes foi supostamente “afastado” da secretaria-geral – em desrespeito flagrante à vontade da maioria esmagadora dos militantes do PCB – como foram aliçados da Comissão Executiva, Armênio Guedes e Hércules correia. Como disse Prestes em sua Nota distribuída à imprensa no dia 21 de maio, “nada mudou na direção do PCB – prossegue a luta sem princípios, que tem por finalidade com a recente substituição de indivíduos na Comissão Executiva do Comitê Central afastar mais comprometidos, por suas posições públicas, como o anti-sovietismo e com o oportunismo, a fim de poder fazer declarações hipócritas de amor à União Soviética e contrárias ao oportunismo, declarações que logo serão esquecidas como já reclama o “Jornal do Brasil” em seu editorial de hoje, evidentemente ditado pela ditadura e no qual afirma ser o passa agora dado apenas a “primeira fase” no caminho da traição ao proletariado.

Efetivamente, a substituição de A. Guedes e H. Correia por Givaldo Siqueira e Luiz Tenório de Lima representa o afastamento daqueles que estavam sendo mais incômodos pelos seus direitismo declarado e por suas entrevistas desastradas (Hércules havia dito inclusive que o cargo de secretário-geral idiotizava qualquer um que o ocupe) e a promoção dos

representantes do “pântano”, isto é, daqueles que estão dispostos a qualquer tipo de manobra e composição sem princípios para se manterem no poder, daqueles que não passam de joguetes dóceis e manobráveis nas mãos de g. dias.

A leitura atenta do documento intitulado “Sobre a situação política atual” (VU, N°8), vem confirmar inteiramente o que Prestes disse. O afastamento de a. Guedes e h. Correia, que tem a mesma linha política, os mesmos métodos de direção e a mesma falta de princípios do grupo de g. Dias, só pode ser explicado pela luta encarniçada por vagas na Comissão Executiva do CC. A única diferença é que o direitismo de G. Dias é mais gelatinoso e “encapuçado”, e, por isso a imagem do “pântano” é tão adequada.

Os documentos citados vêm confirmar a “tradicional conciliação em torno de formulações genéricas que nada definem” e a hipocrisia, a que se refere Prestes, das declarações de apreço à classe operária e ao socialismo, das homenagens aos companheiros que tombaram na luta.

Realmente, os homens, as instituições e os partidos políticos são julgados muito mais pelos seus atos políticos do que por suas declarações de intenções. De que adianta a repetição de chavões sobre o papel da classe operária e a importância de “intensificar a propaganda do socialismo e redobrar esforços para a conquista de novos adeptos de nossos ideais políticos, particularmente entre os operários das grandes empresas industriais”, quando o comportamento prático da atual “administração” do PCB é de condenar as lutas concretas da classe operária concreta, é de ir pressionar os dirigentes sindicais para que acabassem com a greve do ABC, é de silenciar a respeito de nossos objetivos estratégicos socialistas, é de não organizar a classe operária e o partido nas empresas? O que fez, por exemplo, a atual “administração[”] para por em prática o “desafio histórico” proclamado já mais de 13 anos, no VI Congresso, de organizar o Partido nas grandes empresas? Limitou-se a repetir em seus sucessivos documentos que esta é uma tarefa importante, sem tomar nenhuma medida prática para encaminhá-la.

E o que dizer da hipocrisia dos dirigentes da atual “administração”, que vem, agora, “render tributo” aos companheiros assassinados e desaparecidos, mas não tem uma palavra de autocrítica em relação ao comportamento dessa “administração” que, como diz Prestes, “não tomou as providências necessária para evitar o golpe que atingiu nossas fileiras nos anos de 1974 e 1975?”. É só ler o documento “Sobre a Carta aos Comunistas do companheiro Luiz Carlos Prestes” (VU, N°8) para verificar o quanto esta “administração” está longe da seriedade que era exigida por Lenin de um partido revolucionário; Lenin dizia que o critério para julgar a seriedade de um partido é o comportamento em relação aos seus erros; a capacidade, portanto, de fazer a autocrítica em palavras e na prática. O documento citado se caracteriza pela total ausência de disposição e uma análise autocrítica da atividade da direção; é um amontoado de tergiversações e mentira, que está sendo repudiado pela maioria esmagadora do Partido.

Voz Operária

Órgão central do Partido Comunista Brasileiro
(Dos Comunistas que se alinham às posições revolucionárias
de Luiz Carlos Prestes)

**MOBILIZAR AS MASSAS PARA DETER O TERROR
FASCISTA!**

Com o agravamento da crise econômica, cuja manifestação mais evidente é constituída pela carestia desenfreada, que vem atingindo violentamente não só as grandes massas populares, mas também numerosos setores das camadas médias da população, aumentaram as tensões sociais e políticas no país e, como uma das consequências importantes desta nova situação, o tão propalado processo da “abertura” parou. Sem dúvida, o Governo Figueiredo teme o crescimento e o avanço das lutas das massas por melhores salários e contra a carestia, pelas suas reivindicações econômicas e sociais, pela democracia. Já na greve do ABC, nos meses de abril/junho, o Governo deixara claro o seu propósito de não transigir, de não admitir concessões aos operários e tentar impedir novas greves.

Esta posição do Governo encontrou amplo respaldo por parte do grande capital, ávido por alcançar maior participação nas tomadas de decisão governamentais, mais interessado, por outro lado, em manter a classe operária sob controle, introduzindo com este objetivo novos métodos, modernizados, de relacionamento entre o capital e o trabalho. Em manifesto recente, os principais líderes do empresariado paulista, reunidos no Fórum Gazeta Mercantil, deixaram claro seu apoio ao Governo Figueiredo e à “abertura” controlada. Rejeitaram um possível retrocesso, que poderia ser-lhes prejudicial, mas temem por outro lado, a “luta de classes de consequências imprevisíveis”, nas palavras do novo presidente da FIESP, o sr. Luís Eulálio Vidigal, se o apoio à “abertura” não viver acompanhado de “um novo projeto de nação”, que assegure o desenvolvimento capitalista com a classe operária mantida sob controle, incapaz, portanto, de questionar o sistema.

Se os setores mais clarividentes do regime e do empresariado capitalista preferem a “abertura”, embora limitada e controlada, como meio de assegurar a manutenção e o desenvolvimento do “modelo” de capitalismo monopolista

dependente hoje existente no país, os elementos mais fascistas, tanto dentro, como fora do regime, se batem pelo “fechamento”, ou seja, por um retrocesso político, que signifique a anulação das conquistas alcançadas com a “abertura”, não obstante toda a sua limitação e o fato desta ter sido detida em sua marcha “lenta, gradual e segura”.

Como diz o camarada Prestes, em sua entrevista à VOZ OPERÁRIA (nº161) de setembro último, “diante do crescimento do descontentamento popular e da ação, pouco a pouco mais organizada das massas, principalmente da classe operária, os setores mais fascistas do regime esperam, com as... manifestações terroristas, conseguir intimidar as forças democráticas e mesmo fazer com que eles retrocedam... Esperam, particularmente, deter o processo de “abertura”, não obstante todas suas limitações, e impor a volta aos anos negros do fascismo”.

Efetivamente, os atentados terroristas, que vêm tendo lugar nos mais diversos pontos do país, não foram até agora esclarecidos pelos órgãos competentes do Estado, o que confirma mais uma vez, que esses atentados têm suas raízes nos porões da ditadura, nas organizações que fazem parte da máquina estatal, dedicadas à repressão política. Sem dúvida, se o Governo quisesse, teria os meios para descobrir os responsáveis pelos atos de terror praticados até agora impunemente.

Apesar das declarações do general Figueiredo, do ministro da Justiça e de outros representantes do Governo de que estariam empenhados em apurar os responsáveis pelos atentados terroristas, até agora nada foi esclarecido, nenhuma satisfação foi dada à opinião pública e às vítimas do terror. Continuam sem esclarecimento o atentado sofrido pelo jurista Dalmo Dallari, as bombas na Ordem dos Advogados do Brasil e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, causadoras de vítimas humanas, inclusive, da morte de D. Lídia Monteiro, e inúmeros outros atos de terror fascista.

Indiscutivelmente, as forças democráticas e de oposição ainda não tiveram força suficiente para obrigar o Governo a identificar publicamente e punir os responsáveis pelos atentados

terroristas. Simultaneamente, o Governo procura tirar dividendos políticos da situação criada, tentando apresentar-se como vítima e buscando, assim, o apoio da oposição. A chamada “missão Sarney” é uma prova disso, E a realidade é que a grande maioria dos políticos, mesmo da oposição, mostraram-se sensíveis aos apelos do poder, hipotecando solidariedade ao sr. Figueiredo em troca de vagas promessas e esquecendo que o ditador e o grupo que o cerca são parte integrante do “sistema”, encontrando-se, portanto, comprometidos com a impunidade das ações dos setores mais radicais do regime.

Sem dúvida, no momento, o terrorismo de direita e o perigo de mais um retrocesso político são a ameaça mais séria com que se defrontam todos os democratas e oposicionistas. Se entendemos a “abertura” como uma conquista das forças democráticas em nossa terra, sua interrupção e, mais ainda, um possível retrocesso político só poderiam ser avaliados como derrotas para todo o movimento democrático.

Entretanto, como enfrentar semelhante situação? Os oportunistas de direita – como os componentes do atual Comitê Central – limitam-se a lamentar a divisão reinante nas forças de oposição, sua pequena capacidade de mobilização e a fazer apelos em prol da unidade e da democracia, apelos que, na prática, não passam de simples figuras de retórica. O que fazem, contudo, para efetivamente influir nos acontecimentos? Com sua passividade e imobilismo levam água ao moinho do Governo, interessado em conseguir apoio de setores oposicionistas para tentar ampliar sua base de sustentação.

Para os verdadeiros comunistas só há um caminho: o da mobilização, organização e unidade das massas populares. Somente as massas unidas e organizadas poderão pressionar o Governo a tomar medidas contra o terror de direita e a prosseguir no processo da “abertura”. Como diz o Camarada Prestes, “num momento grave como este que atravessamos, é mais do que nunca necessário que o povo saia às ruas e se manifeste contra as ações terroristas, exigindo que o Governo passe das palavras à ação, que sejam apurados os autores dos atentados e punidos os culpados. Diante da crescente desmoralização do Governo, que se mostra incapaz de adotar as

medidas cabíveis, é urgente que todas as forças de oposição se mobilizem e busquem o caminho da formação de uma ampla frente democrática, que, a partir da unidade em torno da luta para deter o terror fascista, avance para a derrota da ditadura e a conquista de um regime democrático, cuja institucionalização se realize através de uma Constituinte livremente eleita e soberana”.

Efetivamente toda a experiência acumulada durante estes difíceis anos de regime ditatorial revela que, quando as massas se manifestam organizadamente, como nas eleições de 74 e 78, votando nos candidatos do único partido de oposição então existente – o MDB -, foi possível infligir derrotas à ditadura e conquistar novos e importantes espaços políticos. Foi sob a pressão do movimento democrático que a “abertura” avançou, com a revogação do AI-5, o restabelecimento do habeas-corpus, a anistia, etc.

No momento atual, a tarefa principal dos verdadeiros comunistas, de todos aqueles que se alinham em torno das posições revolucionárias do Secretário-Geral do PCB, o camarada Luiz Carlos Prestes, consiste em lançar-se ao trabalho junto às massas buscando as formas concretas de realizar na prática a ligação entre as lutas pelas reivindicações específicas dessas massas – e, atualmente, adquire uma importância fundamental a luta contra a carestia – e a mobilização geral para deter o terror fascista, evitar um possível retrocesso político e forçar o regime a adotar medidas que atendam aos anseios do povo e de todas as forças democráticas e de oposição.

É dever dos comunistas colocar-se nas primeiras fileiras dos combatentes pelas reivindicações econômicas, sociais e políticas dos trabalhadores. Somente desta maneira poderão os comunistas tornar-se vanguarda reconhecida das massas, contribuindo para que os setores burgueses e pequeno-burgueses da oposição assumam posições mais combativas no conjunto das forças antiditatoriais. Não cabe aos comunistas ir a reboque dos liberais, com todas suas vacilações e incongruências; a participação ativa dos comunistas no movimento de massas poderá contribuir para que os liberais

sejam levados a aceitar as reivindicações populares e inserir-se na batalha geral pela sua conquista.

Lancemo-nos, pois, à batalha da conquista das massas, através da sua organização em torno de suas reivindicações específicas, em torno da luta contra a carestia e de todas as bandeiras democráticas, levantando bem alto, neste momento, a palavra-de-ordem central: DETER O TERROR FASCISTA!

Um apelo de Prestes

SALVAR A VIDA DE UM GRANDE REVOLUCIONÁRIO

Antonio Maidana, 1º Secretário do CC do PC Paraguai, foi violentamente sequestrado em Buenos Aires, em 28 de agosto último, e continua desaparecido. Antonio Maidana é filho querido do povo paraguaio, patriota abnegado e internacionalista. É conhecido pela dignidade com que sempre se comportou frente aos janízaros¹ da ditadura Stroessner e pelo vigor com que conseguiu resistir a cerca de 20 anos de reclusão nas masmorras do tirano fascista que oprime o povo paraguaio. Sua vida está em perigo juntamente com a de Emílio Roa, igualmente com ele sequestrado, bem como com a de Alfredo Alcorta, também secretário do CC do PC Paraguai, que foi preso em Buenos Aires poucos dias depois.

Dirijo meu apelo a todos os democratas de nossa terra para que enviem telegramas ao Embaixador de Argentina em Brasília, exigindo a liberdade de Maidana e de seus companheiros. Devemos também nos dirigir ao Embaixador do Paraguai em Brasília, exigindo que o governo de Stroessner que respeite a vida de Maidana e de seus companheiros. Uma campanha deve também ser organizada em nosso País em defesa da vida e pela liberdade de Maidana e de seus companheiros.²

Luiz Carlos Prestes

1 “Janízaros” constituíam a elite do exército otomano. Aqui Prestes utiliza uma figura de linguagem para caracterizar pejorativamente a polícia política de Stroessner [N. do E].

2 Antonio Maidana, Emilio Roa e Alfredo Alcorta seguem desaparecidos, vítimas da Operação Condor [N. do E.].

NOTA OFICIAL DO COMITÊ ESTADUAL DO PCB DO ESTADO DA PARAÍBA

O Comitê Estadual da Paraíba reuniu-se no mês de agosto último e aprovou nota oficial, da qual transcrevemos alguns trechos:

“Consideramos que as questões da política e da organização, levantadas pelo camarada Luiz Carlos Prestes na “Carta aos Comunistas” e pelo camarada Gregório Bezerra, merecem a nossa atenção e respeito profundo como orientação ao debate, que deve ser seguida pelos nossos companheiros comunistas dentro ou fora do PCB.”

“Refletindo sobre as diversas questões, o CE de Organização do PCB do Estado da Paraíba se manifesta:

a) a crise que atravessa o PCB é decorrência da ausência da democracia interna e das profundas deformações no terreno de organização, associadas aos erros e desvios da sua orientação política;

b) não se constrói uma organização revolucionária dissociada de uma estratégia revolucionária. São indissociáveis.

c) torna-se, então, imprescindível que se inicie entre os comunistas, tanto dentro, como fora do PCB, um amplo processo de análise autocrítica das posições das diferentes forças de esquerda e, em particular, do PCB. É necessário rever com espírito autocrítico e orientação política que mantivemos em diferentes períodos históricos e, em especial, as resoluções aprovadas no VI Congresso e nos anos que se seguiram. Devemos examinar a que resultados concretos fomos levados pela aplicação de tais resoluções e fazer um esforço coletivo que conduza à elaboração de soluções adequadas à situação do Brasil de hoje, partindo do princípio de que o nosso objetivo final, enquanto comunistas, só pode ser um: a construção da sociedade socialista e do comunismo em nossa Terra...

Devemos pensar num programa que apresente como eixo central o processo que, nas condições de nosso País, poderá e deverá ligar a luta pela derrota definitiva da ditadura e a conquista de um regime democrático com a luta pelo socialismo no Brasil.

Devemos entender que tal programa deve partir do pressuposto de que cabe aos comunistas, desde já, organizar e unir as massas trabalhadoras na luta pelas reivindicações econômicas e políticas que se apresentam no próprio processo da luta contra a ditadura. É partindo dessas lutas, da atividade cotidiana junto aos mais diferentes setores populares, principalmente junto à classe operária, que poderemos avançar no sentido do esclarecimento das massas para que cheguem à compreensão da necessidade das transformações radicais de cunho antimonopolista, antiimperialista, antilatifundiário, da formação de um bloco capaz de se opor a essas forças, de assumir o poder e dar início a um processo rumo ao socialismo. Para isso é indispensável que a classe operária seja capaz de exercer o papel dirigente do referido bloco de forças. O dever dos comunistas é exatamente contribuir para que esse objetivo seja alcançado.

“o inimigo de classe pretende agora minar o PCB a partir de dentro, transformando-o num dócil instrumento dos planos de legitimação do regime. Esses objetivos estão claros ante a insistência da imprensa burguesa, preocupada com as questões da oposição e particularmente do PCB quanto à democracia e à disciplina em nossas fileiras...

Esse fato é ainda mais grave face à incapacidade do Comitê Central de exercer o seu papel; CC, no qual reina a indisciplina e a confusão, onde as questões de um Partido na clandestinidade se confundem com as legais, onde o mandonismo escamoteia os graves erros e desvios na condução da política e de organização do PCB, sendo incapaz de reconhecê-los causando profunda e justa indignação de todo o Partido.

Entendemos que esses fatos não estão dissociados, com já nos referimos, dos erros e desvios ideológicos de nossa orientação política. “Não se pode separar a elaboração de uma estratégia revolucionária da construção de uma organização revolucionária”.

A ausência de discussão interna; a legalização dos membros do Comitê Central; as resoluções antidemocráticas; a ausência de articulação dos diversos setores de trabalho; a

destituição arbitrária do camarada Luiz Carlos Prestes da Secretaria Geral do CC; o ostracismo em que tentam colocar o camarada Gregório Bezerra e outros dirigentes do Partido; a supressão da VOZ OPERÁRIA como órgão de ligação interna do PCB e a sua substituição por um outro órgão (Voz da Unidade), legal, amorfo, incapaz de refletir as posições do comunismo e dos nosso Partido com seriedade e dentro dos princípios do marxismo-leninismo; a passividade, o reboquismo, a salvaguarda de supostas alianças com a burguesia, paralisando as atividades do PCB. Tudo isso é fruto desses erros e desvios ideológicos, da ausência de uma política e de um programa adequado à nossa realidade e da incapacidade da atual direção na condução da luta pela construção do socialismo em nossa Terra.

Finalizando, a Nota do Comitê Estadual da Paraíba, deixa clara sua posição favorável à convocação do VII Congresso do PCB, desde que este seja realizado “democraticamente, com o respeito à opinião de todos e seja realmente representativo da maioria dos comunistas”.

7 DE NOVEMBRO: A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NA RÚSSIA COMPLETA 63 ANOS

A URSS – baluarte da paz mundial

A 7 de novembro de 1917, pela primeira vez na História da humanidade, a classe operária em aliança com o campesinato pobre da Rússia realizou uma revolução socialista vitoriosa, em que o poder estatal passou às mãos do proletariado e a exploração do homem pelo homem foi eliminada para sempre. Teve início a primeira experiência prática de construção da sociedade socialista (cientificamente pensada pelos teóricos do marxismo-leninismo) que, por sua vez, constitui o primeiro estágio do comunismo.

A Revolução Socialista na Rússia inaugurou uma nova época na História de todos os povos de nosso planeta, revelando que era possível à classe operária, dirigida por um partido comunista orientado pela teoria do marxismo-leninismo, derrotar o capitalismo e dar início à construção de uma nova sociedade, onde não houvesse mais patrões e a exploração

deixasse de ser a realidade cotidiana para milhões de trabalhadores. Os trabalhadores da Rússia abriram caminho para o proletariado de outros países. Hoje o mundo socialista já conta com 15 nações, dentre as quais Cuba, no continente americano.

Mas a Revolução Socialista na Rússia foi uma vitória não só dos trabalhadores russos e dos povos que eram oprimidos pelo czarismo. Ela constituiu uma vitória também da classe operária mundial, que a partir de então passou a ter na União Soviética a garantia da defesa de seus interesses frente ao sistema capitalista mundial, frente à política das nações imperialistas. A URSS passou a ser o baluarte da paz mundial.

E isso ficou provado com grande evidência com a derrota do nazifascismo durante a Segunda Guerra Mundial, em que o papel decisivo na vitória dos Aliados foi desempenhado pelo povo soviético e seu glorioso exército, a serviço da classe operária e da paz. O sacrifício de 20 milhões de soviéticos que perderam a vida na luta contra o fascismo não foi em vão. Estava assegurada uma mudança radical na correlação de forças no mundo em favor da paz, do progresso social, das lutas de libertação nacional e pelo socialismo.

E, sem dúvida, é a existência da URSS e dos demais países socialistas, com seu poderio econômico, político e militar, que evita até hoje a deflagração de uma Terceira Guerra Mundial, que seria uma hecatombe nuclear de consequências imprevisíveis para a própria sobrevivência da humanidade. É a existência da URSS e sua política consequente de defesa da paz mundial que têm detido o braço agressor do imperialismo, impedindo que a Revolução Cubana fosse sufocada, que o Vietnã fosse destruído, que as lutas de libertação na África fossem esmagadas, que, mais recentemente, houvesse intervenção armada contra o poder revolucionário na Nicarágua e que a revolução no Irã tivesse um trágico com a ingerência direta dos exércitos imperialistas.

Para nós, comunistas brasileiros, a passagem de mais um aniversário da gloriosa Revolução de Outubro é uma oportunidade importante para destacar este papel decisivo da URSS na manutenção da paz mundial e, com isso, contribuir

para o desmascaramento da sistemática propaganda anti-soviética que é realizada pelos nossos inimigos de todos os tipos.

É dever de todos os comunistas tomar iniciativas individuais ou coletivas para uma comemoração condigna da data máxima do proletariado mundial: o 7 de novembro!

IRÃ X IRAQUE:

A QUEM INTERESSA ESSA GUERRA?

Não obstante todos os ziguezagues [da] História, é indiscutível que, pelos caminhos mais diversos, o mundo caminha para o socialismo e o sistema capitalista perde posições. Após a fragorosa derrota que sofreu no Vietnã, o imperialismo norte-americano foi novamente atingindo com um revês de grande envergadura com revolução iraniana, no início de 1979. Como é sabido, o regime sangrento do antigo xá do Irã era um baluarte do imperialismo no Oriente Médio, desempenhava o papel de gendarme dos interesses imperialistas no golfo Pérsico e de base de operações militares contra a União Soviética e os países socialistas. Basta lembrar que, em território iraniano, estavam instalados os mais modernos equipamentos, incluindo radares, de espionagem norte-americana voltados contra a URSS.

A revolução iraniana representou uma mudança importante na correlação de forças internacional, favorável às forças do progresso social e da emancipação nacional dos povos. Como toda revolução popular, tem suas características peculiares, que lhe concedem uma especificidade muito grande, em particular o fato de ser uma revolução em que o fator religioso muçulmano desempenha um papel de destaque. Entretanto, é inegável que se trata de uma revolução antiimperialista e popular. E isso é reconhecido publicamente pelo Partido Comunista iraniano, o Tudeh.

Diante da derrota que lhe foi infligida pelo povo iraniano, o imperialismo desencadeou uma ampla campanha, orquestrada em escala mundial, contra a revolução e seus líderes. Toda a chamada “imprensa livre” do mundo ocidental abriu suas baterias contra o aiatolá Khomeini e as medidas revolucionárias do novo poder, procurando apresentar os

revolucionários como fanáticos e carrascos sanguinários, enquanto durante anos silenciara sobre os crimes do xá e hoje continue silenciado sobre os crimes de ditaduras como as do Chile, do Uruguai, Argentina, etc. A envergadura, a insistência e a habilidade da propaganda imperialista é de tal ordem, que chega a confundir e enganar a muitas pessoas honestas no mundo inteiro quanto ao verdadeiro caráter progressista da revolução iraniana, não obstante suas debilidades e erros.

O recente ataque do Iraque contra o Irã, certamente, foi provocado por uma série de causas, que não nos propomos aqui examinar. Dentre elas, é relevante a disputa, que vem de longa data, por territórios limítrofes.

É de acentuar também que, desde a vitória da revolução iraniana, o governo do Iraque programou este ataque, intensificando a política de repressão no interior, golpeando todas as forças democráticas, particularmente o PC do Iraque.

Parece também haver pretensões hegemônicas do atual regime iraquiano em relação à toda a região do Oriente Médio. Entretanto, é evidente que por detrás do conflito de grande repercussão internacional, inclusive porque envolve o problema do abastecimento petrolífero do mundo ocidental, direta ou indiretamente, estão os interesses escusos do imperialismo.

Enquanto a URSS assume uma posição de não ingerência no conflito e de desenvolver esforços para sua superação, os Estados Unidos preparam uma intervenção militar no golfo Pérsico. Como foi denunciado pela imprensa soviética, o objetivo “desta-operação” seria “derrubar o atual governo iraniano e instalar em Teerã um regime pró-ocidental” (Folha de São Paulo, 6/10/80).

Sem dúvida, a guerra não corresponde aos interesses dos povos nem do Irã nem do Iraque, que estão sendo duas principais vítimas. E uma derrota da revolução iraniana representaria não só uma vitória para o imperialismo e as forças da guerra, como um grave retrocesso para a luta dos povos árabes pela emancipação nacional, para a paz no Oriente Médio e para o processo de distensão internacional.

No que diz respeito ao petróleo, a guerra tem servido de pretexto vantajoso para aumentar os lucros das multinacionais

que operaram no ramo. No caso do Brasil, o Governo já está se aproveitando da situação criada com a diminuição do fornecimento do óleo iraquiano para tentar justificar sua política, contrária aos interesses nacionais, de total descuido pela prospecção de petróleo no território nacional e atribuir a responsabilidade pela grave crise econômica que o país atravessa, pela inalação e o déficit da balança de pagamentos, pela carestia desenfreada, à guerra no Oriente Médio e ao governo de Khomeini.

Para nós, comunistas, uma coisa está clara a nossa solidariedade irrestrita à revolução iraniana e à luta dos povos árabes pela independência nacional. Simultaneamente, apoiamos a política de distensão internacional promovida pela URSS e os países socialistas e de esforços conjuntos para por fim, o mais rapidamente possível, à guerra desencadeada entre o Iraque e o Irã, nos interesses de ambos estes povos os povos amantes da paz. Repudiamos, assim, qualquer intervenção das forças imperialistas na região do golfo Pérsico.

NOTA DA REDAÇÃO

Para orientação dos comunistas que se alinham em torno das posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes, é necessário esclarecer o caráter *ILEGÍTIMO*, da auto-intitulada COMISSÃO PROVISÓRIA DE REORGANIZAÇÃO E DEFESA DO PCB NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO e do jornal por ela editado com o título “Tribuna das Bases”.

Sua ilegitimidade decorre dos seguintes fatores principais:

1) Esta comissão não é representativa dos comunistas que vêm se organizando, no município do Rio de Janeiro, em Comissões Provisórias de Reorganização e Defesa do PCB, pois inúmeras destas comissões não foram sequer consultadas quando da sua constituição.

2) Não foi eleita pelos comunistas deste município, que, em sua maioria, não a reconhecem.

3) Esta comissão foi constituída por um grupo, que tentou controlar através de métodos impositivos e antidemocráticos a extinta Comissão Provisório de

Reorganização e Defesa do PCB do Estado do Rio de Janeiro, e que tendo sido desmascarado pela prática daqueles mesmos métodos que são denunciados na “Carta aos Comunistas” do camarada Prestes, tratou de impor-se como direção aos comunistas do município do Rio de Janeiro.

4) O jornal “Tribuna das Bases” expressa a opinião deste grupo que deseja impor sua opinião aos comunistas, usando com este objetivo, de maneira indevida, o nome do camarada Prestes. O Secretário-Geral do PCB não reconhece legitimidade a esta auto-intitulada Comissão Municipal, nem ao seu jornal, pelas razões expostas acima.

É também indispensável que os comunistas que se alinham em torno das posições de Prestes se posicionem diante do seguinte fato: o aparelho de impressão em que vem sendo imprimida a “Tribuna das Bases” pertence ao Partido, é, portanto, um patrimônio dos comunistas, do qual, entretanto, apoderou-se o grupo supracitado, que se recusa a entregá-lo ao camarada Prestes, reconhecidamente o Secretário-Geral do PCB.

A Redação da Voz Operária.

PASSARINHO, NO SENADO, ATACA PRESTES E ELOGIA DIAS E GUEDES

Mais uma vez, é confirmado o que o camarada Prestes diz em sua “Carta aos Comunistas”, quando se refere ao fato do inimigo de classe pretender “minar o PCB a partir de dentro, transformando-o num dócil instrumento de legitimação do regime”. Enquanto os porta-vozes do regime e a grande imprensa burguesa atacam e tergiversam as opiniões de Prestes, não poupam elogios e encarregam-se de divulgar as posições dos membros do atual Comitê Central direitista.

Assim, em extenso discurso pronunciado no Senado, o líder do Governo, Jarbas Passarinho³ acusou Luiz Carlos Prestes

3 Jarbas Gonçalves Passarinho, militar nascido no Acre, foi governador do Pará (1964-1966), Ministro do Trabalho (1967-1969), Ministro da Educação (1969-1974), Senador pelo estado do Pará (de 1967 a 1983, em dois mandatos consecutivos e de 1987 a 1995), Ministro da Previdência Social (1983-1985) e Ministro da Justiça (1990-1992). Filiado a ARENA desde o Golpe de 1964, foi fundador do PDS (Partido Democrático Social) e participou dos subsequentes partidos, como o PPR (Partido Progressista Reformador), o PPB (Partido

de “estar pregando a luta armada como forma de chegar ao poder”, o que, sabidamente, é uma mentira deslavada. Por outro lado, não poupou elogios ao “novo dirigente do PCB, Giocondo Dias, que disse defender a via pacífica como caminho do poder” e citou um trecho de uma entrevista de outro membro do CC, Armênio Guedes, atribuindo-lhe antes a designação de “histórico comunista brasileiro” (ver “O Globo”, 11/9/80).

Os elogios do inimigo de classe devem sempre deixar-nos de sobreaviso, pois este sabe muito bem distinguir seus possíveis aliados dos reais adversários. No caso concreto do PCB, fica cada vez mais evidente que o atual regime ditatorial está interessado em incentivar a linha de conciliação de classes, oportunista de direita do Comitê Central, pretendendo, assim, poder amanhã legalizar um suposto Partido Comunista esvaziado do seu conteúdo revolucionário e de classe, dócil e domesticado, que corresponda perfeitamente aos intentos de legitimação deste regime.

NOTA DO COMITÊ ESTADUAL DE SERGIPE A CRISE NO PCB

Transcorrido quase um ano da chegada dos companheiros do que restou do Comitê Central do nosso Partido ao Brasil, esperava-se que muitos dos problemas que existiam no âmbito do PCB fossem superados, os quais entre eles destacamos:

1) A crise de desconfiança reinante entre os militantes, decorrente das quedas ocorridas no período de 1974 a 1976 e até hoje sem a devida apuração e definição de responsabilidade internamente na organização;

2) Definições claras sobre o trabalho de construção do Partido, observando-se os aspectos novos da realidade político-social e econômicas do Brasil, bem como a justa combinação do trabalho legal com o ilegal;

3) Orientações sobre os cuidados com a segurança, especialmente tendo em conta a realidade que grande efetivo do

Progressista Brasileiro) e, finalmente, o PP (Partido Progressista). Morreu em 2016, aos 96 anos [N. do E.].

Partido caiu e tornaram-se portanto conhecidos dos organismos de repressão;

4) Um esforço efetivo para se dar início aos debates preparativos à realização do VII Congresso do Partido, haja visto terem se passado 13 anos da realização do último e muitos aspectos na realidade econômica e social do País terem sofrido substanciais transformações.

Nada disso no entanto se observou. A profundidade e a extensão da crise de direção se revelou como a mais séria enfrentada até então pelo PCB.

A luta sem princípios iniciada pelos dirigentes do Partido ao chegarem em nossa terra, evidencia quatro aspectos importantes a serem destacados:

1) A ausência de uma séria e profunda autocrítica não somente na aplicação e desdobramento da linha do VI Congresso, como também no encaminhamento dos trabalhos de direção no tocante à vida orgânica do Partido;

2) O distanciamento orgânico do CC das bases do Partido, evidenciando o total descontrole das bases desse organismo de direção, ponto fundamental de exercício pleno da democracia interna do Partido e do exercício acertado do princípio do controlismo democrático.

3) A prática mandonista do CC em querer resolver os problemas de discordância ideológica e de aplicação de princípios, pelo uso de medidas administrativas, medidas essas que muito mais enfraquece o Partido pelo estímulo ao fracionismo do que contribui para fortalecê-lo. Dentre essas medidas de caráter danoso à Unidade do Partido, ressaltamos a destituição do companheiro Luiz Carlos Prestes da Secretaria Geral do Partido;

4) A incapacidade deste atual CC de conduzir os destinos do Partido até a realização do VII Congresso, haja visto o grande grau de descrédito a que chegou o mesmo nas fileiras partidárias, a desorganização reinante, o descontrole do debate interno e a imobilidade total diante das questões atualmente dentro do PCB.

Diante desses fatos do conhecimento dos militantes há aproximadamente um ano, o Comitê de reorganização do PCB

em Sergipe (CER), preocupado com quem o Partido não venha a cindir-se antes mesmo de iniciar o debate oficial, encaminhou em janeiro de 1980, resolução ao CC, solicitando a abertura imediata dos debates.

Transcorrido oito meses, a crise interna se aprofundou e nenhuma providência foi tomada pelo CC.

Por estes fatos é que entende o Comitê Estadual de Sergipe, não resta outra alternativa para os companheiros do CC (se é que realmente estão preocupados com a unidade do Partido), que não seja a seguinte:

AUTO-DISSOLUÇÃO DE TODO O CC DO PARTIDO.

Ao mesmo tempo sugerimos ao conjunto dos militantes do Partido A CRIAÇÃO IMEDIATA DE UMA COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA (CNP), através de critérios os mais legítimos possíveis para que possa manter a unidade de ação em nossas fileiras, orientando o Partido de forma segura para os trabalhos de massa e venha dar início organizado, mas absolutamente democrático nos debates internos, preparatórios do VII Congresso.

PELA UNIDADE DO PCB.
CER DO PCB DE SERGIPE
Agosto de 1980

PACTO SOCIAL: TENTATIVA DOS PATRÕES E DO GOVERNO DE EVITAREM O CRESCIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Como diz o jornal “Folha de São Paulo”, “esta é a terceira tentativa feita nos últimos anos para se conseguir um entendimento com os sindicatos operários” (28/12/80). A primeira, empreendida por Delfim Neto ainda em 79, visando um “arrefecimento geral do movimento grevista”, e a segunda em maio de 80, por iniciativa dos empresários Cláudio Bardela e Paulo Francini, que chegaram a elaborar um documento com inúmeras propostas aos operários. Este documento se baseava, inclusive, num pacto assinado pelos empresários e sindicatos operários espanhóis – patrocinado pelo governo de Adolfo Suarez – que ficou conhecido como o “Pacto de Moncloa” e que se celebrizou como um acordo vergonhoso imposto à classe operária pelo empresariado, o Governo e os oportunistas incrustados no movimento operário espanhol. Em troca de irrisórios aumentos de 25% anuais para os salários, as lideranças sindicais se comprometiam a não fazer greves.

Entretanto, as duas primeiras tentativas citadas fracassaram. Agora os empresários voltam à cena. E segundo a mesma “Folha de São Paulo”, “com melhores condições de obter bons resultados: o governo federal deu “sinal verde”, e o ministro do Planejamento, Delfim Neto, está também empenhado no sucesso das negociações – foi ele quem levou para o primeiro escalão do governo os nomes dos sindicalistas que iriam participar da conversação. Além disso, no entender de Francini, o meio operário “está em calma” e com praticamente as mesmas preocupações dos empresários: o perigo da recessão e do desemprego. Finalmente, Luíz Eulálio Vidigal Filho, Paulo Francini e Cláudio Bardella têm hoje a arma que lhes faltou no passado: o domínio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo”.

Na verdade, o caráter do pacto social em andamento é eminentemente político: trata-se de obter o apoio dos dirigentes

sindicais e dos trabalhadores para a política econômica do Governo, política esta que, no fundamental, conta com o respaldo do empresariado. A recessão e o desemprego não passam de meros pretextos. Como é assinalado com justeza pelo presidente do sindicato dos petroleiros de Paulínea, Jacó Bittar, “não podemos entrar no jogo da crise. Desemprego é um problema dos capitalistas e do sistema econômico que está aí. Entrar no jogo seria levar os sindicatos a cruzarem os braços para questões mais importantes do movimento sindical” (JB, 2/1/81).

Os trabalhadores não se recusam a dialogar, mas para qualquer acordo são necessárias condições prévias, principalmente liberdade para negociar. E de que liberdade pode-se falar, quando os sindicatos mais combativos dos trabalhadores se encontram sob intervenção, quando seus líderes, distribuídos e enquadrados na famigerada Lei de Segurança Nacional, estão sob a ameaça de serem condenados ainda neste início de 1981, pela Justiça Militar a serviço dos patrões, quando contra os operários em greve específica são utilizados tanques e helicópteros do Exército, quando perdura uma legislação sindical de corte fascista, que não permite a unidade das diferentes categorias de trabalhadores numa Central Única?

Na realidade, de 1978 para cá, o movimento operário, no Brasil, avançou; não só cresceram suas lutas, como aumentou seu nível de consciência e organização. Isto ficou muito claro na greve de 41 dias do ano passado no ABC e, mais recentemente, com a expressiva votação dos operários da Volkswagen no João Ferrador, repudiando assim a farsa de supostas eleições democráticas para a Comissão de Representantes dos Empregados desta empresa, entidade criada pelos patrões com o objetivo de dividir os trabalhadores e de não permitir a concretização de uma de suas mais sentidas reivindicações: o delegado sindical.

Diante deste avanço do movimento operário e do agravamento da crise econômica e social que o País atravessa, empresários e Governo compreendem que os tanques e helicópteros, a repressão enfim, não são a melhor solução para

enfrentar as lutas dos trabalhadores. Procuram manobrar e, através de um suposto pacto social (na verdade uma imposição dos que detêm o poder), “evitar o crescimento da organização dos trabalhadores”, nas palavras de Lula (JB, 6/1/81). Ao mesmo tempo, tratam de protelar a intervenção nos Sindicatos de São Bernardo e Diadema e Santo André a fim de que o Ministro Murilo Macedo possa escolher “juntas” capazes de negociar a próxima campanha salarial de forma ensaiada, isto é, com um prévio acordo com os patrões, tentando assim criar “novos líderes” sindicais na região e eliminar a liderança de Lula e da diretoria deposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Para os trabalhadores, não há outro caminho senão o de sua organização e luta pelas suas reivindicações mais sentidas: tanto as salariais, como a de retomada dos sindicatos que se encontram sob intervenção, a de não punição dos líderes que respondem a processo, incurso na Lei de Segurança, a de luta pela revogação desta lei, a de liberdade e autonomia sindicais, a do delegado sindical, a da Central Única dos trabalhadores, etc. Será nestas lutas, participando de assembleias de suas categorias, que os trabalhadores poderão discutir propostas concretas, que venham a ser apresentadas pelos patrões e o Governo, e decidir a seu respeito, de acordo com os seus interesses. Os operários não aceitarão conchavos de bastidores, em que seu destino seja selado por quem não tem delegação para representá-los, nem concordarão com pactos ou acordos que representem um freio para o crescimento de sua organização e o avanço de suas lutas.

ORGANIZAÇÃO DE BASE DO PCB DENUNCIA O ARBITRÍO DAS DIREÇÕES PARTIDÁRIAS

A O.B. Agostinho Neto tornou público o documento intitulado “Em defesa da democracia interna”, em que faz a denúncia dos métodos antidemocráticos empregados pelo Comitê Estadual da antiga Guanabara e pela direção do setor a que pertence. Métodos estes que deixam claros os propósitos das atuais direções de transformarem as conferências partidárias e o VII Congresso do PCB numa farsa, com a qual os verdadeiros

comunistas não podem compactuar. Abaixo publicamos a íntegra deste documento.

EM DEFESA DA DEMOCRACIA INTERNA

Nós, militantes da O. B. Agostinho Neto, acabamos de ser punidos pela direção de nosso setor, com a DISSOLUÇÃO DA BASE. Essa decisão foi homologada pelo Comitê Estadual e comunicada ao mesmo tempo que nos era comunicada convocação da Conferência de Setor, preparatória para as Conferências Municipal e Estadual, visando o VII Congresso do PCB.

Diante da gravidade de tal decisão e considerando que ela é decorrência da estratégia da atual direção do partido para consolidar sua política, não se restringindo, portanto ao conjunto dos militantes do partido a forma como nos foi comunicada a punição, os argumentos apresentados para justificá-la e o nosso posicionamento diante de mais essa arbitrariedade. Este relato, colocando a nu os artificios de que se vale a direção partidária, pode contribuir para que os militantes e bases do partido adotem medidas concretas e pela democracia interno no PCB.

A punição

Depois de concluído um processo de definições bastante importantes em nosso movimento específico em que nosso encaminhamento, respaldado no movimento de massas e nas decisões de um ativo do setor, entrou em confronto direto com a orientação da direção, a direção decidiu marcar uma reunião com a base.

O secretário político do Setor iniciou a reunião dizendo que aquela seria uma reunião rápida que tinha por objetivo cumprir uma mera formalidade: COMUNICAR À BASE SUA DISSOLUÇÃO, decidida pelo Comitê do Setor e homologada pelo C.E.

Retirou da pasta alguns documentos e passou a enumerar os motivos da decisão:

1. A decisão fora tomada, há mais de dois meses, quando a direção recebera nosso documento “EM DEFESA DA

TRANSFORMAÇÃO DO PCB NO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DA CLASSE OPERÁRIA”. Dizendo que tinha em mão todo um dossiê a respeito da base pegou o documento e leu o trecho que afirma que “Prestes estava essencialmente correto quando, no dia 21.05.80, afirmou que ‘trata-se para o grupo que atualmente dirige o PCB de dar mais um passo no caminho da traição à classe operária e aos interesses de nosso povo, de transformar o PCB em dócil instrumento dos planos de legitimação do regime’”. Afirmou então, que o fato de termos escrito esse documento fora o motivo que provocara nossa punição. A punição só não nos fora comunicada anteriormente porque no momento em que fora decidida nossa Entidade de massas estava vivendo um período de decisão de uma questão da maior importância para o Partido e, se fôssemos informados, o processo poderia ser prejudicado...

2. Mas a decisão já poderia ter sido tomada, anteriormente, por outros motivos. O documento “EM DEFESA DA UNIDADE IDEOLÓGICA E REVOLUCIONÁRIA” já era um motivo para isso pois nele estava escrito: “Este documento estava pronto para ser apresentado ao setor na reunião com Luiz Carlos Prestes quando tomamos conhecimento da suspensão da mesma determinada pela direção do Setor sobre a luta ideológica interna do Partido...”. Disse que o documento deixa claro a nossa intenção de distribuir, no setor, um documento antes de consultar a direção. Já aí, a direção poderia ter dissolvido a base.

3. Leu também trechos do documento “SOBRE A FESTA” da V.U.: também ele seria motivo para uma punição como a que estávamos naquele momento recebendo.

4. O fato da O.B. Agostinho Neto ter substituído seu secretário político, sem consultar antes a direção, também seria motivo para a dissolução. Informou ainda que esse já fora motivo, anteriormente, para a dissolução de outra base do Setor.

5. O fato de não mandarmos nossa contribuição financeira, desde julho/80, era mais um motivo para a dissolução.

6. Além disso, não acatamos a determinação de só fazermos recrutamento depois de enviar à direção a “biografia política” dos candidatos e a direção aprová-los. Citou os nomes

das pessoas recrutadas e das transferências que, solicitadas à base, nós aceitamos.

7. Nosso comportamento em um episódio importante de nosso movimento específico.

Disse que esses eram os motivos. Faltava dizer como ficava, a partir daí, nessa situação. Afirmou que nenhum de nós estava expulso, o que não significava que ninguém seria expulso. Apenas, pelos Estatutos, a expulsão ou admissão é individual e não coletiva. Tudo dependeria de ENTREVISTAS INDIVIDUAIS a que cada um dos membros da base seria convocado. CONFORME O POSICIONAMENTO de cada um, nós seríamos distribuídos para outras bases partidárias, a critério da direção, ou, então, expulsos.

A um companheiro que perguntou para onde iria se aceitasse a entrevista, respondeu: “Nem sei se você vai!!!”. A outro que queria saber se, durante a entrevista, ele mantivesse sua concordância com os termos da “Carta aos Comunistas”, seria motivo de expulsão, o dirigente respondeu: “Sim, seria”.

Finalmente, foi perguntado por que, então, o companheiro Prestes não tinha sido, ainda, expulso. Argumentou dizendo que Prestes não fora ainda expulso porque era exatamente esse o seu desejo. Procurou, mesmo, demonstrar que prestes está fazendo tudo para ser expulso, por isto, não seria tático expulsá-lo. Agora, se nós desejávamos conhecer sua opinião pessoal, ele diria que já está no momento de expulsar Prestes, pois a situação evoluiu.

Concluiu informado que nós teríamos tempo para decidir se aceitávamos as entrevistas para autocrítica, mas que nos apressássemos, pois, está marcada para o início do próximo ano a Conferência do Setor, preparativa para o Congresso e “individualmente, todos vocês interessam como militantes ao Partido”. Não aceitaria qualquer documento ou resposta coletiva: “A base de vocês não existe mais”.

Um fato importante para concluir esse relato é que, em nenhum momento, nós nos recusamos a mandar à direção as contribuições financeiras previstas nos Estatutos. Em julho, solicitados a colocar em dia a nossa contribuição e aumentá-la devido aos gastos que o Partido estava arcando com a publicação

do jornal Voz da Unidade, pedimos para discutir essa questão. O assistente disse que, posteriormente, discutiríamos a questão em uma reunião específica para isto, o que não aconteceu.

Posicionamento

Diante dos fatos que acabamos de relatar, a O. B. Agostinho Neto decide:

1. Manter o que tem se constituído na característica básica de nossa O.B.: a priorização do movimento de massas. A vida tem mostrado o acerto desta nossa atitude, sendo crescente a importância de nossa cidade, apesar da direção do Setor se manter, na maioria das vezes, omissa e, noutras vezes, criar obstáculos ao nosso trabalho. Acatar a punição seria um desastre para nosso movimento de massas. Por isso, rejeitamos a dissolução dos militantes de nosso Setor deve ter como principal critério o movimento de massas e o fortalecimento do Partido.

2. Não acatar a punição porque está muito claro que a direção procurou mais ajustar os Estatutos do Partido à sua vontade do que o contrário, sendo indisfarçável o casuísmo e o autoritarismo em seu comportamento. A punição que nos foi imposta visa atingir dois objetivos básicos da direção: sufocar no interior do Partido as concepções políticas que divergem da sua e perpetuar nos cargos os dirigentes atuais ou aqueles que lhes são simpáticos.

3. Manter o funcionamento normal da O. B. Agostinho Neto, sua estrutura e suas atividades, mantendo, ao mesmo tempo, a posição política que a caracterizou e foi, em última análise, o principal motivo de sua punição. Vamos continuar lutando DENTRO DA ESTRUTURA PARTIDÁRIA pela transformação do PCB no verdadeiro partido revolucionário da Classe Operária e pela democracia interna, condição indispensável.

4. Nesse sentido, recorrer da punição às instâncias superiores do partido da Conferência do Setor até o Congresso, de acordo com os direitos que os Estatutos nos garantem.

5. Demonstrar aos militantes do setor que nosso Comitê alia à comprovada incapacidade de dirigir politicamente o Setor

um casuísmo e um autoritarismo que se constituem em risco para todos. Fica também patente a impossibilidade desse Comitê realizar uma Conferência democrática, sendo necessário que as bases adotem medidas que garantam a elaboração, a circulação no setor e o debate amplo das teses da Conferência, além de medidas que impeçam a direção de utilizar-se de manobras como a criação de “bases fantasmas” e nomeação de delegados.

6. Ao conjunto dos militantes do Partido denunciar o caráter casuístico, autoritário e de repressão ideológica interna, além de nefasto e irresponsável em relação ao movimento de massas, da punição que nos foi imposta, conclamando todos a uma luta contra o autoritarismo e pela democracia interna.

Nota: Discordando da decisão da base em relação à punição, um companheiro deixou de frequentar as nossas reuniões.

Outubro/80

O SECRETÁRIO GERAL DO PCB, CAMARADA LUIZ CARLOS PRESTES, COMPLETA 83 ANOS

ENTREVISTA COM OSCAR NIEMEYER

Por do 83º aniversário de Prestes, Oscar Niemeyer, arquiteto de renome internacional, considerado um dos maiores do mundo, patriota, democrata e comunista declarado, personalidade de destaque na vida nacional, concedeu entrevista exclusiva à VOZ OPERÁRIA, que a seguir publicamos: **VO:** A três de janeiro próximo, Luiz Carlos Prestes completa 83 anos; ao mesmo tempo, neste ano de 1981, comemora-se a 60º aniversário do início da vida revolucionária do “Cavaleiro da Esperança”. Como o Sr., que sabidamente é amigo e companheiro de L. C. Prestes, avalia seu papel na História do Brasil destes últimos 60 anos?

ON: Prestes é hoje uma figura nacional que dispensa comentários e elogios. A marcha da Coluna Prestes que tão bem comandou, sua entrada para o PCB, sua vida tantas vezes clandestina de luta e sacrifício, são coisas já incorporadas na história e na vida e nosso país.

VO: E qual a sua opinião a respeito de Prestes como figura humana?

ON: É um exemplo de idealismo, de patriotismo e determinação que todos deveriam seguir.

VO: Uma pergunta que muitos gostariam de fazer-lhe: quando e como o Sr. Conheceu Prestes?

ON: Conheci Prestes quando saiu da prisão, em 1945, no meu escritório na Rua Conde Laje, o que constituiu para mim e para os meus colegas, um privilégio e uma grande alegria.

VO: O Sr., que desenvolve atividades profissionais em diversos países do mundo, poderia opinar sobre a dimensão internacional da figura de Prestes?

ON: Sempre encontrei no exterior uma grande curiosidade sobre as atividades do nosso querido companheiro. Um desejo de saber minúcias sobre sua vida, sobre a coluna, sobre esse homem que tudo largou pela luta política e pelas reivindicações irrecusáveis do povo brasileiro.

VO: E o que o Sr. Achou da “Carta aos Comunistas” de Luiz Carlos Prestes e como avalia a violenta campanha contra ele desenvolvida tanto na grande imprensa, como de parte de muitos dirigentes do PCB?

ON: É documento de um revolucionário, destemeroso [sic] diante das vicissitudes que a luta política ainda pode oferecer. Vale a pena analisá-lo atentamente pensando que a unidade do Partido deve ser a meta principal e o que Prestes representa para seus militantes e para o povo brasileiro, como sua vida feita de entusiasmo e desprendimento.

FESTA POPULAR EM SUBÚRBIO CARIOCA REÚNE MAIS DE MIL E QUINHENTAS PESSOAS EM HOMENAGEM A PRESTES

Não obstante as provocações policiais, realizou-se com grande êxito, no sábado 3 de janeiro, no Sampaio Atlético Clube, animada festa popular em homenagem aos 83 anos de Luiz Carlos Prestes. A festa foi organizada por uma comissão presidida pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Nos dias que antecederam o 3 de janeiro, por mais de uma vez, foram detidos pela polícia jovens que colavam cartazes e distribuíam volantes de propaganda alusivos à data. E na véspera da festa, visando provocar confusão e desorientar as pessoas que compareciam a este ato festivo, outra ação tipicamente policial teve lugar: a

colagem de cartazes por toda a cidade convocando o povo para uma festa em homenagem a Prestes no dia 4 e em outro clube carioca. Finalmente, uma hora antes da chegada de Prestes ao local da festa, duas bombas de gás lacrimogêneo foram atiradas para dentro do clube, causando indisposição em diversas pessoas presentes.

Contudo, a programação festiva foi cumprida, com churrasco, bolo de aniversário, oferecido a Prestes pela família do compositor Taiguara⁴, inúmeros fogos de artifício, show musical com a presença de conhecidos artistas, como Agnaldo Timóteo, Taiguara, Stelinha Egg, Lecy Brandão e outros e as saudações das delegações vindas dos mais diversos pontos do país, de representantes de sindicatos, de entidades populares e de bairro, de jovens, mulheres e dos parlamentares presentes. Finalmente, o discurso de Prestes, tão esperado e saudado com grande entusiasmo pelas mais de mil e quinhentas pessoas presentes. Prestes prestou emocionante homenagem aos companheiros que tombaram na luta em diferentes períodos de sua vida de revolucionário e destacou a necessidade de “vencer a crise atual e construir um Partido novo, efetivamente revolucionário e internacionalista”.

4 Taiguara Chalar da Silva (1945-1996), músico de projeção nacional no início dos anos 1960, tornou-se, em meados dos anos 1970, um dos artistas mais censurados pela Ditadura Civil-Militar. Teve mais de cinquenta composições censuradas ou de reprodução proibida, além do veto de um disco, gravado no exterior, de ser lançado. Em 1976, o ambicioso *Imyra, Tayra, Ipy – Taiguara* foi recolhido das lojas pelos militares após o lançamento. A partir de então, praticamente no ostracismo desde 1973/74, Taiguara segue exílio, viajando à Europa e à África, com carta de recomendação de Paulo Freire para ir à Tanzânia. Lá, inicia seus estudos marxistas a partir dos revolucionários africanos e, posteriormente, nos clássicos do marxismo-leninismo. Voltando ao Brasil com a anistia, começa a circular entre os meios de esquerda, identificando Prestes como seu mentor político. Seus dois últimos discos *Canções de Amor e Liberdade* (1983) e *Brasil-Afri* (1994), explicitam suas opiniões políticas e trajetória pessoal. Este percurso, de um brasileiro-uruguaio, que segue para África e retorna, procurando ação política, escolhendo o comunismo enquanto ideologia vai muito além das alças do romantismo: a atividade prática de Taiguara, presente em atos com Prestes, nas Diretas Já e apoiando greves o coloca em outro patamar. De um artista tão fortemente censurado e de visão política tão ignorada, é mister resgatá-lo dentre a esquerda brasileira. Por enquanto, o único trabalho acadêmico que procura condensar este trajeto de Taiguara é a dissertação de mestrado *Taiguara: A volta do pássaro Ameríndio*, de Maria Abília de Andrade Pacheco (2013). Pode-se encontrar também algumas entrevistas suas, em que o próprio explicita seu trajeto e suas escolhas políticas:

<https://inverta.org/jornal/edicao-imprensa/0/pagina-10-entrevista>. [N. do E.]

Para prestigiar a homenagem a Prestes, estiveram presentes inúmeras personalidades da vida social, política e cultural da Nação: o arquiteto Oscar Niemeyer, os deputados Raymundo de Oliveira (PMBD-RJ) e José Eudes (PT-RJ), o médico Armando Lacerda, o escritor Edmundo Moniz, a professora Maria Filomena Gebran, a socióloga Moema Toscano, políticos do PDT como José Gomes Talarico, Virgílio de Góes, José Carlos Brandão, Carmem Leite de Castro, Sebastião Nery. E o grande companheiro de lutas de Prestes, o legendário Gregório Bezerra, enviou-lhe de Pernambuco uma mensagem de congratulações.

El Salvador

Um povo em luta contra a tirania e o imperialismo

A crise do sistema capitalista torna-se cada dia mais grave em toda a América Latina. Sofrendo a brutal exploração dos monopólios estrangeiros e sob a pressão econômica e política do imperialismo norte-americano, nossos povos lutam contra a miséria e a fome, contra as oligarquias dominantes, pela completa independência nacional e pelo progresso social. Em diversos países, nos quais as oligarquias dominantes se sentem ameaçadas pela resistência popular, tratam de impor ao povo ditaduras militares reacionárias ou regimes terroristas de tipo fascista, como acontece na parte meridional da América Latina. Mas é na América Central e nas ilhas do Caribe que hoje se dão os confrontos mais sangrentos das oligarquias dominantes, abertamente apoiadas pelo imperialismo norte-americano, com as massas trabalhadoras e as forças populares organizadas, que lutam de armas na mão em defesa da própria vida.

Após a derrota sofrida na Nicarágua, onde o governo de Washington, batido na Organização dos Estados Americanos, não teve condições políticas que lhe permitisse intervir diretamente em defesa da tirania de Somoza que foi derrotado pelo povo dirigido pela Frente Sandinista de Libertação, tornou-se evidente que o imperialismo norte-americano está disposto a fazer todas as manobras políticas e a cometer os piores crimes

para evitar que os povos vizinhos alcancem vitórias semelhantes na luta contra as oligarquias e as ditaduras reacionárias e fascistas que os oprimem.

O que se passa atualmente na República de El Salvador constitui para todos os latino-americanos séria advertência e exige de todos nós um esforço coletivo em solidariedade ativa com o povo salvadorenho, vítima de uma ditadura sanguinária. O imperialismo norte-americano, que continua vindo na América Latina seu “quintal” ou uma “retaguarda segura”, está disposto a cometer todos os crimes na defesa de seus interesses, e para derrotá-lo é indispensável a ação unida de todos nossos povos, a solidariedade ativa aos que estão em cada momento na primeira linha de combate.

Governa hoje em El Salvador uma Junta constituída por militares e três civis, representantes estes últimos da ala mais reacionária da democracia cristã. Para tentar ainda enganar o povo e salvar sua imagem o exterior, após os últimos da ala mais reacionária da democracia cristã. Para tentar ainda enganar o povo e salvar sua imagem no exterior, após os últimos crimes mais hediondos, um dos políticos democratas cristãos foi proclamado presidente da República. A Junta, orientada e como o apoio do governo de Washington, pretende enganar o povo com uma política de supostas reformas sociais, inclusive uma reforma agrária que levou à desapropriação de alguns latifúndios sem que de forma alguma melhorasse a situação dos trabalhadores do campo. Estes passaram da submissão aos antigos senhores donos da terra para uma submissão ainda maior aos delegados da Junta terrorista, que mandam e desmandam nas terras desapropriadas. Trata-se de um governo que ainda pretende encobrir seus crimes contra o povo sob a cobertura de organizações de bandidos armados, uma espécie de “esquadrão da morte”, como seja a denominada Brigada Anticomunista Maximiliano Hernandez, que assumiu a autoria do sequestro e assassinio, após bárbaras torturas, de seis dirigentes da Frente Democrática Revolucionária. Por esse crime hediondo, que se segue ao assassinato do arcebispo Dom Romero e ao genocídio generalizado em que tombam em El Salvador, uma média de 500 pessoas por semana, é efetivamente

responsável a Junta governante, como afirma a nova direção da Frente Democrática Revolucionária.

As forças revolucionárias e democráticas de El Salvador, que enfrentam valentemente essa situação, estão cada vez mais organizadas. Constituídas principalmente pelas Forças populares de Libertação Farabundo Martí, o Partido Comunista de El Salvador, a Resistência Nacional e o Partido da Revolução Salvadorenha – Exército Revolucionário do Povo, nos anos de 1979 e 80, uniram-se em duas grandes organizações, estreitamente ligadas e submetidas a comando único: A Frente Democrática Revolucionária, que atua politicamente, e as forças armadas que constituírem a Coordenadora de Massas Farabundo Martí, que dirige a luta armada e a guerrilha⁵. Essas organizações reúnem, desde operários e camponeses até pequenos e médios empresários e lutam por “um governo de transição ao socialismo mas não de imediato, coexistindo com uma classe média aberta a profundas mudanças sociais”, como se afirma em seus documentos.

Com a vitória do fascista Reagan nas eleições presidenciais nos Estados Unidos, crescem as ameaças do imperialismo a todos os povos latino-americanos. Um sr. John Garbaugh, como informa o Jornal do Brasil de 1º de dezembro último, que se supõe vir a ser Secretário de Estado Assistente em assuntos latino-americanos no governo Reagan, jpa se sente autorizado, por exemplo, a afirmar: “Se os EE.UU. quiserem ser um líder mundial, temos de limpar nosso quintal. Isto significa reverter o flerte da administração Carter com forças esquerdistas de El Salvador, Nicarágua e nas ilhas do Caribe.” Para o referido indivíduo, as “forças esquerdistas” em El Salvador são as que participam da própria Junta governante.

Mais do que nunca, portanto, é um dever de todos os patriotas e democratas latino-americanos unificar suas forças, desenvolver uma solidariedade ativa a todos os povos que lutam

5 Em Outubro de 1980 dar-se-ia, a partir da unidade destas forças político-militares, a fundação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, a FMLN. Hoje, a FMLN atua como partido, desde os processos de paz de 1992, obtendo dois resultados positivos nas urnas, estando no governo de El Salvador de 2009 a 2014. A principal figura do partido era o líder guerrilheiro e teórico Schafik Jorge Handal (1930-2006) [N. do E].

contra a opressão imperialista norte-americana na América Latina, o que significa não poupar esforços, em cada país, em primeiro lugar a classe operária, sobre as lutas dos povos irmãos que são parte integrante de nossa própria luta contra a miséria e a fome, pela completa independência nacional e pelo progresso social.

REALIZA-SE EM HAVANA O 2º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

**(Dos enviados especiais de VOZ OPERÁRIA ao Congresso do
PCC)**

*A força de um país pequeno como Cuba não é militar, nem
econômica: é moral.*

“Não existiu, não existe, nem existirá força no mundo capaz de impedir que sejamos comunistas.” Isto foi o que afirmou Fidel Castro, primeiro secretário do Partido Comunista Cubano, ao iniciar seu discurso perante o 2º Congresso do PCC, realizado em Havana, em dezembro de 1980.

Surgiu de imediato uma ovação com que os delegados e convidados transmitiram o sentimento de respeito ao líder cubano, acompanhada dos gritos de “Fidel, Fidel, Fidel”, por cerca de 2.000 delegados e convidados, quando Fidel se aproximou dos microfones.

Fidel assinalou que “vivemos internacionalmente tempos difíceis e que nenhum país pode viver isolado do mundo em uma redoma de cristal.”

Chamou a atenção para a presença de mais de 140 representantes de partido e organizações revolucionárias no Congresso do PCC e afirmou: “A força de uma país pequeno como Cuba não é militar, nem econômica: é moral.”

Assinalou ser Cuba a primeira nação do hemisfério a livrar-se do domínio do imperialismo norte-americano e que esse país iniciou uma forma superior de vida econômica e social, trilhando o caminho do socialismo no continente.

“Este tinha que ser um caminho difícil – afirmou – , pois tínhamos que enfrentar o país imperialista mais poderoso situado a apenas 90 milhas, as ideias que existem há milhares

de anos, o ódio das classes exploradoras, o isolamento, a hostilidade, as ameaças, a difamação e, inclusive, o risco de extermínio”. Continuou afirmando que há quase 22 anos Cuba não retrocede, nem faz uma só concessão ao imperialismo, nem renuncia a uma só de suas ideias ou de seus princípios revolucionários. “Por acaso, será interrompida a experiência cubana? O imperialismo conseguirá apagar da face da terra a experiência cubana?” E respondeu: jamais. E, prosseguindo, afirmou que Cuba poderia ser apagada fisicamente, porém jamais ficará de joelhos, jamais se renderá, e o nosso exemplo será imortal. Neste momento os aplausos tornaram-se uma verdadeira ovação.

Mais adiante, em seu discurso, Fidel afirmou: “Nossa Pátria tem que ser um osso muito duro de roer para o imperialismo ianque e uma espinha que ficará atravessada em sua garganta se tentar nos agredir”. E mostrou que Cuba dá grande prioridade à organização de seu exército revolucionário, assinalando o cumprimento “rápido, resoluto e brilhante” das missões internacionalistas que o Partido delegou às Forças Armadas Revolucionárias em Angola e na Etiópia. Igualmente referiu-se à ajuda concedida a outros povos, afirmando ser este um dever da consciência revolucionária e internacionalista.

Fidel homenageou os homens capazes de sacrificar-se longe de sua Pátria, oferecendo suas vidas pela nobre causa da liberdade, da justiça e da dignidade humana, e transmitiu-lhes o reconhecimento e o carinho de todo o povo.

Referindo-se ao marxismo-leninismo, afirmou Fidel que só há no mundo de hoje uma forma de ser revolucionário: ser comunista. E prosseguiu, dizendo que “isto é o que queremos ser: comunistas”. Afirmou ainda ser este o pensamento de vanguarda do povo cubano, concluindo: “Uma vanguarda de comunistas, com um congresso de comunistas e o povo que o apoia: um povo comunista”.

A cultura em Cuba

No que se refere à cultura, Fidel assinalou em seu discurso o clima de criatividade criado pela Revolução, principalmente depois que foi criado o Ministério da Cultura.

Destacou a fundação de 117 Casas de Cultura nos últimos 5 anos, o ensino de arte e a existência de 33 mil grupos artísticos com mais de 250 mil integrantes.

Ressaltou o prestígio do balé nacional de Cuba, o crescimento da influência da música cubana junto à juventude, bem como a publicação de 5 mil livros com mais de 2 milhões de exemplares.

Sobre a atividade desportiva, Fidel assinalou que duplicou o número dos que praticam esportes em relação ao quinquênio anterior. Ao referir-se aos êxitos alcançados por Cuba nas Olimpíadas de Moscou, Fidel chamou a atenção para o fato de terem sido construídas 94 instalações desportivas e formados 4 mil e 800 técnicos médios em esportes.

Prestes é lembrado

O Palácio das Recepções fervilha de convidados. Jornalistas estrangeiros movimentam-se em busca de personalidades a fim de fazer um “furo” para seus jornais. Aproximamo-nos de Osvaldo Dorticós⁶, um dos dirigentes máximos da Revoluções Cubana. Identifica-nos como jornalistas brasileiros, representantes da VOZ OPERÁRIA, órgão que segue a orientação revolucionária do camarada Luiz Carlos Prestes. – Como vai o Prestes? – Respondemos que se encontra em perfeita saúde e no comando da ala revolucionária do Partido. – Muito me alegra, respondeu. – Transmitam-lhe o meu afeto. – O repórter explica o companheiro Dorticós como o oportunismo de direita levou ao “afastamento” de Prestes da Secretaria-Geral. Dorticós fica estupefato e, interrompendo-nos, diz: O oportunismo é como uma erva daninha, mas não resiste por muito tempo!

Adiante abordamos o companheiro Carlos Rafael Rodrigues, velho dirigente do Partido e da Revolução Cubana. – Muito prazer, companheiro, somo do Brasil, representando o órgão dos comunistas VOZ OPERÁRIA, órgão que transmite as posições consequentes de Luiz Carlos Prestes. – “Encantado”,

6 Osvaldo Dorticós Torrado (1919-1983), exilado no México por Fulgencio Batista, retorna a Cuba quando da vitória da Revolução. Exerceu o cargo de presidente de Cuba de 1959 a 1976 [N. do E].

responde-nos com afabilidade. – O Prestes não poderia deixar de se representar. E o Congresso, quando se realizará? A resposta de que as bases o decidirão, já que estão tomando os destinos do partido em “suas mãos”, comovem o velho dirigente comunista cubano. – Abracem o Prestes por mim com a calorosa solidariedade revolucionária.

Encontramos também com Marcelino dos Santos⁷, a 2^a pessoa na hierarquia do partido e do Governo da República Popular de Moçambique, antigo guerrilheiro e intelectual de prestígio. Ele também mostra-se solidário com Prestes e saúda a VOZ OPERÁRIA.

O PCB QUE MÁRIO PATTI QUER

Moacir Carvalho (de Brasília)

Mário Patti? – Quem é Mário Patti? – Pois bem. Este senhor que saiu do anonimato por ter elogiado a nova postura política do governador Chagas Freitas, do Rio de Janeiro, na “Voz da Unidade” (nº 8), causando justa indignação dos comunistas cariocas, em artigo publicado no mesmo semanário (nº 26), com o título “O partido que Prestes quer e o nosso”, pretendeu criticar o camarada Luiz Carlos Prestes, em termos pessoais, numa pretensa resposta à entrevista exclusiva do secretário-geral do PCB, concedida ao jornal VOZ OPERÁRIA, órgão central do Partido, divulgada em setembro último.

Este moço, falando em nome do nosso (dele?) Partido, não responde a uma só das sérias questões tratadas por Prestes...

Inicialmente, pretende mostrar que o camarada Prestes está divergindo do Partido ou da “maioria esmagadora do Comitê Central do PCB” (conforme suas palavras), o que é totalmente falso. Quem está divergindo do Partido são alguns senhores que

7 Marcelino dos Santos (1929) é um dos sobreviventes da geração de africanos que, reunidos em Portugal, enquanto estudantes, nos anos 1950, organizaram-se, reconheceram-se enquanto africanos e planejaram voltar aos seus países de origem para livrarem-se do colonialismo. Junto com Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Mário de Andrade e outros, exerceu papel importantíssimo intelectual, política e militarmente nas lutas de libertação africana [N. do E].

assambarcaram a Direção com o objetivo de transformar o PCB numa organização dócil, conciliadora com os interesses da burguesia, reformista, excluindo totalmente seu caráter revolucionário marxista-leninista...

O que todos os comunistas desejam, pelo menos aqueles que ficaram aqui no Brasil nos anos negros da ditadura lutando pela organização do Partido e vivendo os problemas reais do povo brasileiro, é que se encontre o melhor caminho para a Revolução Brasileira, sem cópia de qualquer modelo, o que somente é possível a partir de um profundo e minucioso estudo da nossa realidade, de um amplo e democrático debate de todas as questões que são de interesse dos comunistas e, se possível, dentro de uma proposta unitária. Prestes e a maioria dos marxistas-leninistas membros do PCB que concordam com as suas posições querem e vão participar do VII Congresso, desde que não seja manipulado como a Conferência Municipal de Niterói. Queremos discutir e participar do processo decisório dentro do Partido, bem como eleger uma nova direção que possa corresponder aos anseios revolucionários dos comunistas e do proletariado brasileiro...

Em seguida, o articulista procura provar que o secretário-geral do PCB rompeu ou está rompendo com o Partido, o que constitui uma mentira. Prestes rompeu com o direitismo, com o oportunismo e com o carreirismo incrustrados no Comitê Central...

NOTA: Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. A redação os publica, às vezes, resumidos por uma questão de espaço.

**SOLIDARIEDADE AOS 13 SINDICALISTAS DO ABC
PROCESSADOS PELA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL!**

No próximo dia 16 de fevereiro, terá lugar, em São Paulo, o julgamento pela Justiça Militar, de Luís Inácio da Silva – o Lula – e de mais de 12 sindicalistas do ABC paulista. O promotor, em sua peça final de acusação, pediu a condenação dos 13 dirigentes sindicais, recorrendo para isso aos artigos N36 e N42 da famigerada Lei de Segurança Nacional. Segundo o artigo N36, as penas podem variar de dois a doze anos de cadeia para “crimes de incitamento à desobediência coletiva das leis” e, segundo o artigo N42, de um a três anos de prisão por prática de “propaganda subversiva”.

Os fatos são bem conhecidos da opinião pública. Em abril de 80, no auge da greve dos metalúrgicos do ABC, o Tribunal Regional do Trabalho declarou-se incompetente para julgar da ilegalidade do movimento dos trabalhadores. Entretanto, contrariando as pressões do regime ditatorial e dos oportunistas, que a título de “não aguçar tensões”, queriam acabar com a greve a todo custo – o que naquele momento seria na prática um fracasso para o movimento operário -, os metalúrgicos decidiram prosseguir em greve. Foram 41 dias de jornadas memoráveis, em que milhares de trabalhadores revelaram sua disposição de luta, sua capacidade de organização e sua disposição de não se deixarem dobrar nem pela repressão, nem pelas manobras do Governo e dos patrões. O TRT mudou os juizes e estes decretaram a greve ilegal, apoiados para isto na Lei de Greve, batizada pelos trabalhadores, com razão, de Lei Anti-Greve. O Ministro do Trabalho decretou a intervenção nos Sindicatos de Santo André e São Bernardo e Diadema; Lula e outros sindicalistas foram sequestrados e presos. Diante da pressão da opinião pública, as autoridades tiveram que soltá-los, mas a denúncia do delegado do DOPS contra os 13 sindicalistas foi levada à Justiça Militar, que vem encenando uma bem montada farsa com o objetivo político de dar uma lição aos trabalhadores, de mostrar-lhes que o atual regime não admite que os operários

lutem por suas reivindicações, se organizem e recorram à sua arma mais legítima – a greve.

Este processo é revelador do verdadeiro caráter da tão proclamada “abertura” do Sr. Figueiredo. Trata-se de uma “abertura” para quem? Certamente, não para os trabalhadores, que, como sempre, no Brasil, continuam excluídos e marginalizados de uma efetiva participação na vida social e política da Nação. Como diz o líder sindical paulista Hugo Perez, “o julgamento dos metalúrgicos não passa de mais uma prova de arbitrariedade. No dia 16 haverá apenas mais um desdobramento da abertura política que chegou aos trabalhadores. Estes não têm o elementar direito de dispor de sua própria força de trabalho para barganhar com os patrões. É crime contra a segurança nacional.” (Folha de SP, 6/2/81). Em contrapartida, “o que tem acontecido, sistematicamente, com aqueles que praticam crimes contra o bolso alheio? Donos de instituições financeiras, por exemplo. Porque, segundo a lei, uns são absolvidos por terem agido “em legítima defesa”, outros são condenados por terem cometido crimes jamais provocados?” (idem).

Mas, convém lembrar que a Lei de Segurança Nacional está sendo utilizada não apenas contra Lula e os 12 sindicalistas do ABC, o que vem confirmar o caráter ditatorial do regime ora vigente e o conteúdo fascista de sua legislação. Segundo pesquisa preliminar, que está sendo feita pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, do Rio de Janeiro, haveria no mínimo 18 inquéritos ou processos em andamento com base na LSN, somando um total de 100 indiciados em todo o País. Assim, no próximo dia 17, também devem ser julgados na Auditoria Militar de Curitiba, os 7 estudantes de Florianópolis acusados de vaiarem o Sr. Figueiredo quando de sua tumultuada visita a esta cidade.

Diante de tais fatos, adquire grande importância a realização, no dia 15 de fevereiro, do “Dia Nacional de Solidariedade aos Atingidos pela LSN”, assim como as manifestações de solidariedade aos 13 sindicalistas do ABC, incluindo a grande mobilização que está sendo preparada por todas as forças democráticas para assistir e repudiar o julgamento de Lula e seus companheiros. Já se sabe da chegada

ao Brasil, para assistir a esse julgamento, de numerosas personalidades políticas e sindicais da Europa e dos Estados Unidos. É uma oportunidade importante para denunciar perante a opinião pública mundial o que realmente representa a “democracia” do Sr. Figueiredo, a sua tão falada “abertura democrática”.

“Entretanto, o fundamental consiste em mobilizar as massas populares, os mais diversos setores democráticos e de oposição, para impedir a condenação dos dirigentes sindicais do ABC, assim como os estudantes de Florianópolis e tantos outros patriotas e democratas que se encontram sob a ameaça do código de opressão fascista ainda em vigor em nosso País – a Lei de Segurança Nacional. Só o povo unido terá força de deter o braço opressor da ditadura do Sr. Figueiredo. A absolvição dos 13 sindicalistas do ABC representará uma vitória de todos os trabalhadores, de todos os democratas e patriotas, será uma conquista importante na luta pela democracia em nossa terra, na luta para que a democracia não fique restrita apenas às elites, mas assegure aos trabalhadores o direito de lidar pelas suas reivindicações, permita aos operários recorrerem a greve toda vez que se tornar necessário na defesa de seus interesses.

Abaixo a Lei de Segurança Nacional!

Liberdade para os sindicalistas do ABC e os estudantes de Florianópolis!

Abaixo a ditadura!

COMITÊ ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO REJEITA INTERVENÇÃO NO COMITÊ CENTRAL

Diante da decretação de intervenção no Comitê Estadual do Espírito Santo por parte do atual Comitê Central, este Comitê Estadual aprovou, com o apoio das OOBB do Estado, importante documento, intitulado “Rumo ao 7º Congresso”, do qual reproduzimos, por questão de espaço apenas alguns trechos, recomendando a leitura, o estudo e a discussão do mesmo por todos os comunistas:

“A Executiva Nacional de nosso Partido deu andamento a uma tentativa de dissolução e destituição dos Comitês Estadual e Universitário de Reconstrução do Espírito Santo, o que caracteriza a *intervenção no Estado*. Alegou-se desrespeito à disciplina e ao centralismo democrático e violação dos Estatutos do Partido. Esta iniciativa, tomada às vésperas do lançamento das teses para o VII Congresso – convocado desde maio/79 – tem necessariamente que provocar nos comunistas capixabas uma enorme apreensão quanto ao encaminhamento de uma série de divergências que existem no seio de nossa Organização. Estamos convictos de que o futuro desta depende da solução *política* destas divergências. Rejeitamos qualquer *tipo de solução administrativa*, arbitrária, que tenha o propósito obscurantista de cercear a discussão interna. Temos certeza de que nosso Estado não é um “caso isolado” no panorama da situação geral de nosso Partido, evidentemente de crise...

“Por lutarmos por um PCB forte e numeroso, estreitamente ligado à classe operária e às massas trabalhadoras, e que se torne de fato a *vanguarda* na Revolução em nosso País, é que reivindicamos o direito de defender nossas ideias, não podendo aceitar as tentativas de intervenção em nosso Estado. Por isso, tomamos a iniciativa de elaborar este documento, que representa nossa defesa perante o CC. Nele, procuramos contribuir com uma avaliação da própria história recente do Partido em nosso Estado, pois aí se encontram algumas das razões – não as principais – da ênfase com que defendemos um balanço da atividade partidária. Procuramos desenvolver os motivos que nos levaram a não acatar uma resolução da Executiva Nacional, relativa às eleições da UNE, e *principalmente*, demonstrar como esta questão envolve diretamente a discussão de vários problemas que nosso Partido tem enfrentado nas diversas frentes, os quais exigem solução urgente. Buscamos, assim, contribuir para a análise de nossas estratégia e tática políticas, procurando, como marxistas-leninistas, confrontá-las com a realidade de nosso País; evidenciar alguns erros sérios que tem permeado nossa prática no meio sindical e operário; defender nossas posições sobre imprensa partidária; e, finalmente, mostrar o prejuízo de até

hoje não dispormos de um sério balanço autocrítico acerca das questões de segurança.

“Não temos a pretensão de ser os donos da verdade. Erros, também os cometemos, as jamais deixamos de encará-los ou fugimos da autocrítica tão necessária ao militante comunista! Só *assim* podemos contribuir para a construção de um grande Partido.”

Em relação ao não acatamento da orientação da Executiva Nacional relativa às eleições da UNE, diz o documento: “Desde o início... pautamos nossa conduta pela defesa da aliança com outras forças políticas e, conseqüentemente, contra a formação de uma chapa “pura” para as eleições da UNE... Achávamos que, *ao discurso da unidade, deveria corresponder uma prática concreta que não economizasse esforços para unificar alguma correntes que militam no movimento estudantil.* Não foi, porém, o que ocorreu. Desde o princípio, a Seção Juvenil “detectou” uma tendência ao isolamento do Partido no processo eleitoral, que, no entanto, seria revertido, segundo se dizia, por um amplo trabalho de base, que referenciasse as entidades estudantis com um discurso claro que ganhasse as massas para o processo eleitoral. Ora, será que alguém poderia – honestamente – acreditar que, em alguns meses de trabalho, poderíamos reverter um processo de *anos* de golpismo, de sectarismo e de divisionismo no movimento estudantil, de aparelhismo das entidades, e conquistar, *assim como em um passe de mágica*, as grandes massas estudantis para o processo eleitoral? Deixemos que a vida responda, agora que já se passaram as eleições e todos conhecemos os resultados...”

“O segundo e importante motivo que explica nossa discordância em participar de uma chapa isolada no processo eleitoral é que passamos a perceber... que, *ao discurso de unidade*, correspondia não a prática de unificação das diversas correntes políticas no movimento real em curso, mas, sim, a *iniciativa premeditada de forçar a unificação do Partido, amortecendo as divergências políticas que grassam no seu seio.* Mais de uma vez, o dirigente da Seção Juvenil que aqui esteve o admitiu, reconhecendo explicitamente que o objeto maior não era a vitória nas eleições da UNE, mas a “unificação” do Partido.

“Mais do que ninguém, desejamos a unificação de nosso Partido; lutamos por um PCB unido e coeso, respondendo, como um verdadeiro coletivo, às necessidades das lutas das grandes massas de nosso País. Mas só acreditamos na unidade de um *Partido que tenha como fundamento uma solução política – e não “administrativa” – para suas divergências internas. Tal solução não pode, decididamente, basear-se na ameaça de dissolver uma direção estadual simplesmente por esta não concordar com a orientação traçada (melhor seria dizer imposta) para eleições estudantis. E tudo isso enquanto, até hoje, permanece sem resposta uma série de questões que envolvem a história recente de nosso Partido, questões essas que têm sido sistematicamente levantadas por esta mesma direção estadual.*”

E, com concluindo, diz-se no documento: “A nosso ver, a arrogância e a prepotência não servem aos políticos da classe operária. Pelo contrário, entendemos que um Partido efetivamente preocupado em educá-la e instruí-la não deve esconder suas próprias falhas. Ele *precisa* reconhecer abertamente os erros, “por a nu as suas causas”, analisar e discutir as situações que motivaram estes erros e os meios de corrigi-los. *É este, sem dúvida, um dos critérios mais importantes para se julgar a seriedade de um Partido, bem como seu real compromisso com as massas.* Por isso, acreditamos só poder contribuir para a construção de um grande Partido se trilharmos este caminho!”

POLÔNIA – AS GREVES OPERÁRIAS E SUA SOLUÇÃO

No mundo inteiro as classes exploradoras e sua imprensa sentem-se já agora decepcionadas ou frustradas com o desenvolvimento que tiveram as greves operárias na Polônia.

Que esperavam e já, com antecendência, proclamavam, através de sua imprensa a burguesia e o imperialismo? – Esperavam e desejavam uma sangueira, que o Estado socialista polonês reprimisse a greve, massacrasse os operários que se levantaram em defesa e pelo avanço da democracia socialista na Polônia. Desejavam, muito especialmente, que se tornasse necessária a contribuição das forças do Pacto de Varsóvia, com

a União Soviética à frente, para “manter a ordem” na Polônia – acontecimento que daria oportunidade às forças reacionárias da Europa e dos Estados Unidos para denunciar os Acordos de Helsinki, que consagraram as fronteiras do pós-guerra e que abrissem, com a denúncia do referido Tratado de Cooperação e de Paz na Europa, condições para uma mudança na correlação de forças mais favorável ao desencadeamento da guerra no continente europeu.

Mas o imperialismo já não faz hoje no mundo tudo que deseja. A guerra mundial já não é inevitável e a correlação de forças no mundo inteiro é cada dia mais favorável à salvaguarda da paz no mundo. O Estado socialista polonês, frente à greve operária, ao contrário do que faz a ditadura do sr. Figueiredo no Brasil – como em geral no mundo capitalista -, onde basta uma greve contra os salários de fome para o governo lançar contra os trabalhadores policiais e cachorros, helicópteros com metralhadoras apontadas contra o povo, para intervir nos sindicatos, destituir diretorias sindicais e enquadrar seus membros na Lei de Segurança Nacional ou, mesmo, matar friamente seus mais destacados dirigentes, como aconteceu com Santo Dias e tantos outros nos anos de 1979 e 1980. O Estado polonês, desde o início, soube dialogar com os operários grevistas e chegar a um Acordo com eles. É que os operários poloneses não são contra o socialismo. Patriotas, sabem que só com o socialismo pode a Polônia manter-se livre e independente. Levantavam-se em greve contra os erros cometidos pelos dirigentes dos sindicatos e pela direção do Partido Operário Unificado Polonês, reclamavam contra as consequências de tais erros e exigiam participar efetivamente da vida política da nação, para fazer avançar a democracia socialista, Porque, como reconheceu publicamente o atual primeiro secretário do Comitê Central do POUP, camarada Stanislau Kania: “Os graves erros cometidos na política econômica e na vida social constituíram a fonte principal da onda de greves.” (informe ao VI Pleno do Comitê Central).

Quais foram alguns desses erros? – A Polônia era um país agrário e sofreu enormes destruições com a guerra mundial e a ocupação nazista. Mas seus dirigentes quiseram transformá-la

rapidamente em grande país industrial, apelando para créditos no mundo capitalista. Basta dizer que sua dívida externa com os países imperialistas chegou, em 1890, a mais de 23 bilhões de dólares norte-americanos, dívida que, em relação à população, é na verdade maior do que a do Brasil, já que a população da Polônia é de apenas 35 milhões de habitantes. Parte considerável da renda nacional era dedicada a novas inversões e estas sempre nos setores produtivos, o que reduzia a parcela dedicada ao consumo da população, e tornava cada vez menor a parcela da renda nacional dedicada às inversões nos setores não-produtivos – hospitais, escolas, creches, sanatórios, etc.

De outro lado, como alimentar a população dos grandes centros industriais aceleradamente criados, se 80% da agricultura polonesa ainda não pôde ser coletivizada? Na verdade, ela se apoia na pequena propriedade. Basta dizer que 30% das pequenas propriedades tem de 0,5 a 2,5 hectares e outros 30% apenas de 2,5 a 5 hectares.

Mas o pior é que os trabalhadores não tinham condições de intervir na atividade política para modificar tão desastrosa orientação. Foi, pois, para fazer avançar a democracia socialista que se levantaram os operários poloneses que exigiam livrarem-se dos sindicatos oficiais e criar sindicatos livres, autogeridos, assim como das deformações burocráticas nos órgãos do Estado, na direção sindical e do Partido dirigente.

As reivindicações dos operários poloneses e sua posição política, que nada tem de contrário ao socialismo, está claramente exposta nos diversos itens do Acordo que assinaram com os representantes do governo em 31 de agosto, algumas semanas apenas após o início das greves.

No referido Acordo se reconhece a necessidade de aumentar salários de maneira gradual e a partir dos mais baixos. Afirma-se que o governo, após a necessária análise, apresentaria em 31 de outubro aos sindicatos o programa de aumento salarial e, a partir de janeiro de 1981, o programa salarial para o corrente ano, que deve basear-se numa política salarial que levará em conta, em primeiro lugar, os trabalhadores que tenham maior número de filhos. Ficou também decidido que serão fixados os preços dos artigos

essenciais de consumo popular, estabelecendo-se o controle de seus preços pelos trabalhadores, assim como o combate ao “câmbio negro”.

O governo ficou de apresentar, até dia 31 de dezembro de 1980, um programa que assegure um subsídio familiar para todos os trabalhadores, proporcional ao número de membros da família. O governo deve assegurar lugares nas creches e jardins de infância para os filhos dos operários. Até 31 de dezembro de 1980, as autoridades ficaram de apresentar o programa de melhoramento das condições de residência para os trabalhadores, de maneira a encurtar o tempo de espera de novos apartamentos. Afirma-se ainda no Acordo que, tendo em vista que a atividade dos sindicatos oficiais não satisfaz às reivindicações dos trabalhadores, serão organizados sindicatos novos, geridos por autênticos representantes da classe operária. Destaca-se, no entanto, que não é questionado o direito a cada trabalhador de permanecer filiado aos sindicatos oficiais. Acentua-se também que possa vir a ser estabelecida a cooperação entre os sindicatos já existentes e os novos.

O direito de greve será assegurado por lei a todos os sindicatos em atual processo de organização. Os novos sindicatos reclamam para todo o povo trabalhador os meios apropriados de participação na vida política nacional, inclusive no que tange ao plano de distribuição de renda nacional e no plano econômico e social do governo, assim como a livre manifestação de opiniões e de defesa dos interesses dos trabalhadores. Foi ainda acertado que oportunamente se decidiria a respeito da adoção do sábado sem trabalho ou de outra forma de encurtar a semana de trabalho, já se tendo chegado ao acordo nesse terreno: um sábado de trabalho para três sem trabalho, ou seja, à semana de 42 horas.

No que diz respeito aos sindicatos novos, de autogestão, acentuou-se que devem observar os princípios estabelecidos na Constituição da República Popular Polonesa. Os novos sindicatos defenderão os interesses sociais e materiais dos trabalhadores e não exercerão o papel de partido político e declaram estar de acordo com a propriedade social dos meios de produção, base do sistema socialista existente na Polônia. Os

novos sindicatos reconhecem que POUP exerce o papel dirigente no Estado e apoiam o sistema de alianças internacionais estabelecida pelo Estado polonês, que dizer, o Pacto de Varsóvia, o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME)

Embora concordando com a nova organização sindical, o governo polonês e POUP reconhecem o quanto é grave para o Estado socialista essa divisão do movimento sindical. Ao mesmo tempo que trata de corrigir os erros e deformações que se deram na direção sindical, no governo e na atividade partidária, os comunistas poloneses alertam a todos os trabalhadores para a atividade insidiosa dos inimigos do socialismo na Polônia, que procuram explorar o descontentamento dos trabalhadores para tentar desestabilizar o Estado e seu governo. Intensifica-se, pelo governo polonês, por isso, a luta contra as tentativas das forças reacionárias do mundo capitalista, que não poupam esforços para intervir nos assuntos internos da Polônia.

Na verdade, não deixa de ser estranho que a AFL-CIO norte-americana, conhecida pelo seu reacionarismo, chegue a entregar 200 mil dólares aos novos sindicatos “Solidariedade”, ao mesmo tempo que desenvolvem uma campanha sistemática dirigida aos milhares e milhares de trabalhadores poloneses que não se desligaram dos sindicatos oficiais e aos numerosos operários que tendem a eles voltar, receosos das ligações internacionais da nova organização “Solidariedade”, convencidos do esforço autocrítico do governo e dos dirigentes do POUP, esforço que vem assegurando a mais acertada solução para a crise polonesa. Essa atmosfera ganha as grandes concentrações operárias que, em numerosas reuniões, como no caso da grande cidade industrial de Katowice, em carta aberta, dirigem-se a todos os membros do POUP para dizer-lhes: “... exortamos à união em torno da plataforma política e ideológica do Partido, contra as forças que tendem ao retorno e reforçamento das velhas relações sociais, à união na luta pelo futuro socialista de nosso país, pela garantia das condições espirituais e materiais de vida e do desenvolvimento dos trabalhadores da Polônia.”

Enfim, a onda de greves na Polônia, mau grado os sérios prejuízos causados à economia do país, contribuiu para revelar,

mais uma vez, a força do socialismo, para desmascarar as manobras soezes dos provocadores de guerra e comprovar que o imperialismo já não faz tudo que deseja. Avança na Polônia a democracia socialista.

Fevereiro de 1981

COLUNA DO LEITOR DA VOZ
MAIS UMA ETAPA NO ACORDO DO COMITÊ CENTRAL COM
CHAGAS FREITAS

P. Andrade (Rio de Janeiro)

A política de conciliação de classes e traidora promovida pelo moribundo CC encontra relevante significado no Estado do Rio de Janeiro. Já não é mais segredo para ninguém o acordo firmado entre os CEs da antiga GB e do RJ, ora em processo de fusão, com o governador Chagas Freitas e seu herdeiro político, o deputado Miro Teixeira. O objetivo é a eleição para governador em 1982.

Desde a extinção do MDB que se iniciaram os entendimentos nesse sentido. No processo de reorganização dos novos partidos, no entanto, ainda não havia condições suficientes que permitissem aos CEs a transferência dos deputados eleitos pelos comunistas para o partido de Chagas. Naquele momento a reação das bases do PCB – ainda incertas quanto ao caráter oportunista e traidor do CC e seus CEs – seria imprevisível. Não obstante, o CE-GB orientou que um deputado federal e um presidente sindical, ambos sob influência do CC, viessem a se compor no PP. Ao mesmo tempo, o semanário “Voz da Unidade” iniciou uma série de artigos, cujo objetivo principal é o amaciamento ideológico dos militantes do PCB em relação ao chaguismo. Destacam-se nesta tarefa os colaboradores desse jornal Carlos Nelson Coutinho, Mário Patti e Rogério Gomes, embora desarticulados entre si.

Concomitantemente, uma série de entendimentos paralelos vão sendo articulados nas frentes de massa com o chaguismo. Já então o CE-GB deixa de ser o intermediário nas negociações e membros do CC assumem diretamente a função.

Algumas questões são acordadas entre as partes, ganhando destaque público o caso da Faferj. A Federação de Associações de Favelados do Rio de Janeiro enfrenta há algum tempo o golpismo chaguista que pretende empolgar a direção desta entidade através do conhecido pelego Souza. Usava, até então, o chaguismo, a Fundação Leão XIII como órgão coator sobre as lideranças populares das favelas do Rio. Mas, como o deputado Miro Teixeira encontrava uma forte resistência aos seus projetos caciquistas nas favelas, era necessário que seu intento se viabilizasse também a partir das próprias comunidades. Assim, tratou o CC de determinar aos camaradas favelados que passassem a entender-se com o pelego Souza. Para surpresa do CC, as bases das favelas não aceitaram o acordo espúrio e, ao contrário, repudiaram tal orientação. Independentemente do acordo ter sido concretizado ou não, ficou o alerta geral do ponto a que havia chegado a petulância da “direção” traidora.

Outros acordos vêm sendo firmados. Todos eles dirigem-se no sentido de preparar as bases para elegerem o deputado Miro Teixeira governador. O deputado chaguista sabe que se não obtiver o apoio de ao menos uma força de esquerda não se elegerá. O grande temor do deputado é o bloco das oposições – esquerdas, progressistas, liberais – que deverá enfrentar em 82, representado por um único candidato ao governo do Estado. Roberto Saturnino Braga e Leonel Brizola disputam, até agora, a preferência das forças políticas organizadas, e o chaguismo teria de contentar-se com sua própria capacidade de mobilização. Assim, dentro deste contexto, a cada dia estreitam-se os laços entre o CC e o PP fluminense. A tal ponto comprometeu-se Miro com os supostos “comunistas”, que deputados do PMDB eleitos com os nossos votos nomeiam funcionários para os órgãos públicos estaduais, como aconteceu recentemente no município de Campos – onde o Comitê Municipal é o único deste Estado que acompanhou as posições do CC traidor – e ainda no gabinete parlamentar de um dos “nossos” deputados.

Agora firmou-se mais um acordo. Já se sabe que o CC determinou aos deputados do PMDB sobre os quais tem influência que fortaleçam a candidatura de Roberto Saturnino

Braga (PMDB) e inviabilizam uma aliança com Leonel Brizola (PDT). Com isto, visa-se dividir os votos oposicionistas (em vez de lutar pela unidade das oposições para derrotar o chaguismo) e assegurar a eleição de Miro Teixeira para governador. Em contrapartida, o esquema chaguista assegura ao CC a eleição pela legenda do PP de quatro deputados estaduais e dois federais a serem indicados. Nos próximos meses deverá ser acertada a distribuição de algumas secretarias e órgãos da administração direta. Enquanto isso, prosseguirão os artigos de preparação psicológica na “Voz da Unidade”, que, aliás, como é sabido, continua nas bancas graças às generosas “doações” do deputado Miro Teixeira.

Os verdadeiros comunistas envergonham-se com as cartadas eleitorais dos “dirigentes” traidores. Sabem, no entanto, o quanto é precária a força real do Comitê Central. Na histórica luta que empreendemos pela derrubada desta direção indigna, que ainda resiste graças aos interesses da burguesia, cabe-nos a denúncia de todas as traições. Mais do que isso, entretanto, é hora de agir nas diferentes frentes de massa, consolidando em nosso Estado uma única candidatura efetivamente oposicionista ao governo fluminense, que se respalde em um programa democrático e popular, cuja sustentação política sejam as organizações de massa de nosso povo. Um governo, que permite o avanço rumo ao progresso e se sedimente em valores nos quais a participação dos comunistas verdadeiramente revolucionários esteja garantida através das conquistas realizadas.

NOTA: Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

I ENCONTRO ESTADUAL DE DIRETORES SINDICAIS DO CEARÁ

Em novembro de 80, realizou-se, em Fortaleza, o I Encontro de Dirigente Sindicais do Ceará, promovido pelo Centro Brasil Democrático, seção do Ceará. Dada a importância das resoluções aprovadas neste encontro, reproduzimos alguns trechos de seus documentos finais, publicados pela Frente

Sindical dos Trabalhadores Rurais e Urbanos no Ceará, organismo criado por ocasião deste conclave:

“O primeiro ponto a ressaltar neste Encontro é a sua marcante representatividade. Dele participaram mais de 100 delegados, entre dirigentes sindicais, trabalhadores de base e assessores sindicais, representando 30 sindicatos de trabalhadores rurais, 20 urbanos e duas federações (a dos trabalhadores na indústria e na agricultura). Nele se expressaram sem restrições as principais correntes do movimento sindical brasileiro combativo, que foram representadas por Paulo de Mattos Skromov, Manoel da Coinceição, Pedro Gomes Sampaio, Arnaldo Gonçalves, Pedro Andrade e Ricardo Zaratini.

“Em segundo lugar, o clima de cordialidade entre os delegados, as demoradas discussões em comissões e plenário e a votação quase sempre aclamatória revelaram uma prática invejável de democracia sindical, digna de exemplo para o movimento operário de todo o país.

“Contudo, o mais importante deste Encontro são as suas resoluções. Não só foi combatido o atrelamento do sindicato ao Estado e sua subordinação aos partidos políticos, como, coerente com isso e com a visão democrática e unitária do *Novo Sindicalismo*, pediu-se a revogação do Ponto V da CLT e a adoção de um Código de Trabalho, cuja elaboração deve ter a participação dos trabalhadores da cidade e do campo. Para enfatizar a democracia sindical, foi aprovada resolução defendendo a organização de comissões por local de trabalho, bem como a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a partir das bases e não por acordo entre cúpulas sindicais.

“A unidade sindical defendida pelo I Encontro não se confunde com algumas tentativas, hoje em moda no Sul do país, de prestigiar conhecidos pelegos, como Joaquim dos Santos Andrade, nem passa pela aceitação de todas as atuais direções sindicais como legítimas. Na verdade, a unidade sindical foi entendida pelo Encontro como a união dos trabalhadores contra o sindicalismo atrelado, contra o peleguismo e pela mais ampla democratização das decisões do movimento sindical.

“Por isso, recusou-se o programa da “Unidade Sindical” de São Paulo. A Frente Sindical dos trabalhadores Rurais e Urbanos no Ceará, organismo criado pelo I Encontro para coordenar as lutas sindicais no Estado, será integrado por dirigentes sindicais e trabalhadores de base livremente eleitos pela base. Naquelas categorias onde as direções não aceitem participar da Frente Sindical, as próprias bases elegerão, em assembleias democráticas e soberanas, seus representantes junto a ela. Assim, a legitimidade das direções sindicais se fará na luta cotidiana e não pelo simples fato de terem sido eleitas numa eleição controlada pelo Ministério do Trabalho.

“Um avanço fundamental foi a plena aceitação pelo I Encontro dos pontos de vista do *Novo Sindicalismo*, em especial a extensão ao terreno político do princípio da organização independente dos trabalhadores. O I Encontro defendeu a mais ampla liberdade de expressão e organização política para os trabalhadores na perspectiva da organização independente visando a sua libertação.”

“Também no tocante à questão democrática o I Encontro deu um passo à frente da oposição parlamentar ao definir a democracia que interessa às massas trabalhadoras da cidade e do campo. Não se trata mais de vagas “liberdades democráticas”, mas de uma democratização real do país, a fim de que os trabalhadores possam ter livre acesso aos meios de comunicação, usufruir da riqueza e da cultura nacionais sem restrições e “colocar o poder político a serviço do povo trabalhador”.

“Coerente ainda com o princípio da organização independente, que foi assumido em sua plenitude, o I Encontro formulou o que talvez tenha sido a mais ousada de suas conclusões: a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, não convocada pelo general Figueiredo, nem tampouco por um governo qualquer, mas sim por um governo que “seja resultado e expressão do movimento e da luta dos trabalhadores da cidade e do campo”.

“A luta por uma Constituinte dessa natureza necessariamente tem que se diferenciar da campanha de gabinete congressual feita pelos parlamentares liberais da

oposição. Tem que ser resultado da luta diária pela conscientização e organização independentes das massas trabalhadoras contra a exploração e a opressão patronais. Por isso mesmo o I Encontro aprovou uma resolução que () completamente o método de trabalho e nos distingue claramente dos liberais: conclamar todas as organizações de trabalhadores da cidade e do campo a convocarem *Assembleias Populares Municipais*, livres e democráticas, para discussão e encaminhamento das soluções dos problemas do povo trabalhador. Tais Assembleias devem ter o caráter de pré-constituintes e resultarem do trabalho unitário de todas as organizações comprometidas com o movimento operário-popular.

“Com essas decisões, o I Encontro não só inaugura uma nova e promissora etapa do sindicalismo cearense, como também apresenta soluções claras para o impasse político em que se encontra o movimento sindical brasileiro em sua caminhada rumo a uma sociedade igualitária, livre e fraterna, onde não haja explorados nem exploradores, dominados nem dominadores.

“As resoluções aprovadas no I Encontro são magnífica demonstração de que os trabalhadores da cidade e do campo no Ceará começam a caminhar com seus pés e pensar com sua própria cabeça.”

DIÁLOGO COM O GENERAL-DITADOR FIGUEIREDO?⁸

8 O texto originalmente foi reproduzido com diversas partes faltando, sendo publicado, corretamente, no *Voz Operária* de número 168. Optamos por reproduzir o texto completo intitulado *Diálogo com o General-Ditador Figueiredo?* no VO de número já citado, abaixo [N do E.].

25 DE MARÇO: O PCB COMPLETA 59 ANOS DE LUTAS PELOS INTERESSES DOS TRABALHADORES, PELAS LIBERDADES E POR TODAS AS CAUSAS JUSTAS DE NOSSO POVO.

Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário⁹

ORGANIZAÇÃO

O QUE SIGNIFICA, NAS CONDIÇÕES ATUAIS, CONSTRUIR UM PARTIDO NOVO, EFETIVAMENTE REVOLUCIONÁRIO?

Em sua “CARTA AOS COMUNISTAS”, documento que marca época no movimento comunista brasileiro, LUIS CARLOS PRESTES, ao referir-se à crise atual do PCB, destaca que *“para cumprir o papel revolucionário de dirigir a classe operária e as massas trabalhadoras rumo ao socialismo, é necessário um partido revolucionário, que baseado na luta pela aplicação correta conquiste o lugar de vanguarda reconhecida da classe operária. Um partido pela sua composição e pela sua ideologia, em que a democracia interna, a direção ideológica, política e orgânica construída na luta. Somos obrigados a reconhecer que este não é o caso do PCB.”*

Como também é assinalado na “CARTA AOS COMUNISTAS” e a prática o revela cotidianamente, as deformações existentes na vida orgânica do PCB são profundas: a ausência de democracia interna e os métodos mandonistas, o total desprezo pela direção coletiva – caracterizada pela planificação e o controle das resoluções tomadas pela maioria, o carreirismo e compadrismo, a falta de uma justa política de quadros, as intrigas e calúnias substituindo a prática

9 Este texto de Prestes abria o número 167 do *Voz Operária*. Por termos considerado um texto representativo das reflexões desenvolvidas por Prestes e por ter sido editado em diversos outros momentos, em outras publicações, acabamos separando-o, sendo reproduzido abaixo [N. do E.]

permanente do método da crítica e da autocrítica e muitos outros desvios do que deve ser a vida interna de uma organização efetivamente regida pelo princípio leninista do centralismo-democrático.

Deformações estas que, indiscutivelmente, “*não estão dissociadas dos erros e descias em nossa orientação política. Não se pode separar a elaboração de uma estratégia revolucionária da estratégia de construção de uma organização revolucionária. Ambas se condicionam reciprocamente. A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA É A CONDIÇÃO DA EFICIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO, E A ORGANIZAÇÃO É A CONDIÇÃO DA FORMULAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA CORRETA.*”

Seria, portanto, uma ilusão pensar que essas deformações poderiam ser rápida e facilmente superadas. O que a vida vem demonstrando é que mesmo entre os comunistas que atenderam ao apelo do camarada Prestes e estão, de uma forma ou de outra, buscando “*tomando os destinos do P. em suas mãos*”, os mesmos erros frequentemente se reproduzem com grande força. Ao mesmo tempo, fruto da própria situação de crise a que chegou o PCB, há uma carência enorme de quadros partidários preparados para assumir as tarefas de direção com um mínimo de eficácia e competência, o que deixa aberto um espaço propício à proliferação dos aventureiros e carreiristas.

Diante de semelhante situação, o desafio da construção de um Partido novo e efetivamente revolucionário passa, ao que tudo indica, como vem mostrando a própria prática, pelo desenvolvimento de um esforço coletivo em três direções principais: *o da elaboração de uma política correta, tanto em suas linhas gerais, como em seus aspectos concretos para cada setor do movimento de massas; o da aplicação dessa política no movimento operário, camponês, estudantil, etc; e, o da construção de núcleos de comunistas (desde bases até organizações de diversos níveis) estreitamente ligados a esses diferentes setores do movimento de massas.* O papel da VOZ OPERÁRIA consiste precisamente em ser o ORGANIZADOR COLETIVO (na expressão de Lenin) desses núcleos de comunistas.

Realmente, qualquer dos três aspectos citados estará fadado ao fracasso se não estiver estreitamente associado aos

outros dois. Assim, como a própria prática do PCB revelou, é impossível organizar um Partido efetivamente operário e revolucionário sem a elaboração de uma política correta. Ao mesmo tempo, a correção de uma orientação só pode ser testada no trabalho político junto às massas e, para que este trabalho tenha êxito, a organização é indispensável. Por outro lado, a atividade de massas calcada numa política justa permitirá a construção do Partido, de baixo para cima, a partir da estruturação de núcleos de comunistas aglutinados em torno da proposta política que deve ser levada ao movimento onde atuam. Neste processo, desde que os comunistas se empenhem para que suas bases e núcleos de diversos tipos de organização se organizem e funcionem de acordo com os princípios leninistas de organização, será possível formar quadros de novo tipo, verdadeiros líderes de massa e comunistas, que na sua atividade prática revelem capacidade e qualidades morais que os credenciam para serem eleitos para as direções partidárias.

Certamente, a vida é mais rica que qualquer esquema. E a própria atividade dos comunistas, propondo soluções para os problemas dos trabalhadores, contribuindo para sua mobilização e luta e, nesse processo, recrutando os melhores líderes para o Partido, organizando as bases e fazendo-as funcionar segundo os princípios leninistas de organização mostrará quais os caminhos para construir um Partido novo e verdadeiramente revolucionário.

*****GREGÓRIO BEZERRA*****

UMA VIDA DEDICADA A REVOLUÇÃO

No dia 13 de março o companheiro GREGÓRIO BEZERRA completa 81 anos de idade. Trata-se de uma personalidade que dispensa apresentações, pois é conhecido, admirado e querido, não só pelos comunistas, como também por todos os patriotas e democratas, pelo povo trabalhador e pelos mais diversos setores da vida nacional. GREGÓRIO é respeitado até pelos inimigos da classe operária e dos comunistas; é conhecido e admirado no exterior, onde sempre recebeu apoio e

solidariedade durante os dez anos em que se viu obrigado a viver exilado da sua pátria.

Na ocasião do aniversário GREGÓRIO, consideramos dispensável fazer um relato, mesmo que sucinto, de sua vida de comunista e revolucionário, de lutador incansável pelos direitos dos trabalhadores e do nosso povo. Recomendamos a todos os nossos leitores as “MEMÓRIAS” escritas pelo próprio GREGÓRIO. Obra de inestimável valor e importância na educação de novas gerações de comunistas, que revela, de forma simples e viva uma vida extraordinária, plena de luta, renúncia, abnegação, coragem e heroísmo.

Nesta oportunidade, em que BEZERRA completa mais um aniversário, queremos desejar-lhe muita saúde, felicidades e êxitos em sua luta árdua e difícil pelos interesses dos trabalhadores do campo e da cidade. Queremos também destacar um traço extraordinário do caráter de GREGÓRIO:

A HONESTIDADE REVOLUNIONÁRIA. Já com 80 anos, tendo dedicado toda sua vida à revolução e ao Partido, GREGÓRIO não vacilou em renunciar ao Comitê Central direitista e aliar-se às posições do camarada Prestes, expostas em sua “CARTA AOS COMUNISTAS”, quando teve oportunidade de verificar que essa direção havia abandonado os princípios revolucionários e enveredado pelo caminho da traição à classe operária e aos ideais socialistas, quando se deu conta que essa direção estava empenhada apenas na luta pela preservação de seus cargos e privilégios no Partido. Para GREGÓRIO, como para PRESTES e para todos os revolucionários, acima dos Estatutos e de quimeras do tipo “unidade em torno da direção” estão a revolução e os verdadeiros interesses dos trabalhadores.

Não temos dúvida, portanto que a vida de GREGÓRIO BEZERRA foi, é e será sempre, um belo exemplo a ser seguido pelos mais jovens. Exemplo de simplicidade e grandeza ao mesmo tempo, de disciplina consciente e rebeldia revolucionária, de firmeza e flexibilidade na luta pelos ideais que abraçou.

SAÚDE E VIDA PARA O COMPANHEIRO
GREGÓRIO BEZERRA

A Redação da Voz

*** ALGUMAS LIÇÕES DA GREVE NACIONAL DOS DOCENTES**
UNIVERSITÁRIOS *

A greve nacional dos docentes das Universidades Federais Autárquicas não refletiu apenas as precárias condições do ensino superior em nosso País. Não revelou apenas a agudização dos problemas educacionais, com o descaso governamental na solução de questões constantemente apontadas pelo movimento estudantil, pelo movimento de professores em todo o país, e até por autoridades educacionais. A organização do movimento dos professores universitários em todo país, e particularmente a greve nacional de novembro e dezembro do ano passado, trouxeram algumas experiências que se incorporaram ao cotidiano das lutas reivindicatórias de diversos segmentos de nossa sociedade.

O primeiro fato a se destacar é que a greve adquiriu um caráter nacional, com um elevado grau de combatividade e unidade em torno das reivindicações de: reposição salarial; reajuste semestral; envio ao Congresso Nacional do projeto de carreira do magistério que continha muitas reivindicações de carreira pleiteada pelos docentes; 12% do orçamento nacional para a educação (atualmente a percentagem é de apenas 4,3%); e, revogação da Lei nº6733 que fere ainda mais a autonomia das Fundações Universitárias em termos da escolha dos dirigentes universitários. Esta última reivindicação assumiu, para o conjunto de docentes, o caráter de luta pela democratização da vida universitária.

Os êxitos obtidos pela greve podem ser resumidos no fato de terem sido conquistadas algumas reivindicações (principalmente referentes à carreira do magistério), e de ter havido um significativo avanço no grau de organização e mobilização dos docentes. Fortaleceram-se as Associações de Docentes em casa Universidade, ampliaram-se os horizontes e a credibilidade da vida associativa em nível local e em nível nacional. Deve-se destacar o fato de que foi possível a organização do comando nacional de greve, composto de representantes eleitos em casa Universidade. Apesar de algumas deficiências apresentadas, este comando nacional, no

fundamental, apresentou aspectos positivos que contribuíram para alguns êxitos do movimento. Contribuiu para impedir que o governo isolasse as Associações de Docentes, através da negociação direta com as administrações universitárias. Em particular, no momento crucial da greve, o comando nacional soube caracterizar o fato de que, após a publicação do Decreto-Lei (que não era uma proposta de negociação por parte do governo, e sim um pacote baixado autoritariamente), o qual continha várias reivindicações com a continuação da greve. Por exemplo, a conquista de 12% do orçamento nacional para a educação e a revogação da Lei 6733, dependiam da mobilização de forças políticas e sociais bem mais amplas. Por outro lado, a conquista do restante das reivindicações e a eliminação dos pontos negativos e autoritários do decreto-lei, eram improváveis com a continuação do movimento grevista. O importante era, naquele momento, a saída organizada ad greve em cada Universidade e em âmbito nacional, quando o movimento ainda estava combativo e unido. Isto permitiria (e permitiu) o fortalecimento mobilizativo e organizativo das entidades dos docentes, para o prosseguimento posterior das lutas reivindicatórias, e para a luta pela democratização do sistema educacional e da Universidade em particular. Estas questões foram entendidas pela maioria esmagadora dos docentes em todo país, como ficou evidenciado nas resoluções da grande maioria das assembleias realizadas em todas as Universidades, para deliberação da continuidade do movimento. Isto mostrou um amadurecimento político do conjunto da categoria.

A elevada combatividade e unidade durante a greve, e o nível de mobilização e organização dos docentes em cada Universidade e em âmbito nacional, não se devem ao acaso. As reivindicações foram amplamente discutidas, debatidas e aprovadas em Assembleias Gerais nas diversas Universidades e em Encontros Nacionais, durante todo o ano de 1980. Fator importante foi a democracia interna em casa Associação de Docentes, com as resoluções sobre as reivindicações aprovadas em assembleias gerais. O mesmo acontecimento sobre as formas de encaminhamento do movimento, durante todo o ano letivo. Por outro lado a greve por tempo indeterminado não foi a

primeira forma de luta adotada pelos docentes. Durante todo o ano de 1980, em torno das mesmas reivindicações, houve várias paralizações de âmbito nacional, com o governo sistematicamente negando-se a dar qualquer resposta concreta aos docentes.

Durante estas paralizações por tempo determinado, acumularam-se experiências organizativas e políticas em âmbito local e nacional, com o governo sistematicamente negando-se a dar qualquer resposta concreta aos docentes.

Durante estas paralizações por tempo determinado, acumularam-se experiências organizativas e políticas em âmbito local e nacional. Ao mesmo tempo, forjou-se a aproximação do movimento de docentes com amplos setores da sociedade civil. Durante as paralizações, procurou-se o apoio político e a solidariedade, de entidades representativas de diversas categorias e de parlamentares de diversos partidos.

Nestas condições, do ponto de vista das reivindicações e da organização dos docentes, a greve foi apenas um momento do movimento que se alastrou por todo ano de 1980. Ao mesmo tempo, a prática democrática de tomada de decisões, prevaleceu durante a greve. As decisões não eram tomadas pelos comandos de greve locais ou pelo comando de greve nacional. Durante todo o desenrolar da greve, as assembleias gerais em casa Universidade eram a instância de decisão, respeitada por todo movimento.

A combatividade dos docentes, a universidade inequivocamente ampla em torno das reivindicações, o apoio de amplos setores da sociedade, permitiu que se rompesse, na prática, com a costumeira atitude do regime de acionar os dispositivos da Lei de Greve e da Lei de Segurança Nacional.

Um grande êxito político do movimento, em âmbito nacional, foi o fato de o governo que estava isolado diante dos acontecimentos, ter recebido os grevistas, mesmo que não tenha negociado com os mesmos. Apesar da saída autoritária do decreto-lei, foi possível romper, na prática, com as leis do regime, isolando o governo em sua atitude sistemática de reprimir os movimentos reivindicatórios, baseando-se nas leis de exceção. Este fato foi importante em termos da luta de todo o

povo por conquistas democráticas, e mostra que, quando bem preparados e conduzidos, os movimentos políticos e sociais podem obter êxitos e isolar o regime.

SUPLEMENTO
OS COMUNISTAS BRASILEIROS SAÚDAM O XXVI
CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO
SOVIÉTICA

Em nome dos comunistas brasileiros, o SECRETÁRIO-GERAL do PCB, o camarada LUIZ CARLOS PRESTES enviou ao XXVI Congresso do PCUS, realizado na última semana de fevereiro, em MOSCOU, a seguinte mensagem:

Queridos Camaradas!

Os comunistas brasileiros, certos de traduzir os sentimentos da classe operária e demais forças progressistas do Brasil, saúdam calorosa e fraternalmente os delegados ao XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética e, por intermediário deles, a todos os comunistas soviéticos e a todo povo da União Soviética.

Vosso XXVI Congresso constituirá, mais uma vez, acontecimento marcante na história da humanidade. Significará mais um passo decisivo na gloriosa caminhada da consolidação do socialismo avançado e da construção das bases materiais e técnicas da sociedade comunista, assim como na caminhada gloriosa da formação do homem comunista. Vosso XXVI Congresso tornará mais claro para os povos do mundo inteiro a crescente contradição entre o avanço incessante da economia socialista, livre de crises, de inflação e de falta de trabalho, e o que hoje se passa no mundo capitalista, cuja crise geral se acentua e se aprofunda, transforma-se na crise total do sistema capitalista – econômica, política, social, moral, ideológica e filosófica – levando ao desemprego crescente, à miséria e à fome de milhões de seres humanos.

Em vosso XXVI Congresso os povos da União Soviética terão ocasião de saudar as históricas vitórias das políticas de paz e de coexistência pacífica postas em prática, de maneira tão consequente, pelo glorioso Partido de LENIN e pelo governo soviético. Graças a essa política, apesar de todas as provocações, das tentativas feitas pelos inimigos imperialistas por voltar à política de “guerra fria”, por modificar a correlação de forças na arena internacional, foi possível salvaguardar a paz no mundo nos 35 anos já decorridos desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Para os povos que ainda lutam por libertar-se da opressão imperialista e da exploração capitalista, a realização vitoriosa de vosso XXVI Congresso constitui um momento propício à reflexão e ao estudo a respeito do papel histórico da União Soviética, como baluarte da paz no mundo e como apoio seguro à dura e difícil luta que os povos oprimidos sustentam contra a miséria, a fome e o atraso cultural, pela liberdade, pela completa independência nacional e pelo progresso social. É justamente a semelhante atitude da União Soviética que os imperialistas, com o sr. Reagan à frente, querem denominar de expansionismo soviético. Mas nossos povos cada dia melhor compreendem que é da União Soviética e de seus aliados do sistema socialista – e só deles – é que recebem o apoio e a ajuda generosa e desinteressada que lhes permitirá vencer todas as dificuldades e dar passos seguros no caminho do progresso social

Em nosso País, malgrado os relativos êxitos alcançado nos dois últimos anos, em particular com a concessão de uma anistia parcial aos presos, condenados e perseguidos políticos, são ainda de enormes proporções as restrições que dificultam as conquistas das liberdades democráticas e grande os obstáculos que se interpõem às relações de nosso povo com os demais povos, em particular com aqueles que já constroem o socialismo. Mas as ideias de Marx, Engels e Lenin vencem todas as barreiras opostas à sua difusão entre os trabalhadores, muito especialmente, dos êxitos dos que já constroem o socialismo, êxitos que atingem os corações e as mentes dos trabalhadores e contribuem decisivamente para elevar seu ânimo revolucionário

e sua consciência de classe. Apesar da crise que atravessa nosso Partido, crescem em suas fileiras os esforços no sentido da construção em nosso País de um verdadeiro partido revolucionário e internacionalista, que lute contra o oportunismo e suas consequências mais perigosas - a traição à classe operária e o anti-sovietismo. Para tanto, acentuamos o estudo da história do PCUS e das leis gerais da revolução, assim como da situação concreta em nosso País, a fim de vencer as tendências ao subjetivismo, ao dogmatismo e ao doutrinário, visando a alcançar e traçar uma estratégia e uma tática justas - o programa enfim do Partido, o caminho da revolução socialista nas condições específicas de nosso País.

Convencidos de que semelhante tarefa é exclusivamente nossa, de nossa exclusiva responsabilidade, estamos, no entanto, certos de que se torna para nós cada dia mais necessário estudar e refletir sobre a experiência de todos os partidos irmãos, muito especialmente de vosso Partido, como pioneiro na luta pela construção do socialismo e da nova sociedade comunista. Para semelhante estudo, estamos certos de poder contar com a inestimável contribuição dos comunistas soviéticos e de seus dirigentes.

VIVA O PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA E SEU
XXVI CONGRESSO.

SALVE A PAZ MUNDIAL!

VIVA A UNIDADE INTERNACIONALISTA DA CLASSE OPERÁRIA
E DE TODOS OS POVOS QUE LUTAM PELA PAZ NO MUNDO
INTEIRO!

LUIZ CARLOS PRESTES

**SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO:
*unir as oposições na luta pela derrota dos pelegos a
serviço da ditadura***

Como é do conhecimento geral, como o golpe militar reacionário de 1964 o movimento operário e sindical sofreu a maior derrota de toda sua história. Grande parte das diretorias sindicais foram destituídas, os sindicatos sofreram intervenção, com a nomeação de interventores designados pelo novo regime a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros. Isso ocorreu também no Sindicato dos Metalúrgicos de S.P., o maior sindicato de toda a América Latina. Somente em 66, quando, graças à repressão desenfreada dirigida principalmente contra o movimento operário e suas lideranças, a ditadura sentiu que podia “ganhar” as eleições, convocou-as, apresentando-se como candidato à presidência o ex-interventor em 64 no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, Joaquim dos Santos Andrade – o “Joaquinzão”. Desde então, com o respaldo do regime, ele tem se demonstrado imbatível: reelegeu-se por quatro vezes consecutivas.

Isso só foi possível devido à poderosa “máquina” do sindicato, que se encontra em poder de Joaquim, às vultuosas somas de dinheiro postas à sua disposição pelo Governo e pelos patrões, à repressão, à fraude nas eleições e ao nível insuficiente de consciência e de mobilização dos metalúrgicos da Capital, assim como a falta de unidade reinante entre as forças de oposição à diretoria pelega. É desnecessário insistir na importância do Sindicato dos Metalúrgicos de S.P.: *trata-se de uma categoria de pelo menos 350 mil trabalhadores, dos quais cerca de 70 mil associados ao sindicato, cuja receita mensal é de 30 milhões de cruzeiros.*

Não obstante a política assistencialista e de clientela promovida pela ditadura em relação aos sindicatos, da qual a diretoria de Joaquim é uma das expressões mais legítimas, como

o ascenso do movimento operário e o surgimento de novas e combatentes lideranças, principalmente a partir das greves de 78 no ABCD paulista, o desgaste dos pelegos começou a fazer sentir junto às massas de trabalhadores. Exatamente por isso, o Joaquinzão tratou de “modernizar” sua imagem, de criar os “Décio Malho” – caricatura do “João Ferrador” de S. Bernardo – como o objetivo de ludibriar os operários, assim como de usar a mais brutal violência contra eles, quando isso se faz necessário para impor a vontade dos pelegos. E tudo isso com a assessoria dos elementos traidores do Comitê Central do PCB e o apoio e a participação do MR-8, o que oferece a diretoria atual a vantagem de aparecer supostamente aliada às “esquerdas”.

Entretanto, nada poderá mascarar por muito tempo a verdadeira face dos pelegos: nem os rios de dinheiro que passam pelas suas mãos, nem o apoio dos oportunistas de todos os matizes, nem o empenho dos patrões e da ditadura. A verdade terminará por aparecer junto à grande massa de trabalhadores metalúrgicos da Capital paulista. Para estes, a evidência dos fatos está dirigida no sentido de favorecer os interesses patronais. Assim foi na campanha salarial de 79, quando Joaquim apostou no esvaziamento das oposições, não tomando nenhuma iniciativa para assegurar a vitória da greve de novembro, que sem o sindicato e sob forte repressão policial, fracassou, deixando para os operários mais uma vítima fatal: o líder metalúrgico *SANTO DIAS DA SILVA*. Assim foi também, no ano passado, quando das negociações salariais com a FIESP, em que o acordo firmado pelo sindicato e os empresários mostrou-se claramente lesivo aos interesses dos trabalhadores. E, não é demais lembrar, que para apressar a aceitação do acordo, o Joaquinzão não vacilou em usar a violência armada dos “décios malho” contra os operários e os elementos mais combativos da oposição.

Torna-se cada vez mais evidente para os trabalhadores conscientes o verdadeiro papel desempenhado por Joaquim e sua diretoria pelega: defender os interesses dos patrões e do regime ditatorial que oprime nosso povo há 17 anos. A única diferença é que hoje – frente ao avanço das lutas de massas – os pelegos são obrigados a usar outra linguagem e a renovar sua

imagem diante dos trabalhadores. Qualquer aliança com Joaquim e seus comparsas dignifica, portanto, contribuir, na prática, para o engano da classe operária e para a manutenção do regime a serviço dos patrões.

Justamente porque Joaquim à frente dos Sindicato dos Metalúrgicos de S.P. é importante para a própria sobrevivência do regime, a sua derrota significará um passo decisivo na luta pela derrocada da ditadura. O regime e os patrões não pouparão esforços para a reeleição do Joaquinzão, pela 5ª vez, nas eleições sindicais de junho próximo. Recentemente, uma publicação dos empresários revelava que a FIEPS garantiria um aumento melhor agora em março para os metalúrgicos da Capital, para que o Joaquinzão pudesse chegar às eleições de junho numa posição fortalecida. (Relatório Reservado”, nº750)

Diante de tudo isto, às forças de oposição só resta uma alternativa: A SUA UNIDADE NA LUTA PELA DERROTA DA DIRETORIA PELEGA. Com este objetivo, desempenhou um papel importante a formação do MOVIMENTO PRÔ-CHAPA ÚNICA DE OPOSIÇÃO e a elaboração do seu programa-mínimo, que, no processo de um prolongada discussão, levou à formação da CHAPA MAIS UNITÁRIA nas condições atuais, a chapa encabeçada por WALDEMAR ROSSI, contando com o apoio de forças significativas como a Pastoral Operária, o P.T. e independentes. Por outro lado, o deputado federal Aurélio Peres, numa atitude claramente divisionista apresentou uma chapa por ele encabeçada, que conta com o apoio do Jornal “Tribuna da Luta Operária”. Semelhante divisão conduzirá a categoria à derrota certa. Será, assim, assegurada mais eleição do Joaquinzão.

Para os comunistas que se alinham em torno das posições revolucionárias de LUIZ CARLOS PRESTES, dentro do quadro atual, só há uma alternativa:

A UNIDADE EM TORNO DA CHAPA WALDEMAR ROSSI PARA DERROTAR OS PELEGOS E, DERROTANDO-OS, INFLINGIR UM REVÊS A DITADURA.

Qualquer outra posição, neste momento, levará água para o moinho do inimigo. Está na hora, pois, de, colocando de lado os personalismos e a luta por cargos e postos, unir em torno

do fundamental: *uma chapa representativa das correntes mais expressivas que se aglutinam em torno de um programa mínimo de luta contra o peleguismo incrustado no Sindicato dos Metalúrgicos de S.P.* É indispensável, pois, que aqueles operários conscientes que, por um motivo ou outro, ainda apoiam a chapa divisionista de Aurélio Peres, renunciem a esta posição e venham engrossar as fileiras dos que se batem pela unidade das oposições, dos que entendem que a próxima eleição de junho será uma importante oportunidade de somar forças contra os pelegos, de avançar no caminho da formação de um sólido núcleo oposicionista entre os metalúrgicos da Capital.

PELA VITÓRIA DA CHAPA ÚNICA DE OPOSIÇÃO,
ENCABEÇADA POR WALDERMA ROSSI!

ABAIXO OS PELEGOS A SERVIÇO DA DITADURA!

- ECONOMIA -

*** CRISE SELVAGEM DE UM CAPITALISMO SELVAGEM ***

Não adiante mais tentar disfarçar a dura realidade. A crise econômica aí está, nua e crua, com suas consequências de desemprego, carestia e fome para camadas cada vez mais amplas da população trabalhadora.

O Governo adotou integralmente as receitas dos banqueiros internacionais e do seu sindicato financeiro – o Fundo Monetário Internacional (FMI) – aplicando um “tratamento de choque”, que assegura os objetivos de reorganização e fortalecimento do capital financeiro internacionalizado.

Em primeiro lugar – para, supostamente, conter a inflação e reduzir o déficit das contas correntes do país com o exterior – o Governo põe em prática uma série de medidas, cujos resultados anti-inflacionários e antideficitários nulos, são também proporcionais às consequências calamitosas que engendram para a maioria da população.

Assim, a “libertação” dos preços, que leva à aceleração dos aumentos, longe de estimular a visada reativação da produção industrial, aprofundada ainda mais a queda das

vendas e eleva a taxa de inflação, num grau recorde, a 130%, nos últimos 12 meses.

O alto nível de desemprego e as ameaças de novas demissões, conjugados com o amordaçamento das estruturas sindicais fascistas e com a repressão governamental, exercida sob a proteção da Lei de Segurança Nacional, estão sendo utilizados pelas grandes empresas para impor cortes brutais nos salários (uma média de 24% no caso da Volkswagen), para anular direitos já conquistados pelos trabalhadores e aplicar outras medidas que configuram uma verdadeira ofensiva revanchista da classe patronal contra o novo sindicalismo de classe.

É neste contexto que o Governo, atendendo às pressões das classes que representa, se dispõe a rever a política de reajustes semestrais de salários, substituindo-a pelas chamadas “negociações livres” entre trabalhadores e empresários.

O “tratamento de choque” para o problema do emprego é aumentar o desemprego, quando só para atender as novas demandas de emprego, o país teria que contar com uma oferta de 1,5 milhões de novos lugares por ano.

Junto a isto, o corte dos investimentos estatais (com 50 % dos investimentos totais, o Estado manipula, ao todo, 2/3 dos recursos financeiros do Brasil), além do corte dos créditos e do aumento dos juros (acima de 185% para os descontos de duplicatas em 60 dias de prazo), realimentam a inflação e revelam uma política claramente antipopular, uma política voltada para a diminuição dos empregos, uma política de arrocho salarial e de descapitalização das pequenas e médias empresas, que estimula, ao mesmo tempo, a concentração e a centralização do capital e das capacidades produtivas das grandes empresas, filiais ou associadas ao capitalismo monopolista internacional.

Servindo a esses interesses estreitos, o Governo dá prioridade às relações econômicas com o exterior; o ingresso de capitais e a captação de divisas são os principais referenciais dos atuais condutores da economia brasileira. Com esse objetivo, o Governo acelera as mini-desvalorizações (nos últimos meses, o cruzeiro perdeu 57% de seu valor em relação ao dólar), concede

o crédito-prêmio do IPI (devolução do Imposto sobre os Produtos Industrializados) e, principalmente, garante, com sua política classista, baixos custos através, sobretudo, do arrocho salarial e de outras medidas que beneficiam, em primeiro lugar, as grandes empresas estrangeiras ou as a elas associadas, que controlam a maior parte das exportações do país.

Entretanto, apesar de todo esse conjunto de medidas reguladoras, a inflação continua disparando para cima e o déficit das contas externas cresce. Isso acontece não só porque o projeto de intensificação das exportações entra em choque com o estreitamento dos mercados internacionais – consequência da crise capitalista mundial – como também devido às possibilidades limitadas de restringir as importações brasileiras, dado o nível e o tipo de industrialização que tem lugar no país. Com efeito, a forte dependência financeira, tecnológica, e energética e também do fornecimento de uma série de componentes básicos de meios de produção e de bens intermediários (os quais são, em parte, objeto de intercâmbio entre as unidades produtoras dentro das empresas internacionais) reduzem, cada vez mais, a margem de substituição de importações.

De pouco adiante, entretanto, denunciar a contradição existente entre os objetivos proclamados pelo Governo (contenção da inflação e redução do déficit da balança de pagamentos) e os instrumentos por ele acionados (liberação de preços, corte de crédito e dos investimentos estatais, aumento do desemprego e redução dos salários), que, além de agravar a inflação, aprofundam a miséria e os desequilíbrios sociais e regionais. Bem considerada, esta contradição é apenas aparente. E isso porque decorre logicamente dos interesses que são defendidos pelo Governo. E estes se encontram em total oposição às necessidades de sobrevivência de grandes segmentos sociais.

Por isso mesmo, politicamente não existe a opção entre “compromisso democrático” para alcançar uma alternativa econômica supermoderada – que aliás, nada teria de alternativa – e querer “radicalizar” (o fantasma que tanto perturba o sono dos autores da “Voz da Unidade”). Não é com figuras de retórica

a respeito do mínimo viável, mas com propostas reais que se poderá construir uma alternativa eficaz. A suposta “alternativa” proposta pela “Voz da Unidade” – (nº 49, p.7) – “minimizar a especulação financeira... intensificar os programas de energias alternativas... renegociar a dívida... cortes seletivos dos gastos públicos...” – em nada mudaria a situação. Semelhantes “reajustes”, basicamente quantitativos, se apoiam num pressuposto tão antigo, quanto falso. Trata-se do pressuposto de que existiria um capital nacional com capacidade de empreender um reajuste técnico, assim com, em certa medida, social, do modelo capitalista vigente.

Assim, na matéria acima citada da “Voz da Unidade”, seu autor apresenta uma versão atualizada da velha tese do nacional-capitalismo. De fato repete a ideia de Inácio Rangel, exposta na revista “Economia Política” nº1, quando afirma: “o capitalismo tardio e dependente do Brasil se distingue pela inexistência de fusão ou articulação estrutural entre o capital industrial e o bancário.” “No capitalismo monopolista – continua S.B.Vianna – a relação estrutural entre ambos é uma necessidade imperativa.”

Com esta contundente afirmação, o autor pretende, de passagem, dar uma nova “superada” na teoria leninista do imperialismo e, ao mesmo tempo, redescobrir a excepcionalidade do capitalismo nacional e as conseqüentes reservas para uma retomada da caminhada democrático-burguesa. Fácil demais para estar certo...

Se renunciarmos (e parece chegada a hora!) a semelhantes leituras dogmáticas e lineares dos textos dos clássicos do marxismo-leninismo e procurarmos seguir o método crítico aplicado pelos mestres (a análise concreta da realidade concreta), talvez obtenhamos melhores resultados ou ao menos, consigamos nos aproximar da realidade, com a seguinte explicação:

No capitalismo brasileiro, o mercado nacional – pela força da dependência monopolista e da correspondente internacionalização – não funciona como lugar de unificação social, como ocorre nos países do capitalismo maduro (de

maneira análoga, como o Estado e os partidos não são e não funcionam como lugar de unificação política).

Atualmente, a crise da economia capitalista e das formas de hegemonia mundial do capital financeiro atravessa uma fase de conflitos agudos, que explicam a virulência agressiva da administração Reagan, a tendência dos “falcões” a virar a mesa. Nestas condições, a instabilidade é a regra; nada aparece definitivamente consolidado na estratégia imperialista. Entretanto, a “grande empresa multinacional” atua, cada vez mais, como a estrutura de comando, como o centro que sateliza as múltiplas unidades produtivas espalhadas pelo mundo. Isto significa que os principais e decisivos movimentos de valores e capitais ocorrem cada vez mais pelos circuitos das multinacionais (sociedades industriais, comerciais, bancárias, etc.). Significa, também, que as relações entre as economias nacionais e a internacional se articulam entre os Estados e as multinacionais (basta lembrar as entrevistas recentes de Rockefeller, Ford. Jr., Agnelli e outros super magnatas das multinacionais com o Presidente e os principais ministros e representantes do capital associado brasileiro).

A industrialização substitutiva de importações levou a uma forma particular de inserção do Brasil na economia capitalista mundial: as empresas multinacionais sediadas no país passam a produzir aqui, produtos antes importados. Assim, foi conservada e reforçada a dominação do capital financeiro internacional. Com essa “interiorização” da inserção citada, partes essenciais, setores inteiros do sistema de reprodução da economia brasileira passaram a funcionar de acordo com a estratégia e as decisões dos centros dirigentes das multinacionais.

Nas fases de alta conjuntura do ciclo capitalista, as empresas de capital privado e estatal brasileiras pareciam gozar de autonomia ilimitada. Mas, na fase atual, crise profunda, manifestam-se estrangulamentos insolúveis e problemas próprios a uma industrialização incompleta e satelizada. Esta realidade básica está na origem das improvisações, das mudanças e das contradições da política econômica do Governo. Por exemplo, atualmente, defrontando-se com o desejo

impossível de compatibilizar a situação de fome de amplas massas com a necessidade de arregimentar votos para ganhar as eleições, o Presidente e os chefões do PDS prometem um “plano de emergência para subsidiar cinco ou seis produtos alimentares de primeira necessidade”.

A melhor forma de desmascarar essas manobras demagógicas é exigir o cumprimento imediato das promessas. Por exemplo, um programa de barateamento dos alimentos essenciais, da eletricidade, do gás e dos serviços de saúde. Com este objetivo é urgente dinamizar e coordenar todos os movimentos populares: o movimento contra a carestia, as reivindicações, nesse mesmo sentido, que levantam ou podem levantar os sindicatos, as organizações estudantis e os partidos políticos.

Só através dessa luta será possível derrotar os intentos do Governo e dos empresários de descarregar nas costas dos trabalhadores e das camadas médias todo o peso da crise. Além disso, isso será importante para reforçar a capacidade de resistência de todas as forças participantes, em particular, do novo sindicalismo, que vem sendo o alvo principal dos ataques da reação.

É dessa maneira que concebemos o caminho para formar a consciência, para aglutinar e organizar as forças sociais e políticas capazes de serem as verdadeiras alternativas à (des)ordem social e política reinante.

*** HOMENAGEM A LENIN ***

TRANCORRE NO DIA 22 DO CORRENTE MÊS ABRIL O 101º ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DE VLADMIR ILTCH LENIN. EM HOMENAGEM À SUA MEMÓRIA, PUBLICAMOS O SEGUINTE TRECHO DE ARTIGO “NOTAS DE UM PUBLICISTA”, EM QUE NOS MOSTRA O QUE DEVE SER UM COMUNISTA:

“... o homem que se proclama “sinceramente” comunista e que, de fato, em vez de seguir uma política de firmeza, de decisão inquebrantável, intrépida até o fim e heroica (a única política que concorda com o reconhecimento da ditadura do proletariado), vacila e amesquinha-se, um homem assim, com sua falta de

caráter, suas vacilações e sua indecisão, comete a mesma traição que o traidor franco e aberto. Num sentido pessoal, a diferença entre o que trai por fraqueza e o que o faz por cálculo e interesse é muito grande; mas em política não existe esta diferença, pois a política é o destino real de milhões de homens e este destino não muda pelo fato de que milhões de operários e camponeses pobres seja traídos por fraqueza ou por interesse.”

SALVE O 101º ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DE VLADIMIR ILITCH LENIN!

*** INTERNACIONAL***

**AS RESOLUÇÕES DO XXVI CONGRESSO DO PARTIDO
COMUNISTA DA URSS: CONTRIBUIÇÃO DECISIVA PARA A
PAZ MUNDIAL**

Contribuição decisiva para a paz mundial.

Na última semana de fevereiro realizou-se em Moscou o XXVI Congresso de PCUS, acontecimento internacional de maior importância. Os informes e resoluções aprovados pelos seus quase 5 mil delegados representando mais de 17 milhões de comunistas soviéticos, constituem, sem sombra de dúvida, uma contribuição decisiva para o fortalecimento da luta pela paz mundial. Reproduzimos alguns dos trechos mais importantes do informe das atividades do Comitê Central do PCUS, apresentando pelo camarada L.I. Brejnev ao Congresso.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL: um balanço positivo.

“No decurso dos últimos cinco anos, dez novos Estados conquistaram a independência na África, na bacia das Caraíbas e na Oceania, e imediatamente foram reconhecidos pela União Soviética. O nascimento da República do Zimbawe e a agudez que assumiu a luta de libertação na Namíbia e mesmo presentemente na República Sul-Africana, mostram eloquentemente que a dominação dos colonizadores e racistas “clássicos” está chegando ao fim” – declarou L. I. Brejnev.

“A luta revolucionária dos povos foi assinalada por novas vitórias, como o testemunham as revoluções na Etiópia, no Afeganistão, na Nicarágua e a derrubada do regime monárquico

e antipopular no Iran. Durante os anos 70, concluiu-se praticamente, a liquidação dos impérios coloniais” – indicou o orador.

“Os meios imperialistas pensam em termos de dominação e de constranger os outros Estados e os outros povos” – prosseguiu Brejnev.

“Os monopólios precisam de petróleo, de urânio e de metais não-ferrosos que pertencem a outros, e eis que os Estados Unidos proclamam que o Oriente Médio e o Oceano Índico fazem parte da sua esfera de “interesses vitais”. A máquina de guerra dos EEUU apareceu nestas regiões, onde se propõe ficar indefinidamente instalada. Já ocuparam a ilha de Diego Garcia no Índico, Oman e Quênia, a Somália, o Egito. De quem será a vez agora?”

“A fim de levar os outros a partilhar das suas despesas e assim sujeitar mais solidamente os seus parceiros da OTAN, os estrategistas de Washington queriam, visivelmente, arrastar dezenas de outros Estados para participarem nos seus preparativos militares, envolver o mundo na rede das suas bases e dos seus aeródromos.”

“Hoje, é claro que a aliança defensiva militar e política dos países socialistas serve fielmente à paz. Dispõe de tudo necessário para defender eficazmente as conquistas socialistas dos povos. E nós tudo faremos para que assim seja também no futuro!”

“O aventureirismo e a disposição de arriscar os interesses vitais da Humanidade para alcançar os seus próprios objetivos egoístas, são os aspectos que aparecem à nu na política dos meios mais agressivos do imperialismo. Com um desprezo total pelos direitos e aspirações dos povos, eles propõem, na verdade, lançar uma barreira na via das transformações sociais”, notou Brejnev.

A CRISE DO CAPITALISMO

“Nos últimos anos, tem-se assistido ao constante agravamento da crise geral do capitalismo. Esta é com certeza a terceira recessão econômica que o capitalismo conhece nos últimos anos” – disse Brejnev

Sobre a inflação, o secretário-geral do PCUS disse o seguinte:

“A inflação atingiu proporções sem precedentes. Ao tomarem medidas contra a inflação os governos burgueses agravam a estagnação da produção provocam desemprego e as contradições sociais, devido a isso, são consideravelmente agravadas.”

“As tentativas para atenuar a violência da luta de classes, através de algumas reformas sociais, não têm tido sucesso.”

ORIENTE MÉDIO

“É tempo de desbloquear a situação. É tempo de procurar coletiva e honestamente uma regulamentação geral numa base equitativa e realista”

“Isso é possível, por exemplo, no quadro de uma conferência internacional especialmente convocada para esse efeito.”

Ainda sobre o Oriente Médio, Brejnev informou que a União Soviética está pronta para participar nesses trabalhos, com boa vontade e com espírito construtivo.

“Estamos prontos a fazer todos os esforços com as outras partes interessadas – com os árabes, com Israel e, bem entendido, com a Organização de Libertação da Palestina.”

A REVOLUÇÃO IRANIANA

“A revolução do Iran é um acontecimento marcante da vida internacional” – afirmou Leonid Brejnev.

“Esta revolução tem um caráter particular e, apesar de toda a sua complexidade e das suas contradições é essencialmente uma revolução anti-imperialista, que os meios reacionários do interior e do exterior aspiram modificar.”

“O povo iraniano procura o caminho que o conduza à liberdade e à prosperidade. Nós desejamos-lhe, sinceramente, êxito nos seus esforços e estamos prontos a desenvolver com o Iran boas relações, baseadas nos princípios de igualdade de direitos e, principalmente, na reciprocidade.”

O GOLFO PÉRSICO

“Em lugar do envio de esquadras marítimas e forças aéreas, de tropas e armamentos cada vez mais numerosos nós propomos que se faça desaparecer toda a ameaça militar, concluindo-se um acordo internacional.”

“É possível instaurar-se nesta região, através de esforços conjuntos e tendo em conta os interesses legítimos de todas as partes, um clima de estabilidade e de tranquilidade.”

O AFEGANISTÃO

“A União Soviética está pronta a abordar a questão do Golfo Pérsico como problema independente. Está também pronta, naturalmente, a participar numa solução separada para a situação criada no Afeganistão. Mas não nos opomos a que estas questões sejam ligadas e discutidas conjuntamente.”

“Em qualquer dos casos, diga-se, só podem ser discutidos os aspectos internacionais do problema afegão e não os assuntos internos do Afeganistão. A soberania deste país deve ser integralmente respeitada, bem como o seu estatuto de Estado Não-Alinhado.”

“O imperialismo desencadeou uma verdadeira guerra não declarada contra a revolução afegã. Isso criou, também, uma ameaça direta à segurança da nossa fronteira meridional. Esta situação obrigou-nos a prestar a ajuda militar pedida por este país amigo.”

“Os desígnios dos inimigos do Afeganistão fracassaram. A política ponderada, respondendo aos interesses nacionais, que foi aplicada pelo Partido Democrático Popular e o governo do Afeganistão, dirigido pelo camarada Babrak Karmal, consolidou o poder popular.”

“No que diz respeito ao contingente militar soviético, nós estamos inteiramente prontos a retirá-lo, depois de chegar a um acordo com o governo afegão. Para isso, é preciso que cesse totalmente o envio de bandos contra-revolucionários para o Afeganistão. Isso deve ser fixado nos acordos entre o Afeganistão e os seus vizinhos. São necessárias garantias seguras de que não haverá nova intervenção. Tal é a posição de princípio da União Soviética e dela não abdicaremos.”

AS RELAÇÕES SOVIÉTICO-CHINESAS

“A experiência do desenvolvimento sócio-econômico da República Popular da China nos dois últimos decênios é uma dura lição, que mostra até que ponto pode conduzir o abandono dos princípios do socialismo, da sua essência, tanto em política interna como externa.”

“Os atuais dirigentes chineses qualificam, eles próprios, o regime instaurado no período da chamada revolução cultural, de “ditadura feudal-fascista das mais cruéis”. Nada temos a acrescentar a isso.”

“Processam-se, atualmente, mudanças na política interna da China, o tempo dir-nos-á qual é o seu verdadeiro significado. Mostrará em que medida a atual direção chinesa conseguirá ultrapassar a herança maoísta.”

“Atualmente, não se pode falar de uma melhoria da política externa de Pequim. Continua orientada para o agravamento da situação internacional e alia-se à política do imperialismo. Isso não levará, certamente, a China para uma via de desenvolvimento são. Os imperialistas não serão nunca amigos do socialismo.”

“Por detrás do desejo dos EUA, do Japão e de um certo número de países da NATO de ampliar as relações militares e políticas com a China, esconde-se um cálculo simples: utilizar a sua hostilidade para com a União Soviética, para com a comunidade socialista, nos seus próprios interesses imperialistas. É um jogo arriscado.”

“Mas, no que diz respeito ao povo chinês, estamos profundamente convencidos que a política de paz e só a política de paz e de relações normais com os outros Estados socialistas responderá aos seus verdadeiros interesses.”

RELAÇÕES SOVIÉTICO-AMERICANAS

“Nas nossas relações com os Estados Unidos, mantivemos, nestes anos, tal como anteriormente, uma política construtiva e de princípio. Infelizmente, a anterior administração de Washington, não pretendia desenvolver as

nossas relações, nem a compreensão mútua. Tentando fazer pressão sobre nós, tentou arruinar tudo o que se tinha conseguido com tanto esforço, o que se tinha criado de positivo nas relações soviéticos-americanas ao longo dos anos precedentes.

“Assim, as nossas relações bilaterais regrediram numa série de domínios. A entrada em vigor do SALT-2 foi bloqueada. Em certas questões da limitação dos armamentos, como a redução dos fornecimentos de armas a terceiros países, os Estados Unidos romperam unilateralmente as negociações que tinham sido iniciadas.”

“Assiste-se a um aumento sem precedentes das despesas militares. Nos Estados Unidos, elas atingem 150 bilhões de dólares por ano. Mas até esta soma astronômica não satisfaz o complexo industrial-militar, que reclama mais e mais. Cedendo às exigências de Washington, os seus aliados na OTAN (alguns, é verdade, contrariamente) comprometeram-se a aumentar automaticamente os créditos militares até o final do século ou pouco antes.”

“Infelizmente, depois da mudança de direção na Casa Grande, continuaram as declarações e apelos francamente belicosos, que se diriam especialmente destinados a envenenar a atmosfera das relações entre os nossos dois países. Gostaríamos, no entanto, de esperar que aqueles que determinam hoje a política da América saibam finalmente ver as coisas sob um prisma mais realista. O equilíbrio militar e estratégico que se instaurou entre a URSS e os EUA, e a Organização do Tratado de Varsóvia e a OTAN, contribuiu objetivamente para a manutenção da paz no nosso planeta. Nunca procuramos a superioridade militar sobre a outra parte. Tal é a nossa política. Mas, também, não permitiremos que se crie uma tal superioridade ou que nos falem a partir de posições de força que são absolutamente sem perspectiva.”

DEFENDER A PAZ

“A limitação dos armamentos estratégicos e a sua redução tem uma importância vital. Estamos prontos da nossa parte, a prosseguir, imediatamente, as negociações com os

Estados Unidos, preservando tudo o que se positivo foi realizado neste domínio. As negociações, é óbvio, só podem ser realizadas na base de igualdade e da segurança idêntica para ambas as partes.”

“Os povos devem saber a verdade sobre as consequências desastrosas que teriam para a Humanidade uma guerra nuclear. Propomos, por isso, que seja criado um comitê internacional qualificado, que demonstrasse a necessidade vital de impedir uma catástrofe nuclear. Deste Comitê, poderiam fazer parte os cientistas mais destacados dos diferentes países e o Mundo inteiro deveria ser informado das conclusões a que eles chegassem.”

“Parece-nos útil que se convoque uma sessão especial do Conselho de Segurança, com a participação dos dirigentes supremos dos Estados membros do Conselho a fim de procurar os meios capazes de sanar a atmosfera internacional e impedir a guerra. Nesta sessão poderiam, igualmente, participar, se o desejassem, os dirigentes de outros Estados.”

O secretário-geral do CC do PCUS exprimiu a seguir a vontade da União Soviética de negociar a limitação do desenvolvimento dos submarinos americanos do tipo “Ohio” e dos seus homólogos soviéticos. “Propomos que seja proclamada, desde agora, uma moratória referente ao desenvolvimento na Europa de novos mísseis nucleares de médio alcance dos países da OTAN e da URSS.”

Leonid Brejnev traduziu, ainda, “a vontade da URSS em alargar as medidas de confiança no domínio militar, aplicadas por decisão da Conferência Europeia a todo o território europeu da URSS, na condição de ser alargada de modo correspondente pelos Estados ocidentais a sua zona de aplicação de medidas de confiança.”

E, concluindo o capítulo internacional do seu relatório, disse Brejnev:

“Salvaguardar a paz: não existe atualmente tarefa mais importante no plano internacional para o nosso partido e o nosso povo, assim como para todos os povos do planeta.”

BALANÇO DO 10º QUINQUÊNIO

“Os resultados do desenvolvimento da economia nacional confirmam, sobejamente, a justeza da estratégia econômica do partido. O país progrediu sensivelmente em todos os domínios onde se cria a base material e técnica do comunismo... A força econômica do país é uma garantia de novos progressos na edificação do comunismo.”

Ao fazer o balanço do último decênio, o orador citou em especial as seguintes cifras: o produto social bruto aumentou 67% entre 1970 e 1980 a produção industrial 78%, a produção agrícola 23% e o comércio varejista 70%.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Em relação ao 11º quinquênio (1981 1985), Brejnev sublinhou, em particular:

“O principal objetivo do 11º quinquênio consiste em elevar o nível de vida dos soviéticos na base de um desenvolvimento estável da economia, da aceleração do progresso técnico-científico, da intensificação da economia e de uma utilização mais racional do potencial de produção do país, da economia máxima de todos os tipos de recursos e de melhoramento da qualidade de trabalho.”

Concluindo, Leonid Brejnev, disse: “O nosso objetivo é grandioso: o comunismo. Cada êxito no trabalho, cada ano de realizações heroicas, cada quinquênio nos aproxima mais deste objetivo. É sob este ponto de vista que o partido aprecia, igualmente, o próximo quinquênio. Temos muito que fazer. Precisamos resolver problemas importantes e complicados. E o conseguiremos.”

“Sim, os soviéticos encaram com segurança o futuro. Mas o seu otimismo nada tem a ver com a presunção de uma criança estragada pelo mim. O nosso povo sabe que tudo o que possui foi criado pelo seu trabalho e defendido pelo seu sangue. Somos otimistas porque temos confiança no nosso partido, porque sabemos que o caminho que ele traçou é o único justo!”

DIÁLOGO COM O GENERAL-DITADOR FIGUEIREDO?¹⁰

Em Lisboa, o General-ditador que governa o Brasil, diante da descortesia cometida pelo Itamarati de não incluir os parlamentares do Partido Comunista Português na lista de convidados à recepção com que o visitante homenageou o Presidente Ramalho Eanes, e premido pelas perguntas dos jornalistas, pronunciou mais uma de suas frases de efeito: “Não sou um anticomunista; sou contra os comunistas, porque não aceito o regime comunista”. E acrescentou que estaria disposto a dialogar inclusive com o próprio Partido Comunista.

Isto bastou para que os oportunistas de direita do atual Comitê Central do PCB ficassem entusiasmados e começassem a arrumar as malas para decolar rumo ao Planalto, sonhando com um encontro com o ditador. Choveram declarações à imprensa de Giocondo Dias. Hércules Correia e José Salles. Todas elas de louvores à atitude do Sr. Figueiredo, chegando, mesmo, Giocondo Dias a considerar “um fato novo” a declaração do Presidente de que algumas de suas ideias coincidem com as dos comunistas.

Entretanto, os próprios comentaristas da imprensa burguesa ironizam a respeito da “ingenuidade” dos supostos dirigentes comunistas de prepara-se para tentar o diálogo com o Presidente. Como destaca um desses comentaristas, *“a declaração de Lisboa, que tanto barulho gerou, é indicativa do período de anarquia verbal que o país vive. Como as instituições são débeis, as leis sinuosas e os compromissos ideológicos voláteis, só restam as palavras, que a cada dia adquirem significados diversos. O General Figueiredo é anticomunista, faz tudo o que lhe é possível para atrapalhar a vida do Partido Comunista e, pelo que se pode prever, passará os próximos anos fazendo exatamente a mesma coisa que, de resto, faz há várias décadas... O atual Governo... ainda não aprendeu a conviver sequer com um PC legal como o de Portugal. Ainda falta muito*

10 Este texto havia sido publicado de forma incompleta no *Voz Operária* de número 166, conforme aludimos anteriormente. Seguimos agora com a reprodução completa. No documento original, encontra-se esta errata e em seguida o texto [N. do E.]

para um Partido Comunista legal em território brasileiro, ou, pelo menos na parte do território que está fora da jurisdição das autoridades carcerárias” (JB, 6/2/81).

O ridículo a que não tiveram vergonha de expor-se os atuais dirigentes do PCB, demonstra, mais um vez, a essência da sua política: uma política de conciliação de classe, de capitulação diante da ditadura que oprime o nosso povo já quase 17 anos, uma política de traição aos interesses da classe operária e dos trabalhadores. Esses pretensos dirigente “esqueceram” que estamos vivendo sob a vigência da Lei de Segurança Nacional e que inúmeros patriotas e democratas se encontram sob a ameaça de condenação de acordo com os artigos deste código fascista de repressão, “esqueceram” que o PCB e outros partidos de esquerda não foram legalizados, “esqueceram” e traíram a memória de todos aqueles que foram sequestrados, torturados e assassinados por esta ditadura sanguinária.

(Hércules Correia chegou a afirmar que “O que aconteceu ontem não importa mais”.)

Como assinalou o Secretário-Geral do PCB, o camarada Luiz Carlos Prestes, “os homens a gente conhece não pelo que dizem, mas pelo que fazer. A posição do presidente Figueiredo está em contradição com toda a sua prática em dois anos de governo”. Mais adiante, Prestes destacou que a Lei de Segurança é o maior obstáculo para a legalização do PCB e que esta “será conquistada pelas massas, não será um favor do governo”.

Da mesma forma, Gregório Bezerra, que renunciou ainda no ano passado ao CC traidor e se colocou ao lado das posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes, considerou contraditórias as declarações do general-ditador de que não é anticomunista. Sobre a hipótese de um diálogo entre os comunistas e o Governo, ele a considerou impossível, “porque se o Presidente quisesse dialogar conosco, teria primeiro de permitir a legalização do PCB”. Sobre as declarações de Hércules Correia, Gregório disse francamente: “O hércules tem uma tendência muito adocicada e eu estou farto de água com flor de laranja na direção do Partido. Estão iludidos os que pensam que o Presidente Figueiredo vai legalizar o PCB”.

***COMEMORADO NO RIO O 59º ANIVERSÁRIO DO PCB*
com um ato em homenagem aos 81 anos de GREGÓRIO
BEZERRA**

Com o 9º andar da ABI lotado, teve lugar, no Rio de Janeiro, no dia 26 de março, memorável ato público, em que não obstante a clandestinidade que lhes é imposta pela ditadura, os comunistas, seus amigos, simpatizantes e democratas, comemoraram o 59º aniversário do PCB. Ao mesmo tempo, foi homenageado o destacado militante do Partido, GREGÓRIO BEZERRA, que havia completado 81 anos no dia 13 de março.

Compareceram ao ato numerosos representantes de sindicatos operários, de associações de moradores de bairros e de favelas, dos movimentos de negros, mulheres e jovens, de diversas entidades estudantis, inúmeras personalidades da vida política e cultural da nação. GREGÓRIO BEZERRA recebeu uma emocionante homenagem do público presente, que o aplaudiu de pé, durante vários minutos. Da mesma forma foi o entusiasmo do público ao ser anunciada a presença do secretário-geral do PCB, o camarada LUIZ CARLOS PRESTES. Fizeram uso da palavra a presidente do Movimento Negro Unificado, LÉLIA GONZALES; o representante da FAFERJ, OLIVEIRA; o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, ROSALVO CONSTÂNCIO; o professor NELSON WERNECK SODRÊ; o presidente do PT no Rio de Janeiro, o DEPUTADO JOSÉ EUDES; representante do PMDB, o DEPUTADO RAYMUNDO DE OLIVEIRA; o presidente da UEE do Rio de Janeiro; o conhecido dirigente comunista, AGLIBERTO AZEVEDO; e, finalmente, LUIZ CARLOS PRESTES, que falou sobre a vida de Gregório, sobre o passado do PCB e deteve-se na análise da atual situação política nacional. Prestes deu especial destaque, em seu discurso, à necessidade de organizar as massas e mobilizá-las na luta pelas liberdades democráticas e, em particular, pela revogação da Lei de Segurança Nacional.

Encerrando o ato, Gregório, novamente aplaudido, agradeceu as homenagens que recebera, pronunciando um discurso autenticamente revolucionário.

Merecem destaque, além das já citadas, as seguintes personalidades presentes: o arquiteto OSCAR NIEMEYER; o coronel ARISTIDES LEAL; o escritor EDMUNDO MUNIZ; os deputados cassados e atuais membros do PDT, JOSÉ GOMES TALARICO e o Dr. ADÃO PEREIRA NUNES; o presidente do CONSPLAN, professor BAYARD BOITEUX; o maestro JOSÉ SIQUEIRA; o jurista Dr. AGUIAR DIAS; a juíza do trabalho, Dr. ANA ACKER; o compositor e cantor TAIGUARA, e muitas outras personalidades e a presença marcante, apesar do horário em que foi realizado o ato (17,30 às 19 hs.) de grande contingente da classe operária e de trabalhadores, do Rio, de Niterói e outros municípios.

*** PRESTES EM SANTOS ***

Convocado por uma Comissão constituída por ARNALDO GONÇALVES, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; BERNABÉ MANUEL, Presidente do Sindicato do Trigo; APARECIDO LINO DO PRADO, Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos; SÉRGIO MARTINS DE ASSIS, Presidente da PAGOS; MOAVIR DE OLIVEIRA, vereador do PMDB; MARCO ANTONIO CAMPANELLA, representante do jornal HORA DO POVO; OSNÍ NERI, Ex-Secretário dos Empregados na Administração Portuária e VITALINO F DE SOUZA, ex-presidente do Fórum Sindical de Debates, realizou-se na cidade de SANTOS, em 29 de março último, um grande ato público que contou com a presença do camarada LUIZ CARLOS PRESTES.

Saudado por diversos oradores, Prestes, então vivamente aplaudido, teve ocasião de fazer uma exposição sobre a atual situação do País e da atividade dos comunistas, sendo numerosas vezes interrompido por entusiásticos aplausos. Antes de encerrar o Ato, que teve a presença de mais de 600 aplausos. Antes de encerrar o Ato, que teve a presença de mais de 600 pessoas. Prestes ainda respondeu, por mais de uma hora a diversas perguntas do auditório.

Prestes pronunciou-se, principalmente, pela necessidade dos trabalhadores e seus dirigentes intensificarem esforços pela organização, mobilização e unidade dos trabalhadores, na luta

pelas liberdades democráticas, em primeiro lugar pela revogação da Lei de Segurança Nacional.

Entre as personalidades presentes ao Ato, é de destacar, além de numerosos dirigentes sindicais da Baixada Santista, de grande número de jovens trabalhadores e estudantes, a do conhecido combatente pela democracia Dr. RAFAEL SAMPAIO, que fez questão de ser o primeiro a felicitar Prestes pela oração pronunciada.

**ELEIÇÕES DE 1982: PARTICIPAR DO PROCESSO
ELEITORAL PARA INFLIGIR NOVA DERROTA À DITADURA E
CONTRIBUIR PARA O AVANÇO DAS LUTAS POPULARES.**

Numa época em que tanto se fala no “caminho parlamentar” ou “eleitoral” para consolidar a democracia e até mesmo para chegar ao socialismo, é bom lembrar que, para os marxistas-leninistas, a participação nos parlamentos burgueses constitui apenas uma das formas de luta a serem utilizadas pelo proletariado e pela sua vanguarda no processo de acumulação de forças e preparação das massas para a revolução social. Lenin combatia com energia tanto aqueles que desprezavam a participação dos comunistas nos parlamentos burgueses (“enquanto não tendes força para dissolver o parlamento burguês e qualquer outra organização reacionária, vossa obrigação é atuar no seio dessas instituições, precisamente porque ainda há nelas operários embrutecidos pelo clero e pela vida nos rincões mais afastados do campo”), como os que esqueciam “o caráter historicamente limitado e condicional que tem o parlamento burguês”.

Para os marxistas-leninistas, trata-se de saber combinar, de acordo com as condições históricas concretas de cada momento, a atuação parlamentar com as outras formas de mobilização e participação do movimento operário e popular. E a experiência brasileira revela que as eleições são momentos de importante mobilização política das massas, não obstante as imensas restrições à democracia que sempre existiram em nosso país e que as fazem particularmente presentes sob o atual regime ditatorial. Entretanto, trata-se de não se deixar fascinar pelo eleitoralismo, ou seja, pela ideia de que através fundamentalmente da participação nas eleições e posteriormente nas câmaras e assembleias legislativas seria possível conquistar a democracia e até mesmo avançar rumo ao socialismo. E esse eleitoralismo está profundamente arraigado em vastos setores das oposições e até mesmo das “esquerdas” em nosso país. A própria concepção da chamada “revolução

nacional e democrática”, ainda hoje defendida pelo CC do PCB, leva atualmente às ilusões com o caminho parlamentar e com a “democracia burguesa”, a uma falsa visão de que exclusivamente através do processo eleitoral a classe operária poderá alcançar grandes vitórias. É este o caminho certo da capitulação diante da burguesia, o caminho do reformismo no movimento operário.

Sabemos que só as massas organizadas e conscientizadas na luta por suas reivindicações imediatas e pelos objetivos revolucionários – que só podem ser hoje os da revolução socialista – serão capazes de assegurar a efetiva democratização da vida nacional e um real avanço no sentido das profundas transformações sociais que se fazem necessárias. A atividade dos comunistas, conseqüentemente, deve estar voltada em primeiro lugar para a busca das mais variadas formas e meios de contribuir para essa organização e conscientização das massas trabalhadoras e populares.

Nesse sentido, as conquistas democráticas que foram arrancadas com tanto esforço do regime ditatorial (que o Governo tem interesse de apresentar como uma “abertura” por ele concedida) criaram um clima mais favorável no país para o desenvolvimento dessa atividade de organização e educação política dos diversos setores de nosso povo. Indiscutivelmente, nos últimos anos, tem se desenvolvido a tendência à organização dos mais diferentes movimentos populares, tanto através dos sindicatos urbanos e rurais, como de associações e comunidades, incluindo as CFB’s.

Seria necessário insistir na importância de os comunistas intensificarem sua participação nesses movimentos. Isto é por demais sabido. O grande desafio é passar das palavras aos atos, é vencer a barreira do comodismo e do fascínio pelas “soluções” fáceis, cupulistas e, em particular, eleitoreiras, é superar a ilusão de que as eleições poderão constituir o caminho certo para a democracia no país, prescindindo-se assim, de uma efetiva participação das organizações populares.

No momento atual, diante da perspectiva eleitoral prevista para 82, seria cair no mais falso eleitoralismo, privilegiar a campanha eleitoral, abandonando a luta imediata

pelas reivindicações mais sentidas das grandes massas trabalhadoras: CONTRA O DESEMPREGO E A CARESTIA DE VIDA. Como dizíamos no editorial do nº 171 da VO, “estas bandeiras – que incluem a reivindicação do congelamento dos preços de artigos de primeira necessidade, dos alugueis residenciais, da luz elétrica e do gás de cozinha, dos transportes, assim como a ampliação e a gratuidade dos serviços de saúde e de instrução pública – aliadas a exigência da revogação da Lei de Segurança Nacional (verdadeiro código de opressão fascista utilizado principalmente contra os trabalhadores sempre que estes vão à luta pelas suas justas reivindicações), são as que vêm permitindo algumas vitórias importantes àquelas lideranças (sindicais) que as levantam na prática”.

Essas bandeiras de luta foram aprovadas na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT, realizada em agosto último, quando foi decretado o Dia Nacional de Luta para o 1º de Outubro deste ano. Como é sabido, nesse dia houve manifestações em todo o país e foi entregue uma pauta de reivindicações aprovadas na CONCLAT ao Governo, sendo que este recusou-se, nessa ocasião, a receber os membros da Comissão Executiva da pró-CUT, eleita na CONCLAT, revelando, claramente sua disposição de não ceder diante das reivindicações dos trabalhadores. Aproxima-se agora o dia 16 de Novembro, fim do prazo para que o Governo dê uma resposta a estas reivindicações. Trata-se, pois, de cumprindo as decisões do plenário da CONCLAT, intensificar a atividade preparatória da concentração em Brasília de caravanas organizadas pelos Estados para esse dia e, em caso de resposta negativa do Governo, intensificar o processo de preparação da greve geral, conforme decisão também da CONCLAT.

Para os comunistas, toda essa importante atividade de massas em torno dos problemas concretos que mais afligem nesse momento os trabalhadores, não está dissociada da intensa participação da campanha eleitoral que se aproxima. A experiência de eleições anteriores, principalmente das de 78, revela claramente que os candidatos mais votados foram justamente aqueles mais comprometidos com as causas populares. Certamente, isso será mais válido ainda para as

próximas eleições, quando o extremo agravamento da crise econômica, com suas terríveis consequências de desemprego e fome para milhões de trabalhadores, determinará que estes se revelem cada vez menos inclinados a comover-se com os discursos pseudo-democráticos, que não enfrentam os reais problemas do povo.

Trata-se, portanto, de contribuir ativamente para a vitória daqueles candidatos dos partidos efetivamente de oposição (PMDB, PDT e PT) que se dispuserem a levantar as bandeiras mais sentidas pelos trabalhadores, infligindo mais uma derrota eleitoral à ditadura e a seus propósitos de, através de uma reforma eleitoral extremamente excludente e reacionária, dividir as oposições. Diante do agravamento drástico da situação social no país a derrota do regime nas eleições de 82 deve ter um caráter de avanço das forças oposicionistas mais comprometidas com as causas populares e com a luta contra a política econômica do regime, a serviço do capital monopolista nacional e estrangeiro.

Certamente entre as forças oposicionistas mais comprometidas com os anseios dos trabalhadores estão os comunistas que vêm se organizando em torno das propostas políticas de Luiz Carlos Prestes e da Voz Operária. Na medida em que as forças democráticas em nosso país ainda não puderam conquistar o direito de organização política legal para os comunistas, estes postularão pelo direito de obter legenda eleitoral junto aos partidos de oposição, como aliás, já é tradição no país. Como diz o camarada Prestes em sua NOTA distribuída à imprensa no dia 2 de novembro último e que reproduzimos nas páginas deste número da VO, “enquanto persistir esta discriminação odiosa em relação aos comunistas, reveladora do caráter ditatorial do regime sob o qual ainda vivemos, continuaremos lutando pelo direito a concorrer a cargos eletivos pelas legendas dos partidos oposicionistas que realmente assumirem uma postura democrática, como, aliás, ocorreu inúmeras vezes, a partir de 1947 quando o PCB teve se[u] registro eleitoral injustamente cassado”.

Para os comunistas trata-se, pois, não de aderir pura e simplesmente a este ou aquele partido de oposição, nele

dissolvendo-se e abdicando de seus objetivos revolucionários, mas de participar do processo eleitoral encontrando as formas concretas de articular esta participação com as lutas dos diversos setores do movimento popular. Trata-se também de combater o anticomunismo ainda presente em nossa sociedade, lutando não só pela legalidade para o Partido Comunista, como pelo direito dos comunistas a concorrerem a cargos eletivos pelas legendas dos partidos de oposição, para cujas vitórias sempre contribuíram ativamente.

“Um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e cima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e aspirações dos trabalhadores. E no Brasil atual, a classe operária está dando provas, cada vez mais evidentes, de que não está mais disposta a aceitar a ‘democracia’ que sempre lhe foi imposta pelas elites e pelas classes dominantes. Os trabalhadores estão passando a exigir sua participação efetiva em um novo regime democrático a ser construído com o fim da ditadura, o que significa que lutarão por uma democracia em que tenham não apenas o direito de eleger representantes ao parlamento, mas lhes sejam assegurados melhores salários e condições mais dignas de vida, em que seus direitos sejam uma realidade e não apenas uma ficção. E o dever dos comunistas é dirigir essas lutas dos trabalhadores, contribuindo para sua unidade, organização e conscientização, mostrando-lhes que é necessário caminhar para o socialismo, única forma de assegurar sua real emancipação.”

Trecho da “CARTA AOS COMUNISTAS”
de LUIZ CARLOS PRESTES

* PRESTES RESPONDE AO PT *

A NOTA do camarada Prestes, que abaixo transcrevemos, é suficientemente clara, dispensando maiores comentários. Não se trata de um rompimento com o Partido dos Trabalhadores, como alguns órgãos de imprensa tentaram insinuar. É

esclarecido que não existe, nem existirá nenhuma adesão incondicional ao PT ou a qualquer outro partido. Os comunistas que se alinham com as posições políticas de Prestes continuam considerando (como o próprio Prestes) o PT e seus militantes aliados importantes, tanto na luta contra a ditadura, quanto nos mais diversos aspectos de sua atividade no movimento operário e sindical e nos diferentes setores do movimento popular, assim como no esforço unitário para derrotar o regime através do voto nas eleições do ano que vem.

- NOTA -

Nos últimos dias intensificaram-se as notícias, veiculadas pela imprensa escrita, falada e televisionada, dando conta de um possível ingresso meu no Partido dos Trabalhadores, ingresso este que, segundo declarações atribuídas a diferentes dirigentes do PT, teria o caráter de uma adesão incondicional a esse Partido.

Devo destacar que, diante dos insistentes convites, formulados em diversas oportunidades, por representantes do Partido dos Trabalhadores para que eu ingressasse nessa agremiação para concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições, marcadas para novembro de 1982, sempre deixei claro que jamais assumiria nenhuma posição, nem faria qualquer declaração que implicasse no abandono de minhas convicções de revolucionário, às quais sempre me mantive fiel no decorrer de minha já longa vida política, na abdicação dos princípios do marxismo-leninismo e na desistência do firme propósito de contribuir para a construção em nosso país de um Partido Comunista efetivamente revolucionário, capaz de conduzir as massas trabalhadoras à revolução socialista.

Pelo contrário, ficara sempre claro que não se cogitava de uma adesão minha ou de meus correligionários a qualquer partido, por parte de partidos de oposição, aos comunistas, uma vez que as forças democráticas em nosso país ainda não puderam conquistar o direito de organização política legal para todos os partidos políticos, inclusive os comunistas. E enquanto persistir esta discriminação odiosa em relação aos comunistas, reveladora do caráter ditatorial do regime sob o qual ainda

vivemos, continuaremos lutando pelo direito a concorrer a cargos eletivos pelas legendas dos partidos oposicionistas que realmente assumirem uma postura democrática, como aliás, ocorreu inúmeras vezes, a partir de 1947, quando o PCB teve seu registro eleitoral injustamente cassado.

Da mesma maneira como o Partido dos Trabalhadores diz não aceitar a política do consumado que atribui a outros partidos de oposição, não posso concordar que meu nome seja indevidamente utilizado para, através da imprensa, criar perante a opinião pública a falsa imagem de uma suposta adesão minha incondicional ao PT. Essa adesão não existe, nem existirá. Reafirmo aqui minha fidelidade inabalável aos princípios que sempre defendi, assim como a disposição permanente para o diálogo fraternal e a atuação conjunta com todas as forças efetivamente democráticas de nosso país, não aceitando nenhum tipo de discriminação ou de concessão às pressões anticomunistas ainda existentes em nossa sociedade.

Em 2 de novembro de 1981
Luiz Carlos Prestes.

**AS ELEIÇÕES, O “FECHAMENTO” DO REGIME E A
CONCLAT**

Tem sido uma constante nas páginas da VOZ OPERÁRIA o combate às ilusões liberais na tão propalada “abertura” do regime ditatorial, a luta sem tréguas contra as posições oportunistas daqueles que, dizendo-se democratas – ou até mesmo de “esquerda” -, defendem uma postura de conciliação e capitulação diante da ditadura. Nunca apoiamos – ao contrário, sempre combatemos –, aqueles que se dispõem a apertar a “mão estendida” do Sr. Figueiredo.

Como dizíamos ainda em dezembro do ano passado (VO, nº 175), “... a ‘abertura’ – que havia sido arrancada pela pressão do movimento de massas e da opinião pública nacional e internacional – parara, não avançara além da anistia restrita e de uma certa liberalização da censura à imprensa. O regime continua sendo fascista. É claro, trata-se de um fascismo adaptado às novas condições, de um fascismo mais mascarado e menos ostensivo em seus métodos.”

Os fatos estão aí para confirmar o que dizíamos. Num ano eleitoral, apesar das eleições terem sido transformadas praticamente numa farsa para tentar legitimar o regime ditatorial, este, diante do crescente descontentamento popular com a política econômico-financeira e social do Governo, trata de assegurar sua continuidade no poder. E, para isso, a “abertura” não serve, torna-se perigosa. O que se verifica é um “fechamento” cada vez mais acentuado e grosseiro. Os 18 anos de repressão não conseguiram liquidar o anseio democrático de nosso povo. O regime não pode dar-se ao luxo de prescindir do autoritarismo para se manter.

Assim, no final de junho foi aprovado no Congresso o “emendão” de reformas constitucionais. O Governo precisou fechar questão e obrigar o seu partido – O PDS – a votar, ameaçando os dissidentes com o dispositivo da fidelidade partidária. Frente às ameaças, 222 dos seus 225 deputados e 35 senadores do PDS aprovaram o “emendão”, com a oposição

ausente do plenário. Tamanho empenho do Palácio do Planalto torna-se compreensível, quando se verifica que as reformas aprovadas têm implicações diretas para as eleições de 15 de novembro vindouro.

Assim, ampliam-se o número de deputados federais de 420 para 479, privilegiando a representação dos pequenos estados, o que favorece com toda evidência o PDS. Os prefeitos e vereadores eleitos este ano terão mandato de 6 (seis) anos, medida que, além de antidemocrática, servirá para desatrelar as eleições municipais das gerais para o Estado. Além disso, as Câmaras dos Municípios com mais de um milhão de habitantes passarão a ter 33 vereadores em vez de 21.

Ao lado de algumas medidas que atenuam um pouco o controle do Governo sobre o parlamento, sem entretanto, mudar a sua situação ao Executivo, uma modificação substantiva foi adotada: o voto distrital misto, que se vier a ser regulamento, valerá para as eleições à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas em 1986. Como é sabido, o voto distrital, em suas diversas modalidades, é um recurso adotado em vários países que contribui em geral para reforçar a representação das regiões mais conservadoras e reacionárias, sufocando o eleitorado de “esquerda”. Trata-se, pois, de uma medida, que visa favorecer o partido do Governo.

A alteração mais importante é, inegavelmente, aquela que restabelece a exigência de dois terços de votos do Congresso para garantir a aprovação de uma emenda à Constituição. Neste caso, mais uma vez, fica evidente a forma “casuística” com que o regime age para assegurar seus interesses. Assim, o Governo Geisel havia adotado o sistema de maioria simples – uma vez que a ARENA não dispunha de maioria absoluta no Congresso – para emendas à Constituição. Agora, diante da perspectiva de, nas eleições de novembro próximo, o PDS deixar de ser majoritário nesse mesmo Congresso, volta-se a restabelecer a exigência de dois terços. Dessa forma, pretende o Governo impedir qualquer modificação na Constituição ditatorial, aprovada ainda em 69 pela Junta Militar que substituiu o Sr. Costa e Silva, uma vez que certamente nenhum partido disporá de dois terços de representação no Congresso. O PDS ficará, pois, na prática,

agraciado com o direito de veto a qualquer modificação na Constituição.

Ou, como disse um conhecido comentarista político: "... o Governo João Figueiredo se arruma para passar seus dois últimos anos de mandato como um urso passa o inverno: hibernando... com... seu emendão – para atravessar imóvel, com todas as atividades em suspensão, o período que se estende entre o dia 16 de novembro... até 15 de março de 1985, quando chega um sucessor para começar tudo de novo..." (M. Sá Corrêa, J.B. 26/6/82)

E, realmente, tudo foi previsto. O Colégio Eleitoral que elegerá (ainda por via indireta e, portanto, antidemocraticamente) o futuro presidente da República passa a ser composto pelos membros do Congresso Nacional, e mais seis delegados por Assembléia Legislativa, indicados pelo Partido majoritário. É evidente que, dessa forma, o Governo pode "hibernar" tranquilamente; sua continuidade parece estar assegurada.

Este é o conteúdo fundamental do já famoso "emendão", que acabou de sepultar as ilusões liberais de quem ainda acreditava no avanço da "abertura". Mas o regime não para aí. Para garantir a continuidade do chamado "sistema", principalmente no ano eleitoral, recorre a outras medidas. Todas de caráter autoritário e antidemocrático, configurando claramente o "fechamento" de que falávamos no início.

Vejamos rapidamente algumas dessas medidas. Também no final de junho, a opinião pública tomou conhecimento do julgamento pela Justiça Militar, dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, condenados pela Lei de Segurança Nacional, respectivamente às penas de 15 e 10 anos de prisão, e dos 13 posseiros da região do Araguaia a penas de 9 e 8 anos de prisão. O processo em si mostrou ser uma sucessão de violências e arbitrariedades, dentre as quais não estiveram ausentes as torturas e todos os tipos de intimidação, principalmente contra os humildes posseiros que lutam pelos seus direitos à posse da terra. O Governo, evidentemente, quis dar uma demonstração de força e tentar intimidar os setores progressistas do clero brasileiro, que estão contribuindo para a

lura das massas camponesas pelos seus mais legítimos direitos à terra e ao trabalho.

Ao mesmo tempo em que isto acontecia, era aprovado no Congresso Nacional, através do famigerado recurso ao “decurso de prazo” o “Pacote da Previdência”, através do qual o Governo pretende tapar alguns rombos dessa instituição descarregando nas costas dos trabalhadores e aposentados a responsabilidade que não é sua, mas de ministros corruptos, como o Sr. Jair Soares, atual candidato do PDS ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. O povo, mais uma vez, terá que pagar pela roubalheira dos donos do poder.

No mesmo dia em que era aprovado o “emendão”, o presidente Figueiredo, através de decreto, alterava a composição do Conselho Superior de Censura, substituindo os membros mais liberais por outros conservadores e reacionários. Isso acontecia 13 dias antes do julgamento, pelo colegiado, do filme “PRA FRENTE BRASIL” de Roberto Faria, premiado no Festival de Gramado, no Rio Grande do Sul este ano, e interdito pela Divisão de Censura. É a volta evidente aos tempos que pareciam ultrapassados da rígida censura à imprensa e aos meios de comunicação. Mais uma prova de que a “abertura” acabou.

Neste período tivemos ainda a confirmação da condenação do Supremo Tribunal Federal dos jornalistas da “Hora do Povo” e o escandaloso resultado do inquérito sobre o presidente da UNE, Javier Alfaya, concluindo pela sua expulsão do país, ai mesmo tempo em que lhe era negado o “habeas corpus” impetrado por seus advogados. Pretende-se, assim, intimidar os estudantes e suas atividades, que vem desenvolvendo uma justa luta pelo ensino gratuito.

Faltando apenas 4 meses para as eleições, a opinião pública ainda não sabe qual será o destino da famosa “Lei Falcão” para a propaganda eleitoral no rádio e televisão. Tudo parece indicar, entretanto, que, no fundamental, seus dispositivos draconianos serão mantidos.

Fica evidente, portanto, que diante da perspectiva de um resultado eleitoral pouco favorável, o Governo está tomando todas medidas para assegurar a continuidade do regime ditatorial. E isso é só possível com mais “fechamento”.

Como sempre afirmamos em nossas páginas, a única maneira de deter o avanço de repressão e do “fechamento” está na organização e mobilização das massas e, em primeiro lugar, dos trabalhadores. A realização da CONCLAT dentre dos prazos previstos – em agosto deste ano -, é, sem dúvida, uma forma importante de contribuir para essa tomada de consciência do movimento sindical, para a mobilização dos trabalhadores, visando obrigar o Governo a recuar em seus desígnios repressores e autoritários, para a vitória das oposições nas eleições de novembro. O adiamento da CONCLAT só pode interessar àqueles que sejam mantidos os trabalhadores desmobilizados, sem condições de influir nos rumos da política nacional.

COMUNISTAS DO MARANHÃO ROMPEM COM O COMITÊ CENTRAL

O partido que temos, o partido que queremos!

CAMARADAS E AMIGOS:

1. Os comunistas do Maranhão, que não concordam com a linha política do Comitê Central, diante da atual crise em nosso Partido – o Partido Comunista Brasileiro -, crise esta que aflorou com a volta do Comitê Central de seu exílio europeu, e que perdura até hoje, sem que se tenham abertos canais internos para debatê-la e superá-la democraticamente, sentem a obrigação ditada por suas consciências de tornar pública sua posição.

2. É, e sempre foi, qualidade dos comunistas verdadeiramente dignos deste nome, apresentar claramente sua posição sobre todas as questões e nunca oportunisticamente escamotear suas ideias, travestindo-as em argumentos pessoais e, às vezes, até passionais.

3. De frente para o quadro nu e cru de que nosso PCBrasileiro atravessa a mais profunda de sua história, fechar os olhos à realidade é condenação certa ao suicídio político. Preferimos, ao contrário do atual CC trilhar outro caminho: encarar a realidade de nosso PCBrasileiro tal como ela se

apresenta, buscando compreendê-la na luz do marxismo-leninismo, para podermos superá-la em bases revolucionárias.

4. Julgamos, desde já, ser esta uma tarefa histórica de todos que lutam pelo socialismo científico em nosso país, Buscar a compreensão científica e desapaixonada da atual situação do PCB brasileiro, será obrigatoriamente refletir também sobre a situação das demais organizações que reivindicam o marxismo-leninismo, pois muitas são as mazelas encontradas no primeiro e presentes nocivamente também no segundo.

5. Acreditam os comunistas maranhenses, assim, que limitar a crítica e autocrítica do camarada Luiz Carlos Prestes à cercadura doméstica do PCB brasileiro, é impossível na prática dada a sua profundidade, e persistir em tal tentativa somente levará ao atraso na grande obra dos marxistas-leninistas do Brasil: a reconstrução de um verdadeiro Partido Comunista, marxista-leninista, que abrace sem vacilar um só momento a bandeira do socialismo científico em nosso país e a leve até a vitória.

6. Apontamos, com Prestes, o importante passo para esta grande e difícil obra: a frente daqueles que lutam pelo socialismo em nosso país. “Estamos vivendo um período, quando a reanimação do movimento operário e popular vem revelando, por um lado, que todas as forças de “esquerda”, incluindo o PCB, tem cometido graves erros, tanto de avaliação da situação nacional, como de encaminhamento das soluções necessárias e possíveis e, conseqüentemente, de atuação. E, por outro lado, a necessidade de formação de uma liderança efetiva, capaz de dirigir as lutas de massas dentro de uma perspectiva revolucionária correta e adequada à situação brasileira. Está, portanto, na ordem do dia, a questão da unidade de todos que se propõem a lutar efetivamente por uma perspectiva socialista para o Brasil.” (LCPrestes, Carta aos Comunistas, março de 1980).

7. Marchar, com decisão, para um programa mínimo de ação conjunta no movimento de massas, TEM MOSTRADO NA PRÁTICA que é um caminho viável, reforçando o pólo popular na frente democrática. Mas, para avançar mais neste rumo, É PRECISO ARRUMAR NOSSA PRÓPRIA CASA, o PCB BRASILEIRO!

8. Por onde começar? Como resgatar o PCB brasileiro de sua atual direção direitista e o oportunista e reconstruí-lo em novas revolucionárias bases? Pela denúncia “nacional e internacionalmente do atual CC do PCB como principal elemento desagregador do Partido, bem como a farsa que representa a convocação do VII Congresso em um contexto inseguro, antidemocrático e estreito” (Manifesto do Nordeste Brasileiro, Recife, novembro 1981).

9. Não podem os comunistas maranhenses, sem sua consciência, coonestar um Congresso “legal” e antidemocrático! Não concordamos ou concordaremos com a prática do atual CC de dissolver todas as bases e organismos que não concordam com sua linha política, cooptando companheiros desavisados para comporem organismos fantasmas, com a finalidade única de referendar a atual direção política. Como também manifestamos resoluta discordância com a direção política do atual CC na questão da legalidade. “Um Partido Comunista não pode, em nome de uma democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores” (LCP, Carta aos Comunistas, março 1980). Não será exatamente a esse papel que vêm se dedicando os “comunistas” do atual CC? Como explicar sua extremada política de “evitar o confronto”, de pedir o não aprofundamento das apurações sobre o atentado no Riocentro para “não colocar em risco a abertura”??? E, para coroar esta prática “revolucionária”, se propor a negociar até mesmo uma Constituinte com Figueiredo?!!!

10. Ouçamos o camarada Prestes: “É necessário deixar claro que a legalidade do PCB terá de ser uma conquista do movimento de massas e de todas as forças realmente democráticas em nosso País. (...) A ditadura jamais nos concederá a legalidade sem luta; o que ela tenta, neste momento, é, aproveitando-se da crise interna do PCB, forçá-lo a um acordo. Acordo este que significaria um compromisso com a ditadura (...) inaceitável, portanto, à classe operária e a todos os verdadeiros revolucionários” (Carta aos Comunistas, março 1980). Jogar

tudo numa legalidade sem conquista, conseguida “por cima”, expondo toda a estrutura do Partido aos golpes do inimigo de classe, além de revelar flagrantemente o profundo desprezo do atual CC para com o movimento de massas, ultrapassa, no entender dos comunistas maranhenses, os limites do oportunismo e cai nas águas turvas da traição descarada à classe operária e aos princípios do marxismo-leninismo.

11. Desmoralizante e incompatível com a traição de lutas do Partido Comunista Brasileiro é a prática do atual CC no movimento operário-sindical. Qual seria a postura de um verdadeiro comunista: apegar-se como um carrapato a um notório pelego do tipo de Joaquinção (Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), ou se apoiar na classe operária, para conscientizá-la na luta contra o pelego e o sindicato atrelado? Ficam os comunistas maranhenses com a segunda alternativa, pois concordam em todas as letras com a Tese III do Manifesto do Nordeste Brasileiro (Recife, novembro de 1981): “O movimento sindical polo das lutas dos trabalhadores, deve ter caráter unitário, combativo e caminhar no sentido de superar sua histórica face corporativista e seu atrelamento ao Estado. A luta dos trabalhadores tem no sindicato seu canal primeiro de expressão e somente exaurindo todas as possibilidades do atual sindicalismo, poderemos superá-lo. Deve ser dado combate sem tréguas e em todos os níveis ao peleguismo, ao reformismo e ao divisionismo.”

12. E qual a raiz de todos estes desvios que têm afastado o nosso PC Brasileiro do marxismo-leninismo e o aproximado de uma vertente aberta à social-democracia reformista? Pensam os comunistas maranhenses que a questão de fundo que nos leva a dividir águas com o atual CC é a sua própria visão da realidade brasileira. Para um diagnóstico errado só pode sobrevir o remédio errado. Isto não impede que o “paciente” – no caso, o movimento operário, popular e o próprio Partido – continuem doentes, “fracos”, combalidos. Se não, vejamos: “... vivemos hoje num país diferente. O Estado e suas funções foram reestruturadas para servir melhor ao grande capital, o Centro-Oeste e a Amazônia foram entregues aos monopólios nacionais e estrangeiros. Foram criadas condições para a vantajosa

transformação do latifúndio em grande empresa. Tudo isso foi e é sustentado por um aparelho repressivo que permanece rigorosamente intacto e acima de qualquer controle, como ficou demonstrado no recente atentado do Riocentro.” (Razões da Divergência, Rio Grande do Sul, maio de 1981).

13. O que pensa o atual CC:

“Um outro tipo de desenvolvimento, que se oriente para a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra, é reclamado pelas necessidades objetivas da economia do país e pelos interesses nacionais e populares.” (Resolução Política, VI Congresso, dezembro de 1967)

E mais: “As forças sociais que defendem a conservação dessa estrutura são o imperialismo, os latifundiários e os capitalistas brasileiros ligados ao imperialismo.” (id. *ibid.*)

Constata-se, então: “O Brasil vive uma crise de estrutura. Esta decorre do aguçamento das contradições entre as forças produtivas nacionais, que buscam novas formas de desenvolvimento e progresso, e os obstáculos que a atual estrutura da economia do país lhes opõe”. (id. *ibid.*)

Chega-se então ao “remédio”. “Esforçando-se por conduzir à luta contra o imperialismo e o latifúndio as mais amplas massas da população brasileira, inclusive a burguesia nacional... (...) ...a fim de colocar o proletariado em condições de conquistar o papel dirigente no bloco das forças revolucionárias e do poder estabelecido com a vitória da revolução nacional e democrática.” (id. *ibid.*)

Mas – perguntamos – onde estava a burguesia nacionalista a 31 de março de 1964? Onde está hoje? Ao lado da classe operária, do campesinato, dos setores revolucionários da pequena-burguesia urbana, lutando contra o imperialismo e o latifúndio? Acreditamos que não, pois a burguesia nacional, por mais que se esforce o atual CC, não é nacionalista porque já nasceu profundamente dependente do capital internacional, e sempre que precisou “definir-se” o fez contra a classe operária e seus aliados fundamentais, em favor de seus inimigos... 18 anos já passados de seus inimigos... 18 anos já passados, e os “comunistas” do atual CC ainda não aprenderam a lição de 1964.

14. A manutenção da visão nacional-democrática nas teses para o VII Congresso, passados todos estes anos, revela uma flagrante incapacidade do atual CC de analisar a realidade de nossa sociedade. É preciso reconhecer que esta visão é a raiz de nossa crise interna. E também é a maior responsável pela desmoralização crescente de nosso PCBrasileiro sob a atual direção. Enquanto esperava (e ainda espera) que a burguesia resolva ser nacionalista e entre para o campo da tal “revolução nacional-democrática”, o atual CC não poderia mesmo dirigir uma política revolucionária de construção do Partido na classe operária. Mas o imobilismo do Partido não impediu o movimento da classe operária, que já antes da volta do atual CC do exílio, ensaiava ações de envergadura, que culminaram com as grandes e sucessivas greves do ABC paulista. Onde estava então o Partido? Não será a incipiência do trabalho de organização do Partido nas grandes empresas uma das causas do surgimento do PT? Não tem conseguido este Partido ser mais eficiente que aquele do atual CC no trato das questões operárias mesmo que tente tirar a classe operária do campo da Revolução Socialista?

CAMARADAS:

15. Os comunistas maranhenses estão renunciando a toda essa herança de conciliação, oportunismo, cupulismo, direitismo e traição aos interesses da classe operária, que se corporifica no atual CC. Este é o preço que, com prazer, pagamos para resgatar a herança dignificante da tradição de lutas do Partido fundado em 25 de março de 1922, por Astrojildo Pereira e seus companheiros. Estamos abraçando a honrosa tarefa de reconstruir o PCBrasileiro à luz do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Não mais compactuamos ou coonestamos, em nome da vaga possibilidade de se discutir as questões que encaramos como fundamentais num VII Congresso já “conchavado”, com a atual direção política – verdadeira federação de caciques que nada tem de comunista mas muito o tem de carreirista -, e com seu órgão informativo, Voz da Unidade. Nos unimos a todos aqueles que, em todos os cantos do Brasil, vem atendendo ao apelo do camarada Luiz Carlos Prestes, no sentido da superação deste PC viciado e falido

ideologicamente, com vistas à reconstrução de um novo PCBrasileiro, revolucionário tática e estrategicamente.

16. Romperemos também todos os vínculos políticos com a atual CE, que está alheio ao trabalho de reconstrução, tanto quanto se acha distante de qualquer posição efetivamente revolucionária na frente de massas ou nos Partidos legais, reafirmamos nosso compromisso com a Classe Operária, com seus aliados fundamentais, com a Revolução Socialista. Denunciamos e denunciaremos todas as tentativas de distorcer o papel da gloriosa União Soviética na histórica e na atualidade da luta pela paz mundial e pela libertação nacional dos povos submetidos ao colonialismo e ao imperialismo. Firmamos o compromisso de aprofundarmos o nosso conhecimento da História, da realidade brasileira, e do socialismo científico, lutando para a formação de quadros dignos de serem chamados de comunistas.

CAMARADAS E AMIGOS!

17. As dificuldades que enfrentaremos para cumprirmos as tarefas que hoje abraçamos serão muitas. Nos guiaremos pelo espírito revolucionário do partido criado por Astrojildo Pereira e no exemplo de militância do camarada Luiz Carlos Prestes e, principalmente, buscaremos na classe operária e em seus aliados fundamentais o material revolucionário para reconstruirmos um grande PCBrasileiro marxista-leninista e internacionalista.

Do atual CC, incapaz até de explicar com honestidade o porquê das quedas de 1975 e os fatos desmoralizantes que se seguiram já não esperamos mais nada, a não ser o aprofundamento de sua rendição à ideologia burguesa e pequeno-burguesa.

Apelamos, finalmente, a todos os verdadeiros comunistas, para que abandonem a atual direção reformista e reboquista, reforçando a VOZ OPERÁRIA e apressando a reconstrução das bases revolucionárias do Partido, marchando para a constituição de uma Comissão Nacional Provisória, que, unificando nacionalmente o PCBrasileiro, possa encaminhar democraticamente a luta ideológica interna, dirigir as ações de

massa do Partido e andar em direção a um VII Congresso seguro democrático e amplo!

VIVA O MARXISMO-LENINISMO!
VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA!

A comissão de Reconstrução e Defesa
do PCB brasileiro no Maranhão.
FEVEREIRO DE 1982

INTERNACIONAL
A LUTA PELA PAZ
APELO AOS TRABALHADORES CIENTÍFICOS DE TODO O
MUNDO

(Extraído do SUPLEMENTO do Jornal “O DIÁRIO”
de Lisboa, Portugal, de 22 de junho 1982)

Trabalhadores científicos: Saldar a dívida à Sociedade

A Federação dos Trabalhadores Científicos aprovou recentemente, na 43ª reunião do seu Conselho Executivo, o seguinte apelo aos trabalhadores científicos de todo o mundo:

Desde a sua fundação, há 35 anos, a FMTC tem chamado atenção pública para os perigos do desenvolvimento quantitativo e qualitativo das armas nucleares e de outras armas de destruição massiva. Existe uma consciência perfeita da presença de um ameaço de guerra na qual tais armas seriam utilizadas e de que apenas uma rápida mobilização de todos quantos se opõem resolutamente ao seu emprego a pode deter.

Para evitar este perigo, a tarefa mais importante consiste em fazer reviver o espírito de distensão e de cooperação internacional que a luta pela paz foi capaz de criar nas últimas décadas. Todas as políticas de confrontação devem ser

abandonadas: antagonismos entre sistemas sociais não podem servir para justificar o aumento de nível de armamentos.

A ciência e a Tecnologia, frutos do desenvolvimento do homem e do seu engenho, estão a ser cada vez mais usadas para o desenvolvimento de novas armas, sistemas e mecanismos especializados, propositadamente concebidos para desestabilizar qualquer equilíbrio de poder e dificultar, cada vez mais, acordos sobre meios de controle.

Calcula-se que as atividades relacionadas com objetivos militares empreguem 40% das disponibilidades mundiais de cientistas, de engenheiros e técnicos, que devem à sociedade o seu saber e a oportunidade de exercerem a sua profissão, devem saldar tal dívida pelo seu envolvimento ativo e contínuo em todos os movimentos a favor da Paz e do desarmamento.

A FMTC crê que a aceleração crescente do desenvolvimento qualitativo de arma e sistemas faz com que seja de maior urgência os passos necessários para a compreensão e negociação entre todos os governos.

A FMTC crê que o problema da corrida aos armamentos não pode ser dissociado dos restantes problemas de desenvolvimento. A pobreza, o sofrimento, o desespero dos países mais pobres do mundo é, em si, a principal causa de tensões.

A intensão firme de alguns países e multinacionais de exercerem o controlo e a exploração das riquezas potenciais do Terceiro Mundo e a sua reivindicação de livre acesso a essas fontes de lucro, é outra importante causa de tensões. A FMTC crê que a luta pela Paz e a favor do desarmamento está estreitamente ligada à luta contra a fome, a miséria e a exploração e a favor do estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional. Mantendo-se isolada, aquela luta só poderá ter o apoio de apenas aqueles sectores da população que tenham capacidade de, por si próprios, vencer a luta pela sua existência, mesmo em tempo de paz.

A FMTC insiste em que o objetivo final de ser, não apenas a manutenção da Paz, mas o próprio desarmamento. Lembremos de que Segunda Guerra Mundial, prosseguida quase até aos últimos dias com a utilização das chamadas armas

<<convencionais>> causou 55 milhões de mortos. A verdade é que, as primeiras horas, uma guerra nuclear mataria seres humanos em número muito superior ao da totalidade da Segunda Guerra Mundial. 1939-1945. Todavia a proibição de armas nucleares químicas e biológicas deixaria ainda à humanidade a capacidade de uma destruição muito maior do que qualquer outra sofrida até esta data. Apenas passos positivos para a redução de armas e de forças armadas até o nível necessário a um mínimo de proteção poderá assegurar a proibição da guerra como instrumento de uma política nacional.

Apelamos para todos os Trabalhadores Científicos e para as suas organizações, para que, como sua especial contribuição à luta pela Paz forneçam informações concretas e específicas no âmbito das diversas disciplinas a que se dediquem sobre:

- as consequências de uma guerra nuclear;
- os perigos dos conceitos segundo os quais “é possível vencer ou limitar uma guerra nuclear”;
- o nível atual de desenvolvimento de armas nucleares e de destruição massiva e perspectivas de sua evolução futura;
- os perigos da militarização da ciência;
- a possibilidade de conversão das indústrias de armamentos e dos seus recursos para fins de construção pacífica.

Apelamos para os Trabalhadores Científicos para que apoiem a FMTC nas suas exigências de proibição do desenvolvimento, da produção e de transporte e uso de armas nucleares e outras armas de destruição massiva e as favor de um amplo programa de desarmamento geral e a todos os níveis.

INTERNACIONAL

REVOLUÇÃO NA NICARÁGUA COMPLETA TRÊS ANOS REAFIRMANDO OS PRINCÍPIOS DO PLURALISMO POLÍTICO, DA DEMOCRACIA E DO NÃO ALINHAMENTO

A Revolução Popular Sandinista completa no dia 19 de julho três anos. Não obstante as insistentes agressões de seus inimigos e a permanente ameaça de uma intervenção militar imperialista, que obrigou o Governo Revolucionário da Nicarágua a instituir o Estado de Emergência Nacional em todo

o país, continuam em vigor e são reafirmados os princípios que lhe são inerentes: o pluralismo político, a democracia e o não alinhamento na política internacional.

Em maio deste ano instaurou-se a IIIa Legislatura do Conselho de Estado, cuja legitimidade para a Revolução Sandinista é garantida principalmente pela presença em seu seio dos delegados daquelas organizações políticas, sindicais, gremiais e religiosas que representam a grande maioria do país, principalmente os operários e camponeses crentes e todos aqueles que defendem a soberania da pátria nas trincheiras.

Como disse um dos dirigentes da Revolução, o Comandante Nunez, "... na nova conformação do Estado Revolucionário, O Conselho de Estado é uma instituição criada para concretizar a participação popular, para encurtar a distância entre o Governo e as massas populares, sendo esta uma das formas de preencher o conceito de Democracia em seu conteúdo real..."

E expressão dessa vontade de Democracia é o informe apresentado pela Junta de Governo perante o Conselho de Estado, em maio último, em que o Governo Revolucionário, em pleno Estado de Emergência, prestou contas ao povo, aos seus representantes, do que foi realizado no período anterior, expondo seus êxitos e as deficiências na administração do Estado. Ao mesmo tempo em que ratificava no Conselho de Estado o pluralismo político e seus princípios democráticos, a Revolução Popular Sandinista reafirmava sua política de não alinhamento e estreitava, através de contatos diretos, suas relações com os povos e governos amigos através de contatos diretos, suas relações com os povos e governo amigos da URSS, Espanha, Suécia, Holanda, Bélgica, Irlanda, Dinamarca e Grécia.

A seguir publicamos os trechos principais desse informe da Junta de Governo de Reconstrução Nacional ao Conselho de Estado em sua IIIa Legislatura:

"O povo nicaraguense continua enfrentando uma difícil situação econômica, desta vez num momento de agudização das agressões militares, políticas e econômicas" – é o que se afirma na introdução do informe.

Assinala-se ainda que “respondeu-se a esta situação com uma vigorosa e exitosa política exterior e com a preparação acelerada da nação para enfrentar a agressão em todas as suas modalidades.”

“Certamente – diz-se mais adiante – existem deficiências, oportunidades perdidas, erros, desacertos, alguns dos quais trataremos de apontar neste informe. Estamos aprendendo e nunca vamos deixar de aprender a como servir a este nobre, valente e sacrificado povo.”

O informe inclui oito seções, que analisam o comportamento de igual número de setores da vida econômica, política, - cultural e de defesa da país, incluindo seus êxitos e suas dificuldades.

A primeira parte, dedicada à vida econômica – produção, finanças, comércio e infraestrutura -, destaca o crescimento em volume dos produtos tradicionais de exportação, cujo esforço em alguns casos ficou reduzido devido aos preços desfavoráveis desses produtos no mercado mundial.

Entretanto, enquanto as exportações cresceram em 11%, “necessidade de garantir o abastecimento com bens de consumo básico para a população e os insumos, assim como a maquinaria e o equipamento para o funcionamento da produção”. Fez com que o aumento em valor das importações atingisse os 12%, “contribuindo de maneira considerável para esta mudança os preços mais altos que se tem que pagar pelos produtos importados, em especial, os energéticos, assim como os volumes maiores que são solicitados pelos diferentes setores produtivos.”

Sobre a ajuda externa, o informe assinala que esta atingiu 1.235,5 milhões à dívida externa a médio e longo prazo e o resto a doações.

O documento refere-se também à situação do Sistema Financeiro Nacional e à política de impostos, assim como ao Orçamento do Estado, no qual conseguiu-se uma contenção de despesas de 924.6 milhões de córdobas, graças à contenção e racionalização dos gastos públicos, resultado do Decreto de Emergência Econômica e Social.

O informe destaca ainda as transformações no setor agropecuário, nos marcos da Reforma Agrária, assinalando que

cumpriu-se em 90% as metas de semeadura, devendo-se a diferença fundamentalmente à diminuição da área semeada pelo setor empresarial privado.

A quase totalidade dos produtos agrícolas fundamentais sofreram, entretanto, um incremento em seus níveis de produção.

No setor industrial, o informe faz referência ao esforço de operários e técnicos “não só para apoiar a utilização de nossos recursos nacionais, como para substituir produtos finais importados, tais como: sabões, detergentes, pasta dentifrícia, bolsas plásticas, sacos, papel higiênico, trailers de algodão, enxadas e outros instrumentos para a agricultura e a construção”.

Sublinha ainda o fato de que 70% das divisas dispensadas ao setor foram entregues a empresários privados, da mesma maneira que o crédito concedido à indústria.

Quanto ao comércio, o informe diz que “foram desenvolvidas políticas que levam a garantir o abastecimento de nosso povo com os produtos essenciais para sua subsistência, controlando os preços, e contribuam para o objetivo da independência econômica do país através da diversificação de suas relações comerciais externas.”

Neste particular, tem uma importância especial o esforço realizado para assegurar o abastecimento de açúcar a toda a população através dos CDS, assim como o fato de ter-se garantido a comercialização da colheita, principalmente aos pequenos e médios produtores.

O informe prossegue assinalando o que foi realizado no setor de infraestrutura e no social, destacando-se o importante aumento do atendimento médico e os sucessos das Jornadas Populares de Saúde.

Destaca-se também a cifra sem precedentes no número de alunos incorporados ao sistema educacional, que nesse período chegou a 1.000.103 alunos.

Na área do Trabalho, é importante sublinhar a assinatura de quase 250 convênios coletivos e a concessão de personalidade jurídica a 511 novos sindicatos.

No informe cabe destacar também o capítulo especial dedicado à Costa Atlântica e nele o referente a Tasba Pry, que “representa para nossas comunidades rurais a possibilidade de um desenvolvimento integral em condições de paz e segurança, permitindo a superação econômica e social, dentro das especificidades étnico-culturais que enriquecem e fortalecem nossa unidade nacional.”

Referindo-se aos eixos fundamentais da política externa, o informe da Junta de Governo dá ênfase à luta pela paz, ao direito de autodeterminação, à solidariedade com os povos e movimentos revolucionários, ao fortalecimento dos Não alinhados, à unidade regional e latino-americana frente aos embates do imperialismo.”

Destaca-se em especial os dois comparecimentos do Coordenador da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, Daniel Ortega, perante a Assembleia Geral da ONU, em outubro de 1981, e o Conselho de Segurança desse organismo, no último mês de março.

O informe lembra que, nesta última oportunidade, 12 países membros do Conselho apoiaram o projeto de resolução proposto pela Nicarágua, com a significativa abstenção da Inglaterra e do Zaire enquanto os EEUU assombravam o mundo vetando arbitrariamente uma resolução que era apoiada pela maioria.

Essa luta pela preservação da paz fez com que os dirigentes da Revolução viajassem, durante os 12 meses compreendidos entre o último informe governamental e o atual, por países da África, Ásia, Europa e América Latina.

No período compreendido entre 4 de maio de 1981 e 4 de maio deste ano, o informe assinala que os organismos do Ministério do Interior conseguiram desarticular 22 bandos contra-revolucionários que operavam no país.

Destaca-se, em particular, a desarticulação do bando que pretendia fazer voar pelos ares a fábrica de cimento e a refinaria, parte do complô conhecido como “Natal Vermelho”, descoberto em janeiro deste ano, sublinhando que, através dessas ações, podê-se comprovar a participação direta da CIA nos planos contra-revolucionários na Nicarágua.

Entre os sucessos nessa área, cabe mencionar a integração de uns dez por cento dos presos do sistema Penitenciário Nacional em atividades produtivas, com uma política de estímulos morais e monetários que os beneficia, assim como às suas famílias.

O Exército Popular Sandinista entrou numa “etapa de saltos qualitativos em seu desenvolvimento no que concerne à preparação combativa, política e mobilizativa, o que nos permite enfrentar, com a mais absoluta confiança de alcançar a vitória, qualquer invasão inimiga, esclarece o informe.

Os Batalhões de Reserva – diz mais adiante – são hoje medida a fiel expressão da vontade das massas de defender a qualquer preço suas conquistas sociais, econômicas, políticas e culturais.”

Esse esforço e dedicação populares ficaram plenamente plasmados quando, diante do Estado de Emergência e do apelo da Frente Sandinista, dezenas de milhares de homens e mulheres se apresentaram aos centros de instrução das Milícias Populares.

Sintetizando a experiência, o informe da Junta de Governo de Reconstrução Nacional indica que a disciplina e o espírito patriota e sandinista do povo “foram suficientes para assegurar uma sólida muralha de defesa diante da iminência da agressão imperialista.”

**MOBILIZAR OS TRABALHADORES CONTRA O NOVO
ARROCHO SALARIAL**

O agravamento da crise econômica no País é um fato incontestável e cada vez mais alarmante, que os próprios homens do Governo não podem deixar de reconhecer. A inflação superando a casa dos 100% e a dívida externa atingindo, até o fim do ano, os 80 bilhões de dólares, como o próprio Sr. Figueiredo foi obrigado, recentemente, a confessar.

Como consequência da crise, agravam-se crescentemente o desemprego, a carestia e a miséria para milhões de brasileiros, o que vem comprovar a falência do tão propalado “modelo” econômico adotado pelo regime ditatorial implantado a partir do golpe reacionário de 1964. Terminando o “milagre” dos anos 68/73, que se tornara uma das principais bandeiras propagandísticas do Governo, em vez de ocorrer a “divisão do bolo”, conforme prometia o já então ministro do bolo”, conforme prometia o já então ministro Delfim Netto, o que se tem verificado é o agravamento ainda maior crise, do desemprego, da carestia e da fome de nosso povo. O crescimento econômico dos anos do “milagre” foi todo para os cofres dos monopólios nacionais e estrangeiros, acentuando ainda mais a desigualdade na distribuição de renda em nosso País.

A “solução” que vem sendo dada para a crise pelo atual regime é a solução que está de acordo com os interesses dos grandes grupos monopolistas. É a “solução” da recessão e do arrocho salarial para os trabalhadores. É, portanto, a “solução” da continuidade do atual “modelo” econômico. A própria prática destes últimos anos tem revelado que os atuais donos do poder não tem ao menos intenção de mudar o modelo de desenvolvimento a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros. O regime ditatorial é mantido justamente para assegurar esses interesses de uma restrita minoria em detrimento da esmagadora maioria da nação.

Como dizíamos no documento intitulado “PROPOSTA PARA DISCUSSÃO DE UM PROGRAMA DE SOLUÇÕES DE EMERGÊNCIA” (VO, nº 178), “o Governo controlado por um condomínio de generais e super-burocratas representando os grandes grupos econômicos e o capital financeiro internacional -, assegura as condições políticas para que as elites proprietárias dos meios de produção possam dar continuidade ao processo de concentração de renda e de centralização acelerada do capital. A condição básica para isso está no baixo nível de consumo dos trabalhadores, que nem a demagógica política de salários, nem outras mistificações e disfarces, como por exemplo, a inflação, conseguem ocultar”.

Para modificar esta situação desesperadora para as grandes massas de nosso povo, só há uma saída: a mobilização em grande escala dos trabalhadores. Seria uma ilusão pensar que a atividade parlamentar seria suficiente para mudar a política de opressão política e de exploração selvagem do grande capital. Seria uma ilusão pensar que através do processo eleitoral e das eleições de 15 de novembro próximo poder-se-ia abrir um “debate democrático” capaz de fazer prevalecer a vontade da maioria do povo. Esse tipo de ilusão que vem sendo alimentada por setores ponderáveis das oposições tem sido desmentido pelos próprios fatos destes últimos anos. Não obstante as boas intenções dos liberais de diferentes matizes (inclusive daqueles que posam de comunistas e pontificam no jornal “Voz da Unidade”), não obstante a sua disposição de encetar o diálogo com o Governo e de aceitar um “pacto social”, a realidade nua e crua está aí para quem quiser apreciá-la: O governo age de acordo com os interesses dos grupos econômicos que representa; o resto é demagogia. O sistema ditatorial, com toda sua máquina repressora, aí está para garantir os interesses monopolistas.

Num ano eleitoral, o Governo, certamente, procura manobrar e recorre à demagogia em grande escala. Precisa enganar a ludibriar para poder manter-se no poder. Entretanto, a crise econômica se torna cada vez mais aguda. As medidas de recessão afetam o empresariado, e este não está disposto a arcar com as consequências do combate à inflação e do aumento da

dívida externa. O empresariado está exigindo novamente do Governo que a crise seja mais uma vez lançada nas costas dos trabalhadores. É o novo arrocho que cem aí. O Governo está esperando apenas que as eleições se realizem. Então, partirá para a adoção de novas medidas impopulares.

Um importante obstáculo ao recrudescimento do arrocho salarial é constituído pela lei dos reajustes semestrais, que autoriza reajustes adicionados de 10% do INPC aos assalariados com renda inferior a três salários-mínimos. Esta lei, que, apesar de todas limitações, foi uma conquista dos assalariados, está na mira do empresariado, que passou a exigir a sua revogação.

A proposta de modificação salarial, que partiu do ex-ministro Mário Henrique Simonsen – um dos artífices do arrocho dos anos 70 -, consiste no seguinte: em vez de reajustes com base na inflação anterior (INPC), a alteração dos salários ficaria condicionada a uma previsão decretada pelo Governo. Com, aliás ocorreu na época em que Simonsen foi ministro, quando a taxa de reajuste era decretada em 10% e a inflação passava já da faixa dos 25%.

Esses são os propósitos do grande capital e do Governo a seu serviço. Quanto aos políticos liberais, como sempre no Brasil, sua defesa dos interesses populares não ultrapassa jamais um certo limite: o medo da mobilização e organização das massas trabalhadoras. Para os liberais, os problemas devem ser solucionados “por cima”, sem a participação popular, cujo controle temem perder. Agora, depositam todas suas esperanças na eleição de um suposto “parlamento democrático” – de que jeito? Com os casuísmos decretados? -, em que, através do diálogo também democrático, o Governo tivesse que aceitar as sugestões dos políticos liberais, ciosos de “não aguçar tensões”.

Para os comunistas, sem negar a participação nas eleições e no parlamento, não obstante suas limitações cada vez maiores – fruto dos crescentes casuísmos -, só há um caminho: o da mobilização dos trabalhadores contra o novo arrocho salarial que se anuncia. Mobilização esta, para o êxito da qual tem importância decisiva a realização do II CONCLAT, que havia sido marcada na I CONCLAT (1981) para agosto deste ano. Seu adiamento, decidido de forma antidemocrática, contra a vontade

da esmagadora maioria dos ENCLATS até agora realizados, constitui, como foi dito por um dirigente sindical de São Paul, “um crime contra os trabalhadores”.

No momento em que mais é necessário organizar e manter mobilizados os trabalhadores brasileiros e suas entidades sindicais, a atitude da comissão PRÓ-CUT adiando a CONCLAT não encontra nenhuma explicação plausível. Revela apenas a falência dessa comissão e a necessidade urgente do movimento sindical, através de suas intersindicais, rearticular-se elegendo um órgão representativo capaz de assegurar a realização, ainda este ano, da CONCLAT. O adiamento só pode favorecer os patrões e o Governo, interessados em manter os trabalhadores desmobilizados, para melhor e com mais tranquilidade introduzir o novo arrocho que se anuncia para depois de 15 de novembro.

Aos comunistas cabe, pois, a tarefa urgente de não poupar esforço para a mobilização e organização dos trabalhadores contra o novo arrocho que se anuncia, pela unidade das intersindicais, pela eleição de uma direção executiva dessas intersindicais capaz de encaminhar a realização urgente da CONCLAT, pela vitória nessa Conferência das posições unitárias e combativas e contra o peleguismo e a capitulação diante dos interesses dos patrões e do governo.

PELA REALIZAÇÃO AINDA ESTE ANO DA II CONCLAT!

PELA UNIDADE COMBATIVA DO MOVIMENTO SINDICAL!
CONTRA O ARROCHO SALARIAL!

VIOLÊNCIA POLICIAL

Carta da Bahia: É necessário denunciar a violência do governo de Antônio Carlos Magalhães contra os candidatos da oposição e as forças democráticas do Estado.

A grande imprensa nacional vem silenciando estes fatos. Entretanto, ele vem ocorrendo à luz do dia e impunemente, Há

um verdadeiro clima de terror em Salvador, imposto pelo governo do Sr. Antônio Carlos de Magalhães, que conta com a colaboração da Polícia Civil, da Polícia Federal e de um grupo paramilitar, criado especialmente para agredir os adeptos do PMDB, que fazem colagens de cartazes e pichações eleitorais. Trata-se de elementos que, utilizando vários carros, sem placa policial, apoderam-se de cartazes e tinta, jogando os mesmo sobre os candidatos em campanha e cobrindo imediatamente as paredes. Tudo isto é feito em pleno dia, sendo importante destacar que, durante o desfile de comemoração da independência da Bahia (2 de julho), este mesmo grupo (de aproximadamente 40 homens) agrediu companheiros e companheiras do PMDB, intimidando-os com armas e não permitindo a distribuição de volantes de propaganda eleitoral. À noite, esse mesmo grupo paramilitar, usa metralhadoras, escopetas e revolveres de calibre 38. A qualquer momento poderemos ter um companheiro do PMDB assassinado na Bahia. A realidade é que o Sr. Antônio Carlos Magalhães só permite propaganda do seu partido: o PDS.

No dia 1º de julho foi cometida uma violência inominável aos direitos humanos: a invasão do prédio da Associação dos Funcionários Públicos, quando lá se realizava um ato público, dentre das normas legais por ocasião do lançamento de uma revista sobre a guerrilha do Araguaia. A entidade teve seu patrimônio danificado com o arrombamento de diversos de seus compartimentos, inclusive a sala da presidência e a tesouraria, e todas as pessoas que se encontravam no auditório ficaram detidas por 2 horas, sendo, depois identificadas um por uma na Polícia Federal, onde 13 delas foram espancadas e torturadas barbaramente, permanecendo presas.

Na Bahia, estamos voltando aos tempos tenebrosos de 70/80. O terror anda solto e tudo é feito no sentido de intimidar e amedrontar o PMDB e as forças populares. É preciso denunciar estes fatos que a grande imprensa nacional vem silenciando.

SOLIDARIEDADE AOS DEMOCRATAS DA BAHIA!

ABAIXO O TERRORISMO DE ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES!

INTERNACIONAL
CONTRA A CORRIDA ARMAMENTISTA EM NOSSA TERRA

A derrota da Argentina na guerra das Malvinas pela coligação imperialista anglo-americana revelou a inferioridade, em todos os terrenos, da organização militar do país platino, que era considerada uma das mais poderosas entre os países da América Latina. Esse doloroso acontecimento para o povo irmão não podia deixar de despertar a atenção dos militares brasileiros, que começaram a avaliar com maior realismo o quanto estão efetivamente atrasadas, apesar das enormes despesas com material e pessoal que pesam no orçamento estatal as Forças Armadas de nosso País. Incapazes, porém, de investigar em profundidade onde estão as causas verdadeiras de tão grande atraso em comparação com a elevada eficiência da organização militar das duas grandes potências vitoriosas na guerra do Atlântico Sul, tratam os generais brasileiros, tomando como pretexto a derrota da ditadura argentina, de intensificar em nosso País a corrida armamentista. Ora, isto, nas condições atuais, políticas econômicas e sociais, que atravessamos, servirá apenas para fazer crescer os elevados vencimentos dos generais e a miséria casa vez maior de nosso povo, sem elevar a eficiência da organização militar, que permanecerá incapaz de alcançar o nível que lhe permita enfrentar com êxito, pelas armas, o inimigo imperialista de nosso povo, o único que efetivamente nos ameaça. Já que, como é sabido, não passa de mentira consciente a pretensa “ameaça soviética”, propaganda para justificar a repressão policial contra os comunistas e demais patriotas que lutam pelas liberdades, pela completa independência nacional e pelo progresso social de nosso povo.

A corrida armamentista em nosso País deu um primeiro passo importante com o golpe militar reacionário de 1964, que instituiu esse corpo estranho que é o chamado “poder militar”, base ou essência do regime militar-fascista, a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros, fundamentalmente das empresas multinacionais. “Poder militar” este, que se coloca acima da Presidência da República, como se tornou evidente quando do episódio da bomba no Rio-Centro.

Como, nos primeiros anos da ditadura, era praticamente inviável, dada a difícil situação econômica e financeira que atravessava o País, fazer maiores despesas com a aquisição de armamento, foi relativamente fácil para o General Castelo Branco tornar doutrina militar oficial a teoria reacionária das “fronteiras ideológicas”. Esta serviu para justificar a participação direta, em 1965, de destacamento do Exército brasileiro na intervenção militar dos Estados Unidos em São Domingos, Aquele ditador atribuiu então às Forças Armadas, como sua principal tarefa, a luta contra a “subversão” interna (contra nosso próprio povo), já que a defesa externa era expressamente entregue ao “aliado” norte-americano.

Hoje, após 18 anos do golpe de 1964, o ministro da Aeronáutica é obrigado a confessar: “A história – diz ele – nos ensina que a expressão “aliados tradicionais” é uma mera figura de retórica capaz de encantar as mesas de conferências, mas desprovida de qualquer significado prático, principalmente quando se refere a nações de mundo diferentes.” (Jornal do Brasil, 9/5/82) E é este mesmo jornal que tem a audácia de escrever em artigo editorial: “O “perigo comunista” transformou-se no permanente e fantasmagórico adversário das nossas Forças Armadas. As Forças Armadas desviaram-se da sua missão constitucional e por pouco não se reduzem ao papel de uma imensa polícia – o que as diminui.” E conclui com razão: “Se depois de tantos anos neste caminho o “perigo comunista” ainda não foi eliminado, estaríamos então diante de um objetivo inalcançável.” (JB, 11/05/82)

Na verdade, com aquela orientação política ou estratégica, o sr. Castelo Branco apenas levava à prática a teoria da dependência, desenvolvida pelo General Golbery: “... o Brasil essencialmente depende – e quanto! – do restante do Ocidente e, em particular do E.U.A., para o seu comércio, o seu desenvolvimento econômico, o seu progresso técnico e cultural, até para a sua própria segurança (grifado por nós, VO), é fato que para nós, brasileiros de hoje, não exige discussão maior.” (in “Conjuntura Nacional, O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil”, 3ª edição, pag. 247)

Já sabemos hoje, após a guerra das Malvinas, como o governo dos Estados Unidos, na defesa de seus interesses na Europa, não vacilou em abandonar os preceitos básicos da Organização do Estados Americanos (OEA), como o Tratado Interamericano de Ajuda Mútua do Rio De Janeiro (TIAR), - traição ao povo argentino, que não pode deixar de levar a modificações nas relações dos governos dos países de América Latina com o governo norte-americano, mas que também serve de pretexto para o empenho militares, em nosso País, na intensificação da corrida armamentista.

Foi no fim do ano de 1967, com a retomada de crescimento da produção industrial, que começou a ter maior vulto a indústria bélica em nosso País, foram então lançadas as bases para a criação de uma indústria militar diversificada, que se apoiou inicialmente em tecnologia estrangeira. Iniciou-se assim, a criação do Grupo de Mobilização da Indústria Nacional, com apoio principal do exército e da Federação das Indústrias de São Paulo. Em 1975 foi organizada a indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) – empresa estatal com características de holding internacional. Segundo informa em seminário internacional realizado na Capital do México, convocado pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais do Terceiro Mundo, o sr. Clóvis Brigagão, pesquisador do Centro de Estudos Brasileiros do Rio de Janeiro, fazem parte dessa indústria militar hoje, “mais de 50 empresas, que empregam mais de 100 mil trabalhadores.” A IMBEL vendeu para o estrangeiro, no ano de 1980 armamento no valor de 500 milhões de dólares. (Jornais mais recentes consignam que no ano de 1981 essa exportação de armamento chegou a um total de um bilhão de dólares). Fazem parte desse complexo industrial-militar, a Empresa Brasileira de Aeronáutica, que se converteu na sexta maior empresa fabricante de aviões no mundo, fora dos Estados Unidos. Esta empresa tem uma produção média de 40 aviões por mês, fabricando 13 tipos diferentes em 50 modelos separados. Outra é a Empresa de Engenharia Especializada (ENGESA) que fabrica modelos próprios de caminhões e carros de combate tipo “Cascavel” e “Urutu” com grande autonomia e em condições de se deslocarem em terreno difícil.” (in “O

Diário”, de Lisboa, 16.07.81). Finalmente, outra empresa particular, localizada no Estado da Bahia, mas também subordinada à IMBEL, fabrica tanques e canhões.

O Brasil transformou-se, assim, no sexto país do mundo, produtor e vendedor de armas, principalmente de veículos blindados e de aviões de pequeno porte. Essa produção, embora atendesse aos interesses da política do Estado militar-fascista brasileiro, com pretensões expansionistas na América Latina e África, é evidente que não atende, porém, à produção de armamento mais sofisticado, muito particularmente no indispensável às exigências atuais da Matinha de Guerra e da Aeronáutica Militar, como também de mísseis e outras armas indispensáveis a uma Força Armada moderna.

É com base em semelhante argumento que se intensifica afora em nosso País, após a guerra das Malvinas, a corrida armamentista. Seus sequazes, que, em muitos casos, por desconhecimento ou incompreensão dos verdadeiros interesses nacionais, podem pensar estar assumindo uma posição patriótica, na verdade, consciente ou inconscientemente, servem ao opressor imperialista de nosso povo, que deseja e, cada vez mais, necessita ter nos países que econômica e politicamente domina, forças armadas que, possuidoras de uma técnica militar moderna, lhes sirvam de reservas eficientes para a guerra mundial que almejam desencadear e na qual não hesitarão em tentar fazer de nosso povo carne para canhão.

Entre as manifestações dessa corrida armamentista em nosso País pode-se citar a entrevista concedida ao “O Estado de São Paulo” (em 22 de junho de 82) pelo Coronel Leuzinger Marques Lima, que não vacila em afirmar que “a capacidade de defesa do País está seriamente comprometida em razão de um política de menosprezo da Força Aérea, que se acentuou nos dez últimos anos por parte de presidente-generais”, citando logo abaixo os nome de Médic[i] e Geisel. A pequena punição de 15 dias que mereceu esse evidente ato de disciplina, em contraste com os 15 e 10 anos de prisão a que foram condenados dois sacerdotes franceses e os 8 e 9 anos que foram também condenados humildes posseiros do Araguaia porque defendiam o pedaço de terra em que vivem e trabalham – com base nessa

monstruosidade ainda vigente que é a Lei de Segurança Nacional - , revela com suficiente clareza que por trás do Coronel denunciante estão as mais altas autoridades militares, conivente, portanto, com a referida denúncia e também participantes da corrida armamentista.

Mas, muito mais grave, na atual situação econômica financeira que atravessa nosso País são os planos e programas e aquisição de material de guerra no estrangeiro, como, por exemplo, o denominado Segundo Plano de Construção Naval, “que prevê gastos na ordem de 2 a 3 bilhões de dólares... a construção de um navio-escola (rapidamente transformável em cruzador), de dez corvetas lança-minas, de 3 a 4 submarinos e outros navios menores” (in Relatório Reservado, de 31 de maio a 6 de junho de 1982). Por sua vez, segundo o ministro da Marinha, “o grande problema do Brasil é o dinheiro”; “tanto que, se me dessem o que desejo – 10 bilhões de dólares – em dez anos, eu faria uma marinha muito boa.” (in “O Estado de São Paulo”, de 5/8/82). [“]Trata o governo também de adquirir mísseis Exocet, de custo de um milhão e duzentos mil dólares cada um e de outros para aviões, ao preço de 200 mil dólares por unidade.” (in Relatório Reservado, de 7 a 13 de junho de 1982).

É indispensável ainda uma referência ao Acordo Nuclear, assinado pelo sr. Geisel, em 1975, com a Alemanha Federal. Como justificativa desse chamado “negócio do século”, afirmaram seus partidários estar esgotado o potencial hidráulico de nosso País, quando se sabia ser ele bastante superior ao que se pretende obter com programa nuclear. Torna-se também cada vez mais evidente que, ao contrário do que afirmavam (e continuam afirmando) os governantes de nosso País, de tratar-se da utilização da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, a preocupação principal estava e está na obtenção, através de oito reatores de 1,2 megatons cada um, de plutônio – matéria prima para o armamento nuclear, Sendo de notar ainda que, enquanto o quilovate de energia de origem hidráulica pode custar mil dólares (e talvez menos), o de origem nuclear não fica em menos de três vezes mais. Esse “negócio da China” (útil apenas à Alemanha Federal), cujo preço inicial de dez bilhões de dólares, já alcança hoje o de 30 bilhões recorrer a uma tecnologia

que estará superada dentro de 20 anos, segundo a opinião expressada por conhecido cientista brasileiro (“O Globo, 24.4.80). É este o resultado da pretensão dos generais brasileiros de fazer do Brasil uma potência atômica, possuindo, pelo menos em potencial, armamento nuclear.

São, pois, cada vez de maior vulto as despesas feitas em nosso País em consequência da febre armamentista de que hoje padecem os generais brasileiros e seus sequazes, verdadeira mania que tende a crescer por mais prejudiciais que sejam à economia nacional e ao bem-estar de nosso povo. Mas essa corrida armamentista constitui também enorme ameaça para a vida de toda a população de nossa terra. Hoje o primeiro dever de todos os seres humanos consiste em lutar pela paz mundial e, portanto, contra a corrida armamentista, que é estimulada no mundo inteiro pelo Governo dos Estados Unidos, que almeja fazer o mundo andar para trás, mesmo que seja à custa do aniquilamento de povos inteiros.

A guerra mundial, porém, não é inevitável! Graças à política de paz da União Soviética e dos demais países socialistas, ao seu poder econômico e militar, ao seu crescente prestígio político na arena internacional, foi até agora possível evitar o conflito militar de extensão mundial. Mas à medida que o perigo de guerra mundial se agrava, que o sr. Reagan procura voltar à política de “guerra fria”, só a força de todos os povos amantes da paz poderá conter o braço assassino dos provocadores de guerra.

Nestas condições, é dever dos comunistas intensificar a luta pelo esclarecimento de todo o povo, chamando-o a organizar-se, a fim de poder lutar com êxito pela paz mundial, a começar tomando posição contra a corrida armamentista. Não é aumentando as despesas militares que defenderemos a soberania nacional. Estão completamente equivocados os que assim pensam. Por maiores que sejam as despesas feitas com armamento, enquanto milhões de brasileiros passarem fome e estiverem submetidos à dura exploração do latifúndio, dos monopólios e das multinacionais, ou à opressão de governos reacionários ou aventureiros, jamais teremos Forças Armadas na altura da técnica militar contemporânea. Esta é a causa

fundamental da derrota das Forças Armadas da Argentina por um inimigo situado a 12 mil quilômetros de distância.

A força dos povos dos países cultural e tecnicamente mais atrasados consiste na luta pela elevação de sua consciência política. A prática mundial já comprovou que é invencível todo povo que luta pela independência da Pátria, contra seus opressores, pelo progresso social e pela solidariedade a todos os povos amantes da paz. É nessa luta que pode surgir e crescer uma força armada livre, efetivamente democrática, capaz de defender a soberania nacional e impulsionadora de progresso social.

CAMPANHA ELEITORAL NO RIO: CORRUPÇÃO COME SOLTA!

O boletim “Relatório Reservado” n° 818 – publicação destinada ao empresariado e, em geral, bem informada -, revela que os candidatos ao governo do Estado do Rio de Janeiro pelo PDS e pelo PMDB, respectivamente aos srs. Moreira Franco e Miro Teixeira, deverão gastar, até novembro, conjuntamente uns 200 BILHÕES de cruzeiros. Miro conta com os recursos oriundos da máquina estadual gerida pelo sr. Chagas Freitas e Moreira Franco com as verbas fornecidas pelo ministro Andreazza, o que, entre outras coisas, revela que o Governo Federal vem perdendo o interesse inicial pela candidatura de Sandra Cavalcanti (PTB) e concentrando seus esforços na vitória de Moreira Franco ou de Miro Teixeira.

Aí estão as três alternativas do Governo do Rio, três alternativas corruptas e anti-povo: Sandra, Miro e Moreira Franco.

RESOLUÇÃO DOS COMUNISTAS DE SÃO GONÇALO E NITERÓI

DEFESA DOS PRINCÍPIOS DO PARTIDO

É inegável que o camarada Prestes é o maior patrimônio do nosso Partido. Nosso dever é zelar pelo seu nome. Nem os direitistas do C. Central ou outros agrupamentos poderão tentar

“apagar” do processo revolucionário o nome do camarada Prestes. Pois seu prestígio nacional, ultrapassou as fronteiras, sendo o dirigente comunista brasileiro mais conhecido internacionalmente

Pouco adiantou aos membros do CC destituí-lo da Secretaria-Geral do Partido. Para nós que nos alinhamos com suas posições revolucionárias, em São Gonçalo e Niterói, Prestes continua sendo o Secretário-geral do Partido.

Se não aceitamos essa atitude arbitrária do CC, também não aceitamos a posição falsa de alguns elementos agrupados em S. Gonçalo e Niterói num “C. Intermunicipal”, usando para dividir nestes municípios o nome do camarada Prestes.

Esse agrupamento citado, num trecho do seu documento afirma: -“que o Partido necessita de um efetivo de organização de disciplina partidária, contribuindo para o trabalho de vigilância e segurança com base sólida nos trabalhos clandestinos do nosso Partido.”

ORGANIZAÇÃO E DISCIPLINA PARTIDÁRIA

Um mínimo de organização não foi ou é respeitado. Para a realização da conferência realizada por eles só existia uma base. O restante dos presentes era um amontoado de elementos afastados do P., outros que “sumiram” desde 1964, e alguns, nem ao P. eram filiados, e agora investem para tentar criar confusão nas direções de São Gonçalo e Niterói que estão com o camarada Prestes.

No terreno dos princípios de disciplina esses elementos não correspondem ao que afirmam. No processo de eleições políticas lançaram três candidatos de uma só base, a cargos eletivos, inclusive um pelo PTB que apoia a candidata fascista Sandra Cavalcanti. Quando advertidos se rebelaram dizendo que essas candidaturas eram “irreversíveis”, desligando a base do organismo superior.

Ainda no terreno disciplinar, a maioria deles participou de uma série de lutas internas. Naquela época se negaram a distribuir a “Voz Operária” que agora reclamam. Distribuíram naqueles momentos uma série de publicações daquele que estavam naquelas lutas contra o camarada Prestes e até hoje

não fazem auto-crítica. Ainda no momento estão “desenterrando” elementos que se omitiram desde 1964. Agora, após 18 anos voltam não para se integrarem num processo auto crítico no trabalho de massas, mas para criarem confusão contra aqueles que permaneceram fiéis ao nosso Partido.

SEGURANÇA COM BASE NO TRABALHO CLANDESTINO

Como Partido clandestino é nosso dever zelar pela segurança de nossa organização. Esse agrupamento distribui materiais ilegais sem o mínimo de cuidados. Materiais estes que constam suas resoluções, errando ao apontar onde se realizam cursos... pleiteando emprego para um de seus militantes em um organismo de massa. E muitas vezes o fim das reuniões ilegais são prolongadas pelos “bares”, discutindo resoluções aprovada. Assim como “brigas” da luta interna e sem princípios são levadas para organismos de massas, causando prejuízos a organização legal e ao Partido.

A falta de vigilância chega ao máximo quando através do seu boletim nº 1, afirmam: “no afã de contar com a simpatia e o apoio dos camaradas que se acham afastados das lutas por motivos óbvios, apresentamos através deste jornal, as razões pelas quais se pode perfeitamente orientar-se pelas posições revolucionárias do camarada Prestes”.

Concluindo nossas observações, entendemos que a atividade, formulações e resoluções deste agrupamento, pecam pela desorganização, indisciplina e ilusão de classe. Inclusive usando indevidamente o nome do camarada Prestes.

Neste sentido repudiamos essa tentativa fracionista e alertamos os companheiros destes dois municípios para intensificarmos o nosso trabalho junto às massas. A eleição política é um meio de lutas e não um fim em si mesmo para impulsionarmos o nosso trabalho e fazer crescer e depurar o nosso Partido. Temos que consolidar as bases existentes, organizando outras nas empresas e convenceremos a todos os nossos militantes que o valor de cada um mede-se pelo que arrasta consigo, para sua orientação política nos locais de trabalho de estudo e moradia. É esse Partido de novo tipo,

preocupação fundamental do camarada Prestes, na luta para a conquista do SOCIALISMO.

COMISSÃO DE DEFESA E ORGANIZAÇÃO
DO PCB. SÃO GONÇALO-NITERÓI
JULHO/82

COLUNA DO LEITOR DA VO

CARTA DE UM MILITANTE COMUNISTA

(A PROPÓSITO DA ENTREVISTA DO “GERALDÃO”)

Sendo um militante comunista há alguns anos li, com interesse, a reportagem realizada por Álvaro Caldas na “Folha de São Paulo”, com o ex-portuário Geraldo Rodrigues dos Santos, o Geraldão, membro do chamado Coletivo de Dirigentes Comunistas, publicada na edição do dia 3 de junho, sob o título “PCB prepara a expulsão de Prestes”. É evidente o interesse dos trabalhadores, intelectuais e progressistas e, particularmente, dos socialistas e comunistas pela matéria publicada. E como estamos em época de abertura nos sentimos encorajados a manifestar nossa opinião que difere do entrevistado.

Com todo o respeito que temos ao Geraldão, as suas origens proletárias e aos 36 anos de militância partidária, a verdade é que como dirigente comunista ou mesmo como militante ele incorre num grave erro – está fora da realidade. Isto porque talvez tenha limitado seu universo de conhecimento às propostas formais, às normas estabelecidas, às maiorias conjunturais, às arengas do Comitê Central, ao Brasil, do Rio e de São Paulo, esquecendo que as coisas mudam e que o comunista é, antes de tudo, um revolucionário.

A luta política da classe operária exige conhecimento histórico e social. Há muita coisa nova por este mundo afora, na Europa, na Ásia e na África; nas Américas e no Brasil, no ABC paulista, no Rio Grande do Sul ou no nosso querido nordeste duplamente explorado pelos monopólios, enfeitado pelos governos e até pelas organizações ditas revolucionárias. Há algo de novo nos debates que movimentam a luta ideológica entre a ditadura e a democracia, entre patrões e trabalhadores, entre oportunistas e revolucionários, apesar das ameaças da reação e

das manobras das direções deformadas. A entrevista do Geraldão se situa no centro deste debate.

Inicialmente, Geraldão acusa o camarada Prestes de divisionista e revisionista, embora reconheça que o ex-Secretário Geral do PCB sempre defendeu a unidade do partido. Em “Materialismo e Empirocriticismo” Lenin observa que toda a lei fora dos limites dos fenômenos que abrange é absurda, perde validade. Para os comunistas, a luta pela unidade só tem sentido se se trata de unidade revolucionária. Para os comunistas, o principal é a estratégia política. Em função dela se constrói o partido que é justamente “um partido de novo tipo” por ser um partido de conteúdo revolucionário. Se ele perde este conteúdo, perde igualmente para seus militantes o sentido da prática unitária.

A situação não é hipotética, abstrata. Não é a primeira vez e é provável que não seja a última, que a maioria da direção de um partido revolucionário se curva ante a pressão ideológica das classes dominantes e, consciente ou inconscientemente, passa a defender seus interesses. Os exemplos estão por aí. Tampouco é novidade a posição assumida pelo camarada Prestes; nas devias proporções o rompimento de Lenin com a II Internacional tem suas semelhanças. Lenin estava em minoria mas nem por isso hesitou em denunciar com firmeza a traição dos dirigentes da II Internacional. Denunciou com firmeza a traição dos dirigentes da II Internacional. Denunciou porque estavam em jogo os interesses da classe operária; denunciou porque estava em jogo questão de princípios. E diante da questão de princípios não pode haver transigência. “É isto que Giocondo não entende”, diz o camarada Prestes.

A experiência do movimento revolucionário internacional e também a experiência da revolução brasileira têm demonstrado que não se negam os princípios impunemente. Sem dúvida, a ditadura causou um grande prejuízo ao partido, mas a falta de vigilância da direção também e, mais ainda, a linha política reformista adotada há vários anos, desde o início da década de 30. Esta orientação política que perdura desde essa época e que o Comitê Central se esforça em eternizá-la, foi a principal responsável pela insurreição de 35, pelas ilusões de

classe de 46, pelo isolamento de 66, pelos massacres de 74 e 75, pela crise interna de 80. É uma linha reformista, de direita, que conduz à derrota e ao oportunismo.

O camarada Prestes tem se colocado frontalmente contra esta orientação que conduz à desmoralização da vanguarda, à aliança com os pelegos e com o chaguismo, a aceitar as manobras da ditadura, a defender a democracia pela democracia, e, ainda, à negação do socialismo, da necessidade da revolução e do partido revolucionário, do papel dirigente da classe operária, das leis do materialismo histórico e do desenvolvimento social.

Em decorrência de sua composição social, da falta de estudo, do baixo nível cultural da classe operária e da intensa pressão ideológica das classes dominantes, a atual direção do PCB passou a reproduzir em sua maneira de ser, de pensar e de agir, as profundas deformações existentes na sociedade brasileira, as quais são inerentes à ditadura e às relações políticas do regime capitalista. Nestas condições, é incapaz de assumir uma atitude auto-crítica. Em nome da unidade, liquidou a democracia interna; em nome do centralismo democrático, castrou o debate; em nome do partido, perpetuou-se na direção. Os que discordam são afastados ou expulsos do partido. Qualquer semelhança com o modelo político dominante no país não será, por certo, uma mera coincidência.

Diz Geraldão: "...objetivamente, seu comportamento (de Prestes) ajuda ao inimigo da revolução, a reação". Decididamente, Geraldão tem língua grande e nariz comprido. Tem militância, origem proletária mas pouco miolo e muita prosa. Aqui no Ceará, este tipo de dirigente característico dos anos de euforia que antecederam o golpe de 64, são chamados com ironia de "comunistas de peito estufado". Verdadeiros pavões, em inteligência e vaidade.

Assim, apesar das posições do Comitê Central, a grande maioria dos comunistas sabe que, atualmente, nas condições concretas da realidade brasileira, o avanço da revolução depende, fundamentalmente, da justeza da orientação política do partido e da prática coletiva que lhe seja correspondente. Por outro lado, também sabe que a crítica e a auto-crítica

representam o método principal e um processo tipicamente revolucionário de superação dos erros. Que a crítica e a auto-crítica consistem não somente no reconhecimento formal do erro mas, essencialmente, numa nova proposta, numa nova atitude, numa nova prática. O camarada Prestes se coloca exatamente nesta posição – uma posição de questionamento e reflexão, sobre as novas realidades do Brasil e do mundo, sobre a atuação do partido nas últimas décadas. Esta é uma atitude revolucionária, marxista, leninista. Quais os nossos erros, nestes 60 anos de existência? Por que não conseguimos construir um partido revolucionário, em sua composição, em sua ideologia? Por que o “desafio histórico” do VI Congresso ficou apenas nas palavras? Que herança os comunistas brasileiros devem preservar?

Sem dúvidas tivemos acertos e vitórias, mas no fundamental fomos derrotados. A ditadura está aí, a classe operária desorganizada, o partido rebentado. Cresce a cada dia, a exploração do povo; aumenta, a cada dia, o poder dos monopólios. Durante anos e anos subordinamos os interesses e a luta da classe operária aos interesses da chamada burguesia nacional. Não educamos as massas para a revolução, tampouco para o socialismo. Tudo isto faz parte dos nossos erros, erros que se mantiveram por tanto tempo que geraram profundas deformações em todo o partido. Temos responsabilidade em tudo isto. Uns mais, uns menos, o camarada Prestes, principalmente. A diferença é que ele e todos nós que assumimos sua posição política, empenhamo-nos num amplo processo auto-crítico. O Comitê Central insiste em caminhar pela velha estrada que conduzirá a novas derrotas para o partido e para a classe operária. Quem é revisionista? Quem tem uma posição revolucionária? Qualquer militante é capaz de dizer, se tiver liberdade para conhecer.

Quanto as possibilidades do Comitê Central expulsar do PCB o camarada Prestes é um problema que só pode ser respondido pelo próprio CC. A ele é que cabe a decisão de passar para a história do movimento revolucionário brasileiro não somente como dirigente sem visão histórica, mas também como um bando de renegados capaz de complicar a vida de um homem que é um exemplo de honestidade, de abnegação e firmeza

revolucionária. Só os piores reacionários formam a tanto. Prestes não é um mito como assim não o foram Dimitrov, Togliatti, Thorez, Ghioldi, Ho Chi Minh e tantos outros, destacados dirigentes do movimento comunista internacional. Prestes é um exemplo. Exemplo de militância, de abnegação ao povo, de firmeza revolucionária e de moral proletária. Quem conhece sua vida, e milhões de brasileiros a conhecem, sabe onde está a verdade. Chamá-lo de desertor não é novidade, assim também o chamaram os fascistas de 36. Isto não é uma crítica, é falta de hombridade, provocação.

Ainda segundo Geraldão, o Coletivo de Dirigentes gostaria que o desenlace se desse no Encontro Nacional... para ter o respaldo das bases. Que bases? As escolhidas pelo Comitê Central para um “encontro” manipulado, de cartas marcadas, onde meia dúzia de “independentes” de “euros” e de “prestistas” servirão apenas para contestar a farsa com que se reveste a realização do VII Congresso do PCB? Ou Geraldão também ignora a realidade do partido de norte a sul? Ou o que ocorreu no Ceará, onde meia dúzia de dirigentes, numa atitude irresponsável, decidiram afastar do partido, sem nenhuma discussão política, todo o Comitê Estadual e todas as organizações a ele subordinadas? Que no Maranhão, nossa querida camarada Maria Aragão já não sabe o que fazer para acabar com a impostura do jornal Voz da Unidade que insiste em mantê-la como correspondente, apesar de sua manifesta vontade em contrário? Que confiança as bases podem depositar numa direção que não tem coragem política para dizer o que pensa e não assume a responsabilidade pelo que faz? Que engana os militantes difundindo mentiras pelos jornais?

Se as bases fossem consultadas e não afastadas e enganadas como vêm sendo, e a democracia interna do partido não tivesse sido, mais uma vez, violentada, as bases por certo afastariam a direção do PCB, a maioria dos atuais membros do CC pela incapacidade que demonstraram de ser direção, de compreender a realidade brasileira, de lidar criadoramente com os ensinamentos de Marx, Engels, Lenin e outros mestres do marxismo-leninismo, de ligar-se à classe operária.

Finalizando sua entrevista, Geraldão faz um auto-retrato quando diz não se preocupar com as consequências morais e políticas do apoio do Comitê Central ao candidato do governador Cahagas Freitas, no Estado do Rio. Não se preocupa porque não tem senso de responsabilidade política para com a classe operária, porque não é revolucionário, é oportunista, só vê e só se interessa pelo que produz resultado imediato, o que é inaceitável para um dirigente comunista, tenha ele 100 anos de militância ou seja operário de dez gerações.

Quanto ao camarada Prestes e ao lugar que já ocupa na história do povo brasileiro, nosso amigo Darcy Ribeiro definiu melhor que ninguém. Comparando-o a José Martí, herói do povo cubano e numa feliz imagem pronunciou: “Prestes, o contemporâneo das gerações futuras. Não está acima da crítica, mas é preciso ter uma estatura para criticá-lo”.

FORTALEZA, junho/82
MÁRIO ROCHA

CONTRA A “LEI FALCÃO” E O “FECHAMENTO”

Seis meses antes das eleições marcadas para 15 de novembro deste ano, o editorial da VOZ OPERÁRIA de maio de 1982 (número 180), dedicado ao problema eleitoral, mostrava como os inúmeros “casuísmos” do regime ditatorial lograram desarticular as oposições e dividi-las. Assinalava-se então que “isto foi possível graças a dois fatores fundamentais: o nível insuficiente de organização e consciência do movimento de massas e a hegemonia dos liberais nas forças de oposição”.

Ao mesmo tempo em que destacávamos a importância de participar do processo eleitoral de 82, visando principalmente infligir derrotas à ditadura em alguns dos principais Estados da União, constatávamos que “as eleições estão perdendo o caráter de instrumento de luta contra o regime, estão, cada vez mais, se transformando numa farsa, necessária para a sobrevivência do próprio regime.” E dizia-se ainda na V.O.: “cada dia torna-se mais claro que, apenas através do caminho eleitoral, não se poderá alcançar conquistas consideráveis para as massas, não se poderá derrotar efetivamente a ditadura. Somente a mobilização das massas organizadas, através de suas mais diversas entidades, é que terá força para por abaixo esse regime.”

O período de tempo decorrido de maio até agora só veio confirmar o que então dizíamos: o chamado “emendão de reformas constitucionais aprovado em junho e, mais recentemente, a manutenção da famigerada “Lei Falcão” mostram claramente que a tendência geral da evolução política em nosso país não está sendo a da “abertura”, mas, ao contrário, a do crescente e cada vez mais acentuado “fechamento” do regime político.

O “emendão” de reformas constitucionais já foi analisado pela V.O. em número anterior (182). Dizíamos naquela ocasião: “Diante de perspectiva de um resultado eleitoral pouco favorável, o Governo está tomando todas as medidas para assegurar a

continuidade do regime ditatorial. E isso só é possível com mais “fechamento”. Quanto à “Lei Falcão”, como se sabe, foi erigida sobre a Lei Etelvino Lins. Esta, objetivando reduzir a influência do poder econômico nas eleições, proibira a propaganda paga no rádio e na televisão e estabelecera, por um período de 60 dias, horários gratuitos sob o controle da Justiça Eleitoral para apresentação de debates político-partidários. A “Lei Falcão”, mantendo a proibição da propaganda paga, eliminou a propaganda gratuita, substituindo-a pela ridícula exibição de retratinho e de nome e números de candidatos.

A manutenção da lei falcão que entrou em vigor no dia 15 de setembro, mais uma vez pôs por terra as ilusões “aberturistas” de muitos e voltou a revelar a verdadeira face do regime: o seu autoritarismo, a sua tendência ao “fechamento” na defesa de sua própria sobrevivência. E, principalmente, veio confirmar o que já disséramos: a farsa em que a ditadura vem transformando as eleições em nosso País.

Sem dúvida, os debates que tiveram lugar até 13 de setembro foram muito fracos e manipulados, revelaram bem a falta do hábito de debater os grandes problemas nacionais. Mas quem é o principal responsável por isso senão a própria ditadura, seu autoritarismo sem limites, suas leis repressoras, da qual a “Lei Falcão” é um exemplo dos mais legítimos? Como aprender a debater sem a prática do debate? A manutenção da “Lei Falcão” só servirá para despolitizar ainda mais o nosso povo e principalmente, evitar uma derrota maior do Governo nas eleições. Como disse um conhecido comentarista político, “simplesmente o Governo (ou o Sistema) considerou inconveniente e arriscada a campanha, o debate, mesmo sobre o controle da Justiça Eleitoral, que teria poder de veto sobre os discursos que seriam levados ao ar.” (JB, 14.9.82)

Enquanto isso, os liberais e oportunistas de todos os matizes, como os atuais dirigentes do autodenominado “Coletivo de Dirigente” falam em eleições “livre e honestas, ou quase livre e quase honestas, como as que se realizam a 15 de novembro” (ver “Voz da Unidade”, nº119, pg.6). Pensam que com essas eleições, mesmo com a “Lei Falcão” e “emendões”, a democracia sairá consolidada no Brasil e, a partir de 15 de novembro as

oposições terão força para impor sua vontade. Típica ilusão liberal: não enxergam um palmo adiante do nariz, não veem que, como o agravamento acentuado da situação econômica, superado o período pré-eleitoral, quando as aparências são sempre um pouco mantidas, virá mais “arrocho” econômico e salarial e, conseqüentemente, mais “fechamento” e menos liberdade, mais repressão e menos “espaço democrático”.

A VOZ OPERÁRIA que neste mês de setembro está cumprindo dois anos de combativa existência em nossa terra orgulha-se de, nestes dois anos, não ter enganado seus leitores com vãs ilusões liberais. Ao contrário, sempre procuramos e continuamos procurando destacar algo que para os verdadeiros comunistas é fundamental: a liberdade não se mendiga de joelhos, conquista-se na luta árdua, longa e difícil. A democracia, em nosso País, não será uma dádiva dos poderosos, nem o resultado de um conchavo entre liberais. Enquanto as forças populares não forem a força hegemônica no conjunto das oposições, enquanto essas estiverem sob a direção dos liberais, com todas as suas vacilações e incongruências, o regime terá condições de conservar a iniciativa e manobrar para assegurar sua própria sobrevivência. E as eleições, cada vez mais, serão transformadas num espetáculo tipo farsa. Seu conteúdo democrático estará inteiramente esvaziado.

A solução que realmente interessa às grandes massas trabalhadoras de nosso País já foi muitas vezes por nós apontada: a organização e mobilização dessas massas na luta pelos seus interesses econômicos, sociais e políticos. Dependendo dessa organização e mobilização, dependendo da efetiva participação popular, as eleições poderão contribuir, em certa medida, para o avanço da luta dos trabalhadores. Entretanto, elas serão apenas um aspecto dessa luta global e mais geral, nunca um fim em si. E a mobilização popular contra a “Lei Falcão” e o “fechamento” durante a atual campanha poderá constituir-se numa contribuição importante para essa luta mais geral pela democracia, o progresso social e a efetiva emancipação de nosso povo.

HOMENAGEM PÓSTUMA A ROBERTO MARGONARI 50 ANOS DE VIDA DEDICADOS A CAUSA DO SOCIALISMO

Faleceu recentemente, vítima de prolongada enfermidade cardíaca, o velho militante comunista ROBERTO MARGONARI. Seu nome está associado às lutas do PCB e de nosso povo pela democracia, a independência e o socialismo. Em Minas Gerais e, principalmente, no Triângulo Mineiro, não há quem não saiba quem foi ROBERTO MARGONARI. Até os seus últimos momentos de vida, na cidade onde viveu e lutou durante tantos anos – Uberlândia –, o companheiro MARGONARI manteve-se fiel à causa da revolução, repudiando os oportunistas de todos os tipos e dando seu apoio integral às posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes.

ROBERTO MARGONARI nasceu em Sorocaba, São Paulo, a 07 de agosto de 1909, filho de José Margonari e Paulina Margonari. Formou-se cirurgião-dentista. Ingressou no Partido Comunista em 1932. Em 1935, passou a fazer parte do núcleo da ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA em Uberlândia. Tornou-se o dirigente máximo do PCB no Triângulo Mineiro e em Uberlândia. É preso nesse mesmo ano, solto e novamente preso em 1940, quando é recolhido à Casa de Correção em Belo Horizonte. Posteriormente é levado até a Delegacia Especial no Distrito Federal.

Em 1945, com a legalidade do PCB, é eleito secretário de organização do Comitê de Zona do PCB no Triângulo Mineiro, com sede em Uberlândia. Tempos depois é eleito secretário político de Comitê Municipal de Uberlândia e membro efetivo do Comitê Estadual de Minas Gerais, fazendo parte da sua comissão de organização.

Em 1946, dirigiu uma delegação de comunistas de Monte Alegre que participaram do Pleno do Comitê Estadual de Minas Gerais, realizado então sob a presidência do camarada Prestes. Participava ativamente da campanha Pró-Imprensa Popular. Nesse mesmo ano, como membro efetivo do Comitê Estadual é lançado candidato a deputado estadual pelo PCB nas eleições de 1947.

Por ocasião do fechamento do PCB, em maio de 1947, MARGONARI era secretário do Comitê de Uberlândia. Havia sido eleito vereador nesta mesma cidade, tendo sido escolhido para líder da Bancada Comunista na Câmara de Uberlândia. Foi um dos fundadores do Escritório de Vereadores de Prestes em Uberlândia, tendo assinado inúmeros boletins.

Em 1950, o companheiro MARGONARI foi novamente candidato a vereador na cidade de Uberlândia, desta vez concorrendo pela legenda do P.R. Ao mesmo tempo em que participa ativamente do movimento mundial da paz. Da luta pela assinatura do famoso “APELO DE ESTOCOLMO”, lança, juntamente com outros companheiros da Frente Democrática Popular em Minas, um manifesto, onde destaca o papel da União Soviética e de seu heroico povo na luta pela paz mundial, o progresso social e o socialismo.

Em 1951, ROBERTO MARGONARI é escolhido para membro do Conselho da Comissão Estadual da Campanha Pró-Imprensa Popular em Minas Gerais. Nesse mesmo anos, é protagonista dos acontecimentos que tiveram lugar em Uberlândia por ocasião da tentativa de realização de um Congresso Feminino pela Paz e contra a Carestia de Via. MARGONARI orientava a preparação desse Congresso, que foi atacado pela polícia. Estava armado e tentou resistir à prisão, quando o delegado Georgino de Souza lhe deu ordem de prisão. Foi processado e levado preso para Belo Horizonte. Respondeu a outros processos judiciais, sempre acusado por estar à frente de lutas justas e ligadas aos interesses populares.

Em 1952, o camarada MARGONARI era o único representante de Minas no Comitê Nacional do PCB. Segundo a opinião generalizada da época, era o homem de maior prestígio nas fileiras do PCB, não só no Triangulo Mineiro, como em todo o Brasil Central. Juntamente com outros companheiros de luta, assina uma proclamação ao povo do Triangulo, de apoio à Convenção pela Emancipação Nacional e conclamando a todos a se empenharem na realização dessa Convenção. O documento apontava, como única saída para a redenção da Pátria, a instalação de um governo democrático de libertação nacional, que unisse o proletariado, os camponeses pobres, médios e

ricos, os industriais e a intelectualidade de nosso país numa grande frente única para a consecução desse objetivo.

Em 1954, em comício realizado em Uberlândia, em protesto contra o golpe e em defesa da Constituição, ROBERTO MARGONARI faz uso da palavra em nome do Partido Comunista. Em seu discurso, mostrava o perigo que atravessava a Pátria naquela hora, concitando todos os brasileiros honestos a se unirem em defesa da Constituição e contra o golpe e a ditadura terrorista que os agentes do imperialismo americano pretendiam implantar no Brasil.

Em outro comício, também realizado em Uberlândia, voltou a falar em nome do PCB. Ao ser-lhe comunicado que um vereador e policial estavam gravando seu discurso, respondeu: “É bom mesmo que gravem bem, pois estou falando em nome do Partido Comunista do Brasil, em nome de Luiz Carlos Prestes.” Ainda em 1954, durante uma entrevista sobre a impugnação de sua candidatura, juntamente com mais 13 companheiros, disse MARGONARI: “A minha candidatura também impugnada, juntamente com as dos outros 13 candidatos, também impugnados pela polícia, as “provas” apresentadas contra nós, são justamente as credenciais com que nos apresentamos ao eleitorado, representam nosso passado de lutadores consequentes pela causa da paz, da democracia e da independência nacional. Mas de nada adiantarão aos manos da polícia. O povo democrata do Triângulo Mineiro saberá eleger os seus representantes e exigir sua pois, conhece-os de longa data, sabe que eles são de fato aqueles que representam suas aspirações.”

Nesse ano de 1954, ROBERTO MARGONARI lança, junto com Orlando Bonfim Júnior, um manifesto aos eleitores e ao povo, apelando para que escolhessem os candidatos populares e derrotassem os entreguistas. Combate então a abstenção nas eleições, mostrando que era necessário utilizar o voto como arma de luta contra os inimigos dos trabalhadores e do povo.

MARGONARI participa ativamente da campanha pelos 20 milhões de cruzeiros para a imprensa popular, assim como de todas as campanhas de cunho popular, democrático e pró-

emancipação nacional. Desenvolve grande atividade em todas as frentes de luta. É um combatente incansável.

Em 1962, realiza um de seus grandes sonhos: vai à União Soviética. E volta ao Brasil entusiasmado com os êxitos do povo soviético e, mais do que nunca, convencido de que só o socialismo pode resolver os grandes problemas de nosso povo.

Com o golpe de 1964, MARGONARI é novamente preso e enviado para Belo Horizonte. Fica preso no 5º Batalhão da Base Aérea. Resiste com firmeza. E assim até o fim de sua vida.

ROBERTO MARGONARI foi um comunista exemplar, um lutador incansável, um homem de bem, um dedicado pai de família, um homem de massas de grande prestígio popular. Seu nome jamais será esquecido. As novas gerações saberão que ROBERTO MARGONARI deu toda sua vida para que em nossa terra houvesse liberdade e justiça: e, para isso, ele lutou de maneira incansável pelo socialismo. GLÓRIA ETERNA A ROBERTO MARGONARI!

DOCUMENTO

RESOLUÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE FORTALEZA

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO COMITÊ
MUNICIPAL DE FORTALEZA

(Dos comunistas que se alinham em torno das
posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes)

Através de insistentes notícias publicadas nos jornais da imprensa burguesa do sul do país os comunistas cearenses tomaram conhecimento de uma sórdida campanha que vem sendo movida pelo chamado “Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas” contra o camarada Luiz Carlos Prestes.

Esta campanha, liderada por Giocondo Dias e outros membros do Comitê Central, tem por objetivo principal liquidar o PCB como partido revolucionário, como instrumento de luta da classe operária brasileira, desmoralizando-o perante o povo e os trabalhadores que vem no camarada Prestes seu mais destacado e firme dirigente.

O crescente o ódio que o grupo de Giocondo Dias nutre pelo camarada Prestes tem sua razão de ser nas graves denúncias feitas pelo mesmo, em março de 1980, em sua histórica “Carta aos Comunistas”. Neste documento, diz Prestes:

“tornou-se evidente que o PCB não está exercendo um papel de vanguarda e atravessa uma séria crise já flagrante e do conhecimento público, que está sendo habilmente aproveitada pela razão no sentido de transformá-lo num partido reformista desprovido do seu caráter revolucionário e dócil aos objetivos do regime ditatorial.”

Mais adiante acrescenta: “A crise que atravessa o PCB expressa-se também na falência de sua direção que, entre outras deficiências, não foi capaz de preparar os comunistas para enfrentar os anos negros do fascismo”... Para concluir logo mais: “Na verdade, a justa preocupação dos comunistas com a unidade do PCB vem sendo utilizada pela atual direção como biombo para tentar ocultar a falta de princípios reinante nessa direção, o apego aos cargos e postos, o oportunismo dos que mudam de posição política para atender a interesses pessoais, a tradicional conciliação em torno de formulações genéricas que nada definem e que visam apenas à manutenção do “status-quo”, deixando, ao mesmo tempo, as mãos livres para que cada dirigente faça o que bem entenda.”

Diante destas e de outras denúncias de igual gravidade, feitas pelo próprio Secretário Geral do partido, um grupo oportunista de direita, tendo à frente Giocondo Dias, tratou logo de afastar o camarada Prestes da Secretaria Geral do PCB e, agora, com o apoio descarado da grande imprensa, lança balões de ensaio sobre sua expulsão do partido.

Sabedor do imenso prestígio que o camarada Prestes desfruta entre milhões de brasileiros, entre as parcelas mais conscientes dos trabalhadores da cidade e do campo, entre os estudantes e intelectuais de vanguarda, entre os militares patriotas e o clero progressista, o grupo oportunista busca amaciar a opinião pública e apresentar mais esta traição à luta revolucionária como um fato isolado dentro da mais profunda crise já vivida pelo PCB. Crise que agora atinge uma nova fase com a realização de uma verdadeira farsa em substituição ao VII

Congresso do PCB, na qual predomina o mais deslavado oportunismo, a manipulação na escolha dos delegados, o reformismo de direita e os acordos espúrios com a ditadura.

Ao denunciar aos comunistas cearenses, aos trabalhadores e ao povo esta sórdida campanha desencadeada pela atual direção do PCB, que traiu os interesses do povo ao aceitar a barganha da ditadura, que traiu os interesses do proletariado ao capitular diante do inimigo de classe, que traiu o socialismo ao tentar liquidar o PCB como partido revolucionário e enxovalhar a vida daquele que melhor simboliza as gloriosas tradições de luta dos comunistas brasileiros, o Comitê Municipal de Fortaleza, do Partido Comunista Brasileiro, cômico da responsabilidade que lhe cabe na luta contra o reformismo e o oportunismo de direita, manifesta, publicamente sua mais irrestrita solidariedade ao camarada Luiz Carlos Prestes, exemplo de honradez, abnegação e firmeza revolucionária.

Ao mesmo tempo, adverte ao povo de Fortaleza, especialmente aos trabalhadores, contra as calúnias que estão sendo propaladas contra conhecidos militantes comunistas de nosso Estado por parte daqueles que, por diversas vezes, já mostraram sua verdadeira posição na luta revolucionária: são reformistas empedernidos e oportunistas da pior espécie que, em 1956, apoiaram as posições de direita defendidas por Agildo Barata, que abandonaram a direção do partido em 64, que se acovardaram diante do inimigo de classe, que lutam pela dissolução do partido em 76, que não tiveram coragem política sequer para participarem da luta pela anistia.

Verdadeiros entraves ao movimento revolucionário, superados pelo tempo e pelas grandes mudanças decorrentes do desenvolvimento capitalista no país, deformados pela ideologia da conciliação de classes, alienados da realidade e arredios à luta social, o grupo oportunista dedica um ódio mortal a qualquer organização ou militante que ponha em risco o projeto político da ditadura, sua vida acomodada de revolucionário consentido e seus acordos tácitos com a burguesia. Qualquer movimento de massa é uma aventura, qualquer denúncia política do regime é esquerdismo. Enquanto isto, são pródigos em elogios aos

políticos da burguesia, inclusive aos que, abertamente, representam os interesses dos monopólios e da ditadura.

Do mesmo modo que o grupo de Giocondo Dias anseia para apertar a “mão-estendida” do ditador-presidente, seus porta-vozes no Ceará já buscam, a todo custo, apresentar o Sr. Gonzaga Mota, candidato imposto ao povo cearense pelo Palácio do Planalto através do indecoroso acordo dos três terços, como um verdadeiro democrata, defensor da Paz.

Que autoridade pode ter quem assim se comporta, quem treme ao primeiro arreganho da reação ou mais ainda diante da mobilização dos trabalhadores decididos a não se deixarem matar sem luta? Que autoridade moral pode ter gente desta espécie para levantar sua voz contra o camarada Luiz Carlos Prestes e os que dedicam suas vidas à revolução e à luta pelo socialismo?

Por maior que seja o desespero de Giocondo Dias e seu grupo reformista, a luta dos trabalhadores brasileiros prossegue, vai adiante, no dia a dia de cada fábrica, de cada escritório, de cada bairro, de cada fazenda, de casa escola, de cada quartel. Nosso povo reconhece a vida do camarada Prestes e por isso, o estima, o admira. Nosso povo sabe que o camarada Prestes é um exemplo de honradez e abnegação. Nosso povo sabe que a fidelidade de Luiz Carlos Prestes ao Partido Comunista pode ser aferida através de sua luta aberta em defesa da revolução, do socialismo e do internacionalismo proletário.

Finalizando, o Comitê Municipal de Fortaleza conclama a todas as organizações do partido e aos seus militantes a manifestarem, das mais variadas formas possíveis, nossa firme decisão em torno das posições revolucionárias do camarada Luiz Carlos Prestes, expressa, suscintamente, em sua histórica “Carta aos Comunistas”.

Abaixo o grupo oportunista de Giocondo Dias!

Viva o PCB!

Viva a Revolução, o Socialismo e o Internacionalismo Proletário!

Viva o camarada Luiz Carlos Prestes, querido dirigente comunista do povo brasileiro!

Fortaleza, julho, 1982

- Comitê Municipal de Fortaleza Partido Comunista Brasileiro

INTERNACIONAL
NOSSA SOLIDARIEDADE À LUTA DO POVO URUGUAIO.
PELA LIBERDADE DO GENERAL LIBER SEREGNI!¹¹

“No Uruguai o desemprego atinge 25% da mão de obra ativa do país. Estão proibidas todas as atividades sindicais. Os funcionários públicos e ferroviários estão proibidos de se filiarem a qualquer agremiação de caráter classista. Sedes de sindicatos foram transformadas em delegacias de polícia. Apenas 5% das atividades da construção civil estão em andamento. A inflação é 120% ao ano. Os reajustes salariais são determinados pelo governo e este ano ainda não foi fixado o índice de aumento. De uma população de 2,5 milhões de habitantes, cerca de 400 mil deixaram o país em busca de trabalho no Brasil, Argentina e países europeus. Existem cerca de 1.500 presos políticos e 100 deles são sindicalista.”

“Este é o quadro da situação interna do Uruguai verificado por uma comissão de 17 sindicalistas de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que esteve na semana passada por 72 horas em Montevidéo.” (Folha de São Paulo, 21 de setembro de 1982).

O povo uruguaio, que era na América Latina um dos que alcançaram mais elevado nível de educação política e já possuía uma vigorosa e unitária organização sindical, enfrentou o golpe militar reacionário de junho de 1973 com memorável grave geral, que teve a duração de 15 dias. Não pode impedir no entanto, a instauração no país de uma ditadura militar reacionária. Esse regime, apesar da firme resistência operária e popular, que não cessou jamais, e justamente para poder enfrentá-la, tomou pelo rumo da fascistização – processo que já alcançava, no ano de 1975, sua culminação. O que foi comprovado pelo terror dirigido fundamentalmente contra o movimento operário e popular, mas também contra toda a vida democrática, que assume então um caráter de massas. Foi diante da crescente resistência popular ao regime militar-fascista e sob a influência também das modificações positivas

11 Liber Seregni (1916-2004), foi um militar uruguaio, fundador da Frente Ampla. Recebeu o Prêmio Lênin da Paz em 1982 [N. do E.].

que se vinham dando na situação internacional que os generais uruguaios pretenderam impor à Nação uma Constituição reacionária, que servisse para legitimar ao regime e assegurar a ele uma imagem mais favorável no exterior. Submeteram então ao julgamento da nação, através de um plebiscito popular, a referida Carta Constitucional.

O vigoroso NÃO com que o povo uruguaio, em novembro de 1980, respondeu a esse desafio do regime fascista, constituiu um pronunciamento dificilmente reversível, que trouxe mudança qualitativa na situação política do país. Com o triunfo do NÃO no plebiscito, o povo uruguaio despedaçou o chamado cronograma formulado pela ditadura ao apresentar seu plano de pretensas mudanças no regime com base na Constituição reacionária que devia assegurar a continuidade da tutela militar da ação.

Diante desse histórico acontecimento e da crescente resistência popular, em particular da classe operária, mas também das camadas médias urbanas, a ditadura viu-se compelida a fazer concessões. Proclama então iniciar o que denomina de “processo de transição” ou simplesmente processo, algo que, embora com características específicas, assemelha-se bastante ao que a ditadura militar-fascista do Brasil chama de “abertura democrática”. E tal qual esta, também “gradual, lenta e segura”, cedendo o menos possível, e sempre conservando os elementos fundamentais do regime militar-fascista. Ao mesmo tempo, tenta a ditadura uruguaia ampliar sua base social e política. Nega-se porém a libertar os presos políticos e sindicais e intensifica a repressão, com crescentes prisões, acompanhadas de torturas e mortes, bem como ao desaparecimento de pessoas sequestradas.

Com a cumplicidade de certos setores dos partidos tradicionais, elaborou a ditadura o antidemocrático “Estatuto dos partidos políticos”, bem como a chamada “Lei sindical”, de controle policial dos sindicatos, e trata agora, através da comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (COMASPO) de formular a “Lei dos Partidos Políticos”. Com base no referido Estatuto, documento reacionário que expressamente impede para sempre a organização e atividade da Frente Ampla e de

partidos de esquerda, - tenta a ditadura neutralizar, absorver ou dividir os partidos tradicionais.

O plano continuísta da ditadura, o chamado “processo de transição” prevê, para novembro do corrente ano, eleições internas das direções dos partidos tradicionais (Nacional ou Blanco, Colorado batista e Cívico, dentre outros); a elaboração (sem participação popular e baseada no mesmo projeto já rejeitado pelo povo), em 1983: a realização de eleições gerais em 1984: e a constituição de um novo Governo (aparentemente constitucional) em março de 1985.

Sob a direção do Partido Comunista do Uruguai e da Frente Ampla, intensificam a classe operária e demais forças democráticas, tanto no exílio como no interior do país, a luta contra o fascismo, pelas liberdades e pela democracia, concentrando agora esforços no combate pela libertação do general LIEBER SEREGNI, presidente da Frente Ampla, que já está há 8 anos encarcerado, bem como dos dirigentes comunistas Jaime Perez, o professor Massera, Gerardo Cuesta, Altensor e todos os demais presos políticos e sindicais, que, segundo informa o Serviço Paz e Justiça, ligado à Igreja Católica, atinge, atualmente, o número de 1800, entre eles 300 mulheres. (Folha de São Paulo, de 20 de setembro último)

Mais do que nunca é indispensável desenvolver em nosso País a solidariedade ao povo irmão do Uruguai. Saibamos para isso difundir entre nosso povo as difíceis condições em que hoje combatem pelas liberdades e a democracia os trabalhadores uruguaios e, muito especialmente o que são as horrorosas prisões, como Libertad, Punta de Rieles e os quartéis militares, nos quais procura a reação dos generais fascistas a destruição dos generais fascistas a destruição física e psíquica dos presos.

Saibamos desde logo organizar, em todo o Brasil, COMITÊS que, com o nome do GENERAL LIEBER SEREGNI, hão de expressar nossa solidariedade a todos os demais prisioneiros do regime militar-fascista no Uruguai.

A luta do povo uruguaio, como as dos demais povos da América Latina, é parte integrante de nossa própria luta contra o fascismo, pela democracia e pelo progresso social.

DOCUMENTO

A FRENTE AMPLA CHAMA O POVO A LUTAR PELA DEMOCRACIA E A LIBERDADE!

“Em nosso Uruguai de hoje, como nos tempos de Artigas, “A QUESTÃO ESTÁ SOMENTE ENTRE A LIBERDADE E O DESPOTISMO”. Ao despotismo, encarnado na ditadura que o oprime há nove anos, o povo uruguaio opõe seu inquebrável afã de liberdade, que se manifesta por todas as fissuras do aparelho de repressão.

Em novembro de 1980 esse afã de liberdade converteu-se na montanha de votos pelo não que afogou a ditadura e marcou o fogo, perante o mundo inteiro, sua total e absoluta falta de legitimidade. Não obstante, como o regime continua senha da força das armas, aferrou-se desesperadamente ao poder, e procura por todos os meios impor sua mal chamada “institucionalização”. Esta não passa de uma manobra continuísta com vistas à implantação de um sistema político antidemocrático, com características claramente autoritárias e cujo elemento principal é a tutela militar.

É certo que a grandiosa manifestação de repúdio popular expresso através do plebiscito, transformou radicalmente a cena política uruguaia e compeliu a ditadura a fazer determinadas concessões e a realizar certas mudanças. Mas, dado o seu incurável medo do povo, o regime adota como tática conceder o menos possível e fazer com que as mudanças se retardem o maior tempo possível.

A ditadura percebeu que o rotundo triunfo popular de novembro de 1980 foi fruto da convergência das forças políticas opositoras. Por isto esforça-se por dividi-las e por entrar em todos os planos as manifestações da vontade popular, que exige uma autêntica saída democrática.

O projeto de lei liberticida relativo aos partidos políticos procura 9 em seu artigo 8) ilegalizar perpetuamente a Frente Ampla e os partidos de esquerda, e, impedir seu funcionamento. Desta maneira, pretende excluir da cena política nossa força democrática, antioligárquica e antiimperialista, que nas últimas eleições obteve 300.000 votos equivalente a 20% do eleitorado e que, sem dúvida, representa hoje uma proporção ainda maior da

opinião pública. Além disto, é mantida não só a proscrição de todos os dirigentes da Frente Ampla e dos principais líderes dos partidos tradicionais, como também (pelo artigo 48 do projeto) seriam punidos com três anos de prisão todos aqueles que mencionassem seus nomes na propaganda política.

Esse projeto de lei ludibria a vontade popular manifestada em 30 de novembro de 1980. Democracia é sinônimo de pluralismo, de ausência de proscrições. O projeto está repleto de proibições, preceitos e penalidades contrárias à ação política, e conseqüentemente fecha caminhos para o livre funcionamento dos partidos que representam os diferentes setores da sociedade. Constitui, essencialmente, um instrumento para impor, por outros meios, os objetivos de institucionalização da ditadura, que o povo já rechaçou de forma categórica.

A lei de associações profissionais (justamente batizada de “lei anti-sindical”) é outra peça do projeto continuísta, com a qual se tenta, inutilmente, atomizar e debilitar o movimento sindical. Diante do malogro dessa manobra, a ditadura recorre, mais uma vez, à força e encarcera numerosos dirigentes da classe trabalhadora, mas nem assim consegue aferrolhar a heroica CNT.

A pretendida abertura é levada a cabo em meio do recrudescimento da repressão, com numerosas detenções, torturas e atentados contra os presos políticos e sindicais: com uma onda de fechamentos dos semanários políticos que ultrapassam aos limites da tolerância do regime: com a continuada submissão do Poder judiciário, que as aparentes concessões, de alce fundamentalmente verbal, contidas no ato institucional número 12, não eliminaram.

Entretanto, o país não pode suportar mais as conseqüências da nefasta política econômica da ditadura, profundamente antinacional e antipopular. Ao repúdio dos trabalhadores, vítimas permanentes dessa política, vem se somando o dos restantes setores da atividade econômica: as camadas médias, cujo poder aquisitivo, dia a dia, se reduz: os comerciantes, asfixiados por uma crise nacional sem precedentes; os industriais, que se declararam em “estado de

emergência” na recente assembleia extraordinária da Câmara que os agrupa; e os produtores rurais que, através da reunião de presidentes de sociedades federadas da Federação Rural acabam de reclamar medidas urgentes, econômicas e jurídicas, para evitar a ruína do setor. Nesta conjuntura marcada por uma onda de falências e concordatas das empresas e pela crescente desocupação dos trabalhadores, a política econômica da ditadura só é favorável aos grandes bancos e ao grande capital financeiro, aliados das empresas transnacionais ou delas dependentes.

A imensa maioria do país, vítima do chamado “modelo econômico” do regime, está de acordo que é imprescindível mudar radicalmente de rumo. Cada dia de demora nessa mudança, acentuar-se-á o risco de que a estagnação econômica do país leve à bancarrota total de seu aparelho produtivo e termine por afundar na miséria os setores populares.

É evidente, no entanto, que a mudança de rumo que o país necessita não se produzirá enquanto continuem na sua direção os que detêm o poder desde 1973. Só uma autêntica democratização da vida política permitirá levar à prática as medidas que todo o país reclama com urgência. Assim o provam – caso algo ainda faltasse para isso – as terminantes declarações de vários altos chefes militares que, com sua característica arrogância, manifestaram-se negativamente, contra a apreciação de qualquer medida, sob a pressão dos industriais e dos produtores rurais. Certamente, essa arrogância e essa teimosa negativa não são novas para os trabalhadores, os estudantes e as forças populares em geral, constantemente golpeadas pelas políticas de arrocho do salário real e dos ingressos dos reformados e aposentados de limitações na Universidade (mediante taxas e exames), de restrições em suma, em matéria de justiça social.

Nesta encruzilhada histórica, a Frente Ampla, mais uma vez, exige imediata aplicação de um programa de efetiva alternativa democrática, que inclua a anistia total e irrestrita; a imediata libertação de nosso Presidente e General do Povo, LIEBER SEREGNI; e de todos os presos políticos e sindicais: o pleno restabelecimento de todas as liberdades e direitos

democráticos: a devolução de sua independência e de sua dignidade ao Poder Judiciário, e a eleição pelo voto popular de uma Assembleia Nacional Constituinte, com a participação irrestrita de todos os partidos políticos.

Exige, para isto, o direito a lutar por seu programa de soluções populares, dentro do livre jogo das diferentes correntes políticas democráticas. A Frente Ampla, caudalosa força arraigada nas mais puras tradições de nosso povo, tem suas concepções próprias e distintivas, a partir das quais propõe medidas concretas para enfrentar os problemas que vive o país.

Para que todos possamos defender livremente nossos programas e nossas soluções e deixar que o povo eleja os que considere mais justos, é condição prévia o restabelecimento da democracia. É imperioso quebrar, o quanto antes, o plano continuísta da ditadura. Esse plano, repleto de adiamentos e de limitações, prevê eleições internas dos partidos tradicionais em novembro de 1982, a elaboração de uma nova Constituição (sem a participação do povo) em 1983; eleições nacionais, em novembro de 1984, e novo governo (aparentemente “constitucional”, mas no fundo continuísta) em março de 1985.

Em 1980, o valente povo uruguaio despedaçou o “cronograma”, valendo-se de um instrumento, plebiscito, que era parte do pobre edifício montado pela ditadura para perpetuar-se. Agora, mais uma vez, uma maioria esmagadora do povo, estruturada sobre as forças autenticamente democráticas, enfrenta-se com esta nova manobra continuísta e saberá encontrar a maneira de derrotá-la. Devemos todos, para isso, somar nossos esforços sem nenhuma vacilação. As maiorias populares autênticas, que reconhecem com seu infalível instinto aqueles que sustentam uma conduta digna e democrática, continuarão sua marcha para o futuro. Os vacilantes e os claudicantes ficarão pelo caminho.

A denúncia e o combate contra a lei dos partidos políticos até sua derrota constituem dever irrenunciável de todos os democratas. Nós, os partidários da Frente Ampla, nos comprometemos a participar, de maneira decidida e infatigável, dessa luta, que é capítulo necessário de um efetivo programa de transição à democracia política.

Para essa transição é também imprescindível articular um programa econômico capaz de resgatar a nação. A Frente Ampla é de opinião que todos os que defendem uma autêntica saída democrática devem convergir para um conjunto de medidas econômicas e sociais dirigidas para:

1- elevar substancialmente os ingressos reais dos assalariados, das camadas médias, dos artesãos, os reformados e aposentados, o que, por sua vez, permitirá ativar o comércio, hoje sufocado pela crise;

2- sanar a crítica situação dos produtores agropecuários, equilibrando sua situação financeira e estimulando a produção e sua comercialização. A defesa da terra de propriedade nacional, deve ter caráter prioritário.

3- defender nossa indústria, eliminando a política antinacional de livre importação e apoiando sua racional recuperação com os meios financeiros adequados.

Com o concurso de todas as forças patrióticas, assestaremos um novo e definitivo golpe à ditadura e lograremos o desejado reestabelecimento da democracia no Uruguai. Das raízes de nossa nacionalidade, ARTIGAS nos convoca a este empreendimento para aprofundar, de uma vez para sempre, a questão fundamental, aniquilando o despotismo e fazendo triunfar a liberdade.

Não se pode admitir adiamento algum. A angustiada situação do país exige uma imediata e genuína alternativa democrática. Para tanto, a Frente Ampla chama a todo o povo uruguaio para redobrar seus esforços, para coordená-los em uma ação comum que multiplique seu impacto e sua eficácia, para travar a etapa final de sua luta pela reconquista da democracia e da liberdade.

Paris, 19, 20 e 21 de março de 1982.

COMITÊ COORDENADOR DA FRENTE AMPLA NO EXTERIOR

HUGO VILLAR

SECRETÁRIO EXECUTIVO

(In REVISTA ESTUDIOS – Uruguai, n° [XX]¹²)

¹² No documento original, o número da revista uruguaia encontra-se bastante borrado. Aparece ser “98” [N. do E.]

COLUNA DO LEITOR DA VO
A CRISE QUE NOS AMEAÇA E AS MANEIRAS DE SUPERÁ-LA
(J. ABREU)

“Só tenho compromissos com a Revolução”. Carlos Marighella.

Marx já afirmou que a história se repete, só que da segunda vez em forma de farsa. E realmente parece farsa que os comunistas brasileiros tenham que repetir a frase que por ser óbvia não deixou de ser necessária em 1967, 15 anos atrás: naquela época significou reagir ou não de armas na mão contra o fascismo; hoje significa deixar ou não que o Partido se transforme em algo que nada tem a ver com os objetivos revolucionários.

E a questão se coloca novamente. Somos ou não revolucionários ou apenas sócios de uma entidade ou fiéis de uma seita que se chama PC?

Podemos mesmo afirmar que exista hoje em nosso país algo que se possa caracterizar, em termos de força social, como um PC? É evidente que não, a menos que queiramos que possa haver vanguarda de classe operária constituída quase sem sua participação e da qual os operários não tomam conhecimento.

É preciso que tenhamos a necessária humildade para admitirmos que não somos os donos da Revolução por graça divina, e que o verdadeiro PC, o verdadeiro partido revolucionário de novo tipo, ainda está por formar-se, e que para a sua formação concorrerão várias fontes – e é mesmo possível que nós não sejamos a principal. O importante para nós agora como revolucionários não é lutarmos para sermos este núcleo – e sim lutar com toda a humildade e realismo para formar o partido revolucionário de novo tipo, vanguarda da classe operária e da Revolução. O importante é fazermos a Revolução, no nível atual de suas tarefas.

Daí decorre toda uma questão, político-organizativa de que infelizmente poucos companheiros têm a necessária clareza: um partido nestes moldes é algo de extremamente dinâmico e cambiante do ponto de vista formal, e tem que nascer do movimento de massas, em íntima relação com estas.

Podem dizer que o chavão é velho. O que não podem dizer, entretanto, é que a tarefa tenha sido cumprida.

Sim, porque há que traduzir a posição política em medidas práticas e é aí que negamos tudo que admitimos teoricamente.

Como se pode falar em partido nascido ou mesmo ligado ao movimento de massas quando toda uma frente de trabalho de massas está aí desmobilizada, quando dirigentes se recusam a se sindicalizar, quando se coloca que o importante agora é reforçar internamente o partido para depois partir para o movimento de massas?

Como se pode corresponder a um partido que busca o movimento de massas uma forma orgânica pesada, fechada, com comitês e mais comitês, todos cooptados, e vida de base quase inexistente e formal?

A grande verdade é que continuamos os elitistas de sempre. Ou nos voltamos de forma radical para o trabalho de massas e reconhecemos na prática que a Revolução é obra das massas ou tudo o que fazemos vai se transformar pouco a pouco em algo estéril e morto, em uma atividade pseudo-revolucionária que, por melhores que sejam as intenções, apenas servirá para enganar a nossa paciência.

Dizer que o partido se deve voltar para o trabalho de massas não é tudo, é preciso definir uma política de principalidades, é preciso saber que trabalho de massas deve concentrar esforços.

Durantes longos anos fomos acostumados a ver a própria questão do poder como algo que poderia ser obtido em conchavos com a burguesia, qual quer que fosse a ação a resultar desse conchavo. O binômio se estabelecia proletariado-burguesia. Essa era a aliança principal, a ela se submetia o trabalho de massas. Claro que, dentro de tal perspectiva, o trabalho sindical deveria ser de cúpula, o trabalho nos bairros, eleitoralista, a força do partido mais dependente de suas alianças do que seu reconhecimento como vanguarda pela massa. É de se perguntar até que ponto já renunciemos a essa herança nefasta.

Na verdade, o que é necessário, para que o partido assuma uma posição de vanguarda, e que se enraíze no seio do proletariado, e que a política de alianças, em termos de classe reflita o binômio proletariado-camponato, como núcleo principal. Dentro dessa perspectiva assume enorme importância o trabalho de massas, feito pela base, de forma independente, dentro de camadas operárias e camponesas, dentro das massas faveladas, dentro das camadas médias no estrato social. Nesta ordem de principalidades. As formas que reveste o trabalho são várias: sindical, de bairros, estudantil, feminino, juvenil. Dentro desses movimentos deve nascer o partido, dentro deles desenvolver-se, guiando-os sem instrumentalizá-los. Nesses movimentos deve participar todo o partido, ressalvados os casos excepcionais. A regra deve ser: todo militante deve participar em um movimento de massas e em uma organização de base.

O que há de revolucionário nisto? Dentro do estado atual da correlação de forças, é a principal tarefa viável no sentido da tomada do poder pelo proletariado: a acumulação de forças e a educação das massas pela experiência concreta de luta. É a oportunidade de forjarmos as próprias armas, a própria força do proletariado para sua luta final contra a burguesia – e aí de nós se não soubermos estar à altura da tarefa: as consequências se traduzirão em atraso na luta e até em massacres, na eventualidade de uma nova fascistização do país. A própria questão do poder passa pelo trabalho de massas, portanto. Fazer trabalho de massas hoje é lutar pelo poder no nível permitido pela correlação de forças.

Há que se considerar porém que já não estamos em 1980. As massas não estão aí, em pleno ascenso de suas lutas, esperando que atuemos junto a elas. Aliás, nem em 1980 elas esperaram coisa nenhuma – partiram para a ação sem direção mesmo, e nisto consistiu grande parte da debilidade do movimento e de sua pequena perspectiva de continuidade. Por nossa responsabilidade, diga-se de passagem.

A situação hoje é outra. Há um refluxo no movimento de massas em consequência não só da crise econômica, mas das próprias derrotas sofridas pelas massas nos seus embates contra o poder burguês.

Devemos ter respostas claras para a conjuntura. A proposta deve ser simples: luta contra a fome, o desemprego e a carestia. Cada frente de massas deve traduzir essas bandeiras gerais à sua situação específica e partir em luta decidida e radical por seus objetivos. As propostas são mínimas e levam em consideração a correlação de forças: se lutarmos, podemos ser vitoriosos. Não se trata aí de repetir simplesmente as bandeiras de luta – nossa responsabilidade é a de conquistarmos vitórias com elas. Vitórias que contribuam para elevar o ânimo das massas e para enraizar no seu seio. A longo prazo, sem ilusões. Mas também sem vacilações.

O momento é de grande responsabilidade. Que se coloca diante de nosso partido nesses instantes é a questão da sua própria viabilidade. Não podemos ficar por mais tempo sem linha política e sem direção. Para que tenhamos ambas é preciso que o partido se legitime, diante das massas e internamente. Primeiro diante das massas, depois internamente. De nada adiantam conferências e congressos de vanguardas não reconhecidas. Continuariam ilegítimas por mais vezes que fossem eleitas, as suas direções.

Ou nós nos voltamos para as massas e legitimamos o partido como vanguarda ou já nos podemos considerar como desaparecidos. Como revolucionários, pelo menos.

FORTALEZA, AGOSTO/82

**A SITUAÇÃO POLÍTICO-ELEITORAL NO RIO DE JANEIRO
FAC-SÍMILE CONTENDO A POSIÇÃO DE L. C. PRESTES¹³
PRESTES, BRIZOLA, O POVO
Declaração**

Modificou-se consideravelmente nas últimas semanas o quadro político-eleitoral no Estado do Rio de Janeiro. O povo fluminense e, mais ampla e decididamente ainda, o povo carioca, já manifestam agora, em sua grande maioria, abertamente favoráveis à candidatura ao governo do Estado, apresentada pelo PDT, do sr. Leonel Brizola. Ao povo deste Estado causam repulsa os milhões e milhões de cruzeiros que estão sendo gastos na propaganda eleitoral, que vem sendo feita em apoio dos candidatos tanto do governo federal, como do estadual. Mas não se trata apenas disto. Na verdade, estamos diante de um notável acontecimento social e político, que revela como o povo não se deixa facilmente enganar por aqueles que pretendem impingir-lhe, em nome de uma pretensa frente “democrática” contra o regime e o poder militar – o chamado “sistema” –, a necessidade de votar na camarilha de Chagas Freitas, cingidamente apresentada como “democrática” e até mesmo “oposicionista”.

Subestimaram, na verdade, os senhores que levantaram a consigna do pretenso e já desmoralizado “voto útil”, assim como seus sequazes, a inteligência e a vontade oposicionista do povo trabalhador. Esboroou-se a consigna do “voto útil”, repelindo este pelos trabalhadores e pela imensa maioria dos eleitores deste Estado, que, conseqüentemente, chegaram à mesma conclusão política por mim exposta há seis meses atrás: no Estado do Rio de Janeiro, com a incorporação do PP ao PMDB, este foi, na verdade, absorvido, “engolido”, pelo primeiro – o PP de Chagas Freitas, que jamais se opôs à ditadura, que sempre foi seu colaborador fiel. Restavam no Estado, como partidos

13 Este “fac-símile” se tratava de um panfleto com a posição eleitoral de Luiz Carlos Prestes para o ano de 1982 no Rio de Janeiro. Esta reprodução encontrava-se assinada por Prestes [N. do E.]

políticos opositoristas, legalmente reconhecidos, apenas o PDT e o PT, sendo que somente o primeiro, caso chegasse a sensibilizar as grandes massas populares, poderia vir a ter condições de derrotar pelo voto os candidatos da reação, tanto federal como estadual. Como destacávamos há seis meses atrás, o PT tem revelado que, nas eleições deste ano, apenas em São Paulo conta com o apoio de parte considerável do eleitorado, o mesmo não ocorrendo no Rio de Janeiro, onde não conseguiu ainda se transformar numa opção viável.

Ao mesmo tempo, a pressão das massas e da opinião pública contribuiu decisivamente para que o sr. Leonel Brizola, na qualidade de dirigente máximo do PDT e de candidato a governador do Estado, que a princípio, mantinha frente ao governo federal uma posição vacilante e tibia, fosse compelido a modificar, pouco a pouco, seu discurso, no sentido de maior clareza e firmeza na oposição à ditadura. Resta desejar que até 15 de novembro o sr. Brizola venha a dar mais alguns passos nessa direção de maior consequência opositorista. É de esperar também que, diante do apoio popular com que já conta, saiba Leonel Brizola contribuir para que o povo trabalhador se organize e se mobilize a fim de que, uma vez vitorioso nas urnas, conte com o apoio e respaldo de massas indispensáveis para levar à prática os pontos fundamentais de seu programa, contra já previsível, e mesmo declarada, resistência das forças mais reacionárias às medidas de caráter democrático e popular que serão reclamadas pelo povo vitorioso.

E justamente isto que vem sendo ventilado na grande imprensa nos últimos dias: "... Brizola tomar posse. Tomará, mas o próprio presidente da República, em comentários reservados ao grupo palaciano demonstra estar preparado pra utilizar tacape e borduna sobre o "inimigo". (Ver o comentário assinado por C.C... in "O Estado de São Paulo", 19/10/82).

Comentário este que reflete o desespero da ditadura, de seus sequazes e dos políticos de direita frente a posição assumida pela esmagadora maioria do povo do Estado do Rio de Janeiro, cada vez mais favorável à candidatura do sr. Brizola. Como fica difícil insistir – frente às categóricas declarações do sr. Figueiredo – na suposta ameaça de que , caso eleito não

poderia Leonel Brizola tomar posse, passam agora os arautos da catástrofe a afirmar que se lhe impedirá de governar. Trata-se da substituição do “voto útil” pelo que o povo já está chamando de “voto covarde”, ou seja, votar nos candidatos consentidos pelo regime. É nesse sentido que se somam os esforços desenvolvidos nos últimos dias por uma série de velhos e novos defensores da camarilha chaguista, como Rafael de Almeida Magalhães (antigo e conhecido lacerdista), Hércules Correia (do autodenominado Coletivo de Dirigentes comunistas, que mais uma vez está comprovando que traiu os verdadeiros interesses do povo e da classe operária) e alguns outros, assim como organizações abertamente de direita, apelando para todo tipo de provocações, algumas das quais chegam a ter caráter tipicamente policial.

É particularmente diante dessa ofensiva provocadora e claramente antipopular, que considero necessário, nesta oportunidade, tomar posição clara e firme ao lado de todos aqueles que veem, neste momento a vitória da candidatura do sr. Leonel Brizola como a única saída efetivamente viável para derrotar as candidaturas comprometidas com o regime ditatorial, tanto a do sr. Miro Teixeira, como a do Sr. Moreira Franco, candidatos respectivamente do governo estadual e federal, do chaguismo e do PDS.

A derrota, no Estado do Rio de Janeiro, da ditadura e das forças com ela mancomunadas será um acontecimento de repercussão nacional que poderá contribuir para a unidade e o fortalecimento, em todo o País das forças que lutam contra o atual regime, pela democracia e pelo progresso social em nossa Terra.

Em 21 de outubro de 1982

LUIZ CARLOS PRESTES

JOÃO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA

“COM SEU PASSAMENTO, NÓS PERDEMOS UM DESTACADO COMPANHEIRO E UM VALENTE MILITANTE, CUJA MEMÓRIA SE INSCREVE COM HONRA NOS ANAIS DAS LUTAS DO NOSSO POVO PELO PROGRESSO SOCIAL”

(Luiz Carlos Prestes)

“No dia 2 de setembro último faleceu, aos 87 anos, o desembargador JOÃO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA, militante comunista, um dos precursores do PCB na Paraíba. Em sua longa vida, o companheiro Santa Cruz formou-se advogado, foi professor de Direito e desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Sua vida profissional foi marcada por ter exercido a advocacia dos pobres e dos oprimidos.

Em 1947, foi deputado estadual pela legenda do Partido Comunista. Adquiriu grande prestígio junto ao povo do seu Estado por ser um lutador incansável pelas causas dos oprimidos, por ter sido um socialista dedicado à luta por um mundo mais digno e mais humano. Ainda em 1947, o deputado JOÃO SANTA CRUZ tinha seu mandato parlamentar cassado em decorrência da decisão judicial que pôs o PCB na ilegalidade.

Foi advogado das Ligas Camponesas, adquirindo grande prestígio também junto aos camponeses. Em 1964, com o golpe reacionário, foi preso e processado pelo Exército. Seu depoimento perante o IPM que o indiciou é um documento revelador da integridade moral e das profundas convicções revolucionárias do camarada SANTA CRUZ.

Respeitado até por seus inimigos, JOAO SANTA CRUZ foi um exemplo de dignidade, de dedicação à causa socialista, de humanismo revolucionário. Até o fim de sua vida, o companheiro SANTA CRUZ manteve-se fiel aos seus ideais revolucionários, dando toda a sua solidariedade ao camarada Prestes e às posições por este defendidas na luta contra o oportunismo da atual direção do PCB.

Ao tomar conhecimento do falecimento de JOÃO SANTA CRUZ, o camarada Prestes enviou carta à sua família nos seguintes termos:

“Somente agora... fui informado do falecimento do nosso respeitado e querido companheiro Santa Cruz, que para nós foi um exemplo de coragem cívica, pela firmeza e abnegação com que sempre soube defender suas convicções, baseadas no seu amor ao povo e em seus elevados sentimentos humanistas. Além disso, como advogado dos oprimidos e como magistrado incorruptível, deixa um nome respeitado e querido por seus conterrâneos.

Com seu passamento, nós perdemos um destacado companheiro e um valente militante, cuja memória se inscreve com honra nos anais das lutas do nosso povo pelo progresso social.

Enviando à digníssima família este testemunho de nosso pesar, queremos também transmitir-lhe a segurança de minha solidariedade neste momento de dor.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Prestes.”

INTERNACIONAL

A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO: UMA SÉRIA AMEAÇA À PAZ MUNDIAL

Desfechar um violento golpe contra o movimento palestino de resistência, em particular à OLP (Organização para a Libertação da Palestina), e mudar radicalmente a correlação de forças no Líbano – eis os objetivos fundamentais de recente agressão israelita no Líbano. Entretanto, não devem ser esquecidos outros aspectos da situação existente.

Os acontecimentos no Líbano são uma advertência, que revela como qualquer guerra em qualquer região do mundo pode transformar-se num conflito de envergadura internacional. A agressão do Estado de Israel constitui, em particular, uma séria ameaça para a paz mundial. No momento, está bem evidente que nenhuma “regulamentação” pelas armas poderá resolver os problemas do Oriente Médio. Estes continuam presentes e, portanto, o perigo de um novo confronto armado continua de pé.

Um outro fator importante está ligado a tudo isso: o Oriente Médio (e o Líbano, portanto) uma região em que a mudança da correlação regional de forças militares

favoravelmente aos EE.UU e Israel pode ter uma repercussão muito séria na correlação de forças estratégicas globais à nível mundial. Os EE.UU. tem a intenção de prosseguir fornecendo armas modernas a Israel, hipocritamente denominando-as de “defensivas”. Entretanto, os 500 tanques que abriram caminho para o avanço dos agressores israelitas no Líbano, foram utilizados agressivamente. As centenas de aviões de guerra de modelo recente, de que dispõe Israel, são armas com grande raio de ação. Todas estas são armas ofensivas que ameaçam a segurança não só dos países árabes, mas também de outros países.

É preciso notar também que os esforços conjuntos de Israel e dos EE. UU. Transformaram o Líbano em campo de experiências para os novos tipos de armas: aviões, foguetes, sistemas radioeletrônicos, bombas de fragmentação, de fósforo, bombas de “exploração voluminosa”, etc., que liquidaram a vida de milhares de velhos, mulheres e crianças totalmente indefesos. Contra quem essas armas mortíferas poderão ainda vir a ser utilizadas após essas experiências? No futuro, a aliança militar e estratégica de Washington e Tel-Aviv poderá constituir uma fonte de perigo ainda maior.

A presença militar direta dos EE.UU. na região constitui igualmente uma ameaça para a paz mundial. Cerca da metade da 6ª frota dos EE.UU. (com navios equipados com armas nucleares) patrulham de perto as costas libanesas. Isto não é apenas uma demonstração de força destinada a impressionar os Estados Árabes e os seus vizinhos, mas constitui também uma possibilidade real de inclusão direta dos EE.UU. nas forças de agressão no Oriente Médio.

Outros planos também chamam a atenção. Atualmente graças à agressão israelita, os “marines” americanos desembarcaram em Beirute. Foi anunciado oficialmente que estes são 800 e ficarão no Líbano durante 30 dias. Ao mesmo tempo, anuncia-se em Washington que a Casa Branca já preparou um plano visando manter no Líbano a presença norte-americana, e que o Pentágono prepara-se para enviar num prazo indeterminado, diversos grupos de conselheiros e intensificar o fornecimento de armas.

Certamente, este tipo de ação não tem uma importância apenas “local”. A julgar elas declarações do secretário de Defesa dos EE.UU., tem uma orientação claramente anti-soviética. Constitui parte de um plano a longo prazo, visando reforçar a presença das forças armadas americanas na região.

“Temos interesses colossais (!) e evidentes em toda essa região” – declara francamente Weinberber, o secretário de Defesa norte-americano. Lembremos apenas que os EE.UU. encontram-se a 6.500 milhas do Oriente Médio. E, ao mesmo tempo, Washington declara que os interesses da segurança da União Soviética, sendo que esta se encontra ao lado dessa região são “expansionistas”.

A União Soviética tem se pronunciado firme e resolutamente a favor de uma solução pacífica da crise no Oriente Médio. O seu Governo tem mostrado permanentemente que a solução do problema libanês e dos demais problemas do Oriente Médio tem que admitir a garantia do direito de todos os Estados dessa região, inclusive de Israel e do futuro Estado da Palestina, à existência em condições de segurança. Esta é uma premissa fundamental para a paz na região e no mundo.

NICARÁGUA

A INTERVENÇÃO ESTÁ SENDO PREPARADA

A situação na América Central tem se agravado ainda mais. Vários focos de conflito vieram somar-se ao caldeirão em ebulição em que se transformou El Salvador. Todos em conexão com Washington, fazendo parte de um plano estratégico unificado, que visa desestabilizar essa região, permitindo aos EEUU intensificar sua ingerência militar e política.

O exemplo mais característico é o seguinte: os preparativos de uma intervenção de Honduras contra a Nicarágua, que se ampliam a cada dia. Concebida em Washington, esta intervenção deverá ser realizada de acordo com as tradicionais receitas da CIA, já tantas vezes aplicadas. Certamente, no caso da Nicarágua, foi necessário introduzir algumas modificações.

Vejamos primeiro o esquema clássico. Antes de mais nada, causar o máximo de histeria e de psicose possível relacionada com um suposta “ameaça comunista”, que pesaria sobre o país visado pela operação. Depois vem a “ajuda militar” americana para prevenir contra essa ameaça e, com essa ajuda, chegam os grupos conselheiros “civis” e de conselheiros uniformizados. Juntamente com a embaixada dos EEUU, preparam ou uma intervenção aberta, como foi o caso da República Dominicana, em 1965, de Cuba, na Baía dos Porcos em 1961, ou do Vietnam; ou um golpe de estado com a colaboração de forças arregimentadas localmente, como na Guatemala em 1954, o Iran em 1953 e no Chile em 1973.

No que se refere à Nicarágua, Washington concentra suas atenções principalmente nos preparativos de uma intervenção a ser realizada pelas forças dos corpos regulares do exército de Honduras. A participação da contra-revolução interna é débil e os bandos de Somoza entrincheirados em Honduras apanharam violentamente quando de suas incursões contra o território nicaraguense.

Durante este ano, a ajuda militar americana ao regime de Honduras duplicou em relação a de 1981. Com esse mesmo objetivo, o Pentágono ampliou aceleradamente as pistas de aterrissagem em Honduras e criou, perto de Tegucigalpa, uma base para as tropas de desembarque aéreo. Será aí que os conselheiros americanos, que já chegaram a este país, formarão as tropas de choque locais. Um ensaio de incursão já teve inclusive lugar, camuflado como “exercícios militares” hondurenho-americanos. As unidades de “boinas verdes” norte-americanos participaram desses exercícios. Mas, na verdade, não se trata de exercícios, atira-se de verdade e o sangue está correndo na fronteira com a Nicarágua. Todos os dias, ou quase todos os dias, a soldadesca hondurenha e os bandos somozistas realizam incursões contra as localidades fronteiriças.

A cobertura propagandística da intervenção em preparação contra a Nicarágua já foi iniciada. A imprensa de Tegucigalpa e de Washington está fazendo grande barulho em torno da ameaça de “agressão externa” que pesaria sobre Honduras “livre” e “democrática”.

Como as hordas hondurenhas não inspiram grande confiança aos estrategistas americanos, estes últimos não excluem a possibilidade de um fracasso na intervenção. Uma variante de socorro já foi planejada: a “resolução de Symms”, que acaba de ser aprovada pelo Senado americano, autorizando o presidente Reagan a adotar “quaisquer medidas, inclusive a utilização de armas, para deter uma agressão ou atividades subversivas de Cuba no hemisfério ocidental”.

Como se vê, o plano é consequente e traçado a longo prazo. Foi concebido com tantas minúcias e com tamanha exatidão como, por exemplo, a notória operação de evacuação dos reféns americanos de Teerã, em abril de 1980, sob a direção do coronel Beckwith. E, sem dúvida, com as mesmas chances de êxito.

O “sinal verde” definitivo para o ataque contra a Nicarágua foi dado durante o encontro em Washington, no mês de julho, de Reagan com o presidente hondurenho Roberto Suazo Cordova. O Senhor da Casa Branca declarou em seu tom categórico habitual, que “Honduras pode contar com a ajuda de seus amigos. Pode contar conosco.”

Neste caso, Reagan não disse nada de original. Repetiu apenas aquilo que seus antecessores prometeram a seus fantoches Saigon, de Havana (no tempo de Batista) ou de Manágua (no tempo de Somoza). E também aquilo que havia prometido, ele próprio, há pouco tempo, a Napoleón Duarte, em El Salvador. Pouco depois dessas promessas, este último foi traído pelos seus amigos americanos e perdeu seu lugar presidencial quando das eleições encenadas em março último.

Na Nicarágua, o povo e seu governo estão alertas em relação aos planos de Washington, estão preparados para defender a Revolução, cujo êxito foi alcançado com muita luta e ao preço de milhares de vidas humanas.

**SOLIDARIEDADE À REVOLUÇÃO NICARAGUENSE QUE
CORRE O RISCO DA INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA!**

DOCUMENTO DO SETOR ESTUDANTIL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

CAMARADAS:

A construção de um Partido efetivamente revolucionário que possa dirigir a revolução socialista neste país é, sem dúvida, uma tarefa de maior importância e da maior complexidade. Sem dúvida, esta tarefa exige de nós, comunistas, muita reflexão e muito trabalho. Não existem fórmulas prontas e o exercício da crítica e autocrítica ganha especial importância neste período tão conturbado e difícil para os comunistas que se alinham em torno das propostas revolucionárias de Luiz Carlos Prestes.

Aqui em nosso Estado já se vão quase 2 anos que rompemos com a linha traidora do C.C. do PCB e nos lançamos na árdua tarefa de construção do P. De lá para cá passamos por diversos momentos bastante críticos de nossa organização. A CPC, organismo federativo, com a representação de cada setor do nosso município, foi criada no sentido de encaminhar nossa conferência e unificar a nossa atuação no movimento de massas. A CPC mostrou-se, por pouca capacidade do coletivo, incapaz de levar avante estas tarefas. Constatamos hoje que, fora algumas iniciativas setoriais que na maioria das vezes ocorrem isoladamente, nossa organização não conseguiu efetivamente sua inserção no mov. de massas, não conseguindo conseqüentemente formular uma linha para este movimento. Paralelamente não conseguimos (como um conjunto) elevar nosso nível ideológico e dar o salto de qualidade necessário em nossa militância política.

Vemos, portanto, com muita preocupação a proposta de tirarmos uma direção no Município, pois não conseguiremos superar as principais tarefas que nos são colocadas e que daria respaldo político e ideológico a esta direção. Achamos que é precipitado, portanto, esta decisão.

Paralelamente, encontramos uma série de dificuldade de conciliar nosso trabalho no mov. de massas e o trabalho de secretaria política da CPC. Questionamos inclusive a própria validade de continuarmos neste encargo.

Estas foram as principais razões que levaram ao Pleno do Setor Estudantil, referendando a decisão de sua direção, a abrir

mão de sua secretaria política e passarmos a participar deste organismo apenas como observadores.

Queremos no entanto reafirmar o profundo respeito que temos pelos camaradas, antigos combatentes, que dedicaram (e dedicam) parte considerável de suas vidas à dura tarefa de construir a revolução brasileira. Reafirmamos também a nossa disposição de trabalhar junto aos companheiros em tudo o que for necessário, adquirindo também dos camaradas sua valiosa experiência.

Na certeza de que superaremos estes difíceis momentos da construção do Partido, e marcharemos juntos rumo ao Socialismo nos despedimos. Saudações comunistas.

O PLENO DO SETOR ESTUDANTIL:

AGOSTO/1982

RESPOSTA DA REDAÇÃO DO VO AO DOCUMENTO DO SETOR ESTUDANTIL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

O documento de alguns estudantes do Município do Rio de Janeiro, acima transcrito em sua íntegra, tirando as diversas frases empoladas e um tanto professorais – verdades óbvias e, portanto, bastante “acacianas” –, reflete, na realidade, e lamentavelmente esconde em suas entrelinhas, uma prática equivocada desses estudantes e um posicionamento oposto ao que se espera dos comunistas que se alinham em torno das posições revolucionárias do camarada Luiz Carlos Prestes.

Reflete todo um conjunto de concepções errôneas, - que nada tem a ver com a ideologia proletária, que esses mesmo jovens dizem lutar por adquirir: a pressa pequeno-burguesa, a autossuficiência, o vanguardismo, o elitismo, o desprezo pelas pessoas simples e pelas grandes massas populares, apolítica de “seita”, provinciana, de grupo que decora frases de efeito, a inclinação por discussões estereis, o reunismo e as atitudes golpistas.

Com este documento, os estudantes em questão estão tentando fugir à responsabilidade que assumiram, quando numa atitude indisciplinada e de desrespeito à vontade da maioria do coletivo ao qual pertenciam voluntariamente, se afastaram desse mesmo coletivo, assumindo a postura

aristocrática de observadores (?!), no momento em que suas posições não obtiveram a aprovação da maioria e foram, portanto, derrotadas.

Com este documento, esses mesmos companheiros estudantes procuram encobrir a sua falta de perseverança e de capacidade para enfrentar os problemas dentro do coletivo pelo qual havia optado, a CPC (Comissão Pró-Conferência no Município do RJ). Revelam atitudes elitistas, que não obstante não estarem expressas diretamente nesse documento, foram afirmadas em diversas reuniões e na prática, quando se comportam com desprezo em relação a camaradas de origem humilde ou operária, quando depositam nas costas desses camaradas toda a responsabilidade pelos insucessos do trabalho da CPC, fugindo à sua própria responsabilidade, que certamente não é tão pequena assim.

Sem dúvida a CPC e o conjunto dos comunistas que se alinham, no Rio de Janeiro, em torno das posições do camarada Prestes padecem de sérias deficiências, e não se trata aqui de fazer a sua defesa ou mesmo de discutir os seus méritos e desméritos [sic]. Essa tarefa cabe a todos os companheiros que pertencem a esse coletivo. É lamentável, contudo, que um grupo de estudantes tenha resolvido colocar-se acima do coletivo, numa atitude claramente aristocrática e elitista.

Atitudes estas que se explicitaram com força especial nos últimos meses que antecederam a escolha dos candidatos a serem apoiados pelos comunistas nas próximas eleições de 15 de novembro. A verdade é que esses companheiros estudantes pretendiam usar o coletivo partidário como instrumento para suas veleidades eleitoreiras, tentando fazer com que todos os companheiros do Município e até mesmo do Estado “engolissem” como fato consumado uma chamada “chapa estudantil” para os cargos eletivos a serem ocupados. Quando viram seus projetos impositivos serem derrotados pela maioria do coletivo a que pertenciam, afastaram-se, arrastando consigo alguns jovens bem-intencionados, mas confusos, devido às intrigas desse grupúsculo elitista. Ao saírem, continuaram tentando prejudicar o trabalho que já vinha sendo feito de alianças

eleitorais não só contribuindo para abalar essas alianças, como tentando estabelecer novos compromissos, sem ter, contudo, a honestidade de deixar claro que essas não eram as posições, nem do camarada Prestes, nem dos companheiros da CPC. Na verdade, estes jovens companheiros enveredaram pelo caminho da mentira, quando passaram a falar em nome do companheiro Prestes, sem estarem autorizados, e, pior, sabendo que estavam expressando uma opinião contrária às do companheiro e da CPC.

O comportamento desse grupo de companheiros estudantes é lamentável e revelador principalmente de uma coisa: esses companheiros não conseguiram ainda se tornarem efetivamente o que diziam desejar – comunistas. E para ser comunistas, não basta ler muito, falar bem e discutir bastante. O principal é revelar-se na prática um combatente honesto pelos objetivos dos trabalhadores e das massas populares. E isso os nossos jovens companheiros ainda não conseguiram ser. Esperemos que, num esforço coletivo e individual, o consigam.

A REDAÇÃO DA V.O.

PRESTES FALA HOJE NA JOSÉ DE ALENCAR¹⁴

O POVO

Fortaleza, Quinta-feira, 14 de outubro de 1982

Ao ser indagado ontem pela reportagem política do O POVO se veio ao Ceará indicar a candidatura do senador Mauro Benevides ao Governo do Estado, o sr. Luiz Carlos Prestes respondeu “absolutamente não. Vim para apoiar exclusivamente as candidaturas dos meus amigos”. E adiantou: “Até hoje não recomendei nenhum partido em sei, em todo o País, mas sim os meus companheiros e amigos que tiveram que procurar uma legenda para disputar eleição, uma vez que o Partido Comunista não existe legalmente no Brasil”.

O ex-Secretário Geral do PC brasileiro que participará hoje, às 18 horas, de um comício em frente ao Teatro José de

14 Matérias do jornal “O Povo” de Fortaleza, de 14 e 15 de Outubro de 1982, recortada e colada quase em “fac-símile” nesta edição do *Voz Operária* [N. do E].

Alencar, esclareceu não ser contra o processo eleitoral. “Ele é útil e representa uma forma de esclarecer as massas e elevar o nível da política”. E adiantou: “Eu mesmo tentei ingressar em um dos Partidos de oposição, como o PMDB, o PDT e o PT do Rio de Janeiro, mas nenhum deles concordou, pois eu não deixo de ser comunista e o anticomunismo é grande demais neste País”.

Estão agendados para falar no comício do sr. Luiz Carlos Prestes os seguintes oradores, todos filiados ao PMDB: Tarcísio Leitão (candidato a deputado federal), José Ferreira Lima (candidato a deputado estadual), Waldir Aquino (candidato a vereador) e Assis Papito (candidato a vereador e dirigente do Diretório Central dos _____¹⁵).

Também falarão os representantes do Comitê Democrático Operário e Popular: deputada Maria Luiza Fontenele, candidata a deputada federal Rosa Fonseca e o candidato a vereador Alfredo Lima.

Apoiam o comício os seguintes candidatos a deputado estadual: Horácio frota, Benedito Bezerril, Bianou Andrade, Francílio Dourado, Jaime Alencar, Barros Pinho, Vicente Pompeu, João de Paula, Inocêncio Uchoa e Cândido Pinheiro; os candidatos a deputado federal Helena Cartaxo, Lauro de Oliveira Lima e Fausto Arruda Filho; e os candidatos a vereador Miguel Bezerra, Nildes Alencar, Lauro Alvez, José Lopes, Aguiar Júnior (Presidente do PMDB Jovem), Barros Alves (de Maranguape) e Lauro Alves (de Sobral).

Com a finalidade especial de tomar parte na concentração popular de logo mais às 18 horas na Praça José de Alencar, chegou de São Luís do Maranhão a médica Maria Aragão, velha companheira de lutas de Prestes e que o apoia em suas divergências com o atual Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro, Giocondo Dias.

Outras participações especiais do comício, como oradores, são as dos poetas Manuel Coelho Raposo e Patativa do Assaré, bem como do professor Francisco Alencar, que mesmo sendo membro do Diretório Regional do PMCB falará em seu

15 No documento, a palavra está apagada. Distinguem-se, com dificuldade, as letras “es”, como as duas últimas. Especulamos “Diretório Central dos Estudantes”, mas não pode-se dizer com certeza [N. do E].

nome pessoal, e não pelo partido, pois não recebeu credencial para tal.

HOMENAGENS

Desde que aqui chegou na última segunda-feira, o sr. Luiz Carlos Prestes tem cumprido vasta programação visando à eleição de seus amigos. Assim, concedeu entrevista coletiva à imprensa na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará; reuniu-se com lideranças sindicais no Savannah Horel onde está hospedado; passou o Dia da Criança reunido com jovens em um sítio participando de lazer e debate; almoçou ontem com os seus companheiros na residência do sr. Tarcísio Leitão; visita nesta manhã a Câmara Municipal de Fortaleza; será homenageado hoje, às 18 horas, na praça José de Alencar, por representantes dos trabalhadores gráficos.

Segundo o professor Alencar, “Prestes vem ao Ceará num dos seus momentos de evidência devido ao apoio que deu aos candidatos seus amigos filiados ao PDT do Rio de Janeiro, o que resultou no crescimento de candidatura de Leonel Brizola para o Governo do Estado”. E observou que, mesmo Brizola não estando relacionado na relação dos amigos de Prestes, saiu beneficiado com a participação deste na campanha do PDT, “único partido de oposição no Rio de Janeiro, muito embora, de uma modo geral, toda a esquerda esteja apoiando o candidato do PMDB, Miro Teixeira, o que é um erro, pois ele representa o adesismo do sr. Chagas Freitas ao Palácio do Planalto”.

SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO, VÍTIMA DA AGRESSÃO DE ISRAEL!

“Venham buscar seus filhos!” ... e ninguém apareceu (Dos jornais, agosto/82)

Crianças morrem em Beirute vítimas do bloqueio de Israel¹⁶

Quatro crianças estão prestes a morrer de fome em um hospital semidestruído, no campo de refugiados de Sabra, em Beirute Ocidental, deitadas sobre um lençol de plástico, numa cama de metal. “Treze já morreram”, disse um enfermeiro.

O abandono é total. “Não temos pão, carne, leite, água, eletricidade, combustível nem remédios. A cada dia uma ou duas crianças morem. Mandamos avisar: venham buscar seus filhos. Mas não tem ninguém para vir” acrescentou.

NUM HOSPITAL DE BEIRUTE¹⁷

Para Farid Sawnan e
Fauzi El-Mashni, da OLP,
nossos irmãos
irmãos da humanidade.

Mãe, vem me buscar!
O meu corpo está doendo
por que você não vem logo?
Amputaram minha perna
já não estou podendo andar
meu pai está demorando
pegou fuzil, foi lutar
e você saiu chorando
meu irmão foi enterrar...

16 Este texto é uma colagem de alguma notícia de um jornal ou revista, distinguindo-se pela forma que está editado originariamente. Entretanto, não há a referência de onde se retirou tal trecho. Consideramos, pela continuidade das agressões de Israel aos palestinos, que a notícia adquire um peso dramático pela universalidade que ganha justamente sem data e referência [N. do E.]

17 Procuramos preservar a forma dos dois poemas, entendendo que faz parte da dura e tocante realidade que abordam [N. do E.].

Tem tanta bomba caindo,
depressa, vem me buscar!
tem tanta gente gritando,
tem tanto sangue no chão...
por que você não vem logo?
Vem, minha mãe, me
buscar!

Minha boneca de pano,
minha boneca, onde está?
E meu pai, quando é que volta?
Se ele voltar, vai chorar
porque uma bomba explodiu
e matou meu irmãozinho
estraçalhou minha perna,
que tiveram de cortar!

Eu já cansei de gritar,
já não posso nem chorar...
por que você não vem logo?
Tanta fome estou sentindo,
tanto frio e tanta dor,
tem tanta bomba caindo,
e quanta gente gritando
e tanto sangue no chão!

Por que você não vem logo?
Depressa, vem me buscar!

aos que deram sua vida
aos que não se deixaram enganar
pela causa do proletariado
com os acenos da classe dominante

oi!

Oi, carpinteiro
que serra, que serra,
que prega, que prega,
e engole apressado
a boia já fria, pra
recomeçar...

Pregando, serrando
depressa e bem feito,
senão não tem vez!

Oi, pedreiro que ergue as
paredes
de mansões, de palacetes,
mas nunca tem casa aonde
morar!

Oi, lixeiro que limpa a
cidade
e vê todo o dia
a sobra das ricas mansões,
e os filhos em casa só
sabem chorar
de fome, de mágua, de
tanta aflição!

Oi, bancário que escreve e
confere e os dedos bem
ágeis na máquina batem...
usa gravata, pra dar ao
banqueiro
mais lucro, mais lucro e
boa impressão!
Vê tanto dinheiro passar
pela mão,
mas cata os trocados para a
condução...

Oi, moça que vende, que
vende
nas lojas de luxo,
para dar mais dinheiro às
multinacionais
E tem de sorrir, e tem de
fingir
que nada lhe falta
E tem que exibir
aos olhos safados a sua
nudez,
provando, provando que
nada furtou!

Oi, ferreiro
que bate, que bate
na brasa do ferro e não
para,
só sente na mesa a falta do
pão!

Oi, metalúrgico
que faz automóvel
E faz caminhão...
Os dólares-lucro vão para o
exterior
mas toma cadeia porque
reclamou
do baixo salário e os braços
cruzou!

Oi, camponês
que planta e replanta,
com mãos calejadas
na enxada, no arado,
suando e morrendo
de desnutrição

Enquanto o dono das terras
a fortuna acumulada
na Europa vai gastar!

Oi, classe operária,
oi, campesinato!
A hora já tarda
de muita e bem firme
organização,
para unidos enfrentar
tão cruel exploração

Com vigor desmascarando
os que te aconselham
a conformação
de operário oprimido
com o patrão opressor

E entoam, como sempre,
no passado, no presente,
de sempre as mesmas
canções:
“... é preciso sem demora
aliviar as tensões,
para o bem estar social
e o progresso da nação...”

Sempre a mesma voz macia
a dizer que é necessário
evita estéreis lutas,
tanta reivindicação,
- senão vai dar retrocesso...
- senão o pau vai quebrar...
- senão... senão... o mesmo
SENÃO de sempre!

Oi, metalúrgico ou têxtil,
oi, sofrido camponês,
oi, pedreiro, oi, ferreiro,
bancário ou comerciário,
motorista ou cobrador
oi, servidor da nação!

Cuidado com tais cantigas
que soam aos teus ouvidos,
enquanto o rico – mais rico!
enquanto o pobre – mais
pobre!
enquanto os gringos
avançam
nas riquezas da nação
e na classe dominante
campeia a corrupção!
E até a classe média
de roldão vai caminhando
à proletarização!

Tenha sempre bem
presente
que a tua libertação
só virá se desprezares
a estrada larga e festiva
da eterna conciliação!

Só virá se repudiares
conchavos com a burguesia
que é sócia do
imperialismo!
E percorreres sem medo,
pés firmes, punhos
cerrados,
os caminhos promissores
que levam ao SOCIALISMO!

**ELEIÇÕES NO RIO DE JANEIRO:
FRAGOROSA DERROTA DA DITADURA, DO CHAGUISMO E
DE SEUS APANIGUADOS
POR UMA OPOSIÇÃO AUTÊNTICA!**

O clima no Rio é de festa, apesar da disparada dos preços e da situação angustiante das famílias trabalhadoras, atingidas pelo desemprego em massa, a fome e a crescente insegurança. O motivo dessa explosão de entusiasmo popular é muito evidente: os cariocas e fluminenses descobriram de repente a maneira de votar contra os responsáveis por essa situação de penúria, miséria e violência policial a que estão submetidos. Descobriram que a única saída viável consistia em votar em Brizola, derrotando assim os governos Federal e Estadual, a polícia dos srs. Figueiredo e Chagas Freitas. Brizola era a única oposição com credibilidade e condições de vencer. Isto ficou claro desde o momento em que o dirigente máximo do PDT durante um debate pela televisão, afirmou que estava “contra tudo isso que aí está” (sic).

A resposta do povo foi rápida e espontânea. O Rio viveu momentos de euforia. Às vésperas da eleição não havia mais dúvida: daria “Brizola na cabeça”. E deu. Não obstante todas as provocações e ameaças da direita declarada e da direita mascarada ou fantasiada de “esquerda”. Não obstante também todas as tentativas de fraudar os resultados das urnas e toda a manipulação em grande escala da opinião pública, capitaneada esta pelas organizações “Globo” do sr. Roberto Marinho, fiel colaborador de todos os governos ditatoriais e conhecido defensor dos interesses das multinacionais em nosso País, lídimo representante do que há de mais reacionário no Brasil e na América Latina.

A sensibilidade popular superou e venceu as máquinas eleitorais, a corrupção em grande escala, a propaganda bilionária e as sofisticadas estratégias e jogadas políticas elaboradas nos gabinetes refrigerados dos já tão desmoralizados

“luas pretas” e quejandos. A suposta sabedoria e a pretensa profundidade de alguns requintados intelectuais de elite, muitos dos quais posando inclusive de serem de “esquerda”, veio abaixo, desabou frente a uma outra lógica do povo, dos milhões que se recusaram, no Rio de Janeiro, a servir de massa de manobra para as pretensões eleitoreiras dos políticos que, na realidade, fazem o jogo do regime autoritário. O povo soube escolher: nem Sandra, nem Moreira, nem Miro. Só havia uma opção: “BRIZOLA NA CABEÇA”.

Estas eleições no Rio de Janeiro tem um grande significado político nacional. Transcendem os limites geográficos deste Estado da federação, não obstante sua reconhecida importância. O veredito popular veio confirmar o que, desde o início, havia sido apontado pelo companheiro Prestes e difundido pela VOZ OPERÁRIA: no Estado do Rio de Janeiro, com a incorporação do PP ao PMDB, este foi absorvido, “engolido”, pelo primeiro – PP de Chagas Freitas, que jamais se opôs à ditadura, que sempre foi um seu colaborador fiel. No Rio, portanto, o PMDB deixará de ser uma força genuinamente oposicionista. Sua tônica, ao contrário, era colaboracionista, ou seja, sua política passara a ser a do chaguismo – exemplo de clientelismo e de política de colaboração com o regime ditatorial. Como dissemos, há alguns meses atrás, o PMDB no Rio se transformara no “cavalo de Tróia” da ditadura.

O oportunismo de algumas forças supostamente de “esquerda” – que de “esquerda” só conservam o nome à esta altura -, dentre os quais se destaca o autodenominado “Coletivo de Dirigentes Comunistas” do PCB, quis enganar o eleitorado com a tese, primeiro, do “voto útil” e, depois, do “voto covarde”; pensaram os oportunistas que poderiam fazer passar gato por lebre: contar com o respaldo do sr. Chagas Freitas e, ao mesmo tempo, ocultar esse apoio, fazer passar o sr. Miro e seus colaboradores por independentes do chaguismo e genuínos oposicionistas. Seu ridículo “arco democrático” incluía até o “democrata” Chagas Freitas.

Mas o povo não se deixou enganar. O povo carioca e fluminense conhece e sua própria carne o que é o suposto oposicionismo do sr. Chagas Freitas. E foi á desforra: derrotou

de uma só vez a ditadura, o chaguismo e os seus apaniguados – os oportunistas de diversas facções. Derrotou os candidatos apoiados pelo “Coletivo de Dirigente comunistas”, inclusive o sr. Hércules Correia, membro declarado desse “Coletivo”, confirmando mais uma vez o que o companheiro Prestes dissera: a atual direção do PCB abandonou os interesses do povo, enveredando pelo caminho do oportunismo de direita e da traição à classe operária. De nada adiantaram a muleta e o dinheiro do chaguismo: o povo soube conhecer quem está do seu lado; enquanto derrotava fragorosamente os candidatos das supostas “esquerdas” aliadas ao chaguismo, elegia os candidatos populares comprometidos com a luta contra o chaguismo, o regime ditatorial e seu sócio-menor, o governo do sr. Chagas Freitas, elegia, em particular, os candidatos apresentados e apoiados por Luiz Carlos Prestes.

Os ensinamentos deste pleito são muitos e, provavelmente, ainda é cedo para tirar todas as conclusões possíveis e necessárias. Está evidente, entretanto, que o caso do Estado do Rio de Janeiro encerra uma conclusão da maior importância: algumas supostas forças de oposição, que na realidade colaboram com o regime ditatorial e são coniventes com a sua política antipopular, como é o caso da camarilha chaguista, quando tem a oportunidade de ser governo, revelam sua verdadeira face e sua total incapacidade para por em prática uma política efetivamente oposicionista e de defesa dos anseios populares e democráticos. Por isso, se desgastam e ficam desmoralizadas perante as massas trabalhadoras. Na primeira oportunidade, o povo as repudia, derrotando-as nas urnas, como foi o caso do PMDB na Rio. Esta derrota é reveladora: evidencia que esse tipo de suposta oposição começa a perder terreno no Brasil de hoje.

Efetivamente, começa a despontar uma nova perspectiva: a formação de forças autenticamente oposicionistas, oposicionistas na prática e não só em palavras, assim mesmo frequentemente túbias e vacilantes. A eleição do Sr. Leonel Brizola aponta nessa direção. O povo do Rio de Janeiro viu em Brizola e no PDT a corporificação dessa oposição confiável, livre da corrupção e comprometida com as causas populares.

Esperemos agora, diante dessa importante vitória democrática e popular, que o Sr. Brizola saiba honrar seus compromissos e efetivamente contribuir para a organização desse novo tipo de oposição autêntica ao regime ditatorial.

Como disse o companheiro Prestes, em sua Declaração de apoio à candidatura Brizola, que alcançou uma grande repercussão junto aos trabalhadores e à opinião pública nacional, “é de se esperar também que, diante do apoio popular com que já conta, saiba Leonel Brizola contribuir para que o povo trabalhador se organize e se mobilize a fim de que, uma vez vitorioso nas urnas, conte com o apoio e respaldo de massas indispensáveis para levar à prática os pontos fundamentais de seu programa, contra a já previsível, e mesmo declarada, resistência das forças mais reacionárias às medidas de caráter democrático e popular que serão reclamadas pelo povo vitorioso”.

Os comunistas que se alinham com o pensamento e as posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes estão convencidos que a organização, em suas mais diferentes formas, é a única garantia com que pode contar um governo que pretenda ser efetivamente de oposição à ditadura e, portanto, de luta pela realização de um programa de medidas de emergência que encaminhe a solução dos problemas mais imediatos do povo: a forma, a carestia e o desemprego. Sem o respaldo do povo organizado, nenhum governo de oposição terá condições de resistir às pressões do regime ditatorial e das forças mais reacionárias.

Este ensinamento, certamente, é válido não só para o Rio de Janeiro. Tudo indica que em dez Estados da Federação as oposições sairão vitoriosas deste pleito. Significativa derrota da ditadura, portanto, principalmente se se tem em conta que nos três Estados mais importantes e de maior eleitorado – São Paulo, Rio e Minas – a vitória oposicionista é inequívoca. Entretanto, que caráter virão a assumir esses governos de oposição? Serão muitos deles edições renovadas das práticas chaguistas? Certamente o povo desses Estado não votou para isso. O empenho das forças verdadeiramente democráticas e populares e, em primeiro lugar, os comunistas, só pode ser um: contribuir

para que as massas populares se organizem e participem crescentemente da luta pelo fortalecimento dos setores mais consequentes e combativos da oposição, pela realização efetiva das promessas feitas durante a campanha eleitoral, pela formação e ampliação de uma verdadeira frente democrática capaz de derrotar definitivamente a ditadura, que, apesar das derrotas sofridas, continua mantendo as rédeas do poder e aplicando seu modelo econômico a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros.

Concluimos afirmando que oposição autêntica é aquela que contribui para organizar o povo na luta contra a ditadura e pela conquista dos direitos econômicos, sociais e políticos das massas populares.

O MOMENTO POLÍTICO E AS ELEIÇÕES VISTOS POR LUIZ CARLOS PRESTES

Entrevista concedida ao Jornal Tribuna
da Imprensa (RJ) em 30 de Novembro de
1982

TI – Senador Prestes, O Governo Federal tem afirmado, nestes últimos dias, que é o grande vencedor das eleições de 15 de novembro. O que o Sr. acha disso?

LCP – Sou da opinião que se deu justamente o contrário. É verdade que, pelo resultado já apurado das eleições, foram eleitos, pelo partido do Governo, o PDS, 12 governadores e pela oposição apenas 10. Mas, nos 18 anos já transcorridos a partir do golpe militar de 1964, acentuaram-se profundamente as contradições regionais em nosso País. Ora, a oposição foi vitoriosa principalmente nos Estados do Sudeste – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os econômicos e culturalmente mais desenvolvidos, onde se concentram os centros urbanos mais importantes, a maior parte da produção industrial e agrícola de todo o País, assim como a maior parcela da população operária. E quanto a soma nacional de votos, o número de votos da oposição – do PMDB e, no rio do PDT – e, no mínimo, duas vezes superior aos votos recebidos pelos candidatos eleitos pelo PDS. Na verdade, apesar de todas as

medidas casuísticas tomadas pela ditadura para tentar encobrir o caráter plebiscitário das eleições, este continua presente e revela a esmagadora derrota do Governo Federal nas eleições de 15 de novembro. A maioria de nosso povo está contra o atual regime e viu com entusiasmo, nas eleições deste ano, a oportunidade de manifestar seu descontentamento e sua esperança de conquistar, pelo voto, novos governos estaduais, capazes de pôr em prática uma política de oposição à orientação do Governo Federal. Governos Estaduais que, pelo menos, lutem contra a situação de miséria, de fome e desemprego e assegurem às massas populares a liberdade para lutar por seus interesses vitais.

TI – Qual a análise que faz das vitórias do PMDB em São Paulo, Minas Gerais e Paraná? E das suas derrotas em Estados de tradições oposicionistas como o Rio Grande do Sul e Pernambuco?

LCP – No país inteiro, com exceção do caso singular do Rio de Janeiro, com a incorporação do Partido Popular¹ ao PMDB, este se transformou aos olhos do povo na organização partidária que melhores condições possuía, pelo seu caráter de frente única oposicionista, para derrotar nas urnas o PDS, como partido que se empenhava expressamente em apoio da orientação política do Governo Federal. Em alguns dos grandes Estados e, que o PMDB foi vitorioso, como, por exemplo, em São Paulo e no Paraná, além da oposição ao Governo Federal, também tomou posição clara de oposição ao governo do próprio Estado. Em São Paulo lutava claramente contra Paulo Maluf e no Paraná derrotou esmagadoramente o sr. Nei Braga, Já em Pernambuco isso não se deu. Os dirigentes do PMDB no Estado não souberam dar à campanha eleitoral um caráter nitidamente oposicionistas, chegando quase a dividir a frente única, ao incluir o nome do conhecido conservador Cid Sampaio – que jamais tomou posição contra as ditadura militares dos generais que se sucederam no poder desde 1964 -, com o seu candidato a senador. Nestas

1 O Partido Popular foi fundado em 1980, após a reforma partidária que possibilitou o pluripartidarismo no Brasil. Uma das figuras da fundação desta legenda foi Tancredo Neves. A fundação do Partido Popular foi realizada com membros tanto do MDB quanto da ARENA [N. do E.].

condições, o povo de Recife, tradicionalmente oposicionistas, em boa parte não viu no PMDB o veículo que lhe assegurasse derrotar nas urnas, além do atual regime, o demagógico governo do Estado. O PMDB não conseguiu, por isso, em Recife, a votação maciça de que necessitava para compensar a alcançada pelo PDS no interior do Estado, ainda em grande parte sob a influência dos chefes políticos reacionários, capazes de toda a violência contra a menos manifestação de oposição no território em que dominam. Quanto ao caso do Rio Grande do Sul, foi a divisão da oposição que, no fundamental, levou à vitória do PDS. Os dirigentes, tanto do PMDB como do PDT, não souberam ver que era indispensável unificar suas forças para derrotar os partidários do PDS, isto é, que derrotar o Governo Federal era o objetivo principal do povo brasileiro nas eleições de 15 de novembro.

TI – E, no Rio de Janeiro, porque deu o seu apoio ao PDT de Leonel Brizola? Como explica sua surpreendente vitória? Qual seu significado?

LCP – Cerca de seis meses antes da Declaração por mim assinada em apoio ao PDT, já havia examinado o quadro político-eleitoral em todo o Brasil e particularmente no Rio de Janeiro, assinalando que, como a incorporação do PP ao PMDB, este perdera o seu caráter de frente democrática e oposicionista no Estado do Rio, já que o sr. Chagas Freitas e o chaguismo nada tinham de democratas e muito menos de oposicionistas ao Governo Federal. Nestas condições, no Rio restavam apenas dois partidos oposicionistas – o PDT e o PT. Mas que só o primeiro, caso viesse a conquistar o apoio da maioria da população, teria condições de derrotar o Governo Federal e o Estadual. Fazíamos reparos, no entanto ao oposicionismo ainda tíbio e pouco firme do sr. Leonel Brizola frente ao Governo Federal. Tratamos desde logo de indicar, porém, os nomes dos candidatos que apoiávamos sob a legenda do PDT, no qual nossos companheiros e amigos já se haviam inscrito. Foi diante da atitude provocadora tomada pelos adversários do sr. Brizola, à medida que crescia sua influência entre o eleitorado, que verifiquei já ser indispensável tomar posição de apoio firme e público à sua candidatura. O que foi feito com a Declaração de 21 de Outubro.

Quanto ao rápido crescimento do apoio do povo fluminense, especialmente carioca, foi fenômeno social da maior importância, que revelou a inteligência do povo que não se deixou enganar pelos políticos que falavam em frente democrática e oposicionista, mas tratavam de ocultar que dele participava, como força organizada fundamental, o chaguismo, que nada tinha de democrata e que sempre foi conivente com os sucessivos governos de generais, mesmo os mais reacionários e fascistas. Quanto à vitória em toda a linha dos candidatos para os quais solicitei os votos do povo, isto só pode ser consequência de haver acreditado o povo na minha posição consequente de luta contra a tirania e pelos interesses do povo, contra as posições vacilantes e contra quaisquer entendimentos espúrios com a reação. Meu inabalável apoio à política de paz da União Soviética também deve ter contribuído para nossa vitória. Enfim, a vitória de Brizola no Rio de Janeiro, principal centro político do País, é acontecimento de repercussão nacional de enormes proporções, que não pode deixar de contribuir para acelerar a elevação do nível político da luta de todo nosso povo pelas liberdades democráticas e pelo progresso social.

TI - Qual sua opinião sobre a derrota dos candidatos supostamente de “esquerda” que se aliaram ao chaguismo, nos quadros do atual PMDB? É a derrota da tática eleitoral do Coletivo de Dirigentes Comunistas do PCB?

LCP - Nas eleições de 15 de novembro, os candidatos supostamente de “esquerda”, filiados ao PMDB, pagaram, todos eles, com a derrota o grave erro que cometeram ao pretender impingir ao eleitorado que aliança com o chaguismo fazia do PMDB uma frente democrática e oposicionista. E, conseqüentemente, também pelos entendimentos espúrios, feitos as ocultas do povo, não apenas para as eleições, mas igualmente para a distribuição de cargos e postos no futuro governo da referida frente democrática, se dava sibilamente a entender. Foi essa tática tipicamente oportunista, de traição à classe operária, colocada por eles a reboque da burguesia, que os levou à estrondosa derrota eleitoral...

TI – Como vê o futuro político do Brasil depois destas eleições? Na sua opinião, o que os trabalhadores podem esperar dos governos oposicionistas eleitos a 15 de novembro?

LCP – As eleições de 15 de novembro, em virtude das medidas casuísticas que as precederam, não podiam contribuir para levar a modificações mais sérias na situação política de nosso País. Tanto mais que, na verdade, não poderia atingir ou modificar sequer o chamado “sistema” dominante, de tutela militar sobre os poderes do Estado, já claramente definido pelo general ministro do Exército em entrevista, na qual chega a declarar: “cabe ao Exército, juntamente com as outras forças singulares, assegurar aos poderes da República (grifado por mim) as condições necessárias ao aprimoramento do regime, mantendo o estado de segurança indispensável ao desenvolvimento e a democracia.” (in Folha de São Paulo, 21 de agosto de 1981). Trata-se aqui de uma verdadeira inversão de um regime democrático. Porque neste, as Forças Armadas devem constituir um instrumento a serviço dos poderes do Estado para a defesa da democracia e da soberania nacional. Para derrotar o atual regime militar será necessário um poderoso movimento de massas que leve a uma nova Constituição ou, pelo menos à reforma da atual.

Foi o povo que, participando ativamente da campanha eleitoral e cotando em esmagadora maioria, contra o Partido e os candidatos do Governo, revelou pela sua atividade e entusiasmo, o quanto espera dos governadores por ele eleitos, apesar dos numerosos obstáculos que teve de vencer. Nestas condições, não há dúvida de que o processo democrático foi “empurrado” pelo povo para a frente e que abrem-se, assim, novas perspectivas no terreno da organização popular e operária e no de possíveis conquistas através da luta popular contra a legislação reacionária – Lei de Segurança, lei de greve, lei Falcão, etc -, e pelo progresso social, contra a miséria, a fome e o desemprego, por melhores salários, por educação e saúde para o povo. É o que esperam os trabalhadores dos governos eleitos pelas forças oposicionistas em todo o Brasil.

TI – Haveria alguma ligação entre a anunciada visita do presidente Reagan ao Brasil e os resultados eleitorais de 15 de novembro último?

LCP – Até agora quase nada se sabe a que objetivos se prende a anunciada visita do presidente Reagan ao Brasil. Não se tornou pública, até agora, qual a agenda de suas conversações com o Chefe do Governo de nosso País, embora se afirme que não se trata neste momento de assinar qualquer acordo militar ou, mesmo, de fazer o sr. Reagan concessões no terreno da tributação alfandegária dos produtos brasileiros importados pelos Estados Unidos. É Estados Unidos. É de presumir, no entanto, que nesta primeira visita do presidente norte-americano aos países de América do Sul e Central – após a guerra das Malvinas, na qual, em consequência das posição assumida pelo Governo de Washington, perderam vigência tratados políticos tão importantes como aquele em que baseia a atividade da Organização dos Estados Americanos (OEA), como igualmente o do TIAR (o chamado Tratado Interamericano de Ação Recíproca), ambos traídos ou, pelo menos, completamente esquecidos pelo Governo americano, que preferiu colocar-se, na emergência, ao lado da Grã Bretanha, contra o Governo argentino – que se trate desse problema. E isto, por que alguns governos de países latino-americanos, sob a pressão de seus povos, já levantaram as possibilidades de novas organizações políticas de governos americanos sem a participação do Governo dos EE.UU. De qualquer maneira, diante da política externa do atual Governo de Washington, francamente de provocações de guerra, de volta à “guerra fria” e de acelerada intensificação da corrida armamentista, nada de bom para nosso povo pode-se esperar dessa visita. Devemos exigir, pois, que o Sr. Reagan volte para casa, porque, diante da gravíssima situação econômica e financeira que atravessa o nosso país, cada vez mais espoliado pelos monopólios imperialistas, particularmente dos norte-americanos, sua possível intervenção nos assuntos internos do Brasil só pode dar-se em benefício desses monopólios, que na luta pelo lucro máximo já se beneficiam da colaboração do Estado brasileiro como instrumento para saquear a nação.

TI – Como vê a reforma partidária que vem sendo ventilada nos meios políticos?

LCP – É muito pequena, quase inexistente mesmo, a traição de vida partidária em nosso País. Sucodem-se na história da República as crises políticas e com elas reformas partidárias. Nestas condições, pensamos que a aceleração do processo democrático causada pela campanha eleitoral e pela vitória, relativamente grande, das forças oposicionistas nas últimas eleições, não poderá deixar de abalar o atual quadro partidário em nosso País, que tende naturalmente a romper a camisa de força partidária, agravada pela proibição de coligações partidárias e pela vinculação de votos nos pleitos eleitorais. Na frente política que é a atual PMDB, abrigam-se forças progressistas ou pretensamente de “esquerda” e também elementos liberais e os mais conservadores, que tendem inevitavelmente a chocar-se, na medida em que avançar a luta pela realização das próprias promessas feitas na campanha eleitoral. Isto pode vir a tornar necessária a constituição de um partido político menos heterogêneo, uma espécie de intermediário entre o atual PDS e o partido capaz de acolher as forças mais progressistas ou, mesmo, que se dispõem a lutar por reformas sociais mais sérias. De um lado, portanto, um partido liberal ou mais exatamente do centro- direita, e, de outro, um que poderia ser chamado das forças oposicionistas ou, mesmo, de “esquerda”, o qual, segundo tudo indica, poderá chamar-se socialista. Diante do resultado das eleições de 15 de novembro e do papel de destaque que alcançou o PDT com vitória eleitoral incontestada no centro político mais importante do País, pode o partido dirigido pelo governador Brizola surgir como o principal centro aglutinador das forças efetivamente dispostas a lutar contra o atual regime dominante. Tudo dependerá do êxito que alcançar na solução dos problemas mais prementes do povo o Governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro. É apenas isto o que me atrevo, na situação atual, a dizer, de uma necessária ou indispensável reestruturação partidária em nosso país.

TI – Naqueles Estados onde a oposição venceu, qual deve ser, na sua opinião, a atuação dos comunistas?

LCP – Aos comunistas, naqueles Estados onde a oposição venceu, cabe, em minha opinião, saber utilizar as posições conquistadas para se ligarem às massas, visando mobilizá-las, organizá-las e uní-las. É indispensável lutar pelo reforçamento [sic] do movimento sindical, por sindicatos independentes do Estado, dos patrões e dos partidos políticos. Simultaneamente, cabe também fazer esforços pela organização de uma frente democrática, a mais ampla, de luta contra o atual regime dominante, representado pelo Governo Federal, frente que lute pela democracia para as massas, contra a miséria, a fome e o desemprego, contra os monopólios nacionais e estrangeiros, contra o latifúndio e as multinacionais, por uma política de defesa da paz mundial, contra a corrida armamentista, um política de relações fraternais com todos os povos, em particular com os que lutam pela libertação nacional e pelo progresso social, por relações diplomáticas e culturais com os povos socialistas. Mas cabe também aos comunistas vitoriosos nas últimas eleições, tanto na solução dos problemas do povo, como também na vigilância e no combate à corrupção e ao clientelismo, assim como à sabotagem organizada das forças mais reacionárias.

TI – O que pensa sobre uma possível reforma constitucional, que vem sendo proposta por alguns setores da oposição?

LCP – Sou de opinião que se tornará cada dia mais indispensável substituir a Constituição vigente. É sabido, no entanto, que foi indício na atual Constituição o novo preceito que exige aprovação por maioria de dois terços do total de membros do Congresso Nacional para aprovação de qualquer proposta de membros do Congresso Nacional para aprovação de qualquer proposta de reforma constitucional, o que a torna inviável. A não ser que se conte com a participação dos representantes do PDS, quer dizer do próprio Governo Federal. Seria então uma reforma consentida pelo regime dominante. Não é isto certamente o que desejam as forças oposicionistas. Quanto à convocação de uma Assembleia Constituinte, esta só poderá ser útil se puder contar com uma maioria representativa das forças efetivamente contrárias ao atual regime dominante, tutelado pelos militares. Seria necessário, previamente, conquistar um regime

democrático, livre das manobras casuísticas da ditadura, que permitem, mesmo quando o Partido do Governo perde as eleições, pelo número de votos nacionalmente obtidos, conservar na Câmara dos Deputados a maior bancada e no Senado, graças aos “biônicos”, uma considerável maioria, além, também, de maioria aproximadamente 20 votos no Colégio Eleitoral, ao qual cabe eleger o presidente da República. A convocação de uma Assembleia Constituinte, capaz de aprovar uma nova Constituição democrática, exige, pois, a prévia substituição do atual regime, a conquista de um governo democrático. E isto só se conseguirá por meio de um poderoso movimento de massas. E é partindo da luta pela democracia para as massas que lá chegaremos.

LEONID ILITCH BREJNEV

Faleceu no dia 10 de novembro último LEONID ILITCH BREJNEV, Secretário Geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética e Presidente do Presidium Supremo da U.R.S.S.

Com a morte do camarada Brejnev, os comunistas e o povo soviético perderam o grande estadista que maior contribuição deu, na arena internacional, à luta pela preservação da paz mundial.

Transcrevemos a seguir em homenagem à memória de LEONID ILITCH BREJNEV, o Comunicado do C.C. do PCUS e texto do telegrama de Luiz Carlos Prestes ao camarada Tshernitchov, Embaixador da URSS no Brasil.

“Queridos Camaradas:

O Partido Comunista da União Soviética e todo o povo soviético sofreram uma grande perda. Faleceu o fiel continuador da grande causa de Lenin, o patriota ardente, o destacado revolucionário e combatente pela paz e pelo comunismo, o maior político estadista da atualidade, Leonid Ilitch Brezhnev.

Toda a atividade multifacetada e o destino de L. I. Brezhnev são inseparáveis das mais importantes etapas as histórias do país soviético. A cooperativização da agricultura e a industrialização do pós-guerra, o desbravamento das terras virgens e a organização das pesquisas no espaço cósmico – estas são, também, as principais etapas do glorioso filho da classe

operária, Leonid Ilitch Brezhnev. Cumprindo todas as missões de que o partido o incumbiu, Leonid Ilitch Brezhnev lutou abnegadamente pelos seus ideais com a energia, a pertinácia, e coragem e a intransigência que lhe eram inerentes.

Os soviéticos e os nosso amidos em todo o mundo atribuem, com toda a razão, ao nome do camarada Brezhnev, ao seu trabalho infatigável nos postos de secretário-geral do Comitê Central do PCUS e de presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS a implementação coerente das normas leninistas da vida do partido e do Estado e o desenvolvimento da democracia socialista.

Leonid Ilitch Brezhnev orientou perspicazmente as atividades do estado-maior leninista do partido – o seu Comitê Central – e do bureau político do CC, demonstrando o exemplo de hábil organização do trabalho coletivo. Pertence-lhe o papel excepcional na elaboração e concretização da estratégia econômica e sócio-política do partido na etapa do socialismo desenvolvido, na definição e implementação da política rumo à elevação do bem-estar do povo, no futuro reforço do poderio econômico e defensivo do nosso país.

São eternos os méritos de Leonid Ilitch Brezhnev na formação e concretização da política do nosso partido no cenário internacional: política da paz e da cooperação pacífica, do desanuviamento e do desarmamento, da enérgica resistência às agressivas manobras do imperialismo da prevenção da catástrofe nuclear. É enorme a sua contribuição para a causa da consolidação da _____² socialista na Terra, para o desenvolvimento do movimento comunista internacional.

Enquanto o coração de Leonid Ilitch Brezhnev bateu, todos os seus intentos e ações estiveram completamente submetidos aos interesses dos trabalhadores. Esteve sempre ligado às massas trabalhadoras pelos laços sanguíneos e inquebrantáveis. Na consciência dos comunistas, de centenas de milhões de pessoas em todos os continentes, Leonid Ilitch Brezhnev foi e será personificação do conteúdo ideológico leninista, ao

2 A palavra encontra-se levemente borrada. Distingue-se “idade” no final. Pode-se especular, portanto, “sociedade” ou “comunidade” [N. do E].

internacionalismo conseqüente do otimismo e humanismo revolucionários.

É grande a perda que sofremos, é profunda a nossa dor. Nesta hora triste, os comunistas, todos os trabalhadores da União Soviética consolidam-se mais estreitamente em torno do Comitê Central do PCUS, do seu núcleo formado sob a influência benéfica de Leonid Ilitch Brezhnev. O povo acredita no partido, na sua poderosa inteligência coletiva, e espontaneamente, e com todo o coração, apoia a sua política interna e externa. O povo soviético sabe bem que a bandeira de Lenin, bandeira de outubro, com que foram alcançadas as vitórias de significado histórico-mundial, está em mãos seguras.

O partido e o povo estão armados pelo programa grandioso edificação comunista, elaboração pelos congressos do PCUS. Esse programa está sendo firmemente implementado. O partido fará o possível, no futuro, para aumentar o bem-estar do povo, baseado na intensificação da produção, no fomento da sua eficácia e da qualidade do trabalho, no cumprimento do programa alimentar da URSS.

O partido continuará a manifestar o cuidado global na consolidação da união da classe operária, do campesinato kholkhosiano e da intelectualidade popular, do fortalecimento da unidade sócio-política e ideológica da sociedade soviética, da amizade fraterna dos povos da URSS e da educação ideológica dos trabalhadores no espírito do marxismo-leninismo e do internacionalismo socialista.

A vontade do povo soviético pela paz é eterna. Não é a preparação de uma guerra que se destina o insensato gasto das riquezas materiais e espirituais dos povos, mas, sim, a consolidação da paz, que é a estrela-guia para o dia de amanhã. Esta nobre ideia faz-se sentir em todo o programa de paz para os anos 80 e em toda a política externa do partido e do Estado soviético.

Vemos toda a dificuldade da situação internacional, as tentativas dos círculos imperialistas de minar a coexistência pacífica de empurrar os povos para o caminho da inimizade e da confrontação militar. Porém isso não pode abalar a nossa determinação de defender a paz. Faremos tudo que for necessário

para que os amantes de aventuras militares não encontrem indefeso o país dos soviéticos, para que o agressor potencial saiba que o espera, inevitavelmente, um golpe demolidor como resposta.

Ao se basear no seu poderio militar, ao guardar a maior vigilância e ao manter a inquebrantável fidelidade aos princípios e objetivos de amor à paz da sua política externa, a URSS lutará consistentemente para que seja afastada da humanidade a ameaça de uma guerra nuclear, pelo desanuviamento e desarmamento.

Nesta luta estão conosco os países irmãos socialistas, os países combatentes pela sua libertação nacional e social, os países amantes da paz de todos os continentes, todas as pessoas honestas da Terra. A política de paz expressa os interesses vitais e radicais da humanidade, e é à isso o que determina o futuro.

O povo soviético vê no partido o seu confirmado líder, sábio dirigente e organizador. O principal sentido e objetivo de todas as atividades do partido consiste em servir à classe operária e ao povo trabalhador. A inquebrantável unidade do partido e do povo será a fonte da indestrutível força da sociedade soviética.

A confiança dos trabalhadores é sagrada para o PCUS e ele fortalece constantemente a sua ligação com as massas. O povo convenceu-se, na prática, de que nosso partido, durante qualquer mudança dos acontecimentos, durante quaisquer provações continua à altura da sua missão histórica. A política interna e externa do PCUS, elaborada sob a direção de Leonid Ilitch Brezhnev continuará a ser persistente e decididamente concretizada.

A vida e a atividade de L. I. Brezhnev será sempre um exemplo inspirador do fiel serviço ao Partido Comunista e ao povo soviético.

O Comitê Central do partido Comunista da União Soviética, o Presidium do Soviet Supremo da URSS e o Conselho de Ministros expressam a certeza de que todos os comunistas, todos os soviéticos, mostrarão uma alta consciência e organização, e garantirão, com o seu abnegado trabalho criador, sob a direção do partido leninista, a realização dos planos da educação comunista e o florescimento posterior da nossa Pátria socialista.

TELEGRAMA

EMBAIXADA DA UNIÃO SOVIÉTICA – BRASÍLIA

Solicito, prezado Embaixador, transmitir ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética a expressão de nosso profundo pesar pelo falecimento de Leonid Brejnev, o grande e querido dirigente do PCUS e do Governo Soviético. Leonid Brejnev foi nos últimos 28 anos o estadista que mais se destacou no mundo inteiro pela sua imensa contribuição à causa da salvaguarda da paz mundial. Em nome de todos meus companheiros e amigos e no meu próprio envio aos comunistas e a todo povo soviético estas palavras em testemunho de nossa solidariedade neste momento de dor.

(a.) LUIZ CARLOS PRESTES

-*Internacional*

**65 ANOS DA GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE
OUTUBRO (páginas 95 a 97)**

SALVE O SOCIALISMO

ESPERANÇA DOS POVOS EXPLORADOS PELO CAPITALISMO
E O IMPERIALISMO!

Comemora-se este mês o 65º aniversário da GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO. Em 7 de novembro de 1917 (25 de outubro no antigo calendário), a classe operária da Rússia, dirigida pelo Partido Bolchevique, que tinha à frente VLADIMIR ILITCH LENIN, conquistava, pela primeira vez na História, o poder político para os explorados e oprimidos, abrindo caminho para a construção da sociedade socialista.

São passadas, portanto, apenas seis décadas e meia que o socialismo existe no mundo. Mas neste espaço de tempo, historicamente tão curto, o socialismo transformou de maneira radical a vida de um terço da humanidade, resolveu no interesse das massas trabalhadoras muitos dos problemas, para os quais não houve solução durante séculos inteiros.

Por que tem disso isto possível? – Porque o poder nos países do socialismo pertence ao povo. Todas as forças

produtivas – fábricas, minas, usinas geradoras de eletricidade, a terra pertence ao Estado popular, são utilizadas no interesse do povo trabalhador e não para o enriquecimento de um punhado exploradores.

Os êxitos do socialismo têm atualmente a maior significação para os trabalhadores dos países capitalistas, para todos os povos oprimidos e saqueados pelos monopólios estrangeiros, pelos latifundiários e pelas multinacionais.

Na realidade, foi justamente o socialismo, efetiva ou realmente existente, que garantiu – pela primeira vez na História – o direito de cada pessoa ao trabalho, libertando milhões de homens e mulheres do desemprego e da incerteza no dia de amanhã. O socialismo libertou o povo trabalhador tanto nas cidades como no campo, da miséria, da exploração e da opressão nacional, da escravidão moderna do imperialismo, dos monopólios nacional e estrangeiros, do capital financeiro mundial e das grandes potências capitalistas. Ele garantiu, na prática, a igualdade de fato de todas as nações e povos que tomaram pelo caminho da construção da nova sociedade. Nos países da comunidade socialista não existem mais regiões atrasadas, regiões periodicamente sujeitas a calamidades tais como a miséria, a fome e o desemprego, tão atuais ainda agora no mundo capitalista e, particularmente também, em nosso próprio País, neste gigantesco e rico Brasil.

Nos países do socialismo, a assistência médica, dentária e hospitalar de toda a população é gratuita. A educação e a instrução das crianças e dos jovens é igualmente gratuita. Todos os trabalhadores têm direito a aposentarias pagas pelo Estado. Milhões de trabalhadores, anualmente, desfrutam férias em locais apropriados, em balneários ou em casas de repouso. São estes fatos reais, aos quais nenhum trabalhador pode fechar os olhos, deixando-se levar pelos que procuram enganá-lo com mentiras e calúnias contra o socialismo real. O capitalismo em crise, em decadência e ocaso, não pode ser defendido de outra maneira, senão pela mentira.

É verdade, porém, que não faltam nos países do capitalismo pessoas que, embora não possam negar ter sido justamente nos países socialistas que foi eliminada a exploração

do homem pelo homem, declaram-se lutadores por uma democracia socialista. Esquecem-se, porém, esse arauto da democracia burguesa, ao insistirem que no socialismo os escritores e artistas não gozariam de maior liberdade, que ninguém pode viver em sociedade e ser livre da sociedade, como ensinava o grande Lenin. E o que acontece sob o capitalismo, onde a liberdade do escritor, do artista ou da atriz quase sempre apenas máscara hipocritamente a dependência da bolsa, da corrupção ou da prostituição, já que a todos converteu em servidores assalariados dos donos do poder e do dinheiro?

Ninguém nos países socialistas considera que nestes já foi alcançado o ideal, ou seja o paraíso na Terra. Ao contrário, em todos eles, a começar pela União Soviética, vão sendo permanentemente indicados os caminhos a trilhar para o continuado aperfeiçoamento da democracia socialista, para o avanço na conquista de um poder popular autêntico.

Foi justamente o socialismo que garantiu o constante aperfeiçoamento das formas e métodos da democracia real do povo, cuja essência consiste na participação cada vez mais ampla dos trabalhadores na direção dos assuntos da sociedade e do Estado. Que esta participação é uma realidade o atestam fatos simples e claros. Na URSS, por exemplo, no sistema dos soviets atuam 2, 3 milhões de deputados (dois terços dos quais são pessoas diretamente ligadas à produção nas cidades e no campo) e mais de 30 milhões de ativistas. Na direção da produção tomam parte 5,9 milhões de membros das reuniões permanentes de produção (65% dos quais são operários) e 14,5 milhões de ativistas sindicais. Pela observância no país das normas da legalidade socialista zelam atentamente 9,9 milhões de inspetores populares eleitos pelos trabalhadores e mais de 8 milhões de membros das milícias voluntárias de manutenção da ordem pública. Existem também, é claro, outras formas de participação dos cidadãos na direção dos assuntos gerais. Seria tolice pretender negar que nos países socialistas persistem dificuldades e há defeitos. E isto é compreensível, já que neles se avança por um caminho original, não trilhado ainda por ninguém. Tanto mais que, mesmo já modificada a estrutura social, persistem inevitavelmente, na cabeça de boa parte da

população velhas tradições e elementos culturais do passado verdadeiras “manchas” de capitalismo e mesmo de estruturas sociais pré-capitalistas na consciência e na psicologia dos seres humanos. Destes defeitos e dificuldades se fala nos países socialistas abertamente, tanto na imprensa, na literatura, no teatro, no cinema, como nas reuniões públicas e, muito especialmente, nos congressos partidários. Fala-se, é verdade, mas sempre com a intenção de subsanar os defeitos e de superar as dificuldades, pensando-se nos interesses do povo trabalhador. Apresentar, porém, como o faz desde muito tempo a propaganda burguesa, como produto da natureza do sistema político e econômico dos países socialista, é pôr as coisas ao revés.

Não é possível esquecer que as dificuldades ainda existentes, bastante graves algumas dela, se devem, em boa parte, a atividade subversiva dos inimigos de classe. É certo que seria de desejar que tais fenômenos, com a ingerência imperialista e atividades subversivas contra o socialismo, não tivessem lugar, porque então tudo seria mais simples. Mas, enquanto existir imperialismo, a luta de classes no âmbito internacional não cessará. E é inevitável que nos países socialistas se lute contra todos os que querem liberdade de ação para, violando a legalidade socialista, utilizar-se dos recursos financeiros vindos do exterior para tentar destruir o regime socialista. Essa liberdade não pode ser concedida nos países do socialismo, já que concedê-la seria não fortalecer, mas solapar as bases do novo regime ou facilitar a ação dos que aspiram pela volta ao capitalismo. “Qualquer revolução só vale alguma coisa se sabe defender-se”, já dizia Lenin em Outubro de 1918, ao chamar o povo soviético a lutar em defesa de suas conquistas, diante dos ataques da contra-revolução interna e externa.

A ingerência imperialista nos países do socialismo é parte integrante dos esforços feitos, desde a vitória de Outubro, na tentativa de esmagar a nova sociedade, na arena internacional manifestam-se, desde então, duas linhas políticas opostas: a que interessa aos povos que constroem o socialismo e a posta em prática pelos Estados imperialistas. De um lado, a luta pela paz e a coexistência pacífica entre Estados de regimes sociais

diferentes; de outros, a daqueles que pretendem aniquilar o socialismo, os quais não tendo conseguido, em 1918, esmagar o foco inicial do socialismo, não perdem a esperança de derrotá-los pela força das armas, através da agressão sangrenta como o intentou sem êxito o banditismo hitleriano.

Graças à firme política de paz realizada pelos países do socialismo como a União Soviética à frente, são já passados 37 anos da histórica vitória do povo soviético em 1945 que, à custa do sacrifício de vinte milhões de seus melhores filhos, libertou a humanidade do fascismo hitleriano. Nos anos desde estão decorridos, cresceram, no entanto, de maneira jamais vista, os arsenais de guerra dos Estados imperialistas e intensificou-se a fabricação das novas armas de aniquilamento em massa, que ameaçam os povos do mundo inteiro com uma terceira guerra mundial, que seria uma hecatombe de proporções inimagináveis. Diante disso, a única alternativa está na luta pela salvaguarda da paz e contra a corrida armamentista, contra a política de “guerra fria” e pela distensão internacional. É esta a política praticada pelos países do socialismo com a União Soviética à frente, política que conta com o apoio de grandes massas populares dos países do mundo capitalista, até mesmo as dos Estados da América.

Na atual situação internacional, o Estado soviético, sem descuidar um só instante de sua defesa, do seu poderio econômico e militar, não poupa esforços no sentido de salvaguardar a paz, por meio de iniciativas que contribuam para reduzir a tensão política e a atmosfera de guerra na arena internacional. Além de numerosas propostas visando à contensão da corrida armamentista, como, por exemplo, a de congelamento do armamento nuclear, vem, recentemente, de dar um passo de excepcional importância ao assumir unilateralmente o compromisso de não tomar a iniciativa do primeiro golpe nuclear. A palavra está agora com o governo norte-americano. E como este silencia e insiste na ameaça de uma guerra nuclear a partir do território europeu, sentiram-se no dever de advertir os “cabeças-quentes” do imperialismo e a todos os agressores potenciais de que, caso de atrevam a tanto,

receberão uma resposta esmagadora, uma terrível represália” (dos jornais de 8 de novembro de 1982).

Ao comemorarmos este 65º aniversário da GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE 1917, é nosso principal dever, portanto, intensificar em nosso País a luta pela democracia para grandes massas trabalhadoras e, simultaneamente, melhor organizar e intensificar a luta pela paz mundial e contra a corrida armamentista, no mundo inteiro e em nosso próprio País.

SINDICAL – VITÓRIA DA OPOSIÇÃO NAS ELEIÇÕES DA NOVA DIRETORIA DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DE SÃO PAULO

A categoria dos trabalhadores nas indústrias de produtos químicos e farmacêuticos da Capital de São Paulo, contando com 67.000 trabalhadores, tem um sindicato com pouco mais de 6.000 associados apenas.

No último dia 11 de setembro, as Chapa 2, de Oposição, ganhou por uma diferença de 1.200 votos, em 2º escrutínio, as eleições para dirigir o Sindicato.

A diretoria derrotada vem dirigindo o Sindicato há 17 anos, com seus membros fazendo rodízio de cargos a cada eleição. O Sindicato possui poucos sócios e a maior preocupação era assistência médica e dentária, esquecendo-se da organização dos trabalhadores.

Antes das eleições, a oposição procurou unidade com alguns elementos da diretoria, com a condição de todos se submeterem às convenções por fábrica e setores regionais. A diretoria, por sua vez, tinha interesse em alguns elementos, apenas para continuar na direção sindical.

Para executar seu programa, a chapa 2 pretende mobilizar toda a categoria através de uma campanha de sindicalização consciente, lutando contra a insalubridade, por salário igual para o trabalho igual, pelos exames médicos periódico, tratamento médico antes da dispensa, defesa dos direitos da mulher (25% da categoria), registro na carteira profissional da função verdadeira, etc.

Alguns membros da diretoria eleita entendem que a estrutura sindical atual sepra rompida através das comissões de empresas, independentes do Sindicato partindo da base para construir uma CUT autêntica.

Os 24 membros da diretoria eleita vão comandar um colegiado obedecendo as decisões das fábricas que serão mobilizadas. A Chapa 2 quebrou um tabu, no setor, introduzindo 6 mulheres na Chapa, sendo que 2 estão na diretoria executiva. A chapa eleita é formada, também, de trabalhadores de escritório.

A maior influência política na Chapa 2 é a dos militantes do PT, porém todos lutam para que o Sindicato seja independente dos partidos políticos, do governo e dos patrões, pois o Sindicato deve ser respeitado como organização de trabalhadores independentes.

Uma grande vitória da Chapa 2 se deu na Cia. Nitro Química, do grupo Ermínio de Moraes, onde obteve 90% da votação. A chapa 1 foi derrotada mesmo apelando para a ajuda dos setores do PMDB, que distribuíram boletins com a foto do candidato a governador – Franco Montoro. O deputado Aurélio Perez também apoiou a Chapa 1. Um dos líderes das correntes pelegas e amigo dos reformistas, o diretor da Federação Sindical, Hugo Perez apoiou a Chapa 1 e também foi derrotado...

O presidente eleito, Domingos Galante Jr., já se dirigiu aos funcionários do Sindicato pedindo para que eles escolham sua comissão de empresa para iniciar negociações de reivindicação.

A finalidade política mais importante, dos membros da diretoria eleita, é a organização dos trabalhadores, pela base, a participação da categoria na luta por suas reivindicações e contra o peleguismo e o reformismo, reforçando a oposição sindical contra a estrutura sindical herdada do fascismo.

Trata-se, portanto, de uma importante vitória dos trabalhadores a eleição da chapa 2.

JOSÉ ROBERTO

S.P. OUTUBRO/82

Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário (1980)¹

Luiz Carlos Prestes

25 de Março: o PCB completa 59 anos de lutas pelos interesses dos trabalhadores, pelas liberdades e por todas as causas justas de nosso povo

É com justo orgulho que os comunistas, seus amigos e simpatizantes comemoram mais um aniversário de fundação, em nossa terra, do Partido Comunista.

A criação do PC no Brasil – fundado à luz e sob a influência do grande acontecimento histórico que foi a realização da revolução pelo proletariado da Rússia, dirigido pelo Partido Bolchevique, que tinha à sua frente o gênio de Lênin – foi, no fundamental, a consequência necessária do amadurecimento da classe operária que já sentia a necessidade de uma organização política própria, capaz de dirigir as lutas por suas reivindicações de classe e de lutar conseqüentemente por um novo regime político, de realizar transformações sociais profundas que libertem os trabalhadores da exploração de que são vítimas.

Recordamos nesta data o pequeno grupo, constituído, na sua quase totalidade, por operários e dirigentes sindicais (de origem anarco-sindicalista), tendo à frente o intelectual de destaque que foi Astrogildo Pereira, grupo que soube vencer todas as dificuldades e enfrentar mil incompreensões para, voltado para o futuro, fundar em nosso País o primeiro partido político dos oprimidos. Apesar de todas as perseguições, das repetidas vezes que foi considerado totalmente aniquilado pelas forças reacionárias, este partido manteve-se vivo e atuante, sempre ressurgindo com novo e maior vigor, de forma a ser hoje a expressão inédita em nosso País do único partido político que

1 Publicado originalmente no *Voz Operária*, Nº 167, de Março de 1981, conforme já referenciamos [N. do E].

já entra no sexagésimo ano de vida. E isto num país como o nosso, cujo atraso cultural e político está concretamente expresso na falta de organizações políticas estáveis, já que as classes dominantes, para enganar a população, diante de cada crise e da conseqüente desmoralização de seus partidos políticos, tratam de modificar, na defesa de seus interesses, o nome dos partidos políticos, de reduzi-los, por exemplo, a simples ajuntamentos políticos, como a ARENA e o MDB, para, em seguida, como aconteceu recentemente, em nome de uma chamada reestruturação partidária, dividir a "oposição" de maneira a poder manter, através do voto, o sistema de dominação dos monopólios nacionais e estrangeiros.

Nosso Partido não pode, na verdade, ser eliminado, nem desaparecer, porque é a expressão política da classe mais avançada da sociedade capitalista, aquela que, inexoravelmente, cresce com o próprio desenvolvimento do capitalismo.

Desde sua fundação, nas dezenas de anos decorridos, teve sempre o mérito de levantar e lutar com abnegação pelas principais causas justas dos trabalhadores e das demais camadas sociais oprimidas ou exploradas da população brasileira. Lutou sempre pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pela limitação da jornada de trabalho, por uma legislação trabalhista mais justa, pela fixação pelo Estado de um salário mínimo, bem como pelo 13º salário e demais reivindicações dos trabalhadores. Foram os comunistas os primeiros a levantar o problema da reforma agrária, lutar pela eliminação do latifúndio, contra as formas pré-capitalistas de exploração dos trabalhadores do campo e pela entrega da terra aos que nela efetivamente trabalham. Coube, também, aos comunistas a iniciativa, em nossa terra, de desmascarar a opressão imperialista e dar passos importantes no caminho da luta contra a exploração do nosso povo pelo capital estrangeiro. Mesmo nas condições da mais brutal repressão policial, exerceram os comunistas papel de destaque na luta em defesa das riquezas naturais da Nação, na luta contra a entrega dos minérios e, em particular, do petróleo aos trustes imperialistas, participando ativamente da histórica campanha pelo monopólio estatal da exploração do petróleo. Nosso Partido, que mobilizou

massas em defesa da União Soviética, traiçoeiramente atacada pelo banditismo hitleriano, sendo numerosos os seus membros que participaram do contingente militar que lutou na Itália, após o fim da Segunda Guerra Mundial exigiu que os soldados norte-americanos abandonassem o solo de nossa Pátria e fossem eliminadas as bases militares ianques que durante a guerra foram instaladas em nosso País. Participando sempre de todas as lutas pela redemocratização do País, além de utilizar o voto, tanto na legalidade como nos períodos de maior repressão, os comunistas se fizeram representar na Constituinte de 1946, na qual, apesar do número reduzido de representantes que constituíam a bancada comunista, tiveram papel destacado no esforço para que fossem registrados na Constituição de 1946 os principais direitos democráticos, inclusive o direito de greve para os operários, de tal forma que, apesar das características fundamentais reacionárias da referida Constituição, é ela, no terreno dos direitos civis, a mais democrática que já teve nosso povo. Quando pesou sobre nosso povo a terrível ameaça de fascistização do País, foram os comunistas que tiveram a iniciativa de formar a ampla Aliança Nacional Libertadora e de empunhar armas em defesa da democracia. Apesar dos erros que foram cometidos e que ainda não foram de maneira suficiente analisados, o movimento armado de 1935 representa na vida de nosso Partido o ponto mais elevado de sua atividade política – movimento **"Por Pão, Terra e Liberdade"** – movimento que por ser patriótico e honesto, não podia, como ensina Lênin, deixar de produzir frutos e de, apesar de derrotado, não ter permitido a implantação de um regime fascista em nosso País.

Com o golpe militar reacionário de 1964, mais uma vez, os comunistas, apesar dos erros cometidos e que contribuíram para a vitória fácil da contrarrevolução, continuaram resistindo e lutando pelas liberdades democráticas e souberam travar uma justa luta contra as tendências equivocadas daqueles que se lançaram, inoportunamente, à luta armada. Tanto no período anterior ao golpe, como depois dele, foram numerosos os comunistas que sacrificaram suas vidas na luta pelos interesses da classe operária e do povo. Somente no governo do sr. Dutra, 55 companheiros tombaram sob as balas assassinas da reação

e, após 1964, durante o governo do sr, Geisel, morre na tortura o heroico dirigente da **Juventude Comunista** – José Montenegro de Lima – e são sequestrados e continuam até hoje desaparecidos os membros do CC:

David Capistrano da Costa, Elson Costa, João Massena, Luís Maranhão Filho, Valter Ribeiro, Hiran Pereira, Itair Veloso, Jaime Miranda, Orlando Bonfim e Nestor Veras.

Citando estes nomes que refletem as qualidades máximas do verdadeiro comunista, a honra e a dignidade do soldado do proletariado, queremos aqui homenagear a todos os companheiros que nestes 59 anos de luta, sofreram nas prisões da reação e chegaram muitos deles até ao sacrificio da própria vida pelos interesses dos trabalhadores, por um futuro de felicidade para o povo, da liberdade, independência e progresso para a Pátria. Seu sacrificio não foi em vão e a memória deles estará sempre presente na luta dos comunistas pelo socialismo e pela instauração vitoriosa em nossa Terra da sociedade comunista.

Mas a maior homenagem que a todos podemos prestar consiste, agora, em sermos honestos conosco mesmos, em sermos capazes de reconhecer que não tivemos a capacidade de fazer do PCB um partido efetivamente revolucionário, de transformá-lo na vanguarda da classe operária, na organização política capaz de conduzir os trabalhadores à revolução socialista. *No fundamental, o principal erro que cometemos consiste na incapacidade de nossa parte de articular corretamente todas as lutas a que anteriormente nos referimos com uma estratégia efetivamente revolucionária, com uma estratégia que, partindo de uma análise correta da realidade brasileira, apontasse o caminho para o socialismo nas condições de nosso País.*

Na verdade, devemos reconhecer que não conhecíamos e fomos incapazes de pôr em prática a grande lição de Lênin:

"É necessário dizer as coisas como elas são: o Programa do Partido deve conter o que é absolutamente indiscutível, o que foi efetivamente comprovado e só então será um programa marxista."

Onde estão, porém, as raízes do erro cometido? Não podemos deixar de reconhecer que elas estão no nosso próprio atraso cultural, como parcela que padece do efetivo atraso cultural da sociedade brasileira, da conseqüente tendência a copiar ou transferir mecanicamente soluções adotadas para organizações revolucionárias de outros países para o nosso – dogmatismo, portanto –, além de nosso próprio desconhecimento da realidade brasileira, a par de insuficiente conhecimento da teoria marxista-leninista.

Olvidando que nosso país conquistara a independência política no princípio do século XIX e que no fim do século surgira a burguesia industrial, já na época do imperialismo e, por isso, já nascida como uma **burguesia dependente e associada do imperialismo**, negávamos já em pleno século XX que a formação econômico-social dominante no Brasil fosse a capitalista, embora desde o início marcada como **dependente**, mas de qualquer forma capitalista.

Víamos o Brasil como um país semicolonial e chegamos a afirmar que dependia da eliminação da dominação imperialista e da liquidação do latifúndio o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esta falsa apreciação da realidade nos levou, ainda em 1945, a definir o caráter da revolução brasileira como **democrático-burguesa**, transpondo ao nosso Partido aquilo que Lênin, com acerto, afirmava para as condições da Rússia czarista em 1905.

Negando o caráter capitalista da economia brasileira, aplicávamos mecanicamente e esquematicamente em nosso País as **Teses** para os países coloniais e semicoloniais aprovadas pelo VI Congresso da Internacional Comunista. Isto está expresso com bastante clareza no Manifesto de 5 de julho de 1935, onde, estranhamente, a uma estratégia de direita, porque negava que já se realizara no País a revolução burguesa, adotávamos, simultaneamente, uma tática “esquerdista”. Mas é nos documentos da Conferência da Mantiqueira, de 1943, e nos elaborados a partir de 1945, que se torna mais claro ainda o caráter oportunista de direita da estratégia que adotávamos.

"Insistimos em negar o caráter capitalista da formação social econômica dominante no país. Negando-se à

autocrítica dessa estratégia oportunista de direita... o Comitê Central revelou falta de honestidade e incapacidade moral para dirigir o Partido."

Desconhecendo que em qualquer circunstância, **numa sociedade capitalista, a contradição fundamental é a existente entre o proletariado e a burguesia**, a pretexto da luta contra o nazismo, defendíamos a unidade que "pode e deve ser alcançada em torno do governo constituído, o que aí temos", quer dizer, o Estado Novo getulista. Nos documentos da direção do Partido, já por mim assinados, após a libertação em 1945 dos presos políticos, toda a concepção da unidade nacional que pregávamos estava inteiramente ligada à visão estratégica da luta pelo desenvolvimento do capitalismo na democracia que seria conquistada e assegurada com a vitória mundial sobre o nazifascismo. Insistimos, portanto, em negar o caráter capitalista da formação econômico-social dominante em nosso País, para nós ainda considerado como semicolonial e semifeudal. Apresentávamos, por isso, como contradição fundamental na sociedade brasileira, a existente entre a Nação e o imperialismo. Erro de caráter oportunista, repetido até os documentos do VI Congresso de 1967.

Negando-se à autocrítica dessa estratégia oportunista de direita, o CC não quis compreender que estava superada a Resolução Política do VI Congresso. A proposta a este respeito, feita na reunião de maio de 1979, foi rejeitada com apenas dois votos a favor – o meu e o de outro camarada. Insistia o CC em que a contradição fundamental na sociedade brasileira fosse, ainda, a existente entre a Nação e o imperialismo. Não tomava, nem ao menos, conhecimento da vitória que tiveram as delegações dos **Partidos Comunistas e Operários da América Latina**, inclusive com a participação do nosso, com a aprovação da **Resolução dos Partidos Comunistas e Operários** – na **Conferência Internacional de 1969** – em que já então separamos a análise da situação concreta na maioria de nossos países daquela existente nos países coloniais e semicoloniais da Ásia e África. Reconhece-se naquela Resolução:

"Na América Latina a maioria dos países conquistou a independência estatal nos princípios do século passado;

tiveram em conjunto um relativo desenvolvimento capitalista; formou-se, cresce e se forja na luta um numeroso proletariado, tanto na cidade como no campo..."

Negava-se também o CC a tomar conhecimento da **Resolução da Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e do Caribe**, realizada em 1975 em Havana, que já reconhecia que:

"...O Socialismo é o único sistema capaz de garantir o desenvolvimento verdadeiro da América Latina com o ritmo acelerado que exigem nossos povos..."

Insistindo na estratégia errada, oportunista de direita, que já nos levou, durante tantos anos, a erros na política cotidiana, assim como a profundas deformações na organização do Partido, o CC revelou sua falta de honestidade e sua incapacidade moral para dirigir o Partido.

Tanto mais que é impossível construir um partido efetivamente revolucionário, capaz de enraizar-se na classe operária, se se baseia numa falsa concepção da revolução. Não estará nessa orientação estratégica direitista o completo insucesso na realização do que chegamos a chamar de **"Desafio Histórico"** na **Resolução do VI Congresso?** E não revela toda a história do movimento comunista que a falta de combate, de esforços para combater essa estratégia de direita, **leva inevitavelmente à traição à classe operária, aos entendimentos espúrios com a reação e seus governantes e também ao anti-sovietismo?**

Enfim, as deformações em nosso Partido chegaram a tal ponto que me senti no dever de escrever a "Carta aos Comunistas". Nela chamo a atenção para que saibamos elaborar uma nova estratégia, efetivamente revolucionária, que aponte para a construção do bloco de forças antimonopolistas, capaz de conquistar, sob a direção da classe operária, o poder político – **antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário** – que abra caminho para o socialismo. Para alcançar essa meta revolucionária, necessitamos construir um novo Partido, efetivamente revolucionário, o que só se alcançará através do trabalho de massas e aplicando uma política correta de alianças, que, através da conquista do mais amplo democratismo, da

conquista de uma democracia para as massas, que crie para a classe operária as condições concretas para organizar o bloco de forças antimonopolistas, indispensável para liquidar o poder dos monopólios e de, portanto, abrir caminho para o **Socialismo**.

Ao entrarmos no sexagésimo ano de nosso Partido, é esta a tarefa principal que enfrentamos, tarefa difícil, mas que será vitoriosa na medida em que os comunistas forem capazes de reconhecer as raízes dos erros que cometeram, que livres da cegueira oportunista dos que defendem postos e só sabem ser comunistas na qualidade de dirigentes, sejam capazes de realizar uma verdadeira autocrítica — única arma de que dispomos para transformar os erros cometidos e as sérias deformações de que padece nossa organização, nos ensinamentos que nos permitirão construir o Partido político de que necessita a classe operária e nosso povo para conquistar a nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem e chegarmos a construir em nosso País a **Sociedade Comunista**.

**Proposta para discussão de um programa de
soluções de emergência contra a fome, a carestia
e o desemprego
(Por ocasião do 60º aniversário de fundação do PCB)
(1982)**

Luiz Carlos Prestes

Com o texto que se segue, apresentamos uma proposta para discussão de um programa de soluções de emergência contra a fome, a carestia e o desemprego, considerando ser esta a melhor maneira de, no atual momento político nacional, homenagear aqueles que no dia 25 de março de 1922 fundaram o PCB, assim como todos os comunistas que durante estes últimos 60 anos lutaram e morreram pela causa do socialismo em nossa pátria.

Com esta proposta para discussão, os comunistas que se alinham em torno das posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes, pretendem contribuir para um amplo debate, que está na hora de ser travado, entre todos aqueles que efetivamente se dispõem a lutar pela defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

Como se assinala no texto proposto, “apesar de considerarmos que as soluções definitivas e duradouras para os grandes e graves problemas sociais do Brasil são incompatíveis com a estrutura capitalista, nunca deixamos de lutar por medidas parciais, que possam melhorar, mesmo que temporariamente, a situação econômica, política e cultural dos trabalhadores”.

Trata-se, pois, de iniciar uma discussão de problemas bem concretos: o que fazer, agora, diante da situação desesperadora em que se encontram as massas trabalhadoras em nosso País.

I. INTRODUÇÃO – A SITUAÇÃO ATUAL

Em nosso País, a situação dos trabalhadores é cada dia mais angustiante. Com o desemprego generalizado, a escalada dos preços, a queda continuada dos salários reais, agrava-se, cada vez mais, o problema da fome de milhões de famílias trabalhadoras. Amplos setores da chamada classe média são também afetados pelas dificuldades económicas e o drástico achatamento do nível de vida.

Na base deste processo de deterioração das condições de vida do povo está a política económica do Governo, que visa descarregar os custos da crise económica nas costas dos trabalhadores e dos pequenos empresários. Com o livre aumento dos preços, as demissões em massa e a rotatividade no emprego, que reduz o nível dos salários, consegue o grande capital manter as altas taxas de lucros. O Governo, controlado por um condomínio de generais e superburocratas – representando os grandes grupos económicos e o capital financeiro internacional –, assegura as condições políticas para que as elites proprietárias dos meios de produção possam dar continuidade ao processo de concentração de renda e de centralização acelerada do capital. A condição básica para isso está no baixo nível de consumo dos trabalhadores, que nem a demagógica política de salários, nem outras mistificações e disfarces, como por exemplo, a inflação, conseguem ocultar.

Do ponto de vista político, o Governo ditatorial multiplica as manobras e chantagens, destinadas à sua auto sucessão; com esse objetivo, impede o estabelecimento de liberdades efetivas para os trabalhadores e bloqueia as reformas sociais que o intenso crescimento socioeconômico dos últimos decênios tornou inadiáveis. Ao mesmo tempo, encena uma farsa de pluralismo parlamentar, tentando garantir uma vitória eleitoral que legitime e mascare a ditadura do Poder Executivo.

Por tudo isso, as aparentes incoerências da “abertura”, assim como as sucessivas improvisações da política económica, são, na realidade, perfeitamente coerentes com a mais desavergonhada defesa dos interesses do grande capital, o que implica na adaptação da política econômica interna às

mudanças na conjuntura econômica internacional e na estratégia dos centros decisórios do imperialismo.

Dessa forma, a incompatibilidade entre o sistema dominante e as necessidades vitais da esmagadora maioria da população torna-se cada dia mais gritante. A tensão e os conflitos que assim são gerados não permitem que se prognostique qualquer melhora espontânea da situação existente. A luta de classes – ou a luta política – surge como o único caminho possível de resistência à ofensiva espoliadora do grande capital. A mobilização popular em torno das reivindicações mais sentidas das massas trabalhadoras apresenta uma variedade infinita de formas e de possibilidades de organização e de conscientização política.

Ao mesmo tempo, essa mobilização popular constitui o espaço propício para uma possível consolidação das forças e organizações políticas de esquerda. No que diz respeito a nós, consideramos essa prática um espaço insubstituível para o desenvolvimento de nossa capacidade de mobilização popular, para a prática de um tipo de política diferente da tradicional. A própria formação de um Partido Comunista efetivamente revolucionário dependerá da implantação, na prática, de dois princípios fundamentais: *democracia* efetiva para assegurar a produção de decisões programáticas e táticas e *centralismo* na atuação organizada, baseado este na disciplina igual e rigorosa para todos os membros do PC.

A propósito, é importante reiterar que a legislação do PCB só tem sentido e só pode ser concebida como parte integrante da luta pela conquista de liberdades políticas para as classes trabalhadores. A legalização não se compra em conchavos de cúpula, em troca de uma sócio-democratização pervertida do PC.

III. A NECESSIDADE DE UM PROGRAMA DE SOLUÇÕES DE EMERGÊNCIA CONTRA A FOME, A CARESTIA E O DESEMPREGO GENERALIZADO

Visando superar as dificuldades atuais, consideramos necessário abrir uma ampla discussão sobre a situação nacional e as tarefas dos comunistas na defesa dos interesses das classes trabalhadoras. De início, é necessário reiterar algumas teses simples, porém absolutamente corretas, que continuam a ser referências fundamentais para uma estratégia de progresso e de emancipação social.

Apesar de considerarmos que as soluções definitivas e duradouras para os grandes e graves problemas sociais do Brasil são incompatíveis com a estrutura capitalista, nunca deixamos de lutar por medidas parciais, que possam melhorar, mesmo que temporariamente, a situação econômica, política e cultural dos trabalhadores.

O Governo insiste, em que a sua política econômica (assim como seu esquema de “abertura” administrado pelo Planalto) é a única possível. Mas a verdade é que as medidas de liberação dos preços e dos juros, assim como a sua mistificadora lei salarial, representam instrumentos fundamentais de uma política de classe, essencialmente favorável ao grande capital, uma vez que descarrega os custos da crise econômica nas costas das classes oprimidas.

Essa política de defesa dos interesses das classes privilegiadas não é uma fatalidade, nem algo inevitável. É possível outra política. Essa possibilidade de uma outra alternativa não é um problema técnico, mas uma questão basicamente política, porque depende da mobilização das grandes maiorias, vitimadas pela atual política reacionária, depende da organização e da unidade de todos aqueles que reivindicam ou podem reivindicar soluções satisfatórias para seus problemas de sobrevivência, de autêntica cidadania e de uma vida civilizada.

Com vistas à dinamização e à convergência dos mais amplos setores populares para formar uma vontade comum de

mudança, consideramos necessário e útil reunir as reivindicações mais urgentes num *programa de soluções de emergência contra a fome, a carestia e o desemprego generalizado*. A ideia de concretizar essa síntese vem sendo sugerida por inúmeras organizações sindicais e políticas. Chegou a hora de confrontar as propostas e de somar esforços para colocar as necessidades vitais da maioria esmagadora no centro da luta política e, especialmente, como bandeira principal da campanha pelas liberdades democráticas, campanha esta na qual as eleições representam uma etapa importante, mas apenas uma etapa na longa luta contra a ditadura.

Nosso ponto de vista é que o *programa de emergência contra a fome, a carestia e o desemprego* deve incluir três tipos de medidas:

1. Medidas para garantir o fornecimento imediato de alimentos a mais de 30 milhões de brasileiros que passam fome;
2. Um plano nacional de emprego, cuja primeira providência seja o estabelecimento de um subsídio-desemprego, geral e completo; e
3. Medidas para estabilizar, num nível condizente com os salários reais da maioria dos trabalhadores, os preços dos bens e serviços de primeira necessidade.

Essas medidas visam defender e elevar o poder aquisitivo do salário dos trabalhadores empregados, do subsídio-desemprego reivindicado, das aposentadorias e pensões, assim como dos rendimentos dos trabalhadores rurais.

A formulação concreta de cada medida deve partir das organizações sindicais e políticas comprometidas com a defesa do programa de emergência. Sem dúvida, essas medidas têm caráter apenas defensivo, pois não mudam as causas da exploração e da desigualdade econômica e social: a propriedade capitalista dos meios de produção e de distribuição. Visam somente barrar a ofensiva do grande capital e do Governo contra o nível de vida do povo. As soluções de emergência contribuem para conscientizar e organizar as classes trabalhadoras, preparando, dessa maneira, as condições necessárias para

mudanças substantivas nas estruturas capitalistas e autoritárias, num sentido socialista.

IV. A POLÍTICA FISCAL E A INFLAÇÃO

O necessário incremento dos recursos estatais, visando atender aos critérios de justiça social, deve basear-se na dinamização da receita fiscal, objetivando reduzir as violentas desigualdades na distribuição da renda. E isto pode ser alcançado sem a necessidade de criar novos tributos; bastará eliminar a sonegação fiscal dos grandes proprietários e especuladores e aplicar taxas progressivas sobre as mais-valias financeiras e o superlucros dos grandes capitalistas. A política fiscal assume um caráter democrático quando funciona como instrumento corretor das iniquidades sociais, o que, em princípio, significa dar ênfase aos impostos diretos, personalizados e com o taxamento progressivo e eliminar o caráter socialmente regressivo dos impostos indiretos.

Ao colocar o problema das fontes de financiamento das mudanças requeridas pela política de combate à fome, ao desemprego e à carestia, não se pode esquecer a necessidade de contrapor-se a dois fatores de peso:

1. O poder de decisão do capital financeiro, que impõe o mais pesado tributo à economia nacional; e
2. O papel da inflação, de distorcer e mistificar, encobrendo as relações arbitrárias de distribuição e redistribuição do produto.

O progressivo aumento da quota de operações especulativas (especulação com dólares e outras moedas fortes; operações no mercado de futuros; operações no mercado aberto – open market; operações com “bens refúgio”: ouro, pedras preciosas, terras) no conjunto de operações dos grandes grupos económicos vem acompanhando a substituição gradual do capital de risco pelo capital de crédito na esfera produtiva, o que, além de reforçar o papel dos intermediários financeiros, favorece o crescimento desigual do próprio capital financeiro privado, principalmente dos bancos associados ao capital internacional.

Esta proeminência do capital financeiro especulativo e o consequente desestímulo ao capital produtivo somente poderão ser contrabalançados e combatidos pelo Estado, através de medidas de intervenção financeira e de eventuais nacionalizações, cujo sentido social tem que ser o contrário do que hoje preside a política oficial de créditos subsidiados (com taxas inferiores à da inflação), a política de subsídios fiscais ou de tarifas ferroviárias baixas — formas através das quais o Estado (isto é, o povo contribuinte) assume parte do “custo do dinheiro” e dos “custos de produção” das grandes empresas privadas.

É sabido que a eficácia de qualquer medida de controle de preços dos bens de primeira necessidade ou de aumento dos salários depende do poder aquisitivo do cruzeiro, medido pelo nível da inflação. A inflação galopante, atuando como se fosse uma lei de gravidade na esfera econômica, achata continuamente os salários e os rendimentos fixos em geral. O resultado é que a inflação opera uma redistribuição da renda nacional em benefício dos agentes do capital, que estão em condições de transferir os aumentos de custos para os seus preços de venda, sendo que estes são sempre aumentados para garantir lucros elevados. Dessa maneira, desenvolve-se a espiral inflacionária dos preços, que é puxada, principalmente, pelos altos juros, pelos preços oligopólicos e pela pressão fiscal. Estes são os três aspectos a atacar prioritariamente por qualquer política socialmente progressista que pretenda combater a inflação.

A inflação não é — deve-se insistir — um fenômeno sobrenatural ou puramente externo. Hoje é um instrumento da política econômica do Governo, que é empregado pelas classes dominantes para aumentar sua fatia na renda nacional. Ao mesmo tempo, a inflação tem um forte poder mistificador. Por meio da inflação, que consiste na variação permanente e decrescente do valor do cruzeiro, é possível disfarçar a queda do salário *real*. Como a variação da sua expressão nominal (quantidade de cruzeiros) produz uma primeira impressão de aumento, esta aparência é manipulada pelo Governo e pelos empresários, que falam em política de “aumento” de salários.

A distribuição desigual da renda, que esta aparência tenta encobrir, fica evidente quando verificamos o “excelente desempenho” dos bancos e das grandes empresas, que, apesar da crise econômica, continuam registrando lucros fabulosos e desfrutando de uma verdadeira orgia de concentração e centralização de capitais.

As altas taxas de lucro das grandes empresas estão ligadas a um grau de dominação oligopólica dos mercados, que certamente não encontra analogia em nenhum outro país do mundo. Esse poder monopolista se sustenta principalmente graças ao Estado autoritário, complemento direto da estrutura monopolista que nos domina.

Contrariando os fatos, os porta-vozes do grande capital (vários ex-ministros, ministros atuais, superburocratas e líderes empresariais) tentam, com a ajuda da grande imprensa reacionária, vender a ideia de que a política de reajustes salariais provocaria inflação e incentivaria o desemprego. A hipocrisia dessa afirmação só encontra explicação na arrogância de uma classe que não admite taxas de lucros inferiores a 100% ao ano, pois considera a espoliação dos trabalhadores um direito adquirido, natural e inegociável.

O programa de medidas contra a fome, o desemprego e a carestia, pelo seu caráter limitado e defensivo, não pode, evidentemente, pretender superar as causas dos desequilíbrios financeiros e de outros mais profundos do esquema de reprodução do capital, mas também não deve contribuir para aprofundá-los. Ao contrário, pode e deve ajudar a bloquear alguns desses desequilíbrios básicos, como a redução do consumo popular, e gerar uma dinâmica nova – socialmente progressista –, capaz de ir preparando as condições para uma mudança das bases estruturais da inflação, dos desequilíbrios reprodutivos e das crises.

V. OS SALÁRIOS

A crise castiga duplamente as classes trabalhadoras: primeiro, pelo desemprego generalizado; segundo, pela escalada

dos preços, que achata continuamente o salário real. Além disso, a inexistência de qualquer forma de subsídio ou assistência aos desempregados torna desesperadora a situação dos trabalhadores.

Nestas condições, é realmente escandalosa a tentativa de acabar com o reajuste semestral dos salários, usando o argumento de que esse reajuste alimentaria a inflação, quebraria o ritmo da produção e geraria desemprego.

Na verdade, todo mundo sabe que a lei dos reajustes semestrais dos salários foi promulgada pelo Governo com a evidente intenção de liquidar a combatividade dos trabalhadores, impondo o controle burocrático das reivindicações através desse instrumento legal. Apesar dessa intenção desmobilizadora e das inúmeras limitações da lei salarial, a ideia e a prática dos reajustes semestrais não deixam de ser uma conquista dos trabalhadores, ainda que parcial e incompleta. E, assim sendo, não se pode admitir a sua anulação. Ao contrário, é necessário lutar pelo aperfeiçoamento dos mecanismos dos reajustes salariais, adequando-os ao índice real do custo de vida, ao mesmo tempo, em que deve ser introduzido um sistema legal de garantias efetivas de estabilidade no emprego – com um seguro, geral e completo, de desemprego – e, principalmente, com a efetiva mudança da atual estrutura sindical, atrelada ao Estado e aos patrões.

Essa nova ofensiva patronal contra a bastante moderada lei dos reajustes semestrais, como sempre, baseada em argumentos falsos, representa uma reedição da antiga lenda referente à “espiral” salários-preços. Lenda esta que visa dar fundamento a uma suposta inutilidade da luta por aumentos salariais, afirmando que esses aumentos levariam inevitavelmente a aumentos concomitantes dos preços. Na verdade, essa “explicação” confunde causa e efeito, pois os aumentos salariais são consequência, e não causa, do aumento dos preços. Como é de conhecimento geral, os salários aumentam *menos* e *depois* de terem subido os preços dos bens de subsistência. Este simples fato joga por terra todos os “argumentos” dos que tentam atribuir um efeito inflacionário aos reajustes semestrais dos salários.

Em síntese, o que a grande burguesia pretende, com a revisão da lei salarial, é reduzir ainda mais os custos do trabalho para, tirando proveito da débil resistência dos assalariados nesta fase da crise econômica aguda, manter a “vantagem” principal do capitalismo selvagem: a mão-de-obra abundante, barata e subjugada.

VI. A CRISE ECONÓMICA

À arbitrariedade da exploração na esfera produtiva soma-se a arbitrariedade da espoliação na esfera comercial, na relação vendedor-comprador. Neste período de crise, quando a demanda geral — e, em particular, dos assalariados — é comprimida, determinando a queda das vendas e da produção, os monopólios, numa clara demonstração de seu Poder totalitário, lideram violentos aumentos de preços. Dessa maneira, apropriam-se da parte do leão do produto da sociedade, o que, em termos económicos, significa que os grupos exploradores se apropriam não só de todo o excedente — na proporção da força de cada um — como também, e em medida crescente, da parte do “fundo necessário” para a reprodução da força de trabalho. Como consequência lógica, verifica-se a depauperização e a fome generalizada.

Por outro lado, a retração da demanda de bens de consumo acarreta a queda da produção, paralisando os investimentos na esfera produtiva, o que acelera a tendência ao desvio de recursos monetários para as atividades especulativas. Ao mesmo tempo, muitas dessas operações são incentivadas por isenções fiscais. Esse é o caso da compra de terras isenta do Imposto de Renda e incentivada por créditos a juros negativos, quando empregada como base de projetos agropecuários, que têm amparo na política oficial de exportar a qualquer preço.

Essas distorções dos mecanismos económicos, que favorecem as operações financeiras e especulativas, aceleram a concentração da propriedade financeira e fundiária pelos grupos mais parasitários, levando, ao mesmo tempo, à descapitalização e falência das pequenas empresas produtivas, incapazes de

resistir à pressão espoliadora do capital financeiro (a começar pelas extorsivas taxas de juros).

A crise econômica atual vem confirmar a incapacidade do mercado de bens de consumo durável (com o automóvel como carro-chefe) para garantir uma expansão econômica continuada. A razão disto reside na estrutura social que se encontra por trás desse mercado, nas modificações nela ocorridas, assim como no jogo de relações de Poder que surgiu daí.

Num rápido exame da estrutura social, a primeira coisa que chama a atenção é a disparidade gritante entre as rendas dos estratos superiores e as da grande maioria dos assalariados, excluídos do mercado de bens duráveis. Esses estratos privilegiados não estio hoje aplicando grande parte de suas altas rendas e superlucros na acumulação do capital reprodutivo devido justamente ao maior atrativo que para eles representam os investimentos especulativos (afora a parte que dedicam ao consumo de luxo). A insuficiente acumulação do capital reprodutivo impede a absorção da mão-de-obra disponível, cuja grandeza é determinada, também, pelas elevadas taxas de crescimento demográfico. Esse excedente de mão-de-obra, com qualificação insuficiente ou nula, acaba marginalizado na estrutura social. Situação esta que é agravada não só pelas altas taxas de crescimento populacional, como, principalmente, pela descapitalização resultante da sucção de recursos pelos credores e investidores estrangeiros.

VI. É NECESSÁRIO MUDAR A ORIENTAÇÃO SOCIAL DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

a) A Reforma Agrária

As soluções almejadas para os graves problemas de sobrevivência física, de emprego e de salário condizente, só serão possíveis se mudar *a orientação social da intervenção do Estado na economia*. O que implica, entre outras coisas, na reorientação dos investimentos públicos para projetos geradores de novos empregos e que, ao mesmo tempo, atendam às necessidades

prementes de alimentação, moradia popular, obras públicas de proteção civil contra enchentes e secas, serviços de transportes e outros.

Para combater a miséria, é fundamental garantir o acesso efetivo dos trabalhadores rurais à terra e aos demais meios de produção e gestão econômica, isto é, aos recursos financeiros para custeio, assistência técnica rural e condições de comercialização que protejam tanto os pequenos produtores rurais, como os consumidores urbanos da espoliação dos monopólios agroindustriais e comerciais.

A reforma agrária e demais reformas concomitantes, indispensáveis para retirar da miséria e da opressão mais infame milhões de famílias camponesas, representam objetivos sociais da maior atualidade e importância nacional. Num sentido democrático moderno, a reforma agrária deve incluir, além da posse da terra por aqueles que a cultivam, outras condições de vida e de trabalho, que impliquem numa reforma econômica, social e política do meio rural. Esta concepção abrangente é compartilhada pela maioria das forças opositoras, sindicais e políticas, do campo e da cidade. Levando isso em conta, é que o Governo promete, ainda neste ano eleitoral, entregar meio milhão de títulos a posseiros, tendo como base uma nova lei de usucapião. Esta nova operação política vem engrossar a volumosa coleção de leis, promulgadas pelos governos oligárquicos, com o propósito evidente de sufocar as legítimas reivindicações rurais no confuso pântano burocrático legal. A eficiência dessas leis, na verdade, é inversamente proporcional à sua abundância e complexidade.

Na realidade, o Governo tenta apresentar uma “face social”, quando, de fato, intensifica a repressão contra os trabalhadores rurais e fabrica um “complô” contra dois missionários franceses identificados com a justa luta dos posseiros, numa tentativa desesperada de esmagar os movimentos reivindicatórios de milhões de camponeses sem terra e sem voz. Tudo indica, portanto, que a estratégia oficial para o campo, longe de ter mudado, está se consolidando ao estimular uma nova onda de colonização que intensifica a concentração da propriedade e gera um autêntico neo-

latifundismo, personificado nos grandes grupos monopolistas locais e multinacionais. Com o objetivo de financiar um único projeto – o Jari, em que o capital financeiro internacionalizado mascara seu poder associando-se com os grupos econômicos mais bem sucedidos do País –, o Governo vai investir quase o dobro do dinheiro previsto para financiar a entrega dos 500 mil títulos prometidos pela propaganda eleitoral do general-presidente.

b) O Capital Estrangeiro

A curto e médio prazos, reconhecemos a necessidade de recorrer aos financiamentos estrangeiros, mas defendemos uma relação diferente entre os credores estrangeiros e a economia nacional. Defendemos um tipo de relação compatível com os objetivos sociais que almejamos, contrário, portanto, às relações atualmente existentes, que concedem aos banqueiros e as multinacionais um grande poder decisório que, de fato, determina o sentido do processo reprodutivo global e, na verdade, as estruturas produtoras da economia nacional. Através dos investimentos, do monopólio da tecnologia moderna e do controle dos mercados de dinheiro e de mercadorias, o grande capital (conglomerado de grupos locais e multinacionais) determina o direcionamento dos investimentos produtivos, os tipos de tecnologia, as principais produções (exportáveis), de onde decorrem a distribuição da renda desigual e a concentração do Poder.

Uma nova relação da economia nacional com o capital estrangeiro pressupõe uma nova orientação e vontade política que direcione o potencial econômico (recursos naturais, humanos, técnicos e financeiros) em função das necessidades populares e, conseqüentemente, parta para a renegociação das relações econômicas com o exterior de acordo com as novas prioridades sociais. As medidas de emergência sugeridas, medidas que implicam num relançamento da produção, não têm por que exigir novos aumentos da dívida externa. Ao contrário, podem e devem ser alimentadas por uma utilização mais eficiente das capacidades produtivas e dos recursos financeiros

existentes. Poderão até propiciar – se aplicadas consequentemente em setores de alta densidade de recursos próprios –, uma redução relativa das importações e garantir, ao mesmo tempo, a manutenção de um nível elevado de exportações.

c) A Moralização da Gestão Pública

Um problema que se coloca é o de como compatibilizar as medidas de defesa do nível de vida do povo – medidas de efeito imediato na redistribuição da renda – com a necessidade de relançar o desenvolvimento para superar a crise. O caráter de emergência das medidas sugeridas implica também em formas extraordinárias de mobilização de recursos. Neste aspecto, consideramos que as dimensões atingidas pelo setor público, somadas ao volume de recursos financeiros controlados pelo Estado brasileiro, oferecem uma margem de manobra suficiente para garantir – através da reorientação dos investimentos, dos créditos e dos diversos subsídios – uma parte substancial dos recursos financeiros exigidos pelas novas medidas sociais. E trata-se não tanto de aumentar a receita fiscal, quanto de elevar substancialmente o grau de eficiência dos recursos atuais, eliminando, para isso, os gastos irracionais, as sonegações e roubalheiras monumentais, que hoje consomem grande parte dos gastos públicos. A moralização dos gastos (e da gestão) públicos surge, assim, como uma premissa econômica e, ao mesmo tempo, como condição e consequência, das mudanças políticas, cujo real conteúdo democrático será medido pelo grau de participação nas decisões dos cidadãos, em todas as esferas da vida social.

A moralização da gestão pública implica também em publicidade e livre acesso dos cidadãos às informações, sem o que a participação democrática não pode ser efetiva. Uma situação democrática deverá permitir uma mudança profunda no caráter dos investimentos públicos, principalmente, daqueles que estão voltados para projetos faraônicos, como o Plano Nuclear, a indústria de armamentos, as gigantescas hidroelétricas, o Jari, o Pró-Álcool e outros planos que estão a

serviço de operações de enriquecimento ilícito de empreiteiras, de superburocratas, de empresários influentes e de todo tipo de agentes especuladores ligados ao Poder. A forma autoritária de governar impede que o Parlamento e a opinião pública conheçam as dimensões exatas dos gastos públicos e os nomes dos beneficiários da generosidade dos burocratas. Uma mudança democrática só terá realmente um caráter democrático quando for garantida a publicidade em torno da gestão pública, como condição para a participação dos cidadãos nas decisões dos problemas que lhes dizem respeito.

Resumidamente, entendemos por reorientação do setor público a mudança de suas prioridades sociais no sentido de passar a sustentar:

- as atividades produtivas geradoras de emprego, de preferência nos lugares aonde é mais grave o problema do desemprego;
- as formas de trabalho e de produção coletiva (familiar e associativa) que, além de garantir emprego e meios de sustento para as pessoas diretamente implicadas, contribuam para a ampliação relativa da oferta de bens de primeira necessidade;
- as capacidades produtivas e obras sociais específicas nas regiões subdesenvolvidas do Nordeste.

VII. O MODELO ECONÔMICO ATUAL E O ESTADO AUTORITÁRIO

Para modificar esta situação seria preciso mudar a natureza social do agente econômico que formalmente representa a sociedade: o Estado; para, através deste, mudar todo o mecanismo de funcionamento da economia. No entanto, a dinâmica do sistema dominado pelos monopólios resiste a qualquer alteração que possa ameaçar esse predomínio. Esta é exatamente a razão pela qual o Governo atual rejeita qualquer mudança no modelo econômico. Pelo contrário, nesta fase de crise econômica, quando se agravam todos os problemas sociais e aumentam as tensões e conflitos, as classes dominantes

procuram reforçar o modelo concentrador da renda, apelando para isso às estruturas políticas autoritárias. Dessa maneira, a dinâmica do sistema político está condicionada pela rigidez do modelo econômico.

Nestas condições, nada indica que seja possível um pacto social baseado num suposto consenso entre os grupos econômicos dominantes e os setores assalariados com um mínimo de representatividade. O atual sistema de acumulação monopolista, baseado em salários depauperantes e no achatamento do nível de vida das classes médias, não é compatível com liberdades democráticas efetivas, pois não consegue conviver com a livre manifestação do descontentamento e das inúmeras e angustiantes reivindicações das massas trabalhadoras.

As classes exploradoras defrontam-se com um dilema. Para manter sob controle a crescente pressão social, precisam reforçar os aparelhos de dominação coercitiva. Mas, para administrar a crise, intensificando a centralização de capitais e estabelecendo vínculos ainda mais estreitos com o capitalismo multinacional, precisam intensificar a privatização da economia e a intervenção do Estado na economia, de maneira que isso lhes permita aumentar seu poder decisório, limitando a autonomia relativa e o poder tutelar do Executivo.

Com o golpe reacionário de 64 e os subsequentes desdobramentos deste, os grupos econômicos dominantes mostraram ter clara consciência de que seu destino histórico está inseparavelmente ligado ao Poder autoritário. Sabem que numa sociedade, como o Brasil de hoje, com violentas desigualdades sociais, é impossível conciliar os privilégios escandalosos dos super-ricos com liberdades autênticas, que permitam à maioria oprimida lutar organizadamente pelas suas reivindicações. Só um Estado autoritário, sob o comando de um condomínio de generais e superburocratas, pode garantir a dominação dos grandes grupos econômicos e assegurar a efetivação das adaptações necessárias na política econômica e social interna, de acordo com as exigências da conjuntura internacional.

A predominância dos instrumentos coercitivos em relação aos mecanismos de dominação consensual ficou provada pelo emprego dosado das técnicas terroristas (bombas na OAB, no Riocentro, na Assembleia do RJ, em bancas de jornais, etc.), pelas ameaças de “recrudescimento”, pelos frequentes enquadramentos na Lei de Segurança Nacional de deputados, líderes sindicais, jornalistas e membros do clero católico. As ameaças e punições não podem, entretanto, ser explicadas pela mentalidade ou caráter mais ou menos truculento dos governantes. Essas manifestações de força só têm explicação na pressão social que o Estado atual tem que absorver para garantir os interesses das minorias exploradoras.

Na realidade, inexistem bases para alimentar ilusões quanto à vocação democrática dos donos do Poder. Enquanto a pressão reivindicatória das massas não colocar em risco a dominação do grande capital, as ameaças de “fechamento” continuarão funcionando como um tipo de chantagem. Uma involução no sentido de renúncia às aparências de “abertura” democrática e de reedição do terrorismo de Estado, longe de facilitar a estratégia política e a solução dos problemas econômicos, poderá servir apenas para complicar ainda mais o difícil equilíbrio entre o condomínio de generais da “comunidade de informações” e os demais grupos que administram o Estado. Semelhante eventualidade implicaria, certamente, em cisões e no estreitamento do aglomerado de clientelas que representam a base social do regime.

VIII. POR UMA ALTERNATIVA EFETIVAMENTE RENOVADORA, QUE ABRA CAMINHO PARA AS TRANSFORMAÇÕES SOCIALISTAS

Ao tentar focalizar o nosso campo, isto é, a situação das classes oprimidas, deve-se, em primeiro lugar, registrar o nível insuficiente de conscientização e de organização política dos trabalhadores e dos setores populares. Entretanto, esta situação não deve servir de pretexto para justificar atitudes oportunistas,

de passividade e conciliação, como as do atual Comitê Central do PCB e de seu jornal "Voz da Unidade".

De início, é indispensável rejeitar a ideia de que pensar e atuar em função de uma visão de classe possa significar "radicalizar". Ser radical – no sentido verdadeiro da palavra – significa procurar a raiz dos problemas. Mas há quem pense – ou pretenda fazer pensar – que ser "radical" seja sinônimo de precipitação e aventureirismo, atitudes que, em lugar de fortalecer, aniquilam as forças populares.

Consideramos que uma postura radical – ou marxista – exige sensibilidade em relação às mais diversas situações de injustiça, assim como para compreender os diversos níveis de conflito presentes na sociedade, e, principalmente, um alto grau de identificação com os interesses dos trabalhadores. Nisto nos distinguimos profundamente – ou, pelo menos, procuramos nos distinguir – dos burocratas rotineiros que se aglutinam no CC do PCB. Para estes, "fazer política" significa apenas rejeitar em palavras o capitalismo, ruminando poucas e sumárias noções ideológicas em mistura com as fórmulas de ocasião ou da "moda", e prestar homenagens retóricas à Revolução, numa tentativa de apresentar algum parentesco com o marxismo e o socialismo. Entretanto, essa maneira de "fazer política" não chega a superar a esterilidade rotineira; para impulsionar o movimento é preciso mover-se.

Uma atuação política efetivamente comunista deve identificar-se com os mais profundos interesses e as reivindicações concretas das classes oprimidas, o que, hoje, significa apoiar as bandeiras mais inadiáveis dos que passam fome, dos desempregados, de todo o povo, impiedosamente esmagado pelos capitalistas e pelo Estado, tendo, ao mesmo tempo, consciência de que estes só farão concessões quando se sentirem pressionados pela luta unitária das classes exploradas e oprimidas.

Quanto à atividade parlamentar – com as limitações hoje conhecidas em nosso País –, é inteiramente insuficiente para mudar a política de opressão política e de exploração selvagem do grande capital. A pressão das oposições no Parlamento tem importância, na medida em que se apoie nos movimentos

populares, levantando suas reivindicações mais sentidas. Sempre apoiamos e continuaremos a apoiar a atuação dos parlamentares efetivamente comprometidos com a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores das cidades e do campo. Entretanto, o Governo teme a convergência da pressão do povo, que reivindica e se organiza, e dos setores mais progressistas do Parlamento. Justamente por isso, está tentando montar uma farsa eleitoral com atores selecionados entre os homens de sua confiança. Ao mesmo tempo, procura reduzir ao mínimo o espaço de atuação dos sindicatos dos trabalhadores e das organizações políticas que se identificam com estes.

Cabe à classe operária, aos assalariados e aos oprimidos em geral assumir a defesa e a representação de seus próprios interesses, unindo-se nos sindicatos, nos centros de ensino e de moradia e integrando-se em partidos políticos, com o objetivo de construir e fazer avançar uma alternativa efetivamente renovadora. Certamente, semelhante alternativa – no sentido de uma solução completa e duradoura – só poderá existir numa perspectiva socialista. Esta convicção é que serve de base à existência do Partido Comunista, que justifica sua história. Este postulado óbvio precisa ser lembrado por que constitui a referência fundamental para qualquer reflexão crítica da experiência do PCB. Reflexão crítica dos fatos, o que representa uma atitude oposta ao silêncio cúmplice dos que, entrincheirados em formulações genéricas de tipo determinista (como: “a experiência mostra que a verdade está de nosso lado...”, etc.), praticam o mais primário oportunismo, fazendo alianças com “pelegos” e hipotecando solidariedade a quem possa obter mais votos, sem levar em conta os objetivos de classe dos elementos que apoiam.

Ao criticar essa postura de renúncia aos critérios e atitudes das mais elementares de uma militância efetivamente comunista, é necessário estarmos alertas em relação a um erro persistente, que inúmeras vezes cometemos no passado. Trata-se da separação entre os objetivos finais e as metas imediatas da luta, o que leva a que os primeiros desapareçam, ficando apenas as tarefas imediatas. Com isso desaparece, também,

qualquer visão estratégica, qualquer projeto global para o futuro, que passa a ser adiado, tendo como pretexto as múltiplas tarefas e os inúmeros conchavos táticos. O resultado é a manutenção do *status quo*, tanto no Partido, como fora dele. Seguidamente, isso independe da intenção subjetiva dos homens envolvidos nessa dinâmica de circuito fechado. Em outros casos, a força da rotina, a política imediatista, acriticamente praticada, transformam-se numa segunda natureza dos indivíduos, passando estes a considerar os cargos como a única meta de militância. Opera-se, assim, uma degenerescência do Partido: a organização, de instrumento para a emancipação dos trabalhadores, passa a ser objeto de medíocres finalidades de carreira política.

Jornal Avançando

Juventude Avançando (1983)

O que é Avançando?

AVANÇANDO é a luta da juventude.

Compreendida com as reivindicações imediatas e decisivas para o conjunto da maioria da população.

Comprometida com o futuro onde todos tenham direito ao emprego e a uma existência digna.

Comprometida com a grande multidão dos humilhados e ofendidos. Os que não tem nada. Os que, também, não tem nada a perder, mas em compensação um mundo a ganhar.

Consideramos que a transformação da sociedade é uma tarefa possível, intransferível e inadiável. A atual é incapaz de qualquer solução que beneficie o povo, pois se baseia na exploração e no esmagamento das grandes massas.

Queremos num AVANÇANDO reunir todas as forças democráticas e patrióticas contra a ofensiva espoliadora do capital monopolista.

A luta por uma nova sociedade, contra a repressão e a deterioração do nível de vida do povo brasileiro exige a presença imediata também da juventude, que junto aos trabalhadores e setores populares, poderão imprimir transformações absolutas no país. Nela a juventude tem seu lugar, seu papel.

Se houver quem queira dar um só passo à frente em direção a estes objetivos e ideais, somos parceiros. Mas, quando os companheiros de luta quiserem parar, satisfeitos com pequenas reformas e avanços parciais, nós prometemos ir adiante. Lutando pela liberdade e construindo uma nova sociedade onde se extinga a exploração e se realize a educação do novo homem. AVANÇANDO, sempre!

Apoiar a luta dos trabalhadores contra a fome, a opressão e o desemprego

Vai se tornando cada vez mais grave a situação econômica em nosso país. Aumentam incessantemente os preços de todos os artigos indispensáveis à alimentação do povo e continua crescendo a falta de trabalho para os mais amplos setores sociais. Nunca foi tão grande a miséria do povo trabalhador.

Enquanto uma parcela cada vez menor da população constituída pela grande burguesia e os grandes proprietários de terras, em geral ligados aos monopólios nacionais e estrangeiros, em particular aos grandes banqueiros, cerca de 5% da população, torna-se cada vez mais rica, os 95% restantes da população vai ficando cada vez mais pobre.

Com o desemprego generalizado, a escalada dos preços, a queda continuada dos salários reais, agrava-se, cada vez mais, o problema da fome de milhões de família de operários, como também o de amplos setores das camaradas médias, afetadas pelo drástico achatamento do nível de vida (inclusive centena de milhares de colegas nossos estudantes).

No campo temos assistido ao grande êxodo rural, devido a concentração cada vez maior das terras em mãos de latifundiários e dos grandes monopólios.

Prova disto são os acampamentos na estrada Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul, e a luta dos posseiros pela terra, que tem se alastrado em toda a região amazônica. Além disto, a seca do nordeste, transformada em indústria de ampliação dos interesses dos Coronéis do Sertão, tem levado dez milhões de pessoas à miséria e à fome absolutas. Sabemos nós que a solução para os problemas da população Nordestina seriam resolvíveis apenas com uma parte das verbas aplicadas em projetos faraônicos e que só serviram para engordar as contas secretas na Suíça, desta minoria que governa em nome dos latifundiários e dos monopólios Nacionais e Internacionais.

Se estes graves problemas não são resolvidos é porque a manutenção da miséria e do analfabetismo de milhões de

pessoas é uma das formas que este sistema emprega para se perpetuar no poder.

Na base deste processo de deterioração das condições de vida do povo está a política econômica do governo de generais e tecnocratas – representando os grandes grupos econômicos e o capital financeiro nacional e internacional – que visa descarregar os custos da crise econômica nas costas das classes trabalhadoras e das massas populares. Esta crise é consequência da política irresponsável desta ditadura, dos diversos ditadores que estiveram no poder, voltados para a concentração de renda, a expansão, a acumulação capitalista, buscando a “modernização” do país às custas da superexploração brutal da classe operária e de uma política aventureira de endividamento externo. Os acordos firmados com o FMI agravaram ainda mais a recessão acarretando ainda mais miséria, desemprego, arroxo salarial (decretos lei 2045 e 2036, pacote das estatais) e o drástico corte de verbas públicas para os setores sociais (saúde, educação, habitação, transportes, previdência social, saneamento, natalidade, política externa, etc.).

Esta política de fome e de miséria, que é a política econômica do governo, visa assegurar o lucro máximo para os monopólios nacionais e estrangeiros, e torna cada vez mais gritante a incompatibilidade entre o sistema dominante e as necessidades vitais da esmagadora maioria da população.

– A UNE DEVE PARTICIPAR DA LUTA DE TODO O POVO CONTRA A DITADURA –

Nós estudantes brasileiros organizados em nossa entidade máxima a UNE, não podemos ficar apáticos perante esta situação, aceitá-lo como uma fatalidade e cuidar apenas de nossos problemas escolares. Seria uma alienação aceitar passivamente injustiças que nos atingem e ao povo brasileiro.

Assim a luta política como o único caminho possível, onde nosso movimento deve ligar-se profundamente à resistência dos trabalhadores à ofensiva espoliadora do grande capital e aos efeitos da crise. A UNE deve ser capaz de, além de mobilizar os estudantes em torno das suas reivindicações mais sentidas, participar ativamente da luta do povo brasileiro pela

derrubada do regime militar, e nosso povo vai lutar, pois nenhum povo deixa-se matar de fome sem luta.

É fundamental não alimentarmos ilusões quanto ao caráter deste regime, só os ingênuos podem acreditar que isto que aí está que chamam de “abertura” seja democracia ou leve à democracia. A abertura estancou, limitando-se a uma anistia restrita e uma certa liberalização da censura sob a imprensa, constituindo-se numa manobra visando a autopreservação do regime.

A ditadura mantém intacto todo o seu aparato repressivo-policial e sua legislação fascista que é prontamente posta em ação sempre que os interesses dos monopólios se julgam ameaçados.

A conquista de efetiva democracia de massas não virá como uma concessão dos poderosos nem como fruto de uma “negociação” ou “diálogo” com o regime, que poderá ser conquistada através de uma luta sem tréguas contra a ditadura, pelas liberdades e pelos direitos e aspirações econômicas, sociais e políticas dos trabalhadores e demais setores populares.

Assim a UNE deve assumir de forma clara e sem ambiguidades uma posição de combate à ditadura, organizando os estudantes para uma luta unificada com o povo. É através da luta, do rompimento e do confronto com a política econômica e social da ditadura e não através da “conciliação”, que acumulamos forças como ficou demonstrado pelas greves do dia 21 de julho.

Devemos repudiar e exigir o fim da repressão aos movimentos populares, inclusive por parte dos governos estaduais de oposição, devemos exigir destes governos o compromisso com os programas e promessas da campanha eleitoral e cobrar-lhes uma postura oposicionista autêntica.

Devemos participar da campanha por eleições diretas para a presidência da República, mas sem nos deixarmos enganar pelos politiqueiros a serviço dos privilegiados que, consciente ou inconscientemente, procuram desviar a atenção do povo, do quadro de miséria e da própria fome, para tentar convencê-lo, nesta hora, a preocupar-se apenas com as eleições presidenciais. Estas ocorrerão lá no fim do próximo ano de 1984,

enquanto a falta de trabalho e os salários de fome, a inflação e a carestia, assim como a tragédia que é a seca no Nordeste (transformado em “indústria” lucrativa para latifundiários, políticos do PDS e para a TV GLOBO) são da atualidade e exige nossa colaboração imediata.

TODO APOIO A CUT E A GREVE GERAL

A mais importante alteração na situação nacional ocorrida nos últimos anos foi a emergência de um vigoroso movimento operário, que surge sob a ditadura e contra ela, construindo-se a partir de suas próprias forças e conquistando, um espaço próprio. Se ainda persistem um baixo nível de organização e consciência no MOVIMENTO OPERÁRIO E POPULAR, acreditamos que é através da luta contra a miséria e a fome, contra a falta de trabalho, contra as leis de arroxo salarial, contra a carestia do custo de vida, que o movimento operário e popular poderá avançar em sua organização, elevar seu nível de consciência e mobilização para unir-se na luta contra a ditadura dominante, contra o atual regime, pelas liberdades democráticas, contra as leis fascistas, tais como Lei de Segurança Nacional, as leis contra a greve, etc.

A organização é um fator fundamental para o avanço das lutas de nosso povo.

E neste sentido a realização do I CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) realizado nos dias 26 a 28 de agosto em São Bernardo do Campo foi um passo gigantesco do movimento sindical brasileiro. É necessário deixar claro, também que este CONCLAT representou um grande passo na unidade de todos os setores explorados na luta contra o regime, e que a aliança pelego-reformista que está chamando o CONCLAT de novembro representa exatamente os setores que tem procurado na conciliação aberta e no conchavo de cúpulas com o regime as soluções que só virão num grande processo de lutas .

Desta forma julgamos importante que os estudantes brasileiros reunidos no XXXV CONGRESSO DA UNE: 1) reconheçam a CUT como a entidade nacional unitária e

representativa dos trabalhadores brasileiros; 2) Que coerentes com a carta de princípios de nossa entidade desaprovem todas as tentativas de dividir o movimento sindical e quebrar sua unidade, apelando para o Encontro Nacional de sindicalistas que está marcado para Novembro, reconheça o CONCLAT e se integre na CUT; 3) Que saúdem entusiasticamente a inclusão na plataforma da CUT da bandeira do ensino público e gratuito, para todos e em todos os níveis, por julgá-lo de interesse não só dos estudantes, mas também de todos os trabalhadores; 4) Que apoiem a greve de caráter político-reivindicatório marcada para o dia 25 de outubro e assumam como sua a pauta de reivindicações encaminhado pela CUT ao governo no dia 14/09, que consta dos seguintes pontos:

- contra os D.L. 2045 e 2036 (pacote das estatais)
- Pelo não pagamento dos 130% ao BNH
- Pela mudança da política econômica atual;
- Pelo rompimento com o FMI;
- Por liberdades e autonomia sindical – fim das intervenções nos sindicatos e reintegração das diretorias cassadas;
- Por liberdades de organização partidária;
- Pela reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores;
- Pelo não pagamento da dívida externa;
- Pela revogação da L.S.N;
- Por Eleições diretas em todos os níveis;
- Pela estabilidade no emprego e salário desemprego;
- Pela redução da jornada de trabalho sem redução do trabalho.

Avaliação da diretoria da UNE

Neste ano uma série de escola[s] entraram em luta, das mais variadas formas (greves, boicotes, etc) e com reivindicações que vão desde a luta contra os aumentos e a evasão, passando pela democratização da universidade e a melhora das condições de ensino.

Estas lutas correram em Pelotas, São Carlos, Mogi, Salvador, Fortaleza, São Luiz, Tubarão, Criciúma, Joinville, OSEC de São Paulo, Santa Úrsula do Rio, PUC de Porto Alegre e

tantas outras Universidades, mostrando a disposição de luta dos estudantes Brasileiros contra a Política Educacional do MEC.

Tivemos muitas vitórias mas sem dúvidas, faltou uma unificação a nível nacional destas lutas. E enquanto muitos destes processos ainda se desenrolam. Temos assistido uma série de acusações mútuas entre diretores da UNE nos órgãos da grande imprensa. Além disto, a maior parte da diretoria tem erigido a conciliação aberta com o MEC e o Regime como característica desta gestão. São estes mesmos que divulgaram um documento anônimo em nome da UNE, criticando a partidarização das entidades estudantis e mudando as datas e os critérios para o Congresso já anteriormente estabelecidos pelo CONEB. Ora, prá que maior prova de partidarização que esta?

No mesmo documento, estes ardorosos defensores do nefasto projeto MEC-CRUB fazem uma “proposta” de pauta suprimindo o ponto de conjuntura Nacional, como se os problemas que hoje enfrentamos na Universidade não estivessem diretamente relacionados com a política da ditadura para a sociedade como um todo. Este é o triste quadro de uma gestão eu está liquidando com as mais caras tradições de luta dos estudantes brasileiros.

Entendemos por outro lado, que um bloco de oposição, sem nenhuma unidade política e ideológica também não é solução. Cabe aos estudantes elegerem uma diretoria que saiba unificar as lutas dos estudantes com as dos outros setores da comunidade universitária e com a luta mais geral que hoje se trava na sociedade, pois, sem dúvida alguma a solução dos problemas que hoje enfrentamos na Universidade passam também pelo fim do regime militar.

A Universidade que queremos

A política dos governos militares, principalmente após 68, é marcada por duas características básicas:

1 – Pela progressiva expansão da privatização, mercantilização e empresariamento do ensino;

2 – Pela crescente desobrigação social do Estado com o financiamento das Universidades.

Esta política marcada pelo “privatismo exaltado” efetua assim uma modernização pró-burguesia monopolista da Universidade, instrumentalizada dentro da ótica do mercado (no sentido de dar lucros aos empresários da educação); formar mão-de-obra abundante, barata e acrítica (para suprir às necessidades da expansão capitalista dependente e manipulação da nova tecnologia importada); e reproduzir o sistema e a ideologia dominante.

A expansão pela privatização das vagas no ensino superior nada teve a ver com a real democratização do ensino superior, uma vez que ela apenas ampliou as chances educacionais de uma camada média que enfrentava o processo de acumulação do capital, acentuado a partir da vigência do modelo de desenvolvimento dependente. Abertura de mais vagas no terceiro grau não modificou significativamente o seu elitismo e seletividade, ficando as massas trabalhadoras mais uma vez excluídas desta expansão.

Dentro da função privatista do ensino superior há a multiplicação de estabelecimentos isolados. A degradação do ensino nestas escolas é determinante. Inexistem condições mínimas de trabalho docente, ensino e pesquisa, constituem-se em verdadeiros “supermercados de ensino”. Sob a aparência de instituições sem fim lucrativo, as entidades mantenedoras são sustentadas pelas anuidades estudantis, revelando-se lucrativo campo empresarial. A luta contra a atual situação da educação no país e a reconstrução e transformação democrática da Universidade Brasileira não pode ser banalizada pelas expectativas corporativas e “interesses” dos estudantes nem ceder às ambiguidades das classes médias. Os estudantes e professores juntos com os funcionários devem se comprometer com esta luta, e definir seus papéis intelectuais e os deveres morais correspondentes segundo uma perspectiva mais ampla, a partir dos interesses dos setores populares e principalmente das massas trabalhadoras deste país. Somente a força do movimento popular organizado poderá garantir qualquer conquista ou avanço do campo educacional ou em qualquer luta

vinculada aos interesses sociais, econômicos e políticos das massas.

Sem o fim da ditadura é impossível qualquer autêntica reforma universitária, pois a nova Universidade só poderá crescer e alimentar-se através de uma ordem social democrática bastante forte para se impor como denominador geral da vontade do povo Brasileiro. A reconstrução da Universidade é possível e necessária, mas ela não poderá ser alcançada sem que a própria sociedade se reconstrua, modificando-se completamente suas relações com a educação, com a cultura e com a imaginação intelectual.

Lutamos para que a Universidade cresça e se organize fora e acima da centralização asfíxiante dos donos do poder. A questão não é, portanto, a de escolha de modelos alternativos de Universidade: pleiteia-se a reconstrução da Universidade a partir de dentro e o crescimento de baixo para cima.

Hoje nossa luta, portanto, não é para “reestruturar” formalmente o ensino superior. Visamos construir uma Universidade totalmente nova – educacionalmente criadora, intelectualmente crítica e socialmente atuante, aberta ao povo e capaz de exprimir seus anseios mais profundos.

O investimento direto e maciço por parte do Estado no ensino superior deve, imediatamente ser ampliado para a expansão da pesquisa e da produção de conhecimentos originais, é indispensável para o desenvolvimento da tecnologia e da ciência que devemos dominar de forma independente, sem o que, elas serão instrumentalizadas pelo imperialismo como forma de dominação.

Precisamos fortalecer a escola pública, e expandi-la, manter e ampliar a gratuidade do ensino, que deve ser complementada com medidas que proporcionem efetivamente a democratização das oportunidades culturais e educacionais.

A Universidade tem uma função maior que é a de ser crítica e criadora. Neste sentido ela precisa questionar a dominação nas relações das classes sociais, a dependência com referência as potências capitalistas hegemônicas, a dominação inerente ao monopólio de classe da produção cultural e científica.

Só a militância política, orientando intransigentemente pelos interesses das massas trabalhadoras e dos setores populares permitirá ligarmos a questão universitária (o conhecimento, a ciência, a tecnologia) à luta pela elevação generalizada dos padrões qualitativos de vida do povo, da democratização das oportunidades educacionais e da participação da cultura como requisito intelectual de um estilo de vida social efetivamente democrático. É necessário mais do que isso nos engajarmos na luta por alterações na estrutura de produção, de renda, do prestígio social e poder que conduzam à existência e à consolidação de uma sociedade democrática e igualitária, à uma política educacional voltada para todo povo brasileiro e à modelo autônomo de desenvolvimento cultural.

Lutar pelo ensino público e gratuito

Estamos em vésperas do XXXVº CONGRESSO DA UNE, onde devemos delinear os rumos que os universitários vão tomar a partir daí.

E o ponto de lutas educacionais deve começar avaliando o ano que passou, que foi, sem sombra de dúvidas, um ano de lutas para os estudantes brasileiros. Lutas por eleições diretas para Reitor e demais cargos dirigentes; por currículos voltados ao interesse dos estudantes e da maioria da população; pela manutenção dos estudantes nas universidades privadas; contra a Portaria da CONCINE; contra a proposta de transformação das Federais em Fundações, agora travestida de projeto MEC-CRUB entre outras. Lutas que tiveram em seu centro como aspectos cruciais, a democratização da Universidade, a luta por mais verbas para a Educação e a defesa do Ensino Público e Gratuito.

A Democratização da Universidade tem sido ponto polêmico no seio da Comunidade Universitária. Isto se deve, principalmente, pela falta de um devido aprofundamento desta discussão. Entendemos que existem duas questões a serem vistas, quais sejam, democratização no acesso e Democratização interna das Universidades. Quanto ao acesso, é evidente que só

haverá uma efetiva democratização na medida que aqueles que sustentam o ensino – as grandes massas trabalhadoras – tenham reais condições de frequentar e dar os rumos da Universidade. Já na questão da Democratização interna, temos de ter claro que não se pretende ter a ilusão de uma Universidade autônoma no sentido de estar desvinculada da sociedade. O que se quer é, isto sim, uma concreta participação dos estudantes, professores e funcionários na direção do ensino e de pesquisa das escolas. Devemos, para isso, lutar por eleições diretas para todos os cargos diretivos na Universidade, tendo bem claro que isto não significa comprometimento político com os dirigentes eleitos. Vamos, ao contrário, ser os primeiros a cobrar a execução do programa de trabalho, denunciando manobras que por ventura houver.

As verbas por sua vez continua sendo questão de suma importância pelo Ensino Público Gratuito. Se exigimos 12% do orçamento da União para a Educação é porque temos o entendimento que cabe ao Estado a educação do povo. Quando lutamos contra o Ensino Pago é porque entendemos que a cultura é um bem da Humanidade; ninguém tem o direito de comercializá-la. A luta por verbas e por democratização da Universidade não são, contudo, estanques, separadas. São parte de um todo onde as verbas conquistadas só terão sentido na medida que forem respaldadas por uma Democracia interna que permita o seu adequado uso, e onde a democratização só será válida na perspectiva de uma Universidade que tenha reais condições de atender aos interesses do povo e da classe operária.

Neste Congresso, a UNE deve tirar propostas de lutas que atendam as questões colocadas. Lutas por mais verbas para a Educação, por eleições diretas para Reitor e demais cargos de direção, por 1/3 de representação nos órgãos colegiados, pela revogação da Portaria do CONCINE. Lutas contra o Projeto MEC-CRUB e por suplementação de verbas nas Públicas. Lutas contra os aumentos e que garantam a permanência de todos os estudantes nas particulares, independente de poder ou não pagar as anuidades; que permitam uma anistia aos deveres; que transformam o Crédito Educativo em bolsas não reembolsáveis; que abram os livros-caixa para termos a real dimensão do estado

que se encontra as Escolas Pagas para reivindicarmos, se necessário, um subsídio que deverá ser elaborado e controlado pela Comunidade Universitária. Lutas que, enfim, permitam atender os problemas mais imediatos que afligem os estudantes brasileiros.

Finalizando, temos de ter sempre em vista que os problemas de fundo da Universidade e da Educação em geral não serão resolvidos no âmbito restrito das lutas estudantis. O Ensino Público e Gratuito e a Universidade que queremos só serão conquistados na medida que consigamos sensibilizar com nossas propostas os mais amplos setores da sociedade tais como operário, sindicatos, partidos políticos, populares, etc.

Lute: a paz é possível!

A cada dia que passa fica mais evidente a tentativa do Imperialismo Americano e seus aliados de resolverem a crise estrutural do capitalismo pelos conflitos armados. Esses passos já eram ensaiados de forma mais evidente com o brutal massacre da população Palestina no Líbano, com a crescente ajuda em armas e instrutores à ditadura genocida de El Salvador e as constantes ameaças à revolução Sandinista. Mas ultimamente intensificou-se o ataque do Imperialismo Americano e seus aliados. Só a crescente ajuda em armas tem mantido ainda em pé a ditadura salvadorenha; o ataque à Nicarágua é total, com os Somozistas e o exército Hondurenho ao norte, o Traidor Pastora ao sul e um bloqueio naval por todos os lados. No Líbano, a entrada em operações chamadas “forças de paz” aliado com a tentativa de sustentação de um regime fantoche no Chade, fazem prever um conflito generalizado no Oriente Médio. Este quadro é agravado com a ocupação da Namíbia pelo regime racista da África do Sul e os constantes ataques a Angola e Moçambique. Chega-se ao ponto máximo de tensões com a tentativa de Reagan de transformar a Europa em depósito de mísseis nucleares e a utilização de um avião de passageiros para invadir e espionar uma zona de máxima segurança Soviética. É preciso deixar claro que a provocação com o Boeing coreano, às vésperas de uma conferência de desarmamento em Genebra, foi

planejado por Reagan como forma de aumentar a corrida armamentista e conseguir a aprovação pelo Congresso Americano das verbas para a construção do míssil MX, além de servir como forma de barrar a instalação dos mísseis na Europa. O “incidente” foi planejado também como forma de deixar Reagan e seus aliados mais livres para intensificar a política colonialista.

O quadro acima exposto só vem ratificar a necessidade da intensificação a luta pela paz mundial pois a guerra só serve ao imperialismo ianque e seus aliados, desejosos de continuar a política colonialista de exploração dos povos e como forma de salvar o capitalismo.

Propomos que o congresso da UNE aprove iniciativas concretas (atos públicos, abaixo-assinados, etc.) de apoio às seguintes lutas:

- Dos povos da Nicarágua e El Salvador contra os ataques do imperialismo Americano e seus aliados.
- Contra a intervenção imperialista no Líbano e de apoio às justas reivindicações do povo palestino.
- Contra a ocupação da Namíbia e os ataques a Angola e Moçambique pelo regime fascista da África do Sul.
- Apoio à luta dos povos do cone sul contra as ditaduras ali instaladas.

E a Polônia?

Entendemos que o centro da conjuntura internacional hoje é a defesa da paz mundial e da autodeterminação dos povos, há, contudo, pessoas que tentam dar à questão polonesa o mesmo peso. Discordamos. O que houve na Polônia foram erros na construção do socialismo que estão sendo resolvidos pelo povo e pelo governo polonês. Erros como uma reforma agrária incompleta, que permitiu a sobrevivência da propriedade privada. Erros como a implantação de uma indústria sem criar infra-estrutura que pudesse assegurar o abastecimento das novas coletividades estabelecidas com o surto industrial. Daí a Polônia passou a ser grande importadora de alimentos do exterior, gerando problemas novos para o país socialista. O

sindicato solidariedade surge neste momento, defendendo bandeiras então legítimas da classe operária. Com o tempo, no entanto, houve infiltração de elementos contrarrevolucionários a serviço da CIA, tentando desestabilizar o regime socialista. A resposta do povo e do governo Polonês foi clara, quer o socialismo e vai lutar contra toda e qualquer tentativa do Imperialismo de ameaçar sua estabilidade política.

A UNE deve, em consonância com sua carta de princípios, aprovar uma moção pela autodeterminação do povo Polonês na resolução dos seus problemas e no avanço de suas conquistas socialistas.

Fortalecer a UNE transformando em luta organizada as reivindicações mais sentidas dos estudantes

Estamos às vésperas do 36º Congresso da UNE e no final do mandato da 5ª diretoria desde o Congresso de Reconstrução, em 1979. A eleição da atual diretoria, no Congresso, de São Bernardo (outubro de 1983), despertou no estudantado a esperança de uma revitalização do Movimento Estudantil e de nossa UNE. No entanto, apesar de alguns avanços em relações às gestões anteriores, no fundamental, a UNE continua muito afastada dos estudantes.

Hoje se nota, na maioria dos estudantes, uma grande disposição de crítica à situação que passamos nas escolas. Questiona-se o despreparo intelectual dos professores, as condições materiais e qualitativas do ensino, a orientação e o conteúdo deste ensino, a nossa formação profissional, o ensino pago, a falta de restaurantes e moradias, etc...

Por outro lado, se nota um esvaziamento das Entidades Estudantis, organismos que deveriam ser instrumentos de luta para a superação destes problemas. Não se trata de negar nossas Entidades, mas de fortalecê-las, através da luta para erradicarmos os vícios e erros que vem marcando nosso movimento e que hoje ameaçam a própria sobrevivência da UNE como Entidade de Massas. Isto só será revertido com a construção de uma política participativa de base.

A LIGAÇÃO COM AS MASSAS, ISTO É, COM O CONJUNTO DOS ESTUDANTES É A CONDIÇÃO MAIS FUNDAMENTAL, PARA QUE A UNE ALCANCE ÊXITO EM QUALQUER ATIVIDADE QUE DESENVOLVA.

Precisamos, assim, fortalecer a UNE como uma Entidade desatrelada, apartidária e de massas. Desatrelada do Governo e Reitorias, submetida unicamente ao controle do conjunto dos estudantes. Apartidária, no sentido de que as necessidades reais dos estudantes se coloquem acima dos interesses dos Partidos.

Os Partidos ou tendências que se interessam pelo Movimento Estudantil devem servir ao Movimento e não se servirem deles, aparelhando as Entidades para fortalecer seu grupo.

Nós não temos, em absoluto, nada contra os grupos, tendências ou Partidos que atuam no Movimento Estudantil. Pelo contrário, julgamos que as pessoas tem mais é que se organizarem, da forma que melhor entenderem, para lutar por suas ideias, propostas e posições. Aquilo que condenamos é o CUPULISMO, a prática de panelinhas, de restringir o Movimento a conchavos de gabinete, que impede o avanço de nossa luta, pois afasta, inibe ou mesmo exclui da Entidade a participação do estudante. Não se trata, portanto, de combater esta ou aquela tendência ou pessoas que estão na direção das Entidades, mas de combater intransigentemente estas práticas equivocadas, venham de onde vierem, que tem debilitado as Entidades Estudantis desde os Centros Acadêmicos, passando pelos DCEs e UEEs até a UNE.

Quanto à diretoria da UNE, desde o CONEB que não funciona enquanto diretoria. No primeiro semestre, a falta de uma compreensão da situação das Universidades Públicas e de um trabalho mais planejado resultou na fraquíssima participação da UNE na greve das Autárquicas. No entanto, ainda havia um trabalho coletivo dos diretores. Com o aprofundamento das divergências sobre a sucessão presidencial, no CONEG de maio e CONEB de julho, cessou todo o planejamento e controle coletivo do trabalho na diretoria. Mais grave que isto a tendência que é maioria na diretoria, desrespeitou a deliberação do CONEB de boicote ao Colégio Eleitoral e publicou no jornal da UNE – NOSSA VOZ – a sua posição de apoio a chapa da “Aliança Democrática” que foi derrotada no CONEB.

REPUDIAMOS ESTA ATITUDE QUE ALÉM DE SER UM TOTAL DESRESPEITO À DEMOCRACIA DO MOVIMENTO É TAMBÉM UMA TENTATIVA DE PARTIDARIZAR A UNE, DE USÁ-LA COMO PONTO DE APOIO DA CANDIDATURA DE TANCREDO E SARNEY E DA IDA AO COLÉGIO ELEITORAL, O QUE FOI NEGADO POR 620 ENTIDADES DE BASE NO 5º CONEB.

Defendemos uma UNE apartidária, o que não significa apolítica. Não podemos ficar apáticos diante da grave situação de miséria, fome, opressão e degradação a que está submetida a maioria do povo e cuidar apenas de nossos problemas escolares. Seria uma alienação aceitar passivamente as injustiças que nos afligem e ao povo. Assim, nosso movimento deve se ligar profundamente a luta dos trabalhadores contra a fome, a carestia, o arrocho salarial, o desemprego e todos os efeitos da política do regime militar a serviço dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros.

Ao contrário de permitir que a UNE seja instrumentalizada por politiquinhos a serviço dos privilegiados, devemos ter uma clara posição pelas DIRETAS-JÁ, CONTRA A PARTICIPAÇÃO NO COLÉGIO ELEITORAL E CONTRA A CONCILIAÇÃO COM O REGIME.

Consideramos que os direitos democráticos, os interesses políticos, econômicos culturais e sociais das massas só serão conquistados através de uma luta sem tréguas pelo fim do Regime, o que só será efetivado através de um vigoroso e organizado movimento de massas.

Por outro lado, não podemos cair no vício muito comum em nosso movimento de preocuparmo-nos só com a política geral institucional (Constituinte, Eleições, etc...) e esquecermos dos nossos problemas estudantis e da realidade concreta das Universidades. É justamente isto que esvazia o Movimento Estudantil. **O Movimento Estudantil só poderá contribuir com as lutas populares na medida em que estiver organizado. A prioridade maior deve se transformar em luta organizada as reais reivindicações mais sentidas dos estudantes.**

Estas reivindicações devem ser pensadas seriamente como objetivos a serem conquistados de fato, senão ficaremos na mobilização pela mobilização, o que é inconsequente, infantil e só serve para nos desacreditar e desmoralizar.

Assim, quando partirmos para uma luta (seja ela por verbas, reforma curricular, melhores condições de ensino, eleições democráticas de dirigentes universitários, restaurante universitário ou outra qualquer) devemos ter em mente que ela

deve ser deliberada e conduzida, coletiva e democraticamente, pelos próprios estudantes que vão participar da luta.

Portanto, acreditamos que é necessário transformar o processo de eleição dos delegados para o 36º Congresso da UNE num profundo, participativo e intenso momento de discussão para definirmos o rumo do nosso movimento a partir do debate feito na base, nas salas de aula.

Precisamos buscar compreender os erros do nosso movimento para superá-los, resgatar a independência, autenticidade e integridade do Movimento Estudantil. E, sobretudo, buscar sentir as aspirações reais dos estudantes.

Precisamos colocar os pés no chão e, a partir da análise concreta da realidade concreta, da situação e do posicionamento do estudante, construirmos, pela base, um forte participativo e democrático movimento, que torne numa realidade efetiva o nosso lema: A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ.

Avançando rumo a uma nova política para o movimento estudantil

A reconstrução da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES no XXXI Congresso da UNE, em Salvador/1979, foi um dos mais belos exemplos de desobediência civil, desafiando e derrotando a repressão de ditadura que usou de todos os recursos para impedir a reorganização dos estudantes.

Como aconteceu com o movimento operário, a ditadura não conseguiu impedir o desafio que a afrontou primeiro e começou a derrotá-lo em seguida. A semente germinou sob a neve. A universidade, após ter passado pelos piores momentos, voltou a ser uma arena avançada das lutas de nosso povo.

Hoje, numa análise crítica e objetiva constatamos que tanto a UNE, como o movimento universitário em seu todo, apresenta sérios problemas e não têm avançado nos ritmos em que é possível e necessário. Muitos problemas decorrem da própria situação de reconstrução e consolidação do nosso movimento, nas condições difíceis colocadas pela persistência da ação repressiva e corruptora do poder conservador e da tutela sufocante da ditadura sobre a universidade. Por outro lado, faz-

se necessária uma reflexão séria sobre os erros cometidos na orientação política do nosso movimento, erros que precisamos compreender e superar avançando para um patamar superior de compreensão da realidade para uma atuação prática capaz de superar os problemas e fazer avançar o movimento.

Após a reconstrução da UNE, o movimento estudantil oscilou entre o aventureirismo e a conciliação, sem conseguir canalizar a inquietação e o inconformismo da juventude universitária com a situação atual do país e das escolas, no sentido de construir um forte movimento nacional contra a política educacional do governo.

“NUNCA HÁ VENTO FAVORÁVEL PARA QUEM NÃO SABE A QUE PORTO SE DIRIGE”

Os erros a nível da orientação traçada para as lutas imediatas devem ser principalmente a ausência de uma referência global dos objetivos e desafios que se colocam para o nosso movimento diante da situação do país, marcada pela crise econômica, ideológica, política, filosófica e moral do capitalismo no plano mundial, pelo fracasso do modelo de desenvolvimento capitalista monopolista dependente associado adotado no Brasil, pelo desgaste da contrarrevolução de 64 e da ditadura que a objetivou e, principalmente, pelo novo tipo de presença da classe operária na vida nacional.

Nesta situação cometem um grave erro político aqueles que tem a ilusão de trazer para o Brasil um outro tipo de capitalismo, diferente do atual: não selvagem, independente e democrático. Revelam uma incompreensão bastante difundida em relação às possibilidades reais do capitalismo em nossos dias. No Brasil, o único modelo capitalista possível é o monopólio dependente do imperialismo, profundamente associado a ele e com acentuada tendência ao autoritarismo (que quando “necessário” se exacerba para o fascismo) e a super-exploração dos trabalhadores.

A única alternativa real ao capitalismo existente no Brasil é o caminho da liquidação do poder dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio a eles profundamente ligado.

Vemos assim a luta pela democracia de massas para as massas, profundamente integrada à luta pelo socialismo em nossa terra.

É no processo de mobilização pela conquista de objetivos democráticos parciais incluindo os direitos e reivindicações não apenas políticas mas também econômicas e sociais, que as massas elevam seu nível de organização e tomam consciência dos estreitos limites do capitalismo e da necessidade de avançar para formar cada vez mais [formas] desenvolvidas de democracia.

Acreditamos que será assim; que desde hoje se acumularão forças e que se organizará, com a classe operária à frente, o bloco de forças antimonopolistas, anti-imperialistas e anti-latifundiárias, capaz de liquidar o poder dos monopólios e instaurar um novo tipo de poder que efetivamente represente as forças sociais interessadas na liquidação do domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros e na limitação da propriedade da terra com o fim do latifúndio. Um poder, voltado para a elevação do nível de vida das massas do nosso povo, que abra o caminho para o socialismo em nossa terra.

PRIORIZAR AS LUTAS EDUCACIONAIS

A realidade do país coloca o movimento estudantil diante de um desafio: se unir e unir-se à luta do povo brasileiro. Enquanto o país não se libertar dos grandes problemas que enfrenta, o movimento estudantil não poderá se limitar a um papel específico no âmbito das universidades. Porém, a situação atual é muito diferente daquela época dos anos 60, quando, devido à grande repressão sobre os sindicatos e organizações populares, o movimento estudantil era a força de oposição mais bem organizada.

Com o desenvolvimento acelerado do capitalismo na época do “milagre” e a profunda crise atual, a posição social relativa dos estudantes baixou. Os problemas nas universidades aumentaram, o número de estudantes do país cresceu, crescendo a importância do movimento estudantil, mas cresceu num nível muito maior a importância política das forças populares e do proletariado. Com o processo de reorganização dos trabalhadores e a conseqüente retomada de suas lutas

econômicas e políticas cabe um movimento estudantil um papel mais limitado, embora importante, como força de apoio ao movimento operário e popular, inclusive porque hoje o estudante se tornou objetivamente e socialmente mais próximo do povo. Hoje o estudante faz parte deste mesmo povo: ele é filho do assalariado, filho de professores, médicos, funcionários públicos que fazem greve. Não vai parar a luta nos umbrais da universidade, porque também vai ser um assalariado. Praticamente acabou o profissional liberal, acabou o recém-formado repleto do sonho de ascensão social que era facilmente cooptado para manter o sistema. A luta tende a continuar depois da formatura. Hoje os estudantes, em sua imensa maioria, trabalham em empregos desvinculados de sua futura profissão. Os recém-formados encontram uma situação de arrocho salarial subemprego ou desemprego.

CONSIDERAMOS, NO ENTANTO, QUE A MELHOR FORMA DO ME CONTRIBUIR COM AS LUTAS GERAIS DO POVO BRASILEIRO É ATRAVÉS DA PRIORIZAÇÃO DA SUA ATUAÇÃO NAS QUESTÕES EDUCACIONAIS.

O ME, no que tange a soluções dos problemas nacionais, não é a força de vanguarda e deve aliar-se a outros setores organizados do nosso povo, particularmente a classe operária, a quem cabe encabeçar a luta antiditatorial e antimonopolista, tendo em vista o socialismo. Por outro lado o ME desempenha um papel fundamental na construção de uma nova universidade que é parcela importante da luta por uma nova sociedade. Nossa luta não é, portanto, para “reestruturar” formalmente o ensino superior, nem mesmo a justa luta pelo ensino público e gratuito. Precisamos ter vitalidade para construir uma universidade totalmente nova – educacionalmente criadora, intelectualmente crítica e socialmente atuante aberta ao povo e capaz de exprimir politicamente seus anseios mais profundos. Precisamos transformá-la num centro dinâmico de produção autônoma de saber original; adaptar a estrutura, o funcionamento e o crescimento da universidade brasileira ao papel histórico que ela deve ter uma fonte de negação e superação da dependência científica e cultural bem como do subdesenvolvimento educacional.

Sem dúvida, trata-se de uma tarefa grandiosa e, para viabilizá-la, é necessário acumular forças desde já, organizando nosso movimento de baixo para cima, através de mobilizações dos estudantes em torno de reivindicações mais sentidas – melhores condições materiais, humanas e qualitativas do ensino, por mais verbas para a educação, pela autonomia universitária e sua democratização interna contra o ensino pago, por mais verbas para a educação, contra os aumentos de mensalidades, pela reorientação da formação profissional, etc.

A luta contra a situação atual da educação no país, a reconstrução e a transformação democrática da universidade (que não podem ocorrer em sua plenitude sem que a própria sociedade se reconstrua esse transforme) não pode ser balizada pelas expectativas corporativistas dos acadêmicos e nem ceder às ambiguidades da classe média. Os estudantes, professores e funcionários devem se comprometer com esta luta, e definir seus papéis intelectuais e os deveres morais correspondentes segundo uma perspectiva mais ampla, a partir dos interesses das massas populares e principalmente das classes trabalhadoras deste país. Somente a força do movimento popular organizado poderá garantir qualquer conquista ou avanço no campo educacional ou em qualquer luta vinculada aos interesses sociais, econômicos e políticos das massas.

Só a militância política orientada intransigentemente pelos interesses do proletariado e dos setores populares permitirá ligarmos a questão universitária (conhecimento, ciência e tecnologia) à luta pela elevação generalizada dos padrões de qualidade de vida do povo, pela democratização das oportunidades educacionais e da participação na cultura como requisito intelectual de um estilo de vida social efetivamente democrático.

É a partir desta visão que propomos alguns elementos para contribuir no avanço da formulação de uma nova política para o movimento estudantil.

Consideramos, por fim, que um desafio a superar é a existência de alto grau de divisionismo existente no movimento e que [isto] prejudica seu fortalecimento. Esta superação virá através da politização das divergências, do respeito às instâncias

democráticas de decisões das entidades e do esforço conjunto para a unidade na ação, tendo como referencial a própria prática do movimento de massas concreto, que, ao avançar, mostrará as posições mais justas em torno das quais será construída a sua unidade política.

Acreditamos, sobretudo, que a inquietação da juventude e a luta dos oprimidos exercerão uma influência construtiva sobre o nosso movimento, amadurecendo-o e tornando-o mais exigente e responsável, impulsionando-o na direção de escolhas políticas consequentes.

Contra a conciliação com o regime: pelas diretas-já

25 de abril de 84. Em diversas cidades brasileiras, grandes massas concentravam-se nas ruas acompanhando, com grande interesse, a votação da emenda das DIRETAS JÁ. Madrugada adentro, marcadamente os setores da classe média, constituíam um número expressivo de pessoas que torciam, aplaudiam e vaiavam o processo de votação, ao fim do qual a emenda não passou, frustrando as expectativas gerais. As reações foram as mais diversas: do choro à tentativa de, pelas ruas desertas, protestar, protestar energicamente. As lideranças da campanha não tinham proposta ou qualquer resposta PARA O POVO, pois, pela própria natureza e articulação do movimento sempre esteve inviabilizada uma resposta DO POVO.

Uma campanha que conseguiu, a nível de todo o país, sensibilizar e mobilizar milhões de brasileiros, levando-os às ruas contra o governo, foi insuficiente para a aprovação da emenda. Duas concepções errôneas estão na base do projeto do CPD: o eixo fundamental, exclusivo de sua atuação, visando resolver os problemas do povo (?), é em cima de uma questão institucional desligada dos problemas concretos e imediatos das massas populares; e todo um trabalho de mobilização NÃO foi direcionado para a organização popular apartidária.

Um movimento direcionado por segmentos burgueses, sem compromissos com os interesses populares, propicia o uso das massas populares desorganizadas com a massa de manobra

para aumentar o poder de barganha das elites nos acordos de cúpula, na conciliação de classes, dentro do projeto de auto-reforma e legitimação da ditadura.

Em 64, os grupos do capital monopolista recorreram a força para: promover a super-exploração do trabalho e atingir um novo ciclo de expansão capitalista; aprofundar a dependência, pela intensificação do investimento externo direto; e destruir, pela violência, as organizações populares. O objetivo geral foi abortar um processo de transformações sociais em curso.

Hoje, a ditadura encontra-se em crescente processo de desgaste junto à opinião pública, a miséria e o desemprego geram uma situação explosiva e os efeitos da crise geral do capitalismo fazem emergir contradições entre as próprias classes dominantes.

Aos grupos monopolistas interessa manter a essência do regime e, para isto, está em marcha um projeto de auto-reforma, de recomposição e ampliação da base social, de mudanças parciais da política econômica e, principalmente, de legitimação e institucionalização do regime.

Antes mesmo da votação da emenda das DIRETAS JÁ, pelos bastidores às costas do povo, urdiam-se os planos de “candidatura única das oposições”. Tese eufemística para a participação direta nas negociações que visam salvar a essência do regime e institucionalizá-lo. O passo seguinte foi a defesa do “nome de consenso” e a defesa da participação no colégio eleitoral espúrio e ilegítimo.

As entidades populares não apoiarão a participação no colégio eleitoral, não trairão a vontade popular. Neste sentido, de nada valem as chantagens, velho método dos conciliadores. Já nas últimas eleições para governador, no Rio de Janeiro, sob ameaças da vitória de Sandra Cavalcanti ou de Moreira Franco, chantageava-se as posições consequentes, na tentativa de impor o corrupto Miro Teixeira, linha auxiliar da ditadura. A pretexto de não eleger um candidato que “seria impedido pelos militares de tomar posse”, tentava-se, mais uma vez, chantagear, policialmente, o povo. Agora, a chantagem é no sentido de afirmar que “quem não participar do colégio eleitoral dará a

vitória a Paulo Maluf”, para tentar levar as forças populares a apoiarem o candidato de confiança do sistema, Tancredo Neves.

Ao povo brasileiro não interessa a conciliação de classes. Ao povo brasileiro não interessa salvar ou reformar o regime, mas derrubá-lo. E hoje, devido à miséria e desemprego a situação torna-se explosiva. Apesar de todo o sentimento de revolta, o povo está desorganizado e, portanto, incapaz de articular, de forma conseqüente, as lutas que levarão à derrubada da ditadura e à implantação de uma democracia de massas para as massas, na construção do socialismo. A prioridade atual é, a partir dos problemas concretos que atingem cada segmento do movimento popular, a organização do povo em entidades de massa apartidária e não atreladas, que apontem para a formação de um bloco de forças anti-imperialistas, anti-monopolistas e anti-latifundiárias.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE?

Sob a ditadura, a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que apenas que apenas refletirá e legitimará o atual estado de coisas, faz parte da visão reformista, de conciliação de classes, na ilusória tentativa de mudança de cima para baixo.

Dentro da perspectiva revolucionária, a luta se dá por conquistas reais na construção de uma democracia social e econômica; por medidas de emergência contra a fome, a carestia e o desemprego; por mecanismos de participação popular organizada; pela destruição do aparato repressivo; pela revogação da legislação fascista; pela liberdade de organização; enfim, por uma democracia de massas para as massas. Ao atingi-las, poderá ser útil a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática.

A CUT PELA BASE

Há um fato novo no movimento sindical brasileiro: a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

O nosso sindicalismo é marcado por importantes características:

- a estrutura atrelada ao Estado;

- o peleguismo; e
- O isolamento do sindicato em relação à base.

Dois elementos contribuem para reforçar estas características:

- a legislação fascista em vigor; e
- o imposto sindical.

Por tudo isto é que os sindicatos, em sua maioria, não são instrumento de organização e mobilização dos trabalhadores em torno de seus interesses de classe. São, em geral, freio da luta de classes e meros órgãos assistencialistas.

A situação agravou-se após o golpe militar de 1964 e a brutal repressão desencadeada pela ditadura.

Na retomada do movimento popular, com o ascenso das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, uma polarização evidenciou-se no movimento sindical: de um lado, a conciliação de classes e, de outro, o sindicalismo combativo.

À medida em que as lutas avançam, os dois polos se organizam e, cotidianamente, se confrontam no movimento.

As forças da conciliação, isto é, os pelegos, os prepostos da burguesia, traidores da classe operária, aglutinam-se em torno da INTERSINDICAL/CONCLAT¹. Tentam todo o tempo, arrastar o proletariado a reboque da burguesia dita nacional e liberal. Propõem, concretamente, a institucionalização legítima do regime, através de:

- Colégio Eleitoral;
- Assembleia nacional Constituinte com LSN e manutenção de todo o aparelho repressivo intacto;
- luta exclusivamente no plano institucional desvinculada dos problemas concretos e imediatos das massas trabalhadoras; e
- conchavos e acordos de cúpula, sem respeito às massas.

As forças do sindicalismo combativo organizam-se em torno da CUT. Buscam a saída da crise pela intensificação da luta, sem trêguas, contra a ditadura econômica e política.

1 Não confundir com a atual INTERSINDICAL – Sindical da Classe Trabalhadora [N do E].

Rompendo, na prática, a estrutura sindical atrelada ao Ministério do Trabalho, a CUT realizou o seu 1º Congresso em São Bernardo – SP, nos dias 2, 25 e 26 de agosto deste ano.

No Congresso, a base do movimento sindical:

– rejeitou qualquer acordo com o peleguismo organizado na INTERSINDICAL/CONCLAT;

– aprovou uma política de combate à conciliação com a política da ditadura a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros;

Na atual conjuntura, mareada pelos conchavos de cúpula, pela conciliação, pela traição ao povo, é fundamental, para avançar na luta, jogar pessoa na organização popular em entidades de massa no reforço à unidade do movimento. Diferentemente da proposta de unicidade do movimento das forças conciliadoras, tentativa de unir, conciliando, representantes de classe sociais antagônicas. Propomos a união de todas as correntes combativas que representem as classes oprimidas em termo da CUT. A nossa proposta de unicidade passa pela CUT, pois consideramos a CUT um avanço na unidade dos trabalhadores. A proposta de juntar, por cima, as direções da CUT (representantes do sindicalismo combativo) e CONCLAT (representantes da conciliação e peleguismo) é contrária aos interesses dos trabalhadores. É necessário o reforço à CUT e à unidade, pela base, do movimento sindical em torno de princípios e luta. E, neste reforço, coloca-se na ordem do dia a intensificação da preparação nos locais de trabalho, das condições que permitam o desencadeamento da GREVE GERAL nacional. A greve geral deve ser efetivamente ORGANIZADA em cada local de trabalho, em cada escola. A simples agitação da palavra de ordem greve geral, mais que contribuir à sua concretização, joga água no moinho da conciliação e da ditadura por desgastar este importante instrumento de luta.

PROPOSTA DA RESOLUÇÃO:

1 . Após 20 anos de ditadura, de torturas e assassinatos, o regime militar deixa uma terrível herança de opressão, de miséria, de fome, de degradação coletiva sem precedentes em nosso país. A submissão à política ditada pelo FMI vem

agravando ainda mais o arrocho salarial, o desemprego, a carestia de vida, acarretando ainda drásticos cortes de verbas públicas para os setores sociais: saúde, educação, habitação, transporte, previdência social, etc.

A política da ditadura militar, inteiramente voltada para a garantia dos lucros máximos dos monopólios nacionais e estrangeiros, descarregando os ônus da crise econômica nas costas dos trabalhadores vem levando as massas populares a um nível de tensão limite, deixando claro a gritante incompatibilidade do regime vigente com os interesses das massas populares.

2 . Tendo como pano de fundo a crise internacional do capitalismo, aprofunda-se a desagregação da ditadura militar, amplamente repudiada pelo povo e tão desgastada que deixou de ser opção segura de dominação para o imperialismo e os monopólios, isolando-se cada vez mais.

3 . A evidência desta crise é a divisão que ocorre no partido oficial, o PDS. A proximidade da sucessão presidencial põe a nu as divergências existentes, que se cristaliza em diversos candidatos, ocasionando, inclusive, o racha da auto-denominada frente liberal. O candidato do PDS, Paulo Maluf, porta-voz da ultra-direita deposita suas esperanças no poder oscilante do governo e numa rápida mobilização fascista dos vários setores de ultra-direita.

4 . O movimento popular, apesar de suas dificuldades organizativas, vem num ascenso que se expressa no novo sindicalismo e no novo tipo de presença da classe operária no cenário nacional, que não se limita a lutar por maiores salários, mas que compreende a necessidade de mudança do regime. Este ascenso ficou claro na campanha pró-diretas e nas explosivas greves dos bóias-frias de Guariba e Bebedouro. Após a derrota da emenda Dante de Oliveira, o movimento não entrou em refluxo, pelo contrário, nos meses de maio e junho mais de um milhão de trabalhadores entraram em greve, inclusive em setores vitais da economia, como a greve da Companhia Siderúrgica Nacional ou em movimentos de caráter nacional e de longa duração, como as greves de professores e funcionários das universidades autárquicas e dos médicos residentes.

5 . É neste quadro que se fortalece a proposta de conciliação entre oposição conservadora e setores do regime. Hoje os próprios fatos demonstram a completa capitulação de Tancredo frente as existências do grupo de Geizel e Aureliano que nos marcos do Colégio Eleitoral, detêm todos os trunfos. A conciliação tem claras características continuistas: preservar o aparato repressivo (SNI, DOI-CODI, Conselho de Segurança Nacional e a tutela das forças armadas), mantém a legislação arbitrária (LSN, Lei de greve, etc.) e ainda, ao manter os acordos com o FMI (conforme compromissos assumidos, sigilosamente, com Delfim) não toca no fundamental da política econômica do regime.

6 . O recurso à massificação dos “comícios” tornou-se uma farsa tão agressiva que a chamada “transição democrática” desmascara-se como uma filha do Colégio Eleitoral espúrio e da ditadura, sendo o seu prolongamento político em outras condições militares. Os dois candidatos só se legitimam como herdeiros do regime militar.

Aos estudantes, aos trabalhadores, ao povo não interessa nem a preservação do regime, nem uma solução de compromisso com ele. Os direitos democráticos e os interesses políticos, econômicos e sociais das massas só serão conquistados através da luta sem tréguas pelo fim da ditadura militar, que só será alcançado com um vigoroso e organizado movimento de massas. Tendo em vista estes objetivos, com a urgente necessidade de colocar as lutas hoje em curso no país, no leito do combate intransigente à ditadura, propomos:

- eleições diretas já com amplas liberdades e boicote ao Colégio Eleitoral;
- revogação da LSN, lei de greve e toda legislação fascista;
- desmantelamento de todo o aparato repressivo (SNI, CENIMAR, etc.);
- punição aos corruptos, torturadores e responsáveis por assassinatos;
- revogação dos acordos com o FMI e não pagamento da dívida externa;
- fim do arrocho salarial, desemprego e carestia;
- soluções de emergência contra a miséria e a fome;

- reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores;
 - educação e saúde pública e gratuita; e
 - liberdade e autonomia sindical.
- apoio à unificação, pela base, do movimento sindical, em torno da CUT, entidade unitária representativa do sindicalismo combativo.

Os estudantes e a transformação da Universidade

Hoje já não existe apenas uma conspiração e, sim, uma tentativa aberta e sistemática de acabar com a escola pública. A política educacional da ditadura (do governo Figueiredo e demais ditadores que o antecederam no poder), principalmente pós-68, é marcada por duas características básicas mais visíveis: pela progressiva aceleração do processo de privatização e empresariamento do ensino; e pela crescente desobrigação do Estado com o financiamento das universidades.

Esta política foi concebida como uma estratégia militar-policial (baseada na Doutrina de Segurança Nacional) combinando o crescimento quantitativo à colonização cultural dirigida e desejada e à esterilização dos mecanismos de democracia interna da vida universitária.

Visando solapar o espírito crítico, a independência intelectual e a mobilidade social, a ditadura procura erradicar a Universidade enquanto coisa-pública, subordinando-a à ótica empresarial.

Já hoje, as universidades, tanto públicas como privadas se encontram estruturadas segundo o modelo organizacional das grandes empresas: têm o rendimento como fim, a burocracia como meio e o mercado como condição. A Universidade é instrumentalizada pelo Estado a serviço dos monopólios e do imperialismo, ou diretamente através dos empresários da educação no sentido de: gerar lucros (através do ensino pago ou de prestação de serviços para as empresas); formar mão-de-obra farta, barata e acrítica (para suprir as necessidades da expansão capitalista dependente associada e manipular a tecnologia importada); e reproduzir o sistema e a ideologia dominante – procurando romper uma tradição de conhecimento crítico que vinha se solidificando nos centros de ensino superior.

Ao mesmo tempo, as investidas de privatização do ensino público e gratuito e o descompromisso do Estado para com os problemas educacionais demonstram uma ação deliberada da ditadura de anular certas tendências que lançam o Estado contra o monopólio da educação e da cultura pelas classes possuidoras, uma vez que poderiam permitir o acesso a educação das massas populares. A expansão pela privatização nada tem a ver com a real democratização do ensino superior, pois não modificou, no fundamental, seu elitismo e seletividade, apenas ampliou, durante algum tempo as chances educacionais de parte das camadas médias, ficando as classes trabalhadoras, mais uma vez, excluídas desta expansão.

Por outro lado a proliferação de escolas privadas isoladas ou faculdades conglomeradas (verdadeiros supermercados de ensino) criaram uma falsa elevação da escolaridade da população. As massas de matrícula e de graduados escondem uma mentira estatística sistemática, pois os conhecimentos reais transmitidos não correspondem às exigências mínimas dos graus de escolaridade, ficando os graduados, em sua maioria, totalmente despreparados para o exercício das profissões para as quais são formalmente habilitados.

A tecnização, a superespecialização, a mercantilização, o solapamento das funções críticas e criadoras atingiu não só as escolas privadas, mas também as públicas. A falta de autonomia, a carência de recursos materiais e humanos e, principalmente, seu isolamento e incapacidade de ligar-se às necessidades da população debilitam e degradam profundamente a Universidade brasileira como um todo.

Neste momento não podemos ter ilusões. As forças conservadoras e reacionárias que a partir de dentro da universidade ou a partir do Estado resistiram o quanto puderam à mudança educacional, tiveram a oportunidade de controlar a implantação da “reforma universitária” sob a ditadura, que, através da tutela externa implantada à moda militar, procuraram esvaziá-la de qualquer conteúdo democrático ou vitalidade política e cultural, estes elementos já mostraram o que querem e do que são capazes.

Hoje a ditadura faz o possível para defender e consolidar a sua obra. A ditadura foi incapaz de congelar a história. A universidade atravessou os piores momentos e mostra-se, de novo, como uma arena avançada nas lutas pela transformação democrática e cultural de nossa sociedade.

O regime militar desenvolve, então, uma manobra de larga escala, um recuo tático-agressivo. Faz algumas concessões (revogação do 477 e do 288, maior autonomia administrativa para os reitores), mas mantém como “salvaguardas” um rígido controle e tutela através das normas do CFE e de decretos do MEC (indicação de reitores, proibição de entidades estudantis livres, regimentos repressivos, etc.). O centro da tática do governo Figueiredo vem sendo os drásticos cortes de recursos orçamentários para as públicas. Segundo fonte do próprio MEC/SESU, a evolução anual das dotações do governo para as universidades e valores reais (descontada a inflação) caiu de 7,2 bilhões de cruzeiros em 81 para 6,2 em 82 e 3,2 em 83, com uma previsão de 2,7 e 2,0 bilhões de cruzeiros para 84 e 85 respectivamente. Essa tática visa deliberadamente estrangular financeiramente as escolas públicas para acelerar sua privatização. No próprio documento do MEC “LINHAS BÁSICAS PARA A ÁREA DE ENSINO EM 84” está colocado textualmente “(...) necessidade de buscar formas criativas e fontes alternativas de financiamento do ensino (sic!)” como exemplo “(...) alugar o espaço físico ocioso da rede pública para a rede privada”, “valorizar o ensino (...) e restringir as atividades de pesquisas àquelas que sejam auto-financeáveis” etc. O resultado é o caos atual: corte total de verbas para as pesquisas não financiadas pelos monopólios e transnacionais, ou, como diz o reitor da UNB, “fim da pesquisa que faz contestação em vez de investigação”, fechamento de hospitais-escola e restaurantes universitários, desativação de laboratórios, falta de salas de aula, degradação salarial dos professores e funcionários, etc.

Neste quadro, a greve das autárquicas constitui-se numa luta pela democracia, numa defesa concreta da escola pública e gratuita que não se limita ao protesto do discurso, mas se coloca como uma oposição frontal ao autoritarismo. O ponto baixo é a pequena participação dos estudantes e da nossa UNE, o que

reflete profundos erros cometidos pelo nosso movimento que analisaremos em outro artigo.

REVITALIZAR A UNIVERSIDADE

Nossa luta não pode limitar-se a reivindicar melhores salários, mais verbas ou a algumas reivindicações liberais-formais no campo da eleição de dirigentes, da composição dos colegiados universitários ou da reformulação de estatutos e regimentos. Estas questões são necessárias e elementares, mas não tocam no fundamental. A questão também não se limita ao regime jurídico, ao grau em que a escola é “de direito” pública ou privada. A questão central está no conteúdo do ensino e da pesquisa, na ligação entre o conhecimento, a ciência e a tecnologia produzida e transmitida na universidade com os interesses e necessidades das massas populares e dos trabalhadores. O essencial vem a ser a revitalização e autonomização da universidade como centro de atividade intelectual crítica.

A universidade tem uma função maior que é a de ser crítica e criadora. Neste sábado, nela é preciso questionar a dominação nas relações das classes sociais, a dependência às potências capitalistas hegemônicas, a dominação inerente ao monopólio de classe da produção cultural e científica.

A produção de conhecimentos, sua transmissão e comunicação não podem ser dissociadas de sua crítica objetiva: a quem o conhecimento serve, porque serve e quais são as consequências de tal servidão? Assim a universidade, se não for repressiva e opressora, deve-se questionar a si própria, criticar-se de modo permanente, purificar-se da poluição ideológica e da dominação cultural, fruto do domínio político autocrático do capital e do imperialismo.

A educação em todos os níveis (da pré-escola à pós-graduação) é um direito democrático fundamental do povo. A universidade portanto, independente do seu regime jurídico, é uma instituição de interesse público. A universidade não é empresa nem quartel e deve ser considerada por nós como uma coisa pública no seu sentido mais profundo. Devemos fortalecer a escola pública e expandi-la. Manter e ampliar a graduação do

ensino, que deve ser complementada por medidas que proporcionem efetivamente a democratização das oportunidades educacionais. Impõe-se atentar para os problemas da educação popular e abrir todas as escolas, inclusive as universidades, ao povo trabalhador. Abrir a universidade ao acesso do operariado e de seus filhos nos quadros ativos da comunidade universitária como parte da luta pela eliminação do caráter de classe burguês o horizonte histórico tanto da pesquisa e ensino, quanto nas relações com a sociedade como um todo.

Devemos lutar por investimentos diretos e maciços por parte do estado na instituição e expansão do ensino (inclusive pós-graduado), da pesquisa (fomento da ciência e da tecnologia científica) e, principalmente, na produção de conhecimentos originais (estímulo à investigação criadora, ao conhecimento objetivo da realidade e a crítica histórica) indispensável para a nossa autonomização no campo da tecnologia e da ciência, que devemos dominar de forma independente, sem o que elas permanecerão instrumentalizadas pelo imperialismo como formas e dominação.

A luta por mais verbas, no entanto, só terá consequência na medida em que criarmos mecanismos de controle democrático da elaboração dos orçamentos e gestão das verbas, hoje centralizadas nas mãos das reitorias, servindo-lhes de poderoso instrumento de controle político e tráfico de influências. Para tanto, mais importante que a luta pela democratização dos colegiados e dos processos de eleição de reitores e diretores (que deve ser travada com empenho, porém sem ilusões) é a preocupação com o fortalecimento das entidades representativas dos estudantes, professores e funcionários e a elevação do nível de organização.

PRECISAMOS REAPRENDER TUDO

A força do movimento está justamente aí: na sua capacidade de luta organizada. Para a transformação democrática da universidade, porém, é necessário que professores, alunos e funcionários adquiram uma visão socialista de militantes da universidade e, para isto, não é preciso mais verbas do governo, mas que professores,

estudantes e funcionários entrem em contato com as classes trabalhadoras, com os sindicatos, com o povo.

Existem, hoje, muitas ilusões no campo institucional, em produzir um projeto de “reforma universitária” a ser encaminhado ao Congresso Nacional em contraposição à proposta de reestruturação do ensino superior do MEC. Já não existe mais espaço político para a ideia de uma reforma universitária a partir do Estado. As próprias forças conservadoras e a ditadura adulteraram os projetos viáveis e tornaram, por isto mesmo, a recuperação da universidade muito mais difícil.

Devemos fugir de uma universidade programa, imposta coercitivamente, numa visão tecnocrática fascista. Não há sentido no restabelecimento do passado: ele próprio foi destruído e esta é uma vantagem líquida das forças de contestação e renovação. Para revitalizarmos a universidade é preciso extirpar o medo, a confusão e as indecisões ou ambiguidades, que se instalaram dentro das estruturas do “mundo acadêmico”. Impõe-se criar um novo sopro de renovação e audácia, que precisa ser muito mais forte e violento do que o que o prevalecia no movimento de reforma universitária do passado. A superação das soluções técnicas deixou o campo político como exclusivo para a retomada do processo.

A verdadeira reforma universitária está entregue, queira ou não a reação conservadora e seu regime para-totalitário, às atividades inconformista e inovadora de seus estudantes, professores e funcionários. São elas que encaminharam a “reforma” (revitalização e transformação) para o seu verdadeiro destino como um movimento profundo e insufocável de reconstrução da universidade a partir de dentro.

Lutamos por uma universidade que cresça e se organize fora e acima da centralização e tutela asfixiante dos donos do poder. A questão NÃO É a escolha de modelos alternativos da universidade: pleiteia-se a autonomia – a reconstrução a partir de dentro – e o crescimento de baixo para cima.

Precisamos reprender tudo e pensar genuinamente a universidade como uma instituição expansiva, capaz de crescer de dentro para fora, por meio de suas energias próprias e do

aproveitamento da experiência acumulada de todos professores, de todos funcionários, de todos estudantes e de setores orgânicos da sociedade, tais como operários, sindicatos, partidos políticos populares, etc. A universidade será uma obra de criação e de administração coletiva e deve ser encarada desde já desta perspectiva. Haverá erros e acertos em escala coletiva, algo mais difícil, porém presumivelmente menos caro e destrutivo que o erro sistemático, não vigiado e irresponsável das grandes cabeças e dos grandes interesses.

NOTA: este texto foi baseado na produção teórica de Florestan Fernandes sobre a universidade.

Avançar na luta contra a política educacional das elites

O quadro institucional brasileiro não deixa lugar para otimismo fácil quanto às intenções das elites, donas do dinheiro e do poder, para com a escola pública e a educação no país. De um lado, o candidato do PDS, Paulo Maluf, não pode ser acusado de não ter programa para a Universidade. Em recente entrevista ao “Relatório Reservado”, o vice-presidente da Fundação Salim Farah Maluf, Antônio de Sales Luís, afirmou que “a solução para a Universidade está em que ela seja voltada hoje para a livre iniciativa e a atividade empresarial”. “Precisaremos de uma Universidade elitista” – proclama o dirigente da Fundação Maluf – citando como modelo a ser seguido a Universidade de Portugal, na época da ditadura fascista de Salazar. Ao mesmo tempo, critica as Universidades brasileiras pelo seu “excesso de democratização, politização e preocupação com o bem estar de seus integrantes”.

Por outro lado, Tancredo Neves, embora mais evasivo, também defende “maior aproximação das Universidades com as empresas”. O candidato aliancista é apoiado pelo General Meira Matos (mentor da reforma de 1968 e do Decreto-Lei 477, que expulsou estudantes e demitiu professores considerados subversivos). Evitando posicionar-se sobre o pagamento ou não do ensino nas Federais, em entrevista com a ABM (Associação Brasileira de Mantenedoras-Entidade dos Empresários da Educação), Tancredo, além de destacar os “relevantes serviços de cunho social” prestados pela rede de ensino privado, afirma

ainda que “o Estado não tem a obrigação de arcar com todas as despesas da educação”.

Neste quadro, a proposta da tendência que é maioria na diretoria da UNE, que usou o jornal Nossa Voz, nº 6, para divulgar sua posição, colocando para os estudantes aprovarem no 36º Congresso da UNE a “grande tarefa de incluir no programa mínimo do candidato único das oposições” um “plano de Emergência para a Universidade” PASSA UMA ILUSÃO TOTALMENTE INGÊNUA E PROFUNDAMENTE PERIGOSA PARA O NOSSO MOVIMENTO. É uma ilusão pensar que qualquer um dos candidatos indiretos à presidência da República (seja Tancredo ou Maluf) irá se comprometer com um programa que expresse os interesses dos estudantes e os direitos educacionais e culturais do povo.

Esta proposta, portanto, é um perigo para o nosso movimento, na medida em que desvia a nossa atenção da necessidade urgente de nos organizarmos juntamente com os professores, funcionários e Entidades populares, como Sindicato e Associações de Moradores, para lutarmos desde já contra esse quadro de degradação da Universidade e da escola brasileira. Ela tenta colocar os estudantes brasileiros a reboque de politiquinhos a serviço dos privilegiados que, mais uma vez, como sempre tem acontecido, tentam quebrar a independência da UNE, utilizar-se dos estudantes como massa de manobra, para dar-nos as costas após alcançarem seus objetivos eleitorais.

A defesa da escola pública e gratuita, a construção de uma Universidade Autônoma, Democrática, Crítica e Criadora, a garantia de um ensino de boa qualidade que sirva ao povo, não virá como uma concessão dos poderosos. TERÁ QUE SER CONQUISTADO ATRAVÉS DA NOSSA LUTA PERSISTENTE E ORGANIZADA.

A UNE deve aprovar um programa no seu 36º Congresso, mas um programa de lutas, que oriente nosso movimento. Um programa que expresse uma clara posição de resistência e combate à Política Educacional das elites Dominantes, que ligue a questão universitária com a luta pela elevação da qualidade de vida do povo, que ligue a UNE e a luta dos estudantes com os

interesses dos trabalhadores e das massas oprimidas e exploradas do nosso povo.

É a partir deste entendimento que propomos alguns pontos para a discussão nas escolas, como uma contribuição ao debate que precisamos criar no processo de eleição dos delegados para o 36º Congresso da UNE. Sabemos que qualquer programa será inútil e ficará letra morta se não se fundir, na prática, com o movimento de massas real nas escolas.

Assim, precisamos fazer, com o que hoje começa como debate de propostas ou ideias se transforme em luta organizada pelas reivindicações e direitos reais dos estudantes e num forte e consciente movimento de transformação deliberada da Universidade Brasileira.

I. DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA.

1. Fortalecer a Campanha Nacional lançada pelo Comitê de Defesa da Universidade Pública, Gratuita e Democrática, fundado durante a SBPC e composta pela UNE, ANDES, FASUBRA, SBPC e outras Entidades e personalidades ligadas à educação;

2. Realizar o II Seminário Nacional sobre a Universidade Brasileira em conjunto com a ANDES e a FASUBRA. Este seminário deve ser melhor preparado que o anterior, precedendo de amplas discussões nas escolas e nos estados, de forma a garantir a participação massiva da Comunidade Universitária, diferentemente do I Seminário, que ficou restrito às cúpulas do movimento. A UNE deve indicar a realização de Congressos Universitários em cada Universidade envolvendo estudantes, professores e funcionários. Neste processo, devemos avançar na formulação de uma política conjunta da UNE, ANDES e FASUBRA, que se contraponha à política das elites dominantes, do MEC e dos reitores e oriente nossa luta pela transformação democrática da Universidade Brasileira.

3. Apoiar ativamente as lutas salariais e reivindicações trabalhistas dos professores e funcionários.

4. Luta por 12% do orçamento da União e 25% do orçamento dos estados para a educação. Pela imediata aplicação da emenda João Calmon já aprovada pelo Congresso, que estabelece a

aplicação de 13% dos impostos federais arrecadados na educação.

5. Suplementação imediata de verbas para as Universidades Públicas. A luta por verbas só é consequente na medida que se criam mecanismos de controle da sua aplicação. Os orçamentos para as Universidades devem ser formulados de baixo para cima, elaborados e geridos por colegiados democraticamente constituídos e atendidos de forma a satisfazer plenamente as necessidades das Universidades definidas a partir dos planos elaborados pelos departamentos.

6. Denúncia da proliferação das Fundações (empresas privadas) no interior das Universidades Públicas (Autárquicas) estaduais e federais, como estratégia de privatização do Ensino Superior.

II. ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.

1. Revogação da Portaria 62/84, que corta os subsídios federais para os Restaurantes Universitários. Luta pela garantia de pleno funcionamento dos R.U.s. Contra o aumento dos preços e pela melhoria da qualidade das refeições.

2. Manutenção das moradias estudantis e a construção de novas moradias onde não existem.

3. Anistia dos devedores do crédito educativo e a transformação do mesmo em bolsas de estudo não reembolsáveis. Ampliação do nº de bolsas visando atender a todos os estudantes, que dela necessitarem. O valor das bolsas não deve ser inferior ao salário mínimo.

4. Luta conjunta com os estudantes secundaristas pela meia-passageira de ônibus e pela volta da meia-entrada no cinema.

5. Criação de creches nas Universidades, mantidas pelo Governo Federal e melhoria das já existentes.

III. ENSINO E PESQUISA.

1. Luta pela melhoria das condições materiais de ensino a partir do levantamento concreto das necessidades em cada escola. Garantia do pleno funcionamento dos hospitais-escola, laboratórios e bibliotecas.

2. Concurso público para a contratação de novos professores e incentivo a melhoria da sua capacitação profissional através da concessão de bolsas para programas de atualização, especialização, mestrado e doutorado.

3. Restruturação dos currículos dos diferentes cursos com a participação das categorias profissionais respectivas, estudantes e professores. Os encontros de curso das sub-secretarias da UNE devem elaborar propostas a respeito, garantindo: a) um currículo mínimo de vigência nacional; b) uma regionalização dos currículos plenos buscando adaptá-los às necessidades locais.

4. O estado deve se responsabilizar pela manutenção da pesquisa, pós-graduação e extensão, com verbas diretas do MEC destinadas especialmente para estes fins. O financiamento privado da pesquisa quebra a Autonomia Universitária através do financiamento seletivo das mesmas com critérios empresariais.

5. A pesquisa deve contar com um padrão que elimine as distorções e o autoritarismo e assegure plenas condições para a produção de conhecimentos originais, a investigação crítica e objetiva da realidade e a invenção científica e tecnológica, levando em conta prioritariamente as necessidades sociais da maioria da população.

6. A pesquisa deve estar no mesmo nível de prioridade do ensino e este deve ser desenvolvido como um desdobramento da produção científica. Deve-se também buscar a integração e colaboração interdisciplinar e inter-departamental assim como a integração entre produção – transmissão e aplicação de conhecimentos.

7. Realizar seminários nas escolas para o aprimoramento do sistema de avaliação e de relação pedagógica professor-aluno.

8. A ampliação e democratização do acesso popular à educação escolarizada. Inclusive à Universidade, assim como a qualidade e solidez científica dos conhecimentos transmitidos são a condição mais fundamental para que o saber escolarizado seja apropriado pelo povo trabalhador e instrumentalizado nas lutas pela sua emancipação política e social.

IV. AUTONOMIA E DEMOCRACIA.

1. Denúncia do Conselho Federal de Educação (CFE) enquanto porta-voz dos interesses dos empresários da educação e das mantenedoras. Contra a participação da UNE no CFE.

2. Os estudantes devem participar dos Conselhos Estaduais de Educação desde que estes sejam reformulados, adquirindo caráter público, democratizados em suas estruturas e que garantem a representação democrática das Entidades de professores e estudantes.

3. Luta pelo fim das acessórias de informação e repressão existentes nas escolas assim como revogação dos regimentos repressivos. Reintegração imediata de todos os professores cassados.

4. Consolidação da Representação Estudantil de 1/5 nos órgãos colegiados e luta para ampliação para 1/3. Apoio às reivindicações dos funcionários de participarem destes órgãos.

5. Pela legalização da UNE e de todas as Entidades Estudantis.

6. Luta por eleições diretas e paritárias de reitor e de todos os diretores universitários em todos os níveis e em todas as escolas. Exigência da homologação do nome mais votado para reitor pelos 3 setores da Universidade.

7. Articulação das Entidades Estudantis das Fundações entre si e com a ANDES e FASUBRA para lutar pela garantia das eleições diretas realizadas e contra as mudanças feitas pelos colégios eleitorados.

8. Autonomia administrativa, pedagógica e científica para as Universidades, garantindo seu financiamento total pelo Estado e o controle democrático de aplicação das verbas e estabelecimento de prioridades.

V. LUTA CONTRA O ENSINO PAGO.

1. Pelo congelamento da rede privada de ensino e pela expansão da rede pública de ensino.

2. Luta contra os aumentos das mensalidades. Esta luta deve ser travada buscando conquistar vitórias parciais reduzindo ao máximo o preço das mensalidades e ao mesmo tempo desenvolver a consciência de que o ensino deve ser gratuito. Trata-se de lutar contra o ensino pago e não por um “preço justo” das anuidades.

3. Garantia de matrícula para todos os estudantes e que nenhum estudante seja expulso por falta de recursos.

4. Somos contra subsídios diretos para as mantenedoras, pois reforçam o ensino privado. Defendemos verbas do MEC para as

escolas pagas desde que sejam contabilizadas como verbas públicas e aplicadas sob controle da comunidade universitária. Estas verbas devem servir para viabilizar vitórias nas lutas contra os aumentos e para garantir que a melhoria das condições do ensino e os custos de programas de pesquisa e extensão de interesse social não sejam descontados nas mensalidades.

Todo apoio às lutas dos estudantes e dos trabalhadores de todo o mundo contra todas as formas de exploração e opressão (7º ponto da Carta de Princípios da UNE)

O QUE É A UIE!

A UIE – União Internacional dos Estudantes, pertencente ao Comitê Permanente das Organizações Não Governamentais das Nações Unidas, é a única entidade mundial representativa dos estudantes.

Composta de 130 entidades nacionais, a UIE representa, em seu conjunto, dezenas de milhões de estudantes.

O órgão máximo deliberativo da UIE é o seu Congresso, o qual realiza-se a cada 3 anos. Nele, as uniões nacionais filiadas têm direito a voz e a um voto cada. O Congresso delibera sobre a política e o programa da UIE e elege o Comitê Executivo, o Secretariado e o Comitê de Finanças.

Em seu trabalho na defesa dos interesses estudantis, a UIE colabora, na condição de membro consultivo superior, com a UNESCO – Organização das Nações Unidas para Ciências e Cultura e com o CES – Conselho Econômico e Social da ONU.

A OCLAE – Organização Continental Latino-Americana de Estudantes, a AASU – Organização Pan-africana de Estudantes e a GUAS – União Geral dos Estudantes Árabes desenvolvem estreita colaboração com a UIE, contribuindo para o fortalecimento e a unidade do Movimento Estudantil Mundial.

A CRIAÇÃO DA UIE

Em 1941, durante os dias mais sombrios da 2ª Guerra Mundial, os representantes de organizações estudantis

nacionais que lutavam contra o fascismo, reunidos em Londres, fundaram o Conselho Internacional de Estudantes para coordenar o combate comum. Imediatamente após o fim da guerra, este Conselho criou um Comitê Internacional Pró-fundação de uma União Mundial de Estudantes.

Em 1946, realizou-se em Praga o 1º Congresso Mundial de Estudantes, com a participação de 43 entidades estudantis de 39 países. Por decisão unânime constituiu-se a UIE – União Internacional dos Estudantes, cuja sede foi estabelecida em Praga (Tchecoslováquia), raiz da mais heroica resistência estudantil contra a ocupação nazista, tornando-se símbolo para o Movimento Estudantil Internacional.

A LUTA DA UIE

Os estudantes formados no combate ao fascismo não se concebiam como um setor ilhado da sociedade. Compreenderam que, além da busca do conhecimento, os estudantes são cidadãos, membros de suas sociedades, com todos os direitos e deveres que isto implica.

Por isto, a criação da UIE expressou dois tipos de objetivos: de um lado, os objetivos específicos dos estudantes, tais como: direito à educação, liberdade acadêmica plena e produção cultural e científica nacional; e do outro, os objetivos gerais como: combate à discriminação racial e social, luta anti-imperialista e anti-colonialista, libertação nacional e social.

No auge da guerra fria, final dos anos 50, em contraposição aos princípios anti-imperialistas da UIE sob o patrocínio de uma entidade estudantil norte-americana, algumas entidades fundaram a AIE – Associação Internacional dos Estudantes. Durante algum tempo o AIE contou com a participação de algumas entidades representativas. Em 1975, no Congresso da AIE, ficou comprovado o financiamento da CIA à AIE. Após este congresso, a AIE entrou em uma rápida decadência, extinguindo-se em 1982.

O 14º CONGRESSO DA UIE

Em abril deste ano, realizou-se um Sófia, Bulgária, o 14º Congresso da UIE. Compareceram 445 delegados de 126 países, sendo representadas 20 Uniões Nacionais de Estudantes da América Latina e Caribe.

No Congresso foram formuladas as posições e atividades da UIE quanto às lutas: pela paz mundial, contra a corrida armamentista e contra a guerra nuclear; de solidariedade anti-imperialista; de cooperação para o desenvolvimento por uma nova ordem econômica internacional; pela reforma e democratização da educação.

Foi aprovado um programa detalhado para as secretarias e departamentos da UIE, envolvendo: trabalho voluntário, cultura e artes, assistência social e bem-estar, turismo, esportes, imprensa, etc.

Foi aprovado o apoio da UIE às UNEs na preparação de atividades de massas preparatórias do Festival da Juventude e dos Estudantes – pela Solidariedade anti-imperialista, pela paz e pela amizade. O 12º FIJE integrará as atividades do Ano Internacional da Juventude decretado pela ONU e será realizado em Moscou – URSS – no verão de 1985.

Na plenária final foram eleitas as Entidades que compuseram o Comitê Executivo, o Secretaria e o Comitê de Finanças da UIE. Como presidente foi eleito Miroslav Stepan², da Central dos Estudantes Checoslovacos (CSC/CSUV).

PROPOSTAS PARA A SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNE.

1. 12º FESTIVAL INTERNACIONAL DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES.

O 12º FIJE, será a principal atividade do Ano Internacional da Juventude, lançado pela ONU – O Festival reunirá 30.000 jovens, de delegações nacionais de mais de 140 países, no verão

² Miroslav Stepan (1945-2014) foi membro do Partido Comunista Tchecoslovaco, sendo uma das figuras destacadas do partido na época das “Revoluções de Veludo”, perdendo seu cargo na troca de regime. Continuou a construção de um partido comunista após a queda do socialismo no leste europeu, até o final da sua vida [N. do E].

de 1985, em Moscou. O 12º Festival da Juventude e dos Estudantes – PELA SOLIDARIEDADE ANTI-IMPERIALISTA, A PAZ E A AMIZADE – reunirá jovens de todos os continentes, das mais variadas tendências ideológicas e políticas e de diversas convicções e crenças. Com uma intensa programação de atividades políticas, culturais, esportivas e recreativas o festival ainda terá um programa especial para os estudantes. Se realizarão discussões e seminários em torno de temas como: Multinacionais e Educação, Desemprego e Analfabetismo, Revolução Técnico-Científica e Desenvolvimento, Reforma e Democratização das Universidades, Defesa dos Direitos Estudantis, Socialismo e Educação e muitos outros. A UIE providenciou cerca de 300 convites para os jovens estudantes brasileiros com direito a transporte e estadia.

Propomos que a delegação brasileira seja composta principalmente pela [classe] trabalhadora através da CUT e pela juventude estudantil através da UNE e UBES. A delegação deve ser bem preparada de forma a ter condição de transmitir para os jovens do mundo a situação em que vivem, a produção cultural e artística e os anseios e lutas dos jovens brasileiros. Propomos a realização de Festivais regionais preparatórias, acampamentos da juventude e de um Festival Nacional da Juventude e dos Estudantes no verão de 1985, na cidade do Rio de Janeiro.

2. O CARTÃO DE TURISMO DA UNE/UIE.

No início do ano de 1983 a diretoria da UNE criou o CONTEJ (Conselho Nacional de Turismo Estudantil e Juvenil) para defender o desenvolvimento de um turismo estudantil não comercial, promovendo seus aspectos educativos. Em abril a diretoria da UNE assinou um contrato com o secretariado da UIE para trabalhar com o Cartão Internacional de Turismo Estudantil da UIE/ISTC (International Students Travel Conference). Este cartão permite utilizar gratuitamente os albergues da UIE, garante descontos de até 70% em passagens aéreas internacionais, descontos em tickets de transportes, cinema, hotéis, boates, na maioria dos países do mundo. Tudo isto por Cr\$ 10.000,00. A UNE já tem o primeiro lote de cartões

de turismo. Propomos que a UNE leve a frente este projeto e que entre em contato com organizações de turismo para estender estes benefícios também ao território brasileiro.

3. BOLSAS DE ESTUDOS DA UNE.

A UNE recebeu alguns formulários do plano de bolsas de estudo da UIE que visa ajudar estudantes necessitados da África, Ásia e América Latina a terem acesso ao ensino universitário. As bolsas são concedidas exclusivamente a Uniões Nacionais de Estudantes e autorizam os bolsistas a matricularem-se em Universidades do país doador. As bolsas são oferecidas sobretudo por Bulgária, Tchecoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria, Polônia, União Soviética e Finlândia. As bolsas da UIE cobrem cursos completos de 4 a 7 anos, curso do idioma do país anfitrião, custos dos livros texto, alojamento e alimentação. Compreende ainda uma bolsa em dinheiro. Medicamentos e Assistência médica e hospitalar são gratuitos. Propomos que a UNE distribua estes formulários aos interessados levando em conta sua situação econômica.

4. Propomos que a UNE realize no Brasil, em 1985, um **Encontro Latino-Americano de estudantes** os seguintes eixos: Reflexo da Doutrina de Segurança Nacional nas Universidades Latino-americanas; Reforma Universitária e Solidariedade anti-imperialista. Propomos que ao final do encontro se realize uma atividade artístico-cultural de massas.

5. INTERCÂMBIO COM UIE E OCLAE.

Realização de um giro de dirigentes da UIE e OCLAE (Organização Continental Latino-Americana de Estudantes) pelas Universidades Brasileiras para aumentar as Informações sobre o Movimento Estudantil Internacional.

6. SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL.

Realizar um giro de dirigentes da União Nacional de Estudantes da Nicarágua (UNEN) e Associação Geral dos Estudantes Universitários Salvadorenhos (AGEUS) nas principais

Universidades do país para divulgar a luta dos povos e estudantes destes países.

7. Realizar atividades do mesmo tipo com dirigentes das Uniões Nacionais de Estudantes da Namíbia e África do Sul. Buscar maior articulação da UNE com o Comitê Brasileiro Anti-Apartheid.

8. Realizar um circuito de palestras e de manifestações culturais com representantes da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) nas Universidades do país.

9. Desenvolver em conjunto com outras Entidades populares e partidos políticos uma campanha pelo reestabelecimento de relações diplomáticas com Cuba. Colocar em prática a proposta da Fundação José Martí de divulgar nas Universidades a produção artística e cultural cubana.

10. Buscar criar um Centro Permanente de Solidariedade Internacional que articule as atividades de vários comitês e Entidades preocupados com a solidariedade anti-imperialista, visando diminuir a atual pulverização dispersão de esforços.

11. No plano do apoio prático material, julgamos que a UNE tem plenas condições de organizar delegações de estudantes ou de recém-formados brasileiros para atender o apelo feito pela UNEN (União Nacional dos Estudantes da Nicarágua). A UNEN está organizando junto com a UIE e a UNESCO a Brigada Internacional de Alfabetização para erradicar o analfabetismo no País. Esta campanha lançada em janeiro de 80 já contou com a elaboração de mais de 100 mil estudantes de todo o mundo, alfabetizou mais de 500 mil pessoas, reduzindo de 50% para 13% a taxa de analfabetismo.

A UNEN, a UIE e o ministérios de educação da Nicarágua receberam o prêmio Nadezhda Krupskaya³ da ONU de 1980 pela

3 Nadezhda Krupskaya (1869-1939), revolucionária bolchevique, cuja atuação pedagógica, na reformulação da escola e nos programas de alfabetização da União Soviética foram destacadíssimas. Atualmente, seus textos têm sido

cruzada nacional de alfabetização. A partir de janeiro de 1985 serão formadas novas brigadas de estudiantis internacionais com equipes de educação, saúde e de produção. Companhias semelhantes estão sendo organizadas pela União Pan-Africana de Estudantes (AASU). A UNE deve formar delegações principalmente para atuar em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, que são países de língua portuguesa. Assim, estaremos contribuindo na prática, para a consolidação do processo de libertação social e educacional de povos hoje submetidos a uma covarde e sistemática agressão imperialista.

reeditados, além de trabalhos sobre a pensadora, na Editora Expressão Popular.
[N. do E.]

Boletim: Avançar na Luta
Uma contribuição para o 16º Congresso na UCE
(1985)

“Nova República”?

Tudo parece diferente embora tudo continue como estava. A democracia no Brasil continua sendo, como sempre um privilégio dos ricos. Nunca foi tão grande a miséria e a fome do povo. Neste momento mais de 10 milhões de trabalhadores estão desempregados, mais de 5 milhões de bóias-frias estão jogados nas mãos de uns poucos capitalistas, mais de 80% dos trabalhadores estão ganhando um salário que não dá para a sobrevivência. A mortalidade infantil é cada vez maior. Aos jovens nega-se também saúde e educação. Privam-nos dos mais elementares direitos. Diante de nossos protestos ergue-se a repressão policial.

Tudo isto é consequência do regime capitalista dominante em nosso país, agravado com a política reacionária dos generais que há 21 anos se sucedem no poder, submetendo nosso povo à brutal exploração dos monopólios nacionais e estrangeiros.

O QUE NÃO MUDOU NO BRASIL FOI A FORÇA DO PODER MILITAR: A conciliação não é o fim da ditadura. É um acordo de elites, uma conspiração contra as autênticas aspirações democráticas de nosso povo. A ditadura estava tão desgastada, isolada e repudiada pela opinião pública que vinha deixando de ser uma opção segura para a dominação dos monopólios, do imperialismo e do latifúndio. Para preservar-se o poder militar entendeu que devia fazer algumas concessões: “DAR OS ANÊIS PARA NÃO PERDER OS DEDOS”. A ditadura precisava reciclar-se. Para os militares o candidato ideal para suceder Figueiredo deveria ser civil e da oposição. Paulo Maluf foi usado como “boi de piranha”. No auge da campanha pelas diretas-já a burguesia liberal deu as costas ao povo e tratou e conciliar om a ditadura.

O Próprio Ulysses Guimarães declarou (Folha de São Paulo 2/8/84) que era preciso buscar a conciliação para evitar “explosões sociais” (ou seja evitar que os “de baixo”, as massas oprimidas e exploradas, explodissem conquistando uma democracia de massas para as massas). Toda a direita passou a apoiar Tancredo.

No final do ano passado Tancredo declarava que seus objetivos eram os mesmos da revolução de 64. Logo após a eleição de Tancredo no Colégio Eleitoral, o ministro do Exército de Figueiredo, General Walter Pires, declarava que “com o governo de Tancredo Neves, a revolução de 64 não acaba. Ela se eterniza” (Folha de São Paulo 17/01/85). Os militares sempre disseram que “voltamos à normalidade”, mas que “A REVOLUÇÃO VEIO PARA FICAR”, pretendem que a revolução de 64 seja “ETERNA”. Pretensão deles porque o povo não vai deixar as coisas assim não.

O candidato à Presidência da República escolhido pelo senhor Geisel e pelo poder militar, foi transformado em “salvador da Pátria” pelos mesmos políticos que durante as grandes manifestações pelo voto direto-já, há um ano atrás, afirmam ser o “Colégio Eleitoral” uma instituição espúria e ilegítima. Embora escolhido pelo mesmo “Colégio Eleitoral”, e sem nenhuma modificação no poder militar, tampouco na legislação fascista que continua de pé, os dirigentes da “aliança democrática” que reuniu num mesmo saco os homens mais hábeis da ditadura (Geisel, Aureliano, Bornhausen, Toninho Malvadesa e até o torturador Curió) e a oposição (não só o PMDB mas até partidos ditos de “esquerda” – PCB, PCdoB, MR-8 – que deviam ser proletários e se tornaram “aliancistas”) – pretendem enganar o povo afirmando que foi reconquistada a democracia, foi suprimido o militarismo e, até mesmo, alcançada uma “NOVA REPÚBLICA”.

Com o grilheiro Sarney no poder (até recentemente presidente do PDS e um dos principais responsáveis pela derrota da emenda PRÓ-DIRETAS no Congresso) e a posse do ministério em nada se altera este quadro. Manteve-se a tutela das forças armadas sob as instituições, todo aparato repressivo continua intacto (SNI, DOI-CODI, Conselho de Segurança Nacional, etc.)

assim como o arcabouço jurídico ditatorial (este governo tem direito a decreto-lei, tem direito às emergências sem controle do parlamento, etc.). O Governo aliancista procura apenas, numa nova conjuntura, desenvolver a tática de “liberalização” da ditadura iniciada com as políticas de “distensão” de Geisel e de “abertura” de Figueiredo. O poder militar não só procura assegurar a continuidade da ordem ilegal por ele constituída (aparato de espionagem e repressão, Lei de Segurança Nacional e toda legislação fascista) como condicionar a chamada “transição lenta, segura e gradual para a democracia” (SIC), com o poder firmemente sob controle das “elites esclarecidas” das classes dominantes.

Os militares não escondem esta tutela. Quando da morte de Tancredo o general Leônidas Pires Gonçalves declarava que eleições diretas antes de 1988 estavam “fora de cogitação” pois seria “inconstitucional”, “ilegal” e portanto o “exército não permite” (Veja 17/04/85). Quando a atriz Bete Mendes reconheceu no adido militar do Brasil no Uruguai, coronel USTRA, o seu torturador, Sarney prometeu puni-lo. O ministro do Exército desautorizou-o dizendo que Ustra era um “patriota” que merecia sua confiança e permaneceria no cargo (Folha de São Paulo, 24/08/85). Em nota publicada na Folha de São Paulo de 29/09/85 o General Leônidas Gonçalves adverte que as “forças armadas são uma força monolítica” e que “se a aliança democrática não defender as forças armadas” contra a campanha de difamação e desforra estas se farão ouvir por seus canais próprios.

Assim as forças da ditadura conseguem levar adiante seu projeto: enquanto os seus setores “duros”, civis e militares, permanecem bem instalados no governo e fazem ameaças; os seus setores “civilizados” continuam nas melhores posições para, buscando salvar o regime, administrar uma “mudança cosmética”, uma reforma de fachada, visando legitimá-lo como uma democracia das elites para as elites, o que na verdade nada mais é do que uma autocracia dos monopólios e do imperialismo.

Enquanto isto os oportunistas e conciliadores utilizam seu velho método de chantagem. Em 1982 nas eleições do Rio de Janeiro tentavam convencer o povo a apoiar o corrupto Miro

Teixeira, um chaguista, linha auxiliar da ditadura. Na falta do argumento do “voto útil” passaram ao “voto covarde”. Não adiantaria apoiar um candidato que “seria impedido pelos militares de tomar posse”. No ano passado, para tentar levar as forças populares a apoiar os candidatos de confiança do sistema, a chapa Tancredo-Sarney, usaram, a chantagem de afirmar que “quem não participar do Colégio Eleitoral dará a vitória a Paulo Maluf”. Hoje os dirigentes de quase todos os partidos desde o PDS ao PMDB (inclusive o PCB, PCdoB e MR-8) dizem que é “preciso consolidar os espaços democráticos”. Quer dizer, é preciso fechar os olhos, faça o governo o que fizer “é preciso apoiar senão haverá um golpe”.

LUTAR E ORGANIZAR A LUTA

Numa sociedade capitalista, uma sociedade dividida em classes antagônicas, a conciliação é sempre contra os explorados e a favor dos exploradores. Ao povo brasileiro não interessa salvar ou reformar a ditadura, mas sim, derrubá-la. Por isso não nos deixamos enganar. Tratemos de unir nossas forças porque somente organizados e unidos podemos lutar com êxito por nossos direitos.

A sociedade brasileira transformou-se profundamente nestas últimas décadas. Hoje milhões de pessoas se voltam para os seus problemas reais e os meios de resolvê-los. As massas populares foram levadas a um ponto de extrema tensão pela opressão ditatorial, arrocho salarial, miséria, fome, desemprego e degradação coletiva. Na resistência contra a ditadura e apesar dela, vem emergindo um vigoroso movimento operário, construindo-se a partir de suas próprias forças e conquistando espaço próprio. O movimento operário e popular vem passando por uma transformação qualitativa que se expressa no novo sindicalismo e no novo tipo de presença da classe operária na vida nacional, que não se limita a lutar por salários, mas compreende cada vez mais a necessidade de outro regime.

A democracia não virá como concessão dos poderosos, terá que ser conquistada através de uma luta sem tréguas contra a continuidade da ditadura, incluindo suas instituições e suas bases econômicas. Aos trabalhadores e ao povo não interessa o

“pacto social” que implica em conter nossas lutas ou subordiná-las a uma trégua com o governo aliancista. Ao invés de alimentar velhas ilusões e mistificações – como a conciliação e o pacto social – que manteriam o povo desorganizado e impotente. Devemos seguir o caminho da luta e da organização da luta. Trata-se de conquistar uma democracia de massas para as massas que só será alcançada com um poderoso e organizado movimento das classes oprimidas e exploradas. Para tanto é necessário politizar as manifestações de protestos e, sobretudo criar os meios de organização das classes trabalhadoras e de todos os oprimidos. O prioritário é fortalecer a organização do povo em entidades apartidárias e desatreladas, a partir da luta em torno dos problemas concretos que atingem cada segmento do movimento popular, seja em sindicatos, associações de moradores, associações profissionais e estudantis, entidades eclesiais de base, etc.

A luta ensina e será na luta por conquistas reais, por medidas contra a fome e o desemprego, pelo fim do arrocho salarial e a carestia, pela liberdade, pelos direitos sociais (saúde, educação, habilitação, etc.) enfim pelos direitos democráticos, incluindo as reivindicações políticas, econômicas e sociais, que as massas elevarão seu nível de organização e consciência tornando-se forte para liquidar a ditadura dos monopólios, do imperialismo e do latifúndio.

Neste sentido o surgimento da CUT como entidade representativa dos trabalhadores, do sindicalismo combativo e as greves deste ano por melhores salários, trimestralidade e 40 horas semanais de trabalho são exemplos magníficos do caminho a trilhar.

CONSTITUINTE

O Projeto de constituinte de Sarney, cumprindo o “cronograma de transição” planejado militarmente, marca as eleições para a constituinte para 15 de novembro de 1986 e sua instalação em 31 de janeiro de 1987, coincidindo com as eleições parlamentares. Na verdade é o mesmo que atribuir poderes constituintes ao congresso nacional, pois os deputados são eleitos sem mandato específico e após o fim da constituinte

prosseguem nas atividades legislativas normais, dela participando ainda os senadores eleitos em 82, considerados deputados natos.

A nomeação da “comissão de notáveis” para elaborar o ante-projeto da constituinte, a intenção de conservar o SNI, o CSN e demais órgãos de espionagem e repressão política e de “governo aliancista” está disposto a manter a constituinte sob cabresto, desmascarando claramente o seu caráter para aqueles que ainda tinham ilusões.

Os politiquinhos a serviço dos privilegiados procuram canalizar toda a insatisfação do povo em função da constituinte, procuram convencer o povo a deixar de lado as greves, as manifestações de rua, a luta efetiva por mudanças reais e imediatas para preocupar-se apenas com a constituinte, apresentada como uma panaceia capaz de resolver todos os problemas. Procura-se ocultar os limites de uma constituinte que não sendo soberana, pois estará submetida ao Estado Autocrático BURGUES, e que além das restrições já vistas, será uma presa fácil para os monopólios, que com o uso da máquina estatal, do dinheiro farto, dos partidos de ordem e dos sindicatos patronais, dos poderosos meios de comunicação de massa, certamente assegurarão uma folgada maioria conservadora senão mesmo reacionária na constituinte.

O entendimento destes limites está claro na resolução do congresso da CUT, realizado em São Bernardo de 24 a 26 de agosto de 1984:

“A CUT alerta a classe trabalhadora brasileira que a convocação de uma Assembleia Constituinte nos termos propostos:

- Sem a revogação da lei de segurança nacional.
- Sem convocação específica e ligadas a outros processos eleitorais.
- Sem a mais ampla liberdade de escolha dos governantes.
- Sem a mais ampla liberdade partidária, de propaganda e manifestação política.
- Sem condições financeiras para concorrerem os candidatos populares e sem controle das fortunas fastas na

campanha; transformar-se-á em um instrumento de legitimação da dominação do grande capital nacional, dos latifundiários e do capital internacional.

A CUT difundirá junto aos trabalhadores a ideia de que sem o aumento do nível de consciência e organização de classe [e] sem a alteração da correlação de forças em consequência das lutas, todo texto legal ficará na mesma condição do atual direito de greve e outros pontos garantidos pela constituição de 1964 e que na prática foi lei anti-greve, letra morta para as classes trabalhadoras; que a classe trabalhadora deverá acumular condições políticas e confiança das outras massas do povo para se colocar como alternativa histórica do poder”.

Tendo em vista a urgente necessidade de colocar as lutas hoje em curso no leito do combate intransigente à Ditadura.

PROPOMOS:

- 1 – Revogação da lei de segurança nacional e toda legislação fascista.
- 2 – Desmantelamento de todo aparato repressivo (SNI, CENIMAR, etc.).
- 3 – Punição dos corruptos, torturadores e responsáveis por assassinatos.
- 4 – Revogação dos acordos com FMI e não-pagamento da dívida externa.
- 5 – Fim do arrocho salarial, desemprego e carestia.
- 6 – Soluções de emergência contra a miséria e a fome.
- 7 – Educação e saúde pública gratuita.
- 8 – Reforma agrária radical, sob o controle dos trabalhadores com a limitação da propriedade da terra e o fim do latifúndio.
- 9 – Repúdio ao projeto de constituinte de Sarney e a comissão de notáveis.
- 10 – Amplas liberdades na eleição e funcionamento da constituinte; que os deputados sejam eleitos com mandato específico e que a data da instalação da assembleia seja antes da eleição de 86.
- 11 – Eleições diretas-já para presidente da república.
- 12 – Liberdade e autonomia sindical.

13 – Apoio à unificação pela base, do movimento sindical em torno da CUT, entidade unitária representativa do sindicalismo combativo.

Discurso em Havana na Conferência sobre a dívida externa (1985)

Luiz Carlos Prestes

Companheiro Comandante Fidel Castro.

Companheiros da presidência.

Companheiros e amigos todos.

Sinto-me no dever, de início, de agradecer ao povo cubano, ao seu Governo e ao seu eminente dirigente, companheiro Fidel Castro, o convite com que me honrou para participar deste importante e já histórico evento.

Para evitar equívocos, permitam-me, aqueles dos participantes neste Conclave que não conhecem minha atual posição política na sociedade brasileira, algumas palavras esclarecedoras. Represento aqui apenas os numerosos amigos que tenho no Brasil. Não exerço nenhum cargo nem tenho nenhum posto de dirigente, porque não participo hoje de nenhum Partido político. Sou apenas um revolucionário que já tem mais de 60 anos de atividade política. Fui capitão do Exército Brasileiro, dele expulso duas vezes. Fui modesto guerrilheiro, senador da República, e tenho a honra de ter meu nome em primeiro lugar na primeira lista dos cidadãos que no Brasil, em decorrência do golpe militar reacionário de 1964, tiveram seus direitos políticos cassados por dez anos.

Em artigo um tanto irônico, escreve um dos jornais mais conservadores do Brasil, para não dizer reacionário, “O Estado de São Paulo”, recentemente:

“Os brasileiros sempre gostaram de usar superlativos para descrever seu país. Afinal, ele é o maior e o mais populoso da América Latina, o maior país católico do mundo e possui o maior “parque industrial” do Terceiro Mundo, com um Produto Nacional Bruto, em 1982, de 296 bilhões de dólares norte-americanos, equiparando-se ao Canadá. Durante as décadas de 60 e 70, ele tinha uma das economias de crescimento mais rápido do mundo, durante oito anos – de 1967 a 1974 –, na assim chamada era do “milagre”, sua economia cresceu à taxa

impressionante de 14% ao ano. A “metade do continente” da América do Sul também possui a maior barragem hidroelétrica do mundo, Itaipú, que começou a operar em outubro de 1984”.

Mas devemos atualizar este quadro. O Brasil também tem, nos dias de hoje, a maior dívida externa do Terceiro Mundo. Ela chega ao nível de 108 bilhões de dólares. Entre 1964 e 1984, a dívida externa brasileira aumentou 28,5 vezes, passando de 3,5 para mais de 100 bilhões. E estamos pagando juros variáveis (do tipo *libor*), que já chegaram a mais de 21,5% ao ano, quando a taxa de juros normal não deve passar de 5%. Nosso País, por isso, já pagou, só de excesso de juros, nos últimos anos mais de 40 bilhões de dólares. Somente com o serviço da dívida, paga hoje, o governo de 10 a 13 bilhões de dólares ao ano, o que corresponde ao saído do balanço comercial.

Esse escandaloso aumento da dívida externa tem, entre outras, duas causas principais. De um lado, o singular patriotismo dos generais brasileiros que governaram o País nos últimos 21 anos. Foram eles, não apenas torturadores e assassinos de presos políticos, mas também governantes que julgavam que para serem patriotas cabia-lhes fazer do Brasil uma grande potência, inclusive com bomba atômica, a custa do apelo ao capital estrangeiro, mas com um povo passando fome. De outro lado, não podemos também deixar de assinalar a responsabilidade dos banqueiros e das grandes potências imperialistas, particularmente dos EE.UU., que recebendo em depósito os petrodólares dos países árabes, tratavam de aplicar esses vultosos recursos nos países submetidos a ditaduras militares reacionárias. Tais como o Brasil, em que viam, com razão, o paraíso para o capital estrangeiro, onde não havia e não há nenhum controle ou limitação para os lucros, nem para a saída deles para o exterior.

Mas ao examinarmos a problemática da dívida externa no Brasil, devemos assinalar que não se trata de um evento novo, resultante apenas da ditadura militar imposta ao nosso povo pelo golpe militar reacionário de 1964. É um velho e mais de centenário problema. Já em 1824, dois anos após a Independência, Martim Francisco, Primeiro Ministro da Independência, diante de uma primeira proposta de empréstimo

externo, chamava a isto de “medida perniciososa” e agregava que levava a “um abismo que os governos nunca a adotam senão para oprimirem mais facilmente os povos”.

E, com efeito, como já foi dito desta tribuna por mais de um orador, o problema da dívida externa não é meramente um problema técnico e financeiro, é essencialmente político. Não basta, porém dizer que é um problema político, mas mostrar que ele se relaciona diretamente com a situação de crescente submissão do País ao capital estrangeiro, à crescente escravidão do povo às grandes potências imperialistas. Sua problemática é inseparável também do próprio regime capitalista, em que dominam, como acontece hoje no Brasil, os monopólios nacionais e estrangeiros, muito especialmente as multinacionais, que são, em nosso País, donas do dinheiro e do poder. E, como nos livrarmos delas? Como dar solução aos graves problemas econômicos e sociais, decorrentes do capitalismo dependente, que afligem hoje o povo brasileiro? Já em 1975, na reunião dos Partidos Comunistas e Operários de América Latina e do Caribe, aqui mesmo nesta formosa cidade de Havana, chegamos à conclusão de que, em nossos países, já nenhum grande problema, como, por exemplo, o da terra, o da fome de massas de milhões, o da miséria crônica e crescente, o do analfabetismo e da falta de instrução em geral, o da saúde pública, não podem ser solucionados enquanto perdurar o regime capitalista. É indispensável um outro regime. E aqui não posso deixar de citar, com a devida vênua, um dirigente operário de talento aqui presente – o companheiro Lula, o qual depois de dirigir três greves econômicas pela elevação de salários e melhores condições de trabalho, nos anos de 1978, 79 e 80, chegou a afirmar, em 1981:

“Não basta elevar salários, é necessário mudar o regime”.

Evidentemente, aqui se trata do regime social, por outro livre da exploração do homem pelo homem, o regime já alcançado pelo querido povo cubano, que justamente por isso é para todos os revolucionários de América Latina e do Caribe, a nossa estrela-guia.

Trata-se, portanto, da revolução socialista, que está na ordem-do-dia em nosso Continente, já que em toda a América

Latina e Caribe, mesmo naqueles países de menores dimensões, com a exceção de algumas colônias apenas, já é o capitalismo a formação econômica-social dominante. Em nosso País, nós, comunistas, durante muitos anos, por desconhecer a realidade brasileira, negávamos o capitalismo, víamos nosso País como se fosse colonial ou semicolonial, caracterizávamos a revolução no Brasil como nacional libertadora e lutávamos por um governo capitalista, nacionalista e democrático. É certo que, em nosso País, ainda há hoje, políticos e partidos políticos, considerados como de esquerda, que continuam lutando por um novo governo capitalista, dito nacionalista e democrático, e que, justamente por isto, dá conseqüentemente, inteiro apoio ao atual governo do senhor José Sarney, e reclamam participar da “Aliança Democrática” e do “Pacto Social”, que o governo federal do Brasil vem propondo às forças políticas e sociais.

Mas, se achamos que o acertado, nas atuais condições brasileiras, é lutar pela revolução socialista, ou, melhor, por aquela que abra caminho para o socialismo (antilatifundiária, anti-imperialista e antimonopolista), também sabemos que a revolução não pode se realizar quando se quer. Ela só poderá eclodir e ser vitoriosa quando existam as condições objetivas e subjetivas para tanto indispensáveis. E tudo indica que em nosso Continente, se crescem cada vez mais as condições objetivas, as subjetivas ainda se retardam. Estamos longe também da indispensável organização e unidade da maioria esmagadora da classe operária, faltam-nos ainda partidos revolucionários efetivamente ligados às grandes massas trabalhadoras e populares.

Se ainda não é possível a revolução, isto não significa que fiquemos de braços cruzados. No Brasil, temos chamado os trabalhadores a lutarem por medidas de emergência, de caráter limitado ou reformista, contra a fome, a falta de trabalho, por um subsídio-desemprego, contra a inflação, e a carestia do custo de vida, afirmando que é dever dos governantes tomar medidas que minorem os sofrimentos do povo. Igualmente fazemos o possível para levar o povo a lutar pela paz mundial contra uma terceira guerra mundial e contra a corrida armamentista, em

solidariedade com a Nicarágua, El Salvador e demais povos que lutam pelo progresso social.

E tudo indica que, é diante dessa situação, que o companheiro Fidel Castro, que se destaca pela sua grande confiança na força das massas trabalhadoras, agora nos chama a lutar pela mobilização das massas para pressionarem os governos de América Latina e do Caribe, a fim de que se unam e, juntos, neguem-se, em nome de seus povos, a pagar as enormes dívidas ou, mesmo, apenas o serviço das dívidas, que chegam a consideráveis somas. Pagamentos que determinam a recessão econômica, à diminuição de produto interno bruto e também ao consequente desemprego para milhões de trabalhadores. Repudiam também as medidas draconianas impostas a nossos povos por esse sindicato do capital financeiro internacional que é o Fundo Monetário Internacional.

Estamos assim, por tudo isso, de pleno acordo com a proposta de ação de massas nos termos expressos na “ATA DE HAVANA”¹, aprovada pela Conferência Sindical recentemente realizada nesta Capital.

É com esta mobilização de massas que intensificaremos, como é necessário, em todo o Continente, a luta contra o imperialismo, luta que, como devemos reconhecer tem, nos últimos anos baixado consideravelmente de nível, já que se tem concentrado fundamentalmente na ação contra as ditaduras militares e pela democracia. É, no entanto, na justa combinação da luta pela democracia e contra o imperialismo, que continua sendo o inimigo principal de nossos povos, que se elevará o nível de consciência política dos povos de América Latina. Crescerá, assim, o fator subjetivo, ainda em retardo, como já assinalamos, em relação ao objetivo, cada dia mais evidente em todo o Continente.

Partindo, pois da luta contra o pagamento da dívida externa, já impagável pelos nossos povos, intensificaremos a luta contra o imperialismo e pela democracia em todo o Continente e haveremos de organizar as massas trabalhadoras e populares na grande força capaz de compelir seus governantes

1 Ata de Havana, disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1985/07/18.htm> [N. do E]

a vencer divergências entre eles e encontrarem o terreno comum que lhes dará forças para enfrentarem o imperialismo e resolverem de acordo com os interesses do povo a questão da dívida externa e abrirem caminho para a completa independência nacional e o progresso social.

Um “poder” acima dos outros (1988) ¹

Luiz Carlos Prestes

Com o término dos trabalhos do Congresso Nacional, eu foi eleito com atribuições constitucionais; aproxima-se o dia 5 de outubro, em que deverá ser promulgada a nova Constituição da Nação. Nestes dias, o que se lê e se ouve, de personalidades as mais conhecidas, muito especialmente dentre aqueles que, na qualidade de membros do Congresso Nacional, participaram da elaboração da nova Carta Magna do país, são palavras as mais exaltantes, sobre o texto aprovado. Proclama-se em geral a notável conquista democrática obtida pela população, graças a novos preceitos que vão assegurar a nosso povo direitos políticos e sociais que abrirão para a Nação inteira, mas particularmente para o povo trabalhador; novas e maiores garantias políticas e sociais, que significam um bom passo para a frente no caminho da democracia.

No que diz respeito à estrutura sindical, cita-se, com razão, o que consta do Artigo 7, item I, que veda a interferência estatal em seu funcionamento, e que a criação de sindicatos é independente de autorização. Fala-se também do artigo 8, pelo qual é assegurado o direito de greve, competindo exclusivamente aos trabalhadores decidir sua oportunidade.

No entanto, todos os que se têm manifestado para exaltar o trabalho realizado pelos senhores constituintes e, muito particularmente eles próprios, muito significativamente silenciam a respeito do Artigo 142, que se refere às Forças Armadas, atribuindo-lhes funções evidentemente incompatíveis com um regime efetivamente democrático. Trata-se de preceito que constituiu uma das maiores, ou, mesmo, a maior vitória dos gerais na Constituinte, na qual, segundo a opinião do professor Eurico Lima Figueiredo, citado pela Revista “Senhor/Isto é”, na qualidade de “conhecido especialista em

¹ Publicado no jornal Tribuna da Imprensa em 23/09/1988 [N. do E].

assuntos militares”, o qual afirma que “Eles (os militares) ganharam (na Constituinte) todas as batalhas”.

Qual será a causa de tão singular silêncio? Mantido também por quase toda a imprensa e seus mais conhecidos cronistas políticos? Será ainda o receio da brutalidade arbitrária daqueles que manejam as armas compradas com o dinheiro do povo?

Que nos diz, porém, o Artigo 142? – Que às Forças Armadas (quer dizer, aos generais) é concedida a atribuição constitucional de “garantirem... a lei e a ordem”. Atribuição constitucional que nem ao presidente da República ou aos outros dois poderes do Estado é tão expressamente concedida. É verdade, que para melhor enganar o povo, Sua Excelência o senador Fernando Henrique Cardoso conseguiu incluir no referido Artigo 142 uma frase que, aparentemente, limita o poder das Forças Armadas, ao afirmar que aquela atribuição dependerá da “iniciativa” de um dos poderes do Estado. Reserva evidentemente apenas formal, já que será sempre fácil aos donos dos tanques e metralhadoras imporem a “um dos poderes do Estado” que tome a referida iniciativa. Além, também, de contrariar conhecido preceito da tradição constitucional de nosso país, que sempre afirmou serem os três Poderes do Estado autônomos, mas harmônicos entre si, não podendo, portanto, nenhum deles tomar qualquer iniciativa isoladamente.

Quer dizer, em nome da salvaguarda da lei e da ordem pública, ou de sua “garantia”, estarão as Forças Armadas colocadas acima dos três Poderes do Estado. Com a nova Constituição, prosseguirá, assim, o predomínio das Forças Armadas da direção política da Nação, podendo, constitucionalmente, tanto depor o presidente da República, como os três Poderes do Estado, como também intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes, ou intervindo abertamente em qualquer movimento grevista, como vem se fazendo desde os decretos de Getúlio Vargas, de 1931, ou mesmo, voltando aos tempos anteriores, em que a questão social era considerada uma questão de polícia, segundo o senhor Washington Luís.

Todos os preceitos da nova Constituição, na verdade, por melhores que seja, a nada serão reduzidos, em virtude de o Artigo 142, com a atribuição conquistada pelos generais de “garantir... a lei e a ordem”. O silêncio feito a respeito daquele Artigo é explicável! – trata-se de encobrir para o povo o preceito mais reacionário, ou ditatorial da nova Constituição, a qual, na prática, pode a qualquer momento ser anulada ou rasgada constitucionalmente!...

Muito ainda precisaremos lutar, pois, para nos livrarmos dessa interferência indébita e nefasta dos generais, para conquistarmos um regime efetivamente democrático. Mas a vitória final será do povo trabalhador organizado e dirigido pela classe operária, jamais daqueles que manejam os tanques e canhões.

**Comunistas que se alinham às posições
revolucionárias de Luiz Carlos Prestes
*A Herança e a Esperança (1995)*¹**

Reafirmando a Utopia

A publicação destes textos se dá após a despedida do convívio entre nós de um grande homem de singular beleza, simples e de alegria contagiante. É uma homenagem ao camarada Dulfhe Pinheiro Machado. Homenageamos aqui também um grande poeta, “Taiguara”, um cantador de lutas e vitórias do nosso povo, que, juntos com a memória de tantos outros, fizeram de suas vidas um patrimônio que teima em não nos deixar.

Em tempos que tornam os homens sem cor, o exemplo de personalidades como Prestes, Olga Benário, Gregório Bezerra, Maria Aragão, Bonilha, “Seu Mimo”, e tantos outros, fazem-nos crer que a aventura da criatura humana desprende-se do aprisionamento de sujeição à indignidade e à injustiça, para ceder a uma possível jornada de libertação na busca incansável da utopia imaginada. Seus exemplos, abrem no meio de pessoas doentes e desfiguradas a perspectiva da luta pelo novo homem, da instauração do sorriso, enfim dão-nos o colorido impressionante para uma festa futura de nossa gente. Suas vidas persistem em todos os toques, todas as manifestações políticas e sociais e são exemplos dignos para os que fazem da denúncia social uma arte de ternura. A incurável fome da justiça dos comunistas e dos povos oprimidos de nosso tempo encontram refúgio na firme e persistente fé na revolução socialista destes verdadeiros heróis.

Jamais os esqueceremos. Melhor, estão presentes em cada linha destes textos e em cada atividade revolucionária praticada por nós, para varreremos o medo, a usurpação e a

¹ A edição que usamos para a atual reprodução discrimina as datas de setembro de 1994 para a escrita e julho de 1995 para a ampliação e publicação. No final, havia em anexo o texto de 1982, “Proposta para discussão de um programa de soluções de emergência”. [N. do E.]

exploração em nossa sociedade. Estarão presentes conosco como tão bem descreveu Eduardo Galeano: **“A luz das estrelas mortas viaja, e pelo voo de seu fulgor nós as vemos vivas. A viola, que não esquece quem foi seu companheiro, soa sem que seja tocada por mão alguma. Viaja a voz, que sem a boca continua”**.

***Comunistas que se alinham com as Posições
Revolucionárias de Luiz Carlos Prestes***

**As Posições Revolucionárias de Luiz Carlos Prestes e a
Revitalização e
Organização da Luta pelo Socialismo.**

“Eu sou otimista quanto ao futuro do socialismo no Brasil. Já temos uma classe operária numerosa, com um nível de consciência elevado. O que falta é organizá-la. Organizada, a classe operária será uma força invencível, que poderá levar o país ao socialismo. Não posso calcular um prazo que isto aconteça. Depende do surgimento de um partido revolucionário, que tenha uma concepção justa da revolução brasileira, com base na realidade nacional e não na abstração”.

(Luiz Carlos Prestes - Lutas e Autocríticas, p. 216)

No atual quadro brasileiro a situação torna-se cada vez mais insustentável para os trabalhadores e para as massas populares. Agrava-se o problema da fome, da miséria, da falta de trabalho, da falta de moradia, da mortalidade infantil, da saúde e da educação, gerando uma realidade de degradação coletiva para a imensa maioria do nosso povo: a democracia em nossa terra continua sendo, como sempre, um privilégio dos ricos. Tudo isto é consequência do **regime capitalista sob dependência permanente**, dominante em nosso país, subordinado ao imperialismo e caracterizado por um padrão de hegemonia burguesa autocrático e excludente, agravado pela crise mundial do capital nas últimas décadas e sobretudo pela política reacionária da ditadura militar e dos seus

continuadores: A “Nova República” de Sarney, o “Brasil Novo” de Collor e o consulado autoproclamado “ético” de Itamar/Fernando Henrique Cardoso. Estes governos são **a continuidade**, adaptada a uma nova conjuntura, da **“transição prolongada”** (iniciada com a “distensão” de Geisel), onde a ditadura do grande capital busca reciclar-se, mantendo o “modelo econômico” implantado em 1964, o “poder militar” ou o “sistema tecnocrático-militar” intactos como garante dos interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros (enraizados em nossa estrutura sócio-econômica) e o latifúndio a eles profundamente ligado. O governo atual dominado pelo PFL de Toninho Malvadeza e pelo grupo de Fernando Henrique Cardoso, representa uma tentativa de reorganização deste padrão autocrático de dominação burguesa, buscando viabilizar uma “estabilização” pela qual a contrarrevolução continuaria por novos meios, descarregando as dificuldades da crise do capital nas costas dos trabalhadores e garantindo os interesses e os lucros fabulosos dos grandes grupos monopolistas.

Diante da “supereleição” de outubro/novembro, este bloco reacionário movimenta-se rapidamente: conjugando demagogia, clientelismo, interferência do poder econômico e de toda máquina estatal, lança o chamado “plano FHC” ou “plano real”, que acenando com a promessa de acabar com a inflação “para sempre” (objetivo de impossível realização sem as transformações estruturais radicais que há muito se tornaram necessárias no nosso país), procura ludibriar o povo no esforço de conquistar os votos nas eleições de modo a manter e renovar o monopólio do poder pelas “elites tradicionais”, assegurando os interesses de uma restrita minoria contra a grande maioria da nação. (Veja a análise da ofensiva neoconservadora e os efeitos do plano real, no texto “Plano FHC e Consenso de Washington: A Estratégia Neoconservadora para o Brasil”).

Cabe reconhecer que, dispondo do mais descomunal e unânime apoio que a mídia já ofereceu a um candidato, a candidatura FHC vem, por enquanto, alcançando seus objetivos e grandes contingentes eleitorais do nosso povo, em particular as camadas médias urbanas, estão deixando-se enganar pela demagogia do Sr. Cardoso (apesar dos efeitos nefastos, para a

economia nacional e para o nível de vida do povo, de sua política econômica, das inconsistências do plano e de seu efeito perverso imediato reduzindo o salário real dos trabalhadores que, segundo dados do DIEESE, divulgados em julho, desde a adoção da URV, sofreram perdas salariais que variam entre 27% e 47,5%, as quais deve-se acrescentar os 12% de inflação oficial acumulado até o final de agosto).

Enquanto isso, a desorientação, a vacilação e o oportunismo das lideranças de oposição com maior espaço na imprensa (Weffort, Roberto Freire, Genoíno, Mercadante e o próprio Lula), obcecados e ofuscados por uma perspectiva estreitamente eleitoreira do momento político, confundem “defesa da democracia” e a conciliação com o rígido esquema de “paz social” da burguesia e a despolitização das eleições, vergando perante a pressão conservadora que estigmatiza as posições democrático-populares, de modo a excluí-las das lutas políticas reais. Não apenas seus discursos estão esvaziados de qualquer conteúdo socialista (mesmo moderado), como em todos os temas importantes da luta política atual - da defesa do correto boicote das correntes democrático-radicais na “revisão constitucional” exigida pelo FMI e pelos monopólios à questão das privatizações e da entrega do patrimônio público, da denúncia do criminoso acordo da dívida externa realizado por FHC à necessária crítica profunda de sua política econômica antipopular e pró-imperialista, da qual o “plano real” é mais uma manifestação combinada com estelionato eleitora - estas lideranças permanecem recuadas e por vezes manifestam plena concordância com a essência da política neoconservadora, divergindo apenas nos detalhes.

Será que o povo é incapaz de impor aos de cima, queiram estes ou não, a vigência de seus direitos? Ou devemos buscar as causas das debilidades e aparente impotência atual no baixo nível de organização e mobilização dos trabalhadores, intrinsecamente ligados à ausência de uma esquerda ligada às massas e voltada para a construção de uma consciência social firmemente socialista?

A TRADIÇÃO DE LUTA DOS OPRIMIDOS

Para além do mesquinho horizonte burguês e das espertezas dos representantes das classes dominantes, há toda uma tradição de luta dos oprimidos: a grande tradição rebelde, democrática, revolucionária que constitui toda uma rica referência histórica, a qual os grandes meios de comunicação e a historiografia conservadora procuram pasteurizar e apagar da memória coletiva do povo.

Na América Latina e Caribe, o exemplo de luta e de abnegação pela causa da libertação dos oprimidos e a mensagem rebelde de figuras como Zumbi, Bolívar, Toussaint-L'Ouverture no Haiti, Tupac Amaru nos Andes, Artigas no Uruguai, Camilo Torres na Colômbia, Emiliano Zapata no México, Sandino na Nicarágua, José Martí em Cuba, Farabundo Martí em El Salvador, José Carlos Mariátegui no Peru, inscrevem-se de modo profundo na história de seus povos: mesmo quando derrotados no seu tempo, permanecem como fonte vital constitutiva das lutas de libertação presentes.

É necessário compreender este passado para conhecer e transformar o presente. A função emancipadora desempenhada pelas realizações destas figuras – negros, indígenas, antiescravistas, anticolonialistas, anti-imperialistas, camponeses revolucionários, democratas radicais, comunistas – se enraízam na cultura popular, exercendo poderosa influência no modo pelo qual as classes populares tomam consciência dos conflitos sociais do presente e na orientação das ações práticas voltadas para a resolução destes conflitos. Pertencem, deste modo, ao presente, embora a eficácia de sua influência dependa dos ritmos das lutas de classes e da lucidez crítica com que os movimentos revolucionários das classes trabalhadoras e das massas populares se apropriam deste legado extraindo dele aquilo que, sendo objetivamente verdadeiro, responde às nossas necessidades e serve à nossos fins, segundo as possibilidades reais que surgem no desenvolvimento sócio-histórico.

Esta tradição nacional-popular se funde com o programa e a cultura internacionalista marxista. A esperança e a

racionalidade revolucionária, alimentada por esta tradição, funda-se também no conhecimento crítico-dialético do mundo atual, do capitalismo monopolista da nossa época e na análise científica das estruturas e contradições específicas de nossas sociedades. O marxismo - que ofereceu pela primeira vez uma fundamentação crítica-racional e uma base científica para o socialismo e para o movimento operário moderno - opõe-se irreconciliavelmente ao chauvinismo nacionalista (que afirma a nação como valor supremo ao qual todas as outras necessidades históricas, valores humanizadores e interesses sociais ficam subordinados). O internacionalismo marxista faz “prevalecer os interesses comuns do proletariado independente de nacionalidade”, servindo à um sujeito histórico das lutas de emancipação que é ele mesmo internacional (o proletariado) em busca de fins universais concretos que só podem se realizar plenamente em escala mundial: a instauração da sociedade comunista como “sociedade humana” sem classes e sem exploração e opressão de nenhuma natureza. Diante da necessidade prática da nossa época de superar as relações sociais baseadas no capital, como condição da superação da auto-alienação humana e da dominação e exploração do homem pelo homem, Marx descobriu no movimento revolucionário real do proletariado moderno o elemento decisivo que torna concretamente possível o socialismo. Isto, não tanto pela classe operária não ter nada a perder (a não ser suas **cadeias**), mas pelo mundo humanizado que ela pode ganhar e constituir, em função, sobretudo, do lugar estratégico que ocupa no processo de produção e da capacidade que possui de adquirir um talento de organização e coesão na ação e uma consciência revolucionária lúcida, sem medida comum com todas as classes do passado,(uma consciência de “classe universal concreta”, de classe auto-superadora, na medida em que volta-se para a superação da existência das classes e da dominação de classes e portanto para a auto-abolição de sua própria condição de classe assalariada oprimida pelo capital). No entanto, o internacionalismo marxista não cultiva nenhum niilismo nacional. O marxismo não é um humanismo abstrato, não é um apelo direto à universalidade abstrata da humanidade que

ignore as mediações objetivas de forças particulares, não apenas contraditórias, mas antagônicas, que constituem as relações reais no interior da atual sociedade globalizada dos homens. Trata-se de um humanismo concreto, que apoia-se nas tendências e possibilidades humanizadoras constituídas no próprio movimento histórico real. Toda verdadeira universalidade, numa sociedade de classes, é sempre mediada por forças sociais particulares: os propósitos revolucionários do mundo moderno ligam-se as causas estreitamente irmanadas da luta dos trabalhadores e dos povos oprimidos do mundo.

A distinção leninista clássica, entre o nacionalismo dos oprimidos e dos opressores, continua atual. O internacionalismo implica a igualdade de direito entre as nações e a autodeterminação dos povos. O marxismo, como expressão revolucionária teórica e prática do humanismo concreto, apoia as lutas de libertação das nações oprimidas, pois o verdadeiro comunista deve reagir contra toda agressão à dignidade e à felicidade dos seres humanos. O comunista considera os problemas da humanidade como problemas pessoais e consideram uma afronta pessoal qualquer manifestação de arbitrariedade e opressão, não importa em que lugar do mundo ela se produza.

O desenvolvimento do marxismo como força revolucionária real não podia limitar-se à contribuição dos clássicos de origem europeia. Se a herança de Marx, Engels e Lênin continua a fornecer a espinha dorsal – o método e a ontologia dialético-materialista, a concepção revolucionária da história, as descobertas teóricas centrais, os valores e alvos essenciais – os seus melhores continuadores, os marxistas criativos, não se limitaram a repeti-los, mas procuraram desenvolver o marxismo como força teórica e prática viva pondo-o em dia com as realidades históricas do presente. Trata-se de um processo de atualização, auto-aperfeiçoamento e auto-realização do socialismo revolucionário que busca converter-se em comunismo no enfrentamento de fecundas crises históricas que provocam “crises de criação” no marxismo: passando pelo crivo da práxis concreta e das complexas exigências das rebeliões e revoluções operárias e populares e os desafios das

transições socialistas converte-se em história viva, simultaneamente em vários continentes e cresce no sentido de completar sua revolução teórica. Parte-se do legado teórico-metodológico dos clássicos para agarrar as particularidades de cada formação social, as especificidades concretas dos caminhos da revolução em cada país, alcançando-se descobertas teóricas novas, pois o aparato teórico não retorna do mergulho na particularidade idêntico a si mesmo, mas se amplia e se enriquece em novas determinações, fazendo crescer a teoria marxista enquanto “ciência humana” aberta, como sistematização universal do pensamento revolucionário, que se configura como a única força histórica de alcance universal no século XX. Por um lado, o marxismo deve assimilar e reelaborar tudo o que há de mais válido e avançado na cultura nacional e popular e nas tradições de lutas locais de cada país, apropriando-se desta tradição, não de modo passivo, mas transformando-a e fazendo dela algo de próprio, que se incorpora à luta de alcance histórico mundial de uma revolução humana universal emancipadora, que tem como sujeito histórico planetário o proletariado e os explorados e oprimidos de todos os países. Por outro lado, torna-se evidente a verdadeira envergadura da tradição política e cultural dos oprimidos, que não limita-se ao seu decisivo e insubstituível papel nas lutas de libertação nacional, mas contribuem para enriquecer a cultura proletária internacional e o processo de humanização do homem (pois, como ensina a dialética, o universal concreto não é simples negação mas superação que conserva e integra, elevando a nível superior, toda a riqueza das particularidades).

Hoje em toda América Latina e Caribe, mesmo naqueles países de menores dimensões, com exceção de algumas colônias apenas, o capitalismo é o modo de produção dominante, mas se desenvolveu como capitalismo retardatário e dependente, com características cada vez mais acentuadas de capitalismo monopolista, em condições de associação crescente entre o grande capital estrangeiro e as burguesias nativas (que ao contrário da “teorização” importada do modelo das revoluções burguesas clássicas de uma suposta “burguesia nacional”, não é uma força “progressista” e nem chega a ter um efetivo “projeto

nacional”, pois encontra-se profundamente associada ao imperialismo nos seus interesses, empresas negócios e políticas, agindo como cúmplice da crescente submissão de seus países ao capital estrangeiro). Em nossos países as burguesias nativas assumiram um caráter contrarrevolucionário e pró-imperialista e vão se tornando cada vez mais conservadoras, induzidas por um contexto internacional, que não só as leva à “apertar os cintos” das classes populares, como também ao patrocínio de uma política que tende à limitação crescente das liberdades (e não à efetiva democratização), difundindo-se entre suas elites (mesmo entre intelectuais outrora progressistas), a ideia conformista do “melhorismo mínimo”, a visão de que “a democracia” só poderia ser mantida na América Latina pela redução à expressão mínima das reivindicações, direitos, garantias, esperanças e protestos organizados das massas.

Quando falamos na tradição nacional-popular não nos referimos, portanto à burguesia, aos setores acomodados e conservadores da nação, que capitulam perante o “consenso de Washington”, agarrando-se à sua fatia na partilha do assalto pirata ao botim nacional. Falamos dos trabalhadores, dos explorados e excluídos, aos quais os demagogos e representantes militares, intelectuais e políticos da ordem sempre prometem, enganam e traem. Falamos da grande maioria oprimida que cultiva anseios ancestrais de justiça – por ter sofrido geração após geração - a injustiça, o desrespeito a zombaria e a discriminação. O povo que está cansado de “democracia de fachada”, que não aceita mais a “democracia das elites para e pelos ricos”, que anseia por uma democracia de massas para as massas, não apenas no plano político-formal, mas uma democracia econômica, social, cultural e educacional, de modo que os trabalhadores possam participar da vida política do país com peso, força e voz efetiva.

Ao contrário da lenda conservadora sobre a “apatia das massas”, sobre uma suposta “brutalidade” e “ignorância” intrínseca às massas populares, os estudos crítico-científicos sobre a história dos movimentos dos trabalhadores e das grandes manifestações de protesto popular revelam não apenas o inconformismo perante a opressão e exploração, como se

traduzem pelo sincero entusiasmo e forte desejo de elevação a uma forma superior de cultura e concepção de mundo, pelos propósitos civilizatórios, pela participação militante tendo em vista a constituição de uma democracia mais efetiva e profunda, pela busca ardente por grandes e sábias transformações sociais humanizadoras e pela disposição de dar até a última gota de sangue para consegui-las, quando acreditam em algo e sobretudo quando acreditam suficientemente em si mesmas.

Foi com uma lúcida confiança na capacidade de luta dos trabalhadores e das massas do povo brasileiro que LUIZ CARLOS PRESTES voltou ao Brasil em 1980, para lutar por suas ideias comunistas com valentia, definir seus princípios e expressar suas intenções com absoluta clareza. Dedicou seus últimos anos de vida à luta para organizar e desenvolver as pré-condições e os embriões para o surgimento de um partido revolucionário no Brasil: um partido comunista não apenas no seu nome, mas pela sua ideologia, estratégia e programa político, integridade moral de seus dirigentes, inserção nas massas trabalhadoras e prática cotidiana. Esta luta concretizou-se no combate frontal à ditadura militar e a seu projeto de auto-reforma “lenta gradual e segura” que hoje se prolonga no “constitucionalismo de fachada”, na “democracia sob tutela militar permanente”, na “democracia restrita” atual, onde apenas os ricos e suas elites têm assegurada a sua liberdade, enquanto a grande maioria do povo continua na miséria e sem a garantia dos mais elementares direitos humanos.

"NÃO HÁ VENTO FAVORÁVEL PARA QUEM NÃO SABE A QUE PORTO SE DIRIGE"

Em sua "Carta aos Comunistas" (março, 1980), Prestes rompia com o Comitê Central do PCB (núcleo da formação do atual PPS). Denunciava “os métodos mandonistas e o oportunismo, o carreirismo, o compadrismo, a falta de uma justa política de quadros, a falta de princípios e a total ausência de democracia interna no funcionamento do PCB”. Atacava as teses direitistas do C.C. e sua política de reboquismo em relação à burguesia, de conciliação com a ditadura e seu projeto de

“abertura”, de abdicação da luta pelo socialismo: “um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar de seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores”. (Alfa-Omega, S.P., 1980, pp. 16 e 27).

Entre 1980 e 1990 este revolucionário com mais de 60 anos de atividade política, que resistira à todas as seduções e a toda a fúria repressiva dos donos do dinheiro e do poder, que submeteu-se a uma vida de sacrifícios exemplares, joga novamente toda a sua capacidade física e mental na organização do povo, embrenhando-se em um combate intenso e incansável onde se supera e cresce ainda mais como figura humana, como personalidade política e como agente histórico. Naquele momento, enquanto a esquerda se fragmentava e falsos “comunistas” renegavam e traíam seus compromissos e valores, Prestes “procurou atualizar sua compreensão objetiva do Brasil, seu conhecimento do marxismo e sua atuação independente dentro do movimento operário e sindical”. Corria o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, levando a todos o ardor das suas convicções revolucionárias, as explicações sobre as estruturas e processos essenciais da realidade brasileira obtidos através de longos e conscienciosos estudos, sua argúcia e prática de dirigente político capaz de ligar a lúcida análise da conjuntura concreta com a formulação de enérgicas diretrizes de ação e organização, respondendo aos problemas candentes do momento, a partir de uma sólida perspectiva proletária marxista, que entusiasmava os auditórios, reunindo velhos e jovens militantes. O Prestes da “última etapa” não era uma repetição do rebelde democrata-radical e anti-oligárquico da Coluna ou do Secretário Geral do PCB, que o povo do Rio de Janeiro elegeu senador-constituente em 1945: “Surge um Prestes arquétipo, infundindo vitalidade à esperança dos trabalhadores livres e semi livres ou dos jovens estudantes, todos desesperados e desorientados, sem ver esperança individual e coletiva para si e para o Brasil. A revolução socialista, formulada como a ‘única via’ da liberdade, da

igualdade e da democracia da maioria, é posta no eixo do auto emancipação das classes trabalhadoras e das massas populares excluídas. Este discurso ultra-radical encontrou ressonância mesmo entre seus detratores e inimigos. E originou uma sólida confiança nos de baixo em sua capacidade de ação – de criar uma sociedade nova, digna de inspirar os brasileiros a tomar em suas mãos a democratização do país e do Estado. Essa esperança transcendeu o seu percurso solitário, foi além das fronteiras dos militantes e simpatizantes do seu ideário político e representa a principal herança por ele deixada ao movimento operário, sindical e partidário de orientação firmemente socialista”. (Florestan Fernandes - "O herói sem mito", Folha de SP, 08/03/90).

Certamente a figura histórica de Prestes está “a espera de um grande biógrafo”, capaz de reconstruir sua trajetória com a independência crítica e a objetividade explicativa e analítica exigida pela perspectiva científica-dialética (o que não se confunde com a pretensa “neutralidade” ou “indiferença” positivista), associada com um compromisso firme e apaixonado com o socialismo sem o qual o historiador não seria capaz de compreender a biografia de Prestes. Nada está mais longe de nossa intenção do que cultivar qualquer mitificação ou culto a Prestes. Ele foi o mais destacado líder revolucionário da história do Brasil, mas para absorver tudo o que é vital do caráter heroico e exemplar de sua vida de lutas e do seu pensamento revolucionário é necessário separar aquilo que tem valor objetivo e duradouro para a revolução brasileira e a construção de uma sociedade humana e aquilo que reflete apenas os dilemas da absorção do marxismo nas condições do atraso cultural brasileiro e da hegemonia internacional do stalinismo no movimento revolucionário, as situações transitórias, as hesitações ou erros de julgamento. Certamente cometeu muitos erros, mas só não erra quem não faz nada (o que é o maior dos erros). É na descoberta e correção dos erros que se afirmam conhecimentos progressivamente verdadeiros, pois mesmo o melhor saber é sempre uma verdade relativa, uma aproximação em busca de um conhecimento cada vez mais concreto, uma reprodução o mais adequada possível das complexas estruturas,

relações, processos, conexões da realidade existente em si, E como em toda verdadeira ciência, particularmente na ciência sócio-histórico, a teoria é inseparável da prática, pois a prática política revolucionária transforma a realidade constituindo seu próprio quadro de “verdade objetiva” e seu próprio padrão de exigências cada vez mais amplas quanto à retificação prática e teórica dos erros. Prestes nunca se eximiu de sua parcela de responsabilidade nos erros do PCB e em geral das “esquerdas” no Brasil. Tomou a iniciativa de tornar público uma profunda autocrítica, procurando assim, contribuir para a revitalização do marxismo, para o avanço da luta pelo socialismo em nosso país e para a reorganização do movimento comunista e do partido comunista. Neste breve artigo, vamos nos limitar a algumas considerações introdutórias sobre a importância do combate conduzido por Prestes durante o último período de sua vida, que tem sido, até o presente, largamente subestimado.

Sem ser niilista quanto à história do PCB e das "esquerdas", nem negar a importância de todo um passado de lutas em que os comunistas sempre estiveram nas primeiras fileiras de todas as lutas democráticas em nosso país e sempre foram as principais vítimas da repressão e do fascismo, Prestes procura apontar, em sua autocrítica, aquilo que houve de fundamentalmente errado nesta história e que precisa ser rejeitado e corrigido. Desde sua fundação em 1922, o PCB, conduziu-se por uma estratégia equivocada. Condição pelo atraso cultural da sociedade brasileira pelo débil conhecimento do marxismo, pela profunda deficiência de conhecimento científico da realidade latino-americana e das particularidades do desenvolvimento do capitalismo e da revolução burguesa no Brasil, o PCB conduziu-se pela cópia dogmática de modelos e esquemas elaborados em outros países e para situações diferentes. Em particular, a aceitação acrítica e passiva das “Teses sobre o Movimento Revolucionário nas Colônias e Semicolônias” do VI Congresso da Internacional Comunista (realizado em 1928), que estavam impregnadas de dogmatismos e esquematismos e foram elaboradas tendo em vista países asiáticos e africanos, desorientou o estudo do processo real de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O partido passou a

identificar a situação no campo com um suposto feudalismo, que juntamente com o imperialismo, desempenhariam o papel de entraves ao desenvolvimento do capitalismo. O PCB não compreendeu o fenômeno do capitalismo dependente e elaborou uma falsa visão estratégica de “revolução democrático-burguesa”, “anti-feudal” e “anti-imperialista”, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Enquanto na realidade, como demonstram os trabalhos do cientista social marxista Florestan Fernandes, não só nunca houve feudalismo no Brasil (o que Caio Prado Junior já havia apontado), não só já havia a dominância do modo de produção capitalista desde o final do século passado, como a dominação imperialista em países capitalistas dependentes como o Brasil longe de representar um entrave ao capitalismo, propiciava uma aceleração no seu desenvolvimento dependente, conservando e utilizando para isto estruturas e relações sociais não-capitalistas que auxiliavam a acumulação interna da burguesia nativa. Trata-se de uma estratégia de direita, que buscava desenvolver o capitalismo (objetivo já ultrapassado pelo próprio processo de desenvolvimento histórico do Brasil) ou que separava de modo mecânico a luta anti-imperialista da luta anti-capitalista, alimentando a ilusão de trazer para o Brasil um “outro tipo de capitalismo”, “não-selvagem, independente e democrático”. Não se compreendia que o único capitalismo possível em países que fizeram revoluções burguesas retardatárias, em países como o Brasil onde a transformação capitalista se deu sem revolução nacional e democrática, é o capitalismo dependente associado aos monopólios estrangeiros, que segue uma via selvagem e autocrática (trazendo embutidas tendências fascistas, ocultas e mascaradas, mas nem por isto menos presentes e perigosas), com um padrão de hegemonia burguesa marcado por um caráter repressivo muito duro e desnudado e pela exclusão e super-exploração das massas trabalhadoras. Liquidar a dominação imperialista seria dar um golpe de morte no capitalismo, jamais contribuir para o seu desenvolvimento.

A continuidade de uma concepção estratégica falsa e de direita, teria que acarretar táticas também errôneas. Não

obstante as “viradas táticas” (do esquerdismo voluntarista caracterizado pela repetição de frases e propostas de formas de luta extremadas sem consideração pelas circunstâncias objetivas à práticas direitistas de conciliação de classes, de subestimação do trabalho de organização junto às grandes concentrações operárias, de ilusões constitucionalistas e cretinismo parlamentar e eleitoreiro), os erros cometidos ao nível da orientação traçadas para as lutas imediatas e a lentidão na correção destes erros decorriam sobretudo da ausência de uma estratégia adequada. Tal falta levou o PCB ao debilitamento orgânico e a fragmentação, pesando ainda sobre "as esquerdas" como principal carência responsável pela confusão e pelos descaminhos atuais. Ora, se nos primeiros decênios de existência do PCB, o desconhecimento da realidade brasileira era compreensível, ele tornou-se injustificável nas décadas recentes, pois desde os anos 60 vem se desenvolvendo e amadurecendo uma importante produção científico-cultural própria sobre a especificidade do nosso país, de análise e interpretação de sua história, de sua realidade econômico-social, política e cultural. Estes trabalhos podem servir de base para o desenvolvimento de uma interpretação correta das reais contradições do capitalismo monopolista dependente que hoje se desenvolve no Brasil e para a elaboração de uma estratégia que, respondendo a esta realidade, tenha condições de mobilizar a classe operária e as grandes massas trabalhadoras para a luta pelo socialismo.

A contribuição de Prestes para a elaboração de uma estratégia dos comunistas para o Brasil de hoje é a de alguém que meditava sobre tarefas políticas como dirigente político revolucionário e a questão do poder é a questão central de toda revolução. A única alternativa real ao capitalismo existente no Brasil é o caminho da liquidação da supremacia social e do poder político dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio a eles profundamente ligado, rompendo a dependência através de uma revolução das forças anti-monopolistas, que instaure um poder popular, onde o crescimento da economia seja voltado para elevação do nível de vida das massas, abrindo caminho para o socialismo. No entanto, se nas condições brasileiras

atuais, já nenhum grande problema – como por exemplo, o da terra, o da fome das massas de dezenas de milhões, o da miséria crônica e crescente, o do analfabetismo, o da educação e saúde pública – pode ser solucionados enquanto perdurar o capitalismo, sendo indispensável a luta pela revolução socialista, ou melhor, pela instauração do poder de um bloco de forças anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiária que abra caminho para o socialismo, também sabemos que a revolução não pode se realizar quando se quer. Ela só poderá eclodir e ser vitoriosa quando existirem condições objetivas e subjetivas indispensáveis para o seu sucesso. Se crescem cada vez mais as condições objetivas e os operários e trabalhadores livres e semi-livres, urbanos ou da terra, aumentarem em número, em nível de consciência e capacidade de organização, se já podem travar suas lutas com independência e não se encontram isolados – encontrando vários aliados que querem combater o grande capital, o imperialismo e o latifúndio e quebrar a prepotência dos poderosos – estamos longe da indispensável consciência socialista, do nível de organização e unidade da esmagadora maioria da classe operária, faltando-nos ainda um partido revolucionário efetivamente ligado às massas trabalhadoras e populares.

O principal legado da última fase da vida revolucionária de Prestes foi a produção de um conhecimento político prático-teórico, bem como uma prática política correspondente em termos da elaboração de ***uma estratégia revolucionária pensada em intrínseca unidade com uma estratégia de construção de uma organização revolucionária adequada às necessidades da revolução brasileira.***

O radicalismo de Prestes tinha um calibre maduro: se objetivava numa atuação referida às circunstâncias concretas da luta para derrubar a ditadura e destruir a autocracia burguesa (luta contra o projeto militar-tecnocrático de auto-reforma da ditadura, através da “transição permanente” que não transita para uma democracia burguesa de “participação ampliada”, mas para a “constitucionalização” e “legitimação” da chamada “democracia forte” sob a tutela militar, mantendo o monopólio burguês do poder político e uma sociedade civil

fechada aos “de baixo”) e à busca de um contato íntimo com o modo de vida, os problemas e as possibilidades reais das classes trabalhadoras. Este **realismo fundamental**, que marca sua vinculação com a luta de classes nas condições concretas existentes, associa-se a uma firme e rigorosa **ótica comunista** da luta de classes, relacionando diretamente as tarefas exigidas como resposta às condições materiais de vida, às situações de interesse e aos alvos políticos imediatos ou de médio e longo prazo das classes trabalhadoras com os requisitos ideológicos, políticos e organizativos do socialismo revolucionário. Sem uma clara absorção do socialismo o movimento operário fica desarmado politicamente e condena-se a não ultrapassar a “revolução dentro da ordem” (o alargamento da ordem burguesa pela luta das classes trabalhadoras) e isto, ainda de modo incerto e difícil, numa época em que a crise de âmbito mundial do capital coincide com o fortalecimento sem precedentes da contrarrevolução preventiva. Daí que, hoje, mais ainda do que na época de Lênin, são limitadas as possibilidades da luta espontânea e economocista no âmbito da “consciência tradeunionista”: na luta pela sua libertação a classe operária não pode prescindir de uma teoria revolucionária. Quaisquer que sejam as limitações e debilidades concretas do movimento operário a serem superadas paulatinamente, uma vez ultrapassada a constituição da classe em si, a versão proletária e revolucionária do socialismo (com seu fundamento teórico nos conhecimentos produzidos pela ciência sócio-histórica marxista) abre às classes trabalhadoras uma projeção histórica do futuro de larga duração e lhes confere firmeza no modo de encarar e pôr em prática suas tarefas políticas fundamentais, introduzindo-as em seu universo de disputa pelo poder. A mesma teoria que prevê certas tendências fundamentais, oscilações e várias gradações necessárias às diversas fases sucessivas em que se desdobra a conquista de um espaço político independente dentro da ordem (impondo um alargamento e uma transformação operária da democracia burguesa) e/ou, mais cedo ou mais tarde, a conquista do poder político com a formação de uma forma específica de democracia (a democracia operária), a transição para o socialismo e a extinção da

sociedade civil (isto é, da existência das classes, da dominação de classe, das instituições alienadas) e do Estado, prescreve a necessidade do conhecimento mais exato possível do “potencial de luta de classes” na cena histórica concreta, do que este representa para o desencadeamento das tarefas políticas das classes trabalhadoras e a conversão de tais tarefas em **programas de partido**. Tais programas devem ser **programas para valer** (e não o “maracanã” abstrato dos programas da burguesia ilustrada). Devem corresponder à capacidade de pressão organizada dos setores mais avançados das classes trabalhadoras (incluindo o poder relativo de seus aliados) e necessitam ser acompanhados de formas de educação política e ideológica e técnicas de organização, propaganda e agitação adequadas.

Tudo isto exige a formação de um partido de vanguarda que acompanhe com velocidade o fluxo histórico da revolução: uma organização maleável e forte, que deve movimentar bases, quadros e dirigentes educados politicamente para realizar tarefas táticas e estratégicas decorrentes do programa partidário, sendo que a própria elaboração e progressivo aperfeiçoamento coletivo deste programa deve contribuir para moldar uma disciplina sólida, fundada no controle democraticamente centralizado do partido em todos os níveis. Todos estes traços são vitais para que este partido possa estar a altura de cumprir suas funções como instrumento de luta do proletariado, como **meio** para concentrar a força política e dar maior eficácia na luta para as classes trabalhadoras atingir seus **fins** coletivos de liberação e auto-emancipação. De volta ao Brasil, Prestes se defrontou com a inexistência do tipo de partido adequado às tarefas do proletariado na situação histórica brasileira atual, do tipo de partido capaz de combinar classe e massa, capaz de organizar a capacidade de ação política do setor mais avançado da classe operária e de articulá-la com os setores menos avançados das classes trabalhadoras e com a massa errante e diversificada de excluídos, que unidos e organizados formariam juntos uma força social capaz de mudar o destino do Brasil em poucos anos.

Os problemas do “por onde começar?” e do “que fazer?” tinham que ser definidos a partir da natureza da situação histórica brasileira. Com o otimismo determinado pelo conhecimento confiante na capacidade de luta dos trabalhadores brasileiros, pela paixão comunista de transformação humanizadora do mundo e com realismo determinado pela razão dialética e madura experiência de revolucionário, Prestes – após 9 anos de prisão, 18 de clandestinidade e 17 de exílio – volta ao Brasil encontrando **um ponto de partida muito promissor**. Sua análise fundamenta-se não apenas no **plano histórico superficial**, em que a reciclagem da contrarrevolução permitia às classes dominantes manobrar, com amplas possibilidades de sucesso a curto e médio prazos, para “cooptar por partes” as forças oposicionistas e absorver as pressões radicais de baixo para cima, neutralizando-as dentro da ordem. Escava o **plano histórico mais profundo**, em que estas mesmas pressões radicais revelam-se como resultado de uma longa acumulação de forças onde a classe operária completou sua formação como classe em si, onde os vários momentos de transformação do modo de produção capitalista e da organização da formação social brasileira ligam-se entre si, estrutural e historicamente, transformando o regime de classes de modo a localizar as classes subalternas numa situação de confronto mais forte. Apesar das descontinuidades do movimento operário e dos partidos populares e socialistas, apesar da secular pressão da autocracia burguesa radicalizada pela ditadura militar aberta, surge na luta contra a ditadura um novo tipo de presença da classe operária na sociedade civil nacional, transformando o padrão de relação das classes trabalhadoras com as classes burguesas e isto não por algum tempo, mas por todo o tempo em que durar o capitalismo no Brasil.

As pressões de baixo para cima vieram para ficar e para se converter em elementos de transformação da ordem vigente. Elas são medularmente anti-capitalistas, oferecendo, pela primeira vez na história do Brasil, **um lastro sólido para a existência e o crescimento de um grande partido socialista revolucionário de base operária**. Estas pressões radicais ainda são espontâneas e incipientes, mas rasgam dentro da

ordem um espaço político próprio especificamente operário e popular, que pode converter-se em base de sustentação e irradiação de um forte movimento revolucionário democrático, anti-imperialista e socialista, desde que o impulso espontâneo transforme-se em atividades de classe orgânica. Se não surgir ao menos um partido operário especificamente socialista revolucionário, com estratégia e programa adequados, que sature este espaço, é quase certo que o impulso espontâneo do movimento operário será insuficiente para transformar as pressões radicais de baixo para cima num movimento revolucionário organizado e maduro, que desate o processo socialista que está incubado nas classes trabalhadoras e nas massas populares.

O importante é não confundir um começo magro com um ponto zero. Não convém partir de suposições ideais, tampouco de modelos, mas basear-se no ponto de partida real, considerando as condições concretas de formação do partido proletário revolucionário em relação com as transformações das estruturas sociais, com as novas configurações dos conflitos de classe, as formas tradicionais e as novas formas que conformam grupos de resistência à exploração, enfim, na análise dos dinamismos econômicos, sócio-culturais e políticos que estão infundindo vigor cumulativo ao fluxo da revolução.

Devemos levar em conta o que significam as pressões radicais de baixo para cima e o que estas acarretam a médio e a longo prazo de uma perspectiva socialista. Sobretudo, devemos analisar as transformações histórico-estruturais das relações entre as classes no Brasil no que ela possui de mais crucial no momento em que ***o refluxo da contrarrevolução posta pela crise prolongada do padrão de dominação e hegemonia autocrático-burguês cruza e conflita, de modo ainda oscilante, com o fluxo da revolução.*** Como a transição prolongada exprime a reciclagem da ditadura do bloco de poder das classes possuidoras, que associa a grande burguesia estrangeira e nativa e o latifúndio, a luta contra o Estado autocrático-burguês deve dissociar-se das miragens da “democracia parlamentar representativa” e das “ilusões constitucionalistas” e converter-se em luta por uma democracia

popular, proletária e socialista. Trata-se de um processo em fluxo, em estágio nascente, mas que liga internamente a revolução democrática conduzida pela maioria (das classes trabalhadoras, pelas classes trabalhadoras e para as classes trabalhadoras) à luta pela liquidação do poder dos monopólios, necessitando de um partido que contraponha, desde o começo, a democracia proletária à democracia burguesa.

DA RUPTURA COM O C.C. ÀS IDÉIAS PARAR A ORGANIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA DE MASSAS

O confronto de Prestes contra o comitê central (C.C.) do PCB – com suas raízes ideológicas e estratégicas de fundo, que levaram à rupturas incontornáveis dos princípios (Cf. Anita Leocádia Prestes – “A Que Herança os Comunistas Devem Renunciar?”, in Revista Oitenta, no 4, Porto Alegre, nov. 1980) - agudizou-se diante do apoio do C.C. à “distensão-abertura” de Geisel e Figueiredo, à “constituente com João” à “conciliação” que implicava limitar a “oposição” ao governo aos meios e fins que a ditadura instituiu e “legitimou” coercitivamente através da violência tecnocrática-militarista. O C.C. por “espírito de docilidade”, falseava a realidade, simulando pânico acerca do advento de um “retrocesso fascista”- num momento de desgaste da contra revolução e da ditadura, em que tal “recrudescimento” não contava com a indispensável base econômica e social entre o grande capital e quando as próprias elites fascistóides (civis e militares) buscavam uma saída “conciliadora” de modo a encontrar na “cooptação por partes” da oposição o expediente para a crise do poder burguês e a recomposição da autocracia burguesa - o CC se colocava aquém do reformismo das forças burguesas mais avançadas, na situação de bombeiros da luta de classes desmoralizando-se no apoio à arqui-pelegos (Joaquinzão, Medeiros, etc) diante da combatividade espontânea do movimento operário e popular anti-ditatoriais. Prestes desmascarava indignado o direitismo conciliador do C.C. e denunciava o oportunismo da barganha pela legalidade, pois a legalidade dos comunistas não é um fim em si, mas um meio de

defesa do direito do partido desenvolver as atividades próprias de comunistas na realização das tarefas revolucionárias do proletariado e lutar pela revolução. A legalidade tinha que ser “uma conquista do movimento de massas” e não “um compromisso com a ditadura incompatível com o caráter revolucionário” que deveria ter um partido comunista, “compromisso que colocaria o partido a reboque da burguesia e a serviço da ditadura” (Prestes, L. C. - Carta aos Comunistas, op. cit., p.21). Na sua réplica (cf. Voz da Unidade de 10/4 e 22/5 1980) o C.C. considerava Prestes “afastado do partido” e o acusavam de “golpista” por defender a derrubada da ditadura, de “esquerdista” por “buscar perigosas tensões” e de ser contra uma “ampla frente democrática”. Prestes responde que luta pela unidade dos democratas **na luta contra a ditadura**, mas para acabar com ela e não para “aperfeiçoá-la” como “democracia forte sob tutela militar” e vê a nova composição do C.C. após seu “afastamento” como “mais um passo no caminho da traição à classe operária e dos interesses de nosso povo, de transformar o PCB em dócil instrumento dos planos de legitimação do atual regime” (Prestes, L. C. - “Nota contra o Documento do Coletivo”, O Estado de São Paulo, 22/05/80). Prestes defende alianças táticas com “todo aquele que queira dar um passo sequer na luta contra a ditadura, para eliminar o militarismo e a legislação fascista”, mas é contra a farsa embutida nas bandeiras superficiais de que a burguesia ia abrir caminho para a revolução democrática no Brasil, que levavam a colaboração com o grande capital e seus “próceres reacionários” (nominalmente Chagas Freitas, Tancredo Neves, Magalhães Pinto, ACM, entre outros), que fazem tudo para reciclar a ditadura e bloquear o desgaste de uma situação contrarrevolucionária que a grande burguesia e suas elites criaram com suas próprias mãos. No entanto, “a tática é um auxiliar da estratégia” e só com a clareza do **caráter socialista da revolução brasileira** (conclusão originada, como vimos, pela análise científica da nossa sociedade, onde tal caráter está irrevogavelmente determinado pelo desenvolvimento capitalista dependente-associado, que tira qualquer sentido de uma “etapa nacional-democrática”) é possível **agir com uma racionalidade revolucionária, que**

além de sóbria e ponderada, deve ser firme e persistente.

Se elementos da burguesia participaram da luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, é necessário sempre que a classe operária lute pela hegemonia, pois só assim se conquistará democracia para as massas e não só para os ricos e suas elites. No lugar dos “entendimentos de cúpula” e dos “acordos pelo alto” (que só são úteis quando apoiados num amplo e poderoso movimento popular), Prestes defendia a priorização da busca de formas de impulsionar as lutas populares a partir das fábricas e locais de trabalho como das variadas organizações de massa, de transformar as lutas espontâneas em movimento para dar real conteúdo de massas, operário e popular, à frente antifascista. Assim a classe operária liga a luta pelas liberdades democráticas à conquista de uma dignidade de vida mais elevada (eliminando a humilhação do arrocho salarial e do salário mínimo de fome, impondo soluções efetivas para erradicar a miséria, a fome e o desemprego exigindo respeito, ampliações e melhorias de seus direitos sociais, etc.) à transformação da estrutura sindical cupulista, burocratizada e sobre o controle dos pelegos, à elevação de sua consciência política e ideológica. Desta forma a classe operária constrói seu “contrapoder” específico, constrói um poder real intrínseco à classe sobre o qual sustenta seu crescimento orgânico como classe independente em escala nacional, ficando em condições de construir **um partido revolucionário proletário** solidamente apoiado nas massas. Neste nível histórico o partido ganha relevo ímpar para desenvolver a clarificação revolucionária da consciência operária e a invenção de técnicas especificamente ofensivas de combate político, de modo a poder organizar um bloco de forças anti-monopolista, anti-imperialista e anti-latifundiária capaz de alcançar formas cada vez mais avançadas de democracia e chegar às transformações que deverão constituir os primeiros passos rumo ao socialismo e, portanto, à mais avançada democracia que a humanidade já conhece - a democracia socialista. (Cf. Prestes Hoje - “Entrevista”, Codecri, R.J., 1983, pp. 11 -73 passim).

Longe do sectarismo que o C.C. tentava imputar-lhe, a concepção de Prestes sobre **o caráter socialista da revolução**

brasileira não entra em contradição com a **revolução democrática**, que começa “dentro da ordem”, ligando-se à necessidade de liquidar a ditadura e o padrão autocrático da dominação burguesa, (destruindo as estruturas sociais, políticas e militares que a tornaram possível e a sustentaram) com a necessidade histórica de proteger e acelerar a constituição do proletariado como “classe em si” (no sentido de Marx e Engels, uma classe capaz de tomar em suas mãos seu desenvolvimento independente). No entanto, o comunista coerente não quer só o “aperfeiçoamento da ordem”, mas **a destruição da ordem vigente**. A luta pela democracia para as massas é parte integrante da luta pelo socialismo, o combate pelas liberdades democráticas e a luta pelos direitos dos trabalhadores convergem para a mesma luta pelo socialismo, fazendo avançar a constituição da classe em si de modo a criar as condições concretas para sua afirmação como “classe em si para si” (classe identificada com suas tarefas revolucionárias comunistas) pondo em xeque a supremacia burguesa e o poder político da burguesia.

A partir de setembro de 1980, Prestes reativou a “Voz Operária” (antigo periódico do PCB, que não circulava há mais de um ano), para difundir as posições revolucionárias (estratégicas e táticas) em torno das quais se organizavam os comunistas que com ele havia rompido organicamente como o C.C. (aberto também no início “aos que sem ter rompido, não aceitam as imposições desta desmoralizada direção”). Apesar das precárias condições materiais, da falta de jornalistas profissionais, das reduzidas tiragens e do caráter “artesanal”, de todo o trabalho editorial a nova “Voz Operária” publicou, em números mensais por cerca de três anos, um material de **publicismo revolucionário de elevada qualidade que está a espera de um estudo sistemático de conjunto**, (principalmente nos escritos de Prestes e Anita, mas não só). As análises de conjuntura procuravam atinar com as exigências e com as possibilidades revolucionárias de cada situação, delimitando as responsabilidades que os comunistas devem enfrentar nas condições presentes da sociedade brasileira, projetando nossas atividades concretas tendo em vista a

natureza e o volume das tarefas que o proletariado poderá desempenhar a curto e médio prazo em seus confrontos políticos com as classes dominantes.

Vendo que o PCB, comandado por um C.C. atolado em conchavos espúrios com a reação, marchava irreversivelmente para a direita (para a plena social-democratização e “domesticação política”), Prestes abandona de vez qualquer expectativa maior quanto à “luta interna”, ainda que, sem romper os contatos com os setores com uma identidade comunista mais delineada e mais dispostos a lutar contra o oportunismo do C.C. Em março de 1981, Prestes publicou na Voz Operária o artigo “O PCB completa 59 anos de Lutas pelos Interesses dos Trabalhadores, pelas Liberdades e por Todas as Causas Justas do Nosso Povo”, onde após valorizar os méritos históricos do partido e homenagear os comunistas que lutaram e morreram pela causa do socialismo, **centra a análise nas raízes dos erros cometidos**, pois “é impossível construir um partido efetivamente revolucionário, capaz de enraizar-se na classe operária, se se baseia numa falsa concepção da revolução”. Para **se pensar a sério a revolução**, torna-se imprescindível uma **rigorosa e conscienciosa autocrítica**, como arma para transformar a consciência das deficiências, fraquezas e misérias dos primeiros esforços, das deformações orgânicas do partido, dos graves erros e “sistemas de erros” do passado em **“ensinamentos que nos permitirão construir um partido novo”**, a “organização política de que necessita a classe operária e o nosso povo para chegar à revolução socialista”.

Já em março de 1982, por ocasião do 60º aniversário do PCB, a Voz Operária publica aquele que talvez seja o mais importante escrito do último Prestes: a “Proposta para a discussão de um programa de Soluções de Emergência contra a Fome, a Carestia e o Desemprego”. Partindo da discussão de problemas bem concretos “o que fazer, agora, diante da situação desesperadora em que se encontram as massas trabalhadoras em nosso país” - a “Proposta” analisa as causas da “crise econômica” brasileira, a articulação interna entre o “modelo econômico” e a orientação da intervenção do Estado autocrático burguês na economia e avança na formulação de um programa

voltado para incorporar os “excluídos” como força organizada na luta de classes ao lado das massas trabalhadoras. Coloca-se as necessidades dos “de baixo” no centro da luta política, procurando ligar as múltiplas táticas de luta, aparentemente dispersivas, de modo ***a unir as reivindicações concretas e os pequenos combates ao fortalecimento de uma consciência de classe revolucionária inabalável***, na constituição e organização de ***“uma alternativa efetivamente renovadora que abra caminho para as transformações socialistas”***. Se esta alternativa - no sentido de soluções completas definitivas e duradouras para os grandes problemas sociais do Brasil - é incompatível com as estruturas do capitalismo e só pode existir numa perspectiva socialista, “nunca deixamos de lutar por medidas parciais, que possam melhorar, mesmo que temporariamente, a situação econômica dos trabalhadores”.

Trata-se, sem dúvida de lutar por reformas mas não de “reformismo”. O oportunismo “reformista” ao propor uma via “legal” e “parlamentar” (negando a necessidade do salto revolucionário que deve representar a passagem da democracia burguesa à democracia socialista), não propõe uma via mais agradável (ou menos traumática) para atingir fins socialistas. Representa, na verdade, ***a opção por um fim diferente***: a limitação da luta operária e popular aos limites da ordem burguesa, fica confinada à “democracia burguesa” como “objetivo último”, prende-se à “reforma capitalista do capitalismo” como “modernização conservadora” (controlada de cima) que reforça a burguesia tornando mais difícil e remota a revolução proletária. Em um país dependente e periférico tal oportunismo significaria uma capitulação acrítica frente ao “desenvolvimentismo”, tão cultivado pelas elites brasileiras, que significa continuar com as estruturas sociais arcaicas e excludentes, que cresceriam apenas em extensão, sem uma efetiva transformação democrática da sociedade. A contraposição rígida entre “reforma” ou “revolução” (ou “democracia” ou “revolução”) é, como já demonstrou Rosa Luxemburgo, um expediente dos oportunistas para desviar a atenção dos operários da questão do poder, solidarizar-se com o capitalismo sem confessá-lo abertamente e abandonar os

objetivos socialistas de socialização dos meios de produção e sua gestão democraticamente centralizada pelo auto-governo de produtores associados, substituindo-os pela miragem da “melhoria progressiva da qualidade de vida” sob o capitalismo (quando o capitalismo é o maior coveiro da qualidade de vida, sobretudo para os trabalhadores e as massas populares que experimentam uma miserabilidade crescente e uma exploração, esta sim, “progressiva”, mostrando a impotência daqueles que querem conciliar capitalismo e razão).

As lutas pelas reformas não substituem a luta frontal contra o poder burguês: são um instrumento para o desenvolvimento da mobilização, organização e consciência revolucionária do proletariado e seus aliados, na medida em que demonstrem que se não se transformarem as relações de poder - no sentido de liquidar o despotismo burguês na produção, sua supremacia na sociedade, civil, sua hegemonia cultural e sua dominação política através do Estado ao mesmo tempo em que se constrói um contrapoder operário e popular, que avança como poder de classe conquistando peso e voz na sociedade civil até conquistar o poder estatal, de modo a iniciar a revolução proletária - acabam por permitir um mero aprimoramento dos mecanismos de opressão e dominação burguesa. Nunca o movimento operário e popular deve limitar suas reivindicações em nome da preservação da “democracia”, porque não é a sobrevivência do movimento socialista que está ligado à democracia, é a efetiva sobrevivência e aprofundamento da qualidade da democracia que se encontra ligada ao movimento socialista. ***Na perspectiva comunista há um elo indissolúvel entre reforma social e revolução: a luta pela reforma social é um meio, a revolução é o fim.***

A luta por reformas (ou pela revolução democrática) - pela melhoria da situação dos trabalhadores e pela ampliação democrática da ordem com a conquista de direitos, peso e voz para as massas graças ao enfrentamento das classes subalternas e oprimidas contra as classes dominantes e opressoras - é já a luta pela revolução socialista; é o único processo de iniciar a luta de classe proletária e de se orientar para seu objetivo final, isto é, para através da conquista do poder

político e da transição socialista construir a nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem, abolindo o capital e o sistema salarial na sociedade comunista. Deve-se partir dos problemas concretos do dia a dia, que são primordiais para o trabalhador de carne e osso - do bóia fria, que vem a ser o trabalhador semi-livre criado pela expansão do capitalismo no campo (expansão sem revolução agrária que recompõe o latifúndio), que vai lutar inicialmente pelas mesmas garantias sociais do trabalhador livre, dos sem-terra e seus acampamentos de ocupação que forçam a reforma agrária, do operário industrial que, mesmo quando trava lutas desenvolve um **movimento ofensivo** porque procura restringir o despotismo burguês dentro da fábrica - lutas que constituem processos complexos e que não permitem ficar em posições defensivas, são todas posições ofensivas que avançam para enfrentar o despotismo das classes possuidoras na esfera econômica e a supremacia burguesa na sociedade civil.

Os comunistas devem combater os preconceitos contra os miseráveis e articular o operário, o trabalhador da terra e a massa de oprimidos desenraizados que flutua no campo e nas cidades num programa mínimo de soluções, para seus problemas mais sentidos, combinando a análise dialética das situações políticas concretas com a ativa organização da classe operária em termos de relação com as amplas massas, onde a classe tem que ser o elemento condensador que irá permitir e orientar a mobilização ativa e permanente das massas. Por aí é necessário saber aproveitar a força e o entusiasmo das tradições democráticas de luta do povo de modo a fazer deslanchar um processo social onde, pela sua experiência as massas possam ultrapassar os objetivos imediatos de conquista das reivindicações específicas e aderir as ideias socialistas e à luta por um poder revolucionário, de modo a garantir seus ganhos parciais de forma duradoura e avançar para além deles na construção de uma sociedade humana.

A revolução socialista exige uma consolidação prévia das posições revolucionárias do proletariado. As revoluções deste século tiveram um período de incubação de vinte a trinta anos ou mais e foram fortalecidos, na fase de seu

apogeu, por comoções de âmbito mundial do capitalismo. Apesar da gravidade da crise atual sofrida pelo capital em escala mundial, nem uma coisa nem outra estão presentes na situação brasileira atual. A consciência revolucionária e a clarificação do objetivo revolucionário estratégico precedem ao aparecimento da situação revolucionária; são eles que decidem se o “elemento subjetivo” estará presente quando “surgir a oportunidade”. No entanto, se uma vanguarda de classes altamente consciente pode e deve preparar-se para a revolução, ela não pode criar ao sabor da vontade a situação histórica revolucionária, que como diz Lênin “não se faz por encomenda”, pois depende de uma evolução extremamente complexa.

O radicalismo marxista procura atacar a raiz dos problemas, mas não se confunde com precipitações ou aventureirismo. ***A construção de um partido revolucionário proletário, também não é algo que dependa só da vontade dos agentes individuais, pois exige a formação de certos pré-requisitos humanos e sócio-políticos.*** Não temos ainda em nosso país “um grupo dirigente predominante efetivamente conhecedor do marxismo-leninismo” e faltam conhecimentos teóricos mais concretos sobre o “desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da evolução nele das classes sociais”, algo que “é muito difícil de conhecer, dada a complexidade da sociedade brasileira e das próprias diferenças regionais que a dividem” (Prestes L.C. – “Carta aos Companheiros de Santa Catarina”, RJ, 23/07/1987). “Em nosso país ainda não possuímos um livro semelhante ao escrito por Lênin em 1896 e publicado em 1899, sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia ... porque na velha Rússia czarista já havia boas estatísticas e opiniões equilibradas e sensatas, confirmadas pela prática, baseadas em dados concretos” (ibidem), o que ainda não existe hoje no Brasil.

Prestes aborda o problema das condições e requisitos histórico-sociais da revolução proletária e da construção do partido revolucionário do proletariado segundo o enfoque marxista clássico da unidade entre a teoria e a prática. Referia-se constantemente à experiência de Lênin, que foi buscar a colaboração dos “socialistas de cátedra” para a construção do partido russo. É visível que no Brasil de hoje as pessoas com

mais capacidade de refletir teoricamente são de origem universitária e tem um convívio abstrato com a teoria revolucionária, faltando-lhes um adestramento no movimento político real, dentro de tarefas práticas, pois a teoria revolucionária só ganha concreticidade quando ligada ao movimento concreto de crescimento do proletariado. É o crescimento do proletariado que permite criar condições novas para a reflexão teórica inventiva. Assim, o problema do “caráter da revolução em nosso país na época atual” e da elaboração estratégico-programática que lhe é adequada coloca a necessidade rigorosamente científica de produzir conhecimentos empíricos originais, novos conhecimentos teóricos sobre as vias concretas da revolução e uma reflexão crítica e criadora sobre a totalidade sócio-histórica, mas além disso, uma “postura radical, ou marxista”, escreve Prestes, “exige sensibilidade às mais diversas situações de injustiça compreender os diversos níveis de conflito presentes na sociedade, e, principalmente, um elevado grau de identificação com os interesses dos trabalhadores” (Programa de Emergência, Voz Operária, no 178, março 1982; agora in: Prestes Hoje, op.cit., p,93).

A produção de um partido revolucionário empenhado em programar as suas atividades como meio de luta do proletariado é um processo histórico complexo: os militantes revolucionários que defendem posições comunistas precisam colocar-se na situação de classes dos proletários, proletarizar sua consciência social e caminhar por dentro da classe para fazer parte de sua vanguarda e agir tática e estrategicamente como vanguarda política da vanguarda da classe na revolução social.

No momento em que o proletariado brasileiro já constituiu-se numa classe em si, isto é, consegue se tornar classe independente, classe capaz de lutar por um desenvolvimento independente de classes, colocando a solidariedade proletária e a defesa e desenvolvimento de sua própria organização acima das reivindicações econômicas imediatas (como aconteceu nas greve do ABC de 78, 79 e 80, de Volta Redonda em 84 e 88 e nas greves nacionais dos petroleiros em 94 e 95, assim como em muitos outros movimentos); no

momento em que os proletários não querem mais ser a “cauda da burguesia” (virando a página daquela fase incipiente do amadurecimento do regime de classes capitalista, em que o movimento dialético do antagonismo de classes foi monopolizado pelo polo burguês, o que se tornou um fenômeno do passado), neste momento muitos dos que se dizem de esquerda e mesmo comunistas não estão lutando pela consolidação do desenvolvimento de classes independentes. A maioria dos grupos e partidos ditos de esquerda limitam-se a um inconformismo retórico e, mesmo quando pregam a transformação da ordem, não mobilizam, não organizam, nem educam politicamente as classes trabalhadoras e as massas despossuídas, optando pela “ocupação do poder” burguês (se preciso através de alianças com os partidos da ordem). Ficam, assim, reduzidos à condição de partidos parlamentares micro-reformistas, como se a “esquerda” devesse ser um órgão ou uma função do Estado capitalista.

Ora, na situação do capitalismo monopolista da nossa época - em que há uma postura de contrarrevolução permanente em escala mundial, agravada nas condições da periferia dependente gerando a combinação de “funções legitimadoras” do Estado com um rígido despotismo repressivo e com um sutil cerco manipulador que congrega todas as instituições chaves da sociedade - reduz-se drasticamente o potencial das reivindicações espontâneas e obreiristas **e já não é possível pensar sequer em “defesa do trabalho” sem socialismo. Somente o socialismo proletário revolucionário** (e não uma variante burguesa ou pequeno-burguesa de socialismo, em termos das exigências da situação brasileira sempre um pseudo-socialismo) **responde às exigências da situação histórica**, permitindo que o proletariado e as massas populares conquistem um espaço próprio dentro da sociedade civil e possam usá-la para a realização de **uma política revolucionária socialista**, ainda dentro da ordem (na conjuntura atual) ou contra a ordem (quando as classes trabalhadoras, graças ao seu movimento político, forem bastante fortes para destruir o poder burguês e colocar a transição socialista na ordem do dia; aí a recuperação do nome de

comunista para o partido socialista revolucionário, efetuado por Lênin para designar o setor revolucionário da social democracia, revela seu caráter preciso, pois a transição socialista têm como objetivo, não a mera desagregação do capitalismo, mas a construção dos caminhos para o socialismo e o comunismo, por sua essência, constitui uma etapa da construção do comunismo).

Se os partidos comunistas tradicionais se encontram em crise, numa política defensiva (devido à causalidades complexas que merecem uma discussão específica que aqui não podemos fazer), **o partido comunista se recria**. Apesar das perseguições, da brutal repressão e dos graves erros cometidos ele não pode ser eliminado nem desaparecer enquanto vivermos numa sociedade de classes. **O movimento político do proletariado o reconstrói**, pois ele é a expressão política da classe mais avançada que surge na sociedade capitalista, mas que não é uma classe dessa sociedade burguesa; precisa dissolvê-la como única classe que é revolucionária até o fim e até o fundo, pois como já vimos, “a condição para a libertação da classe trabalhadora é a abolição de todas as classes” (Karl Marx - A Miséria da Filosofia, Global, S.P., 1985,[1847], p.160). Desde os primórdios do capitalismo, antes mesmo de conhecer seu papel libertador da humanidade, o proletariado vem lutando pelo seu direito a uma existência humana. O movimento revolucionário precisa de teoria revolucionária porque o conhecimento da “estrutura íntima” do modo de produção capitalista, das particularidades das formações sociais sob o domínio do capital, do Estado burguês e das múltiplas determinações e mediações dos conflitos sociais sob o capitalismo monopolista atual, assim como os problemas da reprodução social na transição do capitalismo para o socialismo sob o signo das exigências potenciais do comunismo é algo demasiado complexo para ser esclarecido suficientemente pelas formas de consciência originadas na vida cotidiana e nos modos espontâneos de indagação, percepção e explicação inerentes aos conflitos de classe imediatos, exigindo uma associação da ciência social crítico-dialético ao movimento socialista. A ciência sócio-histórica marxista se vincula à contestação da ordem,

revolucionando por dentro a consciência de classe possível do proletariado e convertendo-se em força cultural revolucionária prática, pela mediação das organizações do movimento operário socialista (sindicatos, partidos e, noutro plano, conselhos, etc). É secundária a origem de classe dos cientistas sociais comunistas, pois se tornam intelectuais orgânicos do proletariado na medida em que é o movimento socialista que absorve, filtra e aplica os conhecimentos produzidos: se os conhecimentos são aproveitados, desenvolvidos, concretizados ou não – e em que sentido, com que eficiência, etc. – tudo isto depende das condições objetivas e subjetivas da luta de classes. A consciência de classe é, sem dúvida, inseparável do reconhecimento de interesses particulares de classe, baseada na posição social objetivas das diferentes classes na estrutura vigente da sociedade, mas a necessidade do partido proletário coloca-se justamente pela indispensabilidade da constituição de capacidades globalizantes de respostas teóricas e práticas da “classe que vive de seu trabalho”, aos complexos problemáticos da luta de classes, no plano especificamente político do movimento constitutivo do seu agir, do seu organizar-se e do seu fazer-se enquanto “classe em si e para si”. A constituição do proletariado em “classe em si e para si” implica, não apenas o desenvolvimento de uma consciência revolucionária auto-emancipadora da sua “tarefa histórica” de construir uma alternativa histórica viável à sua própria subordinação ao capital (tarefa enraizada nas contradições de seu próprio ser histórico - social), mas sobretudo o desenvolvimento de um **processo histórico real** de superação da necessidade de subordinação de qualquer classe à outra que implica uma **“universalidade auto-constituente”**: uma oposição prática consciente não somente à particularidade burguesa, mas à qualquer particularismo, inclusive aqueles que acompanham necessariamente todas as formas de “poder político propriamente dito” (cf. Marx, *ibidem*), mesmo se este estiver nas mãos do proletariado (o partido e o Estado operário aparecem como “necessidades históricas”, isto é, como “necessidades em desapareção”, como carecimentos historicamente determinados que o avanço do processo revolucionário, com o advento do comunismo, tornarão

desnecessários, determinando sua extinção). Assim, o partido de vanguarda do proletariado aparece como alavanca da revolução socialista referida às mediações especificamente políticas necessárias e indispensáveis nos primeiros passos em direção a auto-realização do movimento socialista e auto-superação do proletariado, que abolindo todos os particularismos intrínsecos às classes sociais dá fim à subordinação estrutural necessária do indivíduo à sua classe, uma relação que é substituída pela unidade não alienada entre parte e o todo, entre indivíduo social auto-mediador e gênero humano emancipado (gênero em si e para si).

Ainda estamos muito longe desta possibilidade, mas este painel coloca a radicalidade da necessidade histórica atual de partidos de classe e especificamente de partidos operários comunistas. No Brasil a interrupção, não realização, ou realização parcial de revoluções historicamente necessárias - da revolução democrática, da revolução nacional, da revolução agrária - as deformações e perversidades do processo de urbanização e da transformação industrial, comprimiram uma formidável variedade de forças revolucionárias que tornam nossa sociedade grávida de revolução social. Os estudos de Lênin sobre a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” mostram como, em uma nação que vive certos processos com atraso, o proletariado, em aliança com “os de baixo”, acaba desempenhando tarefas históricas que foram da burguesia nas versões clássicas da revolução burguesa, mas que as burguesias nativas são impotentes para realizar (como a revolução democrática e a revolução nacional com a liquidação da dominação imperialista) e como, por aí, o proletariado pode capacitar-se a interferir profundamente na revolução dentro da ordem e dirigir uma precoce revolução contra a ordem, que vai além dos limites históricos da revolução burguesa com a construção de um poder revolucionário que abre caminho para a transição socialista.

São as condições concretas da luta de classes na formação social brasileira e as potencialidades revolucionárias dos trabalhadores na situação presente em processo, que tornam a construção de um **grande partido proletário**

revolucionário de massas (que nunca é “tão grande” quanto o número de militantes e é também uma vanguarda política com um núcleo organizado permanente de “revolucionários profissionais” mas com uma irradiação e um potencial de lutas políticas que é de massas) **uma possibilidade objetiva e uma necessidade histórica premente.**

Ouvimos dizer que trata-se de um “sonho”. No entanto, como lembra Lênin citando Pissasev, “se o homem estivesse privado da capacidade de sonhar, se não pudesse adiantar-se e contemplar na imaginação o quadro inteiramente acabado da obra que se esboça entre suas mãos, não se poderia compreender que móbil levaria o homem a iniciar e levar a seu termo, vastos e penosos empreendimentos nas artes, nas ciências e na vida prática... quando existe um contato entre o sonho e a vida, tudo vai bem”(V.I.Lênin – “Que Fazer?”, in: Obras Escolhidas, Vol. 1, Alfa-Omega, S.P., 1980, pp. 200-201). Sem sonhos políticos realistas não há nem pensamento revolucionário, nem ação revolucionária: o importante é conhecer as necessidades e possibilidades de humanização postas pela realidade histórica, incorporá-las na imaginação socialista e trabalhar escrupulosamente para convertê-las em realidade.

O caráter e a estrutura deste partido serão determinados, naturalmente, pela função e conteúdo de sua atividade como “organização de revolucionários à serviço do movimento socialista”, adequando-se às necessidades e tarefas do proletariado na revolução brasileira, com a flexibilidade necessária para adaptar-se rapidamente às mais variadas condições e meios de luta. Prestes debruçava-se com espírito objetivo sobre a questão de como organizar o partido revolucionário no Brasil, ligando-a à questão da estratégia e das vias da revolução proletária (contra a ordem) em nosso país. Avesso a fraseologia vazia das pretensas vanguardas “radicais” pequeno-burguesas que se veem como “demiurgos do real” e “criadores do movimento operário”, Prestes buscava saídas lastreadas nas exigências teóricas e práticas postas pela realidade nacional, insistindo na necessidade dos revolucionários adquirirem fôlego longo e perseverança e

aprender a acompanhar o desenvolvimento da classe operária nas condições concretas da luta de classes.

O caminho que temos que percorrer é difícil e provavelmente longo. Devemos ter em vista: as dimensões continentais e não uniformes da realidade brasileira assim como as modalidades de manifestação atual do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo; a persistência das formas de dominação tradicionalistas, produzidas por oligarquias exclusivistas e paternalistas, voltadas para impor uma “capitulação passiva” das massas destituídas e a rigidez do padrão autocrático de hegemonia burguesa vigente, que fomenta um despotismo voltado para a reprodução da marginalização política do proletariado e a exclusão econômica, social, cultural e política das massas; o fato de que, apesar de impotente para resolver os problemas sociais do Brasil (mesmo quando já se dispõe de amplos recursos técnicos para tanto), a burguesia brasileira ser a mais poderosa e bem organizada da América Latina e o fato de que mostrou-se capaz pelo menos de praticar uma auto-defesa violenta da ordem muito eficiente e de procurar uma sólida proteção no imperialismo. Por outro lado, devemos levar em conta: a necessidade de passar de um baixo para um alto potencial político de mobilização e organização da luta de classes pelos proletários e seus aliados; a necessidade incontornável de construir um novo tipo de movimento sindical e criar novos meios de luta organizada de massas (ou transformar e aperfeiçoar os existentes) para enfrentar a fase que se abre, para a “classe em si” já configurada, de luta para “derrubar a supremacia burguesa”, infundindo-lhes um salto na capacidade de ação conjunta e na irreducibilidade revolucionária; a necessidade também incontornável de construir um partido proletário revolucionário adequado às necessidades da revolução brasileira, etc.

Uma análise objetiva destes elementos - com base na “experiência anterior”, isto é, nas revoluções transcorridas em determinados países vistas através da dinâmica da sociedade de classes no Brasil - não permite antever um caminho nem muito fácil nem muito rápido para a evolução da revolução proletária no Brasil. Se um acontecimento imprevisto desencadeasse uma

situação revolucionária (uma crise mundial do capitalismo, ou uma crise de hegemonia acompanhada da multiplicação da intensidade da atividade das massas, onde, como escreve Lênin, “os de baixo” **não queiram mais** e os “de cima” **não possam mais** continuar a viver de maneira antiga), os comunistas e as organizações operárias fugiriam à sua responsabilidade se não procurassem aproveitá-la, indo na medida do possível à luta pelo poder. No entanto este “se” ainda não se configurou como possibilidade a vista e os comunistas devem preparar-se para uma luta de fôlego mais ou menos longa, **aproveitando bem este fim de século e a próxima década** para realizar sua aprendizagem, acumular forças e ganhar base social, produzir conhecimentos teóricos e prognósticos seguros sobre as mudanças das correlações de forças e inventar novas técnicas revolucionárias de agitação e luta para **estar prontos e com probabilidades de aproveitar a situação revolucionária quando ela aparecer**, ou de, a partir de uma fase mais avançada da agudização da luta de classes **ajudar a criá-la**. Na verdade, as condições objetivas e subjetivas da revolução proletária precisam ser construídas com muito esforço e tenaz paciência, para tanto é necessário tentar-se saber como engendrar ativamente estas condições partindo da situação atual, de modo a estar preparados para aproveitar uma “oportunidade histórica” e tirar proveito dela.

Por enquanto, na “fase de implantação”, os comunistas revolucionários devem concentrar-se na socialização socialista dos quadros, das bases e das massas. Na busca da interpenetração recíproca de teoria e práxis é necessário ir além do aproveitamento dos talentos teóricos e formação de novos intelectuais orgânicos integrando-os na política revolucionária e da educação dos quadros e das bases no conhecimento dos clássicos da teoria revolucionária e comunista; é necessário **a proletarianização da consciência social dos militantes e do próprio partido comunista**. A formação de uma minoria consciente é o pressuposto de um movimento de massa socialista (o que vem muito bem expresso no “Que Fazer?” de Lênin), mas os militantes revolucionários devem reeducar-se e ressocializar-se, pois mesmo que o revolucionário possua origem

operária e uma ampla experiência proletária prévia, **ele precisa ser moldado pela classe e não a classe por ele**. Se o todo predomina sobre as partes, a dialética do “quem educa quem?” possui duas mãos: é preciso aprender com a classe formando quadros treinados no esforço de decuplicação e mesmo centuplicação do potencial proletário de luta de classes, no esforço de revolucionamento de sua capacidade de auto-organização, auto-defesa e contra-ataque, ao mesmo tempo em que se promove **o crescimento seletivo da vanguarda política no recrutamento das melhores lideranças escolhidas pelos próprios trabalhadores**; estes quadros, por sua vez, procurarão pôr sua experiência a serviço do **amadurecimento político da identidade do proletariado com o caráter socialista de sua afirmação como classe**, favorecendo a sua socialização e educação política revolucionária no dia a dia da luta de classes.

Prestes colocou em primeiro lugar, no trabalho de constituição dos requisitos histórico-sociais prévios para a formação do partido, a necessidade de elevar o nível de organização das classes trabalhadoras e das massas populares juntamente com o enraizamento dos comunistas “através do contato direto e pessoal com os trabalhadores ... com homens, mulheres e jovens, tanto analfabetos como intelectuais... e levá-los a que se organizem em sindicatos ou noutras formas possíveis”; saber apoiar (apoiar de forma comunista) todas as lutas e protestos contra a exploração e a opressão das classes dominantes, conhecer de modo profundo e participante o leque enorme de situações diversas vividas pelos diferentes setores do proletariado e das massas subalternizadas do povo, **conhecendo suas reivindicações específicas que não podem ser deduzidas especulativamente**, orientando o movimento espontâneo do proletariado (preservando-o dos erros dos seus amigos e das ciladas do inimigo) na difícil tarefa de formação de uma sólida organização pela base, de desenvolvimento de uma disposição de luta inabalável e de uma firme consciência proletária revolucionária e na delicada tarefa de impedir que estas conquistas se deteriorem e se corrompam nos períodos de refluxo e calma da luta de classe. As lutas contra o arrocho

salarial, a fome e a miséria; as lutas vinculadas ao emprego, à melhoria das condições de vida, trabalho e estudo; as formas de luta e as táticas ligadas aos comitês de fábrica ou de greve, às reuniões nos sindicatos e nas associações e comunidades locais, à proliferação de conselhos operários e populares, à reforma agrária e organização produtiva das ocupações de camponeses pobres e “sem terra”, à luta pelos direitos dos trabalhadores semi-livres e proletários rurais, à agitação entre os vários setores não proletários, etc..., **devem articular-se no marco de alternativas para o conjunto da sociedade:** o partido revolucionário deverá desempenhar funções criadoras na ligação entre si dos diferentes extratos com interesses específicos que conformam a realidade social dos oprimidos, orientando a formação de um bloco de forças sociais e movimentos de massas do campo e da cidade sob a direção da estratégia global do movimento proletário, voltado para a conquista em conjunto de medidas dirigidas para eliminar a dominação (no campo e na cidade) do capital monopolista.

Se estes caminhos se mostrarem árduos e difíceis, paciência! Dadas as proporções do Brasil e das tarefas políticas a serem executadas eles tem que ser trilhados por um partido que queira propor-se à condição de vanguarda política do proletariado e de meio válido da revolução proletária. Deve-se começar por um “esforço de caráter bem localizado” de implantação dos comunistas: “em cada cidade ou povoado fazer esforços para penetrar nas fábricas, nas fazendas, nas concentrações operárias e camponesas, como também nas escolas e universidades, nas repartições públicas e estatais”. Tal esforço pode parecer demasiado “modesto” para os “vanguardistas” com “complexo de onipotência” (que formulam seus modelos revolucionários à revelia da massa trabalhadora), mas na verdade constitui-se numa tarefa gigantesca, que exigirá militantes com grande integridade revolucionária, ansiedade de auto-aperfeiçoamento, identificação profunda com a “emergência do povo na história” (donde deve tirar sua força psicológica criadora e rebelde) e grande habilidade e flexibilidade tática. Só assim se constituirá um movimento de massas capaz

de dar sustentação à criação e desenvolvimento de “um partido revolucionário que baseado na luta pela aplicação de uma orientação política correta conquiste um lugar de vanguarda reconhecida da classe operária”. Um partido que seja operário não só no nome (ou quando muito na propagação e difusão de ideologias e doutrinas revolucionárias), mas um partido que se proletarize radicalmente, convertendo-se **num partido proletário revolucionário “pela sua composição e pela sua ideologia”, pelos seus objetivos históricos, por sua orientação programática e por sua prática cotidiana, onde “a democracia interna, a direção coletiva e a unidade ideológica, política e orgânica seja uma realidade construída na luta”** (Prestes, L.C. - Carta aos Comunistas, op. cit., p. 17. Cf. tb. Carta aos Companheiros, 1987, op. cit., passim).

Assim como tantos outros militantes comunistas disciplinados, Prestes pagava um duro preço psicológico pela inexistência no Brasil de um partido capaz de abrir novos rumos na transformação revolucionária da sociedade. No seu proverbial estoicismo revolucionário, não se lamentava, fazia o seu trabalho. Um homem não pode criar a história do seu país, mas pode participar criativamente dela. Procurava “colocar um tijolo na construção do socialismo no Brasil”, partindo da situação real, de modo a contribuir para o crescimento de um movimento proletário revolucionário que se capacite a criar as condições e os meios para tornar a missão necessária realizável. A vinculação da teoria com a realidade brasileira, pela experiência crítica e pela ação crítica, deve desembocar na elaboração de um comunismo “made in” América Latina, construído por nós (inclusive com a reconstrução crítica de uma nova história de nossa própria cultura), embora com raízes marxistas e leninistas, vinculando necessariamente a construção do partido comunista revolucionário às condições econômicas, sociais e políticas de nossos países e do Brasil em particular. Ética e política são o avesso uma da outra mas não se dissociam, pois há uma ética na política especialmente quando esta traça como seu objetivo superar a “pré-história da sociedade humana”, Prestes unia o realismo revolucionário da luta de classes com

um comportamento exemplar, que por um lado mostra como os homens de hoje com personalidades que buscam o seu caminho verdadeiro do “fazer-se homem do homem” anunciam o “homem novo” e expressam a imagem - até agora sempre fragmentária - de uma “sociedade humana”, de um mundo de atividades que é digno de ser assumido como finalidade autônoma, e por outro lado, seu radical compromisso com a humanidade liga-se às exigências do presente na luta pela emancipação dos trabalhadores e dos oprimidos através da revolução socialista, que no caso brasileiro, além de ser uma revolução social e uma revolução democrática, será também uma revolução nacional, porque emancipará o país da dominação imperialista e recriará a nação a partir da classe operária e das massas populares da cidade e do campo. Prestes não foi do socialismo científico à revolução, foi da revolução ao socialismo científico, exprimindo um élan histórico revolucionário dos latino-americanos que não é recente, mas que se acumulou e concentrou no nosso século a partir das forças sociais mais profundas brotando dos “porões da sociedade” e que hoje aparece com um novo ponto de partida, como um germinar lento mas insufocável de uma revolução que é proletária - pela natureza de sua força motriz hegemônica, pelo seu modo de objetivar-se socialmente e pela nova forma de poder que deve originar - mas que exhibe a identidade latino-americana que a liberação nacional infunde à revolução socialista em nosso continente.

Neste fim de século assistimos o empenho das elites intelectuais ligadas às classes dominantes, com seus poderosos meios de propaganda, de “destruição histórica”, isto é, da memória histórica coletiva que vincula a compreensão da significação do passado com o conhecimento da lógica racional das batalhas coletivas pela humanização e liberação de ser social no presente em processo. No Brasil de hoje, uma consciência burguesa conservadora e farisaica, com disfarçado complexo de culpa pela promoção ativa de todas as ditaduras reacionárias e bárbaras que se abateram sobre o “povo insubmisso” ao longo do século, procura ocultar a importância de Prestes na história do Brasil e eliminá-lo da memória coletiva (ou, com o mesmo objetivo, prestam-lhe esporadicamente

homenagens rituais oficiais, visando esterilizar o conteúdo revolucionário de sua vida, ação e pensamento, ensaiando uma operação ideológica de “pasteurização” de um grande vulto da história, como se fez com Tiradentes). No entanto, o conteúdo real da obra de um homem não desaparece com sua morte: a figura de Prestes crescerá revelando sua verdadeira estatura, na medida em que o movimento socialista se consolidar e se expandir no Brasil, conservando sua “vida de sacrifícios exemplares que o enobrecem como figura humana e agente histórico” (Florestan Fernandes, op.cit) como algo inalienável e vivo na memória do povo. ***Na atualidade histórica, a contribuição de Prestes como estrategista da revolução brasileira e seu esforço de equacionamento teórico e prático dos enigmas e caminhos do movimento comunista no Brasil*** representa ainda uma novidade insuficientemente assimilada: não é algo passado e tenderá a exercer uma função fundamental nas lutas do presente e do futuro imediato. Precisa ser estudado e levado seriamente em conta, não só por seus últimos companheiros de luta, pois não diz respeito só aos comunistas revolucionários, aos homens de esquerda ou, aos seus compatriotas, mas atinge a humanidade e a promessa de que “tudo o que é humano” só se dissociará da opressão quando a civilização moderna se depurar através do socialismo pois, como afirma num texto de janeiro de 1983, comentando o acerto de sua opção comunista feita na juventude (“Prestes Como Cheguei ao Comunismo”, Gazeta do Brasil, p.9): “no século XX num país capitalista, é impossível ser democrata revolucionário se se teme marchar para o socialismo”.

Agosto de 1994.

O Herói sem Mito (1990) ¹

Florestan Fernandes

Faleceu o único herói brasileiro que não forjou o pedestal de sua glória. Homem simples e franco no trato cotidiano, era um líder político (e militar) nato. Depois da célebre marcha, na qual sobrepujou em argúcia e espírito inventivo as Forças Armadas oficiais, poderia ter se tomado um dos "grandes da República", Getúlio Vargas tentou seduzi-lo, mas encontrou o repúdio a qualquer composição política pessoal. O rebelde não se despia de suas convicções anti-oligárquicas e democráticas, buscando servir a nação - e a sua independência — e submeter-se a uma vida de sacrifícios exemplares que o enobrecem como figura humana e como agente histórico.

Nem sempre estive ao seu lado e demorei para entender os desafios que ele enfrentava com desprendimento e grandeza. Foi a década de 1970 e principalmente a luta contra a ditadura militar que escancararam para todos os olhos o significado político de sua dedicação ao movimento operário e sindical. O prestígio deixara, então, de ser o dínamo de seu partido e uma realidade histórica. Privado de tudo, de sua condição de dirigente e confrontado por antagonismos antes imprevisíveis, ele apareceu na cena política na plenitude do seu ser real. Ao contrário de outros "comunistas" que renegaram e traíram seus compromissos e valores, ele procurou atualizar sua compreensão objetiva do Brasil, seu conhecimento do marxismo e sua atuação independente dentro do movimento operário e sindical. Algo surpreendente para uma pessoa de sua idade, além do mais tida como "dogmática" e "autoritária".

Nesse momento, enquanto a esquerda se fragmentava e se delinearam novas opções partidárias socialistas, Luiz Carlos Prestes cresceu como homem e como personalidade política.

¹ Publicado no encarte da revista Trilha Socialista e na Folha de São Paulo, em 1990. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/prestes/05.htm> [N. do E.]

Velhos militantes fiéis somavam-se a jovens ardentes, que ouviam sua pregação moral. É neste terreno que trava a batalha final, até a morte. Ética e política não se dissociam. Uma constitui o avesso da outra. A luta de classes é uma realidade política. Contudo não seria nada se não fosse, acima de tudo, uma exigência moral. Nesse nível – do qual parte, aliás, o "jovem Marx" – Prestes empenha-se em sua "última etapa", impulsionado pelo dever incoercível de chegar a explicações e ações fundadas nas raízes dos processos sociais, econômicos e políticos. Corria o Brasil de um lado a outro, levando a toda parte o ardor de suas convicções.

O rebelde do começo não ressurgiu no radical da etapa derradeira. Surge um Prestes arquétipo, que infunde vitalidade à esperança dos trabalhadores livres e semi-livres ou dos jovens e estudantes, todos desesperados e desorientados, que não viam esperança individual ou coletiva para si e para o Brasil. A revolução socialista formulada como a "única via" da liberdade, de igualdade e da democracia da maioria é posta no eixo da auto-emancipação das classes trabalhadoras e das massas populares excluídas. Esse discurso ultraradical encontrou ressonância mesmo entre seus detratores e inimigos. E originou uma sólida confiança nos de baixo em sua capacidade de ação – de criar uma sociedade nova, digna de inspirar os brasileiros a tomar em suas mãos a democratização do país e do Estado. Essa esperança transcendeu o seu percurso solitário, foi além das fronteiras dos militantes e simpatizantes de seu ideário político e representa a principal herança por ele deixada ao movimento operário, sindical e partidário de orientação firmemente socialista.

**Luiz Carlos Prestes,
esperança e revolução (1995) ¹**

Florestan Fernandes

A vida de Luiz Carlos Prestes atravessa a história do Brasil e marca, dramaticamente, os limites da atividade libertadora, nacionalista e revolucionária. Tornou-se herói antes de afirmar-se como símbolo das possibilidades revolucionárias frustradas e foi a sua lenda que levou os comunistas até ele: um partido “fraco” buscava fora de seus quadros uma *bandeira forte* e o que parecia ser o caminho mais rápido para a conquista do poder.

Inicia-se, assim, uma carreira política ímpar. Luiz Carlos Prestes não foi do comunismo à revolução. Saltou da revolução ao comunismo. O que quer dizer que o seu ardor revolucionário inquebrantável possuía raízes no solo histórico do nosso país e da América Latina. Ele nasceu e se alimenta da recusa firme e decidida de uma ordem de privilégios, de iniquidades e de formas extremas de exploração e opressão, que são repelidas com intransigência. Foi isso que o separou dos companheiros da famosa marcha e que não permitiu aos poderosos, Getúlio Vargas entre eles, atrair para a órbita da ordem aquele militar rebelde atípico. À sedução do poder ele preferiu a luta tenaz e incerta pela criação de uma nova sociedade. É preciso que se reflita sobre isso, hoje e agora, aos 89 anos desse herói que caminhou da reforma para a revolução e fez desta a razão de ser de sua vida. É o caminho de todos os grande revolucionários da América Latina. *A recusa da sociedade existente, da ordem de iniquidades e do mandão como lobo de outros seres humanos.* A via negativa, que aparece mesmo em Sierra Maestra: o Exército Rebelde não possui uma concepção sobre a construção de uma nova Cuba, mas aprendera e sabia muito bem *o que devia rejeitar*, para converter a revolução social em realidade. Do

¹ Publicado originalmente no livro "A Contestação Necessária", pela Editora Ática, em 1995. [N. do E.]

México ao Brasil, de uma ponta a outra, o revolucionário não era o produto acabado da luta de classes, da educação política através de um partido revolucionário orgânico, a encarnação de uma vontade proletária coletiva de auto-emancipação e de autoliberação. Era o rebelde que rompia com sua classe e com seus papéis sociais ou que levava o protesto popular à esfera do político e, por vezes, da luta armada.

A peculiaridade de Luiz Carlos Prestes tem a ver com as condições econômicas e históricas do Brasil. Um partido comunista com intelectuais de várias origens, inclusive anarquista, com ramificações na frustração de setores decadentes das famílias tradicionais, que remavam contra a corrente para manter-se pelo menos em uma situação de classe média “pobre”, e com uma base proletária e semiproletária difusa, que ia de pequenos comerciantes a artesãos independentes e a operários organizados em sindicatos profissionais, buscava uma chama exterior que despertasse o povo para a insurreição e a conquista do poder. Na verdade, os poderosos eram identificados como os “exploradores da nação”, excluídos do *nosso grupo* (em termos da ótica libertária), e a própria revolução era percebida como uma sorte de irredentismo, que teria de passar como um elemento arrasador sobre a oligarquia, eliminando todos os vestígios que a confundiam com o velho regime colonial. Em suma, o *antigo regime* não desaparecera com a dominação portuguesa. Crescera e fortalecera-se a ponto de ser o amálgama do latifúndio com o imperialismo e de impedir o florescimento da democracia, da unidade nacional e das liberdades políticas inerentes ao Estado burguês. Este corporifica uma bastilha, cuja extinção demarcaria o início de uma nova era.

Por aí Luiz Carlos Prestes chegou aos clássicos do marxismo e iniciou uma aprendizagem política formal, que deslocou o foco teórico e prático de sua posição de revolucionário. A sua devoção entranhada à revolução ganha outro sentido e uma base social congruente. Pela primeira vez em nossa história surge alguém que iria descolar a revolução das transformações de superfície e descobrir nos proletários a classe revolucionária, que mais cedo ou mais tarde daria cabo

não só da oligarquia e do antigo regime, mas da confusão semântica que confinava a revolução ao mundo do poder. A revolução era posta em seus próprios pés. Astrogildo Pereira lograra uma vitória que ele mesmo não seria capaz de medir e que iria exigir meio século de oscilações históricas dramáticas para se esclarecer.

Muitos farão uma pergunta ingênua. Luiz Carlos Prestes não é, antes, o símbolo da derrota da revolução proletária? O Partido Comunista em crise não indica, objetivamente, que só existiam miragens na ânimio dos defensores da luta de classes e da passagem ao socialismo em um país tão submetido ao imperialismo e governado com rédeas curtas por uma burguesia despótica? A questão não é tão simples. Um revolucionário que se vê batido no meio de tantas lutas não significa a derrota de sua causa. A sua tenacidade explicita algo mais complexo. Ela patenteia que a revolução não só possui continuidade; que ela também se aprofunda. Afastado do seu partido, ele amadurece a sua consciência de revolucionário e o seu conhecimento teórico do marxismo, divorciando-se da crise do partido e apontando saltos que ainda não foram tentados. Além disso, o “sentimento revolucionário da massa”, a capacidade de luta política dos proletários surge, nesse ínterim, como um fator objetivo da história. E essa alteração recente coloca outros desafios, este sim ultrapassando a figura lendária do velho revolucionário como pessoa e como agente histórico.

Esses são os parâmetros que se põem aos observadores que veem criticamente. Luiz Carlos Prestes configura, para esses proletários de origem social contemporânea e com frequência muito jovens, a polaridade da esperança. Ele não é mais “o Cavaleiro da Esperança”. Esta imagem era parte de uma mitologia, que foi construída sobre equívocos, por um partido que ainda não era proletariamente revolucionário e socialista. A esperança que se equaciona é a esperança coletiva de uma classe social que compõe a imensa maioria e não tolera mais os de cima e está a um passo de lançar-se à desobediência sistemática. Ele também não é mais o revolucionário que elegeu uma classe social à qual serviria, pondo-se à sua frente. A revolução proletária converteu-se em uma polaridade histórica

central. Portanto, ele não é o “chefe” ou o “líder”. Testemunha uma situação e, ao mesmo tempo, simboliza a sua vitalidade. A junção entre a esperança e revolução se faz em sua pessoa a através de sua pessoa como um dado do movimento histórico das classes trabalhadoras. Por isso, ele surge como um termo de referência a um elo de atração magnética. Aquele que não vergou repete a história dos proletários e antecipa o seu desfecho!

A importância de Luiz Carlos Prestes para a Revolução Brasileira hoje

Anita Leocádia Prestes

*A atualidade do legado de Luiz Carlos Prestes e os
caminhos da revolução socialista no Brasil¹*

Luiz Carlos Prestes, ao pensar os caminhos da revolução socialista no Brasil, elaborou um pensamento crítico às concepções nacional-libertadoras amplamente difundidas junto a muitos partidos comunistas do nosso continente. Temos em vista as teses para os países coloniais e semicoloniais aprovadas em 1928 no VI Congresso da Internacional Comunista e reafirmadas na 1ª Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em Buenos Aires, em 1929².

Tratava-se de uma concepção estratégica falsa, uma vez que inadequada à realidade que os comunistas pretendiam transformar, pois o capitalismo implantado no país surgira na época do domínio imperialista mundial exercido pelas potências centrais desse sistema, o que determinou sua posição subordinada, ou seja, a dependência a que ficou submetido. Não havia condições para a conquista de um desenvolvimento livre e independente do capitalismo brasileiro, meta que era perseguida pelos comunistas.

O PCB (Partido Comunista Brasileiro) manteve-se fiel a uma teorização consagrada da visão etapista da revolução

1 Texto apresentado em evento comemorativo dos 120 anos de Prestes e 110 anos de Olga, IFCS, 5/4/2018.

2 Cf. *VI Congreso de la Internacional Comunista. Tesis, manifiestos e resoluciones*. 1ª ed. México, Ed. Pasado y Presente (Cuadernos de Pasado y Presente, n. 66), Parte I, 1977; e BIGNAMI, Ariel, Mariátegui y Codovilla, un paralelo, in ALDERETE, Mário et alii. *Mariátegui: historia y presente del marxismo en América Latina*. Buenos Aires, Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, s. d., p. 109-114.

brasileira, de acordo com a qual não se percebia algo que havia sido levantado ainda no final da década de 1920 por José Carlos Mariátegui: o caráter socialista da revolução na América Latina, embora o revolucionário peruano registrasse a necessidade de considerar as peculiaridades do capitalismo em cada país do nosso continente e defendesse a luta por um socialismo que não fosse “nem cópia nem decalque, mas sim invenção heroica” dos nossos povos (Mariátegui, 2008:153). A esse respeito ele escrevia:

Sin prescindir del empleo de ningún elemento de agitación anti-imperialista, ni de ningún medio de movilización de los sectores sociales que eventualmente pueden concurrir a esta lucha, nuestra misión es explicar y demostrar a las masas que sólo la revolución socialista opondrá al avance del imperialismo una valla definitiva y verdadera. (Idem: 51)

Sem negar que a revolução socialista constitui um processo, que em cada país terá suas particularidades, Mariátegui verificara que, no século XX, o imperialismo penetrara profundamente e se articulava estreitamente com as diversas relações de produção existentes em cada nação do subcontinente latino-americano. Tornara-se, portanto, impossível derrotar o imperialismo sem avançar no caminho da revolução socialista. O problema era, e continua sendo, *como* empreender, na prática, tal caminho sem se desviar para o etapismo e o decorrente reformismo, de acordo com o qual a solução revolucionária acaba sendo abandonada (Borón, 2010).

Surge, portanto, a questão dos possíveis caminhos a percorrer para que sejam criadas as condições propícias à realização da revolução socialista. Em outras palavras, trata-se de criar formas de *aproximação* ou de *transição* que possibilitem tal percurso, ou seja, de alcançar objetivos parciais, que não constituam etapas de consolidação do sistema capitalista sob novas formas, mas momentos de um processo ininterrupto de acumulação de forças voltado para a constituição do que A. Gramsci denominava *bloco histórico*.

O conceito de *bloco histórico*, proposto por A. Gramsci – ou, em outras palavras, do *sujeito-povo*³ – pressupõe: o *momento político* dessa aliança. “Sua constituição está assentada em classes ou grupos concretos definidos pela sua situação na sociedade, mas as ideias cumprem um papel fundamental no que se refere à sua coesão” (Bignami, s.d.: 27). No *bloco histórico* há “uma estrutura social – as classes e grupos sociais – que depende diretamente das relações entre as forças produtivas; mas também há uma superestrutura ideológica e política” (idem). Gramsci escrevia nos *Cadernos do cárcere* que, segundo Marx, “uma persuasão popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força material”. Tal afirmação, segundo o filósofo italiano,

conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (Gramsci, 2001, v. 1: 238).

Os elementos citados da concepção gramsciana de *bloco histórico* permitem perceber o frequente empobrecimento de tal conceito no âmbito dos partidos comunistas, pois esse fenômeno marcou, de uma maneira geral, grande parte do movimento comunista mundial. Nas fileiras do PCB, semelhante postura teria como resultado a subestimação pelo trabalho ideológico de formação teórica e política não só dos seus quadros, como também de lideranças populares. A incompreensão da necessidade de criar um *bloco histórico* contra-hegemônico, capaz de conduzir o processo revolucionário à vitória, condicionou o desarmamento ideológico e político dos

3 *Sujeito-povo*: categoria empregada por alguns intelectuais latino-americanos, relacionada com o conceito gramsciano de *bloco histórico*, ou seja, *sujeito-povo* expressa não só a soma numérica de diversos setores sociais, mas também é portador de novos valores culturais e constitui uma alternativa de poder (cf., por exemplo, BIGNAMI, 2009: 23, 26, 28 e 107).

comunistas diante do bloco histórico dominante e a inevitável capitulação frente ao reformismo burguês (Prestes, A.L., 2010a).

Ao pensarmos nas possíveis *formas de aproximação* da constituição do *bloco histórico* gramsciano (ou sujeito-povo), o legado de Luiz Carlos Prestes representa uma contribuição de grande atualidade. Ainda em 1967, por ocasião do VI Congresso do PCB, Prestes, ao expor sua concepção da estratégia da revolução brasileira, escrevia:

(...) *Não lutamos pelo desenvolvimento capitalista*, mas por um desenvolvimento econômico democrático e independente, que abrirá caminho para o socialismo. Atualmente, toda revolução anti-imperialista é parte integrante da revolução socialista mundial.

(...) Marchamos para uma *solução revolucionária que repele o capitalismo como perspectiva histórica*, mas não exige de modo imediato a passagem para o socialismo. Vamos conquistar um poder revolucionário das forças anti-imperialistas e democráticas, que não terá ainda o caráter de ditadura do proletariado, mas será capaz de cumprir seu papel histórico e abrir caminho para o avanço ulterior, rumo ao socialismo.⁴

Em posição minoritária dentro do Comitê Central do PCB, Prestes, seu secretário-geral, defendia uma tática de luta contra a ditadura militar, estabelecida no Brasil a partir do golpe de 1964, que viesse a constituir a “conquista de um governo revolucionário, democrático e anti-imperialista, capaz de abrir ao proletariado o caminho para o socialismo”. Segundo Prestes, “a luta contra a ditadura pode resultar não somente na liquidação do regime político semifascista, mas ir adiante e resultar na liquidação do próprio regime de capitalistas e latifundiários ligados ao imperialismo”⁵. O secretário-geral do PCB escrevia a respeito:

4 “Informe de Balanço do CC ao VI Congresso (dez. 1967)” (PCB, 1980: 97; grifos meus).

5 ALMEIDA, Antônio (pseudônimo de Prestes), “Carlos Marx e o marxismo”, *Voz Operária*, n. 41, jul. 1968, p. 8.

Esta não é uma hipótese abstrata, existem as premissas objetivas para que tal processo possa ocorrer. A crise em que o Brasil se debate não pode ser resolvida sem a realização de reformas profundas em sua estrutura, isto é, não pode ser resolvida a não ser pela revolução. A luta contra a ditadura pode adquirir um rumo tal que a derrocada desta leve consigo o próprio regime social existente. Para que tal hipótese possa acontecer, entretanto, é necessário que as forças que estão interessadas numa solução revolucionária – a classe operária, a pequena burguesia urbana e os camponeses – representem tal força dentro da frente antiditatorial e desempenhem tal papel na luta contra a ditadura que, ao derrubarem esta, estejam em condições de fazer prosseguir o processo de aprofundá-lo até que ele adquira um caráter revolucionário. (Idem)

Mas Prestes aventava a possibilidade de outra hipótese:

A ditadura pode ser derrotada e liquidada sem que as forças revolucionárias da frente antiditatorial disponham de poder suficiente para fazer prosseguir o processo e instaurar, no lugar da ditadura, um poder revolucionário. Neste caso, o governo que daí surgir pode ser mais ou menos democrático, mais ou menos avançado, segundo a correlação concreta de forças que existir no momento de sua constituição. Neste caso, os comunistas poderão participar ou não deste governo, poderão apoiá-lo ou não, dependendo do caráter concreto que ele tiver. Participando ou não de um governo antiditatorial que se instalar no país, apoiando-o ou não, os comunistas continuarão a luta por seus objetivos revolucionários. (Idem)

As posições defendidas por Prestes, em sua luta contra o reformismo dominante no Comitê Central do PCB, são comparáveis às defendidas por Fidel Castro alguns anos mais tarde, ao discursar no Chile à época do governo de Salvador Allende:

Um verdadeiro revolucionário procura sempre o máximo de mudanças sociais. Mas procurar um máximo de mudança social não significa que em qualquer momento se possa propor esse máximo, senão que, em determinado momento e considerando o nível de desenvolvimento da consciência e das correlações de forças, pode-se propor um objetivo determinado. E uma vez conquistado esse objetivo, propor-se outro objetivo mais à frente. *O revolucionário não tem compromissos de ficar parado no caminho*⁶.

Obrigado a permanecer no exílio, devido à violenta repressão desencadeada contra os comunistas pelos governos de E.G. Médici e E.Geisel, Luiz Carlos Prestes seria levado a elaborar com maior precisão suas concepções sobre as *formas de transição* ou *aproximação* a um poder efetivamente revolucionário:

A conquista de um regime democrático não deverá significar (...) uma simples volta ao passado. A frágil e vulnerável democracia de 1964 não corresponde mais aos anseios do povo. A luta de todos os patriotas e democratas só pode ter por fim a derrota definitiva do fascismo e a inauguração de uma *nova democracia*, que assegure amplas liberdades para o povo, uma democracia econômica, política e social, que possibilite a solução dos problemas nacionais mais graves e imediatos.⁷

A seguir Prestes esclarecia o conteúdo dessa *nova democracia* por ele proposta:

Trata-se da conquista de uma democracia que seja estável, que impeça a volta ao fascismo. Para isso, a *nova democracia* terá que tomar medidas que limitem o poder econômico dos monopólios e dos latifundiários e que se orientem no sentido de sua completa liquidação. (...) A

6 CASTRO RUZ, Fidel. *Fidel en Chile. Textos completos de su diálogo con el pueblo*. Santiago, Quimantú, 1972: 90; *apud* BORON (2010: 74); tradução minha e grifos meus.

7 “Manifesto de Prestes” (29/10/1974), *Voz Operária*, suplemento, n. 118, dez. 1974; grifos meus.

nova democracia deverá ser o regime estabelecido por um governo das forças da frente única patriótica e antifascista, abrirá caminho para as profundas transformações de caráter democrático e anti-imperialista, já hoje exigidas pela sociedade brasileira. (Idem; grifos meus)

Ao fazer uma apreciação crítica dos erros cometidos pelos comunistas brasileiros em 1935, Prestes assinalava que, “em vez de reforçar a frente popular, anti-imperialista e antifascista, de prosseguir acumulando forças, mediante a luta de massas, em defesa das liberdades democráticas e contra o fascismo, nos lançamos prematuramente à luta pelo poder”. Acrescentava ele que esta era uma lição da maior atualidade, pois explicava “a derrota dos grupos ultraesquerdistas” que combatiam a ditadura no Brasil. Prestes afirmava:

Ê lutando pelas liberdades democráticas, pelas reivindicações dos trabalhadores, pelos “interesses econômicos e políticos imediatos da classe operária”, conforme as palavras de Dimitrov em seu memorável Informe ao VII Congresso da Internacional Comunista, lutando enfim contra a ditadura (...) é nesse processo difícil e demorado, que não admite nenhuma precipitação ou aventura, que unificaremos as forças antiditatoriais e organizaremos a frente única capaz de isolar e derrotar a ditadura.⁸

Após destacar a contribuição do revolucionário búlgaro para o combate ao radicalismo esquerdista, Prestes apontava no seu legado a atualidade das teses que, ao resgatar as indicações de Lenin, afirmavam a importância das “formas de transição que conduzem à revolução”. Segundo Dimitrov, os oportunistas de direita “inclinavam-se a estabelecer uma certa etapa intermediária democrática”, quer dizer, uma nova etapa, que, de acordo com Prestes, “no caso brasileiro, seria entre a ditadura da burguesia e o governo revolucionário. O que inevitavelmente leva ao abandono, na prática, da bandeira revolucionária do

8 PRESTES, Luiz Carlos, “Intervenção em Seminário dedicado ao 90º aniversário natalício de Jorge Dimitrov”, documento datilografado, 10 p., Sófia (Bulgária), 18/6/1972, (arquivo particular da autora).

Partido, sem a qual não é possível ao proletariado conquistar a hegemonia na frente única antiditatorial”. (Idem)

Ao procurar definir melhor o que seria no Brasil “esse governo de transição para a conquista do governo revolucionário”, Prestes afirmava que tal governo

surgirá como aquele capaz de assegurar o desenvolvimento independente da economia nacional, será um governo de luta contra o imperialismo e a reação, de defesa da soberania nacional, o que exigirá tomar medidas contra o latifúndio e a dominação imperialista e preparar as massas para enfrentar a contrarrevolução. (Idem)

Na mesma ocasião, Prestes postulava a luta por

um novo regime revolucionário que abra um caminho de desenvolvimento da sociedade, que, sem ser ainda socialista, rompe decididamente os moldes clássicos da estrutura capitalista e determina uma nova correlação de forças internas da sociedade. Ou, para citarmos o grande Lenin: “(...) Não seria ainda o socialismo, mas já não seria o capitalismo. Representaria um passo gigantesco para o socialismo”. (Idem)

Alguns anos mais tarde, ainda se encontrando no exílio, Prestes viria a reafirmar a tese da luta pela conquista de um *novo tipo de democracia*, que não significasse uma volta ao passado, ou seja, à democracia liberal, mas uma *forma de transição* a um poder revolucionário:

A única forma de consolidar a vitória das forças antifascistas, impedindo a volta ao odioso sistema de opressão, será o estabelecimento de um *novo tipo de democracia*. Será um regime que representará os interesses das forças aglutinadas na frente patriótica e antifascista, constituindo uma *forma de transição* ao poder revolucionário nacional e democrático, ou seja, antimonopolista e anti-imperialista. Este regime democrático deverá garantir amplas liberdades para todas as forças antimonopolistas e iniciar o processo de limitação

do poder dos monopólios, principalmente dos norte-americanos.⁹

Prestes insistiria na tese de que os comunistas deveriam empenhar-se para que no país se estabelecesse “um *novo tipo de democracia, mais avançado que a democracia burguesa*, e que se constitua numa ‘*forma de transição*’ ao poder nacional e democrático.”¹⁰ Embora isolado dentro do direção do PCB (Prestes, A.L., 2012), Prestes manter-se-ia firme no combate às tendências reformistas, defendendo permanentemente a tese de que, na luta pelas liberdades democráticas, os comunistas deveriam bater-se por *um regime mais avançado*, que permitisse criar as condições para a revolução socialista:

Ao lutarmos por uma saída democrática para a situação atual do país, apoiaremos qualquer regime que possa surgir em consequência da derrota do fascismo, desde que assegure a vigência das liberdades democráticas e os direitos dos trabalhadores. Em quaisquer circunstâncias, continuaremos nos batendo por *um regime mais avançado, por uma democracia que não seja apenas política, mas também econômica e social* e prepare as condições para a futura chegada ao socialismo, nosso objetivo supremo. Entendemos que, ao lutar hoje contra o fascismo e pela democracia, estamos preparando as massas trabalhadoras para a conquista de um poder nacional e democrático, que abrirá caminho para o socialismo.¹¹

As ideias defendidas por Prestes quanto às *formas de aproximação* de um poder revolucionário, capaz de abrir caminho para as transformações de caráter socialista, não perderam a validade para a realidade política de hoje enfrentada

9 “Intervencion del delegado de Brasil”, documento datilografado, 17 p., jun. 1975 (arquivo particular da autora); grifos meus.

10 “Informe Político” (discutido e aprovado na reunião do CC do PCB de dezembro de 1975), folheto mimeografado, 33 p. (arquivo particular da autora), p. 32-33; grifos meus.

11 “Projeto de Resolução Política” (ass. O Comitê Central do PCB, fev. 1977). Documento datilografado,

12 p. (arquivo particular da autora); grifos meus. [Este projeto foi rejeitado pela Comissão Executiva do CC do PCB.]

pelas forças de esquerda no Brasil, empenhadas em fazer o processo revolucionário avançar em nosso país.

Após dez anos de continuidade de políticas de corte neoliberal, aplicadas pelos governos do PT, grandes contingentes populares saíram às ruas a partir de junho de 2013. Foram protestos até agora difíceis de definir, cuja motivação real continua carregada de suspeitas de prováveis manipulações por “forças ocultas”. Protestos desorganizados e carentes de lideranças e de projetos definidos.

Diante do inesperado dessas manifestações, houve quem ficasse entusiasmado e pensasse que estávamos diante do início de um grande movimento popular que nos permitiria avançar no caminho das transformações sociais e políticas necessárias para a conquista de um futuro de justiça social e democracia para o nosso povo. Na realidade, as manifestações de 2013 não parecem ter contribuído para o avanço da organização popular, de sua mobilização e de vitórias importantes. Estamos vivendo um evidente retrocesso político, social e cultural.

Se entendermos que, para atingir o futuro almejado de justiça social e democracia efetiva, é indispensável trilhar o caminho de conquista de um *poder popular revolucionário*, capaz de iniciar mudanças que apontem rumo ao socialismo, concluiremos que se trata justamente de elaborar uma proposta que contemple *formas de transição* a tal poder num processo de construção do *bloco histórico*, ou *sujeito-povo*, *contra-hegemônico*, habilitado a conduzir as transformações revolucionárias que se fazem hoje necessárias.

Considerando o nível de espontaneidade e desorganização em que se encontram os setores populares na atualidade, seria viável propor de imediato a conquista de um *poder popular*? Seria viável, no momento, realizar uma *reforma política* que contemplasse as demandas populares? Seria possível, num futuro próximo, a eleição de uma *Constituinte*, comprometida com os interesses dos trabalhadores?

Como alcançar tais objetivos sem avançar na construção do *bloco histórico* (ou *sujeito-povo*) ou, em outras palavras, das forças sociais e políticas organizadas e conscientes do seu papel

transformador e, por isso, possuidoras de um projeto que as unifique em torno de metas viáveis para o Brasil de hoje?

As respostas a essas questões ficam evidentes, quando entendemos que estamos diante de um *processo de longa duração de mobilização, organização e conscientização dos trabalhadores e dos setores populares* de uma maneira geral. A partir das reivindicações específicas de cada um desses setores, quem se considera de esquerda deverá agir para que, através de tal ação paciente e constante, cheguemos à formação do *bloco histórico contra-hegemônico*, unificado por um projeto de transformações revolucionárias elaborado no calor das lutas populares por suas reivindicações e plasmado com a contribuição teórica dos intelectuais marxistas comprometidos com a revolução socialista no Brasil. Um projeto que deverá incluir a formação de *partidos revolucionários* aptos a conduzir as lutas pela conquista de um poder popular, com a consequente convocação de uma Constituinte efetivamente representativa dos setores populares.

A experiência histórica das lutas populares em diversos lugares do mundo, assim como em nosso país, é reveladora de que as posturas voluntaristas – a pressa característica do aodamento pequeno-burguês – não contribuem para acelerar as transformações revolucionárias pretendidas. Pelo contrário, retardam o processo de constituição das forças sociais e políticas habilitadas a conduzir as massas trabalhadoras à conquista de *formas de aproximação* do poder revolucionário, isolando as pretensas vanguardas, que, sem apoio popular, são levadas à derrota, como aconteceu por ocasião da derrubada de João Goulart com o golpe civil-militar de 1964.

O legado de Luiz Carlos Prestes, ao apontar para a necessidade de considerar possíveis *formas de transição* ou *de aproximação* do poder revolucionário, que venha a abrir caminho para a revolução socialista, constitui uma contribuição valiosa para as forças de esquerda que hoje estão empenhadas na luta por transformações profundas da sociedade brasileira, na luta por mudanças que não sirvam aos designios dos políticos das classes dominantes, interessados em que “tudo mude para que

tudo permaneça como está”, conforme a célebre fórmula do “O Leopardo” de Lampedusa¹².

Referências bibliográficas

BIGNAMI, Ariel. *El pensamiento de Gramsci: una introduccion* . 2ª ed. Buenos Aires, Editorial El Folleto, s.d.

_____. *Intelectuales & revolución o el tigre azul* . Buenos Aires, Acercándonos Ediciones, 2009.

BORÓN, Atilio A., “Estudio introductorio”, in: LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social o revolución?* Buenos Aires, Luxemburg, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. 2ª ed. Volume 1. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2001.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Escritos fundamentales*. Buenos Aires, Acercándonos Ediciones, 2008.

PCB: vinte anos de política (1958-1979) (documentos). São Paulo, LECH-Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PRESTES, Anita Leocadia. “A que herança devem os comunistas renunciar?”, *Oitenta*, Porto Alegre, LP&M, n. 4, 1980, p. 127-223.

_____. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

_____. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo, Brasiliense, 2010.

_____. “Antônio Gramsci e o ofício do historiador comprometido com as lutas populares”, *Revista de História Comparada*, v.4, n.3, dez.2010a, p. 6-18.

_____. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

12 “O Leopardo”, romance famoso de G.T. de Lampedusa, retrata a capacidade de adaptação da nobreza da Sicília, na Itália do final do sec. XIX, diante da ascensão de uma nova classe - a burguesia.